

CAMILA DE BRITO QUADROS

**A FEIRA E A CIDADE:
ESPAÇO URBANO, MEMÓRIA E SOCIABILIDADES DA
FEIRA LIVRE DE DOURADOS (1948-2016)**

DOURADOS – 2022

CAMILA DE BRITO QUADROS

**A FEIRA E A CIDADE:
ESPAÇO URBANO, MEMÓRIA E SOCIABILIDADES DA
FEIRA LIVRE DE DOURADOS (1948-2016)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Paulo Roberto Cimó Queiroz**.

DOURADOS – 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

Q1f Quadros, Camila De Brito

A Feira e a cidade: espaço urbano, memória e sociabilidades da Feira Livre de Dourados (1948-2016) [recurso eletrônico] / Camila De Brito Quadros. -- 2022.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Paulo Roberto Cimó Queiroz.

Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Mato Grosso do Sul. 2. Colônias Agrícolas. 3. Patrimônio Cultural. I. Queiroz, Paulo Roberto Cimó. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

CAMILA DE BRITO QUADROS

**A FEIRA E A CIDADE:
ESPAÇO URBANO, MEMÓRIA E SOCIABILIDADES DA
FEIRA LIVRE DE DOURADOS (1948-2016)**

TESE PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/FCH/UFGD

Aprovada em 26 de agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

1º Examinador (externo):

Yussef Daibert Salomão de Campos (Dr., UFG) _____

2º Examinador (externo):

Jiani Fernando Langaro (Dr., UFG) _____

3º Examinador (interno):

Losandro Antônio Tedeschi (Dr., UFGD) _____

4º Examinador (interno):

Fernando Perli (Dr., UFGD) _____

Ao meu pai e minha mãe, meu início.

À minha filha, minha continuidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, ao universo e a um conjunto de fatores e de energias positivas que me fizeram chegar até aqui. Após um pouco mais de quatro anos, realizo um sonho. Eu quis muito ingressar ao doutorado e me dediquei muito a isso. E agora, rememorando esse período, o que posso dizer é que não foi fácil, mas eu sobrevivi. Obviamente, todo o contexto que envolve a pesquisa, a escrita solitária, os dilemas e problemas que se colocaram ao longo do caminho acadêmico foram difíceis, mas importantes e necessários para minha formação enquanto pesquisadora. No entanto, as questões pessoais que se apresentaram nesses anos me fizeram amadurecer em outros aspectos: o divórcio inesperado e traumático, em março de 2020; o Covid, em agosto de 2020, ainda no cenário inicial de instabilidade com relação aos medicamentos e à vacina; e a “dor mais dolorosa do mundo”, o acidente vascular cerebral de minha filha, em maio de 2021. Registro esses acontecimentos porque, fundamentalmente e deliberadamente, é preciso agradecer. Agradeço a vida e as pessoas que a compartilham comigo! É muito bom celebrar as pequenas e grandes vitórias!

Mãe, agradeço a preocupação, a doação e as orações diárias. Pai, você é meu maior e melhor interlocutor, agradeço toda a ajuda, de todas as maneiras. Filha, agradeço por aguentar firme e forte. Pessoal do grupo de *Whats App* “família Quadros”, agradeço por torcerem por mim, por se importarem, por vibrarem comigo a cada conquista.

Aos familiares, amigos, colegas e conhecidos que, em algum momento ouviram-me falar sobre a pesquisa, agradeço pela escuta e eventual interesse. Agradeço também aos que tiveram vontade, mas não perguntaram: “E a tese? Como está? Quando defende?”

Agradeço ao PPGH/UFGD por ter me acolhido em 2015 e, novamente, em 2018. Agradeço pelas experiências derivadas dos contatos com professores e colegas do programa. Em especial à Daiane, pelo apoio, pelo carinho e preocupação comigo e com minha filha, pela parceria acadêmica e profissional e, sobretudo, pela amizade. Agradeço ao Wallace, secretário do programa, pela ajuda nas questões burocráticas durante esses anos. Agradeço à CAPES, pela oferta da bolsa de estudos.

Professor Cimó, muito obrigada, por tudo. Agradeço por acreditar em mim e no meu

projeto. Me sinto privilegiada por ter sido sua orientanda, por sua amizade, por poder compartilhar contigo as dores e os prazeres desses anos. Agradeço por cada encontro, presencial ou à distância, em que eu pude aprender um pouco mais. Agradeço também sua compreensão, paciência, escuta, preocupação e direcionamento.

Professores Drs. Losandro Tedeschi, Jiani Fernando Langaro e Carlos Barros Gonçalves, agradeço a leitura e análise dedicada do relatório de qualificação. As contribuições realizadas foram fundamentais para a elaboração do texto final aqui apresentado. Agradeço também por vocês fazerem parte de minha trajetória no PPGH/UFGD.

Aos professores participantes de minha defesa da tese: Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD; presidente), Dr. Jiani Fernando Langaro (UFG), Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos (UFG), Dr. Losandro Antonio Tedeschi (UFGD) e Dr. Fernando Perli (UFGD). Me sinto honrada por ter sido avaliada por essa banca. Meus sinceros agradecimentos pela análise da pesquisa e pelos apontamentos de perspectivas futuras.

Ivanir e Flávia, agradeço por toda ajuda na busca das fontes, tanto no CDR, como posteriormente de forma *online*, por conta do contexto pandêmico.

Agradeço aos funcionários das instituições públicas que me atenderam durante esse percurso, tanto na busca por documentos oficiais, como nos esclarecimentos diversos.

Aos entrevistados, Roberto Djalma Barros e Iracy de Aguiar Quadros, obrigada por me receberem em suas casas e por compartilharem suas memórias comigo.

Por fim, agradeço a caminhada. Agradeço aos que vieram antes de mim, aos que pesquisaram sobre Dourados antes de mim e aos que escreveram suas memórias antes de mim.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de análise a Feira Livre de Dourados, criada em 1948 como uma estratégia de abastecimento dos moradores da cidade, comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros dos colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e da Colônia Municipal de Dourados (CMD), além de estratégia para arrecadação de tributos no município. A instalação das colônias, os diversos processos de migração e as ideias de progresso e modernidade sobre Dourados estão relacionadas e favoreceram o projeto de criação da feira. Durante o passar das décadas, a feira foi instalada em diversos locais da cidade, tendo permanecido por mais tempo (36 anos) na rua Cuiabá. O objetivo da tese foi apresentar e analisar a Feira Livre de Dourados e sua relação com a cidade. Os aspectos analisados perpassaram as temáticas: a sua origem no contexto histórico das colônias agrícolas; os espaços ocupados na cidade diante das ações de planejamento urbano das diferentes administrações públicas municipais; a feira enquanto patrimônio cultural do município e, por fim, as diversas sociabilidades presentes nesse cenário multicultural. Em paralelo, as percepções dos diferentes sujeitos sociais ligados à feira são apresentadas e problematizadas nas perspectivas das relações de poder; nas práticas sociais entre feirantes, consumidores e moradores do entorno; na multiculturalidade presente no ambiente físico e simbólico da rua e nas inúmeras mudanças através das décadas – na feira e na cidade. Dentre as conclusões, foi possível perceber o papel da imprensa local que se posicionou diante das problemáticas que se apresentaram, ora tecendo elogios, ora cobrando das administrações públicas medidas de organização, fiscalização e adequação estrutural da feira. Além disso, as fontes demonstraram que os elementos progresso e modernidade foram utilizados, recorrentemente, para embasar as propostas de alteração de local da feira. Com relação à patrimonialização foi possível constatar as inconsistências e inadequações relacionadas à aplicação do tombamento como instrumento protetivo e, para além disso, as fragilidades da política patrimonial aplicada em Dourados. A feira também foi analisada e problematizada enquanto palco de sociabilidades e como cenário de atuações populares nos mais diversos aspectos: utilizada e instrumentalizada politicamente, viabilizada enquanto ambiente solidário, cidadão e legítimo no âmbito da liberdade de expressão. Diante do exposto, é possível assegurar que a história da Feira Livre de Dourados se confunde, complementa e representa, em alguma medida, parte da história de Dourados. Como fontes desta pesquisa são utilizados documentos oficiais de diversas instituições públicas; fontes da imprensa local, representadas, sobretudo, pelos jornais *O Progresso*; *O Douradense* e *folha de dourados*; fontes orais e fontes memorialísticas.

Palavras-chave: Mato Grosso do Sul. Colônias Agrícolas. Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze the Street Fair of Dourados, that was created in 1948 as a strategy to supply the residents of the city, to commercialize the produce of the farmers of the National Agriculture Colony of Dourados (CAND) and the Municipal Agriculture Colony of Dourados (CMD), it was also used as an strategy for collecting taxes for the city. The installation of the colonies, the different migration processes and the ideas of progress and modernity about Dourados are related and favored the project to create the street fair. Over the decades, this fair was installed in several places in the city, having remained for the longest (36 years) on Cuiabá street. The objective of the thesis was to present and analyze the Street Fair of Dourados and its relationship with the city. The analyzed aspects permeated the themes: its origin in the historical context of the agricultural colonies; the spaces occupied in the city in face of the urban planning actions of the different municipal public administrations; the fair as a cultural heritage of the municipality and, finally, the sociability diversity present in this multicultural scenario. Parallely, the perceptions of the different social subjects linked to the fair are presented and problematized in the perspectives of power relations; in the social practices among market vendors, consumers and surrounding residents; in the multiculturalism present in the physical and symbolic environment of the street and in the countless changes through the decades – at the fair and in the city. Among the conclusions, it was possible to perceive the role of the local press that positioned itself at the problems presented, sometimes praising, sometimes demanding from the public administrations, measures of organization, supervision and structural adequacy of the fair. In addition, the sources showed that the elements of progress and modernity were used, recurrently, to support the proposals to change the location of the fair. Regarding patrimonialization, it was possible to verify the inconsistencies and inadequacies related to the process to make it a Heritage Site as a protective instrument, also, the weaknesses of the patrimonial policy applied in Dourados. The fair was also analyzed and problematized as a place for sociability and popular actions in various diverse aspects: it was used and instrumentalized politically, made possible as a solidary and legitimated citizen environment, within the scope of freedom of expression. Given the above, it is possible to assure that the history of the Street Fair of Dourados gets confused, complements and represents, to some extent, part of the history of Dourados. As a source for this research it was used; official documents from several public institutions, local press sources, mainly represented by the newspapers *O Progresso*, *O Douradense* and *folha de dourados* interviews and memorial sources.

Keywords: Mato Grosso do Sul. Agricultural Colonies. Cultural Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lista de preços de produtos comercializados na Feira Livre de Dourados, em cruzeiros (novembro de 1956).....	86
Figura 2 - Proposta de banca-padrão para a Feira Livre (1978).....	123
Figura 3 - Matéria jornalística sobre a Feira Livre (1979).....	125
Figura 4 - Obras estruturais na rua Cuiabá, trecho referente à Feira Livre (julho de 1980) .	137
Figura 5 - Inauguração da Feira Livre na rua Cuiabá (novembro de 1980).....	141
Figura 6 - Feira Livre da rua Cuiabá e seus múltiplos usos	156
Figura 7 - Locais oficiais de funcionamento da Feira Livre de Dourados.....	166
Figura 8 - Setorização do Espaço Feira Central Prefeito João Totó Câmara	167
Figura 9 - Feira Livre de Dourados (dezembro de 2009)	252
Figura 10 - Banca vitrine da Feira Livre: hortifrúti <i>in natura</i>	256
Figura 11 - Banca vitrine da Feira Livre: embalados, agrupados e processados	257
Figura 12 - Apresentação artística na Feira Livre	267
Figura 13 - A feira na rua e a rua sem a feira	311

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dourados (1940-1960): evolução da população do município	52
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Feirantes registrados em Dourados (fevereiro a maio de 1962)	102
Quadro 2 - Propostas para PL nº 28/2010.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACD – Associação Comercial de Dourados
- ACED – Associação Comercial e Empresarial de Dourados
- ACID – Associação Comercial e Industrial de Dourados
- AFGD – Associação dos Feirantes da Grande Dourados
- AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- APAE – Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais
- APROHORTI – Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Dourados
- BNH – Banco Nacional de Habitação
- CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
- CIAT – Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador
- CDR – Centro de Documentação Regional (FCH/UFGD)
- CEASA – Central de Abastecimento
- CEF – Caixa Econômica Federal
- CEUD – Centro Universitário de Dourados
- CF – Constituição Federal
- CMD – Colônia Municipal de Dourados
- CML – Companhia Mate Laranjeira
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- Cohab – Companhia de Habitação Popular
- COMAP – Comissão Municipal de Abastecimento e Preços
- COMDAM – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Dourados)
- COMPHCAD – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados
- CPD – Centro Pedagógico de Dourados
- CSU – Centro Social Urbano
- CURA – Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada

DTC – Departamento de Terras e Colonização
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul
EXPOAGRO – Exposição Agropecuária e Industrial de Dourados
FCH – Faculdade de Ciências Humanas (UFGD)
FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste
Festudo – Festival Universitário de Teatro de Dourados
FIT – Festival Internacional de Teatro de Dourados
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNCED – Fundação de Cultura e Esportes de Dourados
HU – Hospital Universitário
IAGRO – Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
IMAM – Instituto do Meio Ambiente de Dourados
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
LOM – Lei Orgânica do Município
MPE – Ministério Público Estadual
MPMS – Ministério Público do Mato Grosso do Sul
NCD – Núcleo Colonial de Dourados
PAM – Posto de Assistência Médica
PDD – Plano Diretor de Dourados
PF – Polícia Federal
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PLADESCO – Plano Experimental de Desenvolvimento Social e Comunitário para a região Centro-Oeste
PPCM – Política de Patrimônio Cultural Material
PPGH – Programa de Pós-Graduação em História (FCH/UFGD)
PROCON – Superintendência para Orientação e Defesa do Consumidor
PRODEGRAN – Programa Especial da região da Grande Dourados
PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
RID – Reserva Indígena de Dourados

SAIC – Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio (Dourados)
SANESUL – Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul
SEMAF – Secretaria de Agricultura Familiar (Dourados)
SEMC – Secretaria Municipal de Cultura (Dourados)
SEMDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Dourados)
SEMSUR – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (Dourados)
SENSURT – Secretaria de Serviços Urbanos, Transporte e Trânsito (Dourados)
SINJORGRAN – Sindicato dos jornalistas profissionais na Grande Dourados
SOCIGRAN – Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados
SPI – Serviço de Proteção ao Índio
TELEMS – Telecomunicações de Mato Grosso do Sul S/A
TFPP – Território Federal de Ponta Porã
TJMS – Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
TORA – Tropa Ostensiva de Repressão Armada
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA – Unidade de Pronto Atendimento Médico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - A Feira Livre de Dourados: da gênese com as colônias agrícolas ao cotidiano dos primeiros anos de funcionamento	43
1.1. Migração e povoamento na região: Território Federal de Ponta Porã (TFPP), Marcha para Oeste, Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e Colônia Municipal de Dourados (CMD) – as colônias e os colonos	44
1.2. A fertilidade da terra e a produção agrícola nas colônias: “em se plantando, tudo dá”	55
1.3. Dourados das décadas 1940/50: terra da promessa e a emergência do progresso.....	64
1.4. A criação da Feira Livre de Dourados: símbolo do progresso da cidade e das colônias ..	71
1.5. Os primeiros anos da Feira Livre de Dourados: “a feira e seus dissabores”	77
1.6. A Feira Livre de Dourados da/na rua Maranhão: a “menina dos olhos na rua da alegria” ⁸⁵	
1.7. Os embates na Feira Livre: Executivo, Legislativo, imprensa e feirantes – problemática de preços, localização e salubridade	91
1.8. A necessidade da mudança de local: a “feira e a sujeira”	96
CAPÍTULO 2 - A Feira Livre e a cidade: a dinâmica dos espaços – o poder público e o planejamento urbano	105
2.1. As primeiras iniciativas do poder público para a organização do espaço urbano em Dourados	106
2.2. A feira na Praça Antônio João, na rua Maranhão e no meio do caminho: os espaços públicos e as memórias da cidade.....	109
2.3. A feira da rua Santa Catarina: ordenamento, fiscalização e controle do seu uso pelo poder público.....	114
2.4. Mudanças na cidade, mudança da feira: contexto e antecedentes da transferência da Feira Livre para a rua Cuiabá	127
2.5. Enfim, a mudança para a rua Cuiabá: nova feira, velhos problemas	140
2.6. Dourados da década de 1990: novos cenários urbanos, novas feiras e a crise na Feira Livre da rua Cuiabá	147

2.7. A Feira Livre da rua Cuiabá: sua estrutura e projetos de mudança segundo trabalhos acadêmicos	154
2.8. Feira da polêmica: os embates envolvendo feirantes, prefeitura municipal, delegacia de polícia e promotoria de justiça.....	159
2.9. A feira mudou: o Espaço Feira Central Prefeito João Totó Câmara – novo local, novos impasses	165

CAPÍTULO 3 - A Feira Livre de Dourados: as problemáticas do patrimônio cultural

(i)material.....	179
3.1. Os bens culturais patrimonializados em Dourados: o patrimônio preservado(?) através da herança da CAND e a tentativa inicial de legislar para o patrimônio.....	180
3.2. O processo de patrimonialização da Feira Livre de Dourados: antecedentes e bastidores	190
3.3. “Tombar pra segurar”: os trâmites para a patrimonialização da Feira Livre de Dourados	198
3.4. O (mau) uso do tombamento da Feira Livre e as fragilidades da “política patrimonial” em Dourados	213
3.5. Em defesa do lugar: o Registro salvaria a Feira Livre da rua Cuiabá?.....	228

CAPÍTULO 4 - “Nascida e criada na rua”: a Feira Livre de Dourados como espaço multicultural e de sociabilidades

4.1. A feira é livre, a feira é na rua!	242
4.2. A feira é palco, a feira é vitrine!	254
4.2.1. <i>A feira é palco político: política se faz na feira?</i>	<i>258</i>
4.2.2. <i>A feira é palco social: as manifestações sociais e os feirantes solidários.....</i>	<i>262</i>
4.2.3. <i>A feira é palco multicultural: os artistas na Feira Livre</i>	<i>264</i>
4.2.4. <i>Os protagonistas desse palco: com vocês, os feirantes!</i>	<i>270</i>
4.3. As margens e os marginalizados da Feira Livre	282
4.4. As múltiplas faces da Feira Livre: cotidiano e sociabilidades.....	296
4.5. Saudades de uma feira que não volta mais: tradição e pertencimento à Feira Livre	306

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

324

Introdução

Não sei datar o momento ou o período de minha vida no qual comecei a me interessar mais atentamente pelas histórias de Dourados e de seus moradores. Desde criança as ouvi, através dos relatos dos mais velhos, que inseriam em suas narrativas as frases: “antigamente era assim...”, “quando nossa família chegou aqui...”, “naquela época...” ou “no meu tempo...”. O fato é que, passadas quatro décadas de minha vida, posso dizer que participei de algumas histórias de/em Dourados e vivenciei algumas mudanças na cidade, as quais modificaram também meu modo de ser e de percebê-la. Quanto ao interesse mais específico sobre os símbolos históricos e identitários da cidade, nas perspectivas acadêmica e cidadã, se deu mais propriamente nos anos iniciais da graduação em Turismo, realizada entre 2003 e 2007 na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), durante os estudos na disciplina *Turismo e Patrimônios*. Ao finalizar a graduação, como objeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso e local de estágio acadêmico escolhi o Museu Histórico de Dourados, que, na época, funcionava num prédio histórico localizado no centro urbano.

Posteriormente à graduação, especializei-me em Metodologia do Ensino Superior e me aproximei da área da docência, ingressando, em 2010, no quadro de professores contratados do curso de Turismo da UEMS. Além de diversas atividades relacionadas a história, à cultura e ao patrimônio nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, participei das discussões relativas ao patrimônio cultural local, representando o curso de Turismo e a UEMS no Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados (COMPHCAD) entre 2014 e 2019. Cabe registrar que ainda exerço a atividade docente no curso de Turismo da UEMS, de forma esporádica, conforme os trâmites dos processos seletivos destinados aos professores contratados na instituição.

Com a escolha da carreira docente como profissão, surgiu a necessidade e a vontade de prosseguir com os estudos acadêmicos e, nesse sentido, escolhi a História como norteadora de minhas pesquisas e promotora de minha verticalização acadêmica. Ingressei na pós-graduação *stricto sensu* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no início de 2015. A dissertação, defendida em agosto de 2017 e orientada pelo professor Dr. Losandro Antônio Tedeschi, foi intitulada: *O Patrimônio Cultural Religioso:*

história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS, e teve como objetivo analisar o processo histórico de construção material e simbólica da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, na perspectiva do patrimônio cultural religioso.

Logo após a defesa da dissertação, comecei a pensar um novo objeto e problemática de pesquisa e, em paralelo à construção do pré-projeto, iniciei meus estudos para a seleção do doutorado no PPGH/UFGD. Compondo uma das etapas do processo seletivo, apresentei o anteprojeto, posteriormente aprovado: *A cidade e o patrimônio: olhares sobre a Feira Livre de Dourados (1948-2016)*. Durante as pesquisas iniciais percebi que as relações do objeto de pesquisa com a história da cidade eram intrínsecas, pois a criação da feira em Dourados foi consequência do desenvolvimento das colônias agrícolas implementadas na região durante o final da década de 1940. Para além disso, com o passar do tempo e o analisar das fontes, foi possível notar as diversas questões que se apresentaram como problemáticas de pesquisa e que permeavam (e ainda permeiam), em alguma medida, as discussões sobre a feira e a cidade.

Em paralelo à realização do doutorado, mais uma oportunidade de formação se apresentou. Dessa forma, concluí em 2019 outra especialização *lato sensu*, essa em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Arte da Universidade de Brasília, na qual aprofundi os estudos dedicados ao patrimônio cultural, bem como pude ter maior contato com a interdisciplinaridade da área. Além disso, ainda durante o ano de 2018, percebendo a necessidade de verticalização do currículo e a falta da licenciatura em minha formação inicial, ingressei na graduação em História, oferecida pelo Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran), cuja conclusão ocorreu recentemente. Lembro também da experiência docente nessa mesma instituição, no ensino presencial, durante o ano de 2018, no curso de Gastronomia. E, desde o referido ano, faço parte do quadro de professores temporários/horistas dos cursos de graduação (História, Geografia e Turismo) ofertados pela instituição através da educação à distância.

O fato de pesquisar patrimônio cultural no Mato Grosso do Sul e estar vinculada ao PPGH/UFGD também me possibilitou estar em contato com as diversas realidades patrimoniais de nosso estado, através da representação no Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro – MS, desde 2021. Além disso, as experiências acadêmicas relacionadas à produção de artigos publicados em anais de eventos científicos e periódicos especializados, capítulos de livros, trabalhos de orientação docente e colaboração em projetos de ensino, pesquisa e extensão também fazem parte de minha trajetória acadêmica nesse período, bem como os cursos e palestras ministrados, participações em bancas de graduação e especialização e produção técnica especializada.

A escolha da Feira Livre de Dourados enquanto objeto de pesquisa para o doutorado partiu de uma inquietação acadêmica que se apresentava na problemática de um patrimônio cultural imaterial ter sido objeto de tombamento pelo poder público de Dourados e, além disso, ter mudado seu local de instalação. Essas questões permeavam minha atuação docente e de pesquisadora da área e, ainda, minha atuação enquanto conselheira do COMPHCAD. Além disso, a pesquisa de um patrimônio cultural reconhecido pelos cidadãos e legitimado pelo poder público interessa-me a nível pessoal, visto que sou douradense, filha de douradenses e minha família é frequentadora da Feira Livre desde a década de 1960. Outras questões que se colocaram como importantes para embasar a relevância do objeto enquanto expressão da história e da cultura douradense encontram-se nas múltiplas dinâmicas sociais relacionadas à feira: as sociabilidades, as tradições, as expressões, os símbolos, os personagens, as memórias que produzem histórias, os espaços de trocas econômicas, sociais, culturais e políticas, as dinâmicas de trabalho e lazer, entre outros aspectos, levam-me a entender a Feira Livre enquanto uma produção cotidiana de saberes e de identidades.

A Feira Livre de Dourados foi criada em 1948 como uma estratégia de abastecimento dos moradores da cidade, comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros dos colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e da Colônia Municipal de Dourados (CMD), bem como forma de arrecadação de tributos para o município. Nesse sentido, teve como seu primeiro ponto de localização a Praça Antônio João, uma das principais referências de centralidade do espaço urbano douradense. Porém, durante as décadas, sua localização foi alterada por várias vezes pelo poder público, até ser instalada em 2016 no Jardim São Pedro, local atual, sendo denominada Espaço Feira Central Prefeito João Totó da Câmara.

O objetivo da tese foi apresentar e analisar a Feira Livre de Dourados e sua relação com a cidade. Os aspectos analisados perpassaram as temáticas: a sua origem no contexto histórico das colônias agrícolas; os espaços ocupados na cidade diante das ações de planejamento urbano das diferentes administrações públicas municipais; a Feira Livre enquanto patrimônio cultural do município e, por fim, as diversas sociabilidades presentes nesse cenário multicultural. Com o auxílio das fontes analisadas, foi possível explorar, em alguma medida, o olhar do morador local, do frequentador da feira, dos feirantes e do poder público. Através das percepções, dos posicionamentos, das relações de poder e de pertencimento dos diferentes grupos sociais inseridos nesse contexto, foi produzida uma interpretação histórica da Feira Livre e, em paralelo, uma parte da história de Dourados.

Referencial teórico-metodológico

Inicialmente a pesquisa estava direcionada mais especificamente à historicidade de um patrimônio cultural municipal e às problemáticas do campo físico e simbólico relacionadas ao seu tombamento. No entanto, o contato com as fontes e o amadurecimento da pesquisa levaram-me a uma ampliação de perspectivas, tanto nas questões vinculadas aos diversos aspectos que compõem a Feira Livre enquanto objeto de pesquisa, como também na ampliação do recorte temporal a ser analisado. Assim, a contextualização dos eventos históricos anteriores à criação da feira (1948) e os desdobramentos iniciais de sua mudança para o Jardim São Pedro (2016) foram analisados. Dessa forma, o foco inicial, que tratava da Feira Livre enquanto patrimônio cultural, direcionou-se também a outras abordagens, como a social, histórica, política e de memória; tendo sempre como “pano de fundo” de análise, a cidade de Dourados. Nesse sentido, as discussões do campo teórico-metodológico adotadas na tese dizem respeito às relações entre as categorias feiras livres e cidades, e, conjuntamente, o patrimônio cultural.

Fernand Braudel dedicou um dos capítulos de *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII (vol. I)* à discussão das cidades, apresentando as relações existentes entre essas e as estruturas do cotidiano, a economia de mercado e as transações financeiras. Além disso, determinou a origem das cidades a partir da divisão de trabalho entre o campo e o contexto urbano (BRAUDEL, 2005, p. 439), salientando que “a cidade em si” preconiza realidades e processos, divisão de trabalho, mercado, consumo, poder protetor e coercitivo, e trocas (BRAUDEL, 2005, p. 441). Já Michel de Certeau, por se dedicar aos estudos das práticas culturais, acabou por se interessar pelas pesquisas do contexto urbano. Nesse sentido, o autor conceitua a cidade, na perspectiva urbanística, como o resultado de três operações: a produção de um espaço próprio, a distribuição de um não-tempo com relação às tradições e a criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade. Dessa maneira, a cidade “oferece a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra” (CERTEAU, 1998, p. 172-173). Oliveira (2002), ao escrever a apresentação da obra: *Cidade: história e desafios*, afirma que a temática das cidades no Ocidente tem recebido, ao longo do tempo, diferentes qualificações. “Ora é espaço do progresso, ora é espaço da desordem. Durante muito tempo se pensou a cidade como lugar de modernidade e progresso em oposição ao mundo rural, considerado o *locus* da tradição e do atraso” (OLIVEIRA, 2002, p. 10). Ao longo da pesquisa, essas dinâmicas expressas pelos elementos progresso x desordem e moderno x rural foram

constatadas e são apresentadas em todos os capítulos da tese, tanto na abordagem dos conteúdos relacionados a Dourados, como em específico à Feira Livre.

O fato é que os estudos historiográficos sobre as cidades são recentes, conforme aponta Pesavento (2007, p. 12) em seu artigo: *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Apresentando análises sobre a historiografia das cidades, a autora citada esclarece que, entre 1960 e 1980, esse tipo de estudo ficou centrado na perspectiva econômica, não sendo a cidade o objeto, mas sim um processo inserido no contexto do capitalismo, “como um *locus* de acumulação de capital, como o epicentro da transformação capitalista do mundo”. No entanto, a partir da década de 1990, com a introdução da História Cultural no Brasil, a cidade passou a ser estudada enquanto fenômeno, “como objeto de reflexão, a partir das representações que produz e que se objetivam em práticas sociais” (PESAVENTO, 2007, p. 13).

Esse contexto pode ser estendido igualmente para os estudos dedicados ao patrimônio cultural, que, de forma geral, são igualmente recentes, assim como sua produção historiográfica, sobretudo no Brasil. Assim como as pesquisas no campo das cidades, essa produção está inserida na abordagem da História Cultural, que, segundo Pesavento (2008a), começa a ter destaque na década de 1970 na Europa e na década de 1990 no Brasil. Para a autora citada, é necessário “pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2008a, p. 15). Com a ampliação da abordagem de pesquisa dentro da História Cultural, os trabalhos de investigação foram divididos, de acordo com a autora citada, em “campos temáticos de pesquisa”, cujos elementos são, dentre outros: a cidade, as imagens, as identidades e a memória.

Na contemporaneidade, a temática das cidades tem sido abordada por pesquisadores das áreas das Ciências Humanas e Sociais, em suas diversas vertentes, impondo-se, nesse campo, uma agenda interdisciplinar (BRESCIANNI, 2007, p. 243). Dea Fenelon, referência no campo da história social da cultura, ao organizar a obra: *Cidades*, produziu conhecimento sobre a temática a partir da óptica social, privilegiando as investigações da cidade e da cultura urbana. Desse modo, considera fundamental a compreensão das inter-relações entre cidades e o diálogo entre os vários segmentos sociais, o entendimento da cidade como lugar de pluralidade e diferença, a valorização da memória e a recorrente presença das disputas de poder nas diversas dimensões da vida urbana (FENELON, 1999a, p. 7). Para além dessas abordagens, Pesavento (2007) chama a atenção para as múltiplas, diversas e por vezes conflitantes

[...] representações que se constroem *na e sobre* a cidade, ou seja, com o imaginário criado sobre ela. Em outras palavras, os estudos de uma história cultural urbana se aplicam no resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade. E o imaginário urbano, como todo imaginário, diz

respeito às formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações construídas sobre a realidade – no caso, a cidade (PESAVENTO, 2007, p. 15, destaques do original).

Com relação à temática das práticas cotidianas desenvolvidas na produção do espaço urbano, é importante citar a obra de Michel de Certeau (1998): *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Para o autor: “As práticas cotidianas estão na dependência de um grande conjunto, difícil de delimitar e que, a título provisório, pode ser designado como o dos procedimentos” (CERTEAU, 1998, p. 109). Nesse sentido, o pressuposto central de investigação do cotidiano está nas táticas e estratégias utilizadas pelos sujeitos, contidas em suas maneiras de viver, “nas artes de dizer e de fazer” (CERTEAU, 1998, p. 152). Dessa forma, o modo como os moradores caminham pelas ruas e fazem uso do espaço público enuncia práticas de utilização do espaço na cidade, sendo essa “lugar de transformações e apropriações” e que “serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas” (CERTEAU, 1998, p. 174).

Adentrando a temática de pesquisa, percebi que as feiras são temas e objetos de interesses diversos e, na perspectiva cultural e histórica, atraem pesquisadores das mais variadas áreas, como por exemplo: Arquitetura, Agronomia, Sociologia, Economia, Geografia, Antropologia, além de fotógrafos e artistas. Dessa forma, as feiras explicitam as inúmeras possibilidades de se revelarem os costumes de uma comunidade num determinado tempo (SATO, 2012, p. 26). Além disso,

Alguns estudos são de caráter mais formal ou distanciado. Trata-se de pesquisas de opinião, análises quantitativas e catalogações diversas. Outras imbricam-se mais no processo de envolvimento com os feirantes e compradores. Esse envolvimento enriquece os trabalhos com as expressões, discursos e modos de ser dos sujeitos que têm na feira uma atividade econômica sistemática, permanente (LUCENA; GERMANO, 2016, p. 142).

Por outro lado, Lenita Calado (2013) faz alguns apontamentos sobre a presença/ausência das feiras enquanto objeto de estudo na História:

A existência das feiras enquanto evento reconhecidamente histórico figura entre os objetos ocultos da historiografia, ou seja, que não são utilizados como forte registro do passado. Representam parte da história de uma sociedade, mas ao mesmo tempo, não são encaradas como transmissoras de informações sobre períodos dessa sociedade. [...] Muito do que se sabe sobre as feiras está ligado a uma análise econômica de um período, ou é uma observação quantitativa sobre um dado momento. As feiras são citadas, a partir do século XVII, em relatos de viajantes, em contabilidade das vendas, em processos criminais, em planos urbanísticos, mas sempre como cenário. Os documentos indicam o evento e o espaço das feiras, mas elas não são colocadas como objetos para o estudo do momento histórico (CALADO, 2013, p. 23).

O fato é que cidades e feiras possuem uma relação intrínseca. Braudel (2009) apresenta esse sentido, quando afirma: “Adstritos às cidades, os mercados e feiras crescem com elas” (p. 17), além da efemeridade dessa relação: “Todas as feiras se apresentam como cidades efêmeras” (p. 65).

As primeiras referências às feiras aparecem em meio ao comércio e às festividades religiosas católicas. A própria palavra latina *feria*, que deu origem à feira portuguesa, significa dia santo, feriado (GUIMARÃES, 2010, p. 5)¹. De acordo com Veloso; Madeira (2007, p. 17), as feiras: “Possuíam periodicidade variável, ocorrendo muitas vezes no adro ou no entorno das próprias igrejas. [...] perpetuaram-se pelos séculos seguintes, principalmente as chamadas feiras novas, com duração de quatro dias, vinculadas às festas religiosas”.

Enquanto instituição, as feiras surgem no contexto histórico de declínio do sistema feudal da Idade Média (LE GOFF, 2007, p. 59). Sendo assim, com a origem dos burgos, da emergente burguesia e o crescimento demográfico, as feiras vão, aos poucos, se apresentando como elementos importantes para a economia, as sociabilidades e a cultura próprias da dinâmica das cidades. A partir e ao redor de algumas feiras europeias constituíram-se as comunidades e, posteriormente, as cidades. No Brasil, igualmente, algumas cidades nordestinas surgiram de feiras (VELOSO; MADEIRA, 2007, p. 19). Outro aspecto importante para se compreender esse cenário é a expansão do comércio, pela criação das guildas e corporações de ofício, e o crescimento dos excedentes agrícolas, com a finalidade de abastecimento local e regional. Há de se mencionar também o desenvolvimento do artesanato nas cidades e, nesse sentido, a quantidade e a variedade dos produtos que podiam ser comercializados e trocados nas feiras se intensificou. Dessa forma, além de serem locais de troca de produtos, eram também locais de trocas de moedas, de dinheiro (LE GOFF, 2007, p. 59-60).

Aos poucos as feiras foram se constituindo em uma forma de comércio de caráter fixo, na medida em que as dificuldades relacionadas aos transportes de produtos, bem como a procura pouco acentuada por mercadorias em comércios permanentes, favoreciam a realização das mesmas (ARAÚJO, 2011, p. 63). Nesse sentido, “o que se denominava como feiras eram as grandes reuniões de comerciantes de várias regiões da Europa, que comercializavam os mais diversos produtos” (SATO, 2012, p. 35). Por outro lado, havia também a utilização das portas e

¹ “Não por acaso os dias da semana no calendário chancelado pela igreja católica nos países de língua portuguesa instituíram a palavra feira no final de cada um dos dias circunscritos entre o domingo e o sábado. A instituição eclesiástica – mais precisamente o apostolado de São Martinho de Braga – retirou a suposta ‘origem pagã’ dos nomes dos dias que homenageavam astros, os substituiu por números e agregou a eles o termo feira, referindo-se à semana da Páscoa de Jesus Cristo, na qual todos os dias eram feriados e com isso apenas os mercados e feiras funcionavam ao ar livre” (LUCENA; GERMANO, 2016, p. 56).

janelas das casas para pequenos comércios e, nesse sentido, em alguns dias da semana, uma rua ou viela se transformava em feira (CALADO, 2013, p. 22).

O historiador especialista em mundo medieval Jacques Le Goff, em sua obra: *O apogeu da cidade medieval* (1992), apresenta a caracterização das diversas feiras na França, afirmando que a atividade comercial das cidades se manifesta inicialmente através dessas, que, segundo o autor, “são, antes de tudo, [...] fenômenos urbanos. Os produtos que ali se trocam são fabricados ou financeiramente controlados pelas cidades” (LE GOFF, 1992, p. 71-72).

Já em outro contexto histórico, no continente americano, os colonizadores introduziram a prática das feiras (já que essa não fazia parte do cotidiano das populações nativas) “ao tentar reproduzir, ou fazendo acontecer trocas regulares e reguladas, como as feiras ocorridas no continente europeu” (MOTT, 1975, p. 307, *apud* SOUZA, 2010, p. 41).

No Brasil colonial, as feiras surgem em consequência de um maior desenvolvimento demográfico e maior diversidade econômica. Dessa forma, foram criados “lugares de troca de mercadorias, institucionalizados não só pela sua periodicidade mas também pelo apoio administrativo das autoridades” (ARAÚJO, 2011, p. 65). Trevisan (2008, p. 46-47) descreve o contexto histórico das feiras no Brasil Colônia, afirmando que D. João III ordenou a oferta de uma primeira feira em 1548 para que os colonos comercializassem seus produtos na cidade. Já a partir do século XVII surgem com mais intensidade as feiras de gado, as feiras de mercado (destinadas ao abastecimento alimentar) e as feiras francas (destinadas à comercialização de bens regionais) (PAZERA Jr, 2003, p. 26).

Com o passar do tempo, as feiras urbanas instalaram-se nas ruas com o objetivo de abastecer os habitantes das cidades em suas necessidades básicas de alimentação. Braudel (2009, p. 11) aprofunda a discussão sobre as feiras, entendendo-as como uma das tipologias dos “instrumentos de troca” na dinâmica do desenvolvimento econômico das cidades. Dessa forma, a relação das feiras com as cidades torna-se cada vez mais próxima, na medida em que, além de fornecer a alimentação, ganham novos usos e formas, constituindo-se também em locais de lazer e interação social. Nessa perspectiva, Barros (2007, p. 93), em *Cidade e História*, estabelece a compreensão da cidade como um “sistema de trocas interacionais necessárias ao homem para se manter em comunicação com os outros. A cidade, enfim, emerge na sua característica mais saliente: ‘lugar de trocas’, seja no plano mercadológico ou, sobretudo, no plano cultural”. Desse modo, as feiras se configuram como mais um elemento inserido na dinâmica espacial e cultural da cidade, na medida em que essa “é também sociabilidade: comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos” (PESAVENTO, 2007, p. 14).

A feira é o local em que as sociabilidades se manifestam em todas as suas dimensões, sendo na rua que elas se expressam com maior intensidade. Inúmeras são as pessoas que se deslocam semanalmente para os núcleos urbanos, oriundos da zona rural ou mesmo de outros centros urbanos, transformando a feira numa efervescência social, caracterizada por uma multiplicidade de sujeitos, com variados eventos, modificando, ainda que por um período curto, a temporalidade da cidade e imprimindo um dinamismo diferente do rotineiro, do habitual (ARAÚJO, 2011, p. 90-91).

Diante dessa dinâmica moradores *versus* espaços, é possível pensar a feira enquanto elemento do contexto urbano, que direta ou indiretamente interfere na imagem da cidade, na medida em que, com o passar do tempo, por vezes migra para diferentes espaços, determinando também diferentes significados “que se constroem, mas também se modificam pelas experiências e vivências sociais posteriores, exprimindo diferentes temporalidades” (FENELON, 1999a, p. 6). E nesse sentido:

Isso se concretiza a partir de uma concepção que busca captar e investigar, nas relações sociais instituídas na cidade, o entendimento de modos de viver, de morar, de lutar, de trabalhar e de se divertir dos moradores que, com suas ações, estão impregnando e constituindo a cultura urbana. Assim agindo, esses moradores deixam registradas ou vão imprimindo suas marcas no decorrer do tempo histórico, marcas que traduzem a maneira como se relacionaram ou construíram seus modos de vida neste cotidiano urbano (FENELON, 1999a, p. 6).

Além disso, é importante destacar que aspectos do imaginário social relacionados às feiras, ao longo do tempo, as categorizaram como lugares perigosos, vinculados à “desordem, por vezes, o tumulto” (BRAUDEL, 2009, p. 67), pois é nela que as pessoas “se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem alguns incidentes” (BRAUDEL, 2009, p. 16) e “impõem impunemente seus estorvos, seus detritos” (BRAUDEL, 2009, p. 17). No entanto, apesar das representações negativas, sempre tiveram papel fundamental na movimentação econômica das cidades e, de certa forma, atendem aos interesses de controle do poder público sobre os comerciantes e usuários desses espaços e serviços, além de se configurarem como equipamentos de controle governamental. Percebi essas questões na pesquisa sobre a Feira Livre de Dourados, bem como na pesquisa de Araújo (2011), quando analisa em sua tese as feiras do Brasil e de Portugal.

[...] contrariando essa concepção preconceituosa, nos dois lados do Atlântico, desde os primórdios, foi montada uma estrutura administrativa no entorno das feiras como forma de controle e lucro por parte do Estado, o que evidencia a importância que tais instituições sempre tiveram (ARAÚJO, 2011, p. 30).

Por outro lado, também são vistas como espaços repletos de significados, de sentidos, como é possível notar na análise de Braudel (2009, p. 16) quando se refere às feiras como:

centros da vida cidadina; centros naturais da vida social; locais de cumplicidade, de novidades políticas, de incidentes; centros de uma vida de relações.

Na contemporaneidade, as feiras são percebidas como espaços “democráticos cheios de vida e histórias, abertos à itinerância de frequentadores e transeuntes de classes sociais, idades, interesses e gostos diversos. Nesses espaços é possível mercadejar produtos, encontros, afetos e sentidos” (LUCENA; GERMANO, 2016, p. 74). Dessa forma, as cidades se tornaram locais para que as feiras manifestem, por meio dos indivíduos que nelas habitam, as expressões de suas identidades, de suas representações e do seu patrimônio cultural. Nesse sentido, as feiras ultrapassam a lógica das trocas comerciais, na medida em que “oportunizam a sociabilidade [...]. Há relações anteriores e ulteriores que ligam pessoas a pessoas e mercadorias a todos” (SOUZA, 2010, p. 151), atribuindo protagonismo aos feirantes e seus ofícios, funcionando como uma

[...] entidade viva; uma grande escola sem portas ou janelas onde os saberes da tradição se operam de forma pulsante e turbulenta. Possui um coração que não fica protegido por um emaranhado de veias e artérias descobertas pela pele. Esse coração está exposto e bate intempestivamente nas mãos daqueles que falam e constroem conhecimento com as vozes do chão (LUCENA; GERMANO, 2016, p. 129).

Contribuindo com a questão dos sentidos e significados, Pesavento (2007) aborda os elementos simbólicos que o historiador busca perceber nos espaços da cidade, e dentre esses encontra-se o patrimônio cultural. Para a autora,

A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam *na e por causa da cidade*. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em *lugar*, ou seja, portador de um significado e de uma memória; [...] que criamos as categorias de *cidadão* e de *excluído* para expressar as diferenças visíveis e perceptíveis no contexto urbano, fazendo com que se criem novas identidades a partir do gesto, do olhar e da palavra que qualifica; que falamos de *progresso* ou de *atraso*, que distinguimos o *velho* do *antigo*; que construímos a noção de *patrimônio* e instauramos ações de preservação [...] (PESAVENTO, 2007, p. 15, destaques do original).

Araújo (2011, p. 90) também contribui com a discussão, na medida em que entende que as feiras são locais em que se desenvolvem diversos tipos de sociabilidades. “São, muitas vezes, pontos de encontro tradicionais de amigos ou de simples conhecidos, *loci* escolhidos para os mais variados atos da vida social, e mantêm, assim, um sentido de permanência e de identidade”. Esse sentido de permanência e identidade é expresso em várias feiras distribuídas pelo Brasil. Veloso; Madeira (2007), em seu estudo sobre as feiras permanentes de Brasília/DF,

apontam os aspectos dinâmicos da feira em termos sociais e culturais, configurados em locais de diversos tipos de trocas, e que aglutinam a noção e a expressão do pertencimento.

A feira desponta assim como um laboratório vivo, evidenciando como a cultura tradicional se mantém, se modifica e se transmite de forma dinâmica, em um contexto urbano. A feira instaura um lugar em que formas horizontais de sociabilidade e de solidariedades são possíveis. Espaço público, isto é, uma construção social, lugar em que os indivíduos transformam-se em sujeitos capazes de exercer sua palavra, lugar que incita a interação, por meio de associações, redes de parentesco, vizinhança ou de profissionais. É ainda como espaço público construído pela experiência dos próprios feirantes que a feira ganha significado como lugar de trocas, que dota de um sentido de pertencimento uma comunidade específica, os feirantes, que participou ativamente da história de construção de cada feira (VELOSO; MADEIRA, 2007, p. 10-11).

Essa confluência de saberes e fazeres, práticas sociais e culturais, sentido de pertencimento, é evidenciada nas inúmeras feiras brasileiras. Nesses espaços é possível conhecer um pouco mais sobre a cultura e a história local. Calado (2013, p. 23) corrobora essa afirmação, enfatizando que: “Algumas feiras brasileiras são, reconhecidamente, pontos obrigatórios para quem quer conhecer certas cidades e seus habitantes”.

Como exemplo, a história da formação da Feira de Caruaru se confunde com a própria história do município, localizado em Pernambuco. Veloso; Madeira (2007) mostram essa contextualização histórica, além da diversidade cultural presente nessa feira, que a elevou à categoria de patrimônio cultural imaterial brasileiro em 2006.

A Feira de Caruaru condensa muitos sentidos. Ela é uma das mais antigas e talvez a maior de todas no Brasil – mais de um milhão de pessoas circulam ali por ano –, celeiro da cultura popular, tendo no cordel, na xilogravura e na cerâmica imaginária alguns dos pontos mais evidentes de seu interesse para o patrimônio nacional. **A feira e a cidade nasceram juntas, sendo impossível dissociar suas histórias.** [...] Ainda hoje, se dão práticas sociais “artesaniais” na Feira de Caruaru, como o escambo – em que bens são trocados por bens – ou a transmissão oral de saberes tradicionais, lugar de divulgação do cordel e outras formas poéticas, espaço de guarda de conhecimentos sobre os usos medicinais e culinários das ervas, sementes e raízes. Expressão de toda a civilização do couro que se formou na região do Agreste nordestino (VELOSO; MADEIRA, 2007, p. 20-21, destaques meus).

Além da Feira de Caruaru, o Brasil possui outra feira que recebeu o título de patrimônio cultural em 2017, a Feira de Campina Grande na Paraíba, chamada de “Feira das Feiras”. As mercadorias, os personagens, as vivências, as práticas sociais, a diversidade e a variedade das expressões culturais somam-se e articulam-se na perspectiva do espaço na cidade. De acordo com o dossiê de registro da Feira de Campina Grande:

Atualmente, a Feira de Campina Grande é uma das maiores e mais intensas praças comerciais livres (“no meio das ruas”) presentes no território brasileiro. Apresenta forte relação com o espaço urbano em que se insere, estando no mesmo local há sete décadas, preenchendo um espaço de aproximadamente setenta e cinco mil metros quadrados, com ocupação intensificada e ampliada nos “dias de feira” (IPHAN, 2017).

Importante mencionar que a dissertação de Miranda (2009) escolheu como objeto de pesquisa as duas feiras supramencionadas e a relação dessas com as cidades nas quais estão inseridas. Entendendo as feiras pesquisadas como “fenômenos urbanos na cidade”, o autor citado as analisa a partir das perspectivas econômica, espacial e cultural e, desse modo, indica que as feiras devem “atuar como elementos de acomodação de dinâmicas econômicas locais e continuarem sendo expoentes máximos do caráter de sua gente” (MIRANDA, 2009, p. 175).

No Mato Grosso do Sul, a Feira Central de Campo Grande é registrada a nível municipal através da Deliberação CMC nº 1, de 29 de setembro de 2017. Em sua página na internet constam diversas informações e fotografias, inclusive uma linha do tempo, na qual são apresentadas suas mudanças em âmbito histórico, social, cultural e espacial, desde sua criação em 1925. Com relação à multiculturalidade expressa na relação da Feira Central com a cidade de Campo Grande, o conteúdo demonstra que:

A Feira Central de Campo Grande abriga um encontro de várias raças, como japoneses vindos da emigração através do Kasato-Maru, colonizadores de outros estados brasileiros com seus costumes, nativos, povos indígenas na sua essência, vindos da Aldeia Limão Verde e das aldeias urbanas existentes no município de Campo Grande, e também irmãos vizinhos, Bolivianos e Paraguaiois. Toda essa miscigenação de expressões culturais e gastronomia expressiva, nos fizeram únicos, gerando muitos empregos, ajudando na economia local, tornando-se assim um ponto de encontro e orgulho desses povos. Um espaço público que expressa várias culturas em um só local (*Feira Central de Campo Grande: a história na linha do tempo*. Disponível em: <http://feiracentralcg.com.br/nossa-historia/>. Acesso em 13 set. 2020.)

Retornando ao contexto de Dourados, reitero a importância dessa pesquisa no sentido de entender a Feira Livre pensando também a cidade e os atores sociais a ela ligados.

A Feira Livre de Dourados é a marca da ação humana no/do espaço geográfico douradense ao longo dos anos da (re) produção desse espaço. Tal marca, impressa no espaço urbano de Dourados, reúne as experiências humanas ao longo do tempo, numa dinâmica que está relacionada diretamente à produção, distribuição e circulação dos produtos hortifrútiis, produtos importados e alimentação (SANTOS, 2019, p. 55).

Nesse sentido, pensar a história, a produção e a apropriação do espaço urbano, as sociabilidades e as diversas problemáticas envolvidas é entender também que “personagens e acontecimentos são sucessivamente reavaliados para ceder espaços a novas interpretações e

configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares” (PESAVENTO, 2007, p. 17). Analisar o processo de identificação e pertencimento dos sujeitos sociais relacionados à Feira Livre enquanto seu patrimônio cultural é fundamental, pois “a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos” (CANCLINI, 1994, p. 99). Acredito que tais elementos estejam entrelaçados, sobrevivem juntos ao longo do tempo, sendo que aos sujeitos sociais é dada a voz através da ação da memória, que, por sua vez, configura-se em fonte para o historiador. “E no caso de uma cidade, a sua memória se apoia na materialidade, nas vivências, na sensibilidade do vivido” (PESAVENTO, 2012, p. 402). Nessa perspectiva, o que a cidade apresenta e institui como patrimônio, “o possível de ser resgatado como testemunha de um passado, de forma mais evidente, são os restos materiais, o visível, o tangível, aquilo que é apreensível pelos sentidos, pelo ver e pelo tocar” (PESAVENTO, 2012, p. 404).

Revisão da literatura

Nesse ponto parece-me importante abordar as discussões realizadas em algumas produções acadêmicas que têm como objeto as feiras livres, no intuito de trazer ao debate os problemas apontados nessas pesquisas, sendo que alguns foram também identificados na Feira Livre de Dourados. Grande parte dessas produções também traz, como elemento relacional de análise, a cidade, evidenciando inúmeras questões a se problematizar e diversas possibilidades de pesquisa com as categorias cidades e feiras livres. Saliento que a maioria dos trabalhos têm como objeto de pesquisa feiras do Nordeste brasileiro, além de demonstrarem, por conta da diversidade dos campos de estudo aos quais estão vinculados, a interdisciplinaridade da área.

Ao escrever sua tese na área de História, Araújo (2011) comparou feiras do Brasil e de Portugal com o objetivo de analisar os impactos causados pela globalização nesses espaços. Nesse sentido, a autora citada afirma que as feiras contemporâneas passam por uma “elevada crise de sobrevivência”, caracterizada, dentre outros aspectos, pelo desemprego, informalidade, diversidade cultural, implantação de novos lugares de consumo, adaptação à nova lógica de mercado e abertura de mercado aos produtos importados. Com relação ao papel do poder público, a autora citada percebe que no Brasil tem-se buscado o “reconhecimento destes lugares como patrimônio imaterial, destacando as políticas de salvaguarda e os projetos de requalificações” (ARAÚJO, 2011, p.10). Nemer (2012, p. 5) propõe, em sua tese em História sobre a Feira de São Cristóvão (RJ), a discussão de questões relacionadas à “migração, à ocupação do espaço por grupos minoritários, à transmissão de memórias e aos diálogos

interculturais”, entendendo esses temas como integrantes dos “processos de globalização cultural e valorização dos patrimônios culturais tradicionais” que se têm inserido nos debates de âmbito público e acadêmico. Souza (2010) desenvolveu sua dissertação tendo como objeto, alocado no campo das Ciências Sociais, a feira de São Joaquim, em Salvador (BA). Compreendendo a feira como “*loci* de inserção da população pobre, negra e migrante”, aponta alguns elementos problematizadores de seu processo histórico e social: “Rodovias. Supermercados e outras formas de abastecimento. Intervenções sanitárias. Ameaças de deslocamento e ‘revitalização’. Tensões”. Nesse sentido, aos feirantes restaria, “via resistência, a criação ou invenção de mecanismos de defesa e adaptação” (SOUZA, 2010, p. 9). Já a dissertação da área da Geografia, defendida por Trevisan (2008), destaca as questões relacionadas à convivência da economia formal e da informal, presentes na feira de Igarassú, localizada no Recife (PE). O autor defende o posicionamento de que “as dinâmicas espaciais da Feira Livre ocorrem, em grande parte, devido a sua localização entre o urbano/rural”, sendo essa questão importante para identificar e discutir os aspectos econômicos e sociais do município do Recife (TREVISAN, 2008, p. 8). Outra dissertação, essa no campo da Antropologia Social, traz ao debate o estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur em Porto Alegre (RS). Nessa pesquisa, a pesquisadora procurou analisar as trocas sociais no ambiente da feira livre enquanto práticas cotidianas no contexto urbano. Ao analisar as interações que ocorrem nas formas de apropriação do espaço rua, insere o contexto da cidade (VEDANA, 2004, p. 8). A dissertação de Miranda (2009), em Desenvolvimento Urbano, apresenta o contexto urbano, os limites e as potencialidades de duas importantes feiras nordestinas, patrimônios culturais brasileiros: Caruaru (PE) e Campina Grande (PB), compreendendo a relação “íntima e simbiótica” entre as feiras e as cidades, através do uso dos espaços, da diversidade de produtos, “das relações humanas e da riqueza cultural” (MIRANDA, 2009, p. 10). Igualmente, Firmino (2016) analisou duas feiras: Arapiraca (AL) e Itabaiana (SE). Partindo de um viés geográfico, o autor estudou as feiras na perspectiva de circuito inferior e percebeu considerável impulso na economia das cidades abordadas por conta da atividade econômica nas feiras (FIRMINO, 2016, p. 291). A tese em Geografia de Pazera Júnior (2003) destaca as permanências e mudanças da feira de Itabaiana (PB). Surgida no século XIX como feira de gado, foi adquirindo novas funções e, com o passar do tempo, descaracterizou-se, migrando de uma feira típica camponesa para o contexto urbano. Ao considerar o contexto final de sua pesquisa, o autor se posicionou: “não haverá necessariamente o ‘fim’ das feiras, como pensam alguns. As feiras são elementos vivos, que se perpetuam, na medida em que são movidas pela história” (PAZERA JÚNIOR, 2003, 182). A pesquisa de mestrado de Cavalcanti

(2015), em Desenvolvimento Urbano, teve como foco a gestão pública urbana de uma feira livre de Recife (PE) e a participação dos feirantes nesse contexto. Destaco que esse material foi especialmente relevante para as discussões de um dos capítulos da tese.

Alguns livros também embasaram meu aprendizado sobre a temática e trouxeram contribuições nas diferentes perspectivas presentes nos estudos sobre as feiras e as cidades: *Feiras Livres: cidades de um só dia, aprendizados para uma vida inteira* (LUCENA; GERMANO, 2016), derivado de produção acadêmica no campo das Ciências Sociais; *Feira Livre: organização, trabalho e sociabilidade* (SATO, 2012), derivado de produção acadêmica no campo da Psicologia Social e *Dias de feira* (BERNARDO, 2014), compilado de crônicas de um ex-feirante que apresenta “as histórias e os bastidores da feira livre”. Por fim, resalto as produções técnicas, desenvolvidas a partir dos inventários patrimoniais, que também são contributivas nesta tese: *Feiras permanentes de Brasília* (VELOSO; MADEIRA, 2007); *Feira de Caruaru* (Iphan, 2006) e *Feira de Campina Grande* (Iphan, 2017).

Uma importante contribuição para o estudo das feiras no Mato Grosso do Sul se deu através da pesquisa de Lenita Maria Rodrigues Calado, intitulada *Campo Grande e sua Feira Livre Central: conhecendo a cidade através da feira*. A dissertação, defendida no PPGH/UFGD em 2010 e publicada em 2013 com o título *Era uma feira aonde a gente ia de chinelo: Campo Grande e sua Feira Livre Central*, parte da Feira Livre de Campo Grande para apresentar parte da história do município. Entendendo a Feira Livre Central como uma “miniatura da cidade”, a historiadora analisa, além dos traços de ruralidade representados nas barracas da feira, a importância dessa, “no cotidiano dos moradores, seus pertencimentos e suas necessidades” (CALADO, 2010, p. 7).

Na intenção de apresentar as produções acadêmicas sobre a Feira Livre de Dourados e identificar possíveis problemáticas recorrentes, encontrei algumas pesquisas apresentadas em diversos campos da ciência, as quais foram extensamente exploradas nessa tese. A monografia das pesquisadoras do curso de Geografia da UFMS Florenciano; Cardoso; Simão (1995), intitulada *A Feira Livre no município de Dourados-MS*, apresentou a feira a partir de sua identificação enquanto objeto histórico importante para o abastecimento e distribuição de gêneros alimentícios na cidade e fonte geradora de emprego. Ao entrevistar moradores locais e feirantes, as autoras identificaram a estrutura organizacional da feira e os problemas relacionados a ela naquele contexto histórico: infraestrutura, segurança e regulamentação. A monografia de Binelo (1999), *Concepção de um espaço formal para a economia informal da cidade de Dourados*, produzida no campo da Arquitetura, pretendeu projetar um novo espaço para a readequação da feira que, naquele momento, era realizada na rua Cuiabá. Nesse sentido,

a concepção do projeto arquitetônico apresentou-se em “forma de praça aberta e livre como uma rua [...]. Com esta implantação, estaríamos mantendo o referencial sensorial urbano, além de solucionar um outro problema existente, que são alguns grandes vazios urbanos degradados” (BINELO, 1999, p. 6). Conforme exposto em um dos capítulos desta tese, esse projeto não foi implementado. Lopes; Ramires; Rodrigues (2014), ao observarem o ambiente da Feira Livre da rua Cuiabá na perspectiva antropológica (através do projeto de pesquisa na graduação em Ciências Sociais *Feira Cuiabá*), apresentaram suas percepções a partir das mudanças que ocorriam nesse ambiente de acordo com as alterações do clima, do espaço e da passagem do tempo. Mais recentemente, em 2019, foi defendida a dissertação no PPGG/UFMG que teve como objetivo “analisar a redefinição da localidade da Feira Livre da Rua Cuiabá para a então Chácara Rigotti” (SANTOS, 2019, p. 3), sendo intitulada *Feira Livre de Dourados: território e identidade*. A pesquisadora citada investigou, através da percepção dos feirantes, clientes e moradores, “relações e processos produtivos, sociais, políticos, culturais, identitários, tradicionais etc. que se traduzem em materialidade do território”. Vale ressaltar que, para a autora citada, “essa dinâmica é permeada por contradições, continuidades e descontinuidades, transformações e mudanças, que nos permitem interpretá-la sob diversos vieses analíticos” (SANTOS, 2019, p. 3).

Durante o período de doutoramento tive a oportunidade de apresentar e discutir os resultados parciais da pesquisa em alguns eventos acadêmicos, produzindo um capítulo de livro e dois artigos publicados em anais: *A cidade e o patrimônio: olhares sobre a Feira Livre de Dourados (1948-2016)* (LARA, 2018); *Memórias da cidade: apontamentos históricos sobre a Feira Livre de Dourados/MS* (LARA, 2019); *Os bens culturais patrimonializados em Dourados/MS: o patrimônio preservado(?) através da herança da CAND e a tentativa inicial de legislar (para) o patrimônio* (QUADROS, 2021)².

Através dessa apresentação e contextualização historiográfica sobre as feiras livres, é possível notar a diversidade de temas de pesquisa, além das múltiplas problemáticas inseridas nesses elementos, que, a depender do campo em que são estudados, apresentam suas especificidades e contradições. Cabe destacar que as temáticas e discussões se aproximam de minha pesquisa, sobretudo nos aspectos relacionados às problemáticas vivenciadas no ambiente

² Como é possível perceber, poucas são as pesquisas acadêmicas que se direcionaram à Feira Livre de Dourados. Encontrei alguns trabalhos que têm como objeto de pesquisa os feirantes de Dourados (sobretudo na área de Nutrição), além de um artigo, produzido por estudantes de Jornalismo, intitulado *Documentário em áudio “Feira-Livre de Dourados – Uma história cheia de sons, cheiros e cores* (ROSA et al., 2012). O produto final da pesquisa (o documentário) pode ser acessado através do link: http://argumentandum.blogspot.com/2010/11/feira-livre-de-dourados-uma-historia.html?fbclid=IwAR07GiLxW7-FP6wEnWtUA0j7wUCtNcX_Q_Tlb_zW4gzxBLy8oEuUCMVKh7k. Acesso em 29 jun. 2022.

da Feira Livre e no contexto urbano da cidade, assim como no campo das sociabilidades. No entanto, a metodologia de análise historiográfica, a utilização de diversos tipos de fontes e a perspectiva da análise do processo de patrimonialização da Feira Livre se colocam como diferenciais na presente tese.

Dessa forma, ao analisar o objeto desta pesquisa e diante do contexto teórico-metodológico apresentado, percebi ser necessário investigar os aspectos históricos e geográficos relacionados à Feira Livre e à cidade de Dourados e, nesse sentido, as produções acadêmicas dos programas de pós-graduação em História e Geografia da UFGD foram importantes para compreender e analisar as questões relacionadas às memórias, cultura, patrimônio, sociabilidades, política e transformações urbanas.

Na perspectiva da História, os seguintes trabalhos têm acrescido e fortalecido a temática historiográfica de Dourados e região e foram contributivos para esta tese: *Dourados: entre a memória e a história*, de Walteir Luiz Betoni (2002); *Dourádossu: caminhos e cotidiano dos nikkeis em Dourados (décadas de 1940, 1950 e 1960)*, de Edna Mitsue Inagaki (2002)³; *Memórias, trajetórias e viveres: a experiência de ser nordestino(a) em Dourados-MS (1940-2002)*, de Marina de Souza Santos (2003); *Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)*, de Claudete Soares de Andrade Santos (2007); *Dourados e a democratização da terra: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados*, de Maria Aparecida Ferreira Carli (2008); *A construção da identidade douradense: 1920 a 1990*, de Mercolis Alexandre Ernandes (2009); *O jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)*, de Fernando de Castro Além (2011); *Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): a agricultura e a exploração de madeira (1950-1970)*, de Ana Paula Menezes (2012); *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*, de Juliana dos Santos Pereira (2013); *“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)*, de Suzana Gonçalves Batista Naglis (2014); *Da usina termoelétrica senador Filinto Muller à usina velha: contribuição à história de um patrimônio histórico-cultural douradense*, de Maiara Laís Pinto (2015); *Dourados: planejamento, experiências e olhares sobre a cidade (1970-2003)*, de Marina de Souza Santos (2016); *O patrimônio cultural religioso: história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS*, de Camila de Brito Quadros Lara

³ Informo que parte dessa dissertação publicada em forma de livro (2008): *Imigração japonesa para o Brasil: os japoneses em Dourados (século XIX e XX)*.

(2017); *Um favo de cultura(s): Territórios identitários e lugares de memórias de migrantes nordestinos em Dourados-MS – (1989-2017)* de Clecita Maria Moises (2018); *O patrimônio cultural multifacetado: tensões, contradições e uso em Dourados (1984-2018)*, de Márcia Bortoli Uliana (2019); *Política cultural sul-mato-grossense, patrimônio cultural e transformações sociais e urbanas: uma análise através do movimento pela preservação do edifício do Clube Social Dourados (décadas de 1970 e 1980)*, de Maiara Laís Pinto (2020); *A Associação Comercial de Dourados (ACD): organização interna, defesa dos associados e presença na sociedade (1945-1955)* de Poliana Ferreira Vilela Mendes (2020).

No âmbito da Geografia, destaco a tese de Maria José Martinelli Calixto: *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados/MS*, a tese de Mário César Tompes da Silva: *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, ambas defendidas em 2000, e a dissertação: *A rua como lugar dos viveres e fazeres: transformações e persistências na área central de Dourados-MS*, de Elaine Cristina Musculini (2012).

Fontes da pesquisa: busca, seleção, preparação, análise e interpretação

Ao iniciar o trabalho com as fontes percebi a inter-relação existente entre as diversas tipologias de fontes selecionadas e que seria necessário um constante diálogo nesse âmbito. Além disso, vale destacar que nenhuma fonte única é capaz de responder à problemática da pesquisa, e de fato: “Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego” (BLOCH, 2002, p. 80). Nesse sentido, um primeiro passo em relação às fontes foi dado em direção aos arquivos. Para se trabalhar com as fontes documentais, Bacellar (2008) orienta à imersão nos arquivos, lembrando que a maior ou menor importância de cada arquivo é estabelecida pelo historiador a partir de seus interesses e questionamentos. Além disso, o autor aponta a necessidade de se conhecer o “funcionamento da máquina administrativa”, ou seja, a linguagem e os procedimentos que devem ser levados em conta ao pesquisar documentos em arquivos. Ao analisar a fonte documental é necessária a contextualização da fonte, o cruzamento entre as fontes pesquisadas, avaliar a qualidade das informações, entender suas singularidades, tendo sempre um olhar crítico sobre as mesmas (BACELLAR, 2008, p. 23-79).

No segundo semestre de 2017, ainda no processo anterior ao ingresso no doutorado, realizei algumas visitas a dois locais que abrigam acervos documentais que se relacionam com a temática de pesquisa (Câmara Municipal de Vereadores de Dourados e Centro de

Documentação Regional da FCH/UFGD) para um contato inicial com as fontes, no sentido de verificar as possibilidades de se trabalhar com os documentos oficiais, que, juntamente com as fontes da imprensa local, são as principais fontes desta tese. Dessa forma, busquei primeiramente, no arquivo da Câmara Municipal (no qual foi-me apresentada a pasta intitulada *Feira Livre Municipal*), o conjunto de documentos relacionados ao tombamento da Feira Livre, os quais denominei e citei nos capítulos como *Dossiê Feira Livre*. Nesse dossiê estão contidas cópias dos ofícios, projeto de lei, mensagens de veto, publicação de lei em *Diário Oficial*, relação de votação nominal, relatórios e pareceres relacionados ao processo de patrimonialização da Feira Livre. Não tenho informações sobre quem o produziu e nem se está completo, ou seja, se ele contém a totalidade de documentos existentes sobre o processo de tombamento da Feira Livre de Dourados. Diferentemente do CDR, adentrar e pesquisar nos arquivos da Câmara Municipal não foi tarefa tão fácil. Na verdade, percebi que se faz necessário conhecer e convencer os “agentes detentores” desse material sobre a legitimidade e importância de nossa pesquisa (bem como de nossa idoneidade acadêmica, segundo eles), para que a entrada seja permitida. A cópia dos documentos também deve ser autorizada, apesar de sabermos que se trata de documentos públicos. Dessa forma, é necessário criar inicialmente um vínculo, uma “rede de amizades” para que, posteriormente, possamos circular mais tranquilamente por esses espaços.

De fato, os documentos oficiais também são importantes fontes no campo da História, sendo fundamentais para o pensamento histórico, na medida em que, através dessas fontes, estabelecemos uma conexão com o passado, uma interpretação do mesmo. “Fato e documento histórico demonstram nossa visão do passado, num *diálogo* entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas” (KARNAL; TATSCH, 2017, p. 13, destaque dos autores). Nessa perspectiva, entendo o documento como uma construção social, fruto do seu tempo, da sociedade como um todo. Alguns questionamentos para os documentos oficiais, e que cabem igualmente para as demais fontes, foram realizados: Qual a natureza, e quem produziu o documento? Por que e para que produziu? A que grupo(s) está vinculado? Qual a intenção ao se produzir esse documento? Quais efeitos e recepção ele teve? Há que se salientar que o documento possui sua historicidade e que essa perspectiva muda, dependendo de quem utiliza/analisa essa fonte, pois o mesmo “existe em relação ao meio social que o conserva” (KARNAL; TATSCH, 2017, p. 21).

No CDR identifiquei vários documentos, além de uma diversa coleção de fontes da imprensa local, composta, entre outros periódicos, pelos jornais *O Progresso* e *O Douradense*, que são extensamente utilizados nesta pesquisa.

Para as fontes da imprensa, há que se pensar em algumas problemáticas que acabam por influenciar o processo de análise. Maria Helena Capelato, uma das principais referências nesse campo, considera o jornal uma das principais fontes de informação histórica: “Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas” (CAPELATO, 1988, p. 21). Por outro lado, segundo a autora citada, a forma como o historiador interpreta-o como fonte deve levar em conta a manipulação de interesses e as intervenções na vida social, além da imparcialidade e as subjetividades da imprensa. Cruz; Peixoto (2007) alertam para a utilização dos materiais da imprensa apenas como meras fontes de informação, pois trata-se de uma linguagem “constitutiva e social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260). As autoras citadas ainda propõem um constante diálogo com as demais fontes de pesquisa, além da importância de se analisar o contexto no qual essa fonte foi produzida, pois: “O modo que o periódico constrói sua perspectiva histórica propõe um diagnóstico da realidade social em um dado processo e conjuntura, como se posiciona no campo da memória social, isto é, de que forma e com que referências articula passado/presente/ futuro” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 265).

Ao refletir sobre a utilização das fontes da imprensa local, percebi que o jornal *O Progresso* se revelou como uma fonte relevante (provavelmente a principal utilizada), devido a alguns fatores: a quantidade de edições disponíveis para a consulta; a facilidade para se fazer a consulta, pois esse material está atualmente completo em sua digitalização, realizada e disponibilizada pelos colaboradores do CDR; e porque o periódico apresenta, em grande medida, os diversos aspectos relacionados à história de Dourados, possibilitando, dessa forma, abordar o objeto de pesquisa e suas relações com a cidade. Para além disso, foi possível perceber e problematizar ao longo dos capítulos os posicionamentos do periódico em relação às diversas problemáticas debatidas na pesquisa (através da opinião dos articulistas, dos editoriais e das matérias em geral), as relações de poder existentes no campo da imprensa local, ou seja, a forma como *O Progresso* apresenta e articula ideias (e ideais) sobre Dourados e sobre a Feira Livre.

Nesse ponto, apresento a historicidade e a metodologia de trabalho com essa fonte. Um periódico denominado *O Progresso* foi fundado em Ponta Porã em 1920 por Major Militão, que, em 12 de setembro do mesmo ano, o transferiu para o advogado José dos Passos Rangel Torres, que permaneceu como proprietário até a finalização das atividades do jornal naquela cidade, em 1927 (JOSGRILBERT, 2015, p. 84-85). Em abril de 1951, Weimar Gonçalves Torres, filho de Rangel Torres, fundou em Dourados um jornal e o intitulou também *O Progresso*, em

cuja administração seus descendentes permanecem até a atualidade. Cabe destacar que *O Progresso* de Dourados é o mais antigo jornal impresso em circulação no Estado.

As cópias digitalizadas disponíveis no CDR encontram-se separadas por 1ª fase (diz respeito às publicações de quando o jornal era veiculado em Ponta Porã – 1920-1922; 1926-1927) e depois por ano (1951-2019, com algumas falhas de veiculação). Saliento também que, a partir do ano 2010, *O Progresso* disponibilizou digitalmente seu acervo através do seu *site*⁴. Dessa forma, os exemplares digitalizados foram inteiramente analisados, através de busca da palavra-chave *feira*, o que, por sua vez, implicou em descartar inúmeras edições que continham outros tipos de feira (feira agropecuária, feira de calçados, feira de artesanato, feira comercial, feira de carro, feira de imóveis, feira de noivas, feira do livro, entre outras), além das edições que somente sinalizavam os dias da semana, por exemplo: segunda-feira, terça-feira etc. Esse trabalho (exaustivo, porém necessário) foi realizado entre março e agosto de 2019, percorrendo as edições contidas entre 21/4/1951 (data da publicação do primeiro número) até a edição publicada em 28/6/2019 (última edição digitalizada disponível no CDR quando encerrei o levantamento dos exemplares, em 6/8/2019). Nesse sentido, as matérias/notícias/reportagens/artigos/notas publicados com referência à feira (livre) foram analisados e transcritos para um documento *Word*, o que resultou em 402 páginas de material catalogado. Posteriormente, esse material foi separado em temáticas relacionadas aos capítulos que foram explorados na tese.

Algo importante precisa ser destacado: durante o processo de análise e interpretação dessa fonte aprendi, através de meu orientador, o que é e como identificar nas matérias jornalísticas o *press release*. Um dos instrumentos mais importantes das assessorias de imprensa, o *press release* (“liberado para a imprensa”) pode ser denominado como uma nota de imprensa, um comunicado, enviado à imprensa por assessorias de comunicação (RIBEIRO *et al.*, 2015, p. 4). Durante a análise das edições do periódico notei que inúmeros *press releases* relacionados a Feira Livre foram enviados (provavelmente por assessores de comunicação do Legislativo e Executivo municipais) à imprensa local e publicados nas edições d’*O Progresso*. Os conteúdos dos textos geralmente buscavam demonstrar o empenho dos legisladores e administradores públicos e suas realizações em projetos e obras públicas, ou seja, a análise dos *press releases* levou em conta a intencionalidade e o direcionamento dos discursos publicados.

⁴ Destaco a importância do projeto de digitalização d’*O Progresso* realizado pelos técnicos e estagiários do CDR, sob a coordenação do prof. Paulo Roberto Cimó Queiroz. Parte desse processo e da história do periódico podem ser conhecidos através do link: <https://www.progresso.com.br/variedades/acervo-digital-13-mil-edicoes-registras-em-mais-de-sete-decadas-de-historia/346063/>. Acesso em 26 jun. 2022.

Na intenção de levantar informações sobre a criação e os primeiros anos de funcionamento da Feira Livre, foi analisado o jornal *O Douradense*. Esse periódico foi veiculado em Dourados e suas edições foram publicadas entre 11/5/1948 e 1/8/1950, num total de 16 números.

Como a impressão do jornal era difícil, pois a mesma era feita em Campo Grande e nas oficinas de ‘O Progressista’ daquela cidade, e os recursos financeiros do Diretor eram fracos, o mesmo jornal deixou de existir, como sempre acontece com a imprensa do interior (CARMELLO, 1973, p. 24).

Armando da Silva Carmello era o proprietário e diretor responsável pelo jornal (no qual atuava também como cronista e se referia à Feira Livre e à cidade, por muitas vezes, de forma idealizada e romantizada), além de ser membro ativo da comunidade em diversas frentes. Para o preparo dessa fonte, as imagens das edições foram analisadas e transcritas para um documento *Word*. Além de revelar aspectos iniciais sobre a Feira Livre, esse periódico possibilitou apresentar também características gerais sobre o município de Dourados e as colônias agrícolas.

A imprensa digital também foi utilizada: *Dourados News*, *Dourados Agora*, *Campo Grande News*, *Douranews*. Dos vários jornais publicados de forma *online* citados nesta pesquisa, destaco a *folha de dourados*. Fundado por Theodorico Luiz Viegas (que também representou a *Folha de São Paulo* e *O Estadão* na região) em 1968, foi o primeiro jornal diário da cidade, passando a ser publicado de forma *online* a partir de 2013 (cf. <https://www.douradosagora.com.br/2018/04/27/folha-de-dourados-comemora-50-anos-com-documento-historico-da-imprensa/>. Acesso em 26 jun. 2022)⁵.

Das edições *online* do jornal *folha de dourados*, utilizei as publicações de uma coluna específica: *Notícias – Feira Livre da rua Cuiabá*. Nessa, foram publicados, até o momento, 33 artigos que têm como tema as memórias e as histórias da Feira Livre de Dourados. O articulista, Ilson Boca Venâncio, apresenta, além dos relatos de feirantes e frequentadores, as suas próprias memórias, das feiras e da cidade, imprimindo ao texto um teor memorialístico⁶. Os comentários de leitores desses artigos, igualmente postados *online*, também foram considerados na tese e estão citados, acompanhados da referência à fonte, como “comentários à parte”. Saliento que essa fonte se revelou importante no campo da oralidade, pois, devido ao contexto pandêmico,

⁵ Cabe mencionar que o CDR abriga parte do acervo documental pessoal de Theodorico Luiz Viegas e a coleção completa das edições impressas do jornal *folha de dourados*.

⁶ Ilson Boca Venâncio se descreve como douradense nato, ator, músico, escritor, ativista cultural e militante político de esquerda. Já exerceu cargos administrativos na Fundação de Cultura e Esportes de Dourados (FUNCED) e no Museu Histórico de Dourados. Desde 1990 é colunista da *folha de dourados*, periódico que apresenta seu livro: *Dourados e sua cultura: memória das artes comentada*, publicado em 2014 (cf. informações extraídas do próprio livro).

a totalidade de entrevistas planejadas na fase inicial do projeto do doutorado não pode ser realizada, o que afetou consideravelmente a produção de fontes orais.

Ainda no contexto virtual, acessei duas páginas do *Facebook* que divulgam conteúdos memorialísticos sobre Dourados, além dos comentários repercutidos nas postagens relacionadas aos temas tratados. A página *Comissão de Revisão Histórica de Dourados* é administrada pelo professor de História Carlos Magno Mieres Amarilha e tem como objetivo “divulgar a História da Fundação de Dourados com fotografias e histórias de seus sujeitos” (cf. divulgação da página) e a página *Dourados, recantos e histórias* é administrada por Jussimara de Matos e Paulo Yuji Takarada e é voltada para a “publicação fotos, vídeos, documentos, eventos, causos, histórias, perguntas, artigos sobre os acontecimentos relacionados ao município de Dourados” (cf. divulgação da página).

No CDR outros documentos foram selecionados e analisados. A coleção *Atas da ACED (1945-2013)* se refere a diferentes eventos realizados na associação, destacando-se as reuniões da diretoria e as assembleias gerais (ordinárias e extraordinárias), apresentando também conteúdos sobre a Feira Livre. A coleção está distribuída em 14 volumes, sendo que cada volume possui um número específico de livros. Destaco que a equipe do CDR produziu um guia de consulta e um documento relacionado ao conteúdo dos volumes das referidas atas, o que facilita a pesquisa. O *Relatório do Território Federal de Ponta Porã*, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas, no ano de 1947, que pertence à coleção *Território Federal de Ponta Porã*, apontou aspectos gerais sobre a região, sobretudo com relação à produção das colônias agrícolas. O *Código de Posturas e Código de Obras* (1965), pertencente a coleção *Dourados: Leis, decretos etc.*, auxiliou-me na compreensão das questões relacionadas à gestão pública e o ordenamento urbano durante as décadas de 1960 e 1970. Ressalto também que outras coleções foram consultadas, porém nelas não encontrei documentos que pudessem ser úteis à pesquisa.

Na Secretaria Municipal de Cultura (SEMC) recebi a cópia de parte do Livro de Tombo, referente à inscrição da Feira Livre de Dourados enquanto patrimônio histórico e cultural, além de acessar algumas atas de reuniões do COMPHCAD. Outros documentos relacionados à SEMC, mencionados na pesquisa, estão disponíveis de forma *online*.

Alguns documentos oficiais também foram acessados de forma *online*, como por exemplo, o *Diário Oficial* de Dourados. Foi criado no município em 1999, no entanto cabe esclarecer que, anteriormente a esse ano, o veículo de divulgação dos atos oficiais era o jornal *O Progresso* (cf. ULIANA, 2019, p. 104), cuja utilização nessa perspectiva pode ser verificada nos capítulos desta tese. Além desse, cito o Plano Diretor de Dourados (2003) e o Procedimento

Administrativo instaurado pelo MPE no início de 2017 e arquivado em fevereiro de 2021. Com relação a esse último, saliento que a documentação é composta por mais de 500 páginas, entre despachos, ofícios, requisições e notificações. No entanto, não estão disponíveis em sua totalidade na página do Ministério Público Estadual (MPE). Cabe notar ainda, no formato *online*, o acesso aos documentos: *Código de Posturas do Município de Dourados (1979)*, *Inventário Turístico de Dourados* (edições 2018 e 2020), *Perfil socioeconômico de Dourados (2018)*.

A História Oral é uma metodologia de pesquisa que surgiu no século XX, constituída pelos registros dos testemunhos que compõem a “história dentro da história” (ALBERTI, 2008, p. 155). Essa metodologia consiste na produção de entrevistas com atores chave dentro da temática da pesquisa. Alberti (2013) produziu o *Manual de História Oral*, no qual divulga um modelo de referência que pode ser utilizado para o desenvolvimento desse tipo de trabalho. Mais recentemente, Meihy; Seawright (2020) apresentaram em *Memórias e narrativas: história oral aplicada*, propostas práticas para o uso da história oral de amplitude social, tendo como foco a discussão dos diversos elementos de um projeto em história oral.

De fato, o uso dessa fonte permite trabalhar com a memória e essa pode ser entendida como a capacidade que o ser humano tem de relembrar e conservar experiências e informações relacionadas ao passado, sendo estas, parte de processos de interação de cada indivíduo com seu meio. Pesavento (2008b) introduz esse sentido no campo de pesquisa das cidades quando afirma que “uma cidade possui seus mitos, suas lendas, suas histórias extraordinárias, transmitidas de boca em boca, de geração em geração, através da oralidade” (PESAVENTO, 2008b, p. 7). Assim, a memória também pode ser utilizada para tentar compreender os fatos históricos do passado, a partir de ressignificações individuais. Neste caso, a Feira Livre pode ser evidenciada enquanto evocação do passado, porém sendo esta ação realizada no presente. Nessa perspectiva, a ressignificação da memória é constante.

A utilização de fontes orais (as produzidas e as interpretadas a partir de outros tipos de fontes, como as da imprensa local e as apresentadas em trabalhos acadêmicos) possibilitou-me perceber os olhares dos diferentes grupos sociais que, de alguma forma, relacionam-se com o objeto pesquisado. Nesse sentido, os relatos evidenciaram as rupturas e permanências, os esquecimentos, as disputas de espaços de poder, o sentido de grupo social, entre outros aspectos relevantes. Porém, é necessário ter em mente que o relato oral não é um retrato do passado, não é a história, ele se constitui enquanto fonte e, dessa forma, necessita de interpretação e análise.

Calvo (2004), ao refletir sobre as memórias e histórias de uma cidade brasileira, analisa as diferentes percepções de seus entrevistados, tendo a cidade como ponto de partida.

Assim, a cidade que emerge nesse texto está imbricada nos referentes culturais de sujeitos sociais, nas percepções e sentimentos de pertencimento social desses sujeitos, uma vez que falaram comigo sobre o modo como sentiram e interpretaram os processos de mudanças no viver urbano a partir de suas lembranças e sentimentos, refletindo o tempo histórico e produzindo uma cartografia dos espaços e territórios que eram produzidos nos seus viveres, no trabalho, nas relações de vizinhança, de lazer, demarcados pelas suas memórias como referências de lugares que foram apagados da paisagem da cidade (CALVO, 2004, p. 156-157).

Para a produção das fontes orais havia sido destinado o 1º semestre de 2020. No entanto, devido ao contexto pandêmico, essa ação foi impossibilitada, e nesse sentido, apenas duas entrevistas foram realizadas. A primeira delas, ocorrida em julho de 2020, com o colaborador Roberto Djalma Barros, “personagem chave” no contexto do tombamento da Feira Livre. Vale destacar que a entrevista foi realizada obedecendo os devidos protocolos de segurança naquele contexto e que o colaborador manifestou consentimento para utilização, nesta pesquisa, dos conteúdos gravados. A segunda entrevista contou com a colaboração de Iracy de Aguiar Quadros, minha avó. Depois de mais de um ano sem vê-la e após ela estar vacinada com a segunda dose para a Covid-19, nos encontramos em março de 2021, em seu quintal. A surpreendente capacidade memorial de dona Iracy (que nasceu em 1935, mesmo ano da criação do município de Dourados) auxiliou-me a narrar uma parte da história da Feira Livre da rua Cuiabá, além de fazer-me compreender alguns aspectos da vida nas colônias agrícolas, sendo a CMD o ponto de chegada de sua família, em 1947.

Algumas conversas informais também se fizeram ao longo do processo. Destaco as inúmeras que tive com meu pai, Alceu de Aguiar Quadros, as quais repercutiram em ensinamentos ou esclarecimentos sobre “Dourados de antigamente”, alguns inclusive estão mencionados e citados ao longo da tese. Em 1961 a família de meu pai mudou-se para a rua Montese, a poucos metros da rua Cuiabá, onde funcionou a Feira Livre por 36 anos; minha avó, hoje viúva, ainda mora no mesmo local. Dessa forma, penso que, independentemente da relação de parentesco, a decisão de utilizar esses relatos é justificada pela contribuição que trazem para o entendimento dos temas tratados.

Por fim, recorri também ao uso de fontes memorialísticas. Algumas fazem parte de minha biblioteca pessoal e outras estão disponíveis no CDR. Porém, ao se analisar o discurso memorialista, entendo que ele “se faz através da construção da memória. Ao tecer sua teia narrativa, esta enfatiza lugares e aspectos urbanos que melhor possam defini-la como local de progresso e da modernidade” (BREFE, 1993, p. 3). Esses aspectos são recorrentes na produção memorialística sobre Dourados. Além do discurso do progresso e da modernidade vinculado à

cidade, a produção da narrativa memorialista acontece por meio de “uma sociedade qualquer em que a narrativa e a abordagem das temáticas são definidas e centradas em seu próprio ser” (BREFE, 1993, p. 5). Nesse sentido, e voltando ao objeto de pesquisa, é perceptível que a narrativa memorialística se sustenta através da rememoração de uma época por meio da produção literária local, mas também está presente em alguns discursos publicados na imprensa e nas páginas virtuais relacionadas às memórias de Dourados.

A tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro: *A Feira Livre de Dourados: da gênese com as colônias agrícolas ao cotidiano dos primeiros anos de funcionamento* apresenta o contexto histórico da criação da Feira Livre de Dourados e os seus desdobramentos iniciais. As fontes memorialísticas, a imprensa local e as produções acadêmicas utilizadas, além da documentação oficial, mostram que a instalação das colônias CAND e CMD, juntamente com os diversos processos de migração e a ideia de progresso e modernidade sobre Dourados, estão relacionadas e favoreceram o projeto de criação da Feira Livre. São apresentados também os problemas que a acompanharam desde os primeiros anos de funcionamento, sobretudo, os relacionados com a localização, preços praticados e insalubridade. Nesse sentido, as diferentes percepções dos grupos sociais e instituições vinculadas à criação e administração da Feira Livre são analisadas.

O segundo: *A Feira Livre e a cidade: a dinâmica dos espaços – o poder público e o planejamento urbano* foi direcionado a analisar os diversos espaços que a Feira Livre ocupou na cidade. Nesse sentido, a percepção do poder público se destaca, tendo como perspectiva o constante reordenamento do espaço público em Dourados e, além disso, a constante (re)apropriação desses espaços por moradores, feirantes e frequentadores são objetivos de análise e problematização. Com o auxílio das fontes da imprensa local, documentos oficiais relacionados à legislação ordenadora do contexto urbano e ainda os trabalhos acadêmicos produzidos sobre a cidade, foi possível apresentar, além de uma interpretação histórica sobre a Feira Livre, a forma como essa foi e ainda é entendida e representada no contexto administrativo, social e político da cidade.

O terceiro: *A Feira Livre de Dourados: as problemáticas do patrimônio cultural (i)material* trabalhou mais especificamente com a Feira Livre da rua Cuiabá na perspectiva de seu processo de patrimonialização, ocorrido em 2010. Através da documentação oficial, imprensa local e a colaboração de uma fonte oral analisei o processo de tombamento, contemplando seus antecedentes, os bastidores, as inconsistências e inadequações relacionadas à aplicação do instrumento protetivo. A partir da patrimonialização da Feira Livre e dos eventos decorrentes dessa, abordei as diversas fragilidades da “política patrimonial” de Dourados e

atestei a importância da rua Cuiabá como referência de espaço físico e simbólico vinculado à Feira Livre. Dessa forma, foi possível analisar os diversos olhares: o da imprensa local, o do morador do entorno da feira, do feirante, e sobretudo, o olhar do Ministério Público Estadual (MPE), do Executivo e Legislativo municipais com relação aos usos e intenções sobre/para com o patrimônio cultural Feira Livre de Dourados.

E, por fim, o quarto: *“Nascida e criada na rua”*: a Feira Livre de Dourados como espaço multicultural e de sociabilidades buscou apresentar a Feira Livre da rua Cuiabá para além de um espaço de trocas comerciais, contemplando os diversos aspectos sociais e culturais que esse local apresenta. Como fontes são utilizadas, sobretudo, edições dos periódicos *O Progresso* e *folha de dourados*, tanto as matérias jornalísticas como os depoimentos orais presentes nessas matérias que exploraram o cotidiano da Feira Livre e a sua relação com a cidade de Dourados. Assim, são analisadas e problematizadas as diferentes sociabilidades presentes nesse espaço físico e simbólico, destacando o protagonismo dos sujeitos sociais que fazem parte desse cenário (bem como os que são marginalizados). Encerrando a análise, feirantes e frequentadores contribuem em uma discussão sobre tradição e pertencimento à Feira Livre da rua Cuiabá.

Capítulo 1

A Feira Livre de Dourados: da gênese com as colônias agrícolas ao cotidiano dos primeiros anos de funcionamento

Este capítulo tem como objetivo apresentar o contexto histórico da criação da Feira Livre de Dourados e os seus desdobramentos iniciais. A instalação das colônias CAND e CMD, os diversos processos de migração e a ideia de progresso e modernidade sobre Dourados, veiculada pela imprensa local e apoiada pelos memorialistas, estão relacionadas e contribuíram para a criação da Feira Livre, como mostram as fontes consultadas. Assim, antes de adentrar propriamente ao objeto de pesquisa, preferi apresentar e contextualizar o cenário histórico regional de Dourados na década de 1940 e início de 1950, inserindo os elementos históricos que contribuíram para a formação e desenvolvimento do município. Convém ressaltar que a análise dos eventos antecedentes à criação da Feira Livre também é importante para compreendê-la enquanto elemento histórico, social e cultural inserido num contexto mais amplo. São apresentados também os problemas que acompanharam a Feira Livre desde os primeiros anos de funcionamento: a insalubridade, os preços praticados e a localização, sendo, esses, motivos para embates entre os grupos sociais e instituições participantes desse contexto. Nesse sentido, neste capítulo exploro os diferentes olhares dos grupos sociais e das instituições às quais eles são ligados sobre a criação e os primeiros anos de funcionamento da Feira Livre. Para embasar a escrita do capítulo são utilizadas, além das várias produções acadêmicas disponíveis, a imprensa local, as obras memorialísticas e os documentos oficiais.

1.1. Migração e povoamento na região: Território Federal de Ponta Porã (TFPP), Marcha para Oeste, Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e Colônia Municipal de Dourados (CMD) – as colônias e os colonos⁷

A historiografia regional indica que o contexto histórico do povoamento não indígena no extremo sul do Mato Grosso foi marcado por alguns processos migratórios, dentre os quais se encontram aqueles que originaram, posteriormente, o município de Dourados⁸. O primeiro deles se deu pela ocupação e o povoamento da região no final do século XIX e início do século XX, com a chegada dos primeiros migrantes vindos, sobretudo, dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Em busca de melhores condições econômicas, muitos fugidos de conflitos políticos em seus locais de origem, outros demandados pelas notícias de terras férteis e de oportunidades de trabalho, adentraram a região onde fixaram-se e iniciaram o trabalho no campo⁹. As notícias sobre os campos limpos e devolutos eram divulgadas pelos ex-combatentes da Guerra do Paraguai e também pelos migrantes que já residiam na região (GRESSLER; VASCONCELOS, 2005, p. 69). O cotidiano era pautado na ruralidade, baseado na agricultura e na pecuária, sendo o esporádico comércio realizado através de permutas.

Décadas depois, provavelmente o mais importante fluxo migratório para a região se deu por conta da política pública implantada durante o governo estadonovista de Getúlio Vargas (1937-1945), denominada Marcha para Oeste¹⁰. Com a intenção de ocupar os espaços considerados “vazios” na região Centro-Oeste, a política de característica propagandista, viabilizada sobretudo pelos meios de comunicação como o rádio e os jornais, com o objetivo

⁷ Como bem pontua Naglis (2014, p. 59), apesar da nomenclatura *colonos* ser amplamente utilizada como um substantivo masculino, sabemos que a força de trabalho nas colônias agrícolas não era exclusiva dos homens, mas sim composta por núcleos familiares, ou seja, homens, mulheres e seus filhos e filhas; posteriormente, familiares e agregados também fizeram parte desse contexto.

⁸ Dentre as várias publicações que tratam desse tema, acadêmicas ou memorialísticas, cito: GRESSLER; VASCONCELOS (2005); GRESSLER; SWENSSON (1988); CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA (1995); CORRÊA (1999); ROSA (1962); CARMELLO (1973); SOUZA (2003); MOREIRA (1990). Saliento, igualmente, que são diversas as pesquisas no âmbito do PPGH/UFGD que abordam esse tema, mesmo que indiretamente.

⁹ Oliveira (2013, p. 18) explica que, devido ao monopólio econômico e político da Companhia Mate Laranjeira na região, que exercia controle sobre a migração, era recomendado aos recém-chegados à região ervateira que se fixassem nos campos, onde não havia ervais. A autora destaca que esse poderio foi, por vezes, contestado, sobretudo por gaúchos que defendiam o parcelamento das terras.

¹⁰ Oliveira (2013) contesta a caracterização das ações de política de colonização do Estado Novo enquanto política pública. Para a autora citada, a Marcha para Oeste foi um projeto idealizado com o objetivo de integrar as áreas consideradas frágeis politicamente e como necessidade de garantir a ordem interna no país. Nesse sentido, “não era de interesse político do governo promover o bem-estar social, mas para fazer com que o projeto nacionalista da Marcha para Oeste se consolidasse tomou iniciativas e criou leis no sentido de promover o desenvolvimento econômico do país e aliviar certas ‘tensões sociais’ nas cidades para onde se dirigiam os homens do campo” (OLIVEIRA, 2013, p. 23).

de intensificação do povoamento, apresentava a colonização como fundamental para a conquista territorial em sua totalidade e o desenvolvimento econômico nacional (SANTOS, 2007, p. 23).

Aqui, cabe esclarecer dois pontos. Primeiro ponto: a região não estava “vazia”, como era veiculado pelo governo federal. São vários os autores que refutam a teoria dos “espaços vazios”, assegurando que desde antes da chegada dos espanhóis, no século XVI, a região já era ocupada por indígenas Guarani e Kaiowá e, mais tarde, posseiros e a Companhia Mate Laranjeira, que se fixaram após a Guerra do Paraguai (OLIVEIRA, 2013, p. 14). Queiroz (2015a, p. 111) direciona seus estudos aos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul, reiterando a ideia das frentes de expansão, iniciadas na primeira metade do século XIX, para explicar a ocupação não indígena na região. Segundo o autor, a primeira frente foi constituída por povoadores do Sudeste, sobretudo vindos de São Paulo e Minas Gerais e a segunda frente foi caracterizada por antigos moradores da porção norte do Pantanal. Ambas as frentes de povoamento se dedicavam principalmente à atividade de pecuária. Além de destacar a intensificação da migração dos sul-rio-grandenses durante a década de 1890, o autor também aponta o significativo fluxo migratório formado por imigrantes paraguaios no pós-guerra. Vale salientar que o imigrante paraguaio também é citado por João Augusto Capilé Júnior, na edição nº 13 do jornal *O Douradense*, o qual afirma que os primeiros se instalaram na região de Dourados em 1901 (*O Douradense*, 2/12/1948, p. 1). Ou seja, o sul do estado do Mato Grosso apresentava, naquele momento, “um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades particulares e estatais, boa parte delas de origem estrangeira” (LENHARO, 1986, p. 60). Betoni (2002) também faz uma discussão sobre a questão, com foco na análise das produções memorialistas.

Segundo ponto: diz respeito à política propagandista do governo estadonovista, realizada através dos meios de comunicação, mencionada anteriormente. Naglis (2014, p. 61) apresenta um contraponto para essa questão. Segundo a autora citada, grande parte dos colonos ficou sabendo sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada no contexto da Marcha para Oeste, através de parentes e vizinhos que já haviam se fixado na colônia, não sendo motivados pelas propagandas estatais. Outra parte já estava em processo de migração pelo interior do Brasil em busca de melhores condições de vida. Já Marina Santos (2003, p. 37-38) menciona que parte dos nordestinos que vieram para a CAND ficou sabendo da doação de terras através do rádio, e outros através da propaganda “boca a boca”. Moises (2018, p. 37-38), apesar de tratar de processos migratórios ocorridos entre as décadas 1960 e 1980, indica, em sua dissertação, que a maioria dos migrantes nordestinos entrevistados ficou sabendo através de

cartas, enviadas por parentes e amigos, que Dourados e seu entorno eram locais férteis e que as colheitas nesse local eram fartas.

Ainda no contexto da Marcha para Oeste, é relevante dizer que a “nacionalização” das fronteiras com a Bolívia e com o Paraguai se constituiu como um importante aspecto dessa política empreendida na região. Segundo Queiroz (2015a), a preocupação dos governantes em relação à influência paraguaia no contexto do extremo sul de Mato Grosso era mais intensificada “haja vista a grande presença, no seio da economia ervateira, de cidadãos paraguaios e seus descendentes – de tal modo que, nessa região, era intensa a influência cultural paraguaia, inclusive com uma larga disseminação do idioma guarani” (QUEIROZ, 2015a, p. 122). Nesse sentido, a Companhia Mate Laranjeira (CML)¹¹, que até aquele momento exercia o controle hegemônico da região através da economia dos ervais, era vista pelos varguistas como um entrave para a implementação de seu projeto do povoamento nacional. Dessa forma, o governo federal determinou a aplicação de diversas medidas que visavam desestruturar essa companhia, como por exemplo, “a recusa em renovar suas vastas concessões ervateiras, a imposição de taxas sobre a erva cancheada e o apoio aos produtores ervateiros independentes da empresa, com a criação do Instituto Nacional do Mate e de cooperativas de produtores” (QUEIROZ, 2015a, p. 122).

Por fim, Getúlio Vargas criou, na área de atuação da CML, o Território Federal de Ponta Porã (TFPP)¹², através do Decreto-Lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, e o desmembrou do estado de Mato Grosso, vinculando-o à União e, dessa forma, desestruturou a CML para colonizar a região da fronteira (OLIVEIRA, 2013, p. 14)¹³. Deste território faziam parte na época os seguintes municípios: Bela Vista, Dourados, Miranda, Porto Murtinho, Nioaque, parte de Corumbá e, eleita como capital, Ponta Porã. Para Santos (2018),

¹¹ Sobre esse tema, destaco as publicações de Queiroz (2012, 2013, 2015a, 2015b).

¹² Sobre esse tema, consultar: Camila C. SANTOS (2016) e Lúcia de M. SANTOS (2018). Outro importante documento a ser indicado é o Relatório do Território Federal de Ponta Porã, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas, no ano de 1947. Disponível no Centro de Documentação Regional/CDR/FCH/UFGD, coleção *Território Federal de Ponta Porã*.

¹³ Santos (2016) aponta, em sua dissertação, uma campanha realizada contra a CML durante o Estado Novo a fim de desestabilizá-la, sendo que, por meio dessa, “acusava-se a CML de atrapalhar o desenvolvimento regional, sair após esgotados os ervais de seu perímetro, não contribuir para a segurança do território nacional, empregar mais paraguaios que brasileiros, entre outras denúncias” (SANTOS, 2016, p. 65). Por outro lado, a desestruturação da CML ocorreu de forma gradual, sendo, para a autora citada, “arriscado estabelecer com propriedade e precisão quando se deu o fim da atividade hegemônica de exploração dos ervais exercida pela Cia. Mate, na região sul do Mato Grosso. Porém, algumas documentações sinalizam o ano de 1945, a partir da publicação do Decreto-Lei nº 7.916 de 30 de agosto de 1945, como sendo o início do cumprimento daqueles itens, até então ignorados, cruciais para garantir o fechamento do cerco da primazia exercida pela CML” (SANTOS, 2016, p. 88-89). Queiroz (2015b) complementa a narrativa, ao mencionar que em 1949 a CML perdeu em definitivo as concessões ervateiras, “e desde então foi abandonando” essa atividade (QUEIROZ, 2015b, p. 209).

[...] a proposta dos territórios se justificaria diante das populações locais devido aos investimentos diretos proporcionados pelo governo, pois as regiões onde se almejava criar os territórios eram consideradas atrasadas em todos os aspectos, devido a vários fatores, entre esses o de (suposto) abandono por parte dos governos estaduais. Desse modo, o emblema da Marcha para Oeste atingiu essas regiões, contribuindo para a aceitação da proposta do governo (SANTOS, 2018, p. 39).

Esse “atraso” perante as demais regiões do país, bem como o sentimento de abandono pelos governos, foi mencionado em uma das crônicas de Júlio Capilé (2004). O memorialista relata suas percepções sobre Dourados e seus moradores por ocasião da criação do TFPP.

O modorrento Patrimônio de antigamente (cerca de 30 anos), que, mesmo depois de cidade (pouco mais de sete anos), estava dormindo. Acordou de um momento para o outro com a boa nova, sequência da de um mês antes – a criação do Território. Floresceu a criatividade. O espírito encolhido e complexado do povo foi sendo tomado por uma euforia contagiante. Os moços já tinham um futuro, haveria troca de informações úteis. Dourados existia para o Brasil!!! (CAPILÉ, 2004, p. 117).

Outra publicação, na qual, além de Júlio Capilé, participam também João Augusto Capilé Júnior (conhecido popularmente por Sinjão) e Maria de Lourdes da Cruz e Souza, apresenta o contexto da criação do TFPP sob a óptica do discurso memorialístico, trazendo à tona uma narrativa esperançosa (pós criação do TFPP), em contraposição ao cenário anterior da região, considerada por muitos como uma terra selvagem, quase que inabitável.

Desde o início da sua criação, o Território espalhou por toda a grande área um ambiente de esperança e de muito otimismo, tendo em vista que, naquela ocasião, as células que compuseram o seu arcabouço estavam vivendo momentos de angústia e de aflição, com a falta de recursos com que levar à frente os trabalhos de desbravamento da inóspita região (CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 33).

Dentro do TFPP foi criada a CAND, pelo Decreto-Lei nº 5941, em 28 de outubro de 1943, e através dessa colônia “foram distribuídos oficialmente 8.800 lotes de terra a trabalhadores rurais, considerados pobres, originários de vários estados brasileiros” (OLIVEIRA, 2013, p. 14). A criação dos Núcleos Coloniais e das Colônias Agrícolas Nacionais fez parte da origem do projeto de povoamento e colonização da Marcha para Oeste, e, nesse sentido, ao longo da década de 1940, oito colônias foram instituídas pelo interior do país (PONCIANO, 2006, p. 84). Nesse ponto, vale esclarecer que:

[...] a criação da Colônia Federal de Dourados foi posterior à das demais colônias agrícolas. O Decreto-lei nº 3059, que dispunha sobre a criação de colônias agrícolas nacionais, data de 14 de fevereiro de 1941. O decreto-lei que criou a Colônia Federal de Goiás – a primeira colônia do Centro Oeste – data de 19 de fevereiro, também de 1941, portanto ambos do mesmo mês e ano. Entretanto, o Decreto-lei que criou a CAND, no sul de Mato Grosso,

somente foi oficializado em 28 de outubro de 1943 (OLIVEIRA, 1999, p. 142).

De acordo com Ponciano (2006), para melhor compreender o projeto de colonização realizado na CAND faz-se necessário categorizá-lo em três fases:

[...] a primeira compreende os anos de 1943 a 1948, identificada como o período de definição de sua extensão territorial e demarcação; a segunda pode ser identificada pelo período compreendido entre a chegada à CAND de grande concentração de migrantes, sobretudo nordestinos, até a emancipação de vários núcleos urbanos que se formou em seu interior, que vai de 1949 a 1963; e a terceira fase vai de 1964 até sua extinção em 1968 (PONCIANO, 2006, p. 86).

Com relação à área territorial da CAND, abrange os atuais municípios: Angélica, Deodápolis, Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí e Vicentina (GRESSLER, VASCONCELOS, 2005, p. 105).

Outra informação importante para contextualizar historicamente a CAND está relacionada à sua divisão territorial nas denominadas zonas.

A 1ª zona teve um desenvolvimento rápido, por conta da implantação da infraestrutura, principalmente no que se refere à demarcação dos lotes. Já na 2ª zona surgiu o primeiro povoado, chamado Vila Brasil (onde hoje se localiza o município de Fátima do Sul), em que a demarcação dos lotes foi um processo demorado que abriu precedente para atuação de grupos que vendiam ilegalmente terras da Colônia [...] (NAGLIS, 2014, p. 46).

As Colônias Agrícolas Nacionais, segundo Lenharo (1986), funcionariam como “viveiros de trabalhadores disciplinados e produtivos”. Além disso, “foi no bojo da proclamação da Marcha para Oeste que os trabalhadores foram convocados para conquistar o interior do país e contribuir com o seu quinhão para a edificação da nacionalidade” (LENHARO, 1986, p. 50). Desse modo, a CAND foi criada a fim de se introduzir na fronteira a ideia das pequenas propriedades, “instaurando assim, uma nova realidade agrícola compatível com o avanço industrial do país, cujo propósito era incrementar a produção nacional de gêneros alimentícios” (PONCIANO, 2006, p. 86).

Ademais, nota-se que a criação da CAND obedecia aos propósitos de colonização do projeto estatal Marcha para Oeste, promovido pelo governo de Getúlio Vargas. No entanto, cabe registrar que Naglis (2014, p. 41) defende que Getúlio Vargas não foi o único agente responsável pela criação da CAND, afirmando que houve uma mobilização de membros da elite douradense nesse sentido, os quais atrelavam a instalação da CAND com o progresso econômico de que a região necessitava. Como parte dessa mobilização, a autora citada menciona um abaixo-assinado organizado em 1941, que foi enviado ao governo federal por uma “comissão pró colônia agrícola em Dourados”, no qual assinam: Manoel Pompeo Capilé (proprietário),

Januário Pereira de Araújo (hoteleiro) e Emídio Rosa (comerciante e agente dos Bancos do Brasil e do Estado de São Paulo). Os memorialistas Capilé; Capilé Júnior; Souza (1995, p. 37) corroboram essa assertiva relatando que: “Comissões organizavam-se para um trabalho que pudesse sensibilizar as autoridades constituídas, através de relatórios mostrando a excelente qualidade da terra, equiparando-se às melhores do país”. Por outro lado, a figura de Getúlio Vargas é amplamente exaltada, tanto nas fontes de imprensa da época, como nos relatos dos memorialistas e de alguns colonos, como o “pai fundador da CAND” e, ainda, como o responsável pela “chegada do progresso” e pelo desenvolvimento econômico que Dourados conquistou pós década de 1950. O senhor Marcolino, que já foi colono e feirante, apresenta esse contexto através de seu relato: “Nós tínhamos o apoio do governo federal, através da cooperativa, que nos fornecia alimentos, sementes e ferramentas; já naquela época quando tratores era coisa rara, a colônia já tinha as máquinas para ajudar o agricultor” (in *folha de dourados*, 13/10/2020).

Outro fator relevante para a criação da CAND estava relacionado à tentativa de desestabilização do poder hegemônico da CML. Desse modo,

[...] considera-se, também, que a CAND foi arquitetada no interior do Território Federal de Ponta Porã com o propósito de eliminar a exploração das terras ervateiras pela Companhia Matte-Larangeira, cujo contrato havia vencido em 1937; por força da nova Constituição ditatorial, o controle sobre as terras devolutas, até então sob responsabilidade dos estados, passaria para a União. Note-se que o fim desse arrendamento significava, de fato, a abertura desta área aos migrantes e o início da colonização de parte da região considerada pelo governo federal como “espaço vazio” (PONCIANO, 2006, p. 86).

De fato, Ponciano (2006) atesta que nos anos iniciais da CAND as ações político-administrativas mais expressivas se concentraram na localização e a demarcação de sua extensão territorial. Oliveira (1999, p. 151) observa que a CAND “foi criada em 28 de outubro de 1943 e instalada em janeiro de 1944, mas sua implantação real ou legal somente ocorreu em 20 de julho de 1948, quando foi demarcada pelo governo federal”. Através da Lei nº 87, seus limites geográficos foram estabelecidos (NAGLIS, 2014, p. 43). Desse modo, o fluxo migratório para a região se tornou mais intenso a partir de 1948¹⁴ e sobretudo no início da década de 1950, com a

[...] chegada de imensas levas de migrantes pobres a esta região, sobretudo nordestinos. Essa fase é caracterizada pela presença marcante de agricultores tradicionais – os camponeses –, que chegavam ao sul de Mato Grosso com o

¹⁴ A imprensa local registrou que em 1948 habitavam na CAND “cinco mil almas”, e na Colônia Municipal de Dourados (CMD) “três mil almas” (*O Douradense*, 14/10/1948, p. 1). O mesmo periódico noticia em janeiro de 1949 a existência de cerca de 1.000 famílias na CAND (*O Douradense*, 29/1/1949, p. 1).

firme propósito de serem proprietários de suas terras, deixando a vida de dificuldades devido à seca nordestina e/ou o trabalho em fazendas de café no interior paulista [...] (PONCIANO, 2006, p. 94).

Essa constatação pode ser exemplificada através das memórias do casal de migrantes/colonos/feirantes Valdemar Zacarias de Macedo, natural de João Pessoa/PB, e Geralda Nunes de Macedo, natural de Natal/RN, ambos nascidos em meados da década de 1920. Ilson Boca Venâncio apresenta uma parte da história desse casal e sua relação com a Feira Livre.

Eles vieram ainda jovens para Dourados, e trabalharam na feira até o tempo em que a idade lhes permitiram. Ele me contou que vieram da Paraíba para Goiás casados e que só tinham a filha Fátima e trabalharam na lavoura, indo depois para São Paulo, Mirante de Paranapanema, onde plantaram amendoim em terra arrendada, cultivando a terra com arado e ali nasceram mais dois filhos. Em um período de seca perdeu a lavoura e aí venderam o que sobrou partindo rumo a Dourados com os filhos que tinham na época dois anos de idade. Trouxe somente um cavalo branco com nome de Figueiro e aqui quando chegou comprou uma carroça e começou a negociar. Comprava porco e galinha, na colônia abatendo e vendendo a carne, tanto na rua quanto na feira livre. Depois deixou a carne e partiu para as frutas, lembra saudoso dos amigos feirantes, João Pernambuco e Zé Cearense, eles combinavam e iam as três carroças, cada uma com dois ou três meninos para subir nas árvores e colher as frutas, para venderem na feira. Assim percorriam em comboio vários lugares da colônia onde tinham pomar buscando laranja, mexerica e poncã para vender na feira livre (*folha de dourados*, 23/12/2021)¹⁵.

Outro ponto importante a se discutir, presente na citação de Ponciano (2006), é que, ao que parece, o “deixar a vida de dificuldades” representa uma visão um tanto romântica do processo, visto que, ao chegarem e iniciarem os trabalhos na CAND, os colonos, representados em sua grande maioria por nordestinos, encontravam inúmeras dificuldades e incertezas, que certamente marcaram sua trajetória¹⁶. Marina Santos (2003) dedica um capítulo de sua dissertação para tratar do processo de implantação da CAND e, nesse sentido, o item 2 - *De migrante a colono* apresenta, através dos relatos dos remanescentes dessa colônia, as memórias vinculadas à migração, ao trabalho e ao cotidiano dos colonos. Segundo a autora citada: “As

¹⁵ Não pude deixar de observar nesse relato as denominações “João Pernambuco” e “Zé Cearense”, que remetem aos estados de origem desses migrantes nordestinos. Moises (2018, p. 39) faz uma análise, em sua dissertação, sobre o uso e apropriação das alcunhas pelos migrantes nordestinos. Para a autora citada, “algumas pessoas se identificam por estas alcunhas e, [...] ao invés de rejeitá-las, [...] a assumem, e lutam para investir valores positivos sobre ela, transformando o que poderia ser um ‘rótulo’, em ‘identidade’”.

¹⁶ Com relação aos migrantes nordestinos que se dirigiram à região de Dourados, posteriormente ao processo migratório das colônias agrícolas, Moises (2018, p. 69) considera que: “mesmo contando com ajuda ou a solidariedade de parentes e conterrâneos nos locais para onde se dirigem ou se dirigiram, ainda assim, enfrentam as dificuldades inerentes a mudança e organização da nova vida, isso tudo faz do migrante um construtor de estratégias de sobrevivência, além disso, há um processo de construção de sociabilidade no sentido de integração à sociedade local”.

dificuldades de que falam os colonos abrangem os mais variados aspectos como estrutura arquitetônica, transportes, saneamento, atendimento à saúde, segurança, educação, enfim, todo um conjunto de requisitos básicos para se ter condições viáveis ao estabelecimento” (SANTOS, 2003, p. 37)¹⁷.

Outra importante pesquisa (a dissertação de Suzana Gonçalves Batista Naglis, defendida no PPGH/UFMG em 2007 e publicada em 2014), aborda, em grande parte, a perspectiva dos colonos, apresentando suas origens, as razões que os fizeram migrar para a região, seus modos de vida, suas expectativas e dificuldades. “Enquanto a mata dava lugar à terra para plantar, as necessidades básicas, de alimentação e moradia, eram enormes” (NAGLIS, 2014, p. 89). Com relação à moradia, Ilson Boca Venâncio utiliza a explicação de seu interlocutor Nonato Silva de Souza, ex-colono e feirante, esclarecendo que:

[...] os primeiros colonos que chegaram, ainda ganharam casa, mas os outros, tinham que construir as suas moradias. Para isso, usavam material alternativo como pau a pique, barro e palha (taipa). O sapé era o capim mais usado para fazer a cobertura (*folha de dourados*, 3/11/2020).

Edna Inagaki (2002) apresenta, em sua dissertação, a percepção dos imigrantes japoneses, destacando que os problemas encontrados eram inúmeros, sobretudo relacionados à adaptação à língua e alimentação locais. Além disso, a precariedade das estradas que ligavam a CAND a Dourados também é citada: “em tempo de chuva, para irem e voltarem de Dourados, gastavam até dez dias” (INAGAKI, 2002, p. 106). Por fim, recorro às memórias de Iracy de Aguiar Quadros, cuja família migrou do interior de São Paulo em 1947 se estabelecendo na Colônia Municipal de Dourados (CMD): “O arroz era pros pequenos. O negócio era feio. Meu avô mandava [de São Paulo] um saco de café, açúcar, trigo, querosene... Um ano a gente sofreu, era o maior sacrifício” (QUADROS, 2021). Zanata (2019, p. 74; 75-76) aponta em sua pesquisa, inclusive, o arrependimento de algumas famílias em terem migrado para a região, por conta das dificuldades encontradas na CMD. Os relatos de alguns de seus colaboradores adjetivaram a localidade como atrasada e precária, além de perigosa e inóspita, isso por conta da presença das

¹⁷ A autora citada disserta sobre a trajetória dos nordestinos e as relações desses no contexto campo e cidade em Dourados. Através das memórias de seus interlocutores, apresenta as experiências e vivências dos nordestinos que chegaram à região a partir da década de 1940, evidenciando, inclusive, que “nem todos que procuram a CAND eram ‘flagelados da seca’; muitos vinham com a expectativa de se tornarem proprietários” (SANTOS, 2003, p. 38). Igualmente, Zanata (2019, p. 55) constata, a partir dos relatos de migrantes nordestinos colaboradores em sua dissertação, que a questão da seca foi um aspecto secundário na decisão de migrar (o pesquisador refere-se à CMD), apontando o clima e a fertilidade do solo da região como aspectos mais relevantes nesse contexto. Cabe registrar também outra pesquisa que apresenta as memórias e os aspectos culturais de migrantes nordestinos em Dourados, a partir dos relatos orais, a de Moises (2018), cujo título é: *Um favo de cultura(s): territórios identitários e lugares de memórias de migrantes nordestinos em Dourados-MS – (1989-2017)*.

populações indígenas¹⁸.

Calixto (2008), ao utilizar as informações do *Censo Demográfico de Mato Grosso*, apresenta os dados relacionados ao grande crescimento demográfico no município durante as décadas de 1940 a 1960. Nesse sentido, é possível verificar que o processo migratório derivado da política estadonovista implementada na região foi responsável por uma elevação no contingente populacional, iniciada na década de 1940, mas sobretudo evidenciada entre os anos de 1950 e 1960, quando a população rural representou mais de 80% da totalidade do município. Ainda em relação a esse período, os dados demonstram que a população do município quase quadruplicou, passando de 22.834 habitantes, em 1950, para 84.955 habitantes em 1960.

Tabela 1 - Dourados (1940-1960): evolução da população do município

Ano	População urbana		População rural		Total
	Nº de habitantes	% sobre o total	Nº de habitantes	% sobre o total	
1940	1.821	12,15	13.164	87,85	14.985
1950	4.730	20,72	18.104	79,28	22.834
1960	16.468	19,38	68.483	80,62	84.955

Fonte: Calixto (2008, p. 26), adaptado.

Com relação às origens geográficas dos migrantes, Naglis (2014, p. 64) assegura que, além de nordestinos, mato-grossenses e paulistas eram os mais presentes na CAND. Também são notadas a inserção e presença de imigrantes estrangeiros, dos quais eram permitidos “só os de conhecimentos agrícolas qualificados” (LENHARO 1986, p. 50). De acordo com Naglis (2014, p. 65), muitas famílias de colonos estrangeiros foram cadastradas, dentre eles, japoneses, argentinos e alemães¹⁹.

Menezes (2012, p. 44) destaca a relevância dos japoneses na CAND, através da produção do café, além da presença de imigrantes italianos, alemães, portugueses e paraguaios. Especificamente sobre os japoneses, Gressler; Vasconcelos (2005, p. 105) informam que vieram para a região entre 1951 e 1955, por ocasião da concessão de 1000 lotes para esses imigrantes. Já Inagaki (2002) esclarece que a região de Dourados já era conhecida por *nikkeis* (descendentes de japoneses nascidos fora do Japão) desde o final da década de 1920 e que, no

¹⁸ Aqui cabe um ponto: apesar de alguns entrevistados relatarem temor e um processo de exclusão com relação aos indígenas, outros indicam relacionamentos de amizade e colaboração (ZANATA, 2019, p. 78).

¹⁹ De acordo com o Livro de Registros pesquisado por Naglis, onde constam cerca de duzentas famílias de colonos. Nota do original: Livro de Registros. CDR/UFGD – Coleção CAND.

final da década de 1940, um significativo contingente de imigrantes japoneses e migrantes *nikkeis* (sobretudo vindos de São Paulo) chegaram à região atraídos pela propaganda estadonovista de terras férteis e de clima agradável (INAGAKI, 2002, p. 85)²⁰.

Para receber os lotes doados, os migrantes, agora colonos, tinham que apresentar algumas características específicas, que fossem ao encontro dos ideais do projeto de colonização para a região. Sobre as condições para a doação de terras, Oliveira (2013) explica que:

Os lotes eram doados a cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, reconhecidamente pobres e aptos aos trabalhos agrícolas, que se comprometessem a morar nos lotes rurais. A preferência era dada para as famílias com maior número de filhos²¹. Os agricultores, além da terra, receberam outros benefícios (OLIVEIRA, 2013, p. 24).

Para que os colonos pudessem receber legalmente a terra, esses e outros critérios deveriam ser comprovados através de documentação específica, gerando uma espécie de processo: “atestado de conduta, atestado de vacina, atestado de saúde, declaração de experiência no campo, certidões de casamento e de nascimento dos filhos” (NAGLIS, 2014, p. 68).

Paralelamente à iniciativa do governo federal, outras colônias agrícolas também são fundadas e, dentre elas, a Colônia Agrícola Municipal de Dourados (CMD)²². A CMD foi implantada pelo município de Dourados, a partir de outubro de 1946, no território que atualmente corresponde a uma parte do município de Itaporã (CARLI, 2008, p. 21). Apesar de ser planejada durante a existência do TFPP, foi implantada quando esse território já se encontrava em vias de sua extinção e obedecia os mesmos moldes das colônias agrícolas nacionais, que, no discurso estadonovista, buscavam realocar e reordenar a população a fim de “preencher os espaços vazios” da fronteira, melhorar as condições no campo, no sentido de diminuir a condição de pobreza e o êxodo rural, além de desenvolver a pequena propriedade (SANTOS, 2018, p. 100), “com vistas à diversificação econômica regional e ao fortalecimento do mercado interno” (CARLI, 2008, p. 22). Por outro lado, “fazia parte também dessa operação

²⁰ Sobre a imigração japonesa para Dourados, consultar os trabalhos de Inagaki (2002; 2008).

²¹ A maioria das famílias era composta por cinco ou mais pessoas (NAGLIS, 2014, p. 133).

²² Sobre esse tema, consultar Carli (2008). Essa obra refere-se à publicação da dissertação da autora, intitulada *A Colônia Agrícola Municipal de Dourados - colonização e povoamento (1946-1956)*, defendida no PPGH/UFMS em 2005. Sobre a instalação de uma colônia agrícola de caráter municipal, a autora citada esclarece que foi viabilizada por iniciativa do município, nessa época pertencente ao TFPP, pois o governo estadual de Mato Grosso não havia manifestado interesse com relação às solicitações dos colonos já instalados nas áreas devolutas, que almejavam a colonização através de doação de títulos de aforamento e por meio de assentamento (CARLI, 2008, p. 81). Zanata (2019, p. 72) destaca nesse contexto o papel dos colonos posseiros, os quais, segundo o pesquisador, “foram responsáveis por pressionar as autoridades locais a efetivar o projeto de colônias agrícolas como a Colônia Municipal”.

o disciplinamento do indivíduo, a nacionalização de fronteiras e a expansão das fronteiras agrícolas, que dariam sustentação ao novo (indústria) que despontava nos grandes centros” (CARLI, 2008, p. 175-176)²³.

Cabe notar que a instalação da CMD também foi consequência direta do enorme contingente populacional de migrantes que foram se instalando na região atraídos pela CAND, mas que não obtiveram sucesso, devido, sobretudo, à falta de assistência do governo federal (CARLI, 2008). A autora citada utiliza a narrativa de um de seus interlocutores, Filismino Pires da Silva (conhecido como Goiano), para esclarecer esse contexto:

[...] havia-se avolumado de forma tão significativa a chegada de migrantes à região de Dourados que o prefeito municipal viu nesse movimento a oportunidade para implantar a CMD (mesmo porque alguns colonos, que vinham com o objetivo de se estabelecerem na CAND e encontravam dificuldades, tratavam logo de se direcionar para a área que posteriormente seria a CMD, pelo fato de esta não estar ainda demarcada) (CARLI, 2008, p. 82).

Quanto às exigências para a concessão de lotes aos futuros colonos da CMD, elas estavam presentes no processo seletivo realizado pelo município, como por exemplo: ser maior de 18 e menor de 60 anos; não sofrer de moléstias infectocontagiosas; nem ser cego, aleijado, louco ou mutilado; estar quite com o serviço militar; possuir prole numerosa; cultivar a terra; construir moradia, entre outros requisitos a fim de assegurar sua plena posse (CARLI, 2008, p. 83-84). Vale destacar que as exigências citadas estão presentes no Decreto nº 70, publicado nas edições do jornal *O Douradense*: 11/5/1948, p. 4, e 27/5/1948, p. 4.

Carli (2008) apresenta dados extraídos de uma listagem da Prefeitura Municipal, cujos elementos indicam um quadro multicultural com relação à origem dos colonos da CMD²⁴. Segundo a autora citada, o documento aponta um total de 169 famílias, compostas de 90,85% de brasileiros, originários de vários estados do Brasil, a saber: São Paulo, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais e Bahia, além de colonos da própria região. Os imigrantes estrangeiros correspondiam a 9,15% dos colonos, e as origens detectadas foram: portuguesa, paraguaia, argentina, japonesa e espanhola (CARLI, 2008, p. 112).

Isso implicava em grandes transformações, não só de ordem agrária, mas demográfica, fundiária e também cultural, visto que a região passa a receber migrantes de diversas partes do país, os quais, aqui chegando, às vezes se despojam ou acabam mesclando costumes e culturas, se tornando todos

²³ O TFPP foi instalado oficialmente em 1944 e extinto através da Constituição de 1946. Santos (2018) analisa o processo de extinção do TFPP em sua dissertação já citada anteriormente, especificamente no item: *1.4. A trajetória do Território Federal de Ponta Porã: da criação a extinção*.

²⁴ Segundo o original, esse levantamento foi realizado pela Prefeitura Municipal por determinação do Decreto-Lei nº 9, de 22 de agosto de 1948.

“colonos”, criam laços de amizade, vivendo, muitas vezes, relações quase de reciprocidade, em busca de um objetivo comum (MENEZES, 2012, p. 30).

1.2. A fertilidade da terra e a produção agrícola nas colônias: “em se plantando, tudo dá”

Através das produções acadêmicas relacionadas às colônias agrícolas e da análise das fontes da imprensa local e de textos memorialísticos, percebo que a fertilidade do solo da região e o trabalho dos colonos são frequentemente associados ao sucesso do projeto das colônias CAND e CMD e ao desenvolvimento econômico de Dourados e região. Isso pode ser constatado, por exemplo, quando a memorialista Ercília Pompeu, ao escrever sua *Monografia do município de Dourados*, em 1965, considerou que a CAND “foi a porta que se abriu para o desenvolvimento e grandeza de Dourados”. Contextualizando o momento, a memorialista afirmou que “o progresso chegou com os milhares de colonos que estão tirando da terra a transformação que hoje constitui o slogan: Dourados, a cidade que mais cresce em Mato Grosso” (POMPEU, 2014, p. 39)²⁵. Capilé Júnior; Capilé; Souza (1995, p. 38) também enalteceram a CAND “como uma das fortes razões do progresso de Dourados” e “uma das maravilhas douradenses”. Os memorialistas, utilizando um tom poético em seu discurso, afirmaram que a colônia possuía “exuberante lavoura, onde a variação das cores representa a decoração do solo, de uma fecundidade ímpar, sobre o qual estão assentadas as melhores esperanças de um povo a vibrar sempre por um futuro alvissareiro”.

Além disso, ao observar a parte inferior da página 3 da edição do jornal *O Douradense* de 27 de junho de 1950, em letras destacadas, pude ler: “A fertilidade da terra e a energia dos homens transformarão Dourados em um grande celeiro da Nação”. Vale lembrar que tal anúncio não está associado a uma notícia em específico, mas destacado na página do jornal, e serve como uma projeção para o futuro, como uma espécie de propaganda esperançosa direcionada aos leitores. Ao que parece, trata-se de um “calhau”, que, na linguagem jornalística, refere-se a um pequeno texto que é preparado para preencher, sempre que necessário, os espaços em branco de uma página com determinados anúncios, geralmente do próprio jornal ou, como nesse caso, um anúncio sobre a região.

²⁵ Cabe esclarecer que a *Monografia do município de Dourados*, escrita por Ercília da Roza de Oliveira Pompeu, foi vencedora de um concurso promovido pelo poder público municipal em 1965. Parte dessa produção consta na página 17 da edição comemorativa ao cinquentenário de Dourados no jornal *O Progresso* de 20 de dezembro de 1985. Além disso, foi publicada pela prefeitura de Dourados, em forma de folheto, em 1965 e depois em 1985 (cf. o acervo de folhetos do CDR). Em 2014 o Grupo Literário Arandu, juntamente com o editor Nicanor Coelho, publicaram o texto integral em forma de livro.

Ao analisar as matérias publicadas n’*O Douradense* no final da década de 1940 e início de 1950, percebo o mesmo tom propagandista implementado pelo projeto do Estado Novo, no sentido de apresentar a região como local propício ao desenvolvimento agrícola e recompensador dos trabalhos na lavoura (*O Douradense*, 2/12/1948, p. 1)²⁶.

No entanto, ainda na década de 1920, quando o jornal *O Progresso* era editado em Ponta Porã, as representações sobre Dourados foram descritas por Rangel Torres por meio de quatro artigos, intitulados *Aspectos de Dourados*, os quais retrataram diversos aspectos da cidade, verificados durante uma visita²⁷. Algumas características são descritas, como por exemplo: distrito agradabilíssimo, ricas terras, futura região, futuro bonançoso, próspero distrito. A se julgar pelo conteúdo dos artigos, na perspectiva do periódico, a localidade estava em pleno desenvolvimento, sendo que:

Além das características de localização estratégica, campos férteis e de belas paisagens, possibilidade de riqueza através do trabalho, o desenvolvimento e a prosperidade do povoado são evidenciados na reportagem com evidente teor propagandístico. Tal representação, que destaca o local com características relacionadas à modernidade, ao progresso e ao desenvolvimento econômico, realizada sobretudo pela imprensa e pelo discurso memorialista, se fazia legitimar inclusive pelo próprio nome do periódico, revelando-se, assim, a sua intencionalidade (LARA, 2017, p. 98).

Com o título *Maná de Deus a Mato Grosso*, o jornal *O Douradense* destaca a característica de fertilidade do solo e, sobretudo, o que ele pode produzir, como sendo uma benção divina, “pois a terra parece de braços abertos para acolher nela tudo o que deseja plantar”. Já os colonos, recebendo tal benção como um maná²⁸, agradecendo e devolvendo à terra seu trabalho, “abrem sulcos enormes no terreno e lançam ali as sementes, na certeza de farta colheita” (*O Douradense*, 10/7/1948, p. 1). A fertilidade, ou uberdade, termo mais comum nas matérias, é exaltada várias vezes num tom poético pelos articulistas. Em uma delas, João Augusto Capilé Júnior, publicando parte de sua *Monografia Histórico-Corográfica do*

²⁶ De acordo com Ernandes (2009, p. 42), *O Douradense* foi o periódico “responsável pela reafirmação identitária de Dourados como uma terra progressista e civilizada”.

²⁷ Segundo Ernandes (2009, p. 32-33), “o discurso de Rangel Torres é o fundador das representações sobre Dourados como um espaço promissor. Representações que serão reapropriadas ao longo das décadas seguintes, constituindo-se no mito fundador da identidade. Este mito foi constituído e é sustentado basicamente por três elementos: o binômio agricultura/pecuária, a reforma da população e a atmosfera do lugar. Este mito afirma que a fertilidade do solo, propícia para a agricultura, só precisava de investimentos para desenvolver-se”. Com relação ao termo “reforma da população”, o autor analisa, sob a óptica do discurso supracitado, que: “A população, embora rústica, era capaz de fazer muito pelo local” e “a dedicação deles a todo surto de progresso era algo positivo e que precisava ser norteada” (ERNANDES, 2009, p. 33).

²⁸ Na concepção judaico-cristã, o maná seria um alimento produzido milagrosamente, que “cai do céu”, sendo fornecido por Deus aos israelitas, durante toda sua estada no deserto rumo à idealizada terra prometida.

Município de Dourados, apresenta, inclusive, essa fertilidade natural como sendo um “agente determinante do povoamento do município de Dourados” (*O Douradense*, 2/12/1948, p. 1).

Isaac Duarte de Barros publicou no jornal local, com o título *Dourados em marcha*, suas impressões enquanto morador de Dourados havia três anos, explorando em seu texto as temáticas: colonos, CAND e progresso. Sobre esse, ele escreveu: “Estradas novas se abrem, serpenteando pela terra fértil, como tendões de progresso” (*O Douradense*, 24/6/1948, p. 1). Já o redator João Simplório (provavelmente um pseudônimo), ao se reportar a Dourados como “terra promissora e [de] grandioso futuro”, relata suas percepções durante uma visita à cidade depois de cinco anos. Além de se impressionar com o rápido desenvolvimento da cidade durante esse período, representado pelo comércio e pela indústria, além da simpatia dos moradores, ele registra:

Ora Dourados, natureza ubérrima, onde a terra *mater* domina o homem, é um paraíso para os que labutam, os que enfrentam a luta dura diária do ganha-pão nestes tempos tão difíceis. É o *struggle for life*. E o povo aqui encontrando a benção celeste da terra fez se bem amável, trabalhador, produtivo (*O Douradense*, 17/8/1948, p. 1).

Denominações como terra de promessa, centro agrícola de primeira ordem, Dourados em marcha ascensional, celeiro da Nação, rincão sagrado, oásis do sertão, nova Canaã mato-grossense aparecem nos títulos e nos conteúdos das matérias, misturados aos discursos de fé e esperança, numa constante exaltação ao trabalho na/com a terra, como notei nesse trecho: “Esse processo a que aludimos, promana da salubridade da região, do seu clima ameno e temperado, da sua água que é excelente, e, sobretudo, da uberdade de suas terras, sempre nos assemelhando em súplicas ao homem para que a trabalhe e trabalhe sempre” (*O Douradense*, 13/11/1948, p. 1). O colono da CMD Joaquim C. de Lima também fez sua contribuição, em tom assertivo: “Aqui está reservada a parte do solo mais fértil e produtiva do nosso país” (*O Douradense*, 2/12/1948, p. 1). Recorrentes são os conteúdos de notas, poemas e crônicas que exaltam Dourados (tanto pela estrutura urbana, como pelas características do solo), as colônias e colonos nas páginas d’*O Douradense*, que contava com a contribuição de redatores diversos, além de alguns membros da comunidade. Na visão de Ernandes (2009),

Incentivar a agricultura para garantir a introdução da diversificação agrícola e promover o desenvolvimento da cidade foram estratégias utilizadas pela imprensa e pela prefeitura municipal. Diversificar a matriz econômica significava avançar e tomar parte na dinâmica de incentivo à produção agrícola que estava sendo executada pelo governo federal. Consolidar Dourados como uma potência agrícola era consolidar um sonho (ERNANDES, 2009, p. 79).

A dissertação de Betoni (2002) também aponta a fertilidade do solo de Dourados como

uma das referências principais nos discursos da imprensa e dos memorialistas. Para o autor citado, tal fato “chamou a atenção de poetas, jornalistas, memorialistas e historiadores da época” (BETONI, 2002, p. 74). Nesse sentido, ele cita um título de obra memorialística local que respalda essa assertiva: *Dourados: terra prometida*, de Armando da Silva Carmello (1973), cuja narrativa “é uma verdadeira apologia aos atributos naturais do município” (BETONI, 2002, p. 74). Betoni (2002) também recorre ao livro-álbum *Memória fotográfica de Dourados*, de Regina Heloiza Targa Moreira (1990), sendo que as fotografias que compõem a publicação foram utilizadas como uma

[..] comprovação de que a região realmente possuía atrativos naturais que a diferenciavam das demais. Nesse sentido, tanto os documentos escritos como os iconográficos transformaram-se em elementos propagadores da região ao enfatizarem, com grande admiração, seus aspectos naturais (BETONI, 2002, p. 76).

De fato, as colônias possuíam grande capacidade produtiva, a qual era destinada ao abastecimento da região Sudeste, como também parte da produção era comercializada nos arredores de Dourados, além de servir à subsistência dos colonos. Dentre os gêneros agrícolas produzidos na CAND, destacavam-se algodão, café e amendoim, com foco comercial, e as de milho, arroz, feijão, mandioca, trigo, alho, alfaça e cana para a subsistência (MENEZES, 2012).

Estes gêneros alimentícios, ao contrário dos produtos essencialmente comerciais, foram cultivados em grandes quantidades em toda a Colônia, ao passo que o algodão e o café, a princípio, eram cultivados em maiores proporções apenas na primeira zona, vindo a serem cultivados na segunda zona, juntamente com o amendoim, somente na década de 1960 (MENEZES, 2012, p. 113).

A autora citada ainda faz uma observação crítica sobre como os colonos percebiam os dois tipos de produção na CAND: “os agricultores estavam mais preocupados com seu trabalho do que no desenvolvimento industrial do país, ou seja, objetivavam desenvolver a agricultura comercial, mas estavam mais preocupados com sua subsistência” (MENEZES, 2012, p. 32).

Os japoneses plantavam inicialmente arroz e alguns tipos de verduras para alimentação própria; posteriormente algodão, amendoim e milho. As famílias com mais recursos financeiros apostaram no cultivo do café (INAGAKI, 2002, p. 105). Fato interessante a se mencionar é que, segundo a autora citada, os japoneses introduziram, aos poucos, o consumo de verduras na rotina dos douradenses, pois esses não tinham tal hábito até a década de 1950. “O costume local era utilizar carnes de galinha, porcos, às vezes de gado e de caça, quando alguns praticavam. A mandioca, o milho e a abóbora eram usados com frequência. O tomate, o pimentão, o pepino, não faziam parte, ainda, do cardápio diário” (INAGAKI, 2002, p. 120). Nesse sentido, vendiam

o excedente de sua produção própria de verduras aos moradores da cidade (venda de porta em porta) e também abasteciam os estabelecimentos de hospedagem. Com o passar do tempo, alguns começaram a se destacar como verdureiros (INAGAKI, 2002, p. 125). Esse é o caso da família da feirante Catarina Kamura, que conta a Ilson Boca Venâncio o motivo que os levou a se tornar produtores de hortaliças e, posteriormente, feirantes. Seu pai, Massagiuro Kamura, veio para Dourados com o objetivo de cultivar café. No entanto, por conta de uma geada que dizimou o cafezal, foram forçados à mudança de planos.

Com pouco recurso e terra pequenina a saída prática e rápida foi a horta para vender na Feira Livre. A princípio produziam alface e tomate e seu pai vinha entregar aos feirantes. Depois resolveram diversificar a plantação e vender na banca todos os produtos. Assim toda a família veio trabalhar na feira (*folha de dourados*, 28/10/2020).

A venda dos excedentes das colônias também é mencionada por Venâncio (através das memórias de seus interlocutores) como sendo um elemento de interação entre moradores da área rural e da área urbana, contribuindo, inclusive, para a criação da Feira Livre. Nas palavras do articulista:

Muitos sitiantes, apresentando necessidade de incrementar a renda, se movimentavam da colônia em direção à cidade para vender seus produtos excedentes. A princípio cada um trazia seus produtos da maneira em que lhe era possível, vindo a pé ou de cavalo, carroça, bicicleta, caminhão ou jardineira (caminhão com carroceria e bagageiro sobre o teto, permitindo o transporte de muitas bagagem [sic] fazendo crescer o comércio e impulsionando a criação da feira livre. [...] A diversidade da produção era de acordo com o hábito alimentar que cada um trouxera da sua região (*folha de dourados*, 31/8/2020).

Vale salientar também que, além da produção agrícola, outras atividades econômicas foram desenvolvidas na CAND, como por exemplo, a exploração da madeira; e, com o passar dos anos, o comércio foi instalado para atender às necessidades locais, sendo viabilizado através dos bolichos (MENEZES, 2012, p. 54). Naglis (2014, p. 92) menciona também a criação de animais, como galinhas, porcos e algumas cabeças de gado. Menezes (2012, p. 102) aponta para o fato de que, mesmo a maioria dos colonos tendo se dedicado à agricultura, muitos deles não tinham experiência na área agrícola e exerciam, inclusive, outras profissões em seus locais de origem. Por outro lado, devido à simplicidade do processo de cultivo na CAND, suponho que não fosse necessária formação técnica para trabalhar nas pequenas lavouras.

Já na CMD, além de praticamente as mesmas culturas produzidas na CAND, havia, em menor proporção, as lavouras de alho, cebola, melancia, banana, abóbora, batata, mandioca, abacaxi, fumo e trigo. “Produto esse [trigo], cuja história está vinculada à reserva da área e à

implantação da CMD” (CARLI, 2008, p. 116; 133). Iracy de Aguiar Quadros se lembra dos primeiros alimentos que foram produzidos no lote da família e como se organizaram nesse sentido:

Meu pai plantou arroz pra gente comer. [...] Depois que plantou, depois de um ano tinha batata, cebola... Meu irmão plantou uma roça de cebola. Depois não tinha pra quem vender. Eram algumas pessoas só que sabiam o que era cebola. Meu pai comprava cana, minha mãe fazia açúcar. [...] Meu pai plantava amendoim. Tinha muito pé de erva [mate] (QUADROS, 2021).

Cabe mencionar que Naglis (2014, p. 135), Menezes (2012, p. 54) e *O Douradense* (29/1/1949, p. 1) chamam a atenção de seus leitores para a produção de erva mate na CAND, cuja espécie já era nativa na região, assim como Zanata (2019, p. 57), ao abordar a CMD, dedica um dos itens de sua dissertação para tratar do assunto²⁹. Outra espécie nativa na CAND era a laranja azeda, mencionada no documento *Relatório do Território Federal de Ponta Porã*, sendo informado, inclusive, que sua exploração havia se tornado muito desenvolvida e, por conta disso, a administração do TFPP havia estipulado normas para a exploração (RELATÓRIO TFPP, 1947, p. 59-60).

Sobre a diversidade da produção e a fertilidade do solo, *O Douradense* publicou, com o título *Colaboração de um colono*, as impressões de Joaquim C. de Lima sobre a CMD, onde morava havia quase um ano.

[...] Milho que produz em abundância pois é terra rica em sais orgânicos indicados para esses cereais. Feijão produz que é uma coisa extraordinária, e todas as variedades, até inclusive os europeus, o qual de São Paulo d’onde vem o feijão não dá mais igual aqui nas Colônias Nacionais. Arroz aqui nesses terrenos só produz nas “pindaibas”, como se trata aqui, mas temos milhares de hectares de terrenos adotáveis a tal cultura que produz em grandes abundâncias e de primeira qualidade. Alho aqui é uma produção colossal, dá prazer plantá-lo porque recompensa o trabalhador. Cebolas é uma maravilha a sua produção, posso dizer sem medo de errar, aqui produz o que desejar com quanto que plante. O que acho uma coisa bem espantosa é a cana “Cravajé”, cana esta que só vim conhecer no Estado do Mato Grosso, é a melhor a mais adaptável nessas culturas, tenho visto canas com vinte e cinco palmos de comprimento. É preciso que o povo que vem de São Paulo não confundir com a cana cristalina. Os mais temos todas as outras variedades de cana do nosso vizinho do Estado de São Paulo. Aqui nessas terras ubérrimas a batatinha produz que é uma coisa maravilhosa. Temos aqui uma riqueza incalculável sobre agriculturas, porque temos reservas em matas virgens que se for cultivadas poderá suprir não só o seu município como fazer grandes

²⁹ Outra importante pesquisa nesse âmbito é a de Fernandes (2012), intitulada: *Erva-mate e frentes pioneiras: dois mundos em um só espaço (1943-1970)*. A dissertação apresenta, a partir da CAND, os espaços e relações econômicas envolvendo a produção de erva-mate, entre os antigos ervateiros e os colonos.

exportações para o Estado de São Paulo (*O Douradense*, 2/12/1948, p. 1)³⁰.

Ainda em 1947, de acordo com o relatório produzido sobre o TFPP, as culturas de arroz, milho, feijão, batata inglesa, mandioca e cana-de-açúcar contribuía regularmente para a economia da região, sendo que Dourados se destacava também como um dos maiores criadores de suínos do estado. Destaque especial é dado ao trigo produzido na CMD, o qual é classificado como de ótima qualidade (RELATÓRIO TFPP, 1947, p. 60-77).

Na mesma esteira, a imprensa local exalta, em diversas matérias do final da década de 1940, a figura do colono como agente do desenvolvimento econômico e do progresso, sendo este fortemente associado às colônias e ao trabalho nas lavouras naquele contexto³¹. Desse modo, os colonos são denominados nas matérias como “heróis anônimos”, “verdadeiros titãs”, “valorosa gente”, “homens afeitos à luta”, dentre outros adjetivos associados a guerreiros que lutam duras batalhas no cotidiano das lavouras, sendo a honra e a esperança suas maiores virtudes. Nesse sentido, o articulista d’*O Douradense* reforça a imagem do colono como “construtor da Nação” e “herói da Pátria”, enquanto o reverencia³².

Glória aos homens de trabalho que por essas matas mourejam, de sol a sol.
Glória a todos eles, porque é desses homens que o Brasil precisa, homens afeitos à luta pelo ganha pão diário e que, com o suor do seu rosto, fazem a grandeza de qualquer região, e, conseqüentemente, de qualquer Nação (*O Douradense*, 14/10/1948, p. 1).

O jornal *O Progresso* também anunciou diversas vezes em seus artigos que sempre defendeu os colonos, estando sempre “ao seu lado”. O posicionamento do periódico é revelado, por exemplo, numa das crônicas de Armando da Silva Carmello, intitulada *Colono de ontem e*

³⁰ Cabe notar que, nesse artigo, o colono faz um apelo à prefeitura para que providencie um agrônomo a fim de instruí-los (os colonos) com relação à distribuição de sementes e mudas. Além disso, solicita à administração da CMD ordem e organização na colônia, pois “com este melhoramento o progresso é outro, pois cada colono fará as suas melhoras possíveis em sabendo a parte da colônia que lhe toca, tratará de fazer casa, paiol, mangueirões para criar porcos e um pequeno pasto para ter suas vacas de leite que é a maior fartura de uma casa. Com a boa vontade do povo e com um pequeno esforço poderá haver ricos pomares de todas as variedades de frutas” (*O Douradense*, 2/12/1948, p. 1).

³¹ Vale ressaltar que, em um dos acessos à cidade, há um monumento que homenageia o colono da CAND e sua força de trabalho. Esse monumento foi tombado como patrimônio histórico e cultural do município, através da Lei nº 4.183, de 24 de maio de 2018. No entanto, esse não foi o primeiro monumento que homenageou os colonos da região. De acordo com Ernandes (2009), em 1964 foi instalada na Praça Antônio João uma estátua, em cuja placa de identificação consta: *Ao colono, Dourados agradecido*. Trata-se de uma figura masculina, com olhar para o horizonte, vestimentas simples, que segura em uma das mãos um machado e na outra, um chapéu, sendo que: “O machado simboliza a coragem e valentia dos colonos, que, mesmo sem muitas condições técnicas, construíram uma cidade promissora” (ERNANDES, 2009, p. 54-55). Cabe notar ainda que o autor citado faz uma referência ao periódico *O Douradense*, afirmando que ele, naquele contexto, representava “as tentativas de uma elite letrada em unificar sentimentos e estabelecer modos de vida e comportamentos tidos como necessários para o sucesso agrícola da cidade e da colônia. Uma unificação em torno da figura dos pioneiros e dos colonos” (ERNANDES, 2009, p. 48).

³² Zanata (2019, p. 74) também identificou o mesmo tom heroico atribuído aos colonos nos discursos dos remanescentes da CMD, inclusive nas memórias de seus descendentes.

de hoje, na qual fica evidente a representação dos colonos por parte da imprensa local:

Como preâmbulo da crônica de hoje, para os leitores do nosso jornal, devo dizer com toda a certeza e com conhecimento próprio que sempre os colonos de Dourados mereceram a nossa maior atenção; sempre os colonos de Dourados encontraram, de nossa parte, isto é, da redação deste pequeno jornal do interior mato-grossense, todo o apoio e toda a consideração que bem merecem como elementos que constituem a artéria principal que trabalha pelo abastecimento de todos os setores da vida nacional, no seu trabalho das lavouras (*O Progresso*, 8/4/1956, p. 4).

Ernandes (2009) analisa o colono da CAND sob a óptica da imprensa local enquanto pertencente ao grupo dos pioneiros de Dourados. Para o pesquisador:

[...] vistos como homens de trabalho por se dedicarem às atividades agrícolas, foram atribuídos [sic] um papel importante na constituição da sociedade douradense. A origem paulista compõe um aspecto importante na identificação dos sujeitos. Foram eles que solicitaram, ganharam e depois doaram as terras que constituíram a cidade, organizaram o núcleo urbano e forneceram parâmetros para a vida social do patrimônio. Pioneiros, neste momento, são todos aqueles que chegaram e trabalharam, são aqueles que forneceram as condições materiais e garantiram a preexistência da cidade (ERNANDES, 2009, p. 49).

O trabalho dos colonos durante os primeiros anos após efetivada a posse das terras era realizado de maneira rústica e simples, predominando a força de trabalho braçal e a mão-de-obra familiar. A produção não exigia alta tecnologia de maquinário, nem grandes investimentos financeiros. Os próprios colonos aplicavam seus recursos, sem auxílio de cooperativas ou financiamentos bancários (SANTOS, 2007, p. 41; MENEZES, 2012, p. 106). Havia também a organização de núcleos familiares para o trabalho em grupo, dando origem às práticas de interação social entre os colonos, conforme demonstra o relato saudosos do senhor Manoel, ex-colono: “Quando tinha um serviço grande para fazer, seja um rancho, uma colheita, ou uma estrada, logo se organizava um mutirão, aí o dono da casa, carneava um animal e preparava um bom banquete, e tudo terminava em festa com música e dança. Hoje não tem mais nada disso” (*folha de dourados*, 13/10/2020). Zanata (2019, p. 108 *et seq.*) também aponta, diante da análise dos relatos de seus colaboradores, o mutirão como uma estratégia utilizada pelos colonos da CMD, tanto como forma de colaboração na força de trabalho, como na perspectiva da interação social entre as famílias. Dessa forma, “o mutirão tinha um sentido que transcendia o aspecto de adjutório para um sentido mais amplo, pois, tratava-se, sobretudo, de um costume que fortalecia o sentimento comunitário dessas pessoas” (ZANATA, 2019, p. 113).

Com o passar do tempo, as dificuldades iniciais deram espaço a algumas melhorias, os lotes foram estruturados, as lavouras passaram a ocupar o lugar das matas nativas e a produção

agrícola se expandiu (NAGLIS, 2014, p. 92). Dessa forma, Dourados se tornou o maior centro produtor da região. Segundo Lenharo (1986), no meio da década de 1950, houve uma grande elevação na produção de algumas safras,

[...] como o arroz 254%, o feijão, 163%, o café, 461%. Durante a década a população de Dourados cresceu em torno de 611%, puxando o sul para uma concentração de população desnivelada em relação ao norte³³. A Colônia Agrícola Nacional atuava como o ímã econômico; suas terras tornaram-se cobiçadas e objeto de desenfreada especulação (LENHARO, 1986, p. 53).

Menezes (2012, p. 128) também cita alguns dados relacionados à produção de gêneros alimentícios na primeira zona da CAND, durante o início da década de 1950: “milho: 4.440.000 kg; feijão: 690.000 kg; arroz: 750.000 kg e farinha de mandioca: 840.000 kg”³⁴. Carli (2008) contribui com a discussão, lançando dados sobre os principais produtos agrícolas de Itaporã, em 1954: arroz 4.483 toneladas, feijão 1.448 toneladas, mandioca 7.000 toneladas, milho 7.500 toneladas, cana-de-açúcar 4.416 toneladas e laranja 43.200 cestos³⁵.

Essa grande produção apontada pelos autores, com o passar do tempo, não encontraria mercado para absorvê-la, levando então a algumas perdas das safras de gêneros alimentícios nas colônias. Santos (2003), Carli (2008), Menezes (2012), Naglis (2014) e Zanata (2019) mencionam em suas pesquisas essa problemática, apontando alguns motivos para que essa situação se instalasse no interior das colônias. Segundo os autores citados, os principais impeditivos estariam na dificuldade relacionada ao armazenamento e escoamento das safras. A falta de equipamentos para armazenar a produção e as dificuldades para o transporte, devido às más condições das estradas; os problemas com a venda: falta de mercado comprador da lavoura, baixo preço imposto pelos atravessadores e, por vezes, a chuva em excesso alteraram o cenário da produção nas colônias, prejudicando financeiramente os colonos.

Vale salientar que no relatório do TFPP, produzido em 1947, o então Governador José Alves de Albuquerque menciona que Dourados possuía umas das terras mais férteis do país, e que se houvesse facilidade para o transporte das safras, certamente abasteceria grande parte do Brasil (RELATÓRIO TFPP, 1947, p. 60). No entanto, a narrativa do colono Geminiano Alves Teixeira, oriundo de Minas Gerais, que chegou à CAND em 1953, retrata as dificuldades e incertezas que viveu juntamente com sua família.

³³ Foi o crescimento municipal mais rápido verificado em todo o estado de Mato Grosso (MOREIRA, 1990, p. 84).

³⁴ Nota do original: Carta de um dos administradores da CAND ao D.T.C. [Departamento de Terras e Colonização], sem data. A autora citada ainda lembra que tais valores excluem a produção consumida no local.

³⁵ Fonte indicada: *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, 1958, p. 198. Carli (2008) salienta que, embora os dados se refiram a todo o município de Itaporã (criado em 1953), a maior parte dessa produção certamente provinha da CMD (CARLI, 2008, p. 147).

Passamos cinco anos cuidando do cafezal, o que todo ano a geada vinha e acabava com tudo, plantávamos milho no meio das ruas do cafezal, produzia-se muito, colhíamos e não tínhamos para quem vender, muitas vezes a produção apodrecia. Plantava-se feijão (“cara suja”) e o mesmo acontecia. Colhia-se muito, enchia a tuia [tulha] e nada de aparecer um comprador. Certa vez, colhemos muito alho, eu e meu pai, apareceu um comprador, vendemos, enchemos o caminhão, o comprador levou a produção para vender e depois trazer o dinheiro e nunca veio nos pagar. Tínhamos que vender e arriscar porque era muito difícil aparecer alguém que comprasse (*apud* TEIXEIRA; MARTINS, 2009, p. 191).

Zanata (2019) indicou através dos relatos de um de seus entrevistados, uma estratégia adotada pelos colonos da CMD com relação ao excedente de produção e a escassa circulação de moeda: o sistema de trocas de alimentos, pautado, nas palavras do pesquisador, na “política de boa vizinhança”: “A vida era difícil! U qui cumê sobrava! Mais num tinha pra quem vendê o excedente! Num tinha dinheiro! Trocava arroz por milho, feijão, milho por arroz, se precisava arroz por milho, e vice e versa! Assim que levava a vida” (cf. Nelson F. Brito *apud* Zanata, 2019, 104-105).

1.3. Dourados das décadas 1940/50: terra da promessa e a emergência do progresso

O município de Dourados, emancipado política e administrativamente em 1935, apresentava um cenário de transformação econômica no final da década de 1940 e início da década de 1950. Com a instalação das colônias CAND e CMD e a consequente vinda de muitos migrantes, o contexto socioeconômico da localidade se alterou. Nesse sentido, Ernandes (2009, p. 42) destaca que “o crescimento populacional trouxe grandes problemas, tais como, a escolarização, a urbanização, a industrialização e medicalização”.

A cidade passava por um clima de agitação. Migrantes chegavam a todo o momento, lotes eram demarcados e entregues aos colonos, a produção agrícola se intensificava e estradas foram construídas para facilitar o acesso e dinamizar a circulação de pessoas e mercadorias. O ramal ferroviário da Noroeste do Brasil chegou em Itaum, a sessenta quilômetros de Dourados. Caminhões e vagões faziam o escoamento da produção, e no caminho inverso traziam consigo pessoas e mercadorias. Tradições distintas, que passariam a coexistir no mesmo espaço. A partir desses encontros e desencontros a organização da cidade foi alterada (ERNANDES, 2009, p. 60).

Além disso, a cidade experimentava algumas “novidades” que faziam com que o local se destacasse na região, o que representava para a imprensa local uma “marcha ascensional e triunfante para o progresso” (*O Douradense*, 13/11/1948, p. 1).

Foi na década de 1940 que a cidade passou a se desenvolver com mais rapidez. Traçado urbano, escolas, igrejas e postos de saúde passaram a ser

reivindicados, pela imprensa, em nome da população. Era necessário consolidar os ideais de progresso e civilização tão sonhados. Com o aumento da demografia novas demandas surgiram. A preocupação em organizar o espaço urbano conferia à cidade características de um lugar em transformação. [...] Os elogios à natureza, tais como terras férteis, solo ubérrimo, matas exuberantes, e natureza em ritmo de domesticação e as notícias da chegada da energia elétrica fortalecem a ideia de um lugar em transformação, procurando atingir aspectos da vida moderna e civilizada, e atraía imigrantes e migrantes para a cidade e para a colônia (ERNANDES, 2009, p. 40; 54).

Certamente a chegada da energia elétrica merece destaque nesse cenário, pois os moradores da centralidade urbana, ou seja, grande parte da elite da época, seriam contemplados, sendo assim: “A energia elétrica significava a entrada definitiva na modernidade, além de iluminação urbana e doméstica, quer dizer, vida civilizada, ela traria facilidades necessárias à industrialização desejada” (ERNANDES, 2009, p. 53). Dessa forma, os discursos que associavam Dourados ao progresso e modernidade repercutiam nas páginas do jornal local. Sobre essa questão, o redator d’*O Douradense* publicou (artigo não assinado), em novembro de 1948, artigo sobre os fatores que deixariam

[...] a urbs central um ponto movimentadíssimo e alegre. O principal deles é a luz. E a luz virá e muito em breve, conforme nos informa o administrador da Usina Termoelétrica Sr. Ruy Gomes. Com a luz, novos e variados horizontes se abrirão, principalmente no campo da indústria, que está à espera desse útil e belo melhoramento (*O Douradense*, 13/11/1948, p. 1)³⁶.

O compromisso da imprensa local em colocar em destaque uma Dourados moderna é expresso no conteúdo da *Monografia Histórico-Corográfica do município de Dourados*, de autoria de João Augusto Capilé Júnior. Dividida em cinco capítulos, foi publicada em “pequenas doses” n’*O Douradense*, sempre destacada na primeira página. Ao escrever sobre a sede municipal, o articulista utiliza os elementos arquitetônicos para apresentar as mudanças ocorridas no centro urbano e a modernidade que, segundo ele, elas representavam. Dessa forma, ele cita, como “melhores edifícios que formam o conjunto da cidade”: o Hospital Evangélico, o escritório da CAND, a Delegacia de Polícia, as igrejas católica e presbiteriana, e diversas casas comerciais e residenciais (*O Douradense*, 29/1/1949, p. 1), apontando inclusive o nome de seus proprietários, figuras que posteriormente seriam associadas ao “pioneirismo” na historiografia memorialística local.

Vale lembrar que o progresso não era somente associado aos elementos urbanos, como também estava presente na associação de tais elementos com a ruralidade. Prova disso é que na

³⁶ A Usina Termoelétrica Senador Filinto Muller foi inaugurada em Dourados no ano de 1949 e tinha como objetivo abastecer a região central, sobretudo as atuais ruas: Marcelino Pires, Weimar Gonçalves Torres e Joaquim Teixeira Alves (PINTO, 2015, p. 85).

mesma matéria, porém na página 4, é relatada a visita dos membros do jornal à CAND, abordando a construção de escolas, elogiando a administração e os funcionários da colônia, além de outras informações que retratam uma infraestrutura adequada e de qualidade.

Outro elemento importante para se discutir a organização e estruturação administrativa de um município e, por consequência, seu desenvolvimento e progresso econômico (pelo viés do capitalismo), é o comércio. Em Dourados, o crescente comércio urbano que se apresentava a partir da década de 1940 fez surgir a Associação Comercial de Dourados (ACD)³⁷. Sua fundação data de 29 de maio de 1945, sendo que a diretoria foi composta por homens da elite comercial que, na contemporaneidade, destacam-se nas obras memorialísticas como “primeiros comerciantes” de Dourados. A primeira reunião contou com a presença do governador do TFPP, coronel Ramiro Noronha, e do diretor de imprensa do TFPP, Wilson Dias de Pinho; como presidente da associação foi eleito Milton Sá Santos. Na primeira diretoria, formada por doze pessoas, noto a presença de duas mulheres, sendo que as mesmas também se destacaram no campo da política municipal: Albertina de Mattos (primeira mulher a ocupar o cargo de vereadora em Dourados, entre 1948 e 1950) e Glória Ferreira³⁸ (Maria da Glória Ferreira Muzzi, segunda mulher a ocupar o cargo de vereadora, entre 1955 e 1959). Dentre os assuntos discutidos nos primeiros anos estão a falta de açúcar e de trigo no mercado e o tabelamento dos seus preços; a extinção do TFPP; a navegação fluvial de Porto Epitácio, no rio Paraná, a Porto Desejado, no rio Dourados; a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; os atritos entre colonos da CAND e CMD e indígenas; a solicitação do administrador da CAND para que o comércio fosse explorado na sede da colônia; os impostos a serem pagos por mascates e comerciantes “ilegais”; além do registro de novas diretorias entre 1945 e 1948 (cf. atas digitalizadas pertencentes à Coleção Atas da ACED (1945-2013), disponíveis no CDR/FCH/UFGD).

O ano de 1948 ficou marcado como o primeiro da administração do prefeito Antônio de Carvalho, conhecido popularmente como Carvalhinho³⁹. Nesse sentido, *O Douradense*

³⁷ Vale salientar que Moreira (1990) traz nas páginas 99 e 100 informações sobre a Associação Comercial de Dourados. Informa sobre a primeira reunião, composição da diretoria, assuntos constantes na ata de abertura, bem como apresenta trechos de seu estatuto. Outra informação relevante é que a organização dos comerciantes douradenses é criada como Associação Comercial de Dourados – MT em 1945. Porém, em 1976 a entidade já aparece nas atas com o nome de Associação Comercial e Industrial de Dourados (ACID). Atualmente a denominação é Associação Comercial e Empresarial de Dourados – MS (ACED). Para saber mais sobre esse tema, consultar a dissertação de Mendes (2020).

³⁸ Segundo Gressler (1996, p. 196), Maria da Glória Ferreira Muzzi se apresentava como Glória Ferreira na vida pública. Além de sua atuação na ACD, publicou artigos na imprensa local, fez parte da primeira diretoria e atuou ativamente nas atividades do Clube Social e foi também juíza de paz.

³⁹ Vários são os memorialistas que escreveram sobre o prefeito Carvalhinho, entre eles: Souza (2003); Dal Bosco (1995); Capilé Junior; Capilé; Souza (1995). Souza (2003, p. 104-106) traz em seu livro *Dourados: seus pioneiros, sua história*, uma pequena biografia de Carvalhinho. Nasceu em 1900 na Paraíba, participou do projeto Rondon

publicou uma avaliação desse período do governo municipal, destacando as obras e projetos realizados, como por exemplo, construção de pontes e estradas, instalação de escolas, criação da Feira Livre, abertura de ruas, construção de campo de aviação e benfeitorias na Praça da Bandeira⁴⁰ (*O Douradense*, 29/1/1949, p. 1).

A principal rua, Marcelino Pires, foi caracterizada em *Crônica das ruas*, pelo colunista que assinava com as iniciais A. C. (sendo esse Armando da Silva Carmello, diretor e redator d'*O Douradense*), como simpática, imponente, com diversos comércios e casas, “que anteriormente abrigava construções de tábuas”. Nesse ponto é possível sugerir que a área central já contava, em grande parte, com construções em alvenaria. Nela estava instalada a Coletoria Federal, a Pensão Central, além de várias residências de famílias tradicionais douradenses. Algumas casas e comércios funcionavam na mesma estrutura construtiva, convergindo, num mesmo ambiente, os contextos familiar e de trabalho.

Comércio na frente de casa, e só o marido, a mulher e os filhos que trabalhavam nele. Tinha farmácia, bar, mercearia. Quando eu me mudei pra cidade, vim trabalhar nessa casa comercial que tinha na esquina ali [refere-se à esquina da atual avenida Marcelino Pires e rua Firmino Vieira de Matos] (cf. trecho da entrevista realizada em março/2012 com Garibaldi Mattos, 88 anos, morador da área central de Dourados, *apud* Musculini, 2012, p 106).

Posteriormente, “o crescimento da atividade urbana já não comportou mais residências em pleno centro e, então, o centro comercial ficou onde nasceu a cidade” (MOREIRA, 1990, p. 11).

Retomando a crônica de A. C., foi prevista, também, a instalação da energia elétrica, além da arborização com a espécie *Ficus*, para os próximos meses da administração municipal, a fim de dar “maior realce e utilidade” à principal rua da cidade (*O Douradense*, 29/1/1949, p. 3). Vale ressaltar que dezenas de árvores foram tombadas enquanto patrimônio histórico de Dourados entre 1984 e 2014; em sua grande maioria, são figueiras distribuídas pela área central

entre 1921 e 1925, realizando levantamento cartográfico nas fronteiras do Brasil, implantando linhas telegráficas. Chegando a Dourados, trabalhou como funcionário público no Serviço de Proteção do Índio (SPI) e atuou como chefe do Executivo entre 1948 e 1951. Ficou conhecido como o prefeito que arborizou a área central da cidade, sendo que alguns espécimes de figueiras ainda podem ser visualizados, como por exemplo, na avenida Presidente Vargas, entre a avenida Marcelino Pires e a rua Onofre Pereira de Matos. Atuou ainda nos partidos UDN e ARENA, tendo falecido em 1988. Dal Bosco (1995, p. 7-10) apresenta a história do antigo prefeito, de acordo com os relatos de sua filha Neusa Carvalho do Amaral. Conta que, dentre as conquistas como administrador municipal, estão a abertura da estrada do Porto Souza para Caarapó e a vinda da linha regular do Serviço de Transporte Aéreo Nacional, além da criação da Feira Livre. Na política, ficou conhecido, além de suas obras, pela diplomacia no trato com os adversários, conforme relatos da autora citada. Ilson Boca Venâncio, articulista da *folha de dourados*, se refere a Carvalhinho como: “homem calmo, simples e de perfil conciliador” (*folha de dourados*, 3/8/2020).

⁴⁰ Não foi possível, de acordo com as fontes utilizadas nessa pesquisa, identificar qual era o logradouro então denominado “Praça da Bandeira”.

da cidade. Algumas delas foram plantadas durante a administração do prefeito Antônio de Carvalho.

Os esforços concentrados, ou seja, a busca intencional pelo progresso, proporcionou o desenvolvimento urbano da cidade que procurava se impor. A organização do espaço urbano iniciada na segunda década do século XX, onde somente a Igreja, a casa comercial, a pensão e o hotel estavam instalados, depois de 1950, dividiu espaço com escolas e hospitais, que passaram a funcionar dando contorno às primeiras características de cidade. [...] No centro, em torno do espaço reservado para a Praça Antônio João, pensão, mercearia, escritório de compra e venda de produtos diversos eram ladeadas por residências. Aos poucos, a fisionomia da cidade se alterava. Surgiram bancos, loteamentos, companhias imobiliárias e as associações de classe, todos considerados atributos necessários para se reconhecer a civilidade e o progresso do município (ERNANDES, 2009, p. 61).

O progresso, elemento representativo no discurso da imprensa e nos relatos dos memorialistas, também foi escolhido como nome do periódico que se instalou em Dourados em 1951⁴¹. Sua manchete de capa da primeira edição foi: *Vertiginosa: a marcha de Dourados para o progresso*. A matéria destaca, além da iminência da energia elétrica no município, o contingente populacional aumentado, a ampliação das vendas de terra e loteamentos, o funcionamento do cinema, a linha de aviões com voos diários, a construção e valorização dos imóveis comerciais e residenciais, a instalação de serrarias e a previsão de estabelecimento de uma rádio emissora na cidade (*O Progresso*, 21/4/1951, p. 1). Nesse sentido, a imprensa local “continua exercendo seu papel, o de unificar sentimentos e pertencimentos pró progresso e civilização” (ERNANDES, 2009, p. 54). João Augusto Capilé Júnior (que exerceria posteriormente a função de redator chefe d’*O Progresso*, no qual assinava a coluna *Aquarela da Vida*), ao publicar parte de sua monografia sobre o município, caracteriza o espaço urbano de Dourados no início de 1949 dessa forma:

A cidade de Dourados estende-se de Leste para Oeste numa extensão de cinco quilômetros, aproximadamente. É formada por uma planta de formato regular, constituída de cinco ruas longitudinais entre as quais uma avenida, dezessete ruas transversais e duas praças públicas, reunindo cerca de 600 casas, dentre as quais sobressaem preciosas construções modernas de alvenaria (*O Douradense*, 29/1/1949, p. 1).

O colono Geminiano Alves Teixeira apresenta suas memórias sobre o acesso à cidade, a organização do espaço urbano central, as principais vias de tráfego urbano e os meios de transporte utilizados nesse período:

⁴¹ Concordo com Ernandes (2009, p. 20) no que diz respeito às matérias da imprensa local, em cujas narrativas “encontram-se mitos fundadores, discursos identitários, campanhas pró progresso e civilização, ampla política de valorização da cidade, do solo, do clima, das possibilidades para o futuro e de suas gentes”.

Quando cheguei aqui em 1953, a BR 163 era estrada de chão. A cidade de Dourados, a Marcelino Pires, Weimar Torres, Joaquim Teixeira Alves era cascalhada e cheia de buracos, havia alguns carros e caminhões, o meio de transporte mais utilizado era cavalo e bicicleta, de Campo Grande vinha um ônibus de três em três dias (*apud* TEIXEIRA; MARTINS, 2009, p. 191).

Betoni (2002), ao analisar em sua dissertação os discursos memorialísticos sobre Dourados, aponta que o progresso é um dos elementos mais mencionados para apresentar um panorama geral do município. Nesse sentido, o autor assegura que progresso e pioneirismo no município são constantemente associados nas produções memorialísticas⁴².

O objetivo é destacar os sinais de progresso existentes na cidade, ficando clara também a preocupação, na maioria das obras, de prestigiar os chefes políticos, descrevendo-os como cidadãos honrados e honestos, e atribuindo-lhes a responsabilidade pela condução do progresso na cidade (BETONI, 2002, p. 62).

Contribuindo nesse sentido, Ernandes (2009) destaca que memorialistas e imprensa local muito contribuíram para que a representação de Dourados fosse relacionada a determinadas características, as quais, com o tempo, foram se solidificando e compondo um discurso legitimado como “história oficial do município”.

Percebemos pontos comuns entre os discursos da imprensa e dos memorialistas, quais sejam: pioneirismo, valentia dos homens, chegada do progresso via agricultura, tanto quanto uma necessidade em lembrar um passado posto como heroico sustentado por heróis militares nacionais e pela bravura de indivíduos corajosos que desbravaram a mata fechada e fixaram-se no sertão (ERNANDES, 2009, p. 20).

O livro-álbum *Memória fotográfica de Dourados* apresenta, em sua terceira parte, os aspectos da urbanização representados em diversas fotografias. Ao analisar algumas delas, Moreira (1990) cita elementos urbanos mesclados à ruralidade que se fazia presente naquele contexto histórico de final da década de 1940 e início da década de 1950.

Nas fotos onde se localiza o ponto central da cidade, avista-se o cavalo ao lado do caminhão, do trator, da carroça, da charrete e do homem que circula a pé e pára pelas ruas para um bate-papo. As árvores, nas ruas, mostram que a arborização planejada é recente. Pelos quintais ainda se percebe a permanência da mata nativa. Os postes mostram a presença da iluminação, fornecida pela Usina de Luz, durante uma parte do dia (MOREIRA, 1990, p. 63).

⁴² A maior parte dos memorialistas locais utilizam o discurso do progresso para enaltecer a memória dos pioneiros. Para Pompeu (2014): “O pioneiro, esse herói que, enfrentando toda sorte de sacrifícios e provações, chegou trazendo consigo a semente do progresso” (POMPEU, 2014, p. 11). Na mesma esteira, destacam-se as obras: *História, fatos e coisas douradenses*, de João Augusto Capilé Júnior, Júlio Capilé e Maria de Lourdes da Cruz e Souza (1995); *Viajantes da ilusão: os pioneiros*, de Maria Goretti Dal Bosco (1995); *Dourados: seus pioneiros, sua história*, de Rozemar Mattos Souza (2003); *Dourados: terra prometida*, de Armando da Silva Carmello (1973) e *Antigamente era assim*, de Júlio Capilé (2004).

Outros elementos presentes nas páginas seguintes dizem respeito ao comércio que aos poucos se desenvolvia, com diversas farmácias, padarias, casas comerciais de “secos e molhados”, pensões, Praça Antônio João, Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, Hospital Evangélico e casa das enfermeiras, escolas como Erasmo Braga, Joaquim Murtinho e Patronato de Menores, Cine Santa Rita, agência bancária e de viagens, agência de correios e telégrafos, Usina Termoelétrica, Clube Social e Clube Nipônico⁴³. A matéria também traz vários recortes do jornal *O Progresso* anunciando a venda de lotes e abertura de bairros em Dourados. Em um deles, datado de 22/2/1953, noto, mais uma vez, a palavra progresso, sendo essa repetidamente mencionada nos discursos da imprensa e dos memorialistas. Tal anúncio refere-se à venda dos primeiros lotes na *Vila Progresso*, a qual localizava-se a poucos metros da rua Marcelino Pires, entre o prolongamento das ruas Pernambuco e Ceará, atuais avenida Presidente Vargas e rua Albino Torraca.

Em 1954 é publicado n’*O Progresso*, com o título *Dourados em marcha: números que atestam o crescimento da Terra Prometida*, um relatório sócio demográfico, tendo como temas principais: história e fundação do município, situação geográfica, administração municipal, religião, lavoura, comércio, indústria, pecuária, meios de comunicação, estabelecimento de crédito, renda municipal, assistência hospitalar, educação, desportos e atrativos sociais. No que concerne ao comércio, era formado, segundo esse relatório, por 109 casas comerciais, entre bares, pensões, alfaiatarias, farmácias, frutarias, açougues, entre outros (*O Progresso*, 21/4/1954, p. 6). Destaco que, de acordo com a edição posterior do periódico, havia 8.200 habitantes na cidade, 30.900 habitantes na CAND e cerca de 13.000 habitantes nos distritos (*O Progresso*, 24/4/1955, p. 4).

O Legislativo municipal também acompanhou os acontecimentos da cidade nesse período, tendo como protagonistas os projetos apresentados e aprovados pelos vereadores. Nesse sentido, Luciano (2006) aponta que, durante a gestão 1947-1951 (2ª legislatura), a Câmara Municipal registrou, dentre outros aspectos já mencionados pela imprensa local nos parágrafos anteriores, que a cidade havia ganhado uma agência de estatísticas; foi reservada a área para a Praça Antônio João; surgiu o serviço de alto falante; foram instaladas pequenas fábricas. Já na gestão 1951-1955 (3ª legislatura), o Legislativo municipal definiu um Plano de

⁴³ Carmello (1973, p. 25) faz uma listagem das diversas casas comerciais, nomeando seus respectivos proprietários, as quais funcionavam no centro urbano de Dourados em 1950. Para saber mais sobre o Clube Social, consultar Pinto (2020); sobre a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, consultar Lara (2017).

Urbanização⁴⁴ e disponibilizou um livro para receber queixas e sugestões, na tentativa de melhorar a aproximação e estimular a participação cidadã da população. Além disso,

Dourados ganhou hotéis de madeira com até 60 quartos; prédios em alvenaria; fábrica de bebidas; matadouro; o time Ubiratan; Banco Nacional do Comércio e Produção S.A.; a Planta Geral da Cidade; sinais de trânsito; o Clube Social; transporte aéreo, a Rádio Clube e a 1ª Feira Agro-Industrial (LUCIANO, 2006, p. 30).

1.4. A criação da Feira Livre de Dourados: símbolo do progresso da cidade e das colônias

Após apresentar e contextualizar o cenário histórico regional de Dourados na década de 1940 e início de 1950, inserindo os elementos históricos que contribuíram para a formação e desenvolvimento do município, adentrarei a discussão do tema da tese: a Feira Livre de Dourados.

A criação das colônias CAND e CMD, os diversos processos de migração, e a ideia de progresso e modernidade sobre Dourados, veiculada pela imprensa local, estão relacionadas e contribuíram para a criação da Feira Livre de Dourados, como mostram as fontes consultadas. Nesse sentido, as aqui utilizadas são, em sua grande maioria, provenientes da imprensa local, representadas pelos jornais *O Douradense* e *O Progresso*. As atas da ACED (1945-2013) também trazem alguns conteúdos sobre a Feira Livre de Dourados, porém em menor ocorrência.

O discurso progressista é fortemente utilizado na justificativa de criação da Feira Livre. Tal discurso é comprovado quando o articulista d'*O Douradense* dirige-se ao seu leitor evocando o “espírito progressista dos nossos colonos agricultores” ao tratar de um assunto de “grande relevância e uma iniciativa altamente progressista” (*O Douradense*, 10/8/1948, p. 1). Além disso, sendo Dourados “um município essencialmente agrícola e populoso, [...] uma cidade de grande vitalidade comercial, não podia deixar de ter uma Feira Livre”. E ainda: “A Feira Livre será enfim uma nota progressiva para Dourados, uma das constelações pátrias” (*O Douradense*, 17/18/1948, p. 1). Ou seja, criar uma feira no município foi interpretado e representado naquele momento como sinônimo de crescimento econômico, além de projetar Dourados no cenário político da região. Ainda de acordo com a matéria, a feira não faria concorrência com o comércio local, pois comercializaria artigos necessários para o cotidiano das pessoas, ou seja, galinha, ovos, verduras, frutas, carne de porco e peixe. Ademais,

⁴⁴ Em 1951 o poder público local cria a Comissão de Urbanização de Dourados, que tinha como objetivo a verificação das plantas dos loteamentos, bem como o cumprimento da continuidade do arruamento (CALIXTO, 2008, p. 24).

favoreceria o comércio local, na medida em que, de certa forma, obrigaria os colonos a comprarem mercadorias de outros gêneros para abastecerem suas famílias e suas lavouras (*O Douradense*, 17/8/1948, p. 1). Nesse contexto, é perceptível a forma como se iniciava um processo de trocas comerciais das quais, aos poucos, derivaram outros tipos de relações sociais entre colonos e moradores da cidade.

Os moradores locais, considerados os maiores beneficiários quando da criação da Feira Livre, são mencionados nas páginas d'*O Progresso*, além dos comerciantes do setor de hospedagem da cidade, que, em sua grande maioria, ofereciam as refeições do dia aos clientes, naquela época.

[...] Todos sabem e têm certeza que este ramo de comércio [feira livre] favorece a todos, ricos e pobres, razão porque os poderes públicos do país o acatam e dirigem. [...] Para elas, para as Feiras Livres, convergem todos os produtos de maior necessidade para as senhoras donas de casa, não falando nos senhores donos de Hotéis e Pensões. Todos indistintamente são favorecidos com a Feira Livre (*O Progresso*, 24/2/1952, p. 2).

Retomando o contexto histórico, no final da década de 1940 inicia-se uma espécie de campanha da imprensa local para a instalação de uma feira em Dourados, sendo essa encabeçada por Armando da Silva Carmello⁴⁵, que na ocasião era diretor e proprietário do jornal *O Douradense* e, além disso, ocupava o cargo de secretário da Associação Comercial e secretário interino da prefeitura. De acordo com as fontes pesquisadas, é possível afirmar que o poder público, a imprensa local e a associação comercial foram os agentes promotores e incentivadores da feira livre e, após sua criação, também se empenharam para sua organização e desenvolvimento. Dessa forma, entendo que, além de Armando da Silva Carmello, o prefeito Antônio de Carvalho e o presidente da Associação Comercial, Milton Sá Santos, se revezam

⁴⁵ Nasceu em 1904 em Cuiabá. “Oficial da reserva do Exército, jornalista e poeta, através de um trabalho persistente e valoroso, muito fez pelo município de Dourados, onde chegou no ano de 1948. Tanto na vida pública como na particular, e através dos seus versos e crônicas, Carmello sempre soube demonstrar a sua verdadeira admiração por Dourados. Colaborou com jornais e revistas de Mato Grosso, publicou vários trabalhos literários, entre os quais *Apologia a Dourados*, edição esgotada e que deixou registrada uma grande parte da vida douradense. Terminou os seus dias na cidade de Cáceres, onde se encontrava a passeio” (CAPILÉ JUNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 118). Considerava-se jornalista profissional. Fundou *O Campograndense* (1935) e *O Douradense* (1948), além de ter colaborado na revista *Folha da Serra* (1940) e no periódico *O Progresso* (1951). Sua experiência jornalística se misturava com a literatura. Em 1944 publicou *Relvas Rimadas*; em 1967 o já mencionado *Apologia a Dourados* e, em 1970, *Tenda de Jacó*. Contou com a colaboração de vários redatores n’ *O Douradense*: Ulysses Serra, João Augusto Capilé Junior, Isaac Duarte de Barros e João Simplório (CARMELLO, 1973). Betoni (2002) o apresenta em sua dissertação, agregando em seu currículo as funções de inspetor da Fazenda do estado de Mato Grosso e membro correspondente da Academia de Letras e História de Campo Grande. Além disso, ao analisar a obra *Dourados - terra prometida*, de autoria de Carmello, publicada através de patrocínio da Câmara de Vereadores e da Prefeitura Municipal em 1973, considerou que “o autor acreditava que tinha um compromisso com a população douradense, e era seu dever escrever a história do município” (BETONI, 2002, p. 31). Para conhecimento do leitor desta pesquisa, observei que o jornalista e escritor utilizou a grafia “Carmelo” no periódico *O Douradense*, já em *O Progresso* e em *Dourados - terra prometida* utiliza “Carmello”.

enquanto “pais da Feira Livre de Dourados” nas narrativas das fontes pesquisadas.

Ao analisar as atas da ACED e os discursos de seus presidentes em algumas matérias d’*O Progresso* fica evidente como a associação reivindica o protagonismo dessa ação, a exemplo de Antônio Nogueira no evento comemorativo dos 70 anos da instituição: “[...] no ano de fundação da Aced, 1945, a entidade criou a feira livre do município, na praça Antônio João. [...] Esse foi um dos primeiros grandes trabalhos da Aced” (in *O Progresso*, 29/5/2015, p. 10). No entanto, cabe salientar que Carmello também cita, em um artigo em sua coluna *Riscos e Rabiscos*, outros nomes como grandes colaboradores para a criação da Feira Livre de Dourados. São eles: Signário Porto, Medeiros (nacionalidade portuguesa e colono), Aziz Rasselen e Jonas Dourado (*O Progresso*, 24/2/1952, p. 2).

O periódico *O Douradense* não poupa elogios ao prefeito em relação à iniciativa de criação da Feira Livre, como apresentado nesse trecho: “Louvamos a atitude de nosso digno prefeito, aplaudindo a sua iniciativa, sob todos os aspectos, louvável” (*O Douradense*, 10/8/1948, p. 1). Por outro lado, não aparece nas fontes o protagonismo dos colonos, os quais seriam “futuros feirantes”, para que uma feira fosse criada no município, e nem mesmo dos administradores das colônias, entendendo-se, assim, que essa iniciativa partiu do poder público e do comércio, amparados e justificados pela imprensa local. Em relação aos colonos, são representados pela imprensa local enquanto grandes beneficiários da criação da feira, assim como a população da cidade. Com o título *Feira Livre de Dourados*, o jornal *O Douradense* traz sua primeira matéria sobre esse assunto em agosto de 1948:

Dourados terá assim a sua primeira Feira Livre. Verá, então, os seus produtos expostos à venda nesse mercado, facilitando assim a aquisição por parte da nossa população que dia a dia cresce, em todos os sentidos. Os nossos colonos, por sua vez, compreenderão a necessidade de trazerem os seus produtos para esse mercado, a exemplo do que se pratica em outras cidades do País. Dourados já possui não só nas colônias, mas nos arredores, em outras chácaras circunvizinhas, muita produção para enriquecer o mercado livre [...] (*O Douradense*, 10/8/1948, p. 1).

A primeira menção à Feira Livre como tema de pauta na Associação Comercial de Dourados data de meados de 1948, quando, por ocasião de uma reunião dos associados, Milton Sá Santos anuncia a criação da feira, dizendo que tal iniciativa era uma “velha aspiração da associação”, alertando sobre sua necessidade. Sua fala ainda demonstra o reconhecimento da associação ao Executivo municipal por tal feito, “levando o seu aplauso pela medida adotada” (Ata ACED, 25/??/1948, p. 48v-49)⁴⁶. Nesse ponto cabe notar que não foi registrado em ata o

⁴⁶ As atas da Associação Comercial são citadas neste trabalho segundo suas versões digitalizadas, pertencentes à Coleção Atas da ACED, do CDR/FCH/UFGD.

mês em que ocorreu essa reunião, somente o dia e o ano. No entanto, a julgar o intervalo entre o registro dessa e a reunião seguinte, sugiro que tenha sido junho ou julho.

Com relação à criação e organização urbana das feiras, há que se observar a ação do poder público estadual através da Lei nº 74, de 13 de dezembro de 1947, a qual o Executivo municipal utilizou como embasamento para a criação da Feira Livre de Dourados. Trata-se da Lei Orgânica dos Municípios de Mato Grosso, dispondo sobre a organização desses. Os conteúdos relacionados às feiras são: No título II – Da competência do município, traz em seu artigo 16: “Compete ao município prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse, especialmente: [...] XIV – Sobre matadouros, talhos, interpostos e tendais, também supletivamente, açougues, feiras e mercados [...]”. No artigo 17: “Compete, ainda, ao município, concernente [sic] com o Estado, promover: [...] IV – A fiscalização de gêneros alimentícios”. No título VII – Das finanças municipais, aborda em seu artigo 49: “A receita dos municípios será constituída pelas seguintes verbas: [...] VII – taxas sobre localização de negociante em mercado, feiras ou em ruas, praças e outros lugares de servidão pública”⁴⁷.

O fato é que em 15 de julho de 1948 o então prefeito municipal, Antônio de Carvalho, cria através do Decreto Lei nº 19, a Feira Livre de Dourados, sendo tal documento publicado no jornal *O Douradense* em 11 de setembro de 1948. Segundo a imprensa, o projeto foi submetido à apreciação da Câmara Municipal (*O Douradense*, 10/8/1948, p. 1). Não foi possível localizar o documento original nos arquivos pesquisados, dessa forma, segue a transcrição da cópia publicada no veículo de informação oficial do município naquele momento:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Decreto Lei n. 19

O Prefeito Municipal de Dourados, usando das atribuições que lhe confere a Lei n. 74, de 13 de dezembro de 1947 (dispõe sobre a organização dos municípios),

Considerando que [sic] a necessidade imperiosa de incrementar o **aumento de produção** por parte dos colonos disseminados pelo município;

Considerando que a referida produção já é considerável e merece desse executivo municipal toda a sua iniciativa em sua **venda em mercados próximos**;

Considerando que, do intercâmbio comercial entre os colonos e o comércio local, resultará o **aumento das rendas municipais**;

Considerando ainda que da criação de mercados ou feiras livres a **população local será melhor atendida** dos produtos de primeira necessidade e com preços mais vantajosos, como sejam aqueles que naturalmente **serão tabelados e fiscalizados por esta Prefeitura**.

⁴⁷ A título de informação, essa Lei já previa que o Executivo seria responsável por promover o tombamento de bens no município (assunto esse a ser tratado em outro capítulo desta tese), no artigo 41, inciso XV.

Resolve:

Art. 1 - Criar a feira Livre de Dourados em local desta cidade, possivelmente na praça reservada para o grupo escolar de Dourados.

Art. 2 - Serão isentos de impostos, até o fim do corrente exercício, todos os que comerciarem na referida feira.

Cumpra-se registre-se.

Prefeitura Municipal de Dourados, 15 de julho de 1948.

Antônio de Carvalho

Prefeito Municipal. (*O Douradense*, 11/9/1948, p. 4, destaques meus).

Percebo, através dos trechos destacados, que para além das questões de comercialização da produção ou dos excedentes das colônias e uma possível estratégia para o abastecimento de gêneros alimentícios destinada aos moradores da cidade, havia o interesse de arrecadação de tributos para o município, ficando os feirantes, conforme o decreto, isentos do pagamento até o final do referido ano, sendo esta isenção, pelo menos aparentemente, uma motivação para a adesão dos colonos à prática comercial na Feira Livre. Com relação aos impostos mencionados no documento, penso que, na verdade, refere-se a tributos, em sentido mais amplo, como por exemplo, relativo à taxa de ocupação de determinado espaço na feira. Outra questão relevante nesse documento diz respeito ao tabelamento de preços e fiscalização dos produtos a serem comercializados. Como será possível verificar mais adiante, a partir do início da década de 1950 essa questão se tornará um “eterno embate” entre feirantes e poder público, inclusive originando a criação do cargo de fiscal de preços da Feira Livre⁴⁸.

A adesão dos colonos e da população à prática da feira também foi tema de reunião da Associação Comercial de Dourados em 8 de agosto de 1948. Na ata da 32ª Sessão Ordinária da Associação Comercial, redigida por Armando da Silva Carmello, consta que a Feira Livre foi o primeiro tema a ser debatido naquele dia e que, após a discussão, os encaminhamentos foram os seguintes:

I) Entendimento pessoal do senhor Presidente com o Prefeito, no sentido de que ambos percorram todo o comércio, dando a todos as necessárias explicações quanto às vantagens do novo mercado; II) Entendimento com os Fiscais das Colônias, a fim de que os colonos sejam igualmente avisados da Feira e concorram com os seus produtos (Ata ACED, 8/8/1948, p. 1).

Além disso, o presidente Milton Sá Santos menciona novamente que a criação da Feira Livre era algo que a associação buscava para a cidade já havia algum tempo. Na ocasião, os sócios foram convidados e se comprometeram a prestigiar a Feira Livre com artigos de seus

⁴⁸ Lei n° 200, de 23/6/1959 – Cria o cargo de fiscal de carnes e gêneros alimentícios, no quadro de servidores da prefeitura municipal, e Lei n. 232, de 1/12/1959 – Autoriza o Executivo a designar uma comissão para efetuar o tabelamento das mercadorias da Feira-Livre (DOURADOS: guia de leis, 2000).

comércios, “no sentido de animá-la e dar-lhe a maior vida possível” (Ata ACED, 8/8/1948, p. 1). Ao que parece, a Associação Comercial interpretava o papel de incentivadora e conciliadora entre poder público e colonos e, paralelamente, e como objetivo principal, movimentava a economia da cidade, através do comércio.

Com relação à localização da Feira Livre, o decreto de sua criação menciona que ela ficaria localizada “possivelmente na praça reservada para o Grupo Escolar de Dourados” (*O Douradense*, 11/9/1948, p. 4)⁴⁹. De fato, a primeira feira na cidade aconteceu em um domingo pela manhã, no dia 15 de agosto de 1948, na Praça Antônio João. Tal fato foi noticiado pela imprensa local, que o retratou como “espetáculo bastante animador” e apresentou as percepções de três personagens locais: Milton Sá Santos⁵⁰ (Presidente da Associação Comercial de Dourados), Armando Campos Belo⁵¹ (comerciante e político) e Argot Anderson⁵² (visitante). Os três homens elogiam o prefeito pela criação da feira, exaltam o “progresso e a grandeza” de Dourados enquanto centro agrícola, a que chamam de “Terra de Promissão”. Milton de Sá

⁴⁹ Essa informação me chamou a atenção, visto que não era de meu conhecimento a instalação de um Grupo Escolar no espaço mais central da cidade. O que posso afirmar, de acordo com pesquisa durante o mestrado, é que funcionou, anexa à Igreja Matriz de Dourados, uma filial do Patronato de Menores (inaugurada em 1956) e posteriormente o Educandário Santo Antônio (1958-1983) (LARA, 2017). Alguns estudos relacionados à história das instituições escolares em Mato Grosso do Sul (área da Educação) dão conta de que o primeiro Grupo Escolar criado em Dourados foi o Joaquim Murtinho, em 1947 (MARQUES; IRALA, 2017; SILVA, 2013; ARANDA; MANCINI, 2014). Porém, nenhuma das pesquisas consultadas informa sobre a localização do prédio quando de sua criação. Uma reportagem publicada no jornal virtual *Dourados Agora*, por ocasião da comemoração dos 60 anos da Escola Municipal Joaquim Murtinho, informa aos leitores que: “A escola de Pré-Escolar e 1º Grau foi criada oficialmente pelo decreto 386, em 22 de novembro de 1947, Dia da Música. No entanto, relatos indicam que a [escola] Joaquim Murtinho começou em 1941 na residência de uma professora, foi para um casarão, onde agora está o Banco do Brasil, na Rua Joaquim Teixeira Alves, e também funcionou numa habitação na Rua João Rosa Góes, onde é hoje o Museu Histórico [atualmente o acervo do Museu Histórico de Dourados encontra-se em uma das salas da rodoviária municipal]. O atual prédio foi inaugurado em 1953, durante o governo de Fernando Corrêa da Costa. Em 1993, foi incorporada pela Rede Municipal de Ensino” (cf. matéria disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/escola-joaquim-murtinho-faz-60-anos>. Acesso em 9 abr. 2020). No intuito de saber mais sobre essa questão apurei informações com membros da página *Dourados, recantos e histórias*, hospedada na rede social Facebook. Segundo Sultan Rasslan, antigo morador da cidade, o Grupo Escolar Joaquim Murtinho ficou instalado até 1950 na rua Joaquim Teixeira Alves, esquina (parte sudeste) com João Cândido Câmara, onde atualmente está localizada a principal agência do Banco do Brasil na cidade e, entre 1950 e 1953, funcionou em um prédio que pertenceu à CAND, na esquina (parte noroeste) das ruas João Rosa Góes e Joaquim Teixeira Alves, corroborando as informações que constam na matéria.

⁵⁰ Filho de político, chegou a Dourados em 1939, vindo de Campanário. Foi professor e farmacêutico (CAPILÉ JUNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 66).

⁵¹ Chegou a Dourados em 1937, vindo de Minas Gerais. Participou da criação da Associação Comercial de Dourados e do Centro Cívico Antônio João. Exerceu atividades políticas, de professor e industrial (CAPILÉ JUNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 327-328). Comandando o PTB em Dourados, foi candidato a prefeito em 1950 em uma eleição controversa, perdendo por apenas dois votos para o udenista Nelson de Araújo, por conta de uma urna impugnada (ALÉM, 2011, p. 58). Além da dissertação do autor citado, é possível encontrar informações sobre esse acontecimento, que marcou a política municipal naquele período, nas produções memorialísticas de Capilé Júnior; Capilé; Souza (1995, p. 327-328) e Amaral (2014, 93-94).

⁵² Não foi encontrada nenhuma informação relacionada à biografia de Argot Anderson nas produções dos memorialistas utilizadas nesta pesquisa, porém em seu relato sobre a Feira Livre ele diz ser “conhecedor de Dourados de outrora”.

Santos destacou o papel da Associação Comercial para que a primeira oferta da feira estivesse sendo um sucesso. Já Armando de Campos Belo iniciou seu relato afirmando que “o verdadeiro progresso começa a sair do idealismo para entrar na realidade dos fatos concretos” e aproveitou o momento para tecer vários elogios à Associação Comercial de Dourados e, sobretudo, a Armando da Silva Carmello, diretor e proprietário d’*O Douradense*, “pela sua campanha eficiente pró Feira Livre de Dourados”. Aliás, a maior parte dessa matéria versa sobre tais elogios e as características atribuídas a Carmello. Chamo a atenção para o fato de que, por ser o principal articulista d’*O Douradense*, é muito provável que quem escreveu tal matéria tenha sido o próprio Armando da Silva Carmello. Em relação à Argot Anderson, as poucas linhas dedicadas às suas impressões dizem respeito a relacionar a criação da Feira Livre com a concretização de um sonho dos fundadores de Dourados (*O Douradense*, 11/9/1948, p. 1). Ou seja, o funcionamento inicial da Feira Livre de Dourados foi marcado e registrado pela imprensa local por uma “troca de confetes” entre seus próprios idealizadores. Não mencionaram aspectos próprios da feira, como a estrutura de funcionamento, os produtos oferecidos, as impressões dos colonos/feirantes, o processo de venda, a organização social e de trabalho, as percepções dos consumidores, entre outras questões que poderiam ilustrar a feira naquela ocasião.

Outro momento em que Carmello utiliza o espaço jornalístico para auto elogiar-se acerca da criação da Feira Livre e reivindicá-la, em alguma medida, enquanto seu projeto político e pessoal, é quando escreve nas páginas d’*O Progresso*, em sua coluna *Riscos e Rabiscos*. Segundo ele, a criação da Feira Livre de Dourados foi:

Uma campanha feliz, felicíssima mesmo, foi encetada por este cronista, em sua coluna de *O Douradense*, para que Dourados tivesse a sua Feira Livre. Município essencialmente agrícola e já bastante populoso como é Dourados, sua sede, que já é de uma cidade de grande vitalidade comercial, não podia deixar de possuir uma Feira Livre (*O Progresso*, 24/2/1952, p. 2).

No final de 1948, novamente a Feira Livre é tema de discussão na Associação Comercial de Dourados. Dentre os encaminhamentos, os associados solicitam do Executivo municipal a regulamentação da Feira Livre, a iniciar-se a partir de 1º de janeiro de 1949, além de uma fiscalização mais rigorosa destinada aos comerciantes considerados “clandestinos” (Ata ACED, 7/12/1948, p. 9). Esses temas foram recorrentes nas matérias da imprensa local durante a década de 1950, gerando conflitos entre feirantes, poder público e frequentadores da Feira Livre.

1.5. Os primeiros anos da Feira Livre de Dourados: “a feira e seus dissabores”

A partir da década de 1950, a Feira Livre de Dourados passa a ser divulgada e

representada pelo olhar da imprensa local através das páginas do jornal *O Progresso*, instalado em Dourados em 1951, já que *O Douradense* foi veiculado entre os anos 1948 e 1950. Para Além (2011, p. 46), o crescimento populacional de Dourados, a partir da criação da CAND, favoreceu a criação e a consolidação de *O Progresso*, sendo que Weimar Gonçalves Torres soube aproveitar a oportunidade para inaugurar o jornal nesse momento em específico. Com o tempo, “Weimar passou a gozar de grande prestígio junto à comunidade local, ganhando destaque na cena política desde sua chegada a Dourados, ampliando sua influência para a esfera política estadual e federal com o passar dos anos”. E além disso, “desde a fundação de *O Progresso*, já se estabeleceu uma ligação entre o jornal e a classe política douradense, garantindo os interesses políticos de ambas as partes” (ALÉM, 2011, p. 44; 46).

Com o slogan *Pensamento e ação por uma vida melhor*⁵³ e legitimado como órgão oficial de imprensa do município de Dourados, seu fundador, Weimar Gonçalves Torres⁵⁴, passa a contar, em seus anos iniciais, com João Augusto Capilé Júnior⁵⁵ (anteriormente colaborador de *O Douradense*) como redator chefe e Armando da Silva Carmello (anteriormente diretor de *O Douradense*) como vice-diretor e também colaborador em várias matérias, sobretudo na coluna *Riscos e Rabiscos*, na qual assinava A. C. Ou seja, há uma permanência e continuidade presente no discurso de ambos os jornais no que se refere às linhas editoriais e à atuação jornalística em relação às questões da cidade e da população. Dessa forma, os “discursos eram produzidos, destacando a cidade como sinônimo de desenvolvimento, esperança e prosperidade” (ALÉM, 2011, p. 48).

As primeiras matérias sobre a Feira Livre de *O Progresso* revelam que, já nos anos

⁵³ Segundo Ernandes (2009, p. 62), esse *slogan* tem como papel “reafirmar a autoridade da imprensa no que se refere ao pensar (pensamento) em uma vida melhor. Além de refletir e formar uma opinião pública, o jornal de Weimar Torres se propunha a agir”. Ao analisar essa fonte, notei que, durante o ano de 2006, o *slogan* utilizado foi: *O Progresso – tradição e credibilidade*.

⁵⁴ Weimar Gonçalves Torres destaca-se no “rol dos pioneiros de Dourados”, nomeando uma das principais ruas da cidade e uma escola municipal. Nascido em 1922 em Ponta Porã, chegou a Dourados em 1948, fundando *O Progresso* em 1951, cuja diretoria é atualmente formada por sua esposa, filha e neta. Foi advogado, poeta, jornalista e político de carreira. Faleceu em 1969, vítima de um desastre de avião. Dal Bosco (1995) dedica-lhe um dos capítulos de: *Os pioneiros: viajantes da ilusão*, intitulado *A alma do poeta Weimar*. Alguns objetos que pertenceram a ele, inclusive peças de vestuário, fazem parte do acervo do Museu Histórico de Dourados.

⁵⁵ Sociólogo, nasceu em Rio Brillante em 1916. Foi prefeito e vereador de Dourados. Foi assessor na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e na Câmara Federal (CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995). Sua narrativa é de cunho memorialístico. Na imprensa local publicou, de *O Douradense*, a *Monografia Histórico-Corográfica do município de Dourados*, tendo como temáticas: *Devassamento do território, Criação do município, Correntes de povoamento, procedências e objetivos* e por fim *A sede municipal*. Nos primeiros anos de *O Progresso*, assinou o editorial e a coluna *Aquarela da vida*. Além disso, publicou, em conjunto com seu irmão Júlio Capilé e Maria de Lourdes da Cruz e Souza, a obra memorialística: *Histórias, fatos e coisas douradenses* (1995). No campo político foi prefeito nomeado de Dourados entre 1945 e 1947, além de ocupar cargos nos governos estaduais de Fernando Correa da Costa (ALÉM, 2011, p. 63).

iniciais da prática de feira em Dourados, houve um descontentamento da imprensa para com o poder público municipal com relação à política de preços adotada pelos feirantes, além da falta de fiscalização por parte da prefeitura municipal, representada naquele momento pelo prefeito Nelson de Araújo. Esse tipo de problemática apareceu com frequência nas matérias da década de 1950, geralmente assinadas por João Augusto Capilé Júnior e Armando da Silva Carmello. Nesse sentido, alguns esclarecimentos se fazem importantes diante da hipótese de que, na verdade, *O Progresso* estaria, acima de tudo, ecoando a posição do PSD, contra um prefeito da UDN. Ocorre que, na primeira metade dos anos 1950, o prefeito era da UDN (Nelson de Araújo, 1951-1955), enquanto o jornal *O Progresso* era praticamente um órgão do partido adversário, o PSD. Assim sendo, eu poderia imaginar que a atitude crítica d'*O Progresso* tivesse um caráter partidário. Essa hipótese, contudo, fica prejudicada quando considero a informação de que, nessa mesma época, embora o proprietário do jornal fosse do PSD, seu redator-chefe era precisamente um agente do quadro da UDN, a saber, João Augusto Capilé Júnior. Assim sendo, como não surgiram evidências mais concretas do suposto partidarismo, especificamente no que diz respeito ao assunto Feira Livre, não me ocupei da referida hipótese.

Com o título *A feira e seus dissabores*, João Augusto Capilé Júnior chama a atenção da administração municipal para que se responsabilize sobre as irregularidades que se apresentavam na Feira Livre. Segundo Capilé Júnior,

Existem providências tomadas pelos poderes públicos que no princípio dão a impressão de ser um maná do céu, tal o benefício que trazem à população. Entretanto, essa mesma organização vai-se aos poucos desvirtuando e no final se torna objeto de atrito e desmantelo, desde que o poder público não mantenha na mesma, a assistência que lhe deveria dedicar (*O Progresso*, 29/7/1951, p. 1).

O redator chefe d'*O Progresso* dá destaque aos altos preços praticados e à quantidade dos produtos, que, segundo ele, eram ofertados em “doses homeopáticas”. Questiona ainda, em tom impositivo, diretamente o prefeito municipal sobre a existência do fiscal da prefeitura e da Comissão de Preços (*O Progresso*, 29/7/1951, p. 1). Carmello também escreve sobre seu descontentamento com a administração municipal, visto que, para ele, a prefeitura deveria realmente “assumir a direção e controle dos preços, os quais são tabelados e colocados aos olhos dos feirantes, vendedores e compradores” (*O Progresso*, 24/2/1952, p. 2). Ainda sobre essa questão, Jota Júnior (pseudônimo adotado por João Augusto Capilé Júnior), que assinava a coluna *Aquarela da Vida*, intitulou seu artigo como um *Monólogo da atualidade: Caramba... Que vida cara*. As críticas sobre “a vida cara” que os douradenses vivenciavam naquele momento foram dirigidas aos feirantes (que, segundo o redator, praticavam preços exorbitantes

aos consumidores, aproveitando-se da falta de concorrência daquele tipo de mercado) e à administração municipal, que não cumpria seu papel de fiscalização e controle de produtos e preços. Dessa forma, Jota Júnior relatou suas impressões sobre a feira semanal:

Ficamos penalizados ao verificar em Dourados a correria do povo em demanda à feira de domingo. Levanta-se a nossa gente muito antes do dia clarear para poder conseguir alguma coisa naquela tenda sem controle. E ali, quando encontra-se o que se necessita, o preço é quase proibitivo. Pudara. Não há fiscalização. Idiota aquele que não aproveitar. Sabem muito bem os feirantes que sem alimento ninguém passa. E assim são os preços ali verdadeiramente extorquíveis. Às vezes algum forasteiro arrisca indagar a um douradense que ali procura as coisas mais volumosas e baratas para o que seja suficiente o seu dinheiro: "E a Comissão de preços não toma providências?" O douradense com ar de sorriso explica: "Comissão de preços, seu moço, não existe em Dourados" (*O Progresso*, 23/3/1952, p. 4).

Outra problemática apresentada nas páginas d'*O Progresso* diz respeito ao local de instalação da Feira Livre, parecendo, de acordo com as matérias e artigos, que não era fixo nem apropriado para tal comércio. Imagino que, como não havia uma organização estrutural das bancas, nem demarcação dos espaços a serem utilizados para as mesmas, os feirantes montavam suas barracas e/ou bancas conforme acreditavam conveniente, dentro da área central localizada no perímetro da praça Antônio João. Outra questão que julgo que poderia acontecer nesses primeiros anos de funcionamento da Feira Livre está relacionada ao fato dos feirantes não terem um compromisso efetivo de comparecer à feira semanal, o que devia gerar confusão, tanto na questão da organização estrutural, como na venda dos produtos e atendimento aos clientes.

Carmello, ao se referir aos diversos problemas que a Feira Livre apresentava já nos primeiros anos de funcionamento, usava as expressões "definhando", "sem vida", "carecendo de óleo canforado" e, nesse sentido, dirigindo-se à administração pública municipal, apelava: "Não permitam, senhores, que ela morra" (*O Progresso*, 24/2/1952, p. 2).

Mesmo nessas condições, a partir de maio de 1952 a Feira Livre passa a funcionar dois dias na semana, domingos e quintas-feiras. Dessa forma, novamente Carmello utiliza sua coluna *Riscos e Rabiscos* para solicitar às autoridades municipais melhores condições para o funcionamento da feira, intitulando seu artigo como um lamento: *Pedir e pedir sempre, tal é a Lei*. Nesse sentido, ele cita também o papel dos feirantes/colonos:

[...] Desta feita, vamos prender a nossa atenção para a nossa Feira Livre. Não é a primeira vez que falamos nela. Sempre a colocamos na berlinda das nossas cogitações, procurando elevar a um nível mais alto, mais plausível e de acordo com as nossas necessidades. [...] Precisamos incentivar os colonos das duas colônias para que tragam produtos em quantidade para a Feira Livre, o povo precisa da Feira para suprir as suas necessidades, ao menos duas vezes por semana [...] Às autoridades municipais dirigimos o nosso apelo no sentido da

assistência que devem dar aos feirantes, para que eles se entusiasmem na produção e nos tragam, em grande escala, os seus produtos (*O Progresso*, 7/9/1952, p. 3).

Interessante notar também que, no artigo, Carmello escreveu que a cidade estava tendo um aumento da população, que a Feira Livre era servida por colonos/feirantes das colônias CAND e CMD e também elencou alguns produtos que eram mais consumidos/vendidos naquele contexto, como por exemplo, galinha, carne de porco, alface, laranja e mandioca. O artigo também trouxe os respectivos preços dos produtos, na intenção de mostrar que estavam demasiadamente altos e referindo-se à necessidade de tabelamento dos mesmos. Nesse ponto, me parece importante salientar que, segundo o relato do senhor Marcolino, que já foi colono e feirante, os produtos de origem animal que tinham “mais saída” eram taxados de acordo com a quantidade unitária: “O fiscal vinha e contava as cabeças para estipular o valor da taxa” (*folha de dourados*, 22/9/2020). Notei nessa mesma fonte, em edição posterior, que outro feirante, o senhor Manoel, corrobora a afirmação do senhor Marcolino (cf. depoimento publicado na *folha de dourados*, 13/10/2020).

Em meio aos apelos de incentivo à Feira Livre, bem como ao fato de ainda não possuir local adequado para a instalação da mesma, o que era visto como fundamental “para que os lavradores possam depositar os seus produtos e vendê-los no comércio local” (*O Progresso*, 18/1/1953, p. 1), surge uma nova solicitação da imprensa local às autoridades municipais: a criação de um mercado municipal. Com variados títulos (como por exemplo: *Um mercado municipal, Dourados precisa de um mercado, Na Câmara o projeto da criação de um mercado*), as matérias quase sempre solicitam a atenção da administração municipal para a importância e a necessidade da criação de um mercado municipal, bem como avaliam os benefícios que a cidade e os moradores desfrutariam em decorrência desse projeto. Carmello é quem inicia tal assunto nas páginas de *O Progresso* e que seria pauta de discussões por vários anos entre imprensa e governo municipais. Os discursos desses agentes variam, ora exigindo-se um mercado em detrimento da feira, ora solicitando o funcionamento de ambos os comércios de hortifrutigranjeiros na cidade.

Ao que parece, os diversos clamores da imprensa local, no intuito de apelar à administração municipal, à Associação Comercial e aos feirantes no sentido de organizar e desenvolver a Feira Livre, não foram atendidos. Prova disso é que, numa nota intitulada *Coisas que o povo pergunta*, publicada em setembro de 1954, dentre várias indagações sobre os acontecimentos da cidade, consta a seguinte: “Por que não mais se realizam as feiras livres, que embora deixassem muito a desejar vinham servindo a nossa população?” (*O Progresso*,

12/9/1954, p. 3). Ou seja, a feira não estava mais em funcionamento naquele momento. Não pude determinar a data exata em que a sua oferta cessou, porém, outra fonte aponta que ainda em 1952 outra feira funcionava na cidade, ou a mesma feira foi instalada em outro local. Acredito também que, nesse período, é provável que os próprios moradores, no intuito de angariar algum dinheiro com as vendas de produtos alimentícios que produziam em suas próprias casas, ou até mesmo na área rural, “botavam banca”, ou seja, se organizavam em grupos em determinados locais para realizarem suas vendas. A fonte supramencionada diz respeito às memórias do morador local Ilson Boca Venâncio, que, ao falar sobre sua mãe, lembra que:

Era dezembro de 1952, minha mãe a pouco havia se mudado para Dourados quando foi informada que defronte à casa da família Kanashiro, que ficava na Avenida Presidente Vargas, realizava-se aos domingos uma feira-livre. Minha mãe então preparou uma cesta com pastéis e mandou que meu irmão Irlan a levasse até a feira para serem vendidos. Contava minha mãe que a venda não foi das melhores [...] A feira, durante um bom tempo, se realizou naquele local [...] (VENÂNCIO, 2014, p. 54).

Em conversa informal Ilson Venâncio informou que esse local fica atualmente na avenida Presidente Vargas, entre a rua Major Capilé e a avenida Weimar Gonçalves Torres. Inagaki (2002, p. 125) também aponta esse mesmo endereço para a Feira Livre ao mencionar a atuação dos japoneses na venda de verduras, porém afirmando que seria o primeiro local de seu funcionamento.

Paralelamente a essa questão, os pedidos para a instalação de um mercado na cidade ultrapassaram a abordagem da imprensa e chegaram ao Legislativo municipal. Carmello escreveu na página principal d’*O Progresso*, sob o título *Na Câmara o projeto da criação de um mercado*, que, por proposta do vereador Aguiar Ferreira de Souza, tramitava o projeto de criação de um Mercado Municipal em Dourados. Esperançoso com a aprovação do Executivo municipal, Carmello destacou o papel dos nordestinos, paulistas, mineiros e sul-rio-grandenses que, segundo ele, seriam “conhecedores dessa modalidade de trabalho”, ou seja, potenciais comerciantes para atuar no local. O articulista ainda se referiu a Campo Grande para embasar e justificar tal projeto para Dourados, visto que, naquela cidade, Feira Livre e Mercado Municipal coexistiam num “belo espetáculo de fartura e grandeza”. Nos parágrafos finais, evidenciou os beneficiários da implementação de tal projeto, que, a exemplo da feira livre que anteriormente defendia, seriam “tanto os cidadãos como os colonos e habitantes da zona rural do município” (*O Progresso*, 1/5/1955, p. 1).

As articulações e pressões para a criação de um Mercado Municipal e/ou a reativação

da Feira Livre continuaram pelo ano de 1955, quando, na coluna *Ecos e Comentários*, o redator novamente apelou à administração municipal: “Vimos hoje, nesta coluna, bater numa tecla velha, antiga já, para Dourados”, referindo-se à criação do mercado. Segundo a nota jornalística, a justificativa do governo municipal para que tal projeto não tivesse sido implementado seria a falta de verba orçamentária e a indisponibilidade de terreno para esse fim. No entanto, o posicionamento da imprensa local foi enfático: “Essas desculpas não pegam. Todos os munícipes estão pagando os seus impostos e desejam ter os meios que facilitem a sua subsistência” (*O Progresso*, 30/10/1955, p. 1). Dirigindo-se diretamente aos poderes Executivo e Legislativo municipais, o redator suplicou:

Mesmo que não possamos conseguir o Mercado, que a nossa Prefeitura faça levantar a Feira Livre que já tivemos. Esta poderá funcionar em qualquer rua, em qualquer local, mesmo nas calçadas, como no Rio de Janeiro, São Paulo etc. Não é nada feio nem prejudicial. É até bonito. Vamos, senhores da nossa Prefeitura, Sr. Prefeito, Vereadores, em suma, todos os responsáveis pela nossa Administração. **Não podendo nos dar o Mercado, que nos deem a FEIRA LIVRE**, aquela que já tivemos e que deixaram no esquecimento sem nenhuma razão (plausível) de ser, sem nenhuma justificativa. Que venha então a Feira Livre, dependendo somente da regulamentação da nossa Prefeitura. Não será difícil. O próprio comércio, interessado na vinda do colono na sede, interessará pelo assunto. Basta ação conjunta Associação Comercial com a Prefeitura. E isso será possível? (*O Progresso*, 30/10/1955, p. 3, destaques em negrito meus, caixa alta do original).

Mesmo tendo fracassado os diversos apelos direcionados às autoridades para a reativação da Feira Livre ou mesmo a criação do Mercado Municipal, o redator d’*O Progresso* insistiu na questão, ponderando que a Feira Livre poderia funcionar em qualquer local, “mesmo nas calçadas”, dependendo da regulamentação do prefeito para que isso acontecesse. Chamou-me a atenção a seguinte frase: “Não podendo nos dar o Mercado, que nos deem a Feira Livre”. O Mercado Municipal era visto como mais um passo no desenvolvimento econômico e, porque não dizer, político do município e, até aquele momento, não havia sido “abraçado” como projeto político pelo Executivo. Nesse sentido, ao que parece, o discurso do redator soa como um tipo de retrocesso nessa questão, ou seja, se não podemos ter um mercado municipal, que depende de localização, estrutura organizacional, recursos humanos, nível de abastecimento adequado, dentre outros aspectos relevantes, que possamos então, ao menos, contar novamente com a Feira Livre, na qual moradores, comerciantes e colonos seriam beneficiados com a compra e venda de produtos.

Outra questão importante para se notar no trecho supracitado é que, apesar da imprensa local chamar a atenção da Associação Comercial para que, conjuntamente com a prefeitura, se responsabilizasse pela reativação da Feira Livre, esse assunto não constou nas pautas das

reuniões dessa instituição durante toda a década de 1950, sendo discutida somente quando da sua criação, em 1948, e posteriormente, na década de 1960, conforme registrado nas atas.

Durante o ano de 1956 Armando Carmello continuou fazendo suas ponderações e reivindicações em prol de um mercado e/ou feira em Dourados. Algumas vezes o texto possui tom imperativo, como se ordenasse à administração pública que resolvesse essas questões e, em outras vezes, usa um tom esperançoso, imaginando e projetando como seria a movimentação na cidade se tais projetos tivessem êxito. E ainda, por vezes, o discurso revela um lamento, a exemplo desse trecho da coluna *Ecos e Comentários* (caracterizada por pequenas notas jornalísticas sobre variados assuntos e acontecimentos da cidade, no intuito de emitir opiniões, reivindicações e posicionamentos do jornal):

Já é tempo de procurarmos atender às prementes necessidades da nossa população com o que ela mais precisa de imediato, de urgente, principalmente no que concerne à alimentação. **Mas, o Mercado nem a Feira Livre não vem.** Não aparece o local para um desses benefícios ao povo. **Tudo é difícil e complicado.** Enquanto isso os colonos, os agricultores da vizinhança, os chacareiros fogem da nossa Praça, tornando-a silenciosa e quieta. E o comércio local sofre com a falta do que chamamos “movimento”, que quer dizer freguesia, isto é, o processo de oferta e procura. **Até quando esta situação vai perdurar?** (*O Progresso*, 8/4/1956, p. 1; 4, destaques meus).

Por outro lado, as notícias também dão conta da criação de feiras livres com funcionamento aos domingos na região, como por exemplo, na Vila Brasil (atual Fátima do Sul), Vila Glória (atual Glória de Dourados) e Itaporã. Nesse sentido, Carmello queixa-se: “Até quando iremos esperar?” (*O Progresso*, 25/3/1956, p. 2). Ao que parece, os moradores dos núcleos coloniais começaram a se organizar por si próprios para a implementação de feiras livres, sendo Vila Brasil e Vila Glória núcleos da CAND e Itaporã (emancipado como município em 1953) antigo núcleo da CMD. A criação e funcionamento inicial dessas feiras mereceram destaque na página inicial d’*O Progresso* em 1956. Na reportagem de capa, assinada por Sócrates Câmara, *Feira Livre em Itaporã*, o redator fez vários elogios à composição e funcionamento da feira, mencionando a localização, preços atraentes, parabenizando o prefeito e o criador da feira, senhor Miranda. Já na página 2, a matéria assinada por Armando da Silva Carmello, *Lembrando Vila Brasil e Vila Glória*, contextualizou a criação desses núcleos da CAND, a vinda dos colonos, o comércio que se formava, a estrutura dos maquinários e a produção, bem como a implementação da feira, que funcionava aos domingos (*O Progresso*, 12/8/1956, p. 1; 2).

Enquanto isso, na Câmara Municipal, seguiram as discussões para uma possível reativação da Feira Livre na cidade. Na coluna *O que fazem os vereadores*, foi publicada a ata

da 30ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, na qual um dos temas abordados foi o desentranhamento do projeto de Lei do vereador Aguiar Ferreira de Souza, cuja solicitação foi a criação do Mercado Municipal⁵⁶. Na ocasião, o referido vereador também pediu providências para a instalação de uma Feira Livre às quintas-feiras e domingos, o que foi aprovado por unanimidade (*O Progresso*, 8/4/1956, p. 2). Ou seja, ao desistir do projeto do Mercado Municipal (pelo menos momentaneamente), o Legislativo focou novamente no projeto anterior, o da Feira Livre, menos audacioso e custoso para a administração municipal.

1.6. A Feira Livre de Dourados da/na rua Maranhão: a “menina dos olhos na rua da alegria”

Finalmente, após anos de discussões, conflitos e especulações em relação à reativação da Feira Livre em Dourados, *O Progresso* anuncia e “convida a todos os interessados, agricultores, chacareiros, comerciantes e industriais, e todos, afinal, inclusive as senhoras donas de casa, para a inauguração de uma feira” que ocorreria no domingo posterior, ou seja, dia 21/10/1956, pela manhã, na esquina da avenida Marcelino Pires com a rua Maranhão, atual rua Dr. Nelson de Araújo⁵⁷. O periódico se coloca novamente “ao lado do povo”, apoiando “a vontade dos inúmeros agricultores” para que tal fato se concretizasse. A se julgar pela matéria, a questão do “local adequado⁵⁸”, fortemente solicitado à administração municipal anteriormente, não foi resolvida, visto que, ao final da nota, o redator faz um chamamento aos produtores, salientando que a Feira Livre, “a exemplo de outras cidades, mesmo da capital do país, funciona nas próprias ruas, sem prejuízo do trânsito e outros inconvenientes que possam afetar a ordem pública” (*O Progresso*, 14/10/1956, p. 1).

Carmello também destacou o papel dos feirantes como agentes necessários para suprir a subsistência dos moradores da cidade e, nesse sentido, solicitou às autoridades municipais apoio e incentivo para que a Feira Livre tivesse, nas próximas edições, o sucesso esperado por

⁵⁶ Desentranhamento refere-se a retirar dos autos o processo, o que significa que o projeto para a criação do Mercado Municipal havia sido arquivado, cancelado.

⁵⁷ A rua Maranhão passa a denominar-se rua Dr. Nelson de Araújo em 30/8/1966, através da Lei nº 599 (DOURADOS: guia de leis, 2000). Venâncio (2014, p. 54) aponta que a Feira Livre funcionava na atual rua Nelson de Araújo, na quadra entre as atuais avenidas Marcelino Pires e Weimar Gonçalves Torres. Inagaki (2002, p. 125) também menciona esse como um dos locais no qual a Feira Livre funcionou. Vale salientar que, na matéria de *O Progresso*, datada de 2/12/1956, consta que a Feira Livre ficava localizada ao lado do edifício do senhor Miguel Amaral e nas imediações do Bar Brasil, de propriedade do senhor Adolfo.

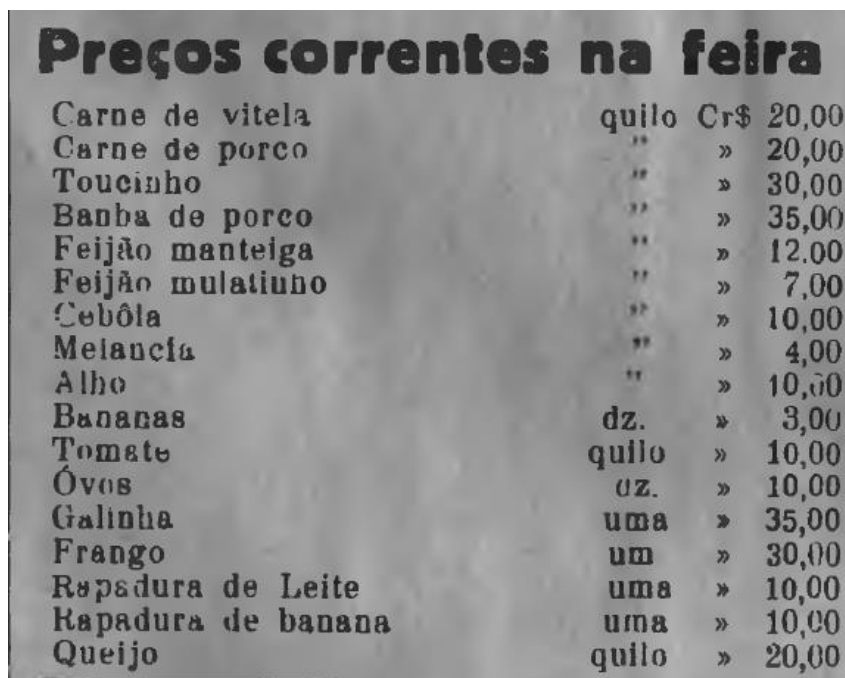
⁵⁸ Com uma infraestrutura básica de acesso, organização das barracas e da Feira Livre como um todo, incluindo cobertura, dentre outros aspectos entendidos como “local adequado” nas matérias de *O Progresso*.

todos. Ao final, assegurou: “Quem é que deixará de aplaudi-la?” (*O Progresso*, 28/10/1956, p. 4).

As matérias posteriores d’*O Progresso* noticiaram uma Feira Livre exitosa, com grande movimentação de compra e venda de produtos, animação dos feirantes, preços mais baixos, além do funcionamento também às quintas-feiras, a partir de novembro do mesmo ano, e a presença de “velhos feirantes”. Interessante observar que, numa pequena nota d’*O Progresso* de 4/11/1956, é mencionado um “velho feirante” de nome Medeiros. Acredito que o senhor Medeiros atuava como feirante quando a Feira Livre estava fixada nos arredores da Praça Antônio João, sendo ele, dessa forma, um dos primeiros feirantes do município. Tal fato pode ser comprovado na edição d’*O Progresso* de 24/2/1952, p. 2, na qual Carmello, em sua coluna *Riscos e Rabiscos*, mencionou um senhor Medeiros, de nacionalidade portuguesa e colono, como um grande colaborador para a criação da Feira Livre de Dourados.

Com o retorno da oferta da feira, iniciou-se a divulgação, geralmente destacada na primeira página, dos produtos ofertados com seus respectivos preços, para que a população (pelo menos a parcela que tinha acesso ao jornal) ficasse informada sobre o que poderia adquirir na próxima semana.

Figura 1 - Lista de preços de produtos comercializados na Feira Livre de Dourados, em cruzeiros (novembro de 1956)



Preços correntes na feira		
Carne de vitela	quilo	Cr\$ 20,00
Carne de porco	»	20,00
Toucinho	»	30,00
Banba de porco	»	35,00
Feijão manteiga	»	12,00
Feijão mulatiinho	»	7,00
Cebôla	»	10,00
Melaucia	»	4,00
Alho	»	10,00
Bananas	dz.	» 3,00
Tomate	quilo	» 10,00
Óvos	dz.	» 10,00
Galinha	uma	» 35,00
Frango	um	» 30,00
Rapadura de Leite	uma	» 10,00
Rapadura de banana	uma	» 10,00
Queijo	quilo	» 20,00

Fonte: *O Progresso* (11/11/1956, p. 1)

Para além da oferta dos chamados hortifrutigranjeiros, eram vendidos também carnes,

com destaque aos derivados de suínos, além de produtos mais elaborados, como as rapaduras e queijos. Nas edições posteriores percebo que a variedade dos produtos sofreu alteração, provavelmente devido à sazonalidade da oferta e, além disso, com o passar do tempo, os preços foram atualizados. Aos poucos, outros itens entraram na listagem, como por exemplo, carne bovina e de peixes. Em 1963 a lista já contava com produtos que anteriormente não eram ofertados na Feira Livre, como por exemplo, arroz, sal, açúcar, pão e óleo de amendoim e de algodão.

Carmello publicou em fevereiro de 1957 uma crônica, intitulada *Terra Molhada*, cuja leitura me leva a imaginar o cenário no qual a Feira Livre era instalada semanalmente, além de compor também o cenário de parte da cidade. Dessa forma, o cronista relatou:

Domingo, dia dez deste fevereiro, do mês que tem o maior número de letras, do mês das chuvas ininterruptas, das chuvas animadoras e boas. Foi com o coração aliviado pela leitura de um livro otimista, que li desde a boca da noite até altas horas da madrugada, que levantei-me alegre e satisfeito da vida, disposto como nunca, a pisar a terra molhada. Fui andando, fui andando, atravessei a Avenida Marcelino Pires, como de costume, para o cafezinho no Bar do Adolfo e ver a Feira livre, a Feira que, inegavelmente, **é a minha menina dos olhos**. A Feira regurgitava de gente, não obstante as chuvas que caíam frequentemente, deixando a terra bem molhada [Nessa época, a cidade não contava com nenhuma rua pavimentada]. **Mesmo assim, os feirantes não arredavam o pé dos seus postos. Um japonês verdureiro** ficou debaixo da chuva no meio da rua, abrigado com o seu capote; mas, continuou vendendo o seu produto. Alguns feirantes se abrigaram nas calçadas das Lojas Riachuelo, que, por sinal, abriu o seu autofalante [sic], formando assim a tríade de Feira, Chuvas e Músicas. Vi na feira, nessa manhã de chuvas, vi e senti que a **nossa gente é heroica de verdade** e que não teme o precioso líquido que vem do céu. Afastado por longos anos de outras cidades do Estado, acredito que a nossa Feira seja rica em produtos vários. A terra molhada daquele domingo fez-me esquecer o passado; depois da leitura daquele livro bom e útil, principalmente quando a silhueta de alguém eu vi que também pisava a terra molhada... (*O Progresso*, 17/2/1957, p. 2, destaques meus).

Alguns aspectos são interessantes a se notar nessa crônica e que, de certa forma, auxiliaram-me a compreender a Feira Livre inserida no contexto da cidade. O primeiro deles é justamente o título, *Terra Molhada*. Dourados, como é sabido pela maioria dos moradores, é reconhecida pela sua terra, caracterizada por ser de cor avermelhada. Terra essa que representa, em alguma medida, uma das identidades de Dourados. Quando o clima está seco, essa terra se desfaz em poeira que, na ventania, suja as casas e as roupas que secam nos varais. Quando o clima está chuvoso, essa mesma terra se compacta em um barro que se gruda nos calçados, nos pneus, ou mesmo nas sacolas plásticas que ainda são vestidas nos pés dos trabalhadores que moram nas periferias ainda não asfaltadas da cidade e que, pela manhã, assim como fez um dia Carmello, pisam na terra molhada, a fim de chegarem aos seus postos de trabalho. São diversas

as matérias da imprensa local e de memorialistas que retratam a terra avermelhada de Dourados e a representam enquanto uma característica da qual a população podia se orgulhar.

Para além da terra molhada, observei que Carmello tratou a Feira Livre como sua “menina dos olhos”. Realmente é inegável tal adjetivo, visto que é muito provável que Armando da Silva Carmello tenha sido o sujeito que mais escreveu sobre a Feira Livre e, além disso, descreveu com orgulho sua participação quando da sua criação, a defendeu logo nos primeiros anos de seu funcionamento, quando seu movimento ainda era incipiente e a administração municipal a relegou a segundo plano (ou mesmo nem a incluiu em seus planos de governo), lamentou quando a feira não mais funcionou e, finalmente, vibrou com sua reativação. Certamente, a Feira Livre se constituiu enquanto um dos projetos de vida de Carmello, e ele não poupou elogios e defesas acirradas a esse projeto, por isso sua “menina dos olhos”.

Ainda analisando a referida crônica, percebi que Carmello faz questão também de exaltar a figura do feirante como “gente heroica de verdade”, que, segundo ele, mesmo com as fortes chuvas que caíam naquele dia, não desistiu de oferecer seus produtos, ainda que alguns recorressem ao abrigo nas calçadas da loja Riachuelo⁵⁹, quando aproveitavam o momento para ouvir música vinda do alto-falante da referida loja. O fato é que o cronista, por vezes, romantiza tais aspectos do cotidiano da cidade, transformando as dificuldades em algo poético, e que não sejamos ingênuos: esse texto foi escrito por um defensor ferrenho da Feira Livre e de Dourados, na medida em que projeta, através de seus artigos, os elementos da cidade sobre os quais escreve, sempre com foco no desenvolvimento e no progresso. Nessa perspectiva, não há como negar que seus textos tratam da sua interpretação de um momento histórico vivido e que, em alguma medida, representam a memória coletiva de uma parte da história da cidade. Para além disso, seu papel enquanto membro do corpo editorial d’*O Progresso* também revela suas intenções pessoais e políticas, assim como as do jornal. Sobre essa questão, Além (2011) orienta que

[...] mesmo com o periódico se autodenominando independente, seus editoriais, escritos por Weimar Torres ou por seus colaboradores, sempre transmitiam opiniões pessoais, muitas em forma de crítica, ou ao contrário, de elogio às ações do poder público local e estadual, não deixando de opinar conforme a agenda política ia criando seus contornos (ALÉM, 2011, p. 69).

Na abordagem da figura do feirante como sujeito forte e comprometido, outra expressão que chamou-me a atenção nessa crônica diz respeito ao “japonês verdureiro”. Inagaki (2002)

⁵⁹ Vale informar que à época a loja Riachuelo ficava instalada na esquina da Avenida Marcelino Pires com a rua Dr. Nelson de Araújo (sentido noroeste), onde atualmente funciona uma loja de confecções.

explica que vários japoneses se tornaram verdureiros por conta da iniciativa de se cultivar verduras nas colônias para sua própria subsistência e de suas famílias, já que essas faziam parte de sua rotina alimentar. Os excedentes dessa produção começaram a ser vendidos na cidade e, aos poucos, o hábito alimentar dos moradores da área urbana foi incrementado para além das carnes, mandioca, milho e abóbora. A autora citada atribui o protagonismo dos japoneses em relação à criação da Feira Livre de Dourados: “Com o tempo o número de verdureiros aumentou e eles resolveram organizar a feira livre. Toshio Oshiro foi um dos pioneiros” (INAGAKI, 2002, p. 125).

Já a pesquisa de Florenciano; Cardozo; Simão (1995, p. 17) aponta um grupo de “gaúchos agricultores que vendiam alface e que tinham grande capacidade empreendedora” como os primeiros feirantes da cidade. Vale salientar que em 1958 Carmello publicou uma de suas crônicas sobre a cidade, na qual destacou o papel dos nordestinos e japoneses com relação à Feira Livre de Dourados. Para ele, “vemos a Dourados da Feira Livre, que mais parece nordestina entremeada de elementos oriundos do Japão” (*O Progresso*, 8/6/1958, p. 2). No mesmo ano, agora assinando como Tabajara (seu pseudônimo), intitula o artigo *Colônia japonesa de Dourados*, no qual se dedica a homenagear essa colônia e os vários feirantes oriundos da mesma. Tabajara utilizou as expressões “bons agricultores e afeitos ao trabalho” para representar os japoneses moradores em Dourados (*O Progresso*, 14/12/1958, p. 3).

Outro elemento interessante para se entender a cidade e seus aspectos materiais e simbólicos, como, no caso desta pesquisa, a Feira Livre de Dourados, são as ruas⁶⁰. *O Progresso* divulgou suas interpretações sobre a cidade na década de 1950 através das colunas *Ecos e Comentários*, *Terra e gente* e *Riscos e Rabiscos*. A coluna *Ecos e Comentários* era composta por pequenas notas explicativas e/ou questionadoras sobre diversos assuntos da cidade e, ao que parece, expressava as opiniões do jornal, como num pequeno editorial, “relativa à veiculação das temáticas aos poderes públicos” (ALÉM, 2011, p. 74-75). Era assinada por José Floriano de Freitas, profissional trazido ao jornal por Antônio Tonanni⁶¹ (diretor de *O*

⁶⁰ Sobre essa temática, consultar Musculini (2012). Nessa produção acadêmica, a autora citada analisa algumas ruas da área central da cidade de Dourados procurando apreender as mudanças de uso e seus desdobramentos e entendendo a rua como o lugar dos viveres e dos fazeres.

⁶¹ Chegou a Dourados em meados da década de 1950 para assessorar o comendador Lunardelli, conhecido como o *Rei do café*, na compra de uma grande área para o cultivo e produção do grão. Floriano Freitas era seu secretário (CAPILÉ JUNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 74). “Antônio Tonanni assumiu a direção do jornal *O Progresso* em um momento de dificuldades financeiras. Nesse momento, pôs em prática a reformulação nos principais cargos do jornal, extinguindo o posto de vice-diretor em um primeiro momento, e depois, o de editor chefe. [...] Vale notar que a partir dessa importante reestruturação no jornal *O Progresso*, se modificou também a linha editorial do periódico. A escrita opinativa, combativa, própria de Weimar Torres, deu espaço a uma escrita mais noticiosa, na qual havia menos exposições de comentários pessoais” (ALÉM, 2011, p. 74; 75).

Progresso a partir de fevereiro de 1957). Já as demais colunas eram assinadas por Armando da Silva Carmello.

Diversas vezes essas matérias abordaram as características das principais ruas de Dourados, sobretudo a principal, Marcelino Pires, através de crônicas que, em grande medida, retrataram o contexto urbano da cidade. Em algumas dessas matérias, Carmello escreveu sobre a rua Maranhão, que, para ele, era a *Rua da alegria*, título atribuído a ela em uma edição de 1957. Segundo o cronista,

Nela tem fábrica de calçados, tem posto para a venda de gasolina, óleos, etc., tem pensão, tem bares, tem fotógrafo, tem relojoeiro, tem Loteria (ai! Quanta emoção não nos causa a Loteria!), tem livraria e papelaria, tem torrefação e moagem de café, que por sinal traz o nome de “Brasil”, tem alfaiataria, tem armazém de secos e molhados, tem casas de tecidos e seus artefatos, e tem além de tudo isso, a feira. É ou não é interessante a minha rua? (*O Progresso*, 24/2/1957, p. 1).

Nesse sentido, é certo que o redator ficou muito feliz com a reativação da Feira Livre justamente nessa rua, pois Carmello morava na rua Maranhão e, nesse contexto, ele se expressou: “Nada posso sonhar, uma vez que vejo a minha rua todos os dias, mais bonita do que nunca, principalmente após a feira” (*O Progresso*, 1/12/1957, p. 4). Não encontrei, nas fontes pesquisadas, informações sobre a possibilidade de Carmello ter solicitado à administração municipal, ou mesmo contribuído de alguma forma, para que a feira tivesse sido reativada justamente na rua Maranhão. Por outro lado, através de seus artigos, verifiquei que praticamente todos os domingos pela manhã ele frequentava a feira, após tomar um cafezinho no bar do Adolfo (Bar Brasil), e que, provavelmente, pessoalmente verificava a oferta e os preços dos produtos vendidos a fim de publicar na próxima edição d’*O Progresso*. O Bar Brasil, além do cafezinho feito na hora, vendia café torrado e moído, salgados, pães, leite, dentre outros gêneros. “Aquele local servia também de ponto da jardineira, ônibus que fazia a linha para o Panambi. Tudo isso fazia daquele local um lugar muito frequentado, proporcionando à feira-livre um grande desenvolvimento” (VENÂNCIO, 2014, p. 54).

Em paralelo, a Feira Livre também foi pauta de campanha eleitoral. O candidato à prefeitura Wlademiro Muller do Amaral⁶² trouxe em seu programa de governo como, segundo

⁶² Sogro de Weimar Gonçalves Torres. Em 1958 Wlademiro era candidato à prefeitura de Dourados e Weimar à Assembleia Legislativa do Mato Grosso. Nesse sentido, o jornal *O Progresso* foi utilizado como plataforma de propaganda política de ambos os candidatos. “Para Wlademiro, os espaços eram os mais diversos: desde a propaganda de seu histórico com foto, até a explanação de seu programa de governo. Também a imagem de Weimar era propagandeada de forma maciça pelo periódico. É quase uma constante a divulgação dos dois candidatos na primeira página do jornal, inclusive destacada como manchete. Portanto, a diagramação do jornal *O Progresso* atuou no sentido de dar uma maior visibilidade a Wlademiro e Weimar na campanha de 1958” (ALÉM,

o candidato, um dos “objetivos menores”, a “regularização das feiras livres, a construção de um mercado” (*O Progresso*, 2/3/1958, p. 1). Na verdade, a ideia principal seria a criação do Mercado Municipal, visto que o candidato entendia que a Feira Livre, “tão concorrida, mas também, tão abandonada, está gritando pela construção de um mercado definitivo onde fornecedores e consumidores possam transacionar com mais conforto, num ambiente de mais higiene” (*O Progresso*, 3/8/1958, p. 2). Aliás, a temática do Mercado Municipal retorna à discussão no periódico, quando esse aponta para a necessidade de um mercado funcionando todos os dias, visto que, segundo o redator, a Feira Livre funcionava apenas duas vezes na semana e a sua produção já não era suficiente para atender ao abastecimento dos moradores (cf. *O Progresso*, 11/1/1959, p. 2). Essa discussão permeou as matérias publicadas durante toda a década de 1960, até que, na segunda metade da década de 1970, um mercado municipal foi construído na rua Albino Torraca, esquina (parte sudoeste) com a rua Oliveira Marques. Vale ressaltar ainda que, nesse terreno funcionou, anteriormente ao Mercado Municipal, a serraria dos Irmãos Nocera, bastante conhecida pelos moradores mais antigos. Atualmente está ali instalada uma das unidades do Abevê Supermercados.

1.7. Os embates na Feira Livre: Executivo, Legislativo, imprensa e feirantes – problemática de preços, localização e salubridade

Apesar das recorrentes matérias d’*O Progresso* apresentarem uma visão romantizada de Carmello sobre a Feira Livre, os problemas relacionados à localização, infraestrutura e aos preços praticados começaram a ser abordados e discutidos na Câmara Municipal e, ainda, publicados nas páginas d’*O Progresso*. Na perspectiva da imprensa local, durante o ano de 1959 a coluna *Peneirando*, assinada por Ibrahim Suado⁶³, foi responsável pela maioria das críticas realizadas. O colunista apresenta suas denúncias, retratadas em vários artigos, a respeito dos altos preços cobrados pelos feirantes e da falta de fiscalização por parte do Executivo e do Legislativo municipais. Utilizando tom irônico, comenta que a Feira Livre em Dourados “é verdadeiramente livre, livre de imposto e de fiscalização. Os preços que os feirantes cobram é

2011, p. 85). Cabe informar que Wlademiro assumiu a gerência do jornal *O Progresso* em 1962, após período de interrupção da veiculação, ocorrido entre agosto de 1960 e fevereiro de 1962.

⁶³ O pseudônimo é claramente uma referência ao nacionalmente famoso colunista social Ibrahim Sued, falecido em 1995. No intuito de saber quem era o colunista que assinava como Ibrahim Suado, entrei em contato no final de abril de 2020 com o historiador Fernando Castro Além, que, em sua dissertação, utilizou *O Progresso* como fonte principal de sua análise, e também com a senhora Adiles do Amaral Torres, diretora presidente d’*O Progresso*. Não alcancei êxito, pois nenhum dos colaboradores se lembrou desse pseudônimo.

[sic] verdadeiramente escorçante [abusivo, exorbitante]. Cada um cobra o que quer, quem quiser que compre ou não” (*O Progresso*, 26/4/1959, p. 4). Além disso, exige insistentemente a atuação da Comissão de Preços na Feira Livre, pois, segundo o colunista, os feirantes praticavam seus preços de venda como queriam e não pagavam os tributos ao município. Dessa forma, questionou em diferentes matérias: “Essa comissão de preços da feira funciona ou não?” (*O Progresso*, 10/5/1959, p. 4); “Alô, Alô? comissão de preços, quando e que ano, V. S. vai começar a dar o ar de sua graça lá na feira?” (*O Progresso*, 24/5/1959, p. 4); “Senhores Vereadores da Comissão de Preços como é?” (*O Progresso*, 27/9/1959, p. 3).

No que concerne ao Legislativo municipal, em 23/6/1959 foi criado, através da Lei nº 200, o cargo de fiscal de carnes e gêneros alimentícios, no quadro dos servidores da prefeitura municipal. Além disso, a Lei nº 232, de 1/12/1959, autorizou o Executivo a designar uma comissão para efetuar o tabelamento das mercadorias da Feira Livre. No entanto, ao que parece, a aplicação real e efetiva da legislação não ocorreu ou ocorreu de forma incipiente nesse período, visto que, tanto a imprensa como o Legislativo continuaram a tratar desse assunto nos anos posteriores. Carmello apresentou esse tema quando, ao publicar uma relação dos produtos vendidos na Feira Livre, com seus respectivos preços, questionou: “Quanto de cruzeiros precisa uma dona de casa para o suprimento do necessário em sua casa? Quanto?” Ao verificar os preços de alguns itens vendidos a quilo, como por exemplo: carne de porco (Cr\$ 150,00); carne de vaca (Cr\$ 240,00); arroz (Cr\$ 130,00); uvas (Cr\$ 300,00); açúcar refinado (Cr\$ 70,00), dentre outros que estão relacionados, e ao comparar com o valor do salário mínimo vigente em 1963, cuja informação o próprio redator apresentou: Cr\$ 10.800,00, pude entender a preocupação do articulista, que evidenciava o descontentamento dos usuários da Feira Livre em relação aos preços praticados. Vale lembrar que os altos preços dos produtos ofertados na Feira Livre, bem com suas recorrentes alterações, podem ser justificados pelo cenário econômico de grande inflação pelo qual o Brasil passou, nas décadas de 1950 e 1960, no contexto das dificuldades do pós Segunda Guerra Mundial. Segundo Abreu (2013, p. 215; 219), em 1956 a economia brasileira praticamente estagnou, quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu apenas 2,9%. No intuito de conter a inflação, foi implementado o Plano de Estabilização Monetária (1958-59), no entanto, fracassou em seu intuito.

A partir de 1963 o Legislativo municipal entra num verdadeiro embate com os feirantes sobre a questão do tabelamento e da fiscalização dos preços, e os vereadores Ivo Cersózimo de Souza e Ismahin Audi foram protagonistas nesse contexto⁶⁴. Além disso, o Legislativo e o

⁶⁴ O leitor deve notar que não trabalho com informações do período de 1960 a 1962. Isso se deve à falta de fontes, nesse caso, as de imprensa e mais especificamente d’*O Progresso*. Ocorre que, entre agosto de 1960 e fevereiro

Executivo também tiveram seus conflitos, mais propriamente no sentido de um poder querer transferir a responsabilidade dos correntes problemas na feira ao outro poder. Nesse sentido, durante os expedientes das sessões ordinárias da Câmara Municipal, esses dois vereadores requisitaram ao Executivo o cumprimento da Lei nº 232/1959, a qual designava uma comissão para efetuar o tabelamento das mercadorias da Feira Livre, bem como a fiscalização dos preços praticados⁶⁵. Ivo Cersózimo de Souza chegou a escrever uma matéria n' *O Progresso*, a fim de denunciar o que ele chamou de “exploração” e “assalto a mão armada” por parte dos feirantes. Além disso, ao declarar a má educação de alguns feirantes, relatou um episódio em que um morador comprou um produto por um determinado preço e, na banca da frente, o mesmo produto custava o dobro do preço. Ao questionar o feirante, o mesmo disse que praticava o preço que queria, “pois quem mandava na sua banca era ele”. Ao finalizar sua matéria, o vereador se compromete com os leitores d' *O Progresso*: “Combaterei os feirantes inescrupulosos” (*O Progresso*, 28/7/1963, p. 4). O modo como o vereador trata o assunto e, sobretudo, os feirantes, repercute, pois na edição de 25/8/1963 Ivo Cersózimo utiliza novamente as páginas d' *O Progresso* para dizer que um feirante, caracterizado por ele como “atrevido”, procurou saber o motivo de tal atitude ser tomada, “tomando-lhe satisfações”. A reação do membro do Legislativo demonstra como se apresentava a questão do controle das autoridades municipais sobre a Feira Livre e, em certa medida, sobre os feirantes, pois, enfático, ele apresentou seu recado:

Os bons feirantes, os educados, os que não exploram, os que não desejam se enriquecer da noite para o dia, estes merecerão de nós aplausos, admiração e respeito. Mas, aqueles que tentarem fazer da Feira Livre um império onde prevaleça a sua ideia, e onde ele é o “chefão”, onde os preços saem de seu bolso, estes sim, serão combatidos impiedosamente por este modesto vereador (*O Progresso*, 25/8/1963, p. 6).

de 1962, a veiculação d' *O Progresso* é interrompida. Sobre essa questão, Além (2011) explica que: “Tal fato deve ter ocorrido em virtude de problemas financeiros que o jornal *O Progresso* vinha apresentando desde 1957, ano em que Weimar deixou em seu lugar o empresário Antônio Tonnani na direção do jornal. No final de 1958, o deputado federal Fernando Jorge Mendes Gonçalves assumiu o lugar de Tonnani no periódico, pois este se afastou d' *O Progresso* e fundou o *Jornal de Dourados*. Nesse ano, Weimar lançou sua candidatura a deputado estadual. Além disso, era vereador em Dourados, formando vários subdiretórios do PSD pela zona rural, na tentativa de fortalecer seu partido em nível local. Esteve também na presidência do Clube Social de Dourados entre 1954 e 1957, sem contar o exercício da advocacia e o trabalho no cartório do 1º ofício. Portanto, não havia uma dedicação de Weimar Torres ao jornal *O Progresso*, entre 1957 e 1960, em virtude de seus inúmeros afazeres, como membro influente da sociedade douradense” (ALÉM, 2011, p. 66).

⁶⁵ A título de informação, essas solicitações constam como pauta das seguintes sessões: 2ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, ocorrida em 13/2/1963, cuja ata foi publicada n' *O Progresso* em 24/3/1963, p. 1; 6ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, ocorrida em 20/3/1963, cuja ata foi publicada n' *O Progresso* em 28/4/1963, p. 3; 31ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, ocorrida em 1/10/1963, cuja ata foi publicada n' *O Progresso* em 23/2/1964, p. 5; 33ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, ocorrida em 11/10/1963, cuja ata foi publicada n' *O Progresso* em 8/3/1964, p. 2.

A imprensa local também se manifestou com relação a essa questão. Na capa da edição de 8/3/1964, destacou-se o título: *Feiristas roubam descaradamente*. O produto da vez é o ovo, cujo preço teria sido aumentado desproporcionalmente e, segundo o redator, era vendido a Cr\$ 450,00 a dúzia na feira, enquanto vendedores ambulantes praticavam o preço de Cr\$ 300,00. Nesse sentido, ele questionou: “Onde estão os srs. fiscais?”. Na mesma edição, a ata da 33ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal ocorrida em 11/10/1963 foi publicada. Dentre os conteúdos abordados estava o agradecimento do vereador Ismahin Audi ao Executivo, pela criação da Comissão Municipal de Abastecimento e Preços – COMAP. Na mesma sessão, Ivo Cersózimo de Souza se manifesta no sentido de oficial aos membros dessa comissão sobre a urgência de se tabelar os preços na Feira Livre (*O Progresso*, 8/3/1964, p. 3). A venda de ovos volta a ser pauta em 22/3/1964, quando *O Progresso*, sob o título *Feira Livre continua na mesma*, na página 6, noticiou que um dos vereadores havia ido à Rádio Clube, a fim de que seu diretor, Jorge Salomão, divulgasse que um feirante, além de ter cobrado Cr\$ 400,00 por uma dúzia de ovos, ainda havia lhe repassado uma nota falsa de Cr\$ 200,00.

No final do mês de março de 1964 quatro matérias sobre a Feira Livre na mesma edição chamaram a atenção por tratarem de novo embate entre o Legislativo municipal e os feirantes. Ismahin Audi, membro da COMAP, acompanhado do também vereador José Severino de Oliveira e outros fiscais, fizeram uma *blitz* na Feira Livre de Dourados. Dessa forma é noticiada a ocasião:

[...] O vereador [Ismahin Audi] fiscalizou banca por banca, fazendo, em cada uma, sério aviso, **inclusive ameaçando de caçar [sic] a licença dos feiristas que continuarem roubando descaradamente como vinham fazendo**. O vereador foi ponderado em suas palavras, apenas foi claro e objetivo, informando aos feiristas que, no caso de desejarem aumentar o preço das suas mercadorias, que consultassem a comissão municipal de preços e não estipulassem eles mesmos a seu bel prazer. [...] O povo que corria à feira, a fim de escolher a sua mísera mercadoria, que está sendo vendida pelo preço da morte, acorreu à presença do vereador e o ouvia com grande entusiasmo e alegria. Vários feiristas, quando perceberam a “blitz”, imediatamente encaixotaram suas mercadorias e foram embora. Outros baixaram o preço (*O Progresso*, 29/3/1964, p. 1, destaques meus).

As palavras ameaçadoras do vereador Ismahin Audi logicamente ofenderam os feirantes. Interessante notar que o redator tratou logo de justificar a atuação do vereador, dizendo que ele “apenas tomou a decisão que deveria tomar e o fez com energia”, claramente saindo em defesa do Legislativo municipal. Por outro lado, na mesma página e, ao que parece, escrito por outro redator, consta a nota *O impossível acontece*. O pequeno texto dá conta de que: “Um vereador pintou o 7 na feira de domingo passado, até chamou de ‘japoneses [sic]

ladrão’ um coitado de feirante. Vamos deixar em paz os japoneses que são os poucos que plantam...” (*O Progresso*, 29/3/1964, p. 1). O que notei nessa e em várias outras matérias é que a imprensa local obedecia a seus próprios interesses políticos, tanto em relação às problemáticas da Feira Livre, como nos demais assuntos da cidade, haja vista que:

Weimar e os demais articulistas nunca deixaram de dar suas opiniões sobre as ações do poder público e, de acordo com o momento, essas opiniões eram em tom de crítica ou de elogios aos mandatários. Seu posicionamento político demonstrava muito bem isso, haja vista essa postura se modificar, dependendo da ocasião e a quem referisse (ALÉM, 2011, p. 70).

Importante observar também que, apesar dos dirigentes d’*O Progresso* sempre expressarem seus posicionamentos em relação aos aspectos políticos e sociais de Dourados, havia também espaço nas páginas do periódico para as ideias nem sempre consonantes ao mesmo, e até para os posicionamentos contrários aos já publicados em suas páginas, fato constatado também por Pinto (2020) ao pesquisar o Clube Social de Dourados⁶⁶. Isso é perceptível quando os feirantes se pronunciam acerca dos acontecimentos anteriores, emitindo *Um esclarecimento necessário* sobre o que foi, segundo eles, a “realidade dos fatos”⁶⁷.

[...] Se não deixamos de comparecer lá para vender nossos produtos, é por exclusivo respeito à população, que seria a única prejudicada e que não pode sofrer pela irresponsabilidade de um. Se não ingressamos em juízo para processar, como de lei, o sr. Ismahin Audi, é por respeito à Câmara Municipal, que não pode se ver conspurcada pela falibilidade de um de seus membros. Salientamos, entretanto, que, se houver próxima vez, não deixaremos de tomar as atitudes legais recomendáveis à espécie [...] Reúna-se com sua Comissão, Sr. Ismahin; table os preços, mas baseado em dados reais e não hipotéticos; faça pública a tabela de preços que o seu ócio deixou-a inexistente e depois vá “fiscalizar”. [...] Por último, Sr. Ismahin Audi, “membro da Comap”, lançamos, de público, um repto a que o Sr., abastado dono de terras, abandone a sua pecuária e suas lavouras menos trabalhosas e mais rendosas e se dedique à horticultura para vender seus produtos à população local, quando então verá o grande erro que praticou contra nós, os feirantes, que mourejam de sol a sol e vendemos nossa produção a preço bem mais baixo que qualquer cidade de São Paulo [...] Deixe de nos perturbar em nosso trabalho para que possamos produzir e cumpra com o seu dever de “membro da Comap” e não enodoe o

⁶⁶ Weimar Gonçalves Torres esteve ligado à história do Clube Social desde sua criação. O título de sócio nº 1 pertenceu a ele, exercendo a presidência do clube entre 1955 e 1957, período em que sua carreira política também era ativa (PINTO, 2020).

⁶⁷ Assinam a nota, redigida em 23/3/1964: Toshio Oshiro, Seiki Shingaki, Henrique Soares, Takami Morikawa e Aldemiro Paim. Notemos que vários deles possuem sobrenomes orientais, levando a crer que eram japoneses ou descendentes de japoneses, os quais foram ofendidos mais diretamente pelo vereador Ismahin Audi, segundo a matéria *O impossível acontece*. Inagaki (2002, p. 125) aponta Toshio Oshiro como um dos “pioneiros” da Feira Livre de Dourados. A título de informação, uma matéria intitulada: *Chácara Oshiro, a maior produtora de hortaliças* é publicada n’*O Progresso* em 1984. O texto, acompanhado de fotografia, indica a localização da chácara de três hectares nas imediações da Missão Caiuá, além dos gêneros produzidos: repolho, batata doce, brócolis, chuchu e abóbora. De acordo com a publicação, esses produtos abasteciam a Feira Livre semanalmente (*O Progresso*, 7 e 8/7/1984, p. 1).

cargo que ocupa, achincalhando seus pares, envergonhando seus concidadãos e até eleitores seus que se vêm diminuídos em ter um tal representante (*O Progresso*, 29/3/1964, p. 4).

Importante notar, através da nota publicada, a clareza e o cuidado com que as informações foram apresentadas, o conhecimento dos direitos dos feirantes, bem como dos deveres do Executivo, sobretudo do membro da COMAP e, além disso, a linguagem formal utilizada, o que difere da abordagem anteriormente realizada aos feirantes pelo vereador Ismahin Audi por ocasião da *blitz* na Feira Livre. Nesse sentido, avento a hipótese de que os feirantes estivessem, provavelmente, amparados juridicamente ou talvez assessorados por algum membro da elite letrada da cidade.

O fato é que, após vários embates entre feirantes e vereadores, finalmente os gêneros alimentícios da Feira Livre são tabelados, após relatório da COMAP. A relação dos produtos, com seus respectivos preços (alguns itens possuíam preço mínimo e preço máximo), foi publicada n’*O Progresso* e dividida em: frutas, diversos (legumes, verduras, rapadura, frango, mel, queijo e ovos), carne de porco (e seus derivados). A COMAP ainda fez algumas recomendações, como por exemplo, que os preços deveriam ficar em local visível e afixados nas bancas, que as reclamações deveriam ser feitas aos fiscais da feira e encaminhadas à comissão e, por fim, que o não cumprimento das medidas implicaria em multas a serem estipuladas pela própria (*O Progresso*, 10/5/1964, p. 1).

1.8. A necessidade da mudança de local: a “feira e a sujeira”

A problemática do local, que sempre acompanhou a Feira Livre desde sua criação até os dias atuais, se somou às questões de salubridade durante o final da década de 1950 e início da década de 1960. As discussões perduraram na imprensa local e envolveram, além dos redatores d’*O Progresso*, membros do Legislativo e Executivo municipais e, logicamente, os feirantes. No que concerne às questões sanitárias, o assunto mais discutido foi, sem dúvidas, a falta de encascalhamento na rua da feira, evoluindo para ocorrência de lamaçais em dias de chuva.

Durante esse período, ocorreram na Câmara Municipal várias discussões acerca do planejamento urbano. Propostas referentes, sobretudo, ao asfaltamento da área central da cidade entraram em pauta, e em certa medida, pretendiam alterar também a localização e a infraestrutura da Feira Livre. Porém, Legislativo e Executivo tendiam a “não falar a mesma língua”. Além disso, os projetos e requerimentos apresentados desdobraram-se em diferentes

solicitações, não havendo real empenho por parte dos vereadores com foco nos maiores problemas apresentados naquele momento: o local inadequado, questão que se desdobrava em outros problemas sanitários. Tais questões são observadas durante as sessões da Câmara Municipal. Na 38ª Sessão Extraordinária da Câmara, ocorrida em 30/11/1959, foi “adiada a Votação e discussão do Projeto de lei que autoriza o prefeito Municipal a localizar o local [sic] para Feira Livre, a requerimento do Vereador Tércio Torres de Sá”. O mesmo vereador, meses depois, apresentou requerimento solicitando que fossem mudados os dias de oferta da feira para quartas-feiras e sábados, e ainda pediu a extinção da venda de carne na Feira Livre (cf. ata da 135ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Dourados, ocorrida em 18/11/1959 in *O Progresso*, 24/4/1960, p. 4). Tais tentativas do Legislativo pouco contribuíram para solucionar os problemas que, à medida que o tempo passava, aumentavam e se tornavam mais complexos.

A venda de carne na Feira Livre sempre foi uma questão a ser enfrentada pelas autoridades municipais, detectada mais propriamente a partir das matérias d’*O Progresso* ao final da década de 1950. A exposição dos produtos a serem vendidos, sobretudo de carnes, queijos e embutidos, por exemplo, se tornou um grande problema sanitário durante décadas, o que fez com que a venda desses produtos fosse atrelada ao acondicionamento em câmaras frigoríferas ou em caixas plásticas (necessidade regulamentada na Feira Livre da rua Cuiabá)⁶⁸. Na mesma abordagem sanitária, outro fato interessante a se notar é que, a partir de 1962, apresentam-se notas n’*O Progresso* relacionadas à saúde dos feirantes. O poder Executivo vinculou a obtenção de licença para o comércio na Feira Livre no ano posterior à apresentação do resultado da abreugrafia (teste de radiografia que facilitava o diagnóstico de tuberculose) (cf. *O Progresso*, 2/12/1962, p. 1).

No âmbito da imprensa local, Carmello, em sua coluna *Terra e gente*, prosseguia com seus textos sobre a cidade e, dentre eles, alguns apontaram a falta de encascalhamento da rua como a maior problemática da Feira Livre, sobretudo somada com as chuvas, cuja evolução era um cenário de muita sujeira e lama. A coluna *Meu cantinho*, assinada por EU, traz uma sugestão, ao que parece coerente, para que se resolvesse o impasse do local apropriado naquele momento.

[...] Nesta época de chuvas, as donas de casa sofrem verdadeiro martírio amassando o barro na rua da feira. Minha sugestão é que a feira deva se transferir para a praça Antônio João, mas não no meio desta e sim nas laterais, ocupando a parte da Rua Presidente Vargas e parte da Rua Paraná⁶⁹. O povo faria suas compras andando pelas calçadas da praça e as bancas ficariam a elas

⁶⁸ Referente ao Decreto nº 1, de 6 de janeiro de 1986, que *Regulamenta o funcionamento da Feira Livre de Dourados MS*, promulgado na gestão do prefeito Luiz Antônio Alvares Gonçalves (*O Progresso*, 7/1/1986, p. 7).

⁶⁹ A rua Paraná passa a se chamar Joaquim Teixeira Alves através da Lei nº 642, de 17/1/1967 (DOURADOS: guia de leis, 2000).

encostadas. As bancas, ao terminar a feira, seriam desmontadas pelos seus donos e guardadas naquele terreno baldio ao lado do Cartório do 3º Ofício. Assim, matar-se-á dois coelhos de uma cajadada: as donas de casa ficarão satisfeitas e a rua, onde funciona a feira, ficará desimpedida daquelas horríveis bancas. É a sugestão que EU faço (*O Progresso*, 31/3/1963, p. 1).

Até mesmo Weimar Gonçalves Torres resolveu escrever sobre isso, no texto *Feira e sujeira*. Ao reclamar para a prefeitura municipal sobre o lamaçal e a sujeira que se acumulavam no local em dias de feira, afirmou que “do jeito que está, não serve”. Aproveitou ainda para informar aos leitores que ofereceu um terreno de sua propriedade para a localização da Feira Livre, terreno esse que ficava perto do Ginásio Municipal, mas que a proposta não foi aceita pelo Executivo (*O Progresso*, 21/4/1963, p. 1).

A lama ou o barro já mencionado e inclusive analisado anteriormente, como derivado da terra avermelhada em Dourados, foi destacado como o maior problema pelo viés da imprensa local. Identifiquei nas matérias d’*O Progresso* títulos e trechos que remeteram a esse assunto diversas vezes no início da década de 1960 e, além disso, atribuíram-se à Feira Livre qualificativos como “lugar horrendo” e “chiqueiro de porcos”. Em uma *Crônica da cidade*, o redator concluiu que: “A Feira Livre, que continua sendo uma calamidade pública, já estava num verdadeiro pantanal de barro” (*O Progresso*, 23/7/01964, p. 1). Lázaro de Moraes, redator do artigo *O que eu vi na Feira do dia 19/7*, utilizou o periódico para externalizar sua reclamação, solicitando novo local para a Feira Livre e lamentando que essa fosse: “Livre mesmo de higiene, porém, não livre de transitar pelas barracas dos feirantes num lamaçal tremendo, proibindo o trânsito, para aqueles que se dirigiam às compras de gêneros alimentícios” (*O Progresso*, 26/7/1964, p. 1).

Já na matéria de Antônio Gualberto, foi denunciado, segundo o autor da mesma, o *Relaxo do Executivo com a Feira Livre*. Solicitando a instalação de melhor infraestrutura relacionada às bancas para exposição dos produtos, bem como sua fiscalização adequada, ele chamou a atenção do Comando Sanitário e em especial de Moacir Djalma Barros⁷⁰ para o mau cheiro advindo de um rego d’água localizado na região, no qual: “Moscas varejeiras flutuam aos montões por cima das podridões que pairam sobre as águas sujas, depois voam para as bancas das feiras e contaminam os alimentos que lá se encontram” (*O Progresso*, 15/3/1964, p.

⁷⁰ Vereador na legislatura 1959-1963 e presidente da Câmara de Vereadores entre 1967-1970 (LUCIANO, 2006, p. 38; 43). De acordo com seu filho Roberto Djalma Barros, foi bioquímico, sanitarista e trabalhava no Serviço Nacional de Malária. Portanto, não fiscalizava as questões sanitárias no município nesse período. Foi também Secretário de Saúde do município durante a administração 1973-1977. Informações obtidas através de conversa informal pelo dispositivo *Messenger* em 28 abr. 2020. Penso que o que pode ter ocorrido é que, pelo conhecimento técnico que o senhor Moacir tinha, além de ser muito conhecido na cidade e região pelo combate aos mosquitos transmissores de doenças, a cobrança pela questão apontada na matéria foi direcionada a ele.

1).

Até mesmo a parte destinada ao humor, nas páginas d'*O Progresso*, transmitiu o descontentamento do periódico para com as problemáticas da cidade através do teor irônico e crítico utilizado. Esse posicionamento foi notado nos conteúdos apresentados por *Colono* e *Zé Pinga* em 1964: “Colono: Ao chegá a fêra atolô minha carroça! Zé Pinga: Eu não te disse que no atolêro da feira não passa nem caminhão” (*O Progresso*, 22/8/1964, p. 1); e ainda quando, em outro momento, Colono se pronunciou: “Dia de chuva eu não aguento a Feira Livre” (*O Progresso*, 24/4/1964, p. 1)⁷¹.

Ainda na abordagem do humor crítico, em outubro do mesmo ano, uma matéria direcionada às *Atrações turísticas de Dourados: guia de bolso para viajante de bom gosto*, apresenta doze destinos turísticos com suas respectivas características, destinados aos turistas que visitam a cidade⁷². O décimo atrativo seria a:

Feira Maldita: Se quiser apreciar um espetáculo Pirandeliiano⁷³ vai num domingo de chuva à nossa feira livre. Livre sim, pois ali se furta a população impunemente e nem prefeito, nem comissão de preços, nem delegacia tomam quaisquer providências. Além disso verá cenas inenarráveis, horrorosas, cômicas para o forasteiro, mas normais para os nossos dirigentes que acham graça em tudo, neste dia de chuva verá gente patinando e caindo na lama fétida, verá prodígios de equilíbrio de verdadeiros artistas que, sobrecarregados de sacas e cestos, fazem malabarismos capazes de causar inveja até a artistas japoneses. Não deixe de ver. Recomendamos com carinho este passeio (*O Progresso*, 28/10/1964, p. 4).

É clara a crítica realizada e direcionada à administração pública municipal, em seus “vários poderes”. Além disso, o periódico local acaba por acusar que tais administradores zombavam dos graves problemas que a Feira Livre apresentava naquele contexto e, para além

⁷¹ De acordo com Ernandes (2009), esses personagens foram criados por Weimar Gonçalves Torres, no final da década de 1950. Colono e Zé Pinga “eram cidadãos fictícios, que representavam respectivamente um colono recém assentado na Colônia Agrícola Nacional de Dourados e um dos ‘bêbados folclóricos’ que viviam nas ruas da cidade. Os diálogos travados entre os dois, intitulados *In Vino Veritas* – verdade no vinho – falavam da política e da situação nacional, estadual e municipal. [...] Para o jornal, os dois personagens consolidaram o humor crítico. Eles faziam sátiras de tudo que acontecia, usando o humor para chamar a atenção da sociedade para os principais problemas da cidade e a ineficiência do governo municipal para resolvê-los” (ERNANDES, 2009, p. 69-70).

⁷² Divididos em três edições do jornal, os “atrativos turísticos” apresentados são: 1 – Ponte da Vergonha; 2 – Costelas de vaca; 3 – Berço da Municipalidade; 4 – Depressão Maldita; 5 – Crateras Lunares (*O Progresso*, 17/10/1964, p. 6); 6 – Poeira de fogo; 7 – Atoleiro do Diabo; 8 – Grande Canyon (*O Progresso*, 21/10/1964, p. 4); 9 – Valetas da morte; 10 – Feira Maldita; 11 – Boca do Inferno; 12 – Lama Milagrosa (*O Progresso*, 24/10/1964, p. 4). Ao apresentar esses locais enquanto atrativos turísticos, o redator utiliza de ironia para criticar a administração pública em relação ao planejamento e infraestrutura urbana. Os problemas apresentados são, em sua maioria, relacionados à falta de encascalhamento e/ou asfaltamento urbano, evidenciando a terra vermelha de Dourados, caracterizada pela poeira, buracos ou pela lama.

⁷³ Remete ao dramaturgo italiano Luigi Pirandello, vencedor do Nobel de Literatura em 1934. Seu estilo próprio, denominado pirandeliismo, destaca o humor e a originalidade. Disponível em: <https://portaldosatores.com/2017/06/28/vida-e-obra-luigi-pirandello/>. Acesso em 21 ago. 2020.

disso, zombavam também dos frequentadores da feira e dos feirantes que precisavam ser verdadeiros malabaristas para conseguirem transportar seus produtos em meio às condições insalubres do local. Nesse sentido, os embates entre poder público e imprensa local, que se colocava enquanto defensora dos interesses da população, ocorriam e eram apresentados nas páginas d’*O Progresso*.

Portanto, não há como desvincular o jornal *O Progresso* da política local, pois esse jornal servia de elo entre a comunidade douradense e o poder público, com o periódico agindo como elemento de tensão entre as duas partes, sob a bandeira da independência, tão propagandeada (ALÉM, 2011, p. 68).

Por outro lado, membros do Legislativo se empenhavam para que o local da feira fosse alterado e adequado às questões sanitárias. Dentre eles, Ivo Cersózimo de Souza publicou n’ *O Progresso* seu descontentamento em relação a essa questão em várias edições, acompanhado também pelo redator Armando da Silva Carmello, cuja escrita pendia para as memórias saudosas e poéticas sobre a cidade, porém reivindicando melhores condições de utilização da Feira Livre.

Diante dos problemas sanitários, algumas possibilidades de locais foram apresentadas, como a tentativa de doação de um terreno por Weimar Gonçalves Torres, já mencionada anteriormente, além de um terreno situado ao lado do Posto de Higiene⁷⁴, e até mesmo a volta da feira para a Praça Antônio João. A intenção da mudança da Feira Livre para a rua Santa Catarina, atual rua Onofre Pereira de Matos, foi levantada ainda em 1960 na coluna *Ecos e Comentários* (*O Progresso*, 11/8/1960, p. 1). Porém, a efetivação dessa proposta ocorreu somente em 1964.

Essa discussão também esteve presente nas reuniões da Associação Comercial de Dourados. Durante duas ocasiões, ambas ocorridas no segundo semestre de 1960, o prefeito Vivaldi de Oliveira participou de reuniões, nas quais discutiu com os associados assuntos relativos aos problemas municipais e, além disso, chegou a anunciar a mudança da Feira Livre “em local que se possa dar melhor acomodação aos feirantes e ao povo em geral, dando assim,

⁷⁴ Possibilidade aventada durante reunião do Executivo com membros de comissão de campanha formada por Jorge David Nasser, Weimar Torres, Adão Geraldo Rondon e Izzat Bussuan (*O Progresso*, 26/6/1960, p. 1, coluna *Ecos e Comentários*). Alceu de Aguiar Quadros, ao recorrer às memórias de sua infância, esclarece que o Posto de Higiene ficava, no início da década de 1960, na esquina da atual rua Antônio Emílio de Figueiredo com a avenida Presidente Vargas. Posteriormente esse posto de saúde ficou conhecido como “Posto tipo A”, localizando-se na rua Antônio Emílio de Figueiredo, esquina com a rua João Cândido Câmara, onde atualmente funciona a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER). Morador da “região da rua Cuiabá” desde 1961, Alceu iniciou seus estudos na escola Joaquim Murinho (localizada na mesma quadra em questão) em 1963. Informações obtidas através de conversa informal em 22 ago. 2020.

melhor aspecto à mesma” (Ata ACED, 20/6/1960, p. 53)⁷⁵. No entanto, mesmo constando na ata da 134ª Reunião da Diretoria da Associação Comercial as palavras proferidas pelo prefeito, não foi apontado o novo local para o funcionamento da Feira Livre, nem a data para a sua efetivação, ficando o assunto apresentado e discutido superficialmente, sem prosseguimento.

Um ponto importante a se considerar é que as fontes da imprensa local, as fontes memorialísticas e os documentos oficiais apresentam, na maioria das vezes, a visão e o posicionamento dos agentes públicos e de membros da elite. Nesse sentido, durante os primeiros anos de oferta da feira, pouco encontrei nessas fontes conteúdos sobre os colonos e feirantes. E mesmo quando a imprensa os menciona, se trata de um direcionamento ao grupo, aos feirantes. Entretanto, por conta de uma casualidade e, para minha surpresa, fui apresentada a uma fonte que indicou, nomeou e categorizou alguns desses trabalhadores que atuaram durante início da década de 1960, através do *Livro de Registro de Alvarás de Licença para Localização de Comércio Municipal*⁷⁶. Ao analisar essa fonte, identifiquei 47 registros de feirantes distribuídos entre as páginas 1 e 32. Acredito que essa quantidade de feirantes seja bastante considerável para a época, tendo em vista a instabilidade de localização oficial da Feira Livre. Além disso, é preciso questionar se outros feirantes trabalhavam sem estarem registrados pelo poder público, fato que aumentaria ainda mais esse número.

Na primeira página é possível visualizar o termo de abertura datado em 3 de fevereiro de 1962 pelo secretário do gabinete do prefeito, Edmundo Ribeiro. Já o termo de encerramento é registrado pela secretária geral da prefeitura municipal, Yolanda Moreira, em 30 de janeiro de 1963. São diversas as áreas de atuação dos feirantes, sendo as mais presentes: Verduras (e frutas): 18 registros e Carnes (e carne de porco): 16 registros. É possível notar também alguns

⁷⁵ São citados os seguintes temas: encascalhamento das ruas, criação de uma guarda noturna, serviço de trânsito, aquisição de carro tanque para o irrigamento das ruas (Ata ACED, 20/6/1960, p. 53) e asfaltamento, calçamento, energia elétrica, esgotamento sanitário (Ata ACED, 8/8/1960, p. 64). Vale notar que quem redigiu as atas foi Armando Carmello, exercendo a função de secretário da associação naquele momento. Em tempo, é interessante esclarecer o significado de duas palavras acima mencionadas, pouco utilizadas na atualidade. Nesse sentido, Queiroz, em comentário à margem da primeira versão deste capítulo (maio 2020), contribuiu ao mencionar o significado de “encascalhamento” (“recobrir com cascalho o leito natural de uma rua ou estrada, visando tornar esse leito mais sólido e, portanto, trafegável mesmo em épocas de chuva”) e de “irrigamento” (“nas épocas de muita seca, os caminhões-pipa da prefeitura espargiam água nas ruas para fazer assentar a poeira”).

⁷⁶ A pesquisadora e professora Marina de Souza Santos foi quem identificou e me apresentou essa fonte (material digitalizado). Fez parte de seu levantamento de fontes para a pesquisa de doutoramento, defendida em 2016. É possível visualizar, além de alvarás para atuação de feirantes, também relativos a outros profissionais, como: padeiros, serralheiros, marceneiros, comerciantes de tecidos, de pneus e peças, profissionais de circo e rodeios. Na ocasião, esse livro de registros fazia parte do acervo de um depósito de documentos na prefeitura municipal, o qual era/é denominado Arquivo Municipal. Outra pesquisadora, Mileny de Lima Santos, relatou, em sua dissertação, as percepções sobre a tentativa de buscar fontes nesse local: “[...] o Arquivo Público Municipal de Dourados, pouco favoreceu o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que se encontra em local desapropriado [inapropriado], desorganizado e sem as devidas sistematizações das informações” (SANTOS, 2019, p. 114). Na verdade, o Arquivo Municipal de Dourados, enquanto instituição, nunca existiu, de fato.

nomes com procedência oriental, dos quais a grande maioria está associada à categoria verduras, evidenciando o que outras fontes apontaram: o papel dos japoneses enquanto feirantes que se destacaram como produtores e comerciantes desse gênero alimentício na Feira Livre de Dourados. Alguns sobrenomes se repetem, demonstrando os laços familiares, fato esse bastante comum entre os feirantes. Por fim, ressalto que não consta, nessa fonte, o endereço ou ponto de referência de localização da Feira Livre em 1962.

Penso ser importante o registro dessa fonte em especial, tendo em vista as questionáveis condições de armazenamento do documento original, conforme apontei na última nota de rodapé. Além disso, trata-se de informações que identificam feirantes e sua atuação profissional legalizada naquele momento, além de apresentar um panorama geral do que era comercializado na Feira Livre no primeiro semestre de 1962. Nesse sentido, organizei os dados constantes no documento conforme quadro abaixo.

Quadro 1 - Feirantes registrados em Dourados (fevereiro a maio de 1962)⁷⁷

Feirante	Área de atuação	Nº alvará	Data emissão
Waldomiro Coelho	Carne	40/62	6/2/1962
Saul Souza Chaves	Verduras	39/62	6/2/1962
José Pereira da Silva	Carne	42/62	8/2/1962
Takami Murikawa	Verduras	43/62	8/2/1962
José Charão Siqueira	Carne	44/62	9/2/1962
Hideo Grima (?)	Frutas e verduras	45/62	10/2/1962
Olímpio Castro Faria	Carne	46/92	12/2/1962
José Orlando da Silva Filho (?)	Carne	47/62	12/2/1962
Orlório (?) Ferreira de Carvalho	Carne	48/62	12/2/1962
Kanashiro Kio	Gêneros alimentícios em geral	48/62	12/2/1962
João Pereira Hora	Carne de porco	49/62	15/2/1962
Jacinto Pereira	Frutas e verduras	50/62	8/3/1962
Antônio Felix Ribeiro	Carne de porco	51/62	16/2/1962
Hermiógino (?) Gomes de Souza	Frutas e verduras	52/62	19/2/1962
Shuji Oshiro	Verduras	53/62	19/2/1962
Valdemar Correia de Moraes	Produtos diversos	54/62	19/2/1962
Rosalina Colaço de Azevedo	Produtos alimentícios	55/62	19/2/1962
Antônio Raimundo dos Santos	Cereais	56/62	20/2/1962
José Vieira da Rocha	Verduras	57/62	26/2/1962

⁷⁷ Registro ao leitor o esclarecimento sobre o ponto de interrogação (?) por mim colocado ao lado de alguns nomes/sobrenomes. Isso se deve à incerteza da identificação, tendo em vista o apagamento parcial da grafia ou o não entendimento da mesma. Desse modo, inseri o nome/sobrenome o qual minha dedução pareceu mais acertada.

Nelson Sabino Leite	Carne de porco	58/62	26/2/1962
Maria do Carmo Pereira Hora	Café e bolo	59/62	28/2/1962
Shody Sokagochi	Verduras	60/62	28/2/1962
Yoshitaka Sokagochi	Verduras	61/62	Não registrada
Soohiti (?) Takaga (?)	Não registrada	62/62	28/2/1962
Ramona Oliveira Lima	Não registrada	63/62	28/2/1962
José Sabino Leite	Carne de porco	64/62	1/3/1962
Manoel Vieira da Silva	Carne de porco	65/62	8/3/1962
Inácio Ribeiro da Silva	Carne de porco	66/62	8/3/1962
Kanashiro (?) Oshiro	Verduras	67/62	8/3/1962
Francisco Pereira da Silva	Frutas e verduras	68/62	8/3/1962
Benjamim (?) de Mello	Verduras	69/62	8/3/1962
Faustino Pereira da Silva	Carne de porco	70/62	8/3/1962
José Jacinto dos Santos	Carne de porco	71/62	8/3/1962
Raimunda Batista de Araújo	Ovos, alhos e frutas	72/62	10/3/1962
João Freire (?) da Silva	Aves e ovos	73/62	10/3/1962
João Maria Garcez	Verduras	74/62	10/3/1962
Manoel Sorpilli	Frutas e verduras	76/62	26/3/1962
Seitum Arakaki	Verduras e frutas	78/62	2/4/1962
Moacir (?) Simão Lopes	Verduras e frutas	79/62	2/4/1962
Sebastião Paulo da Silva	Cereais	80/62	6/4/1962
José Vieira de Almeida	Carne de porco	82/62	17/4/1962
Antônio Murakami	Gêneros alimentícios	83/62	23/4/1962
Massao Miashiro	Verduras	84/62	23/4/1962
Emídio (?) de Castro (?)	Pães - Padaria Caçula	86/62	12/5/1962
Alcides Freitas	Secos e molhados	87/62	15/5/1962
Antônio Avelino dos Anjos	Carne de porco	88/62	23/5/1962
Maria Arnas (?) Santos	Frutas, verduras, queijos, produtos do gênero	89/62	23/5/1962

Fonte: Adaptado do Livro de Registro de Alvarás de Licença para Localização de Comércio Municipal (1962-1963) in Arquivo Municipal.

O fato é que essa fonte demonstra que, apesar da incerteza sobre o local de funcionamento (e do próprio funcionamento) da Feira Livre no início da década de 1960, é possível assegurar a oferta da feira entre 1962 e 1963, quem eram os feirantes e quais produtos comercializavam, além da questão da regularização profissional de acordo com o registro de alvarás.

Outro ponto a se considerar é que, apesar d' *O Progresso* não ter funcionado após o

final de agosto de 1960, voltando a ser publicado a partir de fevereiro de 1962, ou seja, as notícias sobre a Feira Livre não foram publicadas sob a perspectiva do periódico naquele momento, percebi que as questões continuaram as mesmas, visto que, durante os anos seguintes, as solicitações da imprensa local e do Legislativo voltaram a circular, sempre condicionadas às tentativas de mudança de local da feira.

Em setembro e outubro de 1964, as *Notícias da Prefeitura* demonstraram, de acordo com os títulos *Feira vai para outro local* e *A mudança da Feira Livre*, que finalmente a feira seria deslocada para a rua Santa Catarina (atual rua Onofre Pereira de Matos), entre a avenida Presidente Vargas e a rua Sergipe (atual rua João Rosa Góes). Os redatores agradeceram o empenho do então prefeito Napoleão Francisco de Souza e do secretário geral Ruy Gomes pela concretização do projeto, destacando as melhores condições de funcionamento, sobretudo em dias de chuva, visto que tal trecho urbano encontrava-se encascalhado (*O Progresso*, 30/9/1964, p. 1). Diante da mudança de local, outros aspectos sociais foram vivenciados por feirantes e consumidores, novas experiências, velhos problemas, próximas gerações. A Feira Livre muda, se amplia e se estrutura inserida na dinâmica organizacional e de sociabilidades próprias da cidade.

Capítulo 2

A Feira Livre e a cidade: a dinâmica dos espaços – o poder público e o planejamento urbano

A Feira Livre de Dourados ocupou diferentes locais da cidade desde a sua criação, no final da década de 1940. Em 1948 foi instalada na Praça Antônio João, passando em 1956 à rua Maranhão (atual rua Dr. Nelson de Araújo), e posteriormente, a partir de 1964, à rua Santa Catarina (atual Onofre Pereira de Matos). A partir de 1980 teve seu local alterado para a rua Cuiabá, entre a avenida Presidente Vargas e a rua Albino Torraca, lugar que ocupou por 36 anos. Desde 2016 encontra-se no Jardim São Pedro, sendo denominada Espaço Feira Central Prefeito João Totó da Câmara. Essa diversidade de espaços, as formas como os mesmos foram utilizados e estabelecidos geograficamente e na perspectiva do planejamento urbano, e, além disso, a constante (re)apropriação desses espaços por moradores, feirantes e frequentadores são objetivos de análise e problematização neste capítulo. Dessa forma, pretendi direcionar a narrativa sobretudo para o olhar do poder público à Feira Livre, mas tendo como perspectiva o constante reordenamento do espaço público em Dourados. As mudanças de local e os desdobramentos dessas, as problemáticas envolvendo os diferentes sujeitos que se relacionaram (de acordo com seus papéis sociais) nos diferentes ambientes que a Feira Livre ocupou revelam, além de uma dimensão histórica da Feira Livre, a forma como essa foi e ainda é entendida e representada no contexto administrativo, social e político da cidade. Nesse sentido, as fontes da imprensa local foram importantes para a construção deste capítulo (com destaque aos depoimentos orais contidos nessas), bem como as fontes fotográficas, os documentos oficiais relacionados à legislação ordenadora do contexto urbano de Dourados e, ainda, os trabalhos acadêmicos produzidos sobre a cidade, nesse âmbito.

2.1. As primeiras iniciativas do poder público para a organização do espaço urbano em Dourados

Para tentar compreender as diferentes dinâmicas presentes na produção, na estruturação e na utilização do espaço urbano de Dourados, recorri às pesquisas de doutoramento no campo da Geografia produzidas por dois professores que são referências nessa área. Dessa forma, destaca-se a tese da professora Dr^a Maria José Martinelli Calixto, intitulada: *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados/MS*, e a tese do professor Dr. Mário César Tompes da Silva, intitulada: *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, ambas defendidas em 2000.

Silva (2000, p. 78-79) aponta quatro diferentes etapas para contextualizar historicamente a organização urbana em Dourados, a partir das mudanças na produção econômica regional: 1^a) iniciando na primeira década do século XX até meados da década de 1940 com a organização inicial do núcleo urbano enquanto centro de abastecimento local, por conta do extrativismo da erva-mate e da atividade pecuária; 2^a) de 1943 a 1970 através da implantação das colônias agrícolas, já contextualizadas no 1º capítulo, que alteraram consideravelmente as atividades econômicas na região. A cidade assume o papel de centro de beneficiamento e de comercialização da produção agrícola e, dessa forma, o processo de urbanização se altera, ocasionando, inclusive, a especulação imobiliária; 3^a) a partir de 1968 com as lavouras de trigo e soja e o aumento das intervenções do governo federal nos espaços urbanos dos estados e dos municípios. Nesse período, as relações entre campo e cidade se alteram e Dourados passa a ser vista como polo urbano no estado, devido à crescente urbanização, além de outros fatores; 4^a) se inicia em 1989 com a agroindustrialização e um novo padrão urbano em Dourados, que não mais dependia dos financiamentos federais e era dotado de características técnicas e científicas. Esse novo cenário propicia a expansão das atividades imobiliárias e favorece diferentes espacialidades urbanas. Por outro lado, o poder público municipal tende a assumir o protagonismo no planejamento e gestão do espaço urbano⁷⁸.

As primeiras ações para tentar ordenar o espaço urbano da localidade que posteriormente viria a ser denominada Dourados datam do início do século XX. Não ocorreram

⁷⁸ Lembro ao leitor que essa pesquisa acadêmica foi apresentada em 2000, sendo assim, novas dinâmicas territoriais e econômicas podem ter se apresentado em Dourados desde a data de publicação até a atualidade.

espontaneamente, mas sim são derivadas do trabalho de agrimensores que vinham à região a fim de medir e traçar os limites de algumas fazendas. Dessa forma, o esboço das primeiras ruas e quadras foi definido e, a partir dessas, o núcleo urbano foi se desenvolvendo (SILVA, 2000, p. 86). O pesquisador Mário Cezar Tompes da Silva registrou as memórias de João Augusto Capilé Júnior, através de entrevista realizada em 13 de fevereiro de 1998 e, nesse sentido, é possível perceber que essa estratégia inicial de ordenação do espaço se constituía em

[..] um plano urbano muito limitado. Ele se restringia à av. Marcelino Pires. Eles abriram essa rua e aí fizeram a medição do alinhamento, começaram a tirar quarteirão 100 x 100 metros. E a medida da largura da (atual avenida) Marcelino que eles tiraram, de 40 metros, é a que permanece até hoje. Agora as outras de 30 metros que foram abertas logo depois, como a Rio Grande do Sul, atual Avenida Weimar Torres, era um trilheiro dentro da mata (...). Essa planta não incluía as chácaras, era só mesmo um trecho da Marcelino e a praça Antônio João. (A planta) ia desde onde hoje é a (rua) Toshinobu Katayama até aproximadamente a (rua) Albino Torraca (*apud* SILVA, 2000, p. 87)⁷⁹.

Nesses primeiros anos não havia controle do estado sobre a ocupação do solo e, nesse sentido, os novos moradores o ocupavam por meio da posse dos terrenos vagos, constituíam suas chácaras e construíam suas moradias. Somente em 1924 a distribuição desses lotes passou a ser demarcada e regulamentada pela Intendência de Ponta Porã, município ao qual Dourados era subordinado administrativamente enquanto distrito. Já em 1934 foi projetada uma segunda planta. Mais detalhada, incluía, além da área central do povoado, as chácaras adjacentes (SILVA, 2000, p. 89). Na década de 1940 surgiram os primeiros loteamentos urbanos, inicialmente destinados ao mercado local, mas também comercializados em Campo Grande e no interior paulista (CALIXTO, 2000, p. 209). O Legislativo municipal, instituído no início de 1937 e dissolvido no final desse mesmo ano, também desempenhou seu papel na organização do espaço público urbano: “A Câmara reservou área para Ministérios, para o campo de aviação, para as Escolas Reunidas, para o colégio dos padres, para a prefeitura, para escolas e patrimônios” (LUCIANO, 2006, p. 25).

Com a implantação das colônias agrícolas e seu consequente aumento demográfico, Dourados, já município, passa a concentrar as atividades comerciais em sua área central urbana e, em paralelo, serviços elementares começam a equipar esse local, valorizando-o

⁷⁹ Silva (2000, p. 87) afirma que dessa primeira planta não restou original, nem cópia, ficando a evidência desse documento somente na “memória dos mais antigos”. Musculini (2012) utiliza as memórias de um de seus colaboradores, a fim de complementar algumas informações sobre o traçado urbano local nesse período: “Desde a Rua Cuiabá, já tinha. Da Cuiabá pra cá só. E pra cima só até a Weimar. Pra cima da Weimar era só chacara e mato” (cf. registro em nota de rodapé: trecho da entrevista realizada em março/2012 com Garibaldi Mattos, 88 anos, aposentado, morador da área central de Dourados).

monetariamente⁸⁰. Por outro lado, os efeitos dessa valorização imobiliária foram sentidos tanto na área rural, como na área urbana e, a partir do final da década de 1940, a exploração do mercado imobiliário por empresas de outros locais começa a acontecer. Com isso, verifica-se também o processo de especulação que deu origem a alterações na produção do espaço urbano local: a passagem do processo de acesso ao solo do modo de aforamento para a mercantilização; o poder público municipal passa a não deter mais a exclusividade de fornecer os lotes e o espaço urbano começa a se expandir e ser ordenado de outro modo: do então sistema de arruamento (abertura de ruas de forma isolada) para o sistema de malha urbana (conjunto articulado de ruas) (SILVA, 2000, p. 112).

Nesse contexto, o ordenamento e o controle do espaço urbano de Dourados pelo poder público era realizado através da legislação estadual e federal, sendo que a primeira iniciativa em âmbito municipal se deu por meio da Comissão de Urbanização de Dourados, criada em 1951, que tinha como objetivo a análise das plantas dos novos loteamentos para a certificação da legalidade da documentação e o respeito às regras de sistema de malhas já existentes (SILVA, 2000, p. 115)⁸¹. Segundo Calixto (2008, p. 24), essa iniciativa se deu por conta de um contexto de práticas especulativas e de vazios urbanos delas decorrentes durante a década de 1950. Em consequência, a comunidade local, insatisfeita, começou a cobrar das autoridades providências, evitando-se, pelo menos temporariamente, a abertura de novos loteamentos. A autora citada, em sua tese, faz uma crítica com relação ao desenvolvimento dos trabalhos dessa comissão, afirmando que, por ser composta por pessoas leigas, não havia critérios técnicos para a análise dos projetos, além de serem utilizadas, também, justificativas políticas, “privilegiando os aliados do prefeito, em detrimento da adequação do projeto apresentado” (CALIXTO, 2000, p. 214).

Ainda com relação à organização e às alterações no espaço urbano de Dourados, Luciano (2006) faz algumas considerações sobre o cenário político-administrativo durante a 2ª legislatura (1947-1951), quando a Câmara de Vereadores volta a ser constituída. Além da definição da zona urbana em 255 mil metros quadrados, “a cidade ganhou uma agência de

⁸⁰ Para conhecimento, no ano de 1940 a população urbana de Dourados era de 1.821 habitantes, enquanto a população rural somava 13.164 habitantes. Já no ano de 1950 a população urbana era de 4.730 habitantes e a população rural, 18.104 habitantes. No entanto, entre 1950 e 1960 é possível verificar um maior salto demográfico. A população no município quase quadruplicou, sendo que em 1960 a urbana passou a somar 16.468 habitantes e a rural 68.483 habitantes (cf. dados do Censo Demográfico de Mato Grosso – 1940, 1950, 1960 apresentados por Calixto, 2000, p. 217).

⁸¹ A respeito da Comissão de Urbanização de Dourados, Silva (2000, p. 115) traz em nota a informação de que ela foi criada pela Portaria nº 14 e era destinada ao estudo dos diversos planos urbanísticos de Dourados (cf. Ata de reunião realizada em 31 mar. 1951, informada pelo autor citado).

estatísticas; foi reservada área para a Praça Antônio João; instalada a Usina ‘Filinto Muller’; surgiu o serviço de alto-falante; pequenas fábricas; o Hospital Evangélico e o Cine Teatro Santa Rita” (LUCIANO, 2006, p. 27). Já entre 1951 e 1955, o autor identifica, com base nos registros de atuação do Legislativo municipal, as mudanças que ocorreram nesse período, destacando os elementos considerados relevantes no processo de desenvolvimento do local, como por exemplo, hotéis, fábrica de bebidas, matadouro, sinais de trânsito, transporte aéreo, planta geral da cidade. Além disso, foi criado o time de futebol Ubiratan, o Clube Social, a 1ª Feira Agroindustrial, além da instalação do Banco Nacional do Comércio e Produção S.A. na cidade (LUCIANO, 2006, p. 30).

2.2. A feira na Praça Antônio João, na rua Maranhão e no meio do caminho: os espaços públicos e as memórias da cidade

A Feira Livre de Dourados, criada em 1948, pode ser considerada um exemplo de implementação de um projeto do Executivo municipal, apoiado na legislação estadual. Conforme contexto já apresentado no 1º capítulo, o então prefeito Antônio de Carvalho utilizou a atribuição concedida pela Lei nº 74, de 13/12/1947, a qual versava sobre a organização dos municípios do Mato Grosso, para legitimar a criação e o funcionamento da Feira Livre. Cabe notar que essa lei, além de apoiar legalmente a instituição de feiras nos municípios, previa também a fiscalização dos produtos alimentícios e a cobrança de taxas sobre localização dos feirantes.

Com relação ao espaço que a feira inicialmente ocupou, a Praça Antônio João, ao que parece, não havia sido totalmente definido na ocasião da assinatura do Decreto-lei, haja vista a resolução mencionada no artigo 1º: “Criar a feira Livre de Dourados em local desta cidade, **possivelmente** na praça reservada para o Grupo escolar de Dourados” (Decreto-lei nº 19, de 15 de jul. 1948, in *O Douradense*, 11/9/1948, p. 4, destaque meu)⁸². O fato é que a feira começou a funcionar de forma efetiva exatamente 30 dias após a data de assinatura do decreto, em algum ponto da Praça Antônio João. Desse período de início dos trabalhos na Feira Livre encontrei poucas informações nas fontes pesquisadas sobre a organização estrutural, relações comerciais e sociais, data e motivos para o encerramento da oferta da feira na praça central e a gestão do

⁸² Lembro que o esclarecimento sobre a relação entre a localidade Praça Antônio João e a “praça reservada ao Grupo Escolar de Dourados” já foi feito no 1º capítulo. Com relação à Praça Antônio João, é atribuída a escolha de seu nome ao ex-prefeito João Augusto Capilé Junior (Sinjão), em 1946. Antes disso, era conhecida como Praça João Pessoa (LUCIANO, 2006, p. 79).

poder público municipal nesse contexto. Informações pontuais constam nos jornais locais *O Douradense* e *O Progresso* e em alguns textos memorialísticos, como por exemplo, no artigo *Nossa feira livre da rua Cuiabá*, no qual Ilson Boca Venâncio apresenta, sob o olhar de seus interlocutores, o contexto da criação da Feira Livre, mencionando também que ela foi instalada inicialmente na Praça Antônio João (*folha de dourados*, 31/8/2020). Mesmo os moradores mais antigos pouco se lembram da criação e dos primeiros anos de oferta da Feira Livre. A exemplo, trago o caso de Iracy de Aguiar Quadros, nascida em 1935, que se lembra de que a feira funcionou nos arredores da Praça Antônio João, no entanto, se trata de uma vaga lembrança, pois além do fato de que era uma criança nessa época, vinha pouco a Dourados, já que morava na CMD e os alimentos que abasteciam sua família vinham das “roças” que eles mesmos plantavam (cf. entrevista realizada em 11 mar. 2021).

O contato com fontes históricas durante minha carreira acadêmica, pesquisando diferentes objetos mas tendo como ponto de partida Dourados, me leva a afirmar que as memórias vinculadas à Praça Antônio João são mais propriamente relacionadas aos usos desse espaço, sobretudo, primeiramente como campo de futebol e, posteriormente, ponto de charretes. Essa constatação pode ser confirmada, por exemplo, através do relato do morador Garibaldi Mattos.

A praça sempre foi ali onde é hoje, desde eu criança eu lembro da praça ali, e a igreja (Catedral Imaculada Conceição) também. Mas naquela época, era só um campinho de futebol, ninguém usava ela pra lazer. A praça era fechada de arame. Naquela época era só mato, cheio de cupim. A gurizada jogava bola ali (...). Tinha carro, mas pouco. A maioria andava a cavalo, ou carroça. Depois também teve charrete. Tinha até ponto de charreteiro, lembro de um que ficava na praça. Eu trabalhei de charreteiro uma época. Mas aí foi acabando tudo. O carro foi chegando, foi acabando (cf. trecho da entrevista realizada em março/2012 com Garibaldi Mattos, 88 anos, aposentado, morador da área central de Dourados, *apud* Musculini, 2012, p. 150).

Com relação à feira instalada em 1956 na rua Maranhão (atual rua Dr. Nelson de Araújo), as fontes de imprensa analisadas apresentam-na através da perspectiva de Armando da Silva Carmello, articulista do jornal *O Progresso* e principal defensor da feira, a qual chamava de “menina dos olhos”, sendo essa localizada muito próxima à sua casa. Nesse sentido, o cotidiano das práticas comerciais e sociais, bem como os aspectos relacionados ao espaço urbano que a feira ocupou nesse período, são abordados por Carmello, que pende, em sua narrativa, a romantizá-los através de diversas crônicas. Já Ilson Boca Venâncio consegue localizar espacialmente a Feira Livre utilizando como referência as “doce memórias” de sua infância.

Ela [a feira] começava em frente à casa de Dona Quinha, uma professora que lecionava no Grupo Escolar Joaquim Murtinho, e que ficou muito conhecida pelos pirulitos, feitos com açúcar, mel de abelha e limão. Tinha um sabor muito especial que só de lembrar, me dá água na boca. Os pirulitos eram feitos em tabuleiro de madeira e faziam muito sucesso com as crianças (VENÂNCIO, 2014, p. 54).

Outro personagem que utiliza a memória para retratar a Feira Livre da rua Maranhão é o senhor Marcolino do Travessão da Figueira, assim chamado por Ilson Boca Venâncio em um de seus artigos⁸³. De família de migrantes baianos que chegaram em Dourados em 1944 e com o passar do tempo se tornaram feirantes, desde a infância trabalhou na feira, a princípio, vendendo polvilho e farinha de mandioca que eram produzidos em sua casa durante a semana para serem comercializados nos sábados. “Naquela época a Feira era no centro, próximo ao Bar Brasil, onde funcionava uma torrefação e moagem de café”. Como meio de transporte de sua moradia até a feira, utilizava um cavalo, no qual sua irmã mais velha o acompanhava e auxiliava. Outros meios de transportes também são citados por Marcolino para justificar as estratégias de trabalho dos colonos-feirantes nesse período: “[...] quem tinha o lote mais perto da cidade, se virava na Feira vindo de bicicleta, a cavalo, de carroça e traziam o que tinham para vender” (in *folha de dourados*, 13/10/2020).

Nos anos posteriores à criação da Feira Livre percebi, com a ajuda das fontes analisadas, que o poder público municipal desempenhou papel pouco significativo com relação às diversas problemáticas que se apresentavam nos espaços que a feira ocupou nos primeiros anos. A imprensa local publicava algumas matérias relacionadas à precariedade das instalações da feira e a falta de fiscalização dos preços dos gêneros alimentícios, a ACD (atual ACED) solicitava providências ao Executivo municipal, alguns membros do Legislativo discursavam em tom de denúncia na Câmara Municipal e, em paralelo, ocorriam os embates entre vereadores e feirantes, sobretudo por conta dos preços praticados e da insalubridade dos espaços.

Outro ponto interessante a se mencionar é que os feirantes comercializavam seus produtos em outros espaços da cidade, quando a feira não estava instalada em local oficializado pela prefeitura. Tal fato é demonstrado por Venâncio (2014, p. 54) ao apresentar as memórias de sua família, dizendo que em dezembro de 1952 sua mãe preparou alguns pasteis para serem vendidos por seu irmão numa feira que se realizava aos domingos na atual avenida Presidente Vargas, entre as ruas Major Capilé e Weimar Gonçalves Torres, e que a feira, “durante um bom

⁸³ Travessão da Figueira diz respeito a uma das estradas da CAND. Atualmente, chega-se a ela via BR-163, sentido Dourados – Campo Grande, à direita, antes de se chegar ao trevo que dá acesso à indústria JBS (Seara Alimentos).

tempo, se realizou naquele local”⁸⁴. “Havia também alguns pontos onde se formava aglomeração de pessoas para fazer suas compras de alimentos, geralmente próximos aos armazéns de secos e molhados ao longo da rua principal [atual avenida Marcelino Pires]” (cf. relato da feirante Paulina Oshiro, publicado na *folha de dourados*, 11/11/2020). O feirante Nonato Silva de Souza, ao conceder entrevista ao articulista Ilson Boca Venâncio, revela que

[...] antes de se estabelecerem um local definitivo para o funcionamento da feira, os colonos procuravam os [locais] de maior movimento de comércio para fazer o seu ponto de venda. Um deles era a Casa Mariano, um armazém forte onde muita gente vinha fazer compras de materiais para a lida no campo (in *folha de dourados*, 3/11/2020)⁸⁵.

Em 1962, de acordo com a coluna *Trampolim de notícias*, notei que a feira ocorria no terreno destinado à construção do fórum, pois, apontando a necessidade de mudança de local, o colunista anuncia que “já está aberta a concorrência pública para a construção do edifício do Fórum de Dourados. O terreno destinado a esse prédio é o que, atualmente, está servindo para a Feira Livre” (*O Progresso*, 4/3/1962, p. 1)⁸⁶.

Além desse, outros locais também são mencionados em algumas conversas informais com antigos moradores, a exemplo de uma feira em frente à agência de Correios, na rua João Cândido Câmara, entre as avenidas Weimar Gonçalves Torres e Marcelino Pires. A senhora Rosa Tateishi, atualmente com 78 anos, diz ter trabalhado nessa feira entre 1960 e 1964, ajudando seu pai Takami Morikawa a vender verduras quando ainda era solteira e assinava Rosa Morikawa. Suas irmãs Paulina (Oshiro), Eliza e Nilza continuam com o trabalho na feira até os dias atuais. Relata ainda que sua família tinha uma chácara próxima à escola municipal Pedro Palhano, no Travessão do Jaguapiru, do qual partiam a pé ou de carroça trazendo os produtos (cf. conversa informal realizada em ago. 2021).

Alguns entrevistados de Binelo (1999) identificaram a atual rua Antônio Emílio de Figueiredo como local de funcionamento da Feira Livre na década de 1970, a exemplo do feirante Davilson Alves Pinheiro (cf. entrevista realizada em 16 maio 1999) e da moradora da

⁸⁴ Santos (2019, p. 53) afirma em sua dissertação que alguns feirantes determinam a primeira localização da Feira Livre de Dourados nesse logradouro, no entanto, assegura também que não há dados concretos que atestem essa informação. Lembro ainda que, conforme mencionado no 1º capítulo, Inagaki (2002, p. 125) também aponta esse mesmo endereço como o ponto inicial de funcionamento da feira.

⁸⁵ A Casa Mariano ocupava parte da quadra da avenida Marcelino Pires, esquina com a atual rua Hilda Bergo Duarte. Informações confirmadas por Alceu de Aguiar Quadros através de conversa informal em 24 abr. 2021.

⁸⁶ De fato, esse terreno ficava ao lado do Posto de Higiene (mencionado no 1º capítulo) e estava desocupado à época (informações confirmadas por Alceu de Aguiar Quadros através de conversa informal em 22 ago. 2020). Posteriormente, deu lugar ao Fórum de Dourados, prédio que, com o passar dos anos, foi ocupando grande parte da quadra, inclusive a área do referido posto.

rua Cuiabá, Adelaide (cf. entrevista realizada em 24 maio 1999). Joaquim Aleixo Sales, que na ocasião exercia o cargo de chefe de Divisão de Avaliação de Impacto Ambiental na prefeitura de Dourados, também confirmou essa localização:

[...] lá pelos idos de 1974/1975 o local de sua instalação foi transferido para a rua Antônio Ermírio [sic] de Figueiredo, a poucos metros do local anterior [rua Santa Catarina], sendo que seu tamanho continuava praticamente o mesmo [em torno de duas quadras]; neste local não deve ter ficado nem um ano pois logo foi transferida para a rua Cuiabá (cf. entrevista realizada em 4 maio 1999 *apud* Binelo, 1999, anexos – entrevistas).

Ou seja, a falta de atuação do poder público municipal com o devido apoio para a organização estrutural e, sobretudo, a definição de um espaço próprio para a Feira Livre fez com que, em determinados momentos, os feirantes se organizassem de acordo com as estratégias que se apresentavam, utilizando espaços alternativos para suas práticas de trabalho. As alternativas variadas, os trajetos e os meios para se chegar ao espaço da Feira Livre também são mencionados pelos feirantes e, nesse sentido, é possível reconhecer outros espaços da cidade. O relato do senhor Nonato, citado anteriormente, ao recordar de um antigo feirante, senhor Agripino, que era vendedor de porcos, evidencia essas relações: “Ele os colocava [os porcos] dentro de uma bacia e fazia um rolete de pano. Depois colocava a bacia em cima da cabeça e vinha lá do ‘Bolicho Queimado’, andando a pé, batendo a sandália de couro e cantarolando até a Praça Antônio João [para] vender seu produto” (*folha de dourados*, 3/11/2020)⁸⁷.

Essa estratégia de ir vendendo o produto “ao longo do caminho”, ao que parece, era utilizada por outros colonos, como demonstraram as colaborações de alguns feirantes, publicadas no periódico *folha de dourados*, a exemplo: “No começo a venda era feita de forma ambulante. O pai enchia uma cesta, e saía a vender, vindo em direção ao centro onde funcionava a nossa feira livre. Se por acaso não conseguisse vender tudo no caminho, chegava na feira para vender o restante” (cf. relato da feirante Paulina Oshiro, publicado na *folha de dourados*, 11/11/2020).

Entre o final da década de 1950 e início da década de 1960 algumas ações do poder público foram identificadas nos materiais pesquisados, umas no sentido de fiscalizar práticas de venda de produtos na Feira Livre e outras na intenção de disciplinar o uso do solo urbano de

⁸⁷ O Bolicho Queimado, local muito conhecido pelos moradores mais antigos, era localizado em frente à atual Polícia Rodoviária Federal, na BR-163, sentido Dourados – Campo Grande. Informações confirmadas por Alceu de Aguiar de Aguiar Quadros, através de conversa informal em 24 abr. 2021. Interessante notar é que o trajeto entre o Bolicho Queimado e a Praça Antônio João possui aproximadamente 12 quilômetros, trajeto esse feito a pé pelo feirante citado.

Dourados. Em junho de 1959 foi criado o cargo de fiscal de carnes e gêneros alimentícios, no quadro dos servidores da prefeitura e, em dezembro do mesmo ano, foi instalada uma comissão para efetuar o tabelamento das mercadorias da Feira Livre. Ao que parece, a efetividade dessas ações foi contestada, visto que o Legislativo e a imprensa local continuaram a discutir a problemática dos preços praticados na feira durante os anos posteriores.

Em paralelo, o uso do solo urbano também era debatido via Legislativo, já que, segundo Silva (2000, p. 166), os trabalhos da Comissão de Urbanização não surtiram efeitos. Dessa forma, aprovou-se a Lei nº 266, de 28/12/1960, em mais uma tentativa de disciplinamento do solo, lei essa que, apesar de ser direcionada aos lotes urbanos de propriedade particular e não aos espaços públicos (nos quais se insere a Feira Livre), revela o modo como o poder público municipal ordenava o planejamento dos espaços urbanos centrais em Dourados.

2.3. A feira da rua Santa Catarina: ordenamento, fiscalização e controle do seu uso pelo poder público

Conforme já exposto no 1º capítulo, ao final da década de 1950 e início da década de 1960, começaram a se evidenciar, de acordo com as fontes analisadas, embates entre feirantes e o poder público local, sobretudo com relação às problemáticas que se apresentavam no ambiente da Feira Livre, relacionadas aos preços praticados pelos feirantes e as condições insalubres do espaço e, por consequência, a questão da mudança de localização se impôs necessária e era sistematicamente abordada nas edições d'*O Progresso*. Alguns locais foram sugeridos por membros da elite local, que alegavam, sobre o assunto Feira Livre, “o desprezo das autoridades” (*O Progresso*, 6/8/1964, p. 2). Em setembro de 1964 a notícia sobre a mudança para a rua Santa Catarina (atual rua Onofre Pereira de Matos) é veiculada em duas edições, sendo que na última do mês fica evidente o problema relacionado à necessidade da pavimentação da via pública na qual a feira viria a ser instalada.

O povo está aguardando com interesse a prometida mudança da feira-livre para outro local, ou seja, para a Rua Santa Catarina, no trecho que já se acha encascalhado e em melhores condições uma vez que, nestes dias de chuva os feirantes e o povo sofrem verdadeiro martírio ao enfrentar o lamaçal em que fica transformada a feira livre (*O Progresso*, 30/9/1964, p. 1).

Uma questão interessante a se observar no trecho seguinte dessa matéria é o fato do redator enaltecer a administração pública e, em contrapartida, a colocar “em compromisso” com a alteração do local da Feira Livre: “Sabemos que há **boa vontade** tanto do Prefeito [Napoleão Francisco de Souza] como de seu **dinâmico** Secretário Geral, Sr. Ruy Gomes e por isso, temos

a **convicção** de que não tardará a **prometida** mudança” (*O Progresso*, 30/9/1964, p. 1, destaques meus). E, de fato, na edição nº 590, na primeira página, foi noticiado que a feira havia mudado para a rua Santa Catarina, “cumprindo assim a Prefeitura a promessa feita” (*O Progresso*, 14/10/1964, p. 1).

Ainda na gestão de Napoleão Francisco de Souza (1963-1967) uma importante legislação é promulgada via Legislativo em Dourados, tratando-se da Lei nº 476, de 26/5/1965, que marcaria a criação do primeiro Código de Posturas e Obras do município⁸⁸. Em específico sobre a Feira Livre, identifiquei nesse documento o capítulo IV, intitulado: *Dos mercados e das feiras livres*. O texto se inicia com o artigo 69 definindo mercado, sendo que os artigos posteriores versam sobre sua estrutura, obrigações e proibições aos locatários, contratos de aluguel, proibição de atravessadores de gêneros alimentícios, disciplina interna e previsão de multas, estendendo-se até o artigo 80. A partir do artigo 81 estão discriminadas as seções, sendo: Seção I – do pescado; Seção II – da carne verde; Seção III – das aves; Seção IV – das frutas, verduras, etc. e finalmente Seção V – das feiras livres.

Alguns pontos do conteúdo desse capítulo chamaram-me a atenção. O primeiro deles é que a organização estrutural do texto demonstra que a Feira Livre foi tratada como uma seção dos mercados, estando, inclusive, agrupada com os gêneros alimentícios a serem vendidos nesse espaço. Conforme assunto já explorado no 1º capítulo, em meados da década de 1950 iniciava-se uma espécie de clamor social liderado pela imprensa local e parte do Legislativo para a criação de um Mercado Municipal em Dourados. Na verdade, os apelos eram voltados, ora para a necessidade da implementação de um mercado público na cidade, ora para a devida estruturação e fiscalização da Feira Livre. As solicitações e os embates políticos para a criação de um Mercado Municipal perduraram e foram noticiadas pelo jornal *O Progresso* por toda a década de 1960, sendo que somente na segunda metade da década de 1970 ele foi, de fato, implementado. Em algumas das proposições feitas pelos vereadores e também por leitores do periódico estava a ideia de que a Feira Livre viria a compor um dos espaços do Mercado Municipal. Binelo (1999) também corrobora essa afirmação quando atesta em sua pesquisa que alguns feirantes sinalizaram a intenção da transferência da Feira Livre para o interior do mercado, “mas, como seu próprio nome em forma de adjetivo diz, não pode ser trancada pois deixaria de ser *livre*” (BINELO, 1999, p. 40, destaque do autor). No entanto, em julho de 1977,

⁸⁸ Interessante salientar que, conforme Calixto (2000, p. 214-215), a aprovação da Lei nº 476, de 26/5/1965, não se deu somente por conta de solicitações e pressões a nível local. Na verdade, pode ser entendida como uma repercussão dos projetos implantados pelo governo federal que, após o golpe de 1964, utilizando a narrativa da moralização, buscou ampliar a arrecadação de impostos, através, dentre outros fatores, da regularização dos loteamentos no interior do perímetro urbano.

com apenas 8 meses de funcionamento, já havia evidências do insucesso do mercado, pois não existia “movimento”, ou seja, não era frequentado a contento. Na matéria intitulada: *Mercado Municipal de Dourados está abandonado*, especuladores e problemas políticos foram apontados como fatores negativos naquele contexto, sendo que, na ocasião, o administrador do mercado sugeriu que a feira fosse mudada para o local (*O Progresso*, 16 e 17/7/1977, p. 1). Ou seja, ao que parece, a construção dessa parte do texto pelo Legislativo municipal em 1965 previa uma relevância bastante significativa para a proposta de criação do Mercado Municipal, inclusive em detrimento da Feira Livre, proposta essa que acumulou discussões políticas durante toda a década de 1960 e parte da década de 1970, mas que, de fato, não surtiu o efeito esperado pela administração pública⁸⁹.

Esse contexto envolvendo mercado municipal e feira não foi uma especificidade de Dourados, pois, de acordo com Cavalcanti (2015), que se dedicou a analisar a gestão pública de uma feira em Recife/PE, tratou-se de uma política de construção de mercados nas cidades brasileiras e que tinha objetivos específicos, os quais podem ser visualizados também em Dourados.

De modo geral, a **preocupação dos governantes com as feiras**, e sobretudo pela **construção dos mercados, estava associada ao controle das condições sanitárias e de saúde da população**, especialmente a partir do século XIX. Esta política de construção de mercados influenciou ações similares em outras cidades brasileiras, que passaram a ser recuperados para suas reutilizações como abastecimento do cotidiano, bem como para novas utilizações, especialmente como polos gastronômicos para os trabalhadores, visitantes e turistas (CAVALCANTI, 2015, p. 68, destaques meus).

Retornando à análise do Código de Posturas e Obras do município, o segundo ponto que julgo importante, desmembramento do primeiro, diz respeito ao quantitativo de conteúdo destinado à Seção V – Das feiras livres. Trata-se de apenas 4 artigos, distribuídos em 10 linhas de texto, os quais transcrevo integralmente:

Art. 91 – A feira livre se destina ao comércio de gêneros alimentícios, aves, legumes, frutas, tecidos populares, utensílios culinares [sic] e outros artigos de pequena indústria para facilitar a venda direta do pequeno produtor e criador, aos consumidores.

Art. 92 – O prefeito designará funcionário municipal para a fiscalização dessa seção.

Art. 93 – O dia e a hora que funcionará a feira livre e o local será designado pelo prefeito, segundo o aconselhar o interesse público.

Art. 94 – A Prefeitura baixará regulamento especial para o bom funcionamento desse serviço, estabelecendo penalidades nas infrações

⁸⁹ Cabe notar que Binelo (1999) apresenta, no item “anexos” de sua monografia, várias cópias timbradas (Prefeitura Municipal de Dourados – gabinete do prefeito) de documentos referentes ao Mercado Municipal.

(Código de Posturas e Obras, 1965, p. 15-16).

Excetuando-se o artigo 91, que apresenta uma explicação do que seria uma feira livre, os demais simplesmente atribuem ao Executivo as normativas relacionadas a ela. Menciona-se também um regulamento próprio a ser desenvolvido, no entanto, esse documento não foi localizado e nem é mencionado nas demais fontes trabalhadas nesta pesquisa. Ou seja, ao analisar a parte do conteúdo desse documento que foi destinada à Feira Livre, é notável a forma como o poder público a compreendeu naquele momento, relegando-a a um equipamento de menor valor e importância na perspectiva do planejamento e da estruturação da cidade.

Por outro lado, algumas medidas tributárias foram implementadas no município e, de alguma forma, destinaram-se às práticas de trabalho dos feirantes. Na última edição d'*O Progresso* de 1964 é publicada a Lei nº 458, de 26/12/1964, referindo-se ao Código de Tributos do Município. Aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo prefeito Napoleão Francisco de Souza, dentre as várias tabelas de cobrança de tributos, está a última (denominada Tabela N), referente à “taxa de localização, por mesa ou balcão, no mercado ou feira livre”, sendo essa taxa fixada em dois mil cruzeiros (*O Progresso*, 30/12/1964, p. 8).

Outro ponto observado nessa fonte da imprensa local são os balancetes de receitas e despesas municipais publicados mensalmente. Nestes, a categoria “mercado, feira e matadouro” é divulgada em grande parte da década de 1960 e 1970, porém, não foi possível identificar qual a porcentagem presente nesses demonstrativos financeiros que seria destinada à Feira Livre, em específico. A categoria *feirantes* também é mencionada no cadastro dos contribuintes devedores do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do exercício de 1968, sendo, inclusive, inserida na listagem da dívida ativa do município (*O Progresso*, 18/10/1969, p. 5).

Além disso, as notícias veiculadas durante o ano de 1965 apontaram iniciativas do poder público municipal no sentido de licenciar feirantes e fiscalizar as práticas comerciais na Feira Livre por conta de reclamações dos frequentadores, sobretudo relacionadas aos preços praticados e as questões sanitárias, tanto com relação à higiene dos produtos e das bancas, como também do espaço o qual a feira ocupava, a rua Santa Catarina. Com relação à “cobrança excessivamente elevada na venda de suas mercadorias” (do ponto de vista da administração pública municipal), os feirantes foram avisados e “proibidos desse hábito [...] sob pena de apreensão da mesma [mercadoria], com multa de um a cinco mil cruzeiros para os infratores”, além da possibilidade de cassação da licença dos faltosos (*O Progresso*, 24/7/1965, p. 5). Sobre a questão da infraestrutura pública necessária no local de funcionamento da feira, é possível notar nas atas das sessões da Câmara Municipal, publicadas n'*O Progresso* durante a segunda

metade da década de 1960, diversas solicitações dos vereadores, como por exemplo: fornecimento de energia elétrica, construção de sanitários e bebedouro e encascalhamento da rua nas imediações da Feira Livre, evidenciando um cenário precário das condições de infraestrutura básica disponíveis. Apesar disso e de outros problemas de ordem municipal discutidos pelos vereadores nas sessões da Câmara, Dourados iniciava sua projeção enquanto “Cidade Modelo” (LUCIANO, 2006, p. 43).

O fato é que essa precariedade na oferta dos serviços públicos elementares era uma característica do contexto urbano de Dourados nesse período, conforme atestou Calixto (2000, p. 215) mencionando em sua tese que, até meados da década de 1960, a cidade não contava com pavimentação asfáltica em nenhuma das vias, nem mesmo na principal, a avenida Marcelino Pires⁹⁰. Silva (2000, p. 117), ao considerar a qualidade dos serviços (públicos ou concedidos à exploração por empresas privadas) oferecidos ao cidadão douradense, “amplamente insatisfatória”, explica também que:

[...] até a segunda metade dos anos 60, inexistia qualquer serviço de saneamento público ou fornecimento de água tratada na cidade. Até essa época, a população para se abastecer de água tinha que providenciar a perfuração de poços em suas residências. [...] Como também não havia nenhum sistema de drenagem para escoamento das águas pluviais, as ruas ficavam sujeitas à forte erosão provocada pelas enxurradas das chuvas. Essas vias eram tomadas pela lama durante a época das chuvas e sufocadas pela poeira no período seco (SILVA, 2000, p. 119; 117)⁹¹.

Essa questão da inadequação do leito da rua no local onde funcionava a Feira Livre, com a problemática da lama e da poeira, foi objeto de debate na Câmara Municipal em 1969, sendo requerida a mudança da feira para uma rua asfaltada. Essa proposta, encabeçada pelo vereador Renato Lemes Soares, previa a alteração para a avenida Marcelino Pires, “no trecho além da [rua] Melvin Jones” (*O Progresso*, 18/6/1969, p. 2; 5/7/1969, p. 5). No entanto, o

⁹⁰ Com relação ao asfaltamento da avenida Marcelino Pires, Luciano (2006, p. 37; 39) informa que entre 1959 e 1963 foi feito um trecho (segundo registro na p. 84, duas quadras) e que, entre 1963 e 1967, 12 quilômetros da via foram asfaltados. Outro dado interessante desse período apontado pelo autor revela a alteração dos traços considerados atualmente como rurais no núcleo urbano de Dourados: “As boiadas, desviadas do centro, passaram a ter um corredor (Rua Joaquim Alves Taveira)” (LUCIANO, 2006, p. 39). Ou seja, aos poucos, a ruralidade era deslocada da área central, espaço representado pela urbanidade e modernidade. Ainda na perspectiva da oferta de serviços públicos básicos aos moradores, Calixto (2008) informa que apenas em 1958 foi implantado o serviço telefônico em Dourados (Companhia Telefônica de Dourados S/A) e a primeira agência bancária (Banco do Brasil). Além disso, os problemas com o fornecimento de energia elétrica eram constantes e esse era restrito a algumas horas diárias (CALIXTO, 2008, p. 25).

⁹¹ Um antigo morador compartilhou suas lembranças sobre esse período: “Quando não tinha ainda asfalto e chovia, era bem complicado. Só dava pra andar direito quem tinha cavalo. A pé era impossível. Quem era charreteiro também sofria. E era ruim também quando passava muito tempo sem chover, imagina só, terra vermelha e seca, a gente comia poeira” (cf. trecho da entrevista realizada em março/2012 com Garibaldi Mattos, 88 anos, aposentado, morador da área central de Dourados, *apud* Musculini, 2012, p. 89).

requerimento foi rejeitado pelos demais membros do Legislativo (noto que a justificativa não foi registrada na ata da 75ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal publicada no periódico).

O articulista Armando da Silva Carmello também se posicionou a respeito do assunto em sua coluna *Terra e Gente*, entretanto, defendendo a proposta do chefe do Posto de Saúde, o médico Fandi Faker, que sugeriu o seguinte trecho: “prolongamento da rua Bahia [atual rua Hayel Bon Faker], rumo ao Norte, além da rua Rio Grande do Sul [atual avenida Weimar Gonçalves Torres]” (*O Progresso*, 16/7/1969, p. 5). Apesar das solicitações e especulações das diversas autoridades locais, representadas por meio do poder político, do poder de imprensa e do poder/saber médico, e ainda do compromisso do então prefeito Jorge Antônio Salomão, publicado em matéria de capa na imprensa local, relativo à mudança da Feira Livre para local asfaltado e previsão de melhoramentos para o atendimento ao público consumidor (*O Progresso*, 18/2/1970, p. 1), essas alterações, de fato, não ocorreram nesse período.

De tempos em tempos, esse assunto retornava às discussões no Legislativo e era apresentado pela imprensa, como por exemplo, em 1974, sendo intitulado: *Feira sobre o asfalto*, no qual o vereador Seigi Araki solicita ao Executivo a transferência da feira para local asfaltado, causando “certa celeuma no plenário da Câmara” (*O Progresso*, 15/3/1974, p. 2). Com relação a esse assunto, é importante lembrar que somente em 1976 é noticiado o trabalho de pavimentação asfáltica da rua Santa Catarina, entre a avenida Presidente Vargas e rua João Rosa Góes, além de ser registrada a orientação da Unidade Sanitária municipal aos feirantes com relação à disposição dos gêneros alimentícios, “visando conservar o local organizado, tanto do ponto de vista estético, como do sanitário” (*O Progresso*, 19/6/1976, p. 1). Nesse momento, e até que fosse finalizado o asfaltamento da rua Santa Catarina, a Feira Livre passou a funcionar, durante as quintas-feiras e domingos, na avenida Presidente Vargas, entre as ruas Santa Catarina e Cuiabá (*O Progresso*, 19/6/1976, p. 1).

Permaneceram também registrados na imprensa local durante grande parte da década de 1970 os recorrentes pedidos para o encasalhamento e limpeza da via. Já na Câmara de Vereadores, a questão do asfaltamento se ampliava a nível municipal e foi pauta durante a gestão 1970-1973, além de outras solicitações como a estação rodoviária, semáforos na avenida principal, ampliação da rede de esgoto e implementação de galerias na área central da cidade. Por outro lado, “casarões e casebres” foram demolidos, evidenciando a “concepção da nova face urbana” de Dourados (LUCIANO, 2006, p. 45). Esse contexto urbano remodelado, que aos poucos foi sendo dotado de equipamentos e serviços públicos, possivelmente atraiu novos moradores, conforme é possível perceber através do seguinte relato:

Vim pra cá em 71, quando meu pai vendeu nosso sítio. Ele dizia que não estava mais dando certo e então viemos. Meus irmãos gostavam de morar na roça, eu também gostava, mas minha mãe, pra consolar, falava que na cidade ia ser melhor, que íamos poder estudar e trabalhar. Moramos numa casa próximo da rua da feira. Acho que nem existe mais. Na verdade a gente gostou de vir morar aqui, **estava todo mundo vindo pra cidade** (cf. trecho de entrevista realizada em novembro/2011 com Magali Menezes, dona de casa, 58 anos, residente em Dourados desde 1971, *apud* Musculini, 2012, p. 95, destaques meus).

Interessante notar também que, nesse período, um novo agente se insere na temática dos preços praticados pelos feirantes: a concorrência de um grande mercado (para os padrões da época) instalado na cidade na década de 1970. Algumas matérias objetivaram a denúncia dos preços considerados abusivos e compararam os valores com os praticados no Supermercado Catarinense (instalado na esquina da avenida Marcelino Pires com a rua Melvin Jones, foi pioneiro na categoria de grande porte com autosserviço na cidade), sendo esses menores e passíveis de serem verificados pois eram exibidos em anúncios propagandísticos diários tendo como título: “compare nossos preços”. Do preço do quilo do tomate, passando pela unidade do abacaxi à dúzia de ovos, tais matérias consideravam a situação um “verdadeiro desrespeito ao bolso do povo” (*O Progresso*, 2/10/1975, p. 1) e questionavam: “Até quando os douradenses serão explorados?” (*O Progresso*, 21/10/1975, p. 1). No entanto, é preciso considerar que o sistema de compra de um supermercado é diferente de uma feira livre, sendo que o preço em atacado pode vir a ser melhor negociado, podendo alguns produtos terem um preço final mais atraente ao consumidor, fato esse que pode ser inclusive comprovado na realidade entre feiras e supermercados atualmente na cidade. E, mesmo diante desse cenário: “As feiras que resistem bravamente à invasão dos supermercados e *shopping centers* ainda persistem enquanto ponto de encontro, além de lugar do mercado” (CARLOS, 2007a, p. 82). Calado (2013), ao explorar a temática da Feira Livre de Campo Grande, também aponta para as alterações no modo de comprar gêneros alimentícios com a chegada das redes de supermercados na cidade, as quais acabaram por proporcionar aos fregueses “novos modos de consumo, preços diferenciados dos praticados nos pequenos comércios, horários de funcionamento mais abrangentes e produtos de lugares mais distantes” (CALADO, 2013, p. 57).

Ao ser questionada sobre as primeiras lembranças que tinha da feira da rua Santa Catarina, Iracy de Aguiar Quadros aponta um fato curioso para os dias de hoje (para a maioria dos consumidores): a prática de se “fazer a feira” antes mesmo do amanhecer⁹². Misturadas a

⁹² Sobre a questão dos horários de funcionamento de uma feira (programação de montagem, comercialização e desmontagem), Julio Bernardo, em seu livro de crônicas *Dias de Feira* (2014), apresenta no capítulo: *Pode chegar, freguesia!* (p. 15-21) uma espécie de cronograma no qual descreve, a cada hora, o cotidiano de trabalho dos

essas recordações, algumas características do cotidiano e da estrutura organizacional da feira nos anos iniciais na rua Santa Catarina vêm à tona:

A gente levantava de madrugada pra ir à feira. Nove horas a turma [de feirantes] já estava desmontando. Dez, onze horas, pronto, já ia embora. Eu lembro uma vez que minha irmã veio da Vila Glória [atual município de Glória de Dourados] fazer não sei o que na igreja, não sei se era Lava-Pés, o que era... e aí pousaram em casa. E aí de madrugada, escuro... nós foi pra feira. Comprar o quê... tomate, alface, galinha, porco, milho... nós veio da feira o sol não tinha saído. [...] Não era barraca não, aqui que puseram barraca [refere-se à feira da rua Cuiabá]. Lá eram umas mesinhas que punham um cavalete, umas tábuas em cima... punha as coisas em cima. Arroz no saco, feijão no saco, tudo assim no saco... A feira era na rua, na beirada e a gente na rua. Não tinha cobertura. Quando chovia, como diz o caso, corria pra debaixo da carroça. Se amanhecesse chovendo, nem adiantava, não tinha feira (QUADROS, 2021).

Os problemas relacionados à infraestrutura, juntamente com os tributos cobrados dos feirantes e as diversas solicitações apresentadas por alguns vereadores, foram objeto de debate e, em alguma medida, de intervenção do Executivo municipal no final da década de 1970. Além das questões recorrentes: fiscalização do comércio de carnes e hortifrutigranjeiros, tráfego de carros e bicicletas durante a realização da feira, limpeza e segurança do local, concorrência de atravessadores, a questão da taxaço e licença cobrada dos feirantes receberam destaque na imprensa local⁹³. Na matéria de capa intitulada: *Câmara Municipal: muita polêmica na última sessão do primeiro semestre*, uma fotografia estampada no centro da página mostrou a plateia que compareceu ao Palácio Jaguaribe (a sede da Câmara), composta, segundo o texto, em sua maioria, de feirantes que reivindicavam esclarecimentos do secretário de Fazenda municipal com relação ao aumento de tributos (ao que parece, mais propriamente do IPTU), que chegou à ordem de 600% para algumas categorias, segundo o vereador Sultan Rasslan. A matéria dá conta de que a convocação havia sido feita pelo vereador Roberto Djalma Barros, que por motivo de um lapso não determinou a data para o comparecimento do secretário e, dessa forma,

feirantes e as práticas sociais presentes em uma feira livre de São Paulo. Ele inicia a narrativa textual a partir da 0 hora com os fruteiros estacionando e descarregando os caminhões e encerra às 13 horas com o final da xepa. Notei que ele escreve sobre os primeiros clientes no horário das 6 horas: “Feirante esperto já tá com quase tudo montado a essa altura, quando a primeira leva da freguesia costuma chegar”. Já às 9 horas ele indica que “essa é a hora limite que aconselho a fazer suas compras”, pois a partir das próximas horas, até o encerramento da feira, a qualidade e os preços dos produtos vão diminuindo. Essa prática de comercialização no final das feiras, caracterizada pela qualidade inferior dos produtos e negociação do preço, é conhecida popularmente como xepa.

⁹³ Com relação à concorrência dos atravessadores, os feirantes denunciaram a prática de venda dos caminhoneiros que, após comercializarem seus produtos (geralmente frutas vindas de São Paulo) aos feirantes por determinado preço, estacionavam no entorno da Feira Livre para oferecer no varejo o restante da produção não comercializada. Ocorre que essa venda era feita aos moradores locais e frequentadores da feira a um preço menor do que o direcionado aos feirantes (tratava-se de uma “sobra” não comercializada). Nesse sentido, os feirantes se sentiram prejudicados e cobravam do poder público providências, reivindicando seu *status* de pagadores de tributos, ao contrário dos caminhoneiros (*O Progresso*, 25/4/1978, p. 11).

o mesmo não se apresentou naquela sessão (*O Progresso*, 30/6/1977, p. 1). Nesse sentido, vários vereadores se pronunciaram sobre a questão, reivindicando protagonismo na defesa dos feirantes, que acabaram deixando o local sem serem contemplados em suas solicitações.

A reivindicação pelo protagonismo por parte do Legislativo ainda pode ser verificada nas edições posteriores, as quais ilustraram os posicionamentos da situação e da oposição diante do Executivo. Os que defendiam a gestão do então prefeito, José Elias Moreira, afirmavam que a alta de tributos se apresentava enquanto reguladora da cobrança indevida da gestão anterior, representada por João da Câmara. Já os que se opunham à alta dos tributos criticavam a aplicação do Código Tributário vigente, o qual determinava taxas triplamente superiores às do ano/gestão anterior.

No mês seguinte, o vereador Ramão Moacir da Fonseca (que, a se julgar pela matéria jornalística, era popularmente conhecido como Dudu), segundo o texto da matéria: *Dudu consegue mais uma vitória para os feirantes*, em “um perfeito entrosamento junto ao Secretário Municipal da Fazenda”, conseguiu a redução substancial das taxas de licença cobradas dos feirantes (*O Progresso*, 10/8/1977, p. 8). Após o comunicado é possível observar as tabelas com as especificidades das diferentes taxas (produtos alimentícios, tecidos, produtos de limpeza doméstica, dentre outros) seguidas pela modalidade de atendimento dos feirantes (domingos e quintas-feiras; somente aos domingos) e ainda um comparativo entre os valores cobrados anteriormente e os corrigidos pela redução, sendo estes aproximadamente metade dos anteriores. Se, ao que parece, a equipe de assessoria do vereador Dudu preparou esse informativo (*press release*) à população e mais propriamente aos feirantes, alegando sua “luta pela nobre causa”, na edição seguinte, a equipe assessora do vereador Roberto Djalma Barros procede da mesma maneira. *Feirantes vitoriosos: vereadores contrários a alta de impostos venceram a parada* traz um texto repleto dos discursos de Barros apresentando sua versão sobre a história, com um *flashback* da problemática e dos embates ocorridos na Câmara Municipal durante as últimas sessões. Ao finalizar seu pronunciamento, alegando “vencer a luta em defesa dos feirantes”, agradece a alguns companheiros de mandato e enaltece seu “público-alvo”: “Esta luta não foi só minha, foi de Aniz Faker, Valdenir Machado, Nilson Vieira de Matos, Joel Pizzini, Daniel Nóia, do vereador Celso Muller do Amaral, **e principalmente dos feirantes de Dourados**” (*O Progresso*, 12/8/1977, p. 9, destaques meus). Não há como não notar que o nome do vereador Ramão Moacir da Fonseca não consta nessa lista, evidenciando, claramente, as disputas do mercado simbólico em sua esfera política existentes na Câmara Municipal, representadas naquele momento pelo poder de ordenamento do espaço e das práticas laborais dos feirantes.

Outro elemento ordenador do espaço da Feira Livre apresentado pela administração pública municipal foi a banca-padrão. Visando padronizar a disposição e a aparência das bancas, a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio expôs aos feirantes e aos frequentadores da Feira Livre, num domingo, um modelo de banca a ser utilizado. De estrutura metálica, cavaletes apoiando um tampão no qual os produtos comercializados seriam expostos e com cobertura de lona, a banca-padrão mereceu destaque n' *O Progresso*, com sua fotografia ocupando grande parte da página na qual foi inserida (*O Progresso*, 27/9/1978, p. 3).

Figura 2 - Proposta de banca-padrão para a Feira Livre (1978)



Fonte: *O Progresso*, 27/9/1978, p. 3.

Notei que algumas bancas em uso que aparecem nessa mesma fotografia também possuem a estrutura metálica em forma de cavaletes e cobertura de lona, e que, aparentemente, divergem da banca-padrão apenas no tamanho e na estética da apresentação. No entanto, é possível que a administração pública tivesse como objetivo padronizar a ocupação do espaço reservado a cada feirante e ainda, que a banca-padrão fosse utilizada por todos os comerciantes da Feira Livre, ocorrendo em um projeto que destacaria aquela gestão nesse âmbito. Inclusive, na mesma semana do lançamento do equipamento, a prefeitura fez um comunicado, em nome dos feirantes, convidando os serralheiros interessados em fabricar a banca-padrão para se inscreverem junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio (*O Progresso*, 29/9/1978, p. 11). Não foi possível aferir a efetividade do uso, nem mesmo a adoção da banca-padrão pelos feirantes, pois a fonte analisada não demonstra tal fato nas edições posteriores. No entanto, é de se presumir que tal projeto não foi, de fato, implementado, a se julgar pelo

pronunciamento do secretário responsável pela pasta Agricultura, Indústria e Comércio nove meses após a apresentação do projeto. Alegando “crise financeira e política da municipalidade”, além da suspensão do crédito bancário, afirmou em entrevista que:

[...] os feirantes teriam muitas dificuldades para a aquisição das novas barracas padronizadas. Embora muitos dos feirantes estão pressurosos de como farão para dispender os recursos necessários para construção das novas barracas padronizadas, orçadas em torno de sete a oito mil cruzeiros, principalmente os de baixo poder aquisitivo. Contudo, o projeto não prevê este saldo, o lado humano da situação (*O Progresso*, 19/6/1979, p. 3).

Em paralelo a esse cenário, outra tentativa de regulamentar o funcionamento da Feira Livre de Dourados foi noticiada juntamente com a recorrente possibilidade/necessidade de transferência de local. Tratou-se da *Minuta de legislação sobre Feiras Livres*, projeto encampado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio. Mesmo com a chamada de capa *Feira-Livre de Dourados deverá ser transferida*, a matéria diz respeito ao conteúdo dessa legislação, que, de acordo com a matéria, não apontava a mudança da Feira Livre da rua Santa Catarina, mas sim a possibilidade de criação de novas feiras nos bairros, “de acordo com a densidade da população e interesses dos feirantes e Administração Municipal” (*O Progresso*, 9/2/1979, p. 9). O documento, que na ocasião estaria tramitando pela Assessoria Jurídica da Prefeitura,

[...] consta de 49 artigos e compreende todos os requisitos e meios de funcionamento da feira-livre para Dourados. Fala da criação de novas feiras-livres, institui as exigências para o funcionamento na ordem sanitária e legal; as disposições das instalações e horário de feirantes e funcionários; sistemas de comercialização e outros aspectos de extrema importância para os consumidores e feirantes. [...] A partir de então, as feiras-livres serão planejadas e supervisionadas pela Secretaria, que organizará a planta baixa do local e estabelecerá o número de feirantes de cada categoria. Devendo ainda, controlar todas as atividades dos feirantes, objetivando sanar uma série de problemas normais da feira-livre de Dourados, localizada na rua Santa Catarina (*O Progresso*, 9/2/1979, p. 9).

Interessante observar que, ao que parece, esse projeto não foi apresentado e debatido via Legislativo municipal, ao menos posso afirmar que este fato não foi publicizado através do jornal *O Progresso*, visto que as atas das sessões eram publicadas semanalmente no periódico nesse período. Fora isso, esporadicamente, com o título *Notícias da Câmara Municipal de Dourados* também eram retratadas as discussões realizadas e as deliberações dos vereadores, que nesse período, em específico sobre a Feira Livre, trataram de assuntos relacionados à limpeza do local e a fiscalização dos produtos, sobretudo a carne.

Uma matéria de agosto de 1979 chamou-me a atenção para a leitura: *Feira Livre de*

Dourados – uma das maiores do Brasil. Notei que, apesar de não estar assinada nem publicada em alguma coluna específica, a se julgar pela narrativa em terceira pessoa de um frequentador assíduo da feira e, além disso, conhecedor de outras feiras no país, inclino-me a sugerir que se trata de uma matéria “de autoria do jornal” (como num editorial) ou de responsabilidade de um dos redatores, ou ainda, quem sabe, da própria redatora chefe Adiles do Amaral Torres. Além do texto, há uma fotografia que apresenta a Feira Livre da rua Santa Catarina em sua fase final de funcionamento, na qual é possível observar aspectos estruturais tanto da feira, como também dessa parte da cidade.

Figura 3 - Matéria jornalística sobre a Feira Livre (1979)



Fonte: *O Progresso*, 16/8/1979, p. 10.

Apesar de acreditar que o colaborador tenha usado certo exagero em sua narrativa quando afirmou que a Feira Livre de Dourados era uma das maiores que conhecia no Brasil (a não ser que conhecesse poucas), de fato, é possível perceber um espaço bastante movimentado por pessoas que transitam pela rua e por entre as bancas e que, segundo o texto, têm à disposição

uma diversidade de produtos, desde gêneros alimentícios até vestimentas. Alguns elementos da fotografia que apresentam essa parte da cidade no final da década de 1970, entendidos como representantes do progresso na localidade, são os postes para fornecimento de energia elétrica (de um só lado da rua) e as construções em alvenaria com segundo pavimento.

Outra informação interessante que a fonte revela é a de que o funcionamento da feira se estendia por mais de uma quadra e não somente entre a avenida Presidente Vargas e a rua João Rosa Góes. Isso se deve ao fato de que o cenário principal, o qual observo nesse registro fotográfico, está localizado entre a avenida Presidente Vargas e a rua João Cândido Câmara. De acordo com informações de Alceu de Aguiar Quadros, realmente a feira era muito frequentada nessa época, já que não havia na cidade a diversidade de locais que oferecessem produtos de uso no cotidiano, sobretudo gêneros alimentícios, como atualmente.

Outro elemento que ele apresenta como importante está na questão social, a Feira Livre era um ponto de encontro entre os frequentadores e, além disso, “fazer a feira” era um costume entre os moradores, costume esse cada vez menos vivenciado na contemporaneidade. Ao observar a imagem acima, Alceu se lembra de que, na esquina da próxima quadra (sentido oeste, ou seja, rua João Rosa Góes), do outro lado da via, havia pequenos boxes nos quais eram vendidos alimentos prontos para consumo na própria feira, como os populares pastel e garapa. Nas extremidades da feira e nas ruas adjacentes muitas vezes se estabeleciam os vendedores ambulantes (não feirantes) que comercializavam seus produtos de maneira “não oficial”. Identifica também um dos edifícios visualizados como sendo o que abrigava o escritório do advogado criminalista Isaac Duarte de Barros Junior, falecido em 2013 (cf. informações obtidas através de conversa informal em 20 ago. 2021). Atualmente em um dos edifícios funciona o Cartório do 4º Ofício (Cartório Zanatta) e o outro, mais próximo à esquina da avenida Presidente Vargas, foi reconfigurado arquitetonicamente como uma galeria comercial.

As memórias de Ilson Boca Venâncio, contemporâneo de Alceu de Aguiar Quadros, também ajudaram-me a compreender os vários aspectos físicos e simbólicos da Feira Livre da rua Santa Catarina. Sua abordagem pessoal revela detalhes desse espaço, próprios de um morador dessa região da cidade naquele momento, além de frequentador e observador das práticas comerciais e sociais na Feira Livre nos diversos espaços que essa ocupou.

Quando me mudei para a Rua Paraíba [atual rua Firmino Vieira de Matos], a feira desceu para a Rua Santa Catarina. A feira começava em frente ao Grupo Escolar Joaquim Murtinho, onde eu estudava, sendo seu percurso obrigatório para mim, eu ia e vinha pela mesma calçada da escola. No terreno onde foi construído o Fórum, havia vários pés de cedro, e ainda hoje resta um! Era na sombra daquelas árvores que ficavam as carroças e animais. A feira tinha o percurso de duas quadras, até a Rua Sergipe [atual rua João Rosa Góes], onde

na esquina havia outro terreno baldio, local em que ficava guardada as bancas. [...] Do outro lado da rua, havia com destaque, o primeiro comércio de alimentação, onde os feirantes Yossi Myagui, Seikiti Myagui, Kio Kanashiro, Massa Kanashiro, com a ajuda das filhas Noemia e Margarida Myagui, montaram um quiosque para vender espetinho com mandioca, salgados e o cafezinho e até uma cachacinha “esquenta peito” que era servida discretamente para atender aos feirantes em tempos de frio e chuva. Esse local acabou se transformando em ponto de convergência para quem saía dos bailes nos clubes da cidade. Assim se tornou hábito aos passeantes noturnos, em final de festas irem à feira para comer espetinho com mandioca amarelinha, e tomar cafezinho (in *folha de dourados*, 23/12/2021).

2.4. Mudanças na cidade, mudança da feira: contexto e antecedentes da transferência da Feira Livre para a rua Cuiabá

A imprensa local demonstra que a ideia da mudança da Feira Livre para a rua Cuiabá começa a se estruturar no segundo semestre de 1979. No entanto, no ano anterior é noticiada uma *Pesquisa na feira-livre* (título da matéria). “O levantamento destina-se a uma tomada de posição quanto à real localização da feira”, apontou o direcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio. Além disso, paralelamente, foram realizadas algumas ações fiscalizadoras: vistoria de documentação de feirantes e fiscalização sanitária no ambiente da Feira Livre (cf. *O Progresso*, 19/5/1978, p. 3). Penso que a questão da “real localização”, apontada como objetivo da pesquisa, vem ao encontro do contexto de ampliação da oferta da feira para mais de uma quadra na rua Santa Catarina (conforme outras fontes indicaram), diferindo da proposta inicial. Nesse sentido, apesar da fonte não indicar no texto uma possível mudança de local, arrisco a hipótese de que a administração pública começava a pensar um projeto para a transferência da feira livre para outro lugar ou, ao menos, se convencia sobre a necessidade de melhor estruturar o local em que a feira estava funcionando naquele momento.

Em setembro de 1979 algumas medidas passam a ser implementadas pela equipe da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio: planejamento da organização e estruturação do local com previsão de calçamento dos canteiros centrais, construção de calçadas laterais e sanitários, instalação de rede de água e pintura do asfalto. Além disso, um levantamento sobre os feirantes foi realizado, segundo a matéria publicada, com o intuito de se obter subsídios para a intensificação da fiscalização, “tanto em relação ao pagamento dos impostos, quanto à qualidade dos produtos comercializados, e o cumprimento de preceitos higiênicos”. Outras medidas foram previstas, como o controle da quadra, metragem da barraca e número de bancas de cada feirante, tendo como objetivo, segundo a secretaria responsável,

protegê-los da “concorrência de comerciantes eventuais, ou seja, aqueles que mesmo não pagando os impostos, vez por outra comparecem à feira”.

Para a questão do atendimento realizado pelos feirantes, planejou-se a oferta de um curso de venda e higiene, a ser ministrado pela Associação Comercial e Industrial do município. Por fim, o quesito segurança também foi contemplado nesse projeto, sendo solicitado, junto à Polícia Militar, o aumento do efetivo nos dias de funcionamento da feira (quintas-feiras e domingos) (cf. *O Progresso*, 28/9/1979, p. 2). Porém, ao que parece, alguns feirantes não receberam essas proposições de forma passiva. Os descontentamentos são apontados nas edições posteriores, contendo essas, reclamações com relação aos “privilégios concedidos a alguns”, referindo-se ao que chamaram de bancas ilegais, ou seja, alguns feirantes, “por razões desconhecidas”, não estariam pagando pela licença de comercialização, “criando um clima de disparidades de direitos e deveres”. Mostrando-se descrentes em relação à implementação das melhorias planejadas pela administração pública, a maioria revelou-se contra a mudança da Feira Livre para a rua Cuiabá (cf. depoimentos das feirantes Nair Martins e Iolanda Bergali in *O Progresso*, 7/11/1979, p. 7). A se julgar pelo posicionamento do vereador Aniz Faker, opositor ao prefeito, exposto na coluna *Dicas* assinada por Cícero Faria, poderia haver também um receio do Executivo municipal com relação à possível repercussão negativa que a alteração do local da feira pudesse evidenciar em âmbito eleitoral.

Para o vereador Aniz Faker a mudança da feira-livre para outro local mais apropriado é um fato difícil de acontecer, muito embora particularmente seja favorável à medida. Lembrou o opositor que "desde os tempos que o Vivaldi era prefeito (1965) falava-se nisso, porém ninguém teve peito ainda de mexer com os feirantes". A preocupação maior dos prefeitos que pensaram no assunto, sempre foi a repercussão negativa eleitoralmente no caso dessa mudança (*O Progresso*, 10 e 11/5/1980, p. 3).

Apesar do ano de 1979 se encerrar sem que tivesse ocorrido a mudança da Feira Livre para a rua Cuiabá, e sem que os melhoramentos planejados pela administração pública fossem implementados, permanecendo os embates entre feirantes e poder público local divulgados na imprensa, um novo documento foi aprovado no município, tendo como intenção o disciplinamento das atividades urbanas e, dentre essas, a Feira Livre. Tratou-se do novo Código de Posturas do Município, sancionado pela Lei nº 1067, de 28/12/1979, dispondo sobre as relações entre poder público municipal e munícipes “no que se refere à higiene e bem-estar da comunidade, aos costumes, à segurança e ordem pública”⁹⁴. O capítulo V do documento foi

⁹⁴ O município também aprovou a Lei nº 1040/79 nesse contexto. Tratou-se da regulamentação do zoneamento do uso do solo urbano e o sistema viário. Segundo Calixto (2008, p. 35, em nota de rodapé): “Essa lei resultou do

dedicado às Feiras Livres, sendo composto por quatro artigos, os quais transcrevo (feitas algumas correções ortográficas no texto):

Art. 219. Com o objetivo de estimular a venda direta ao público consumidor, de produtos hortigranjeiros e outros gêneros alimentícios, pelos respectivos produtores e lavradores, poderão ser organizadas feiras livres a título precário sob permissão, controle e fiscalização da Prefeitura.

Art. 220. Os produtores agrícolas e lavradores que quiserem obter permissão para vender seus produtos nas feiras livres, obrigam-se a matrícula na Prefeitura, que manterá, para esse fim, o Cadastro de Atividades em Feiras Livres.

Art. 221. A organização, classificação, localização, horário, condições de higiene, ordem, disciplina, controle, fiscalização, permissão e matrícula dos feirantes, infrações, penalidades e demais requisitos relativos ao funcionamento das feiras livres, serão regulamentadas pelo Poder Executivo. Parágrafo Único - Às infrações e disposições regulamentares das feiras livres não será cominada a multa inferior a dez "UPF".

Art. 222. As feiras livres serão extintas no todo ou em parte pelo Prefeito, quando:

I - a expansão e o atendimento dos centros e mercados municipais dos abastecimentos forem suficientes para a população do município;

II - o interesse público e justificar; ou

III - a necessidade de trânsito o impuser (Código de Posturas do Município de Dourados, 1979, p. 47-48).

O documento deixa claro o papel centralizador do poder Executivo no que se refere à instalação, organização, fiscalização e controle da Feira Livre e das atividades dos feirantes. Há ainda outros momentos em que a feira é citada, como por exemplo, com relação à higiene pública (obrigação do poder Executivo colocar *containers* para a coleta de lixo); com relação às peixarias (obrigatoriedade da venda desse produto ocorrer em carros ou câmaras frigoríficas); e com relação à ocupação das vias e logradouros públicos (a necessidade de licenciamento para as barracas móveis, instaladas em dias, horários e locais determinados pela prefeitura e a precedência aos feirantes, dentre outros profissionais da área agrícola, em se instalar em centros e mercados municipais regulamentados pelo Executivo).

Considerando o contexto regional político-administrativo é importante entender que, a partir da segunda metade da década de 1970, e mais propriamente início da década de 1980, Dourados experimentou novo crescimento populacional, marcado também pela migração do campo para a cidade e por mudanças no espaço urbano, conforme apontam os trabalhos de Calixto (2000), Silva (2000), Musculini (2012), Pereira (2013) e Santos (2016)⁹⁵. Alterações de

trabalho da equipe do arquiteto e urbanista Jaime Lerner, ou seja, das propostas do Plano de Complementação Urbana (1978)".

⁹⁵ "Na primeira metade da década de 1970, a população rural era maior que a urbana, se invertendo na segunda metade" [da década de 1970] (PEREIRA, 2013, p. 62). A autora citada, utilizando os dados estatísticos presentes no documento *Estudo Socioeconômico de Dourados* (s. d.) aponta a seguinte evolução demográfica: 1974: 69.179 (população rural) e 33.773 (população urbana); 1975: 52.769 (população rural) e 55.770 (população urbana); 1977:

aspectos físicos da área central (sobretudo relacionados à pavimentação asfáltica, saneamento básico, energia elétrica e telefonia), aumento das atividades comerciais e imobiliárias e oferta de serviços de lazer e educação marcaram esse período⁹⁶. Maiores volumes de investimentos, equipamentos urbanos e ofertas de emprego são apontados por Silva (2000, p. 137) como elementos que proporcionaram a Dourados consolidar-se como principal centro urbano da economia regional. Novas formas de morar também são citadas por Calixto (2008, p. 33-34) como elementos redefinidores do acesso e utilização do espaço urbano, tendo como representativos o papel da porção norte da cidade com seus loteamentos e o processo de verticalização das unidades residenciais. Silva (2000) contextualiza também a forte intervenção estatal federal no contexto urbano.

O processo de urbanização de Dourados, que ganhou grande intensidade nesse período em função da mecanização e esvaziamento demográfico do campo, passou, por outro lado, a ser balizado e a se tornar crescentemente dependente dos investimentos federais que sustentaram parcela ponderável do crescimento da cidade nessa etapa (SILVA, 2000, p. 76).

Já Calixto (2000) acrescenta que o crescimento populacional advindo de processos migratórios acabou por se tornar um problema de ordem pública, visto que tal crescimento populacional

[...] significou uma enorme sobrecarga para o município, isso porque, entre outros fatores, essa parcela significativa do contingente vindo do campo, embora demandasse por serviços públicos, não se tornou contribuinte, pois não se inseriu no mercado formal de trabalho (CALIXTO, 2000, p. 54).

Nesse sentido, os recursos provenientes do governo federal, apesar de colocarem Dourados numa categoria de dependência financeira e política, foram importantes para desenvolver o município, garantindo significativa melhora na oferta de serviços públicos e elevando Dourados a polo urbano e papel protagonista no cone sul do estado (SILVA, 2000, p. 77)⁹⁷.

46.646 (população rural) e 76.647 (população urbana); 1979: 43.675 (população rural) e 96.378 (população urbana). Silva (2000, p. 137) indica que em 1980 a população de residentes na cidade era composta por 79,6% do total. De acordo com Luciano (2006, p. 55), essa porcentagem de residentes na cidade era representada por 84.849 habitantes, sendo que a totalidade correspondia a 106.493 habitantes.

⁹⁶ Com relação ao fornecimento de energia elétrica, até a metade da década de 1970 somente 20% da cidade era iluminada, mas já se captavam sinais da TV Morena, afiliada da Rede Globo (LUCIANO, 2006, p. 47). Nos aspectos de lazer e educação destaco a construção da Praça Mário Corrêa, que incluía em seu espaço a Biblioteca Vicente de Carvalho, e a criação do Centro Pedagógico de Dourados (CPD, pertencente à Universidade Estadual de Mato Grosso), ambas ocorridas em 1970, segundo Pereira (2013). Em 1976 é criada a Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados (SOCIGRAN), instituição privada voltada ao ensino superior.

⁹⁷ Cabe ressaltar que Pereira (2013) apresenta algumas ações federais importantes nesse contexto: o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), cuja meta principal foi a construção de uma rede rodoviária interligando os principais municípios da região, como também a construção de silos, armazéns e frigoríficos; o

O contexto político-administrativo também precisou ser reconfigurado, pois, “para solicitar recursos de Brasília, era necessário que a Prefeitura dispusesse de um mínimo de capacidade técnica para elaborar projetos que envolviam certa complexidade” (SILVA, 2000, p. 141). E Dourados, até o final da década de 1960, não possuía um corpo técnico administrativo que pudesse atender às novas demandas que se colocavam, limitando-se sua estrutura organizacional principal ao prefeito, um secretário geral e a um praticamente escasso quadro de técnicos capacitados. Silva (2000) ainda explica que:

A superação desses obstáculos iniciou-se com a aprovação da Lei nº 734, de 28 de setembro de 1970, que implantou uma nova organização administrativa na Prefeitura Municipal. A partir dessa legislação, foi ampliada a estrutura administrativa com a criação de quatro Departamentos especializados (Finanças, Obras Públicas, Educação e Cultura, Saúde e Promoção Social), além de uma Assessoria Jurídica (SILVA, 2000, p. 141).

Ao poder Executivo também foi permitida, através dessa lei, a contratação de empresas e profissionais externos especializados para a execução dos planos e programas municipais, caso não houvesse recursos humanos e materiais disponíveis na cidade.

Esse processo foi sobremaneira impulsionado em 1977, quando, na gestão do Prefeito José Elias Moreira, foi realizada uma profunda reestruturação administrativa e promoveu-se um intenso esforço de dotar o poder executivo de quadros técnicos mais qualificados. A reforma administrativa estabelecida pela Lei 964, de 20 de abril de 1977, transformou os Departamentos em Secretarias mais autônomas, ao mesmo tempo em que aprofundou a divisão do trabalho interno da Prefeitura através da criação de diversas novas Secretarias. [...] A deficiência de pessoal especializado na administração pública municipal foi amenizada com a importação de técnicos de outros centros (Campo Grande, Cuiabá e São Paulo). A Prefeitura foi dotada pela primeira vez de um conjunto diversificado de profissionais especializados (engenheiros, arquitetos, médicos, pedagogos, etc.) (SILVA, 2000, p. 141-142).

Nesse sentido, com as reformas administrativas, o poder público municipal concentrou seus esforços no estabelecimento de parcerias com o governo federal no sentido de viabilizar recursos para atender à necessidade de implantação de equipamentos urbanos, principalmente financiada pelas intervenções federais nesse período.

Entre os vários projetos federais que, em alguma medida, beneficiaram Dourados, destaque o projeto CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada) e o Plano de

Plano Experimental de Desenvolvimento Social e Comunitário para a Região Centro-Oeste (PLADESCO), cujo objetivo era estruturar e qualificar a mão de obra regional através da educação e o Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN), no qual o objetivo foi desenvolver o potencial agrícola da região. Sobre o PRODEGRAN, Santos (2016, p. 65) afirma que “vigorou de 7 de abril de 1976 a 31 de dezembro de 1978 e foi o primeiro projeto do Governo Federal diretamente para a cidade de Dourados e região. A nomenclatura ‘Grande Dourados’ foi criada durante a elaboração desse projeto e visava definir a abrangência tanto para a área rural como para as cidades circunvizinhas”.

Complementação Urbana para Dourados. Santos (2016) faz, em sua tese, uma análise criteriosa sobre os dois projetos, mencionando sua relevância para o município. O projeto CURA, lançado em 1978, tinha como objetivo dotar de infraestrutura e equipamentos as regiões que estavam inseridas no contexto urbano da cidade, mas que, no entanto, eram desprovidas desses recursos (SANTOS, 2016, p. 70). Como um dos projetos mais significativos para a estruturação do espaço urbano de Dourados, o CURA concentrou-se nos aspectos relacionados a pavimentação e drenagem pluvial, na área central e nos principais bairros, a fim de sanar também o “antigo e onipresente problema”, a erosão em algumas vias de tráfego da cidade (SILVA, 2000, p. 154). Inclusive a rua Cuiabá (mais propriamente no acesso à atual rua Liberdade) recebeu uma grande obra estrutural nesse mesmo ano. Tratou-se da construção de uma galeria celular para captação e despejo das águas pluviais no lago do parque Arnulpho Fioravante (cf. legenda da fotografia 5 in SILVA, 2000, p. 144).

Como exigência do governo federal para justificar a necessidade e a viabilização do projeto CURA, o Plano de Complementação Urbana foi contratado pela administração pública municipal e elaborado pelo escritório de arquitetura e urbanismo de Jaime Lerner, ficando, dessa forma, mais conhecido como Projeto Lerner (SANTOS, 2016, p. 72). Cabe destacar, nesse ponto, que, em meio ao contexto histórico que antecedeu a criação do estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande também recebeu projeto urbanístico elaborado pelo escritório Lerner. Calado (2013) faz uma pequena análise do cenário estadual naquele contexto.

As cidades se preparavam para fazer parte do “novo” estado; se Campo Grande fosse a futura capital, Dourados seria a segunda cidade do estado. O tão alardeado “progresso” chegava por vias legais, e o tão requerido “desenvolvimento” dos anos de Ditadura Militar poderia ser efetivado (CALADO, 2013, p. 67).

Já Calixto (2000) destaca o Projeto Lerner como um relevante instrumento de intervenção na cidade, mas que, no entanto, servia à nova lógica econômica que se apresentava naquele momento. “Ele continha em seu bojo a preocupação de equipar a cidade, visando atender à nova realidade imposta pelo novo ciclo econômico da agricultura agroexportadora, embora tentasse se justificar pela necessidade de solução de problemas sociais” (CALIXTO, 2000, p. 186). Nessa mesma esteira, penso ser igualmente importante registrar a crítica de Calado (2013) ao projeto implementado em Campo Grande.

Quando Jaime Lerner, antes de 1977, elaborou seus projetos para uma cidade que se transformaria em capital, levou em conta os fluxos, a posição dos bairros com relação ao centro, a centralização do poder, a verticalização das moradias etc. Não projetou a cidade para a população, mas para o desenvolvimento, encarnando as propostas que vieram dos anos de Ditadura

Militar (CALADO, 2013, p. 85).

Apesar do projeto urbanístico de Jaime Lerner inclusive ter dado destaque político ao engenheiro agrônomo e então prefeito José Elias Moreira, levando-o a ser identificado no imaginário popular como promotor de grandes obras estruturais em Dourados, houve críticas por parte de alguns membros do Legislativo, alegando esses que a contratação do escritório de Jaime Lerner havia sido um equívoco, visto que “Dourados não era cidade grande para esse tipo de intervenção e o dinheiro deveria ser utilizado em outras necessidades na cidade” (cf. SANTOS, 2016, p. 74). Em meio à desaprovação de alguns vereadores e às notícias esperançosas pelos recursos financeiros veiculadas pela imprensa local, o Projeto Lerner teve seu efeito inicial observado na primeira das quatro etapas do Projeto CURA no final de 1979 e seus desdobramentos foram observados na cidade com as obras estruturais a partir de 1980 (SANTOS, 2016, p. 80)⁹⁸. Cabe notar que, para além das intervenções propostas pelos projetos CURA e Lerner, Santos (2016) aponta em sua pesquisa as diversas modificações pelas quais o contexto urbano de Dourados passou nas décadas de 1970 e 1980, como a instalação do Terminal Rodoviário, a criação dos conjuntos habitacionais através do Banco Nacional de Habitação (BNH’s 1º, 2º, 3º e 4º Plano), as ações destinadas aos parques e outros espaços de lazer urbano e as questões relacionadas à mobilidade urbana. Nesse sentido, é possível inferir que Dourados representava, naquele contexto, uma “cidade em expansão e modernização”⁹⁹.

Essas ações também puderam ser visualizadas nas edições do jornal *O Progresso* que divulgaram matérias referentes à 19ª Exposição Agropecuária e Industrial de Dourados (EXPOAGRO), a qual contou com a presença e discurso do governador Marcelo Miranda em sua abertura e encerramento. Numa clara propaganda da gestão pública municipal, o leitor pôde conhecer ou, a depender do público, admirar os projetos desenvolvidos pelo Executivo municipal:

Como nos anos anteriores, a Assessoria de Imprensa em trabalho conjunto com as Secretarias Municipais, através de fotografias, maquetes, painéis e folhetos, estará enfocando aspectos atuais e obras realizadas na Administração José Elias Moreira. Ao visitar o “stand” da Prefeitura, o douradense poderá ver a transformação que vem sofrendo o Município com a cidade se revestindo de um novo visual urbanístico, com a implantação de mais de 450 mil metros

⁹⁸ Cabe notar que, das quatro etapas estipuladas para o projeto CURA, apenas as duas primeiras, de fato, foram concretizadas (SANTOS, 2016, p. 73). Outro dado interessante relacionado ao Plano de Complementação Urbana diz respeito à previsão do aproveitamento da rua Santa Catarina para fins de recreação, com o favorecimento da instalação de atividades culturais, de ensino, clubes, entre outras que estimulassem as práticas sociais da população (SILVA, 2000, p. 145). Ressalto que nenhum dos projetos menciona em seu texto a Feira Livre, em específico.

⁹⁹ Referência a parte do título do 1º capítulo da tese de Santos (2016): *Cidade em expansão, modernização de Dourados nos anos 70*.

quadrados de asfalto, aproximadamente 60 quilômetros de galerias de captação de águas pluviais, o que vem eliminando sensivelmente o barro acumulado nas artérias durante os períodos chuvosos. Ainda na área de Viação e Obras, um aspecto similar do “stand” do ano passado deve ser ressaltado: algumas obras como o Centro Poli-Esportivo e Recreativo do BNH 1º Plano e o Centro Social Urbano, que estavam expostos em maquetes, aparecem agora em forma de fotografias, como obras concluídas. Os trabalhos nas áreas de saúde, promoção social, agricultura e educação também serão mostrados. Na saúde e promoção social aparecem o atendimento triplicado da população carente com expedição de Registros de Casamento e Nascimento, Campanha de Multivacinação, implantação de privadas higiênicas, e atendimento médico-odontológico, além dos medicamentos distribuídos gratuitamente. Além de filmes e projeção de “slides”, a área de agricultura enfocará as nossas lavouras; o Distrito Industrial de Dourados, em fase de implantação [...] Com a construção de dezesseis novos estabelecimentos, o setor de Educação e Cultura do Município também será destacado no “stand”, onde a população poderá ver o incentivo que a Administração vem dando ao ensino em Dourados diversificando a merenda escolar e oferecendo condições para lazer e recreação, através das quadras de esportes polivalentes construídas nas Escolas mantidas pela Prefeitura. O Plano de urbanização da cidade também será destacado com a exposição de um novo tipo de calçada verde, aprovado pela Prefeitura e que os munícipes poderão utilizar para urbanizar a frente de suas residências (*O Progresso*, 30/5/1980, p. 11).

Em meio à veiculação das notícias relacionadas ao contexto da aprovação do Código de Posturas do Município (1979) e os desdobramentos iniciais do projeto CURA, que em grande medida revelavam uma cidade em constante transformação em direção ao progresso e à modernidade (discurso recorrente das administrações públicas e da imprensa), o jornal *O Progresso* sinalizou, em abril de 1980, a mudança da Feira Livre através da coluna *Rotatividade*, assinada por Adiles Torres, que comunicou aos seus leitores:

Dentro de uns quarenta dias a feira livre vai mudar de local. Sim, ela será transferida para a **rua Cuiabá no asfalto**, entre as travessas das ruas Albino Torraca e João Cândido da Câmara¹⁰⁰. Terá iluminação especial, calçamento nas laterais, e as barracas serão padronizadas, tudo higienicamente organizado (*O Progresso*, 11/4/1980, p. 8, destaques meus).

Destaco a informação “rua Cuiabá no asfalto”, pois é provável que esse quesito tenha confortado os frequentadores da feira, visto que a poeira advinda do clima seco e o barro produzido nos dias chuvosos sempre foram questões problemáticas evidenciadas pela imprensa. É importante ressaltar que a rua Cuiabá e várias ruas do seu entorno haviam recebido em 1977 infraestrutura básica, sendo providas de rede de galerias de águas pluviais, pavimentação

¹⁰⁰ A edição nº 2808 informa outro ponto de localização na rua Cuiabá: entre a rua Melvin Jones e a avenida Presidente Vargas (*O Progresso*, 24/4/1980, p. 3). Já na edição nº 2934, essa nova localização da Feira Livre seria na rua Cuiabá, entre a rua Albino Torraca e avenida Presidente Vargas (*O Progresso*, 12/6/1980, p. 16), sendo essa a que de fato foi implementada.

asfáltica e guias e sarjetas (*O Progresso*, 29/7/1977, p. 1)¹⁰¹.

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio (SAIC) convocou os feirantes para a realização do cadastramento e locação de barracas, organizando-as dentro da área de abrangência da Feira Livre nos seguintes setores: 1) verduras; 2) frutas; 3) secos e molhados; 4) carnes; 5) peixes; 6) armarinhos; 7) aves (cf. *O Progresso*, 12 e 13/4/1980, p. 10). Observei, ao analisar a fonte, que essa mesma convocação foi publicada em mais 11 edições do referido periódico durante o mês de abril de 1980. A mudança da Feira Livre também foi noticiada em quatro edições (final de maio e início de junho de 1980), nas quais as ações da 19ª EXPOAGRO foram divulgadas e, dentre essas, “a mudança da feira livre, já definida, acompanhada da barraca padrão que será utilizada por todos os feirantes” (*O Progresso*, 30/5/1980, p. 11). Inclusive nas edições nº 2931 e nº 2932 é possível observar a mesma fotografia que acompanha o texto jornalístico, cuja imagem é a da exposição fotográfica realizada pela prefeitura em seu *stand* e nela está presente a barraca padrão.

Como parte integrante do processo de planejamento e organização para a mudança de endereço da Feira Livre, a prefeitura municipal abriu processo licitatório, através do Edital de Tomada de Preços nº 39/80, “visando a contratação de execução de sanitário e pavimentação dos canteiros centrais e passeios públicos” no local a ser destinado à feira (*O Progresso*, 12/6/1980, p. 16). Além disso, as edições posteriores apontaram outros preparativos, como o plantio de árvores, a construção de quatro estacionamentos, a demarcação das bancas e regularização das fichas cadastrais dos feirantes. Notei que a prefeitura convocou, através da imprensa (em sete edições publicadas no final de julho e início de agosto de 1980), o comparecimento de alguns feirantes na SAIC a fim de regularizar suas atividades de trabalho. Nessas edições é possível acompanhar a listagem com os nomes dos feirantes e seus respectivos setores. Analisando uma das edições, contei 83 nomes de feirantes que, caso não atendessem à convocação, estariam sujeitos a “medidas outras, previstas em critério adotado pela Municipalidade” (*O Progresso*, 1/8/1980, p. 4), caracterizando, dessa forma, o controle do poder público através da possibilidade de sanções. Vale ressaltar que, após a realização do cadastramento inicial ocorrido em abril de 1980, a prefeitura contabilizou um total de 240 feirantes (*O Progresso*, 27/6/1980, p. 2).

¹⁰¹ Ressalto que, na data dessa publicação, o prefeito que administrava Dourados era José Elias Moreira, inclusive a notícia faz menção ao seu nome, além de constar uma fotografia sua. No entanto, ao que parece, a problemática do manejo das águas pluviais na rua Cuiabá era recorrente, já que, segundo Luciano (2006, p. 87), o ex-prefeito João da Câmara (1967-1970 e 1973-1977) foi responsável por “uma grande obra de galerias e arrimo na Rua Cuiabá para conter as águas das chuvas que formavam uma erosão”. Saliento que não foi possível identificar, através da publicação de Luciano (2006), em qual gestão de João da Câmara ocorreu essa obra.

A vencedora da concorrência pública acima citada, a empreiteira Cobel, ficou responsável pela estruturação do espaço que compreendia a

[...] recuperação das bocas de lobo (agora com fixação de grades de ferro, a fim de permitir uma maior captação de águas pluviais), pavimentação dos passeios públicos (canteiros centrais e calçadas) e ainda construção de sanitários, sendo três masculinos e três femininos, além de lavatórios para os vendedores (*O Progresso*, 27/6/1980, p. 2; *O Progresso*, 5 e 6/7/1980, p. 1).

Interessante notar que a imprensa local apresentou a mudança da Feira Livre para a rua Cuiabá, na maioria das edições, na perspectiva do poder público municipal. A julgar pela análise dessa fonte, o posicionamento de feirantes ou de frequentadores da feira aprovando ou desaprovando tal ação foi relegado a segundo plano (encontrei somente uma matéria na qual duas feirantes dizem que a maioria deles era contra a mudança). As mais de trinta edições da *folha de dourados* que dizem respeito ao acervo de artigos publicados por Ilson Boca Venâncio e que são destinadas à temática da Feira Livre não apontam versões sobre essa questão. Nessa fonte, ao que parece, as memórias são direcionadas às diversas práticas sociais mais propriamente relacionadas à feira da rua Cuiabá. No entanto, recorro a alguns trechos das lembranças de Iracy de Aguiar Quadros sobre esse período, evidenciando que ela foi frequentadora das várias feiras de Dourados: “Essa feira... tudo que ela andou, eu andava também”, afirma. Moradora da rua Montese com acesso à rua Cuiabá a poucos metros, conviveu com a Feira Livre por décadas quase que “batendo à sua porta” nos finais de semana.

Mudamos aqui no dia seis de dezembro de 1961 [se orgulha da boa memória relacionada às datas]. Fomos os primeiros [moradores da rua]. Era só nós aqui, não tinha nada, não tinha a Joana [vizinha mais próxima], não tinha nada. [...] Não era rua, era um trieiro [caminho estreito] de bicicleta (QUADROS, 2021).

Ao ser questionada sobre como ficou sabendo da mudança da feira para a rua Cuiabá e de que forma recebeu a notícia de que a feira passaria a funcionar bem próximo a sua casa, explicou: “Lá [na feira da rua Santa Catarina] começaram a falar... a feira vai mudar, vai pra Cuiabá. [...] Eu achei bom... nossa, que beleza! Todo mundo gostou” (QUADROS, 2021).

A administração pública municipal justificou a alteração do local de funcionamento da Feira Livre apoiando seu discurso na inadequação do espaço no qual ela estava sendo realizada.

A mudança da feira-livre, atualmente localizada na Rua Santa Catarina, vai ocorrer **por estar implantada em área bem próxima ao centro da cidade** e sem oferecer as mínimas condições de comercialização, tanto para consumidores como para os vendedores dos produtos, pela falta de uma estrutura eficiente. A atual localização impede um maior controle quanto ao cumprimento dos preceitos higiênicos, e medidas de fiscalização que não permitam a ingerência de eventuais vendedores ambulantes, que vez por outra comparecem à feira (*O Progresso*, 27/6/1980, p. 2, destaques meus).

Além dessa motivação, o secretário municipal de viação e obras, Valdemir Barbosa de Vasconcelos, apontou diversos aspectos positivos para a mudança de localização da feira. Em matéria de capa intitulada *A nova Feira Livre vai ficar pronta em 60 dias*, ele defendeu essa necessidade no sentido de que fosse garantida

[...] “a plena comercialização dos produtos, com melhores condições de funcionamento”. [...] acrescentando que “os consumidores terão, com a implantação da infraestrutura, maior motivação nas compras, inclusive pelas novas medidas adotadas, que permitem maior higiene no setor”. [Além desses aspectos] a implantação dos serviços “possibilitará uma maior comodidade aos feirantes, o controle efetivo da fiscalização, além de permitir mais segurança” (in *O Progresso*, 5 e 6/7/1980, p. 1, aspas do original).

Observei que a matéria trouxe em destaque uma fotografia que apresenta trabalhadores realizando o nivelamento do solo ou a pavimentação do canteiro principal da rua Cuiabá, no trecho comprometido para ser instalada a Feira Livre.

Figura 4 - Obras estruturais na rua Cuiabá, trecho referente à Feira Livre (julho de 1980)



Fonte: *O Progresso*, 5 e 6/7/1980, p. 1.

Através da análise dessa fonte, que não está restrita aos aspectos estruturais da organização do espaço referente à implantação da Feira Livre, é interessante também compreender, ao menos em alguma medida, como estava organizada a paisagem nessa parte da cidade. Apesar de não haver total nitidez na fotografia, é possível observar alguns postes de energia elétrica, algumas casas de madeira e outras feitas de alvenaria, estruturas de madeira cercando essas casas e várias árvores, revelando elementos naturais e artificiais de uma área

não pertencente ao núcleo central urbano de Dourados, em meados de 1980.

As edições d'*O Progresso* dos meses posteriores noticiaram sistematicamente a evolução das obras do novo espaço da Feira Livre, inclusive destacando algumas visitas de vistorias com a presença do prefeito e do secretário responsável pelas obras do município. São evidenciadas nas matérias a recuperação das “bocas de lobo”, com fixação de grades de ferro, a pavimentação asfáltica de quatro mil metros quadrados de passeios públicos e o plantio de grama nos canteiros centrais, a construção de lavatórios, sanitários e de quatro estacionamentos exclusivos para os feirantes, além da demarcação numérica dos limites espaciais das bancas e a arborização do local.

A cargo da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL) ficou a instalação de dezesseis luminárias no trecho a ser instalada a Feira Livre. Além disso, em outubro, algumas edições anunciaram uma ação de normatização preconizada pela administração pública convocando os vendedores das 364 bancas cadastradas junto à SAIC ao comparecimento em reunião na Associação Comercial e Industrial de Dourados para tratarem da organização e inauguração da feira e da entrega dos cartões de matrícula contendo o número de sua banca, de acordo com o setor ao qual se vinculavam (cf. *O Progresso*, 24/10/1980, p. 2). Além desses, outros assuntos também foram debatidos, como a uniformização dos vendedores e a reforma das bancas (cf. *O Progresso*, 1 e 2/11/1980, p. 3).

Outro ponto que chamou-me a atenção relacionado ao ordenamento do espaço municipal destinado à implantação da Feira Livre foi a publicação de dois decretos pela prefeitura pouco tempo antes da inauguração do novo espaço. O primeiro, Decreto nº 125, de 4/11/1980, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, alguns imóveis urbanos que faziam limite com a rua Cuiabá e a rua Pedro Rigotti (primeira paralela à rua Cuiabá sentido sul). Os artigos 2º e 3º informam o caráter urgente da desapropriação e a necessidade dessa intervenção estatal para a “implantação da Feira Livre e outros investimentos públicos” (*O Progresso*, 6/11/1980, p. 11). Analisando as informações contidas no artigo 1º relacionadas às especificidades desses imóveis, verifiquei que se tratou de doze terrenos derivados de uma chácara denominada “nº 37”, e, com a exceção de um, todos os demais foram escriturados em 1979, sendo pertencentes a dez membros da família Libório de Alencar, totalizando esses lotes, mais de cinco mil metros quadrados de área.

De fato, alguns membros da família Libório de Alencar são conhecidos na região da Feira Livre por serem antigos moradores, sendo que alguns descendentes ainda possuem estabelecimentos comerciais naquela região atualmente. Inclusive alguns deles foram feirantes, conforme constatei na listagem de regularização de fichas cadastrais solicitada pela prefeitura,

na qual aparecem os nomes de Orlando Libório de Alencar (setor de armazinhos) e de Raimundo Libório de Alencar e Joaquim Libório de Alencar (setor de verduras) (cf. *O Progresso*, 1/8/1980, p. 4). Esses mesmos três nomes também estão listados como proprietários dos terrenos a serem desapropriados através do Decreto nº 125. E, mesmo após efetivada a mudança da Feira Livre, o município declarou outros terrenos pertencentes a essa família para fins de desapropriação. Dessa vez, três lotes que totalizaram 1.128 metros quadrados pertencentes a Antônio Libório de Alencar, que faziam limite, ao norte, com a rua Cuiabá (cf. *O Progresso*, 23/7/1981, p. 11).

Alguns textos memorialísticos indicam a família Libório de Alencar como “pioneira” em Dourados. De origem nordestina, alguns foram colonos e charreteiros, como é o caso de Francisco, João e José Libório de Alencar¹⁰². As memórias publicadas indicam que havia, na esquina das avenidas Marcelino Pires e Presidente Vargas, o ponto de charretes nº 1, o qual os “irmãos Libório” comandavam¹⁰³. De fato, concluo que a família Libório de Alencar sempre esteve, em alguma medida, ligada às questões da Feira Livre, conforme indico em diferentes contextos nesta pesquisa, estando envolvida inclusive na questão da mudança da Feira Livre da rua Cuiabá para o logradouro atual, no Jardim São Pedro, em 2016.

Retornando à apresentação e análise da legislação sobre a desapropriação dos terrenos do entorno da feira, destaco que o Decreto nº 126, de 4/11/1980, constituiu uma comissão para avaliação das propriedades a serem desapropriadas, listadas no Decreto nº 125. Essa comissão foi formada pelos seguintes cidadãos douradenses: Egídio Comin (engenheiro civil), Egon Krackecke (engenheiro agrônomo), Romulo Vieira (funcionário público federal) e Oduvaldo Carneiro (bancário). O artigo 3º do referido decreto informou que seria apurado o valor de cada um dos imóveis “para justa indenização dos expropriados ou proprietários” (*O Progresso*, 6/11/1980, p. 11). Interessante notar também que a publicação de tais decretos data de nove dias antes da Feira Livre ser inaugurada pelo poder público, levando-me a sugerir que as obras

¹⁰² Alguns artigos escritos por Ilson Boca Venâncio fazem referência a João Libório, charreteiro encarregado do transporte de produtos para a Feira Livre. A exemplo: “Em uma conversa que tive com Margarida [feirante Margarida Myagui] ela me contou que seus pais acordavam meia-noite para preparar os produtos para levar à feira [naquele momento localizada na rua Santa Catarina]. Disse que o Sr. João Libório, responsável pelo transporte de mercadorias, tinha que chegar na casa deles, às duas horas da madrugada com sua charrete, pois às três horas começava o atendimento no quiosque na feira” (in *folha de dourados*, 23/12/2021).

¹⁰³ Um dos “irmãos Libório”, Francisco Libório de Alencar, foi homenageado tendo seu nome atribuído a uma praça na cidade, localizada na junção da rua Monte Alegre com a avenida Guaicurus, na Vila Alvorada (*O Progresso*, 6/7/2012, p. 20). Com relação aos textos memorialísticos aos quais recorri, são exemplos: *N’algum lugar do passado...* de autoria de Isaac Duarte de Barros Jr. publicado no jornal digital *Dourados Agora*; *Ponto de charretes*, publicado na página do Facebook: *Comissão de Revisão Histórica de Dourados*; *Os charreteiros* (CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 97) e as memórias de Ilson Boca Venâncio sobre a Feira Livre, publicadas no periódico *folha de dourados* em 22/9/2020.

de infraestrutura não haviam sido finalizadas quando desse evento, fato esse não incomum nas inaugurações de obras públicas no país.

2.5. Enfim, a mudança para a rua Cuiabá: nova feira, velhos problemas

A semana que antecedeu a mudança da Feira Livre para a rua Cuiabá foi marcada na imprensa por matérias que apresentaram uma narrativa no sentido de prestação de contas realizada pela prefeitura municipal, evidenciando o cumprimento do Código de Posturas, sobretudo nos aspectos de organização e fiscalização dos feirantes mediante o cadastro realizado e de ordenamento do espaço com a delimitação das bancas (destinação de 6 metros para os feirantes produtores e 3 metros aos revendedores).

O investimento financeiro municipal (11 milhões e 500 mil cruzeiros) e as obras de infraestrutura já apresentadas anteriormente também foram rememoradas nas publicações. A oferta no atendimento também foi modificada: a feira passaria a funcionar a partir das 18 horas dos sábados, estendendo-se até as 11 horas dos domingos.

Uma das matérias apontou os moradores da rua Cuiabá como os grandes beneficiados, para além dos feirantes e dos consumidores, com as modificações urbanísticas realizadas (cf. *O Progresso*, 15 e 16/11/1980, p. 1). Essa mesma edição, além das duas anteriores, trouxe o convite à comunidade para prestigiar a inauguração da Feira Livre. Intitulado *Agora suas compras de final de semana ficaram mais fáceis*, o texto é acompanhado de uma fotografia (a mesma apresentada na divulgação da banca-padrão em 1978) e anuncia a nova localização, além de destacar as alterações e melhoramentos realizados via Executivo naquele espaço. Ao final da publicação, em caixa alta, há o chamamento ao público, o qual é assinado pela administração José Elias Moreira, juntamente com seu *slogan*: *Trabalhando com você* (centralizado e negrito). Interessante notar através desse *slogan* a referência e a ideia de uma gestão pública que se assemelha aos trabalhadores locais, atuando a favor e com a comunidade, mediante o trabalho em prol da cidade. E, nesse caso, a mudança da Feira Livre e as alterações estruturais que a acompanharam, além das demais obras idealizadas por José Elias Moreira enquanto prefeito, seriam implementadas juntamente com os douradenses, em favorecimento desses. Cabe mencionar ainda que o jornal *O Progresso* também foi oficialmente convidado para o evento. Quem informou foi a sua redatora chefe Adiles Torres, através da coluna *Rotatividade*, dedicada aos eventos sociais do município (cf. *O Progresso*, 14/11/1980, p. 8).

Enfim, na tarde de 15 de novembro de 1980 a Feira Livre da rua Cuiabá é inaugurada. As lembranças de Iracy de Aguiar Quadros apontam alguns detalhes do evento e desse início

da prática comercial da feira naquele local.

Eu não esqueço do dia, eu aqui na frente do bolicho né... [seu marido tinha um bolicho na rua Montese, na frente da residência da família] o Zé Elias... o dia que inaugurou, era sábado à tarde. Aquela montoeira de gente atrás do Zé Elias. Foi fogos que soltaram naquele dia. Aqueles feirantes tudo atrás dele, um carro de som, aquela festa eles fizeram. No começo era só até aqui [aponta para a esquina das ruas Montese e Cuiabá]. Era na [rua] Firmino até aqui [rua Montese]. Era só uma quadra. Mas quando foi no outro domingo, aí veio mandioca, cabrito, galinha, até aqui usaram [aponta para rua Montese] (QUADROS, 2021).

De fato, a se julgar pela cobertura da imprensa do evento e a sua repercussão, a inauguração da Feira Livre se constituiu em um dos destaques na gestão de José Elias Moreira no quesito obras realizadas¹⁰⁴. *O Progresso* dedicou uma chamada de matéria de capa, juntamente com uma fotografia do momento, além de metade da segunda página para tratar do assunto.

Figura 5 - Inauguração da Feira Livre na rua Cuiabá (novembro de 1980)



Fonte: *O Progresso*, 18/11/1980, p. 1.

¹⁰⁴ A edição comemorativa do aniversário de Dourados em 1981 apresenta uma lista de ex-prefeitos com suas respectivas biografias políticas. Ao tratar de José Elias Moreira, que exercia o mandato na ocasião, a ênfase se dá através das obras implementadas no município, reforçando o imaginário popular de um político executor e gestor de grandes obras infraestruturais. “Atual prefeito de Dourados, mineiro de Poços de Caldas, engenheiro agrônomo, pavimentou 80% da cidade e construiu galerias de águas pluviais, urbanização central e construiu inúmeras escolas rurais e urbanas, centros esportivos, sociais e urbanos e iniciou a construção do terminal rodoviário em fim do projeto CURA que é uma obra de arrojo que servirá para acompanhar a demanda do crescimento urbano. **Determinou e construiu local organizado para a feira livre.** Asfaltou as estradas para todos distritos e construiu o minianel rodoviário, entre outras” (*O Progresso*, 19 e 20/12/1981, p. 18, destaques meus).

Esse é o registro feito pelo periódico *O Progresso* na ocasião. É possível notar, apesar da pouca nitidez do material fotográfico, a cobertura de algumas bancas, além de uma considerável concentração de pessoas, sobretudo ao fundo da imagem. Além disso, a presença de árvores, entre as quais algumas parecem até mesmo nativas, denotam que a região era pouco habitada, ou seja, um tanto periférica. Através da fonte posso sugerir que houve a presença de feirantes, moradores do entorno e até mesmo de alguns curiosos que prestigiaram o evento.

A solenidade envolveu hasteamento da bandeira nacional; execução do hino nacional; corte de fita inaugural; discursos de vereadores, secretários, deputado líder do governo e vice-prefeito, sempre enfocando as temáticas: realização e entrega de obras aos munícipes, a participação do cidadão no projeto governamental e o progresso alcançado por Dourados, acompanhando o estado. Por outro lado, é importante observar que o vereador Joel Pizzini destacou em seu discurso a dificuldade da prefeitura em obter êxito na questão da mudança de local da feira, visto que, segundo ele,

[...] houve manifestação de desagrado por parte de alguns feirantes e de alguns habitantes da Rua Cuiabá, inclusive aconteceram debates na Câmara Municipal, quando ficou evidenciada a precariedade de infraestrutura na Rua Santa Catarina, onde a feira funcionava anteriormente. E hoje, estes mesmos feirantes, estão satisfeitos com a transferência. Porque ela veio acompanhada de uma série de melhoramentos (*O Progresso*, 18/11/1980, p. 2).

O representante dos feirantes na ocasião, Francisco da Silva Cunha (setor de armarinhos), também fez um pronunciamento, no mesmo estilo dos demais anteriores. Por fim, o prefeito se manifestou, reafirmando a importância da “transformação urbanística que a sua Administração realizou em Dourados: ‘a rua Cuiabá é um exemplo nítido deste novo visual do qual revestimos o Município, pois esta via pública antes era utilizada como um depósito de lixo’ [...]”. No final da matéria, estão registrados os nomes das autoridades presentes, como por exemplo, representantes de diversas instituições municipais, estaduais e privadas, líderes políticos e religiosos (cf. *O Progresso*, 18/11/1980, p. 2).

Evidenciando a relevância administrativa desse projeto e, por consequência, a projeção política do prefeito, na semana seguinte foi noticiado: *Autoridades cumprimentam José Elias*. Através de mensagens por telex, representantes dos vários poderes estaduais e federais parabenizaram o administrador municipal por esse feito. São listados e nomeados o vice-presidente da República, o governador do estado, ministros, chefes militares do exército e marinha, senadores, secretários federais e estaduais, além de alguns membros da Assembleia Legislativa (cf. *O Progresso*, 21/11/1980, p. 3). A jornalista Adiles Torres também se posiciona

ao parabenizar o prefeito: “É realmente mais bem organizada feira que conheço. [...] O douradense agora tem prazer em fazer suas compras dominicais” (*O Progresso*, 27/11/1980, p. 8).

No entanto, apesar das melhores condições oferecidas no novo local, alguns problemas antigos ainda permaneceram e foram noticiados nos primeiros anos da década de 1980. Inclusive, no mês posterior à mudança para a rua Cuiabá, foi publicado: *Nova feira ficou mais adaptada, mas preocupa moradores*. A informação é de que alguns vizinhos da feira, sobretudo moradores da avenida Presidente Vargas, reclamavam da poeira e do barro que cobriam o asfalto e eram produzidos pelos carros dos frequentadores da feira, nos finais de semana, que moravam em bairros não asfaltados. Dessa forma, recorriam à municipalidade para que efetuasse a limpeza da rua Cuiabá, onde se localizava a Feira Livre, e também das ruas adjacentes a ela. Nessa mesma matéria foi solicitado o encerramento das atividades da feira às dez horas no domingo, visto que, após esse horário, “os produtos à venda ficam um tanto quanto ‘desgastados’, com um exército de moscas tomando conta da situação” (*O Progresso*, 17/12/1980, p. 1). Por outro lado, os feirantes também faziam reivindicações, como por exemplo, pela instalação de energia elétrica em algumas bancas que ainda não possuíam esse serviço, prejudicando as atividades dos sábados à noite. A falta de fornecimento de energia elétrica a parte dos feirantes se devia ao fato de a instalação inicial ter sido feita em apenas uma das pistas da via (cf. *O Progresso*, 15/1/1981, p. 1).

Em mais uma ação de organização e normatização estrutural da administração pública no município, foram publicados três decretos regulamentando as atribuições de algumas secretarias. Com relação às feiras livres, notei que à Secretaria Municipal de Administração foi conferida a tarefa de “vigiar e fiscalizar, zelando pela segurança, pela ordem e pela observância das leis e normas regulamentares” (cf. Decreto nº 5, de 30/1/1981 in *O Progresso*, 3/2/1981, p. 9). Já a SAIC, à qual o equipamento urbano feira livre era vinculado, passou a possuir várias atribuições, mais especificamente direcionadas à Divisão de Indústria e Comércio, sendo elas:

- a - providenciar as **matrículas** dos feirantes permanentes;
- b - exigir dos feirantes **carteira sanitária** expedida pelo Centro de Saúde e comprovante de inscrição;
- c - fazer observar a **ordem, a higiene** e os horários das feiras de acordo com as disposições regulamentares e de posturas, punindo os infratores;
- d - arrecadar a **renda** das feiras livres e providenciar o seu recolhimento, ou promover o recolhimento direto dessas rendas pelos feirantes na forma regulamentar;
- e - estudar, propor e providenciar **locais** para instalação de feiras-livres e respectivos **horários de funcionamento**; em conjunto com a Secretaria Municipal de Viação e Obras (cf. Decreto nº 6, de 30/1/1981 in *O Progresso*, 4/2/1981, p. 9, destaques meus).

Observo que os itens destacados correspondem aos elementos considerados problemáticos pelos agentes públicos e pelos consumidores quanto à prática laboral dos feirantes, além do âmbito estrutural e organizacional da Feira Livre, conforme cenário que as fontes analisadas apontaram. No entanto, não posso afirmar que a partir da publicação do decreto e devido a ele foi possível sanar tais problemas. Ao contrário, percebo que alguns ainda permaneceram ao longo das décadas e podem, inclusive, ser notados no local onde a Feira Livre funciona atualmente.

Por fim, coube à Secretaria Municipal de Viação e Obras a fixação e delimitação dos locais de funcionamento das feiras livres, levando em consideração os encaminhamentos da SAIC. Além disso, à Divisão de Posturas Municipais, subordinada à pasta Viação e Obras, foi atribuída a responsabilidade pela fiscalização e recolhimento de rendas dos feirantes (cf. Decreto nº 9, de 30/1/1981 in *O Progresso*, 10/2/1981, p. 9).

Em paralelo à regulamentação dos decretos oficializados no início de 1981, alguns feirantes, sentindo-se prejudicados com relação às obrigações para com a administração pública, decidiram se organizar enquanto classe, marcando uma assembleia para a discussão de seus interesses, além da escolha de uma diretoria. Na ocasião, Gonçalo Padilha Amorim, denominado pela imprensa como “líder sem liderança de fato” dos feirantes, apontou para a necessidade de criação de uma associação, justificando a proposta por conta do “tratamento antidemocrático” ao qual eram submetidos pelo poder público¹⁰⁵. Nas palavras do feirante: "Todas as vezes que se baixam determinações sobre de [sic] como devemos atuar em nosso ramo, elas já vem prontas do poder público, e não nos dão ouvidos aos nosso [sic] anseios e dificuldades" (*O Progresso*, 7/7/1981, p. 1). A concretização e o reconhecimento público dessa associação ocorrem no ano posterior através do estabelecimento da Lei nº 1171, de 11/5/1982, ficando considerada como de utilidade pública a Associação dos Feirantes da Grande Dourados. Dessa forma, nos anos posteriores, é possível notar uma considerável atuação da referida associação em eventos sociais e políticos noticiados pela imprensa, além das várias reivindicações em defesa da classe junto ao Executivo municipal. O registro de uma importante solicitação da associação é realizado em 1984, tendo em vista a crescente onda de criminalidade

¹⁰⁵ A coluna *Carrossel* d' *O Progresso* apresenta Gonçalo Padilha Amorim como feirante e acadêmico de Ciências do Centro Universitário de Dourados (CEUD). Além disso, candidato a prefeito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na ocasião (*O Progresso*, 11/9/1981, p. 3). No ano posterior candidatou-se a vereador (*O Progresso*, 12/5/1982, p. 3). Cabe informar que o contexto político municipal naquele momento era de que o mandato de José Elias Moreira (PDS) iria até 14 de março 1983. No entanto, ele renunciou ao cargo para disputar o governo do estado. Assim, o vice-prefeito, José Cerveira (PDS), assumiu a prefeitura entre 14 de maio de 1982 e 14 de março de 1983 (cf. informações disponíveis em: <https://www.gazetams.com.br/noticia/9696/todos-os-prefeitos-de-dourados>. Acesso em 11 maio. 2022).

na Feira Livre, noticiada através da imprensa local na década de 1980. Tratou-se da implantação de um posto policial na Feira Livre com atuação de efetivo entre o meio dia dos sábados e o meio dia dos domingos. Além disso, o posto, que contava inclusive com uma pequena cela, abrigava também uma unidade da fiscalização da prefeitura e a sede da associação dos feirantes (cf. *O Progresso*, 3/8/1984, p. 3).

Outras problemáticas noticiadas nesse período estão relacionadas à manutenção dos equipamentos, sobretudo os sanitários públicos e as balanças, consideradas viciadas pelos vereadores denunciantes. Inclusive o Departamento de Pesos e Medidas, instalado pelo poder público municipal em maio de 1984, atuou nesse contexto, aferindo as balanças utilizadas pelos feirantes e, em algumas delas, constatou irregularidade. Uma das matérias publicadas ainda informa o telefone do referido departamento para que os consumidores registrassem suas reclamações (cf. *O Progresso*, 12/6/1984, p. 3).

Provavelmente fruto dos recorrentes impasses entre feirantes e poder público e, ainda, a necessidade da criação de novas feiras livres no município por conta do crescimento populacional e conseqüente formação de novos bairros, uma normatização foi publicada no início de 1986 tendo como intuito a regularização do funcionamento da Feira Livre. O Decreto nº 1, de 6/1/1986, assinado pelo então prefeito Luiz Antônio Álvares Gonçalves, foi publicado n' *O Progresso* e, devido a sua extensão, ocupou praticamente metade da página 7 do periódico¹⁰⁶. A composição do documento se configurou em 10 seções: I) Da localização; II)

¹⁰⁶ Com relação à necessidade de criação de novas feiras em Dourados, é possível notar, através de uma matéria publicada em novembro de 1986, que até aquele momento existia apenas a Feira Livre localizada na rua Cuiabá. Isso pode ser constatado pois, ao ser indagado sobre a questão da atuação de camelôs no centro da cidade, o secretário responsável pela pasta Serviços Urbanos, Hélio Congro Filho, afirmou que “o problema poderia ser solucionado com a criação de duas a três feiras em Dourados (atualmente só existe uma, que começa no sábado e termina no domingo), tendo em vista que ‘90 por cento dos camelôs também são feirantes’” (*O Progresso*, 29 e 30/11/1986, p. 2). Nesse sentido, para além da questão da existência de apenas uma feira em funcionamento na cidade naquele momento, posso sugerir que havia muitos feirantes que se dedicavam ao comércio de produtos não relacionados especificamente aos hortifrutigranjeiros. Por outro lado, é possível notar nas edições d' *O Progresso* que, durante a década de 1980, alguns vereadores reivindicaram a criação de novas feiras na cidade, sobretudo nos bairros BNH's 1º e 2º Plano. Já em meados de 1989 iniciaram-se os trabalhos na Feira do Produtor, promovida pela Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Dourados (APROHORTI), com apoio do poder público municipal. Essa feira localizava-se na avenida Marcelino Pires, entre as ruas Natal e Francisco Luiz Viegas e funcionava às quartas-feiras (*O Progresso*, 23/6/1989, p. 5). Devido ao seu grande sucesso de público e de vendas, posteriormente foi ofertada também no Centro Social Urbano (CSU) no Jardim Água Boa e, durante o ano 1990, há notícias sobre seu funcionamento no BNH 3º Plano, Jardim Flórida e no bairro Companhia de Habitação Popular (Cohab) II. Já em 1991 passou a funcionar no BNH 1º Plano e na Cohab III e em outubro de 1993 no BNH 4º Plano. O abastecimento da produção foi viabilizado através do projeto Distrito Verde, instalado no município em 1989 por meio de parceria entre produtores/feirantes e poder público municipal (1ª gestão de Antônio Braz Genelhu de Melo). “Os produtores formaram uma associação, a Aprohorti, adquiriram a área e ainda conseguiram recursos através do FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste, do Banco do Brasil, para compra de equipamentos e instalação do sistema de drenagem” (*O Progresso*, 20/11/1991, p. 5). Dessa forma, de acordo com o que foi divulgado pela imprensa, o projeto, que também pretendia atender à agroindustrialização que se iniciava naquele momento, teve como objetivo atribuir protagonismo aos pequenos produtores, eliminando os intermediários do

Da fiscalização; III) Da obrigação de cada feirante; IV) Das proibições; V) Do ambulante; VI) Da licença dos feirantes; VII) Do registro de empregados; VIII) Das infrações; IX) Das penalidades; X) Disposições finais (cf. Decreto nº 1, 6/1/1986 in *O Progresso*, 7/1/1986, p. 7). Os títulos das seções e os conteúdos das mesmas indicam basicamente normas e restrições direcionadas ao trabalho dos feirantes e ao uso do espaço da Feira Livre, sendo que, ao poder público foram atribuídas as funções de instalação e fiscalização das feiras livres, bem como a concessão de licença aos feirantes, tendo em vista, segundo o documento, a qualidade da oferta dos serviços e a conseqüente segurança dos frequentadores ao utilizar esses serviços. Tais constatações podem ser observadas em um provável *press release* publicado n' *O Progresso* na página 3, no qual consta uma abordagem geral do decreto, pontuando os elementos considerados mais relevantes naquele contexto e, em alguns momentos, enaltecendo as ações do gestor municipal quanto à ação desenvolvida:

O prefeito Luiz Antônio Gonçalves assinou decreto que visa regulamentar o funcionamento da feira livre na cidade, a fim de **oferecer maior segurança aos consumidores** na hora de adquirir os alimentos e **aos próprios comerciantes**. Os feirantes que trabalham com a venda de carne e pescado terão que seguir uma série de **exigências para comercializar os produtos**, entre elas citam-se: cada banca deverá ser de material liso impermeável e de fácil limpeza (aço inoxidável); transporte destes produtos perecíveis terá que ser em boas condições de limpeza e aprovados pela vistoria de Saúde Pública. Os peixes serão depositados em caixa plástica ou em câmara frigorífica para garantir a qualidade e manutenção da carne. O decreto proíbe terminantemente a limpeza e armazenagem de peixe no local, a não ser que o comerciante disponha de tanques apropriados para estes serviços. Toda a mercadoria que não estiver dentro dos critérios exigidos pelo decreto poderá ser apreendida pela fiscalização. A partir de agora também fica proibida a comercialização de carnes e produtos de salsicharias ao ar livre. Todos deverão estar protegidos contra a poeira e moscas. Os balcões deverão ser de metal inoxidável e será obrigatório o uso de vitrine para exposição de mercadorias cortadas. O decreto prevê ainda a proibição de venda de frutas e legumes em fatias, pedaços por [sic] descascados, para evitar a contaminação destes produtos. As aves vivas e animais de pequeno porte serão mantidos em gaiolas ou viveiros e o abate não poderá ocorrer no recinto da feira. O decreto estabelece entre outras **medidas de proteção ao consumidor**, os documentos exigidos para a obtenção de licença aos comerciantes, estipulação de taxas de locação, registro dos empregados e auxiliares junto ao setor da feira livre e as penalidades no caso de infrações dos artigos, como a suspensão por tempo determinado dos comerciantes pelo vigilante fiscal e dependendo do tipo de infração a medida deverá ser tomada pelo secretário de Agricultura, Indústria e Comércio e até pelo Prefeito /Municipal. O decreto entrará em vigor 30 dias após a sua publicação (*O Progresso*, 7/1/1986, p. 3, destaques meus).

processo de comercialização, e além disso, praticamente dobrou a produção de hortaliças e investiu, pela primeira vez, na fruticultura em escala industrial (*O Progresso*, 20/11/1991, p. 5).

2.6. Dourados da década de 1990: novos cenários urbanos, novas feiras e a crise na Feira Livre da rua Cuiabá

Num contexto histórico de redemocratização nacional e em consonância com a Constituição Federal (1988) e a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul (1989), a Lei Orgânica do Município (LOM) é promulgada em 5 de abril de 1990. Estabelecendo as normas de funcionamento da administração pública e dos poderes municipais, previu, em seu artigo 159, o Plano Diretor como ferramenta direcionada à normatização do zoneamento e da expansão urbanos em Dourados¹⁰⁷. A política de desenvolvimento e ordenamento urbanos concebida através de parte do texto da LOM norteou os projetos e ações de planejamento urbanístico públicos nos anos posteriores à sua publicação, além de determinar as responsabilidades dos poderes Legislativo e Executivo nesse contexto. Vale salientar também que, especificamente sobre as feiras, a LOM preconizava a competência privativa do município em relação à organização e oferta desse serviço aos munícipes (cf. art. 14 da LOM, 1990 in *O Progresso*, 5/4/1990, p. 5)¹⁰⁸.

Com essa grande mudança na estrutura político-administrativa municipal, é possível inferir que Dourados se projetava politicamente enquanto município autônomo, tendo como “pano de fundo” político os ideais de progresso e desenvolvimento, recorrentemente almejados pelos administradores públicos. No final da década de 1980 e início da década de 1990, o Legislativo municipal iniciava a discussão sobre a construção de um *shopping center* e de um teatro em Dourados, que contava com mais de 135 mil habitantes (LUCIANO, 2006, p. 61). Por outro lado, Musculini (2012, p. 100) aponta que, no final da década de 1990, Dourados experimentou a “desmobilização das principais agências estatais de abastecimento dos equipamentos urbanos”, referindo-se as privatizações da ENERSUL em 1997 e da Telecomunicações de Mato Grosso do Sul S/A (TELEMS) em 1999 e a adoção da gestão compartilhada entre município e estado com a Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul (SANESUL), também em 1999. Diante desse quadro, é possível perceber a

¹⁰⁷ No entanto, o projeto do Plano Diretor foi submetido ao Legislativo somente em 1996 e não seguiu para a aprovação. Na verdade, o primeiro Plano Diretor de Dourados foi publicado somente em 2003. Nesse sentido: “Ainda que a Lei do Uso do Solo nº 1.040, de 11 de julho de 1979, estabeleça a ordenação dos espaços da cidade e, dessa forma, possa ser entendida como Plano Diretor, esse termo não apareceu na legislação municipal até a Lei nº 72, de 30 de dezembro de 2003, que ‘institui o Plano Diretor de Dourados, cria o Sistema de Planejamento Municipal e dá outras providências’” (SANTOS, 2016, p. 315). O destaque feito por meio de aspas pela autora citada é referente à Lei nº 72, de 30 de dezembro de 2003.

¹⁰⁸ A versão atualizada da LOM pode ser acessada através do site da prefeitura municipal: <https://www.dourados.ms.gov.br/index.php/categoria/lei-organica-do-municipio/>. Acesso em 1º set. 2021.

[...] redução do papel do Estado no que tange à administração de serviços urbanos, ocorrendo a rápida substituição por agentes privados. O Estado tem, a partir desse momento, o papel de produtor indireto do espaço urbano, passando a intervir como agente regulador, através da legislação urbanística (MUSCULINI, 2012, p. 100).

Marina Santos (2016) narra, em sua tese, impressões pessoais sobre a área central da cidade nesse período:

Nos anos 90, eu trabalhava próximo ao centro da cidade. Lembro-me do surgimento das galerias de lojas, as ruas eram pintadas, limpas e o centro transformava-se. À medida que eu passava pelo centro via as mudanças nas ruas, a implantação das rotatórias, o surgimento de outros comércios (SANTOS, 2016, p. 172).

Calixto (2000, p. 159) também aponta mudanças estruturais no contexto urbano, salientando “a ocupação efetiva da porção norte da cidade por segmentos socioprofissionais de maior poder aquisitivo”, formando bairros como o Portal de Dourados e Jardim Europa. Além disso, na década de 1990 são criados diversos loteamentos e conjuntos sociais, como a Vila Cachoeirinha, Vila São Braz e os projetos habitacionais Canaã. Nesse sentido, diferentes grupos sociais foram contemplados nesse (re)ordenamento dos espaços de moradia em Dourados, o qual era manifestado de três formas: “o loteamento para a baixa classe média, o loteamento de autoconstrução transvestido de chácara e o condomínio fechado” (SILVA, 2000, p. 213). A cidade também é provida de outros elementos de infraestrutura pública urbana, como sistema viário e transporte coletivo, espaços para a prática de esportes e de lazer, parques e praças, conforme explorado por Santos (2016), em sua pesquisa de doutoramento.

É seguro dizer que o equipamento público urbano Feira Livre atendeu nesse período, em alguma medida, parte dessa população, antigos e novos moradores, de diferentes bairros e contextos sociais, que utilizavam esse espaço durante os finais de semana, principalmente como centro de abastecimento de produtos alimentícios para o consumo semanal, mas também como local de lazer e sociabilidades, conforme é possível observar nessa matéria d’*O Progresso*:

[...] a feira da rua Cuiabá atrai muita gente que mesmo não fazendo compras, visitam o local principalmente à noite, porque ali as barracas-lanchonetes servem muito bem e se transformam em pontos de encontro de amigos que buscam momentos de lazer após uma semana de trabalho árduo (*O Progresso*, 11/12/1991, p. 9).

Um ponto importante a se esclarecer é que, nessa época, havia várias feiras em funcionamento na cidade. No ano de 1991, além da Feira Livre da rua Cuiabá que funcionava aos sábados e domingos, os moradores podiam recorrer às feiras do produtor em alguns bairros: às quartas-feiras na Cabeceira Alegre e no BNH 1º Plano, nas quintas-feiras na Cohab II e no

Jardim Flórida I e II, nas sextas-feiras no Jardim Água Boa e nos domingos no bairro Izidro Pedroso (cf. *O Progresso*, 11/12/1991, p. 9).

Em específico sobre a Feira Livre da rua Cuiabá, no entanto, durante a década de 1990, os problemas relacionados aos preços dos produtos comercializados e, sobretudo, a venda da carne, ainda eram questões inconvenientes para a administração pública e para os feirantes. Sobre a venda de carne ao ar livre na feira, Iracy de Aguiar Quadros conta uma história bastante curiosa e que revela as mudanças nas práticas de consumo e no nível de exigência do consumidor durante o passar dos anos.

Hoje em dia tudo dentro daquele *freezer* e você ainda tem medo de pegar carne, né? [refere-se ao receio que se tem com relação à efetividade da refrigeração do produto]. Eles matavam vaca, trazia aquela metade da vaca e pendurava. Lembro de uma vez, deu uma chuvarada à tarde, aquela enxurrada... diz que carregava as peças de carne. A mulher que trabalhava aqui, né, na [rua] Cuiabá... aqui era só porco, até o córrego [córrego, na rua Liberdade] era só porco. Ela disse que a enxurrada derrubou a mesinha dela e carregou os toucinhos dela. E ela correndo atrás das peças de porco, catando... E o povo pega e leva, né? Chega em casa, lava bem, pronto. E hoje em dia? (QUADROS, 2021).

Para além dessas problemáticas, diversas matérias abordaram a problemática do tráfego de ciclistas pelo interior da feira, fato que incomodava feirantes e clientes¹⁰⁹. Em paralelo, novas solicitações de mudança de local se apresentaram, ainda em 1989. Em pronunciamento público, o prefeito Braz Melo anunciou a saída da feira da rua Cuiabá (cf. *O Progresso*, 22/2/1989, p. 3). Alguns locais foram previstos: por indicação do prefeito, no parque Arnulpho Fioravante (no qual foi prevista a construção de um barracão para várias atividades e, dentre elas, a tradicional Festa Junina e a Feira Livre) (cf. *O Progresso*, 1/3/1989, p. 14) e por requerimento verbal durante sessão na Câmara Legislativa, do vereador Ivo Cratiú da Silva, na rua Liberdade (entre as ruas Nioaque, Cuiabá e Adroaldo Pizzini), sendo essa localização estabelecida no entorno da Feira Livre então em funcionamento (cf. *O Progresso*, 29/6/1989, p. 8). Um dos feirantes entrevistados por Binelo (1999) apontou o local onde atualmente funciona o Shopping

¹⁰⁹ Segundo o regulamento da Feira Livre encontrado em alguns dos trabalhos acadêmicos pesquisados: “NÃO é permitido de maneira nenhuma entrar na feira de bicicleta andando e sim deverá empurrar a bicicleta”. A versão que se encontra anexada a esses trabalhos dá a entender que esse regulamento era válido a partir de 1990, já que um dos itens dizia respeito à apresentação de “recibo de recolhimento exercício 1989” (cf. Florenciano; Cardozo; Simão, 1995; Binelo, 1999, anexos – regulamento da Feira Livre). Notei uma publicação de artigo de opinião, redigido por José Alberto Vasconcellos, direcionada à defesa dos ciclistas. Ao rememorar suas experiências na Feira Livre “desde o tempo em que funcionava na rua Santa Catarina”, o articulista pontua que grande parte dos frequentadores da feira são moradores da periferia e que utilizam suas bicicletas para carregarem suas compras semanais. Nesse sentido, propõe, além da construção de um estacionamento para bicicletas na avenida Liberdade, uma reorganização na disposição das bancas na via pública, aumentando a largura da pista de circulação. “Seria obra de pouco investimento e de alta utilidade à numerosa classe dos ciclistas”, conclui (*O Progresso*, 29/4/2004, p. 2).

Avenida Center, cujo terreno seria destinado à instalação da Feira Livre nesse período¹¹⁰:

[...] no primeiro mandato do Braz [1989-1992], a proposta era apenas nos mudar para um terreno grande que existe próximo a rodoviária, um “grande buraco”. Não dava, o local era muito longe e perto da rodoviária, mudar para pior não vale a pena. Não foi feito nem uma proposta para melhorar alguma coisa, apenas mudar por mudar (cf. depoimento do feirante Laércio A. Pinheiro em entrevista realizada em 16 maio 1999 *apud* Binelo, 1999, anexos – entrevistas).

A questão da mudança do local também voltou a ser pauta no jogo de interesses eleitorais em 1992. A coluna *Força Rural*, assinada por Ely S. Oliveira, apresentou alguns pontos dos planos de governo (obviamente com enfoque no agronegócio) dos três candidatos a prefeito naquele pleito. Antônio Nogueira (PMDB) se disse favorável à criação de feiras em outros bairros da cidade e também à implantação de um novo espaço para a Feira Livre, “viabilizando acesso de maior número de consumidores”. Egon Krakhecke (PT) mencionou a “multiplicação das feiras livres, ampliando a comercialização direta dos produtos agrícolas”, numa clara defesa das feiras do produtor instaladas em alguns bairros da cidade. Já o candidato que acabou vencendo a eleição municipal, Humberto Teixeira (PRN), não apresentou proposta para a Feira Livre à coluna jornalística (cf. *O Progresso*, 25/9/1992, p. 20). No pleito posterior (1996), José Elias Moreira retornou à Feira Livre dezesseis anos após inaugurá-la, na intenção de angariar votos em sua segunda disputa pelo Executivo municipal (a vitória não ocorreu, pois o vencedor foi, novamente, Braz Melo). Na ocasião os feirantes queixaram-se ao candidato sobre a possível mudança da Feira Livre “para local ainda ignorado”. No entanto, José Elias assegurou que, caso fosse reeleito, somente mudanças estruturais seriam realizadas no local, além de sua ampliação (cf. *O Progresso*, 30/7/1996, p. 3).

Nesse contexto, os feirantes também reivindicavam à prefeitura, através da associação de classe, melhorias na estrutura local, sendo atendidos com o provimento de serviços elétricos e hidráulicos, instalação de sanitários e sala de administração e a demarcação de espaços das barracas (cf. *O Progresso*, 7/5/1993, p. 9)¹¹¹. Florenciano; Cardozo; Simão (1995, p. 21) identificaram através de entrevistas, além das demandas já citadas, a necessidade de segurança via polícia militar, “considerando que [os feirantes] pagam o imposto de um salário mínimo por mês”. As pesquisadoras relataram o contexto vivenciado pelos feirantes naquele momento.

¹¹⁰ Outro entrevistado, Joaquim Aleixo Sales, que na ocasião exercia o cargo de chefe de Divisão de Avaliação de Impacto Ambiental na prefeitura de Dourados, também confirmou essa informação (cf. entrevista realizada em 4 maio 1999 *apud* Binelo, 1999, anexos – entrevistas).

¹¹¹ Apesar de não constar na matéria quantas barracas estavam em funcionamento na Feira Livre, essa edição informa que cerca de 500 feirantes ocupavam aproximadamente 600 metros da rua Cuiabá entre as tardes de sábado e manhãs de domingo (cf. *O Progresso*, 7/5/1993, p. 9).

A situação até então era bastante difícil, pois para utilizarem banheiro era necessário pedir nas casas dos moradores da rua, e a água era trazida de casa em garrafas próprias ou também era pedida a moradores da rua. Em troca desse favor, ao final da feira era sempre deixada alguma mercadoria de presente para o morador (FLORENCIANO, CARDOZO, SIMÃO, 1995, p. 21).

Essa articulação comercial e social entre feirantes e moradores do entorno da Feira Livre também foi mencionada por Iracy de Aguiar Quadros durante seu depoimento.

Ninguém tinha geladeira né... nós tinha geladeira porque tinha o bolicho aqui né... eu punha baciinha de água à noite na geladeira, no congelador e vendia gelo [aos feirantes]. Coitado daquele povo com aquelas água quente. Tinha tudo torneira, mas numa hora dessa se ia pegar uma água... pega água numa torneira dessa pra você ver [refere-se à água quente que saía das torneiras em dias de calor]. Sexta, sábado e domingo era dia de eu por coisa na geladeira e fazer gelo. Pra uns eu dava, pra outros eu vendia... e trocava também né. Levava tanto de gelo e já trazia tanto de tomate (QUADROS, 2021).

Durante a segunda metade da década de 1990 novas reformas foram executadas no sistema elétrico e hidráulico e nos sanitários, sendo necessárias e justificadas, segundo o Executivo municipal, pela ação de vândalos que provocavam danos nas instalações e pela negligência dos feirantes no uso dos equipamentos (cf. *O Progresso*, 10/8/1995, p. 14).

O Legislativo também se posicionou com relação a essas intervenções, sendo que as solicitações para adequação, reforma e estruturação do local da Feira Livre se tornaram pautas nas sessões da Câmara de Vereadores durante esse período. Destaco, também, alguns registros de solicitação de isenção do IPTU aos moradores da rua Cuiabá no trecho ocupado pela Feira Livre aos finais de semana. A indicação, feita pela vereadora e presidente da Câmara Municipal na ocasião, Bela Barros (PMDB), funcionaria, segundo ela, como uma recompensa devido aos transtornos, sobretudo relacionados à locomoção dos moradores, ocasionados pela instalação da feira naquele local. Apesar de defender a compensação do morador do entorno da Feira Livre, a vereadora não acreditava que a mudança de local seria a solução mais viável para a questão e, nesse sentido, Bela Barros afirmou que: “A isenção do IPTU seria uma forma de recompensá-los, visto que a população [da cidade] é beneficiada em detrimento de seu bem estar [refere-se ao bem-estar dos moradores da rua Cuiabá]” (*O Progresso*, 11/4/1997, p. 4)¹¹². Ou seja, “dos males, o menor”: uma pequena parcela dos cidadãos não pagaria o imposto (por conta dos “malefícios” que a feira oferecia estando na rua Cuiabá) em favor de um “bem maior”

¹¹² Essa mesma pauta e conteúdo também podem ser localizados nas edições: *O Progresso*, 15 e 16/6/1996, p. 4; *O Progresso*, 24/6/1996, p. 11. Vale lembrar ainda que Bela Barros foi casada com Roberto Djalma Barros (que era filho de Moacir Djalma Barros) e é mãe de Marcelo Barros, todos eles ocupantes, em algum momento, de cargos públicos em Dourados e, em alguns contextos, se manifestaram politicamente com relação às problemáticas da Feira Livre ou dos feirantes. Conforme aponto mais adiante nesta pesquisa, Roberto e Marcelo foram protagonistas políticos na questão do tombamento da Feira Livre de Dourados.

(a oferta da feira para o restante da população douradense).

Por outro lado, posso sugerir que, em alguma medida, através das reivindicações da Associação dos Feirantes, a administração pública municipal se mostrou solícita às demandas apresentadas por esses, bem como à população frequentadora da Feira Livre, conforme demonstram as edições d' *O Progresso*. É notável também que essas solicitações, quando atendidas, eram noticiadas e demonstradas à população douradense em matérias de meia página, tendo, algumas, chamadas de capa com fotografias, representando as ações concluídas, sendo prováveis *press releases*. Inclusive, é possível verificar esse tipo de autopropaganda do Executivo municipal através do relatório das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Serviços Básicos da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Trânsito e Transporte, documento segundo o qual, em 1999, o número de limpezas efetuadas no espaço compreendido pela Feira Livre atingiu o quantitativo de 218 (cf. *O Progresso*, 28/12/1999, p. 10).

Apesar de inúmeras edições d' *O Progresso* tratarem do grande movimento de clientes, além das diversas problemáticas relacionadas ao espaço e infraestrutura da Feira Livre, uma notícia chamou-me a atenção pois apresentou no caderno *Cidades*, em fins de 1997, o destaque *Em 41 anos, feira livre passa pela pior crise*. O conteúdo da matéria evidencia a queda de 40% da adesão dos frequentadores e a mesma porcentagem é relacionada aos espaços vazios (boxes), sobretudo nos setores de cereais e hortifrutigranjeiros. Conseqüentemente, “os feirantes reduziram em até 25% os preços dos produtos com o objetivo de atrair os consumidores”. Os depoimentos de vários feirantes atestam as dificuldades vivenciadas naquele momento.

Leonardo [José Leonardo Albuquerque, um dos líderes dos feirantes, segundo a matéria] explica que os agricultores estão encontrando dificuldades para vender seus produtos, e pior ainda para quem compra deles para revender. “Não há lucro. A situação está difícil também nos setores de carne, roupa e de camelôs, que comercializam produtos trazidos do Paraguai”. O feirante Valdemar Zacarias de Macedo disse que além da falta de dinheiro em circulação, hoje há feiras de produtor por toda a cidade. Ele fez uma previsão nada otimista: “Se continuar assim, daqui um ano não existe mais a feira livre. Ainda estou trabalhando porque vendo o que produzo”. Enéas Ribeiro Morenzo, há 34 anos trabalhando na feira, disse que esta é a pior crise e que já está até pensando em abandonar a profissão de feirante. “Já cheguei a vender em torno de 40 caixas de mandioca. Hoje, quando vendo 10 comemoro. E o pior é que o preço caiu pela metade”. João Francisco dos Santos contou que trabalha há 22 anos como feirante. Ele já chegou a vender cerca de 250 frangos por final de semana. Hoje, de acordo com ele, não chega a 60. Para João Santos, “quem ainda teima em trabalhar na feira livre é por pura paixão”. Manoel Faustino da Silva, com 20 anos na feira livre, disse que está tirando dinheiro do bolso para trabalhar, mas que tem satisfação em todo final de semana estar comercializando cereais na feira, um dos primeiros mercados do gênero no passado, e que hoje já está abolido em função da modernidade (*O Progresso*, 14/11/1997, p. 8).

Apesar do aumento demográfico ocorrido em Dourados, evidenciado no decorrer das décadas de 1980 e 1990, da dotação de estrutura básica municipal e específica para a Feira Livre, além da melhor organização dos feirantes enquanto classe, outros elementos se colocam no contexto público e econômico.

Para atender a população dos bairros e os produtores locais, novas feiras foram criadas, dispersando, em alguma medida, parte da população frequentadora da Feira Livre. Em paralelo, a oferta de produtos e a inserção de novos estabelecimentos comerciais que também vendiam hortifrutigranjeiros, a exemplo dos diversos mercados e supermercados que se estabeleceram na cidade, também geraram a concorrência nos preços praticados e, dessa forma, esses necessitaram ser ajustados ao perfil dos clientes¹¹³. No entanto, ao que parece, a crise financeira que se apresentava no contexto local, poderia ser derivada do contexto econômico nacional. Posso sugerir essa hipótese pois, no final de 1996, o depoimento de uma feirante já apontava esse cenário. Carla Cristina Vieira, presidente da Associação dos Feirantes na ocasião, se posicionou: “Antes do plano de estabilização econômica do Governo Federal, que implantou o Real, o número de comerciantes na feira livre, [...] era superior a 400 e, atualmente, com as dificuldades para o setor, foi reduzido a pouco mais de 300” (*O Progresso*, 7/10/1996, p. 8). Nesse sentido, é possível notar como as políticas públicas econômicas podem alterar os contextos de produção e consumo a nível municipal e que, apesar de o Plano Real (implantado a partir de 1994) ter efetivamente contido a hiperinflação no Brasil, o país ainda enfrentava um cenário de baixo crescimento econômico, e esse problema permanecia no contexto da cidade, em algum grau.

Além disso, as dificuldades apontadas pelos feirantes e os novos cenários relativos aos modos de produzir, consumir e trabalhar na Feira Livre podem ser entendidos, também, como

¹¹³ Com relação à oferta de estabelecimentos que comercializavam hortifrutigranjeiros, Florenciano; Cardozo; Simão (1995, p. 17) mencionam em sua pesquisa sobre a Feira Livre que a cidade era abastecida por depósitos (popularmente chamados de sacolões ou verdurões) e por supermercados, como por exemplo, Panelão, Casa Moreira, Catarinense, Pinheirão, entre outros. Outro ponto revelado é a origem da produção comercializada na Feira Livre. Dos 62 feirantes entrevistados, 35,8% comercializavam sua própria produção (as autoras apresentam na página 30 uma listagem dessas frutas, verduras e legumes); 41,7% revendiam produtos fornecidos pelos depósitos da cidade e 22,5% dos feirantes comercializavam hortifrutícolas através da Central de Abastecimento (CEASA) de São Paulo (FLORENCIANO; CARDOZO; SIMÃO, 1995, p. 30). Sobre a pesquisa em questão, *A Feira Livre no município de Dourados*, cabe registrar que foi apresentada no curso de Geografia da UFMS, sob orientação da prof^a Lisandra Lamoso, tendo como objetivo, segundo as autoras, realizar um levantamento histórico da Feira Livre, bem como sua participação no abastecimento da cidade, além de seu papel enquanto fonte geradora de empregos. Questionários foram aplicados como técnica de pesquisa, sendo a amostra: 62 feirantes e 60 consumidores, cuja análise dos resultados apresentou o perfil dos dois segmentos. Registro também que há uma menção sobre essa pesquisa n’*O Progresso: Formandos de Geografia apresentam monografias* noticiou as defesas de trabalhos de conclusão de curso do ano de 1995, e entre elas encontra-se listado o título da monografia em questão (*O Progresso*, 7/2/1995, p. 6). Destaco, por fim, que, entre os trabalhos acadêmicos analisados por mim, que têm como tema a Feira Livre de Dourados, esse foi o primeiro produzido.

consequência de uma cidade em expansão e desenvolvimento, na perspectiva e na “corrida” do capitalismo.

2.7. A Feira Livre da rua Cuiabá: sua estrutura e projetos de mudança segundo trabalhos acadêmicos

Derivado da tentativa de se instalar a Feira Livre em um local considerado adequado pelos indivíduos que propunham sistematicamente a mudança da localização e/ou alterações estruturais, um novo projeto é apresentado à comunidade douradense no final da década de 1990. Dessa vez, ele é criado dentro do meio acadêmico por um estudante em fase final de graduação. Tratou-se da monografia de Dionísio Binelo, concluinte do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unigran, intitulada *Concepção de um espaço formal para a economia informal da cidade de Dourados*, cujo objetivo foi “propor um espaço **mais adequado** ao comércio informal específico que hoje instala-se na via pública denominada Rua Cuiabá, na cidade de Dourados, MS” (BINELO, 1999, p. 5, destaque meu)¹¹⁴. A julgar pelo título da monografia e seu objetivo principal, o autor, que na época morava nas proximidades da Feira Livre, considerou que o espaço em que ela funcionava, a rua Cuiabá, não era apropriado para essa prática comercial e social que lá se desenvolvia havia quase vinte anos. Ele justificou tal assertiva baseando-se na devolutiva de algumas entrevistas realizadas previamente, as quais revelaram “a inadequação atual da maneira como a via pública está sendo utilizada para o comércio informal e a necessidade urbana de uma proposta sendo que existem condições e intenções do poder público de readequação e melhorias para tal fim” (BINELO, 1999, p. 5).

Algumas páginas anteriores à apresentação da proposta, Binelo (1999) caracteriza a Feira Livre, mencionando que era instalada nas sextas-feiras à noite (no entanto, regulamentada a partir das manhãs dos sábados), ocupando um trecho de cerca de 560 metros da rua Cuiabá. O funcionamento, regulamentação e manutenção eram realizados pelo Executivo municipal, e para que um feirante pudesse utilizar um espaço determinado (local de instalação de sua banca) deveria pagar uma taxa anual e preencher um formulário, denominado Boletim de Cadastro Econômico¹¹⁵. Noto que uma cópia desse formulário é apresentada nos anexos da pesquisa. O

¹¹⁴ Binelo (1999) não informa em sua monografia o motivo de categorizar a Feira Livre como “comércio informal”. No entanto, penso que essa denominação esteja equivocada, haja vista a regulamentação da atividade e o pagamento de tributos pelos feirantes, evidenciando a formalidade da operação. Pode ser que o pesquisador se referiu ao fato de não haver um contrato de trabalho ou registro em carteira de trabalho entre feirantes e administração pública municipal.

¹¹⁵ Com relação a essa taxa, o funcionário da prefeitura Joaquim Aleixo Sales informou que era “apenas uma taxa municipal paga pelos feirantes uma vez por ano que tem o valor de 7 a 10 UPF (Unidade Padrão Fiscal Municipal);

cadastro refere-se ao feirante José Carlos de Lima, morador em Itaporã, cuja atividade principal era a venda de frutas e verduras, sendo seus pontos de venda: 118 e 122.

Outro elemento ordenador do espaço e da atividade na Feira Livre encontrado no item *Anexos*, tanto no trabalho de Florenciano; Cardozo; Simão (1995) como no trabalho de Binelo (1999), é o Regulamento da Feira Livre. Trata-se de uma cópia datilografada de um documento (não timbrado, não assinado) que, a julgar pelo conteúdo, seria voltado para os fiscais que atuavam no local. As normas elaboradas dizem respeito aos horários de entrada e saída dos feirantes, dos fiscais e dos caminhoneiros que faziam as entregas nas bancas; à documentação exigida dos feirantes, além das ações não permitidas no espaço (proibições direcionadas aos feirantes): expor mercadorias no chão ou nos canteiros centrais, vender produtos em setores diferentes, vender frutas descascadas ou em pedaços, entre outros aspectos. No último parágrafo do regulamento é mencionada a obrigatoriedade do recolhimento de “taxas semanais”, não sendo detalhada tal questão.

Quanto à setorização dos espaços, havia uma divisão, quando observada de leste para oeste: hortifrutigranjeiros, secos e molhados, carnes, armarinhos e camelôs, além de lanchonetes espalhadas entre os canteiros centrais e nos cruzamentos das ruas. Ilson Boca Venâncio conta que na Feira Livre da rua Cuiabá “de suas lembranças” havia pontos de alimentação que eram instalados nas esquinas, os quais comercializavam espetinhos de carne, frango assado, tapioca, pamonha, curau, sopa paraguaia, pastel, salgados, caldo de cana e doces. Além disso, se faziam presentes também os ambulantes “para fazer a alegria das crianças com algodão doce e outros atrativos” (in *folha de dourados*, 15/9/2020). Santos (2019) elabora uma caracterização com base em sua observação, que, a julgar pela produção das fontes fotográficas da pesquisa, diz respeito ao ano de 2016. A autora citada apresenta os múltiplos usos da Feira Livre através dos setores: frutas e verduras, alimentação em geral, laticínios, importados e roupas, e os locais destinados aos estacionamento nos canteiros.

esta taxa é indexada pela UFIR [Unidade Fiscal de Referência], sendo que por este valor o município fornece aos feirantes energia elétrica, limpeza, segurança e fiscalização” (cf. entrevista realizada em 4 maio 1999 in Binelo, 1999, anexos - entrevistas).

Figura 6 - Feira Livre da rua Cuiabá e seus múltiplos usos



Fonte: Santos (2019, p. 42)

Ao comparar os dados apresentados pelos autores é possível notar que, com o passar do tempo (vinte anos entre as duas publicações), a organização setorial da Feira Livre duplicou-se ou espelhou-se a partir do seu centro, sendo que, de acordo com Santos (2019), os setores eram denominados igualmente, tanto para leste como para oeste, a partir de um setor central, o de alimentação em geral. Para a autora citada, a organização estrutural da prática laboral desse local em forma de diferentes setores “condicionava a realidade da Feira Livre em Dourados, possibilitando uma identidade e controle/organização” (SANTOS, 2019, p. 39). A organização desses setores era realizada, em 1999, da seguinte forma: o setor de hortifrutigranjeiros compreendia a numeração entre 001 e 124 (20 pontos de bancas estavam desocupados); setor secos, molhados e carnes, a partir do número 125 até o 228 (setor ocupado em quase sua totalidade; em torno de dez pontos exclusivos para a venda de carnes); setor armarinhos e camelôs era numerado entre 229 a 364 (maior setor em número de boxes)¹¹⁶. Oito lanchonetes funcionavam na Feira Livre, sendo identificadas através das letras do alfabeto (BINELO, 1999, p. 41). Algumas eram destinadas à venda de doces caseiros e queijos frescos, além das que

¹¹⁶ Apesar do setor de armarinhos e camelôs ser o maior em número de boxes era também, nessa época, o maior em número de evasões. Binele (1999, p. 41) aponta dois fatores para justificar essa evasão dos feirantes: a alta do dólar constatada no início de 1999 e a vantagem que esses feirantes tinham ao se instalarem em camelódromos fixos em operação na área central da cidade. Nesse sentido, o autor citado constata a redução de aproximadamente 30% da ocupação do setor naquele contexto.

comercializavam produtos típicos ligados à culinária japonesa, como o manju (doce de feijão), bentô, shoyu e conservas (FLORENCIANO, CARDOZO, SIMÃO, 1995, p. 22). Havia também algumas pequenas bancas de salgados e lanches instaladas no setor secos e molhados. Um total de 415 boxes estavam em funcionamento (excetuando-se os vagos já mencionados), regulamentados e demarcados na via pública (BINELO, 1999, p. 41). Quanto às bancas, totalizavam 80 somente no setor de hortifrutícolas (dado levantado em outubro de 1994), geralmente mediam 4 metros no comprimento e 2 metros na largura, eram constituídas de ferro ou de madeira, cobertas por lona (FLORENCIANO, CARDOZO; SIMÃO, 1995, p. 9; 18).

No entanto, Dionísio Binelo detectou, através de entrevistas com frequentadores da feira e moradores do entorno, o que chamou de “discrepâncias no funcionamento” da Feira Livre, sobretudo relacionadas à organização estrutural do local. Pelos feirantes foram mencionados os problemas advindos da falta de um sistema de abastecimento de água e esgoto, inexistência de equipamentos fixos para a coleta de lixo, necessidade de um espaço para a guarda de equipamentos e de banheiros para feirantes e clientes. Pelos moradores das proximidades da Feira Livre, os aborrecimentos se relacionavam principalmente à falta de privacidade durante os finais de semana e a desvalorização imobiliária de suas residências. É importante salientar que essas questões foram apontadas com maior veemência pelos moradores mais jovens, pois “normalmente para os moradores mais antigos da rua isto não incomoda tanto, em função que com o tempo já habituaram-se pois a convivência sempre foi pacífica” (BINELO, 1999, p. 42).

Percebi que no projeto apresentado por Binelo (1999) houve a preocupação de que a Feira Livre não fosse deslocada para uma parte afastada de onde já funcionava havia décadas, pois dessa forma, segundo o autor, não haveria perda dos “referenciais sensoriais urbanos” relacionados à rua Cuiabá, nem descaracterização das relações comerciais existentes naquele momento. Nesse sentido, o pesquisador identificou um “vazio urbano” de 30 mil metros quadrados, localizado a aproximadamente 100 metros de distância do local onde a Feira Livre funcionava. Os limites desse espaço eram formados pelo quadrilátero: rua Cuiabá (ao norte); rua Monte Castelo (ao sul); rua Cafelândia (ao leste) e rua da Liberdade (a oeste). Para que a Feira Livre pudesse ocupar esse local, foi indicada a desapropriação de uma parte da área (aproximadamente 20 mil metros quadrados), ficando, dessa forma, delimitada a localização: rua Pedro Rigotti (ao norte); rua João Correia Neto (ao sul); rua Nioaque, atual rua Gaspar da Silva (ao leste) e rua Liberdade (ao oeste)¹¹⁷. A proposta, inspirada em “praças de mercado da

¹¹⁷ Noto que uma das entrevistadas de Binelo (1999) aponta, como sugestão para instalação da Feira Livre, a rua Liberdade: “Uma opção para a instalação da feira seria esta rua do córrego onde está a *pedra* (corretores de veículos)”. No entanto, o desmembramento de sua ideia é, no mínimo, curioso: “poderia ser coberto o córrego com

antiguidade” e denominada “praça multifuncional” ou “Praça de Mercado da Feira Livre de Dourados” (BINELO, 1999, p. 45; 46; 53), tinha como intenção, além do funcionamento da Feira Livre, ser um espaço destinado às atividades culturais como *shows* populares e folclóricos, atividades multifuncionais de comércio e lazer, tendo como propósito maximizar o uso do espaço, ampliando a oferta de atrações para além dos finais de semana. No item *Programa de necessidades da proposta* são listadas e descritas as alterações estruturais a serem realizadas no local, como por exemplo: um total de 521 boxes distribuídos entre os setores já mencionados anteriormente, inclusive recomendando que não fosse mudada a vizinhança das bancas/feirantes por conta da dinâmica social presente; calçadas de circulação e acesso à praça; equipamentos para a provisão de energia elétrica, água e esgoto; totens de sinalização com informações aos frequentadores; bancos para descanso e contemplação; galpão para o armazenamento de equipamentos e produtos dos feirantes, sendo provido de sanitários, vestiários, cozinha e escritório; palco na área central da praça destinado às atividades culturais; bolsões de estacionamento no canteiro central da rua Liberdade.

Outros pontos interessantes do projeto dizem respeito a manter e integrar as árvores que foram identificadas no local, além de se plantar outras, tendo como objetivo o conforto térmico proporcionado pelo sombreamento; manter as edificações já existentes no canteiro central da rua Liberdade direcionando-as a um novo uso, como por exemplo, sendo utilizadas pelas instituições públicas responsáveis por manter a organização do local e pela sede da associação dos feirantes; e, por fim, a instalação, de forma fixa, das bancas dos feirantes classificados como camelôs no canteiro central da rua Liberdade, possibilitando a oferta desse serviço durante toda a semana (BINELO, 1999, p. 46-48).

Os aspectos relacionados ao urbanismo e paisagismo também foram contemplados, sendo recomendadas algumas alterações no traçado e dimensões de algumas vias, instalação de calçamento pigmentado em cores variadas para as diferentes demarcações setoriais das bancas, o plantio de espécies nativas do cerrado como ipês, bacuri, carnaúba, além de samambaias e aguapés no leito do córrego Rego D’Água (canalizado na rua Liberdade), no qual foi indicada a instalação de algumas passarelas de estrutura metálica com revestimento de madeira. Por fim, para a extensão oeste foi proposto um calçadão provido de bancos, árvores e iluminação (BINELO, 1999, p. 48-52). Registro que, ao final de sua monografia, Dionísio Binelo apresenta as plantas/pranchas de seu projeto arquitetônico, além de um levantamento fotográfico da área

laje e ser feito boxes fixos para os feirantes” (cf. depoimento de Ester Fortunato Rocha, moradora na rua Cuiabá, em entrevista não datada in Binelo, 1999, anexos – entrevistas).

referente à sua proposta.

Analisando as edições d' *O Progresso* percebi que uma matéria publicada em 2002 no caderno *Arquitetura e Urbanismo* apresentava esse projeto. Assinada pelo jornalista João Rocha e intitulada *Projeto prevê revitalização da feira: trabalho de monografia, "Praça de Mercado"*, pretende dar local e infraestrutura adequados à Feira Livre, a matéria trouxe, além do conteúdo de apresentação dos pontos mais interessantes do projeto, uma imagem representativa dele, além de uma pequena fotografia (estilo 3x4) do arquiteto Dionísio Binelo e seus contatos telefônicos. Ao que parece, Binelo tentou, depois de três anos, atrair a atenção dos leitores do periódico para, quem sabe, emplacar sua proposta direcionada ao poder público, conforme é possível notar nesse trecho:

Dionísio enfatiza que o projeto é economicamente viável ao município, porque pode ser um local público com uso maximizado, servindo para diversas finalidades. “Num mesmo espaço você tem a função econômica, que é a feira, a social, que é a praça, e a cultural, que é o local para realizar shows e promover lazer aos frequentadores”, conta o arquiteto (*O Progresso*, 17/12/2002, p. 8).

Apesar de ser, de fato, um projeto interessante do ponto de vista arquitetônico e urbanístico e provavelmente viável e possível de ser implementado pela administração pública, ele não se concretizou. Também não encontrei, nas fontes analisadas, outras notícias que repercutissem essa proposta (a qual teve, portanto, o mesmo destino de outras produzidas no meio acadêmico, em grande parte voltadas às necessidades da comunidade local e que, infelizmente, são engavetadas). Fato curioso é que, anos mais tarde, Dionísio Binelo se efetivou como servidor da prefeitura municipal, tendo sido um dos profissionais responsáveis pelo projeto da Feira Livre instalada no Jardim São Pedro em 2016, projeto esse totalmente diferente do proposto em 1999. Por ocasião de uma reunião realizada pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDAM), ao representar a Secretaria de Planejamento, ele assim se posicionou a respeito dessa temática:

A feira ainda precisa de alguns ajustes para funcionar perfeitamente, mas é muito diferente e imensamente melhor do que aquela que funcionava na Rua Cuiabá, ambientalmente, economicamente, banheiros com condições adequadas, qualidade de vida, tudo ficou muito melhor no novo espaço (cf. ata publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 2 maio 2017, p. 22).

2.8. Feira da polêmica: os embates envolvendo feirantes, prefeitura municipal, delegacia de polícia e promotoria de justiça

“Tudo aquilo que conversamos no período eleitoral está valendo”. Essa foi a resposta do prefeito recém-eleito José Laerte Tetila (PT) aos feirantes, durante uma visita num domingo à Feira Livre. Tetila garantiu suas promessas de campanha ao público presente e afirmou que a revitalização da feira ocorreria “por etapas” e que as obras prioritárias seriam determinadas por uma comissão, sendo essa coordenada pelo feirante Marcolino Ferreira de Souza (cf. *O Progresso*, 31/10/2000, p. 11). Notei que as reivindicações listadas pelos feirantes na matéria permaneceram as mesmas de anos e décadas anteriores, sempre ligadas à implantação e manutenção de infraestrutura e serviços públicos básicos, como energia elétrica, saneamento e segurança.

Já em janeiro do ano posterior, as reuniões e articulações entre poder público e feirantes iniciam-se novamente, tendo em vista a nova gestão administrativa empossada. Nesse sentido, o secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Mário César Tompes da Silva, ouviu as demandas apresentadas pelos feirantes, porém enfatizou a importância da existência de uma entidade representativa da classe, a fim de “desenvolver um trabalho mais organizado” (*O Progresso*, 16/1/2001, p. 10)¹¹⁸. As edições posteriores revelaram que, com o passar dos meses, a situação continuava a mesma. O feirante Antônio Alves Viana afirmou ao jornalista César Cordeiro: “Eu acho que a revitalização da feira não vai mais acontecer, já perdi as esperanças”¹¹⁹. Com pouco mais de vinte anos de funcionamento na rua Cuiabá, os feirantes se depararam com um novo problema: um “cemitério de carros, que praticamente se mistura à feira” no terreno ao lado da delegacia de Polícia Civil (*O Progresso*, 21/11/2001, p. 9).

As reclamações se intensificaram e a prefeitura iniciou algumas reformas no início de 2002 com recursos financeiros próprios, mas solicitando ao governo federal verbas que viabilizassem a maior parte das obras. O pedido de financiamento enviado ao Ministério do Esporte e Turismo, no valor de R\$ 1 milhão e 100 mil, previa, segundo o secretário Mário Cezar Tompes, “um projeto de revitalização arrojado”, que transformasse a Feira Livre em “uma coisa bem mais atraente, um ponto turístico da região”. No entanto, o pedido foi negado e o Executivo municipal se comprometeu a investir R\$ 17 mil, a partir de um redimensionamento do projeto

¹¹⁸ Mário César Tompes da Silva é geógrafo e professor na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Exerceu as funções públicas de Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo (2001-2003) e de Planejamento e Meio Ambiente (2004-2008), ambas na gestão de José Laerte Tetila (PT). A tese: *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados-MS*, defendida em 2000 e utilizada como um dos referenciais teóricos nesse capítulo, é de sua autoria.

¹¹⁹ César Cordeiro foi jornalista e atuou em vários meios de comunicação em Dourados, além de exercer a função de secretário do Sindicato dos Jornalistas Profissionais na Grande Dourados (SINJORGRAN). No jornal *O Progresso* era repórter e assinava a coluna política *Atenta*. Faleceu em agosto de 2016 e, em dezembro do mesmo ano, foi homenageado pela prefeitura municipal nomeando o bosque de árvores nativas no interior da área ocupada pelo Espaço Feira Central Prefeito João Totó da Câmara.

(cf. *O Progresso*, 7/5/2002, p. 12). As obras se iniciaram, porém, foram paradas, “por falta de verba e material” (cf. relato de Rudimar Clauss, engenheiro eletricista da Secretaria de Serviços Urbanos, Transporte e Trânsito (SEMSURT) in *O Progresso*, 1/4/2003, p. 23). Para além dos problemas já recorrentes e, ao meu ver, permanentes, envolvendo o espaço e a gestão pública da Feira Livre, as notícias relacionadas à superlotação da delegacia, instituição vizinha à feira, que estava servindo como cadeia pública, passaram a amedrontar feirantes e clientes por conta de uma possível fuga de detentos. Na ocasião, o juiz da Vara de Execuções Penais, Celso Antônio Schuch dos Santos, afirmou que a feira poderia ser remanejada para outro local, caso a situação se agravasse (cf. *O Progresso*, 12/6/2002, p. 1). O Legislativo resolveu se posicionar e iniciou discussões no plenário da Câmara sobre a realização de uma audiência pública, sendo a proposta liderada pelo vereador Nelso Gabiatti (PFL), que inclusive instalou seu “gabinete itinerante (Kombi)” na Feira Livre a fim de ouvir as reclamações de feirantes e consumidores (cf. *O Progresso*, 14/4/2003, p. 16). São várias as edições do ano 2003 que trataram desse assunto, a maioria assinada por César Cordeiro, sendo que algumas abordaram o posicionamento do Executivo. Em agosto, o caderno *Política*, assinado por Cícero Faria, trouxe uma nota: “Os feirantes douradenses pouco tiveram que comemorar ontem, com o estado **deplorável** da feira livre da rua Cuiabá”, referindo-se ao dia 25 de agosto, dia do feirante (*O Progresso*, 26/8/2003, p. 4, destaque meu).

Nova proposta orçamentária, dessa vez apresentada por Gabiatti, solicitou R\$ 1,5 milhão através de emenda ao orçamento do município para 2004. O vereador disse ter identificado, como principais problemas, a falta de segurança no local e a rede elétrica deficiente. No entanto, uma série de outras solicitações da comunidade foram apresentadas e discutidas em audiência pública. Dessa forma, Gabiatti se manifestou, referindo-se à promessa de revitalização feita pela prefeitura: “Estamos apresentando esta emenda para que a prefeitura deixe de alegar falta de recursos, como vem fazendo seguidamente para justificar o não cumprimento de compromisso feito com os feirantes” (*Progresso*, 22/12/2003, p. 19).

A questão da (não) revitalização da Feira Livre chega, também, à ACID. Em reunião registrada em ata, os associados discutiram a possibilidade de realização de um convênio com a Caixa Econômica Federal a fim de viabilizar o projeto, no entanto, através do uso de crédito pelos feirantes.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/ - CONVÊNIO REVITALIZAÇÃO FEIRA LIVRE. Paulo Antunes disse que esteve conversando com Walter Pitarelli a respeito da Feira Livre e a possibilidade de sua revitalização, face a existência de linha de crédito específica para Profissional Liberal, que poderão ser utilizados pelos feirantes com essa finalidade, recursos esses oriundos do FAT [Fundo de

Amparo ao Trabalhador], contribuindo dessa forma para tirá-los da informalidade, a ACID com certeza seria parceira no treinamento, citou como exemplo a feira de Campo Grande que faz parte do roteiro turístico com essa finalidade, mas devido a grandiosidade do mesmo não acredita na sua implantação, mas há recursos na União que veem especificamente dirigidos para essa finalidade. Há necessidade de parceria com os feirantes, ficaria mais fácil se eles formassem uma cooperativa, mas há muita dificuldade em reuni-los para conversar sobre o assunto. Jairo de Osti questionou a posição dos moradores do local, se eles concordam com essas modificações. Antônio Freire disse que a Rua Cuiabá é uma importante via da cidade, quando interditada prejudica em muito o trânsito naquele local. Carlos Galvão comentou que na cidade de Ijuí a Prefeitura desapropriou uma área perto de um córrego como o que temos na Av. da Liberdade e implantou a feira livre, caminho idêntico poderia ser tomado porque há espaço físico suficiente. Ficou decidido efetuar uma reunião ACID/Prefeitura/Feirantes e Caixa (Ata ACED, 1/4/2004, p. 20-20v).

Apesar de algumas sugestões e comparações com outros locais serem apresentadas pelos empresários, é possível notar, no discurso de alguns, certo incômodo com o funcionamento da Feira Livre na rua Cuiabá. Destaco que não encontrei nas atas analisadas (1945-2013) registros dos desdobramentos da reunião citada ao final do documento. Essa situação de incômodo e impasse passa a ser notada, em maior intensidade com o passar do tempo, em depoimentos de moradores da rua Cuiabá veiculados na imprensa local e por membros do Legislativo. Cito como exemplo as solicitações de intervenção pública apresentadas pelo vereador Akira Oshiro (PPS). Justificando o pedido de pavimentação da rua Cafelândia por conta da necessidade de atendimento na delegacia durante os finais de semana, o vereador pontuou que o “atendimento da Polícia Civil fica complicado **em função da feira livre, instalada na rua Cuiabá**” (*O Progresso*, 17/3/2004, p. 15, destaques meus). Nesse contexto, é importante ressaltar que a Feira Livre foi instalada no local em 1980 e a delegacia de Polícia Civil posteriormente a ela, em 1985. Em outro momento, Oshiro reivindica desconto diferenciado ou isenção do IPTU aos moradores do entorno da feira, devido “a falta de privacidade dos moradores daquela localidade, nos finais de semana”, além do “barulho que o trânsito de pessoas provoca durante todo o dia e noite, tirando o descanso e a tranquilidade dos moradores” (*O Progresso*, 28/5/2004, p. 12)¹²⁰.

Nesse ponto parece-me importante destacar que essa realidade conflituosa apresentada não é uma especificidade de Dourados. Ao contrário, Sato (2012, p. 57), ao pesquisar algumas

¹²⁰ Com relação à concessão de desconto no IPTU aos moradores do entorno da Feira Livre, cito a Lei Complementar nº 177, de 17 de março de 2011, a qual “Dispõe sobre a concessão de desconto no IPTU de imóveis localizados na Rua Cuiabá, no perímetro da feira-livre, e dá outras providências”. Prevê desconto de 20% aos proprietários de imóveis situados na rua Cuiabá, compreendidos entre as ruas Cafelândia e Independência. No anexo único do documento é possível visualizar os números de inscrição imobiliária dos referidos imóveis.

feiras de São Paulo, afirmou que: “Excesso de trânsito, barulho, incômodo, mudança na rotina de vida das pessoas são alguns dos argumentos ouvidos que vêm de encontro à presença da feira livre na cidade”, ou seja, a feira livre se apresenta, em alguns casos, como um entrave na dinâmica espacial urbana, desafiando os planejadores e gestores desses espaços. A autora citada apresenta em sua tese os diferentes olhares da população sobre a presença da feira livre no espaço urbano, percepções essas evidenciadas em matérias jornalísticas¹²¹.

Nela [na mídia impressa] a feira livre é objeto de polêmica: é alvo de crítica quanto às condições de higiene, cogita-se a sua extinção quando se discute o planejamento urbano e o acelerado crescimento da metrópole, alega-se que sua persistência nela é anacrônica. Por outro lado, a feira livre também aparece nas matérias jornalísticas como criadora e mantenedora de características singulares consideradas positivas, apenas nela encontradas [...]. Quanto à relação com os moradores dos locais nos quais se instalam, observa-se que tais matérias apresentam tanto as reiteradas queixas dos moradores e os conflitos entre estes e os feirantes [...] (SATO, 2012, p. 57).

Em paralelo aos impasses mencionados anteriormente, outro agente se insere nesse cenário que se tornava cada vez mais problemático: o Ministério Público Estadual (MPE). Cristiane Amaral Cavalcante, titular da Promotoria de Defesa do Consumidor, concedeu entrevista a *O Progresso* por conta da fiscalização da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO) na Feira Livre, cumprindo determinação do MPE relacionada à exigência de certificação de procedência dos produtos comercializados no local. Nesse sentido, a promotora se posicionou: “Só estou tentando proteger o cidadão” (*O Progresso*, 29/6/2004, p. 12). Essa questão se estendeu durante anos e seus desdobramentos podem ser verificados nas edições do periódico citado, gerando títulos como *Feira da polêmica*, representando o grande impasse gerado. Outro empecilho que se arrastou por anos, sendo os embates entre Executivo, Legislativo e feirantes noticiados nas páginas de *O Progresso* foi o projeto de revitalização (assim denominado pela imprensa local) do espaço que, de fato, só se concretizou em 2008. Na verdade, tratou-se de uma reforma, que contemplou os banheiros e o sistema de iluminação (com instalação de luminárias rebaixadas e terminais com tomadas), além da construção de calçadas e de bancos nos canteiros centrais (cf. *O Progresso*, 9/5/2008, p. 18). Detalhe: para esse projeto, o prefeito Laerte Tetila havia anunciado a liberação dos recursos de R\$ 100 mil ainda em 2005 (cf. *O Progresso*, 11/11/2005, p. 27).

Analisando as fontes pesquisadas percebi que os mais prejudicados por todas essas

¹²¹ Sato (2012) informa que as fontes da imprensa interpretadas se referem ao levantamento realizado por Mariana Almeida do Amaral, em jornais diários, entre os anos 2000 e 2003. Além dessa referência, cita também Jesus (1991), que pesquisou uma feira livre no Rio de Janeiro por meio da mídia impressa, na qual evidenciou-se o discurso do incômodo relacionado à presença da feira livre na cidade (SATO, 2012, p. 57, nota de rodapé).

problemáticas foram, na realidade, os feirantes. De um lado, o MPE fazia exigências por condições sanitárias adequadas ao atendimento dos consumidores, inclusive proibindo o comércio de produtos de origem animal e vegetal que não estivessem em condições de armazenagem e registro de inspeção. Em agosto de 2006, a promotora responsável pelo caso determinou: “A lei deve ser cumprida e quem não cumprir será punido” (in *O Progresso*, 11/8/2006, p. 22). Um dos feirantes, que não possuía licença e vendia bolo de milho havia dez anos na Feira Livre, Luís Alves dos Santos, desabafou: “Já tentaram me prender três vezes. Ao invés de me darem uma orientação e me ajudarem a ficar de acordo com as determinações, nunca tentaram me ajudar” (in *O Progresso*, 29/8/2006, p. 22). Atestando a inexistência de infraestrutura básica na Feira Livre para a venda desses produtos, o coordenador da Vigilância Sanitária de Dourados, Valdir Sader Gasparotto, afirmou: “Ali o risco de contaminação é muito alto, principalmente no caso de venda de carnes a céu aberto” (in *O Progresso*, 10/8/2006, p. 19). Do outro lado, a prefeitura municipal não promovia o estabelecimento das condições sanitárias, sobretudo com relação ao fornecimento e manutenção da estrutura elétrica e hidráulica, que garantiria melhor acondicionamento dos produtos comercializados. Conforme relato do feirante Haroldo Fernandes, desde 2004 havia uma tentativa de acordo com a prefeitura para viabilizar a revitalização do local. “A rua Cuiabá não tem infraestrutura, precisamos de calçadas melhores, banheiros, luz, água, ou seja, o mínimo para trabalhar dentro das exigências sanitárias” (in *O Progresso*, 11/8/2006, p. 22). Ou seja, os feirantes se encontravam encurralados, entre as exigências do MPE e o descaso do Executivo municipal.

Outro ponto a se mencionar é a situação de insegurança do local, tanto pela precária oferta dos serviços públicos da polícia militar e da guarda municipal durante o funcionamento da Feira Livre, como (ironicamente) pela presença da delegacia da polícia civil nas proximidades. Alertando sobre os riscos que corriam feirantes e clientes, o delegado Sandro Márcio Pereira afirmou à repórter Luciana Vicente:

Já oficiei diversas vezes à Prefeitura, mas nunca obtive uma resposta. Quem frequenta a feira pode ser surpreendido. A cadeia está superlotada, com 80 presos. Se uma rebelião acontece, ou ainda se existe uma fuga e há troca de tiros, alguém pode até morrer (in *O Progresso*, 29/8/2006, p. 22).

Num outro momento, o delegado Antônio Carlos Videira elogiou a iniciativa da prefeitura quanto à mudança de local da Feira Livre, pois, segundo ele, “a localização da feira livre compromete o trabalho da polícia” e, diante disso, foi preciso “providenciar diversas mudanças na estrutura física do 1º DP [delegacia de polícia]”, como por exemplo, isolar o portão de acesso pela rua Cuiabá e passá-lo para a rua lateral (cf. *O Progresso*, 14/6/2013, p. 19).

Ao analisar as fontes da imprensa é notável que houve pouca intervenção do poder público no espaço ocupado pela Feira Livre, a não ser pela reforma realizada em 2008, mencionada anteriormente. Outras questões sociais se colocaram, como por exemplo, a exploração do trabalho infantil nesse ambiente e a crescente reclamação dos moradores, que gerava disputas pela utilização do espaço. Algumas ações pontuais de membros do Legislativo foram publicadas na imprensa, ora propondo projetos culturais, ora reivindicando melhorias pautadas nos problemas recorrentes.

2.9. A feira mudou: o Espaço Feira Central Prefeito João Totó Câmara – novo local, novos impasses

Elenquei todos esses aspectos e contextualizei esse cenário que, a meu ver, é bem representado por uma panela de pressão a explodir, na qual as problemáticas envolvidas em torno dos sujeitos e do espaço Feira Livre da rua Cuiabá se multiplicaram e se intensificaram ao ponto de que, em determinado momento, a situação ficou insustentável e, de fato, iniciou-se o processo para a mudança de local da feira. Creio que o estopim para que essa ação se efetivasse ocorreu ainda em 2010, com a determinação do MPE para que a prefeitura de Dourados transferisse a Feira Livre para outro local, alegando que esse era impróprio pelas irregularidades que apresentava e que, além disso, moradores e lojistas locais se sentiam incomodados (cf. *O Progresso*, 12/3/2010). Essa determinação reverberou entre feirantes, consumidores, moradores do entorno e poder público, tendo, como uma primeira consequência, o tombamento da Feira Livre em julho de 2010, projeto proposto pelo Legislativo municipal que tinha como intuito principal assegurar que a feira não fosse deslocada. Destaco que esse tema é analisado e discutido especificamente no próximo capítulo desta tese.

O fato é que o dispositivo de tombamento não garantiu a permanência da Feira Livre na rua Cuiabá. Pouco tempo depois da intervenção do poder público através da patrimonialização, já é possível perceber nas fontes da imprensa a intenção de alteração do local, como por exemplo, nesse título de matéria: *Nova Feira Livre (O Progresso, 10/6/2013, p. 19)*. Ao analisar as diversas fontes relacionadas a essa questão, posso afirmar que o bem cultural foi tombado, porém, não foi desenvolvido pelo poder público um plano de salvaguarda que contemplasse ações de proteção, de revitalização e de valorização desse bem. Ou seja, não houve efetividade do instrumento protetivo, nem compromisso que o garantisse, da instituição tutora desse patrimônio cultural. Em 2016 a Feira Livre passa a funcionar em outro local, denominado Espaço Feira Central Prefeito João Totó da Câmara, no Jardim São Pedro, cerca de 800 metros

de distância do local anterior.

Figura 7 - Locais oficiais de funcionamento da Feira Livre de Dourados



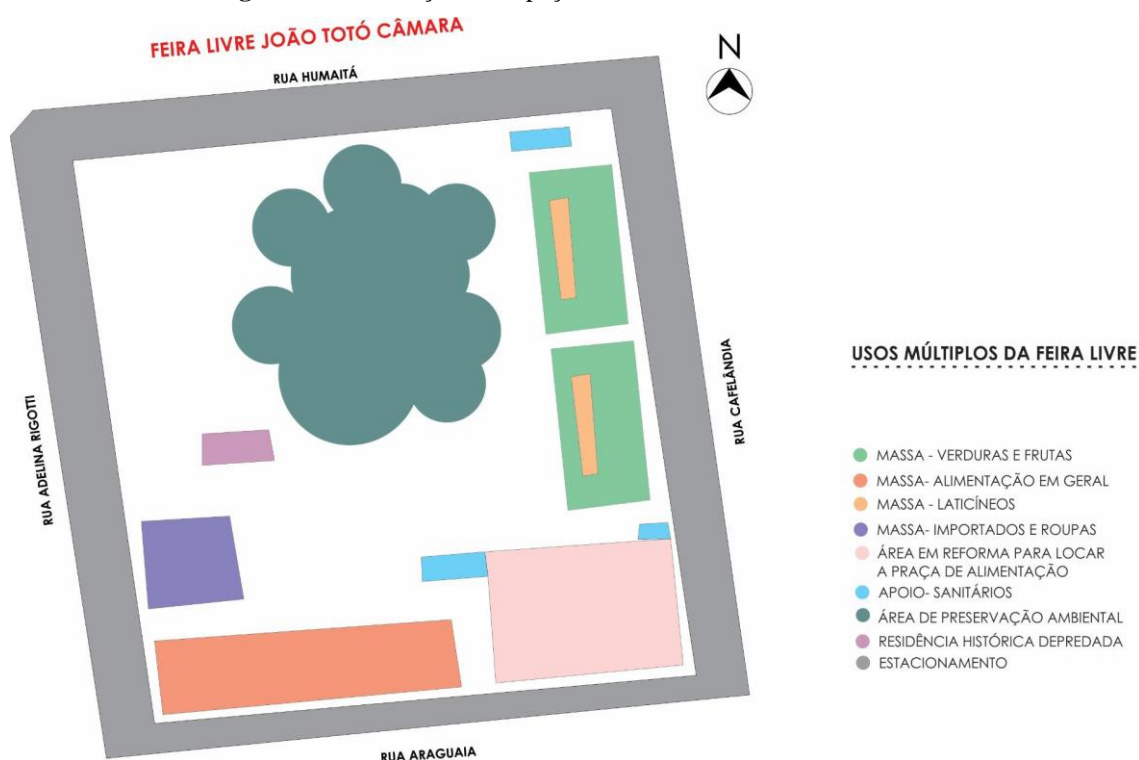
Fonte: Produzido por LIMA (2021).

Nesse ponto parece-me interessante apresentar os diversos locais os quais serviram de espaço público para uso e funcionamento da Feira Livre de Dourados (Figura 7). Nesse mapa estão destacados somente os locais ditos oficiais, ou seja, aqueles que são apresentados nas fontes pesquisadas, por intervenção da administração pública municipal. No entanto, é sabido, conforme foi contextualizado neste capítulo, que a feira também foi ofertada à comunidade de forma espontânea pelos produtores feirantes, em diferentes pontos da cidade, em momentos históricos distintos, sobretudo quando o Executivo municipal não oficializava e estruturava um local para a feira. Esses locais “não oficiais” são apresentados mais comumente nos relatos dos feirantes mais antigos, presentes nas entrevistas registradas nos canais de imprensa, nas conversas informais e nos textos memorialísticos.

Com relação a esses espaços públicos é importante perceber que primeiramente a feira foi instalada na praça central, um dos locais públicos mais importantes de uma cidade. Em Dourados, especificamente, é a referência principal do núcleo central urbano, no qual as diversas atividades sociais, políticas e econômicas são realizadas. Posteriormente, e por seis décadas, a feira funcionou em ruas da cidade. Movimento, fluidez e liberdade são as marcas

desse elemento de uso público. Dois estados e uma capital serviram como denominação e referência de localização espacial e, em certa medida, contribuíram para a formação da identidade da Feira Livre de Dourados, como atestado nas referências: Feira Livre da rua Maranhão, Feira Livre da rua Santa Catarina e, mais marcada na memória dos moradores, Feira Livre da rua Cuiabá. Por fim, ou pelo menos até o momento, a feira passa a funcionar num espaço nomeado e projetado para essa finalidade, ou seja, “a mudança proposta não foi só de local, envolveu também mudanças no modelo organizativo” (cf. Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 28/10/2020). Agora ela é cercada e internamente dividida, seus setores se distanciaram, não há mais a representação da Feira Livre por meio de uma reta, de um caminho linear de ponta a ponta no qual os frequentadores percorriam os diferentes setores, mas sim esses setores estão atualmente espaçados em uma grande área (o projeto original previa área construída de 2.283,17 m²), conforme é possível observar através da ilustração de Santos (2019), cuja nomeação feita pela autora é *Feira Livre João Totó Câmara e seus usos discriminados*. No entanto, ponto que, oficialmente, o termo *livre* foi suprimido da nomenclatura quando da sua inauguração em 2016, sendo denominado como Espaço Feira Central, seguido pelo nome do ex-prefeito homenageado, João Totó da Câmara.

Figura 8 - Setorização do Espaço Feira Central Prefeito João Totó Câmara



Fonte: Santos (2019, p. 42)

O acesso à entrada principal é feito pela rua Cafelândia, sendo possível visualizar também, nessa entrada, um pórtico que apresenta o nome da feira. Caso o frequentador queira acessar somente a área de alimentação pronta ou a área de venda de importados e roupas, não é necessário adentrar via rua Cafelândia pois há entradas adjacentes pelas ruas Araguaia e Adelina Rigotti. Ao que parece, observando a ilustração acima, as fontes consultadas e minha própria análise enquanto pesquisadora e frequentadora, na atual feira ficou comprometida a noção de conjunto, a qual era notável na Feira Livre da rua Cuiabá. Ilson Boca Venâncio publicou no artigo *Ano novo, vida nova e 74 anos de existência de nossa Feira Livre* suas percepções sobre essa questão:

O espaço da alimentação foi improvisado no espaço destinado a apresentações da arte e cultura, e essa por sua vez ficou sem espaço. O espaço da área de alimentação foi concluído há algum tempo, mas continua ocioso formando um buraco que esquadreja o esqueleto da feira ao meio, formatando uma aparência horrível para a estética do local, e a cultura, que dava vida ao convívio da nossa feira, continua ausente e sem espaço (in *folha de dourados*, 31/12/2021).

Na perspectiva da setorização dos espaços, ocorreu um desmembramento das diferentes seções e, como a área atual é bem maior do que a ocupada anteriormente, os setores ficaram dispersos e distantes uns dos outros, não sendo mais possível identificar o todo, a coesão do espaço comercial e social Feira Livre. Penso que o setor de produtos importados e roupas tenha sido impactado de forma considerável, pois, de acordo com Santos (2019, p. 124), houve redução de 60% nas vendas devido à mudança de local¹²².

É bastante difícil virem procurar os importados direto, normalmente as pessoas compravam seus interesses, passeavam, e passavam pela parte de importado, sendo atraídos por materiais em exposição. Agora estamos escondidos, e falta freguês (cf. relato do sr. Messias, feirante há 23 anos *apud* Santos, 2019, p. 123-124).

O relato do feirante Nonato Silva de Souza exemplificou um dos problemas causados por essa setorização espacial expondo sua própria situação, antes mesmo da mudança de local. Explica que ele e a esposa Maria de Fátima da Silva possuem uma banca e um carrinho de churros e, como trabalham em dupla, “quando um precisa sair, o outro faz o atendimento das vendas. Se tiver que separar um produto em cada setor, aí vai ficar difícil para conciliar o

¹²² Com relação aos impactos nas vendas relacionados à mudança de localização, Santos (2019) destacou que o setor de alimentação teve aumento de 30%, o setor de hortaliças e verduras apresentou redução de 40%, assim como o de artesanato, cuja redução nas vendas foi de 10%. Quanto ao setor de laticínios, não foram detectadas alterações nas vendas. No entanto, o depoimento da feirante Deda da Tapioca, do setor de alimentação, contrasta com o cenário apontado pela autora citada: “Desde que mudamos para esse novo espaço novo [sic] de feira, mesmo antes da pandemia, as vendas não atingiam além de trinta por cento das vendas de outrora” (*folha de dourados*, 5/5/2021).

trabalho” (in *folha de dourados*, 3/11/2020). E, de fato, isso ocorreu no Espaço Feira Central, os setores de hortifrúti e de alimentação foram alocados em ambientes distintos. De acordo com Santos (2019), essa problemática, identificada pela autora citada como “relativo isolamento geográfico da feira”, gerou estranhamento nos feirantes.

[...] o projeto procurou criar massas de feirantes, massas de quiosques de alimentos, massas de produtos importados e presentes e o maciço de preservação ambiental ao centro. [...] Os usos que antes na Rua Cuiabá era determinado [sic] por atividades de vendas, passaria a ser distinto e discriminado por massas (SANTOS, 2019, p. 41)¹²³.

Penso que esse relativo isolamento geográfico ultrapassa a condição interna propiciada pela setorização dos espaços de comercialização dentro da feira, podendo ser analisado também na perspectiva da determinação do local no qual foi instalada a feira, bem como da utilização de um equipamento de serviço público inserido no espaço urbano. Faço essa reflexão a partir da análise dos dois mapas apresentados anteriormente, pois, ao que parece, com o passar das décadas, a Feira Livre foi sendo distanciada, a cada mudança de local, das áreas mais centrais da cidade. Essa preocupação com o fato de a feira estar ocupando parte da centralidade urbana de Dourados foi apontada pela imprensa local quando da mudança da feira da rua Santa Catarina para a rua Cuiabá, cuja justificativa se deu “por estar implantada em área bem próxima ao centro da cidade” (*O Progresso*, 27/6/1980, p. 2). Nas fontes analisadas, não há provas relacionadas à intencionalidade dessa ação por parte do poder público, mas essa é uma percepção que compartilho com o ex-feirante Eneias Ribeiro Marengo, que, ao ser entrevistado antes da mudança de local, mencionou: “Eu ouvi dizer que querem mudar a nossa Feira Livre pra outro lugar ali pra baixo (indica com a mão), desde que nasceu ela só vem baixando!” (in *folha de dourados*, 22/9/2020).

Muitas divergências pautaram o tema da mudança de local, entre feirantes, consumidores e moradores do entorno, concordâncias e discordâncias. Ao ser perguntada sobre esse assunto, Iracy de Aguiar Quadros, moradora da rua Montese, a poucos metros da rua Cuiabá, opinou:

Mas foi o povo da Cuiabá, né? Os moradores, comerciantes... começou a estorvar eles aí. Diz que fazia muito barulho, ninguém dormia de sábado para domingo. Tinha vez que sexta-feira de madrugada já tinha feira. [...] Falaram que iam mudar a feira. Mas como que iam mudar a feira? Tudo arrumadinho.

¹²³ Com relação ao termo “massa”, Santos (2019, p. 41) esclarece, em nota de rodapé, que: “refere-se à arquitetura. O plano de massa é o estudo preliminar da paisagem, quando se define a estrutura básica dos espaços a serem produzidos, suas características de uso, forma, cor, textura, os caminhos, etc. Um plano de massa serve de apoio para a configuração da paisagem a ser produzida”.

A gente achava que tava tudo bonito, né? (QUADROS, 2021).

Acredito ser importante destacar o fato de que foi produzido um abaixo-assinado por parte dos moradores do entorno da feira, requerendo a transferência dela para a área chamada Chácara Rigotti. Esse abaixo-assinado foi encaminhado à Prefeitura Municipal e à Promotoria de Justiça. Iracy de Aguiar Quadros relata que foi apresentada a esse documento e convidada a participar do requerimento, porém enfatiza que não o assinou.

De fato, diante da análise das fontes, percebi que alguns moradores da rua Cuiabá tiveram um papel social relevante para que a Feira Livre fosse deslocada da via, pelo menos na perspectiva da imprensa local e de algumas fontes orais. É o caso da família Libório de Alencar, mencionada em alguns momentos desta tese. Moradores da rua Cuiabá há décadas, alguns ainda permanecem na região, com suas residências e comércios. Em uma postagem de Jairo de Osti, ex-presidente da ACID, compartilhada na página do *Facebook: Dourados, recantos e histórias*, é possível assistir a um vídeo de 3:50 minutos referente a uma parte da solenidade de inauguração oficial do Espaço Feira Central Prefeito João Totó Câmara, constando na descrição da publicação: *Com discurso e homenagem de Francisco Libório ao prefeito de Dourados Murilo Zauith*. Notei que nos comentários da publicação original membros da família Libório parabenizam o orador e a “nova feira livre”. No palanque, além do prefeito, algumas personalidades públicas podem ser vistas (das quais reconheço Geraldo Rezende, Laerte Tetila, José Carlos Barbosa “Barbosinha” e Upiran Gonçalves). Em determinado momento do vídeo, quando o operador da filmagem faz um giro de 360°, é possível notar também o público presente. Apesar de ser uma filmagem amadora e o áudio estar um pouco comprometido, é possível ouvir alguns trechos do referido discurso de Francisco Libório, os quais transcrevo abaixo:

Não costumo fazer uso de palavras ao público, mas procurei, nesse momento oportuno, senhor prefeito, trazer algumas palavras de agradecimento dos moradores e profissionais da nossa rua Cuiabá. [...] as palavras utilizadas nesse momento nunca serão suficientes para representar o nosso agradecimento, a nossa admiração pela atual administração desse município de Dourados. Sua sensibilidade, que todo homem público deveria empregar na administração, fez com que hoje, moradores, empresários e proprietários de imóveis da antiga Feira Livre da rua Cuiabá sintam-se felizes e orgulhosos com tão grandiosa obra que hoje se inaugura, a nova feira pública de Dourados, no lugar que sempre mereceu. Essa obra, a nosso ver, já devia ter sido realizada em outras administrações, haja vista a sua peculiaridade de dar aos feirantes, bem como aos seus usuários, aquilo de mais nobre para o ser humano, ou seja, dignidade em todos os seus aspectos, principalmente no que diz respeito à segurança, saúde e bem-estar aos seus usuários. [...] (*Dourados, recantos e histórias*, 27 nov. 2016).

Finalizado o discurso, após aplausos e abraços entre os presentes no palanque, Francisco entrega um quadro ao prefeito com imagens da Feira Livre “antes e depois”, segundo o anúncio da mestre de cerimônias do evento. De acordo com Francisco, “uma lembrança da família Libório da rua Cuiabá pelos 34 anos em que tivemos momentos de alegria, mas também tivemos momentos de tristeza, não pelos feirantes, mas por alguns usuários que despercebidos de seus [inaudível] acabavam prejudicando a gente” (in *Dourados, recantos e histórias*, 27 nov. 2016). De fato, as relações sociais entre moradores e frequentadores da feira da rua Cuiabá, e também feirantes e poder público, deram origem a uma série de problemas e embates, verificados na análise das fontes e evidenciados ao longo desta tese.

Santos (2019), ao escrever sobre a Feira Livre e sua relação com o poder público, utilizou, para a contextualização de sua narrativa, uma entrevista com o vereador Elias Ishy (PT) realizada em 2019. Segundo a autora citada, o vereador em questão

[...] esclareceu que desde quando apresentaram o projeto da Nova Feira Livre na câmara municipal, considerando o que ia ser feito na Chácara Rigotti, houve bastante adesão política e o anseio douradense era de criar uma feira tal como a da Capital, mas para ele, a realidade douradense é totalmente diferente de Campo Grande, que é uma feira de gastronomia. Segundo Ishy (2019) nenhum deputado, nenhum prefeito da época consultou a comunidade para alterar a Feira Livre da Rua Cuiabá. “Chegaram lá e disseram é isso aqui, esse é o projeto e vai ser construído, mas muita coisa não contempla”. [...] **Ischy afirma que o projeto foi imposto e precisou ser engolido** (SANTOS, 2019, p. 91-92, destaques meus).

Apesar de não estar explícito no discurso de Ishy nessa entrevista o nome de quem apresentou o projeto de mudança da feira na Câmara de Vereadores e por quem ele, segundo o vereador, foi imposto, é possível sugerir que essa ação foi realizada via Executivo municipal. Isso porque, além da fonte da imprensa apresentar evidências relacionadas aos embates entre administração pública municipal, feirantes e MPE por conta da problemática sanitária do local, a justificativa elencada por Ishy (*apud* Santos, 2019, p. 92) para a mudança de local da Feira Livre seria “devido ao poder público lançar um olhar mais atento sobre aspectos de vigilância sanitária e saúde”. Além disso, foi possível verificar nas edições de *O Progresso* articulações entre o Executivo municipal e o Legislativo federal. Por outro lado, segundo o articulista Ilson Boca Venâncio: “A proposta era algo tão perfeito que até gerou desconfiança” (in *folha de dourados*, 31/12/2021).

Os recursos financeiros para a implementação do projeto foram apresentados no *O Progresso* ainda em 2014. No caderno *Dia a dia*, como subtítulo se nota: *Ministério da Agricultura empenhou R\$ 2,4 milhões, referentes a emendas do deputado Geraldo Resende e senador Waldemir Moka. Somado à contrapartida da Prefeitura, o investimento global será de*

R\$ 2,5 milhões. A matéria, que ocupou metade da página 21 do periódico, apresentou, em linhas gerais, o projeto como “um antigo sonho dos feirantes e da população douradense”, sendo mencionados novo local, amplas e modernas instalações que levam em conta as condições de saúde pública, espaços para comercialização de artesanato e realização de capacitações de feirantes, além de praça de alimentação, área administrativa e estacionamento, tendo como objetivo “mudar o padrão da feira”. Também contempla a matéria uma imagem de divulgação que, ao que parece, se trata de uma fotografia de uma parte do projeto arquitetônico (vista da entrada principal), cuja legenda é *Maquetes mostram estrutura que está sendo projetada para a futura feira livre de Dourados*. Em determinado momento do texto, lê-se: “O terreno para a construção da Feira pertencia à Chácara Rigotti, que foi doado à Prefeitura” (*O Progresso*, 2/7/2014, p. 21).

Já em 2015 foi noticiada a aprovação de R\$ 2,5 milhões através de convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF), viabilizados através de emenda dos parlamentares citados e, além disso, R\$ 3 milhões referentes ao fundo da Superintendência para Orientação e Defesa do Consumidor (PROCON), sendo esses valores referentes à primeira das duas etapas previstas para a obra (cf. *O Progresso*, 27/8/2015, p. 10). Em fevereiro de 2016 iniciou-se a abertura de ruas e a primeira fase das edificações, utilizando-se recursos do PROCON. Interessante notar que a utilização desse recurso para esse projeto foi motivo de questionamento e, até mesmo, indignação da ex-diretora executiva da instituição, Odila Schwingel Lange¹²⁴. No caderno *Opinião*, Odila expos seus argumentos e questionou as autoridades públicas sobre uma possível descaracterização do emprego da verba do fundo do PROCON.

[...] Não sei se é do conhecimento da população douradense e das autoridades competentes que esta obra está sendo construída com verba da Caixa Econômica Federal cuja contrapartida da prefeitura no valor de R\$ 3 milhões, será retirada do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor. Este Fundo, criado pela Lei 2.454/2001, posteriormente alterada pelas leis 3.262/2009 e 3.726/2013, **deve ser aplicado exclusivamente para a política de defesa do consumidor**, ou seja, deve ser investido em ações relacionadas com as atividades do Procon O Fundo, acima citado, provém de multas aplicadas pelo órgão de defesa do consumidor, ou seja, o Procon. Sendo multas, não são tributos, então não é nenhum imposto que forma este Fundo. Portanto não há que se dizer que estes valores foram pagos pelo contribuinte, mas, sim por pessoas e empresas que descumpriram a lei. Sem querer ofender ninguém, foram as infrações praticadas pelos fornecedores que deram origem a estas multas. [...] Gostaria de entender como e por que o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (Comdecon) aprovou a construção desta obra com verba do Fundecon. Quero ter acesso a esta Ata da reunião do Comdecon, aliás as ações do conselho devem ser abertas ao público e os extratos das atas

¹²⁴ A articulista se apresenta, na publicação, como: “Advogada, professora mestra em História, fundadora da Academia Douradense de Letras e membro da Academia de Letras do Brasil” (*O Progresso*, 19/5/2016, p. 2).

publicadas no D. O. do município. Mais um questionamento: a OAB está ciente deste fato? O representante da entidade junto a este Conselho levou o assunto a ser discutido com a direção? [...] Feitas essas considerações, **penso que seria importante ressaltar que a construção da Feira Livre beneficiará muito mais os fornecedores do que os consumidores. O que descaracteriza totalmente o emprego da verba do Fundecon.** Ademais tenho recebido informações de que o Procon está passando por diversas necessidades, pois, segundo as fontes, não possui papel, nem impressora, nem funcionários suficientes (sendo o trabalho desenvolvido quase que somente por estagiários), nem pessoa para efetuar a limpeza e outros dissabores que não cabe aqui citar. Como estudiosa do Folclore Brasileiro, eu pergunto: é justo desvestir um santo para vestir-se outro? Enquanto o órgão de defesa do consumidor morre à míngua, uma obra desta envergadura é construída com verbas que deveriam ser revertidas especificamente para ações deste órgão. Ah! Quem dera que o Procon aplicasse R\$ 3 milhões, por ele arrecadados, em defesa dos direitos consumeristas! **Sou contra a Feira Livre? De jeito nenhum! Penso que os douradenses merecem um espaço como aquele. Só não concordo que seja construído com verba do Fundecon.** Gostaria de ouvir a opinião do Ministério Público através da Promotoria de Defesa do Consumidor e de todos [os] consumidores que necessitam de informações e atendimento e de alunos e professores cujas ações educativas que deveriam ser realizadas pelo Procon não acontecem por aqui há muito tempo (in *O Progresso*, 19/5/2016, p. 2, destaques meus).

Registro que nas edições posteriores d' *O Progresso* não foram apresentadas pelo poder público respostas aos questionamentos de Odila Lange, nem houve repercussão do assunto. Apesar disso, anteriormente à publicação supracitada, no caderno *Dia a dia*, na coluna *Atenta*, assinada por Cesar Cordeiro, esse assunto foi mencionado: “Outra verba, do Fundo do Consumidor, vem sendo utilizada para a construção da feira-livre de Dourados. **Mas essa houve aprovação do Conselho do Consumidor e passou também pelo crivo do MPE**” (*O Progresso*, 28/9/2015, p. 10, destaques meus). Notei também que, na documentação que faz parte do processo instaurado pelo MPE em novembro de 2016, há uma matéria que registra a visita do prefeito Murilo Zauith e dos conselheiros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor às obras da “nova feira livre”. O diretor do PROCON, Rozemar Mattos, e o secretário de planejamento, Luís Roberto Martins Araújo, também estavam presentes. O conselheiro Lenilson Almeida da Silva se posicionou sobre o assunto:

[...] a aplicação do recurso do fundo na feira cumpre a sua finalidade, que é melhorar as condições para o consumidor. Na nova feira haverá [...] melhor atendimento, mais segurança, comodidade e condições de higiene para o consumidor. [...] melhora também as condições para os consumidores da rua Cuiabá, que hoje tem impedimento do trânsito nos finais de semana por conta da feira estar improvisada na via (*Diário Digital*, 23 out. 2016. Notícia de Fato nº 01.2016.00006859-7, anexos, 10 nov. 2016, n. p., in site MPMS).

Outro fato que chamou-me a atenção nesse sentido foi a alteração do valor utilizado do recurso financeiro do PROCON na matéria de prestação de contas das obras do Espaço Feira

Central, dois meses antes da inauguração, sendo esse R\$ 800 mil e não mais R\$ 3 milhões, conforme noticiado em edições anteriores (cf. *O Progresso*, 18/10/2016, p. 11).

Para além dessas questões, e contrariando a propaganda de evolução das obras apresentadas na imprensa local, que indicava que essas estariam na fase final, ocorreu a solicitação do embargo da obra, feita pelos feirantes ao MPE, poucos dias antes da inauguração da mesma. Em 10 de novembro de 2016 foi registrada a reclamação dos feirantes, tendo como requerente Lindomar Lemos de Souza, que relatou a inadequação da estrutura, bem como solicitou a permanência da atividade na rua Cuiabá¹²⁵. Parte dos feirantes estavam inseguros com a mudança e com o projeto, conforme relatou Lindomar: “[...] havia muitas dúvidas e insegurança entre feirantes por ser um projeto em que o local ainda não estava pronto para oferecer a mesma tranquilidade que estávamos acostumados” (in *folha de dourados*, 24/6/2021). Consta no processo administrativo a certidão de uma reunião ocorrida em 17 de novembro, no local das obras, entre feirantes, membros do poder público municipal e o promotor de justiça Dr. Amílcar Araújo Carneiro Júnior. Segundo o registro, os feirantes se declararam insatisfeitos com o projeto e apresentaram suas reivindicações. O município se colocou aberto a encontrar alternativas para atender às reivindicações dos feirantes, dentro das possibilidades econômicas e técnicas. Já o representante da 11ª Promotoria de Justiça de Dourados alegou que a sua atuação consistia na preservação da Feira Livre de Dourados como patrimônio histórico, não existindo, dessa forma, elementos para que houvesse impedimentos para a inauguração da obra (cf. Notícia de Fato nº 01.2016.00006859-7, 10 nov. 2016, p. 16-17 in *site* MPMS). Saliento que a discussão relacionada à Feira Livre de Dourados enquanto patrimônio cultural é tema do próximo capítulo desta tese.

Essa problemática foi noticiada também por meio da imprensa. Nesse sentido, os feirantes alegaram a impossibilidade de se mudarem para o novo local, por conta de que as obras estariam inacabadas. A repórter Valéria Araújo registrou as reclamações e posicionamentos do feirante Lindomar Lemos de Souza, membro da Associação dos Feirantes:

Pelo que nos foi oferecido, parte do hortifruti, além de profissionais do ramo alimentício e armarinhos não teriam espaço na nova feira e por isso ficariam de fora até a conclusão das obras da segunda etapa. Nós nos reunimos e decidimos que **ou vai todo mundo ou não vai ninguém**. Não é justo ir só metade dos feirantes. Além disso, o tamanho dos boxes não atende à demanda dos feirantes. [...] A grande verdade é que **os projetos foram sendo alterados**

¹²⁵ Lindomar Lemos de Souza aparece como representante dos feirantes nas fontes da imprensa e nos documentos relativos ao procedimento administrativo instaurado em 2016. “[...] com seu jeito conciliador, acabou tomando para si a responsabilidade de mediador entre os feirantes e o poder público para resolver diversos problemas de ordem burocrática e funcional, que vão surgindo constantemente em todo negócio e foi assim se tornando um líder entre os demais” (cf. Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 24/6/2021).

e nós feirantes ficamos de fora das discussões. Por isso ocorreu o impasse. [...] Fizemos um acordo de entregar um relatório contendo os pedidos de adequações mas já informamos que, **enquanto a feira não tiver espaço para todos, ninguém vai mudar e portanto continuaremos na Rua Cuiabá** até que a estrutura atenda os demais (in *O Progresso*, 17/11/2016, p. 10, destaques meus).

De fato, alguns feirantes mencionaram que foram excluídos do processo de planejamento e organização para a transferência de local da Feira Livre. Ao relatar sua trajetória enquanto feirante, Catarina Kamura afirmou que a mudança da Feira Livre da rua Cuiabá “não foi uma proposta de nós feirantes, e nem mesmo estamos sendo consultados para a elaboração do novo modelo” (in *folha de dourados*, 28/10/2020). Há de se registrar também que a mudança de local não teve adesão de todos os feirantes que exerciam suas atividades na rua Cuiabá, inclusive “[...] alguns abriram mão da atividade!” (cf. relato de Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 31/12/2021). Interessante notar que esse processo de exclusão já era presente no discurso de alguns feirantes em anos anteriores. Conforme relatou Davilson Alves Pinheiro, ao ser questionado sobre uma possível mudança da Feira Livre no final da década de 1990, afirmou: “O motivo para a mudança foi política por pressão de alguns moradores, não foi feita nem uma proposta para melhorar o que temos aqui na rua” (in BINELO, 1999, anexos – entrevistas).

Por outro lado, alguns feirantes se diziam esperançosos com a alteração de local e da estrutura organizacional, conforme relatou a feirante Adelaide, vendedora de peças de crochê, a Ilson Boca Venâncio: “A banca era mais ao centro da feira livre, com a mudança de padronização mudou de local, e ela diz ter uma grande expectativa com a reestruturação” (in *folha de dourados*, 1º jan. 2021). Já o feirante Marcolino, num discurso poético, revela com sensatez a forma como os sujeitos e instituições envolvidos nesse contexto deveriam proceder, utilizando uma metáfora ao relatar que “seria como mudar uma árvore que nasceu e cresceu em um lugar, para replantar em outro local, vai precisar de muitos cuidados para que ela vingue” (in *folha de dourados*, 13/10/2020).

De todo modo, mesmo contrariando um grupo de feirantes, a inauguração (da primeira fase das obras) do novo espaço para a feira de Dourados ocorreu em 26 de novembro de 2016. Ao que parece, a administração municipal tentou minimizar os problemas vinculados ao novo espaço e as obras estruturais da feira e o descontentamento de alguns feirantes com essas questões através da imprensa local. Com chamada de capa na primeira página, a matéria publicada no dia da inauguração da primeira etapa das obras do Espaço Feira Central Prefeito João Totó da Câmara destacou, como título *Murilo marca história com a nova feira livre*. A

narrativa se comprometeu a divulgar as homenagens feitas aos feirantes, além do ex-prefeito João Totó da Câmara e o jornalista César Cordeiro, homenageados através de suas famílias. O discurso do prefeito Murilo Zauith (registrado em imagem fotográfica na matéria) foi voltado diretamente aos feirantes: “Quantos feirantes formaram seus filhos e viveram com a renda da feira? E nós tivemos a oportunidade de fazer este trabalho junto com a Câmara, nossa equipe se desdobrou para fazer este projeto [da nova feira] e realizar a construção” (in *O Progresso*, 28/11/2016, p. 11, inserção entre colchetes feita pelo periódico). Na ocasião foram homenageados Paulina Oshiro, representando os feirantes da comunidade nipo-brasileira, e Eneas Ribeiro Marengo, feirante desde 1963.

Nos meses posteriores à inauguração da feira, a imprensa continuou noticiando os embates entre feirantes e Executivo municipal decorrentes do uso do novo espaço público destinado à prática comercial dos feirantes. Inclusive, a partir de 2017, essas questões foram direcionadas à nova prefeita eleita, Délia Razuk. Alguns títulos de matérias chamam a atenção e revelam as condições do espaço e da estrutura alguns meses após a inauguração, como por exemplo, *Obra inacabada derruba 50% das vendas na Feira. “Herança” de Murilo Zauith irrita feirantes e afugenta clientes. Cobertura não resiste à primeira ventania. Furtos e vandalismo aterrorizam comerciantes daquele local* (*O Progresso*, 15/2/2017, p. 9). Alguns membros do Legislativo são citados em matérias jornalísticas ao solicitarem medidas de readequação do espaço. Elias Ishy (PT) questionou a utilização dos recursos financeiros: “O que é lamentável e questionável é a gestão anterior gastar R\$ 3 milhões do Fundo do Procon – ação que está sendo questionada em sua legalidade – e ainda assim entregar algo que não atenda às principais reivindicações dos próprios feirantes” (in *O Progresso*, 31/1/2017, p. 11). Já Daniela Hall (PSD), presidente da Câmara de Vereadores na ocasião, pediu empenho na execução e finalização das obras, no sentido de atender definitivamente feirantes e consumidores (cf. *O Progresso*, 14/2/2017, p. 10).

Cabe ressaltar que, em dezembro de 2016, o MPE instaurou procedimento administrativo no sentido de acompanhar e fiscalizar as ações da administração pública municipal para a adequação da estrutura do Espaço Feira Central. Ao longo de mais de quatro anos, esse processo produziu uma série de documentos que retratam, em alguma medida, as articulações entre Executivo municipal e Judiciário estadual com relação ao uso de um equipamento público pelos cidadãos, bem como suas relações com o espaço ocupado na cidade e os sujeitos envolvidos diretamente no processo. Em janeiro de 2021 foi produzido o relatório que determinou o arquivamento do processo, considerando que:

[...] a mudança de endereço da Feira Livre, além de providenciar condições mais adequadas quanto à estrutura e segurança dos feirantes, atende ao pleito dos moradores da Rua Cuiabá e vias transversais (pp. 33-36), que se encontravam impossibilitados de usufruir livremente de seus direitos à locomoção e moradia ante a ocupação da via e calçadas em frente às suas residências. Por conseguinte, as principais modificações pleiteadas pelos feirantes, que se referiam, em suma, à área para carga e descarga, armazenamento de produtos, cobertura do local de hortifrutigranjeiros e secos e molhados, construção de banheiros, falta de segurança no local, além de fiscalização do setor de posturas no local, foram atendidas pela municipalidade nos limites de sua competência [...] (cf. Promoção de arquivamento, Relatório, Procedimento Administrativo nº 09.2016.000003368-6, 13 jan. 2021, p. 510-530 in site MPMS)¹²⁶.

Por fim, a mais recente normatização sobre o ordenamento e estruturação das feiras livres em Dourados foi oficializada em 2019. A apresentação do projeto de lei pelo Executivo ocorreu no final de julho e, após os procedimentos político-administrativos, a Lei nº 4380, de 6 de dezembro de 2019, foi publicada no *Diário Oficial* do município, dispondo sobre a regulamentação das feiras livres no município de Dourados. Novamente o poder público tenta vender uma imagem de parceria e união entre municipalidade e feirantes, como pode ser observado no discurso do responsável pela Secretaria de Agricultura Familiar de Dourados (SEMAF): “A partir da regulamentação o poder público e feirantes terão deveres e direitos bem definidos, garantindo segurança jurídica aos feirantes, e mais apoio na produção e comercialização de alimentos e artesanato” (cf. entrevista com Junior Bittencourt, data não informada, *apud* Santos, 2019). No entanto, a imprensa apresentou “um outro lado dessa moeda” ao divulgar que: “Entre as principais exigências [estabelecidas para os feirantes] estão o pagamento trimestral de uma taxa de permissão de uso e a exigência de cadastro junto à Secretaria Municipal de Agricultura Familiar” (*Dourados News*, 17/12/2019).

Cavalcanti (2015) também constatou, em sua pesquisa, a problemática envolvendo feirantes que reivindicam melhorias em seu local de trabalho e administração pública que, em alguma medida, acaba impondo determinadas ações (re)ordenativas dos espaços e das práticas laborais “de cima pra baixo”, revestidas de um discurso de participação e decisão coletiva. Para ele, esses discursos

[...] são vistos, muitas vezes, como “fábulas” consensuais ao serem repetidos como ideia de participação. Enquanto isso, práticas “autoritárias” são estruturadas e o pensamento de construção de espaços urbanos mais

¹²⁶ O requerente, o feirante Lindomar Lemos de Souza, foi comunicado em 10 de fevereiro de 2021, através de ofício, sobre o arquivamento do processo, bem como da possibilidade de interposição de recurso (cf. Ofício nº 0066/2021/11PJ/DOS, Procedimento Administrativo nº 09.2016.000003368-6, 10 fev. 2021, p. 535 in *site* MPMS). Cabe destacar que a situação atual desse procedimento administrativo é: Arquivado (consulta realizada em 30 set. 2021).

solidários, mediante a promoção da participação dos agentes socioespaciais são mitos difundidos pelos grupos hegemônicos que atuam, na verdade, no aprofundamento de desigualdades e na falsa formulação de sentimentos que habitam a satisfação e a condição de pertencimento à cidade (CAVALCANTI, 2015, p. 139).

De qualquer forma, penso que, para verificar e analisar a atual situação na qual convivem os feirantes do Espaço Central Feira Prefeito Totó da Câmara, basta frequentar a feira em algum final de semana. É possível notar a alegria e a simpatia dos feirantes no trato com seus clientes. Elementos diversos de sociabilidades se fazem presentes naquele espaço físico e simbólico. Mas também são visíveis os anseios e as necessidades de condições de trabalho que se colocam, além de alguns espaços vazios ou subutilizados e obras inacabadas. Necessidades essas que, em alguns casos, são relativas à dignidade humana, como as condições de saneamento básico e segurança. E muitas outras questões vivenciadas por esses trabalhadores há décadas, sendo que, conforme destaquei neste capítulo, a grande maioria dos problemas enfrentados por feirantes e consumidores permanece presente e recorrente, atestando a forma como o poder público compreende e realiza a gestão da feira no espaço urbano de Dourados desde a sua criação, no final da década de 1940.

Capítulo 3

A Feira Livre de Dourados: as problemáticas do patrimônio cultural (i)material

Neste capítulo trato o objeto de pesquisa na perspectiva do patrimônio cultural, sendo o mesmo tombado pelo município desde 2010. Considerando a Feira Livre como uma das heranças da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), apresento e problematizo, inicialmente, os demais bens culturais patrimonializados nesse mesmo contexto, a fim de situar o leitor sobre a historicidade do patrimônio cultural em Dourados, além da situação atual em que esses bens se encontram. O processo de patrimonialização da Feira Livre é analisado, contemplando seus antecedentes, os bastidores, as inconsistências e inadequações relacionadas à aplicação do instrumento protetivo. A partir da patrimonialização da Feira Livre e dos eventos decorrentes dessa, abordo as diversas fragilidades da “política patrimonial” de Dourados. Para além disso, exploro a temática do lugar (rua Cuiabá) enquanto espaço físico e simbólico que expressa sentidos e significados relacionados a esse patrimônio. Nesse contexto, foi possível analisar os diversos olhares: o da imprensa local, o do morador do entorno da feira, do feirante e, sobretudo, o olhar do Ministério Público Estadual (MPE), do Executivo e Legislativo municipais com relação aos usos e intenções sobre/para com o patrimônio cultural Feira Livre de Dourados. Como fontes, utilizo a imprensa local (tanto impressa como *online*), documentos oficiais relacionados ao patrimônio cultural do município e, mais propriamente, ao tombamento da Feira Livre, e fontes orais, com destaque ao depoimento de Roberto Djalma Barros, fundamental para se compreender o contexto político que envolveu o processo de tombamento.

3.1. Os bens culturais patrimonializados em Dourados: o patrimônio preservado(?) através da herança da CAND e a tentativa inicial de legislar para o patrimônio

Dourados é a segunda maior cidade do Mato Grosso do Sul, com mais de 220 mil habitantes, centro de diversificados serviços que abastecem a região, sobretudo nos setores de comércio e de saúde. Destaca-se ainda no setor de produção agrícola, sucroenergético e no segmento de negócios e eventos, além de se constituir enquanto polo agroindustrial e educacional. Sua história é formada principalmente pelos marcos históricos: Guerra do Paraguai, extração de erva-mate, Território Federal de Ponta Porã, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Colônias Agrícolas CAND e CMD. Esses elementos históricos proporcionaram diferentes tipos de fluxos migratórios que, em grande parte, contribuíram com o cenário multicultural que a cidade e seus habitantes apresentam. Além de serem representados como “marcos da história”, esses eventos históricos atuam também como perpetuadores das memórias dos “pioneiros¹²⁷” e foram responsáveis, em alguns casos, por embasar as justificativas para a legitimação do patrimônio cultural municipal.

Por outro lado, é importante salientar que, apesar de o município possuir uma das maiores reservas indígenas do país, formada por cerca de 15 mil habitantes das etnias Guarani, Kaiowá e Terena, que são igualmente produtores de relevante e diversificado patrimônio cultural, não há, até a atualidade, bens culturais patrimonializados pelo poder público que representem essas populações. A Reserva Indígena de Dourados (RID), localizada às margens da MS-156, trecho Dourados-Itaporã, é divulgada no *site* da prefeitura municipal como um dos atrativos turísticos do município, constando a informação de que a visita deve ser realizada mediante a autorização e agendamento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Apesar da RID estar na lista de atrativos turísticos do município, é notável que a infraestrutura ofertada aos visitantes, bem como à comunidade indígena local, é precária, inclusive do ponto de vista turístico. Consultando o Inventário Turístico de Dourados (2018), observei que não há transporte urbano até o atrativo, nem equipamentos e serviços que atendam a possível demanda turística; como exemplo cito os itens listados no próprio documento: sanitários, locais para

¹²⁷ Termo usado nesta pesquisa entre aspas por se referir à população não indígena, sobretudo na produção e no discurso memorialista. No entanto, é sabido que, anteriormente à chegada dos migrantes, no final do século XIX e início do século XX, a região já era habitada pelas etnias Guarani e Kaiowá.

alimentação, estacionamento, visitas guiadas, serviços de segurança e limpeza, sinalização. O único equipamento e serviço listado pela Prefeitura Municipal é: quitandas¹²⁸.

O patrimônio cultural de Dourados foi objeto da tese de Márcia Bortoli Uliana, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Intitulada *O patrimônio cultural multifacetado: tensões, contradições e usos em Dourados (1984-2018)*, a tese teve como objetivo “analisar as representações e usos do patrimônio cultural na esfera pública em Dourados, entre 1984 e 2018, sendo utilizadas diversas fontes históricas, como legislação municipal, imprensa e ações civis públicas produzidas pelo Ministério Público Estadual” (ULIANA, 2019, p. 9). Nesse sentido, ao analisar a atuação dos poderes Executivo e Legislativo municipais, a criação e reativação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados (COMPHCAD), o papel da imprensa local e do Ministério Público Estadual (MPE) em relação ao processo de patrimonialização em Dourados, Uliana (2019) conclui que:

Embora tenha sido utilizado como instrumento político que buscou a afirmação de determinados sujeitos, memórias e histórias locais, o patrimônio cultural local foi construído como derivação da cultura e de leituras restritas da própria cultura e, por sua vez, do patrimônio. Em Dourados, o patrimônio cultural local, contraditório e multifacetado, ainda é objeto de discurso e prática do poder público, de agentes/representantes que atribuem valores em nome da população (ULIANA, 2019, p. 9).

Essa produção acadêmica também dá destaque à Feira Livre de Dourados e, nesse sentido, as observações e conclusões de Uliana (2019) foram importantes para o entendimento dos fatos e da complexidade que envolve o processo de patrimonialização da Feira Livre e seus desdobramentos, atentando-se, sobretudo, para a “atuação de uma variedade de agentes e sujeitos, desde os feirantes, o Executivo e o Legislativo Municipal, o MPE, os moradores da Rua Cuiabá e arredores onde a Feira ocorria, os periódicos locais, as universidades, os consumidores, entre outros” (ULIANA, 2019, p. 97).

Ao adentrar a temática da historicidade do patrimônio cultural em Dourados, notei que o processo de patrimonialização iniciou-se durante a década de 1980, a partir de proposições do Legislativo municipal. Desde então, alguns bens culturais considerados relevantes (por determinados grupos sociais) para a história, memória e identidades do município de Dourados foram legitimados pelo poder público enquanto patrimônios culturais, e muitos deles expressam a história, bem como identificam as colônias agrícolas (mais propriamente a CAND), além de

¹²⁸ Para mais informações sobre a RID, acessar: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3656>. Acesso em 30 jul. 2020. A versão mais atualizada do Inventário Turístico de Dourados (edição 2020) contempla apenas dados informativos básicos sobre a RID.

fazerem alusão aos colonos que se fixaram na região. Vale lembrar que a CAND e os colonos, com o passar do tempo, se constituíram enquanto símbolos do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, político e territorial de Dourados, visão essa firmemente veiculada pela imprensa, pelo poder público e pelos memorialistas locais.

Em meio a tombamentos de inúmeras árvores¹²⁹, alguns prédios históricos e, mais recentemente, monumentos diversos e bens relacionados à imaterialidade do patrimônio cultural, os elementos representativos da herança histórica da CAND tombados em âmbito municipal, segundo a denominação em suas respectivas leis e ano de tombamento, são: o Cruzeiro, marco do início do N.C.D (Núcleo Colonial de Dourados) (1987); Casa de madeira do Distrito de Vila São Pedro (1989); Marco de Cimento (1990); a Feira Livre de Dourados (2010); o Monumento ao Colono (2018); a estátua do Presidente Getúlio Vargas (2018).

Localizado na MS-276, no trecho entre os distritos de Vila São Pedro e Indápolis, km 2, lote 23, quadra 52 e tombado como patrimônio histórico municipal através da Lei nº 1443, de 21 de outubro de 1987, na gestão do prefeito Luiz Antônio Álvares Gonçalves, o Cruzeiro, feito de madeira da espécie aroeira, foi utilizado, segundo consta, como pedra fundamental pela administração da CAND em 1943 para demarcar territorialmente, bem como registrar historicamente o início da colonização na região (cf. MENEZES, 2011, p. 11; Perfil socioeconômico de Dourados MS, 2018, p. 110; Inventário Turístico de Dourados, 2018, p. 25;

¹²⁹ Mais de 40 bens tombados em Dourados são espécimes de árvores. Embora pouco usual no Brasil, o tombamento de árvores é possível. Ao falar sobre a “natureza tombada”, Kersten (2000, p. 152) diz que: “A adequabilidade do instrumento jurídico do tombamento para a proteção de elementos da natureza, vivos e dinâmicos, é discutível. Alguns juristas entendem que a noção de tombamento remete à permanência ou inalterabilidade, não se coaduna com os chamados *bens naturais*” (destaque do original). Segundo Rabello (2015, p. 4), a prática se direciona para espécimes específicos que se destacam pelo seu porte, beleza e/ou interesse científico. Nesses casos, o instrumento protetivo tem como objetivo evitar danos aos espécimes tombados. No entanto, ao analisar os documentos referentes ao tombamento de árvores em Dourados (grande maioria formada por figueiras), notei que grande parte das justificativas para tal (quando acompanham seus respectivos projetos de lei) não estão relacionadas à proteção dos espécimes, mas sim à evocação da memória de “pioneiros”, seja porque plantaram as árvores (Maria da Glória Muzzi Ferreira, Weimar Gonçalves Torres) ou porque elas ficavam próximas às suas residências (Marcelino Pires, Pedro Palhano). Outro aspecto relevante a se mencionar é que muitas dessas árvores tombadas não existem mais na atualidade. De acordo com reportagem do jornal eletrônico *Dourados News*, de setembro de 2019, das 48 árvores tombadas, 7 “desapareceram” (6 figueiras e 1 jequitibá) e não foram citadas no Relatório Diagnóstico da Arborização Urbana de Dourados – Produto II do Plano Diretor de Arborização Urbana, apresentado na Câmara Municipal. Fonte: <https://www.douradosnews.com.br/dourados/patrimonio-historico-seis-figueiras-e-um-jequitiba-sumiram-em/1111862/>. Acesso em 10 jul. 2020. Outro documento interessante que pode atestar a predileção do poder público municipal para identificar árvores como potenciais elementos para o tombamento do patrimônio histórico é o Plano Diretor de Dourados (2003), que traz em seu anexo XXB uma relação de 28 unidades identificadas como potenciais, sendo que, dessas, 19 são espécimes de árvores. Ainda sobre esse tema, cabe ressaltar que Uliana (2019), ao mencionar o Decreto Municipal nº 75, de 20 de setembro de 1985, referente ao tombamento de um conjunto de figueiras, afirmou: “O decreto municipal fez referências às **figueiras plantadas num período de colonização promovida pela CAND**” (ULIANA, 2019, p. 55, destaques meus). No entanto, não encontrei no referido decreto tal informação. Dessa forma, não considero que esses bens tombados façam parte do que chamo aqui de “herança da CAND”, por não haver relação direta com a temática.

Inventário Turístico de Dourados, 2020, p. 207). Considerado um atrativo turístico do município, é um “guardião” da memória da CAND, pois estão enterrados sob o cruzeiro, acondicionados em um frasco de vidro, documentos referentes a esse evento inaugural. De propriedade pública e visitação gratuita, atualmente é abrigado pelo Museu da CAND, inaugurado em 2016 (cf. Inventário Turístico de Dourados, 2018, p. 25;).

Menezes (2011) faz uma análise crítica sobre a situação de preservação histórica do monumento anteriormente à sua vinculação com o museu. Segundo a autora citada, embora tombado no final da década de 1980, não foi efetivamente preservado, permanecendo “no anonimato, não recebendo a devida atenção” e, além disso, “era devorado por cupins”. Somente em 1993, em função das comemorações do cinquentenário da CAND, é que foi restaurado e recebeu uma cobertura, ações essas viabilizadas através da Fundação de Cultura e Esportes de Dourados (FUNCED) (MENEZES, 2011, p. 11). Também por intermédio da FUNCED, foi realizada uma restauração do bem cultural em 2004 (cf. Patrimônio Cultural de Dourados MS, n. p., in *site* da Prefeitura de Dourados).

Em 13 de junho de 2012, durante uma palestra direcionada para os acadêmicos do curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Daisy da Rosa Vargas Gonçalves, lotada na Secretaria Municipal de Cultura (SEMC) e representando naquela ocasião o secretário de cultura Carlos Fábio Selhorst dos Santos, declarou, utilizando imagens do referido patrimônio em sua apresentação de *Power Point*, que, de acordo com o inventário realizado pela secretaria referente aos bens culturais tombados no município, a situação do Cruzeiro era a seguinte: “O madeiramento do cruzeiro está corroído, e a estrutura que cobre o monumento está danificada” (GONÇALVES, 2012, *slide* 7). Num outro momento, a preservação do monumento foi discutida no âmbito do COMPHCAD em reunião no dia 10 de março de 2015. Na ocasião, o presidente do conselho, Carlos Fábio Selhorst dos Santos, apresentando o questionamento da Secretaria de Planejamento quanto à necessidade de restauro do Cruzeiro, mencionou a “possibilidade de colocar o cruzeiro original no museu [referiu-se ao Museu Histórico de Dourados, que atualmente tem seu acervo localizado em uma das salas da rodoviária municipal] e colocar uma réplica no local, no sentido de preservar”. Naquela ocasião, a Secretaria de Planejamento solicitou posicionamento do COMPHCAD com relação ao Cruzeiro pois planejavam-se as obras para a construção do Museu da CAND naquele local e verificou-se o desgaste do bem cultural tombado pelo município. Porém, diante do posicionamento dos conselheiros presentes na reunião, as seguintes tratativas foram registradas: “que o cruzeiro deve ser tratado com produto para cupins, deve também ser passado um produto impermeabilizante e deixado no local onde está” (cf. Ata de reunião do COMPHCAD, 2015, n.

p.). Nesse sentido, é fundamental que as ações relacionadas à preservação desse tipo de patrimônio cultural sejam controladas e constantes, haja vista a recorrente necessidade de manutenção do material orgânico do qual o bem é composto e, ainda, a sua efemeridade biológica.

Precedendo o debate sobre a criação da LOM¹³⁰ e do COMPHCAD, ambos formalizados em 1990, e, ainda, em paralelo às discussões sobre a necessidade de legislação normativa de proteção do patrimônio cultural no município, ocorreu “uma das principais discussões acerca dos tombamentos via decretos, projetos de leis municipais, no interior do Legislativo douradense” (ULIANA, 2019, p. 58). Tratou-se da Casa de Madeira do distrito de Vila São Pedro, ou, como é popularmente conhecida, a Casa de Madeira da CAND, imóvel esse particular e que, segundo a visão da gestão pública municipal naquele momento, deveria ser desapropriado para se poder executar o tombamento¹³¹. Segundo Uliana (2019):

A aprovação do Projeto de Lei nº 050/89, da Casa de Madeira da CAND, foi responsável por um debate sobre a necessidade de cautela nos tombamentos realizados pela Câmara Municipal, pois envolveu, neste caso em específico, a desapropriação de imóvel privado, ressaltando-o como um dos aspectos no Projeto de Lei nº 021/90 e mantido na Lei Complementar nº 02/90 (ULIANA, 2019, p. 62).

Tombada pela Lei nº 1600, em 15 de dezembro de 1989, na gestão do prefeito Antônio Braz Genelhu Melo, a casa de madeira localizada à margem esquerda da BR-163, sentido Dourados-Campo Grande, de propriedade de Albino Gonçalves da Silva, no perímetro urbano do Distrito de Vila São Pedro, possui (possuía?) madeiramento fixado horizontalmente, sendo um tipo de aspecto construtivo diferente do habitual na região, além de se constituir num “dos últimos exemplares construídos no período da CAND” (ULIANA, 2019, p. 58)¹³². Conforme

¹³⁰ A LOM foi promulgada em 5 de abril de 1990; publicada no mesmo dia na edição nº 5219 d’*O Progresso*, p. 5-9, sendo que seus anteprojetos tiveram destaque nas edições nºs 5203 e 5210 do mesmo periódico (10 e 11/3/1990 e 23/3/1990 respectivamente).

¹³¹ De acordo com a legislação federal, o bem móvel ou imóvel a ser tombado não precisa necessariamente ser desapropriado. No entanto, é fundamental que as características do bem cultural sejam mantidas quando o tombamento for efetivado. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): “O proprietário, inclusive, poderá alugar ou vender o imóvel e, para tanto, o adquirente deverá notificar ao órgão responsável pelo seu tombamento sobre a alteração de propriedade para a atualização de registro” (cf. Perguntas frequentes – Patrimônio Material – Tombamento. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9>. Acesso em 15 jul. 2020.

¹³² Não é objetivo desta pesquisa aprofundar a investigação em torno da desapropriação do referido imóvel, nem ir *in loco* em busca de encontrá-lo e/ou atestar suas condições, até porque não consta na documentação referente ao tombamento a localização exata do mesmo, nem placa sinalizadora patrimonial. No entanto, no documento *Patrimônio Cultural de Dourados MS*, produzido pela FUNCED e disponível no *site* da Prefeitura de Dourados, consta que “na data de seu tombamento era de propriedade do Sr. Albino Gonçalves da Silva” (destaque meu). Disponível em: http://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/233Lazer_Patrimonio_Historico_Cultural_Dourados_MS.pdf. Acesso em 15 jul. 2020.

apresentação de Daisy Gonçalves em palestra supracitada, as condições da casa em junho de 2012 seriam de decomposição, o que pôde ser atestado pelas fotos apresentadas pela palestrante. A matéria publicada em 2013 no jornal digital *Dourados Agora* dá conta de que o MPE constatou que o imóvel estava em “avançado estado de deterioração”. Além disso, “o lugar teria passado por alterações em sua estrutura e até já recebeu ‘puxadinho’, supostamente irregular” (*Dourados Agora*, 5/8/2013). Já em 2015, no inventário patrimonial realizado pela SEMC que gerou o documento *Relação do Patrimônio Tombado de Dourados*, consta anotação de que a Casa de Madeira da CAND “**Não existe mais**” (destaques do original). Informo que esse documento foi enviado em 11 de março de 2015 via *e-mail* aos conselheiros do COMPHCAD, conforme solicitado em reunião realizada no dia anterior, que teve como principal pauta a discussão da restauração do Cruzeiro. Observo também que a preocupação com a preservação histórica e material do imóvel já era pauta em 1989, pois, conforme o então vereador Carlos Roberto Cristino de Oliveira¹³³, com o tombamento da Casa de Madeira o município promoveria sua proteção “contra a ação corrosiva do tempo ou mesmo contra a destruição pelos próprios proprietários” (cf. Relatório da Comissão de Educação e Cultura, 1989, p. 17 *apud* Uliana, 2019, p. 63). Ironicamente, o que o relator temia, justificando a proteção do referido patrimônio, ao que parece, se concretizou.

O Marco de Cimento foi um patrimônio tombado pelo município pela Lei nº 1621, de 7 de junho de 1990, na gestão do prefeito Antônio Braz Genelhu Melo. Utilizo o verbo no passado pois esse monumento não existe mais na atualidade e não se sabe quando, nem como, ocorreu sua retirada do local original ou a sua destruição. Segundo o MPE, que constatou a falta de ações protetivas para o patrimônio cultural em Dourados, de acordo com a reportagem de Valéria Araújo, intitulada *Justiça obriga Dourados a restaurar 13 patrimônios históricos e culturais*, o Marco de Cimento “desapareceu com o tempo” (*Dourados Agora*, 5/8/2013). Recebeu um nome, segundo sua lei de tombamento, “Presidente Getúlio Vargas”, figura fortemente identificada no imaginário popular douradense como idealizador da CAND e responsável pelo desenvolvimento de Dourados, um agente possibilitador de sua projeção econômica e política. A justificativa para sua importância patrimonial e decorrente proteção estava pautada na condição de que “servia como divisa do perímetro suburbano e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados” (Lei nº 1621, de 7/6/1990, art. 1º in *site* da prefeitura de Dourados). De acordo com

Os dados referentes à localização e caracterização da propriedade constam no documento *Relação do Patrimônio Tombado de Dourados*, in arquivo SEMC, n. p.

¹³³ Relator da Comissão de Educação e Cultura para o Projeto de Lei (PL) nº 50/1989, que deu origem à Lei de Tombamento nº 1600/1989.

Daisy Gonçalves (2012, *slide* 19), era localizado no encontro da atual rua Antônio Elias com o Corredor Público, a poucos metros da avenida Marcelino Pires, nos arredores do Monumento ao Colono¹³⁴. Há, no *slide* 17 da mesma apresentação, uma observação: “esse monumento se desintegrou”. Essa mesma observação consta na *Relação do Patrimônio Tombado de Dourados*. Já no documento *Patrimônio Cultural de Dourados MS* cita-se no campo *Observações* que: “Não foi encontrado no local”. Em matéria do jornal *O Progresso*, o promotor de justiça do patrimônio histórico, Paulo Cesar Zeni, se posicionou em 2011:

[...] quanto ao “sumiço” do marco de Getúlio Vargas, não se tem muito o que fazer. “Não dá para pedir que o marco seja reconstruído ou refeito, porque o símbolo que estava tombado é que tinha valor histórico. O ideal é que, a partir de agora, se faça manutenção dos marcos para evitar novas perdas. **É a história de Dourados se esvaindo**” (in *O Progresso*, 6/10/2011, p. 12, destaques meus).

Relegado ao desconhecimento e à falta de proteção patrimonial, pouco se conhece sobre sua história, apesar de seu tombamento datar de um pouco mais de 30 anos. Ausente nas produções de conteúdos acadêmicos e institucionais, desapareceu em uma “das pontas da cidade”, perpassando vagamente a lembrança de poucos¹³⁵.

Por outro lado, através dos debates via Legislativo municipal inseridos no âmbito da patrimonialização da Casa de Madeira da CAND e do Marco de Cimento, foi desencadeada “a elaboração de lei municipal específica ao patrimônio local [Lei Complementar nº 2, de 9 de novembro de 1990], que resultou na formação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados” (ULIANA, 2019, p. 64).

Outro ícone de representação e rememoração da CAND, o Monumento ao Colono fica em um dos acessos à cidade, na avenida Marcelino Pires – BR-163, saída para Campo Grande. Seu projeto foi concebido pelo arquiteto Luiz Carlos Ribeiro em 1992, vencedor de concurso instituído durante a gestão do prefeito Antônio Braz Genelhu Melo, tendo como objetivo representar e destacar a importância do trabalho dos colonos da CAND. Ao apresentar a obra, o idealizador explicou que foi concebida

¹³⁴ Não há consenso sobre essa localização entre os moradores mais antigos da cidade. Consultando a página situada no *Facebook: Dourados, recantos e histórias* (teor memorialístico), verifica-se que dois representantes da “tradicional” família Mattos conversam sobre a possibilidade de o Marco de Cimento ter sido localizado exatamente onde fica atualmente o Monumento ao Colono (*Dourados, recantos e histórias*, 25 jul. 2016). Disponível em: https://www.facebook.com/groups/douradosrecantoshistorias/?post_id=632064920291584. Acesso em 15 jul. 2020.

¹³⁵ Saliento que no dia 15 jul. 2020 contactei, via *WhatsApp*, o historiador Carlos Magno Mieres Amarilha, responsável pela página do *Facebook: Comissão de Revisão Histórica de Dourados*. Questionado sobre a produção de conteúdos sobre o Marco de Cimento, Amarilha respondeu: “Não temos nada”. Ressalto, igualmente, que desconheço haver produção acadêmica no âmbito do PPGH/UFMGD em relação ao Marco de Cimento.

[...] a ideia da curvatura da terra com um aterro gramado, e em sua saia imprimimos em concreto o mapa da Colônia Federal, fincando para cada aglomerado urbano hoje existente na área uma floreira, também em concreto, com vegetação da região com os nomes destas cidades e vilas. [Nesse sentido, foram representados os distritos de Panambi, São Pedro, Vila Vargas, Indápolis, e as atuais cidades: Fátima do Sul, Dourados, Glória de Dourados, Deodápolis, Vicentina, Jateí e Douradina, com seu distrito Cruzaltina]. [...] Essa obra é uma representação escultural do colono e seu trabalho, com braços e mãos saindo da terra, membros executados em concreto aparente como se estivessem retirando do chão o que a terra produz e içando para os céus o fruto deste trabalho representado por lâminas de concreto aparente (in *Campo Grande News*, 2/12/2015).

A representação dos braços e mãos dos colonos na referida obra foi e ainda é alvo de polêmica entre os moradores. Por ter sido construído na gestão de Braz Melo, o monumento foi aos poucos sendo identificado no imaginário popular como “mão do Braz”. Numa tentativa de desconstruir essa representação, notei algumas abordagens na imprensa, como a seguinte matéria: *Nossa história: a ‘mão’ que não é do Braz* (*Dourados News*, 25/5/2019). Além disso, alguns moradores, ironicamente, apelidaram o monumento como “chega de gaúcho”, em alusão ao grande grupo migratório oriundo do sul do país que veio para a região no final do século XIX e sobretudo durante a década de 1970. Ernandes (2009) aprofunda e amplia sua crítica sobre essa questão.

A construção deste monumento foi alvo de críticas e caiu no populacho sob o vulgo de mão do Braz. Alvo de críticas, tanto no valor da obra quanto em sua eficácia, a população passou a tratá-lo com deboche, pois na Praça Antônio João já tinha uma estátua em homenagem aos colonos desde a década de 1960. Era redundante, era insistir no óbvio. Sem muita eficiência, com mais recusa do que aceitação, este monumento não deu conta de contemplar a situação multicultural, ou seja, comungava com o discurso homogeneizador e não reconhecia de modo explícito as diferentes culturas e costumes existentes na cidade (ERNANDES, 2009, p. 110).

Com o passar do tempo, as notícias na imprensa dão conta de que o Monumento ao Colono era alvo de pichações e vandalismo, além de relatarem o furto de sua placa identificadora. Em maio de 2011 divulgou-se que a obra recebeu ações de reforma a partir de uma parceria público-privada, sendo realizada “a poda de grama, retirada do mato que existia nas imediações, reparos na rede elétrica e reforma da pintura do monumento” (*Douranews*, 31/5/2011). Anteriormente a esse acontecimento, um grupo de moradores liderado pelo historiador Carlos Magno Mieres Amarilha pediu o tombamento do monumento para que fosse preservado, fato que, segundo ele, também poderia contribuir para “a difícil desmistificação do apelido que o monumento recebeu e que já foi inserido no espectro da população, [além de] preservar acesa a história da CAND e, principalmente, de muitos de seus trabalhadores [...]”

(*Dourados Agora*, 15/2/2008). Essa possibilidade já havia sido veiculada quando da criação do Plano Diretor de Dourados (PDD), em 2003. Nos documentos anexos a esse plano são listados alguns locais que teriam potencial para o tombamento, e entre eles estava o Monumento ao Colono¹³⁶. Porém, o tombamento ocorreu anos depois, em 2018, pela proposição do então vereador e anteriormente prefeito na ocasião da execução da obra, Braz Melo, através da Lei nº 4183, de 24 de maio. Compõe a lista oficial de atrativos turísticos de Dourados e, pela sua grandiosidade e ponto referencial estratégico, tornou-se um local onde moradores e visitantes podem fazer registros fotográficos (cf. Inventário Turístico de Dourados, 2018; *site* da Prefeitura Municipal, *link* Turistas – o que visitar).

Outro monumento patrimonializado em 2018 foi a estátua do presidente Getúlio Vargas. Conforme já apontado no 1º capítulo, posso assegurar que a figura de Vargas é uma das mais associadas com as noções de progresso, desenvolvimento e modernidade em Dourados, discurso esse reproduzido sobretudo pela imprensa e pelos memorialistas locais e que acabou se fixando no imaginário dos moradores. É atribuída a ele a doação de terras aos colonos da CAND, além da idealização das colônias agrícolas como locais que promoveriam uma vida melhor aos migrantes e, conseqüentemente, devido ao desenvolvimento econômico e territorial, aos moradores locais. Dessa forma, devido ao potencial agrícola gerado pelas colônias, a região de Dourados ficou conhecida através da imprensa como “celeiro da Nação” e Vargas como o principal benfeitor nesse projeto.

Nesse sentido, como uma forma de homenagem ao “mito fundador da CAND”, alguns elementos urbanos receberam seu nome, como por exemplo, uma das principais avenidas da cidade, uma das mais tradicionais escolas públicas e o monumento Marco de Cimento (como já citado anteriormente). Nos arredores de Dourados cito o distrito Vila Vargas e uma escola construída naquele local. “Na cidade de Fátima do Sul – primeira cidade surgida a partir da CAND – a praça central denomina-se praça ‘Getúlio Vargas’, tendo no mesmo local um busto do presidente” (MENEZES, 2011, p. 8). Em 1991 foi inaugurada uma estátua representativa de Vargas que ficava localizada numa rotatória no centro da cidade de Dourados, no encontro das avenidas Joaquim Teixeira Alves e Presidente Vargas. Construída na gestão do prefeito Braz Melo, foi, segundo ele, intencionalmente posicionada de frente para a CAND, conforme artigo de sua autoria, intitulado *O Monumento ao colono* (*Dourados Agora*, 7/5/2009). Aos pés da

¹³⁶ Lei Complementar nº 72, de 30 de dezembro de 2003. Institui o Plano Diretor de Dourados, cria o Sistema de Planejamento Municipal e dá outras providências. As informações referentes ao conteúdo dos anexos XXA e XXB *Unidades identificadas para tombamento de patrimônio histórico de Dourados* podem ser acessadas no site da Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/lc-72-institui-o-plano-diretor-de-dourados-cria-o-sistema-de-planejamento-municipal-e-da-outras-providencias/>. Acesso em 24 jul. 2020.

estátua havia uma placa que continha, além de um texto exaltando a CAND e os colonos, os seguintes dizeres: “Ao notável estadista, Presidente Getúlio Vargas, responsável por essa história de progresso e desenvolvimento, a justa homenagem de um povo agradecido”. Menezes (2011) analisou o monumento, revelando que:

A forma como Vargas foi representado nesta estátua lembra as tradicionais imagens pelas quais o presidente é representado nos livros didáticos, onde está sempre olhando de cima para baixo e sorrindo, passando a impressão paternalista de um presidente feliz e satisfeito com sua obra (MENEZES, 2011, p. 9).

Com a intenção de rememorar a figura e os feitos de Vargas, era comum notar que anualmente, no dia 24 de agosto (aniversário de sua morte), havia flores aos pés da imagem e geralmente um grupo de antigos petebistas (ex-militantes do Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Vargas em 1945) se reunia no local para homenageá-lo (cf. *Petebistas relembram morte de Getúlio Vargas durante ato em Dourados*. Disponível em: <http://www.conjunturaonline.com.br/noticia/politica/petebistas-relembam-morte-de-getulio-vargas-durante-ato-em-dourados>. Acesso em 17 jul. 2020). “Entre os que mais reverenciavam essa homenagem, destacavam-se os advogados já falecidos Harrison de Figueiredo e Ramão Perez, dirigentes do antigo PTB e lideranças do PDT, que reacendeu a figura de Leonel Brizola no cenário político nacional” (*Douranews*, 24/8/2010). Com o passar dos anos essa prática ficou cada vez menos frequente (cf. *Monumento a Getúlio Vargas amanhece sem homenagens*. Disponível em: <http://www.douranews.com.br/index.php/dourados/item/214-monumento-a-get%C3%BAlio-vargas-amanhece-sem-homenagens>. Acesso em 17 jul. 2020). Em 2014, na gestão do prefeito Murilo Zauith, através de uma ação de reordenamento do centro urbano municipal, a rotatória que existia no cruzamento das avenidas Presidente Vargas e Joaquim Teixeira Alves foi retirada e substituída por um semáforo. Dessa forma, a estátua de Vargas foi realocada no início da avenida Presidente Vargas, no acesso à cidade pela Perimetral Norte e MS-156, que liga Dourados a Itaporã. Coincidência ou não, o ex-presidente, que antes direcionava seu olhar para a CAND, agora o faz para a CMD. Assim como no caso do Monumento ao Colono, a estátua que faz referência ao presidente Getúlio Vargas também foi construída na gestão de Braz Melo, revitalizada em 2003 e tombada através de PL de sua autoria, como vereador, em 2018, por meio da Lei nº 4194, de 26 de julho.

Analisando o contexto histórico associado às colônias agrícolas, considero que a Feira Livre de Dourados também pode ser entendida como um legado das mesmas. Além disso, grande parte dos bens patrimonializados em Dourados são derivados do contexto histórico e cultural da CAND. Conforme apresentado no 1º capítulo desta pesquisa, a feira foi criada em

1948 a partir de uma demanda que envolveu os colonos, o poder público e a população local urbana. Dessa forma, dedicarei as próximas páginas a analisar o processo de patrimonialização da Feira Livre de Dourados, os antecedentes, problemáticas e desdobramentos inerentes a esse processo.

3.2. O processo de patrimonialização da Feira Livre de Dourados: antecedentes e bastidores

O caderno *Política* do jornal *O Progresso* anunciou em 5/5/2010, em sua quarta página: *Projeto de lei beneficia feira livre*. A informação posterior, destacada num subtítulo, informou que: *Iniciativa de Marcelo Barros enquadra feira central da Rua Cuiabá como patrimônio cultural e histórico*. Essa foi a primeira vez que o tombamento da Feira Livre foi mencionado por esse órgão de imprensa, porém as discussões e tensões para que tal fato se concretizasse já ocorriam havia algum tempo em âmbito do Legislativo municipal, moradores, feirantes e MPE.

Em edições anteriores do mesmo periódico, o cenário antecedente ao tombamento apresenta algumas problemáticas que podem ter contribuído para que o tombamento, de fato, se concretizasse. Identifiquei também que a matéria em questão não faz parte da produção editorial d'*O Progresso*, tratando-se, na verdade, de um *press release*, estratégia jornalística recorrente em matérias relacionadas à Feira Livre de Dourados. Apesar de não poder identificar quem produziu os *press releases* sobre a feira nesse período, suponho que foram elaborados pela assessoria do vereador Marcelo Barros como uma forma de divulgar seu trabalho no Legislativo naquele momento. Nessa mesma perspectiva, a análise dos *press releases* e de outras matérias com conteúdo sobre a Feira Livre publicadas nas edições d'*O Progresso* indica que, ao que parece, embora publique os *press releases* em que o vereador Marcelo Barros enaltece sua ação, o periódico mantém uma posição editorial de defesa da mudança da feira para um outro local.

Outro contexto verificado encontra-se nas demandas relacionadas às questões sanitárias, à infraestrutura e ao local onde a atividade de feira era praticada, que quase sempre foram problemáticas que acompanharam as várias décadas de existência da Feira Livre de Dourados, e algumas delas parecem persistir atualmente. Através da análise das edições do jornal *O Progresso*, no início de 2010, é possível notar uma forte tensão entre feirantes, moradores e comerciantes do entorno da feira quanto a saída da Feira Livre da rua Cuiabá, por conta de situações de apreensão e conflitos vivenciados ao longo dos anos. A edição de 4 de janeiro

aponta reclamações dos moradores e lojistas sobre a falta de segurança e a sujeira, provenientes dos feriados comemorativos do final do ano.

A feira livre da Rua Cuiabá deixou “um rastro de **sujeira**” na virada do ano, reclamam moradores que preferiram não se identificar. Eles dizem que a situação se repete há mais de dois anos. “O problema não é só o **lixo**. Tem gente que urina nos muros e calçadas e a **violência** toma conta do local. São pessoas que riscam os carros, assaltam e furtam”, denuncia uma dona de casa moradora da rua da feira. De acordo com uma lojista da Rua Cuiabá, que também preferiu não se identificar, a comunidade local vive amedrontada. “A aglomeração de pessoas violentas é grande. Brigas acontecem a toda hora e atormentam o sossego no local. **Pessoas embriagadas** ficam por toda a parte. **Creio que a prefeitura deveria destinar os feirantes para local adequado**”, recomenda. Segundo ela, o lixo demora a ser retirado e neste final do ano a situação foi ainda mais difícil. “As feiras foram ampliadas para quarta e quinta-feira, além de sábado e domingo. Com isto a **sujeira aumentou**”, relata. Nesse período, restos de frutas, legumes e verduras ficaram no meio da rua. Os alimentos atraíram animais que ajudaram a espalhar ainda mais a sujeira. O **mau cheiro** tomou conta do local. “Quando vamos abrir a porta da loja, nos deparamos com todo o tipo de lixo. São camisinhas, fraldas, restos de comida, embalagens de marmitex e odor causado pelas urinas nas calçadas. **Isso espanta qualquer cliente**”, ressalta. Ela conta que, em anos anteriores, após o término da feira a rua era lavada. “Agora nem isso fazem mais”, diz. [...] O **trânsito** também é motivo de reclamação. “Ao montar as barracas os feirantes atravessam a avenida movimentada carregando as armações das tendas. Dia desses um deles foi atropelado. Como se não bastasse, encostaram a armação da barraca no muro da minha casa e danificou a pintura nova. Estamos tendo **prejuízos**”, reclama a lojista (*O Progresso*, 4/1/2010, p. 16, destaques meus).

Na ocasião, o poder público, em resposta ao descontentamento de moradores e comerciantes locais, garantiu que seria feita a limpeza geral no local e o secretário de Serviços Urbanos, Marcelo Hall, anunciou que até o final daquele ano a Feira Livre seria transferida “para um local apropriado”. Na ocasião, Hall afirmou: “Já estamos estudando uma área para levar os feirantes. O local deverá contar com box individual, banheiro e organização” (in *O Progresso*, 4/1/2010, p. 16).

Além desses problemas, outro fator também contribuiu para o aumento das tensões naquele contexto. Em fevereiro de 2010 foi anunciado, através do caderno *Dia-a-dia*, em reportagem assinada por Valéria Araújo (jornalista d’*O Progresso*), que o MPE proibia a venda de carne crua, leite e derivados na Feira Livre. Na verdade, a atuação do MPE referente às questões sanitárias na Feira Livre pode ser notada no jornal *O Progresso* desde 2003. Essa determinação, em específico, dizia respeito ao atendimento à Lei nº 1293/1992 (Código Sanitário Estadual). Pela determinação, assinada pela promotora de justiça Cristiane do Amaral Cavalcante, os feirantes deveriam

[...] vender apenas produtos que tenham rotulagem, o selo do Serviço de Inspeção Municipal (Simd) e alvará de funcionamento. Quanto aos padrões de higiene, está sendo exigido que o comerciante armazene o produto em local apropriado, que tenha piso, parede pintada, teto claro, e devidamente refrigerado. A manipulação e transporte adequado também serão vistoriados (in *O Progresso*, 11/2/2010, p. 17).

Nesse sentido, o poder público municipal, através das secretarias de: Serviços Urbanos; Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; de Planejamento, Secretaria de Governo e da Vigilância Sanitária se reuniu com os feirantes no intuito de informar sobre as exigências do MPE e orientá-los, segundo o secretário Maurício Peralta, com relação aos procedimentos para o “funcionamento dentro das normas legais”. Peralta ainda afirmou, naquele momento, que “não é intenção da atual administração fechar a feira ou apreender os produtos” (in *O Progresso*, 18/2/2010, p. 17). Com relação ao cumprimento das normas de inspeção, os feirantes, por meio da presidente da Comissão da Feira Livre, Paulina Oshiro, solicitaram apoio do prefeito e dos vereadores, declarando que: “A questão da inspeção sanitária nós estamos de acordo, mas não poder vender um frango caipira, um queijo, uns ovos, isso não existe” (in *O Progresso*, 19/2/2010, p. 19).

O impasse causado pela ausência de infraestrutura que atendesse às exigências do MPE, bem como a pressão de alguns moradores do local para que a feira saísse da rua Cuiabá, foi aos poucos, ao que parece, revelando a possibilidade de fechamento da Feira Livre. Nesse sentido, o então prefeito Ari Artuzi se pronunciou na coluna *Informe C*, assinada por Cícero Faria, em nota cujo título foi registrado como *Carne de Pescoço*, claramente em alusão à complexidade do problema que se apresentava: “nunca pensamos em acabar com a feira. Quem falou isso está mentindo”. Na mesma coluna, porém sob o título *Modernidade*, o colunista informou que o secretário Maurício Peralta, ainda que admitindo a importância histórica da feira com seus quase quarenta anos (provavelmente referindo-se também à feira da rua Santa Catarina), bem como destacando-a como um ponto de encontro de moradores e visitantes, planejava um novo endereço, afirmando que estaria “vendo terrenos na cidade” (in *O Progresso*, 20 e 21/2/2010, p. 4). Interessante notar as representações evocadas pelos títulos das notas veiculadas nessa edição, pois, segundo as mesmas, enquanto a possibilidade de fechamento da Feira Livre e as questões que poderiam levar a isso eram tratadas como “carne de pescoço” (algo árduo, desagradável, difícil de se lidar), sua ida para outro local representava, para o colunista (e, provavelmente, também para a administração municipal), a “modernidade” de que aquele contexto urbano e social necessitava para sanar os problemas cada vez mais presentes.

Sobre esse aspecto, em reportagem de Valéria Araújo datada de março de 2010 no caderno *Dia-a-dia*, a feirante Paulina Oshiro afirmou que os feirantes não queriam sair do local: “Se as adequações forem possíveis na rua Cuiabá, ficaremos no mesmo lugar. Os consumidores estão acostumados aqui. São quase 50 anos de tradição” (in *O Progresso*, 1/3/2010, p.15)¹³⁷. Nesse ponto, cabe esclarecer que, como a Feira Livre foi instalada na rua Cuiabá em 1981 e naquele momento estaria completando 29 anos, é provável que a feirante tenha se remetido também, ao falar sobre a tradição (provavelmente de sua família), ao local anterior, a feira da rua Santa Catarina, que ocorria na atual rua Onofre Pereira de Matos, entre a avenida Presidente Vargas e a rua João Rosa Góes. A reportagem apontou que uma consumidora também foi ouvida, dizendo ser frequentadora da feira todos os domingos. A aposentada Marlene Dias dos Santos, de 63 anos, se posicionou em relação aos feirantes: “Acho que se eles estiverem em dia com as condições de higiene não precisariam mudar. Limpeza é tudo” (in *O Progresso*, 1/3/2010, p. 15).

A situação se agravou quando o *MP dá prazo para feira sair da [rua] Cuiabá* (título da matéria). Valéria Araújo assina a reportagem de março de 2010, declarando que a *Prefeitura tem 90 dias para definir nova área; [e que, além disso, o] descumprimento pode gerar interdição dos trabalhos* (subtítulo da matéria). A decisão do MPE, representado pela promotora de justiça Cristiane do Amaral Cavalcante, teve como objetivo, segundo a promotora, resguardar o direito do consumidor, sendo que, quem não se adequasse aos quesitos de manipulação e local adequado, deveria, em suas palavras, “sair do ramo”. De acordo com a reportagem de Valéria Araújo, a promotora ainda alertou que “durante seis anos de vistorias e trabalhos de investigação, foram constatadas várias irregularidades na feira, que precisam ser corrigidas de forma urgente”. Mencionando as irregularidades, tais como local impróprio, falta de banheiros públicos, de local para lavar mãos e praça de alimentação segura, foi enfática: “Construir tudo isso no meio da rua é impossível”, considerando ainda que, caso a Prefeitura

¹³⁷ Título da reportagem: *Feira Livre: Vigilância apreende 250 kg de carne*. Tratou da operação da Vigilância Sanitária de Dourados no sentido de apreender carne crua comercializada *in natura*, que culminou no fechamento de quatro barracas. Todos os produtos foram encaminhados ao aterro sanitário. Os feirantes relataram prejuízos, sendo que os que revendiam somente produtos *in natura* teriam que encerrar suas atividades até que o impasse fosse resolvido. Em contrapartida, segundo Eleandro Passaia, assessor de comunicação do município, o Executivo solicitou ao MPE a prorrogação do prazo para a adequação das exigências, porém não houve êxito. Diante disso, comprometeu-se em oferecer aos feirantes cursos gratuitos sobre manipulação e adequações de inspeção. Quanto aos problemas de infraestrutura (construção de boxes, pinturas e pisos), afirmou que já existia um cadastro para captação de verbas em Brasília (*O Progresso*, 1/3/2010, p.15).

Municipal não cumprisse o prazo de entrega do projeto para um novo local, ela poderia pedir a interdição do funcionamento da Feira Livre (*O Progresso*, 12/3/2010, p. 20)¹³⁸.

Nesse ponto, parece-me interessante abordar duas questões contidas na fala da promotora de justiça Cristiane do Amaral Cavalcante. A primeira diz respeito à impossibilidade, segundo a promotora, da feira continuar ocorrendo na rua. Analisando as fontes da imprensa, notei que o funcionamento da Feira Livre na rua foi, aos poucos, se tornando um problema, associado, inclusive, a uma forma de atraso no contexto do planejamento urbano. São várias as matérias que utilizam o exemplo de Campo Grande (onde a feira funcionou por muitas décadas na rua e em 2004 foi transferida para um local coberto e fechado na Esplanada Ferroviária) para evidenciar a adequação da feira aos “tempos modernos”, a qual Dourados deveria copiar. Por outro lado, em entrevista a mim concedida, Roberto Djalma Barros afirmou que o projeto de preservação da Feira Livre encabeçado pelo gabinete do vereador Marcelo Barros defendia que a feira permanecesse na rua: “Fazia quarenta anos, toda feira é de rua, não é? É na rua a feira. Quando terminava a feira no domingo à tarde a prefeitura já mandava varrer tudo! Limpar tudo! Tudo isso nós acertamos! Não ficava sujo!”. A segunda questão a ser mencionada é que, ainda no contexto da notícia supracitada, a promotora de justiça Cristiane do Amaral Cavalcante fala em interdição da Feira Livre, caso não ocorresse o cumprimento do prazo relacionado ao projeto de novo local. Essa colocação incisiva da promotora de justiça rendeu um debate jurídico nas páginas d’*O Progresso*. Na coluna *Malagueta*, no caderno *Política*, assinada por Marcos Santos, com o título *Ardidas*, o colunista publica parte do conteúdo do *e-mail* enviado pelo advogado José Fernando da Silva criticando o posicionamento da promotoria, visto que, segundo ele,

[...] o MP não tem poder de determinar a mudança do local da feira. Quem pode fazer isso é o Poder Judiciário, na pessoa do juiz investido no cargo, observando-se e respeitando-se o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa das partes interessadas. [...] Ora, a feira está na Rua Cuiabá há mais de 30 anos, portanto, não se pode agora chegar e simplesmente acabar com ela como se sua existência não representasse nada para a comunidade (*O Progresso*, 16/3/2010, p. 3).

Na edição posterior, na mesma coluna, a promotora Cristiane do Amaral Cavalcante respondeu às críticas feitas pelo advogado, assim se posicionando: “[...] aproveito para informar que o Ministério Público deu prazo de 90 dias para que a Prefeitura de Dourados apresente

¹³⁸ Com relação à falta de banheiros públicos, numa tentativa de minimizar esse problema, em abril de 2010 o Legislativo municipal aprovou o projeto de lei que visou à instalação de banheiros químicos nas feiras livres de Dourados, originando a Lei nº 3360, de 6 de abril de 2010. Publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 7 abr. 2010, p. 1.

projeto preliminar de um local onde seria a feira. Acho que o advogado está mal informado” (in *O Progresso*, 17/3/2010, p. 3). Houve ainda a tréplica do advogado José Fernando da Silva, insistindo na questão de que “quem tem o poder de dar prazo e determinar a mudança do local da feira não é o Ministério Público e sim o Poder Judiciário, na pessoa do juiz togado, observando-se os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa”. Finalizando, ainda solicitou, desafiando a promotoria, o número do processo judicial, a fim de analisá-lo “e, quem sabe assim, ficar um pouco mais informado sobre um assunto que a todos interessa” (in *O Progresso*, 19/3/2010, p. 3). Ao que parece, a promotora não insistiu no assunto, pois não encontrei, pelo menos nesse órgão de imprensa, desdobramentos dessa discussão entre os dois profissionais.

Convém assinalar que os problemas até aqui apontados, relacionados à presença da Feira Livre na rua Cuiabá, não são exclusivos do caso douradense. Ao contrário, a literatura registra problemas e contradições semelhantes em várias outras cidades brasileiras. Já foi citado há pouco o caso de Campo Grande, analisado por Calado (2013). Aponto também os casos comparativos de Brasil e Portugal (ARAÚJO, 2011), São Joaquim em Salvador (SOUZA, 2010), Epatur em Porto Alegre (VEDANA, 2004), Arapiraca – AL e Itabaiana – SE (FIRMINO, 2016), Itabaiana – PE (PAZERA JÚNIOR, 2003), Recife – PE (CAVALCANTI, 2015) e São Paulo (SATO, 2012; BERNARDO, 2014), nos quais as feiras livres foram associadas à produção de sujeira, à perturbação do sossego público, à falta de higiene dos produtos comercializados etc.

Retornando ao contexto histórico do objeto pesquisado, notei que no início de março de 2010 os feirantes, ou pelo menos alguns deles, resolveram procurar o vereador Marcelo Barros¹³⁹ na intenção de obter ajuda para resolver o impasse gerado diante das exigências do MPE, sobretudo com relação ao prazo para as adequações, que incorporava também o recadastramento dos feirantes, além do receio pela possibilidade da extinção da atividade ou incerteza em relação ao novo local de funcionamento da Feira Livre. Surgia, nesse momento, a relação pública entre os feirantes e o vereador que originou a ideia para o tombamento da Feira Livre de Dourados.

Na intenção de compreender melhor o processo de patrimonialização da Feira Livre, para além das fontes oficiais e de imprensa, solicitei ao ex-vereador uma entrevista, sugerindo,

¹³⁹ Marcelo Luiz Lima Barros nasceu em 1977 em Dourados. É bacharel em Direito, formado em 2002 na Unigran, funcionário público estadual e ex-vereador (2008 [sic]-2010) (Informações apresentadas pelo próprio, em 20 jul. 2020, através de contato via *WhatsApp*). De família de políticos, Marcelo Barros (DEM) foi eleito para a gestão 2009-2012 sendo o 3º vereador mais votado. Teve uma rápida passagem pela Câmara Municipal. Em setembro de 2010 foi preso durante a *Operação Uragano* e seu mandato foi cassado em 2011. Hoje em dia atua no segmento comercial de alimentação na cidade.

por conta do contexto pandêmico do momento, que ocorresse de forma assíncrona, através da ferramenta *e-mail*. Alguns dias depois de receber o arquivo com as perguntas propostas, Marcelo Barros respondeu à mensagem, elencando alguns impedimentos pessoais (estaria recluso e sem acesso à internet) para responder às questões apresentadas; nesse sentido, sugeriu que seu pai, Roberto Djalma Barros, o representasse, afirmando que, “por ser mais novo” quando exerceu o cargo no Legislativo, era seu pai que o instruíra, “ajudava com as ideias”, “fazia a maioria das coisas” e foi o “idealizador do projeto” do tombamento da Feira Livre (cf. informações enviadas por áudio através do aplicativo *Whats App* em 13 jul. 2020). Nesse sentido, as informações de fonte oral que serão apresentadas e analisadas nas próximas páginas acerca da patrimonialização da Feira Livre dizem respeito à entrevista realizada com o senhor Roberto Djalma Barros, na manhã de 16 de julho de 2020¹⁴⁰.

Ao solicitar ajuda ao vereador Marcelo Barros, fato noticiado em *press release* de março de 2010, o feirante Andres Tomi Lenis enfatizou que

A Feira Livre é tradição em Dourados, **querem tirar todos que trabalham ali do nada**. A Prefeitura gastou dinheiro reformando as fiações de luz e as calçadas para nada¹⁴¹. Não podemos sair de um lugar centralizado, nós vivemos disso, se nos afastarmos do centro perdemos a clientela (in *O Progresso*, 18/3/2010, p. 20, destaques meus).

A julgar pelas fontes pesquisadas, registro que não são sabidos os motivos pelos quais os feirantes tenham procurado o vereador Marcelo Barros em específico e nem tenho o conhecimento de que outros vereadores foram procurados nesse sentido. Em entrevista, Roberto Djalma Barros revelou que já se relacionava com os feirantes e que alguns “feirantes mais

¹⁴⁰ Segundo as informações por ele mesmo prestadas, durante a entrevista, Roberto Djalma Barros iniciou sua aproximação com a política ainda na juventude, quando foi presidente da Associação Douradense de Estudantes. Na gestão do prefeito Napoleão Francisco de Souza (1963-1967) trabalhou no setor de limpeza e copa da prefeitura. Após concluir o serviço militar, fez curso de fiscal de obras. De 1977 a 1982 foi vereador em Dourados. De 1983 a 1987 foi deputado estadual. Foi secretário para assuntos regionais na gestão do ex-governador Marcelo Miranda (1987-1991). Posteriormente, não mais se candidatou a cargos políticos, porém foi “mentor” da ex-vereadora e ex-deputada estadual Bela Barros (com quem foi casado) e de Marcelo Barros (seu filho), tendo-o assessorado, de forma voluntária, no período em que exerceu cargo no Legislativo douradense. “Eu é que fazia tudo pra ele. Até os discursos dele, eu quem fazia” (BARROS, 2020). De acordo com o Portal da Transparência de Dourados, na ocasião da entrevista exercia o cargo comissionado de diretor superintendente do Hospital Universitário (HU), lotado no Posto de Assistência Médica (PAM), desde 2013. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/portal-da-transparencia/>. Acesso em 21 jul. 2020. Saliento que, a pedido do colaborador, a entrevista foi realizada em sua residência, situada no bairro BNH 1º Plano. Respeitamos as normas de distanciamento e utilizamos máscaras durante todo o processo.

¹⁴¹ Barros (2020) também faz referência a essas medidas implementadas pelo Executivo municipal. “Até hoje tem banheiro masculino, feminino e lavatório. Foi feito. Se você andar lá vai ver que na área central, do lado, tem umas coisinhas de energia. Aquilo ali foi pra poder tirar as carnes de lá e pôr os *freezers*. Não tinha mais um porco pendurado, nem carne, nem frango, nem nada. Era tudo dentro do *freezer*. O Marcelo participou. Acertamos com o Maurício [Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio Maurício Peralta] e passaram a pôr *freezer*. Não tinha mais carne pendurada, nada, nada, nada...”.

antigos, que conheciam a gente” procuraram a assessoria de Marcelo Barros, sendo que o mesmo tem proximidade com o público da Feira Livre até os dias de hoje: “Marcelo não pode andar na feira, o povo adora ele, é doente por ele” (BARROS, 2020).

No final do mês de março de 2010, Marcelo Barros, em requerimento apresentado na Câmara Municipal, alertou sobre o temor dos feirantes em relação ao prazo estabelecido pelo MPE e sobre os “rumores de que a Prefeitura estaria disposta a mudar a feira de local”, fato que, na visão dos feirantes, poderia prejudicá-los (*O Progresso*, 26/3/2010, p. 18). “Os feirantes mais antigos que nos procuraram não queriam sair, queriam ficar, ter a feira” (BARROS, 2020). Ao que parece, segundo os feirantes e a “denúncia” do vereador, a prefeitura estaria desenvolvendo o projeto para as novas instalações da Feira Livre de forma morosa e sem consulta aos feirantes, o que implicaria, provavelmente, no término do prazo estipulado sem que fosse apresentado o projeto. Dessa forma, o temor dos feirantes estaria relacionado com a possibilidade do encerramento definitivo da Feira Livre. Por outro lado, a reportagem assinada por Flávio Verão, no final de março, foi iniciada com as seguintes afirmações:

A feira livre da Rua Cuiabá ainda vai permanecer no local por um bom tempo. Não há nenhuma previsão para que ela saia de lá. O prazo de 90 dias dado pelo Ministério Público Estadual (MPE) é somente para que a Prefeitura apresente um anteprojeto para remover os feirantes da rua, sem delimitar tempo para tirar os trabalhadores daquele local (*O Progresso*, 29/3/2010, p. 17).

Nesse sentido, o secretário de Agricultura, Indústria e Comércio, Maurício Peralta, esclareceu: “Esse anteprojeto será um protótipo daquilo que iremos construir para abrigar os feirantes que há mais de 40 anos estão instalados na rua Cuiabá”. Porém, não indicou prazo para tal, visto que, para a construção desse ambiente, havia a necessidade de buscar recursos financeiros junto ao governo federal. As medidas a curto prazo estipuladas compreenderam a atenção às questões sanitárias, o processo de cadastramento dos feirantes junto à Secretaria de Serviços Urbanos do município, fiscalização da Vigilância Sanitária e a adaptação da infraestrutura nas barracas da praça de alimentação (*O Progresso*, 29/3/2010, p. 17).

Por outro lado, Roberto Djalma Barros contou sua versão da história, afirmando que o movimento pela saída da Feira Livre da rua Cuiabá havia sido iniciado por moradores do local:

Aconteceu o seguinte: alguns moradores, inclusive tá lá até hoje, o Libório, conhece? Do escritório lá, começou a fazer uma campanha pra tirar a feira. Em 2009 começou a campanha. O Libório queria tirar a feira, ia pro jornal e queria tirar... e a gente conversava com ele: ‘Mas rapaz... isso é histórico e tal...’ O Libório bem do centro, tem até escritório de contabilidade, pergunta pra ele. Eu não aceitava acabar com a feira assim. A feira tava com quase 50 anos, né? E a população gostava da feira demais da conta! Aí fomos tentando, aí não teve... eles denunciaram pro Ministério Público, o Ministério começou

a ir atrás... aí fomos conversar... aí eles queriam mudar a feira! Os Libório queriam tirar de frente da casa deles! É isso! (BARROS, 2020).

O colaborador refere-se à família Libório de Alencar, de origem nordestina, moradores do entorno da Feira Livre havia décadas. Alguns mantêm suas residências e comércios na região até hoje, como por exemplo, o escritório de contabilidade *Dinâmico*, de propriedade de Francisco Osvaldo Libório de Alencar e Francisco Ivan Libório de Alencar, situado na rua Cuiabá, nº 1782. Conforme já apontado no 2º capítulo, ao analisar as edições de *O Progresso*, apurei que no início da década de 1980 foram publicados decretos referentes à “declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação”, de alguns imóveis urbanos. Tais decretos “constituíam Comissão para avaliação das propriedades a serem desapropriadas destinadas à implantação da feira livre e outros investimentos públicos”. Dentre os imóveis elencados, foram encontrados alguns, tendo como proprietários representantes da família Libório de Alencar (cf. Decreto nº 125, de 4 de novembro de 1980, Decreto nº 126, de 4 de novembro de 1980 publicados em *O Progresso* em 6/11/1980, p. 11; Decreto nº 103, de 21 de julho de 1981, publicado em *O Progresso* em 23/7/1981, p. 11).

Observo, enfim, que foram vários os fatores que desencadearam a preocupação mais direta com a Feira Livre em meados de 2010 pelo poder público. As determinações do MPE, que tinham como objetivo garantir os direitos dos consumidores frequentadores da feira, a pressão de alguns moradores do entorno da feira (presenciando a desordem e o tumulto causado nos dias de sua execução e a conseqüente desvalorização de seus imóveis por conta dos problemas sociais que o local apresentava), aliada à instabilidade que os feirantes vivenciavam naquele momento, na incerteza da continuação de seu trabalho, resultaram num cenário que exigia uma medida rápida, que “acalmasse os ânimos”, ao menos momentaneamente, dos envolvidos.

3.3. “Tombar pra segurar¹⁴²”: os trâmites para a patrimonialização da Feira Livre de Dourados

No mês de maio de 2010 é publicado no caderno *Política* de *O Progresso* o *press release* referido no início do tópico anterior, intitulado *Projeto de lei beneficia feira livre. Iniciativa de*

¹⁴² Expressão utilizada por Roberto Djalma Barros, em entrevista para essa pesquisa, ao se referir à principal justificativa para o tombamento da Feira Livre.

Marcelo Barros enquadra feira central da Rua Cuiabá como patrimônio cultural e histórico.

As informações iniciais asseguraram que:

O vereador Marcelo Barros (DEM) quer o tombamento da feira livre como patrimônio da cultura de Dourados e para tanto apresentou projeto de lei nesse sentido na última sessão da Câmara de Vereadores. A proposta, recebida com alegria pelas pessoas envolvidas com esse comércio tradicional da cidade, inclusive o secretário de Indústria e Comércio do município, **deverá ser apreciada e aprovada pela Câmara de Vereadores dentro de um mês** (*O Progresso*, 5/5/2010, p. 4, destaques meus).

A rapidez com que foi tramitado o procedimento de tombamento da Feira Livre (projeto de lei protocolado na Câmara Municipal no final de março de 2010 e a publicação da lei de tombamento no início de julho de 2010) revela, a meu ver, uma das diversas fragilidades contidas nesse processo. O fato é que a solicitação de tombamento exige estudos criteriosos, levantamento de documentação e, posteriormente, a deliberação dos órgãos responsáveis pela preservação e, nesse sentido, a depender do bem cultural, o processo pode levar anos para ser finalizado. Segundo o Iphan:

Não existe um prazo determinado para a deliberação final de um processo de tombamento. Por se tratar de uma decisão importante e criteriosa, muitos estudos devem ser realizados para instrução do processo e, conforme sua complexidade, cada caso demandará prazos diferenciados (cf. Perguntas frequentes – Patrimônio Material – Tombamento. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9>. Acesso em 21 jul. 2020).

Roberto Djalma Barros afirmou que ele próprio foi quem pensou no tombamento como uma forma de “ganhar tempo” e, conseqüentemente, manter os feirantes na rua Cuiabá.

Eu falei: é só criando o patrimônio público; só criando o patrimônio, né? Aí o Ministério Público não pode mexer. Aí vai ter tempo pra mudar a feira, pra comprar [o terreno]. Fizemos pra isso! Eu que pensei. Eu sabia que tombamento não pode mexer, coisa que foi tombado não pode ser tirado, né? Por isso que tive a ideia, o único jeito de segurar, tirar os promotores dali de cima, não era mais negócio de sanitário não... (BARROS, 2020).

Ao mencionar “não era mais negócio de sanitário não”, Barros (2020) indica que o forte empenho do MPE para que a Feira Livre mudasse de local ultrapassava os problemas sanitários e estava condicionado também à pressão dos moradores e comerciantes do entorno para que a mudança se efetivasse.

Da origem da ideia para a redação do PL, o trabalho do pai de Marcelo Barros também se fez presente: “Eu fiz tudo. Chamei ele e dei uma aula. Eu fazia assim. O Marcelo só lia (risos)” (BARROS, 2020). Ao ser perguntado sobre a participação dos feirantes na concepção do projeto que pretendia tomar a Feira Livre, explicou:

Só falei pra eles que nós íamos segurar eles lá, pra eles ficarem tranquilos... só isso. Não adiantava você falar o que é tombamento, sabe? Não adianta... Com esse povo aí não adianta... “Fica tranquilo que o Marcelo vai fazer uma lei aqui que eles [os promotores do MPE] não vão mexer com vocês”. Eles não tinham nem ideia [do que era o tombamento]. [...] Isso aí eles nunca nem... isso aí foi nosso. Eles não tinham noção desse negócio da história... (BARROS, 2020).

O início desse processo via Câmara Municipal ocorreu no dia 29 de março, quando o vereador protocolou, sob o nº 686, duas propostas para o PL nº 28/2010, bastante semelhantes em seus conteúdos, somente divergentes no âmbito da estética do texto (cf. Protocolo Geral nº 686, Processo nº 010.34.003, 29 mar. 2010, n. p., in Dossiê Feira Livre). Desconheço os motivos que levaram o vereador Marcelo Barros a encaminhar duas propostas do PL nº 28/2010 à Câmara Municipal. Porém, notei que as duas versões estão protocoladas sob o mesmo número (686), bem como como no mesmo número de processo (010.34.003). As alterações dizem respeito, exclusivamente, à estética e forma de apresentação do texto. Nesse sentido, optei por manter o texto de acordo com o original, inclusive com eventuais erros ortográficos.

Quadro 2 - Propostas para PL nº 28/2010

Proposta A	Proposta B
Autor(a): MARCELO BARROS – DEM	Autor(a): MARCELO BARROS – DEM
O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADOS faz saber que os senhores vereadores aprovaram e eu sanciono a Seguinte Lei.	O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADOS faz saber que os senhores vereadores aprovaram e eu sanciono a Seguinte Lei.
Artigo 1º - TOMBA PARA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL MUNICIPAL A FEIRA LIVRE DE DOURADOS Parágrafo único: ATUALMENTE, A FEIRA LIVRE FUNCIONA NA RUA CUIABÁ entre a AVENIDA PRESIDENTE VARGAS e a ALBINO TORRACA.	Artigo 1º - Fica considerado PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL MUNICIPAL A FEIRA LIVRE DE DOURADOS.
Artigo 2º - FICARÁ A CARGO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL REALIZAR, REFORMAR E RESTAURAR NO LOCAL DE FUNCIONAMENTO DA FEIRA SEMPRE QUE NECESSÁRIO	Artigo 2º - A área onde funciona a Feira Livre na rua CUIABÁ entre as Ruas PRESIDENTE VARGAS e ALBINO TORRACA
Artigo 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIAS	Artigo 3º - O local de funcionamento da FEIRA LIVRE, será restaurada pelo Poder Público Municipal. Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Disposições em contrárias
PLENÁRIO “WEIMAR TORRES”, 29 DE MARÇO DE 2010	PLENÁRIO “WEIMAR TORRES”, 29 DE MARÇO DE 2010
MARCELO BARROS	MARCELO BARROS

VEREADOR - DEM	VEREADOR - DEM
----------------	----------------

Fonte: Adaptado do PL nº 28/2010 in Dossiê Feira Livre.

Acompanharam os documentos uma justificativa para o tombamento e uma cópia da notícia publicada no mesmo dia no jornal digital *Dourados Agora*, intitulada *Feira Livre não sai da Cuiabá este ano*. Ao analisar a justificativa anexa ao PL, encontrei algumas inconsistências de ordem técnica e algumas ausências, sobretudo com relação às dimensões que deveriam apresentar a relevância do bem cultural para a comunidade, os valores simbólicos e a própria história da Feira Livre. Sobre essa justificativa, será feita uma análise mais apurada posteriormente.

No mês seguinte, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal responde à solicitação do presidente da Câmara, Sidlei Alves, com um parecer sobre o PL nº 28/2010 (cf. Parecer nº 2/10 – PLV/Cultura, 22 abr. 2010, n. p., in Dossiê Feira Livre). Os advogados Ailton Stropa Garcia e Elaine Araújo dos Santos assinam o “parecer técnico, sem análise de mérito”, utilizando, como base legal para sua argumentação, a LOM, a Constituição Federal (CF 1988) e o Plano Diretor de Dourados (PDD 2003). Interessante notar que, para justificar a necessidade do parecer, o texto traz, em sua primeira nota de rodapé, o artigo 226 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Dourados: “A proposição sujeita a deliberação do Legislativo, uma vez protocolada e conhecida do Plenário, será despachada pela Presidência à Procuradoria Legislativa, que dará parecer técnico sem análise de mérito no prazo de dez (10) dias úteis” (cf. Regimento Interno. Resolução nº 100/2007 in *Diário Oficial*, Dourados, 30 nov. 2007, p. 38-54). Apesar do parecer datar de 22 de abril, o PL nº 28/2010 foi apresentado em plenário, pela primeira vez, em 3 de maio. Nesse sentido, observando que a Procuradoria teria o prazo de dez dias para responder, entende-se que foi feito o encaminhamento da proposta assim que protocolada, mas não ainda apresentada em plenário.

Outro fator que me leva a acreditar nas articulações anteriores à apresentação e votação do PL é o relato de Roberto Djalma Barros, quando afirmou que ocorreram aproximações com os demais vereadores: “A gente reunia com os vereadores, falava pra eles o que estava acontecendo, tal, tal... porque estava fazendo, a gente falava com eles nas reuniões internas, nas comissões, sabe? Aí todo mundo foi favorável” (BARROS, 2020).

O texto do parecer afirma que a proposição do referido PL é de “competência do Legislativo”, “constitucional”, “não incluída dentre as proibições do artigo 41 da LOM” (referente às competências exclusivas do poder Executivo municipal) e “em conformidade com o artigo 39 da LOM”, artigo esse que confere ao prefeito e aos vereadores a iniciativa das leis.

Informa ainda que “o autor pretende tomba, para patrimônio histórico e cultural do município de Dourados, a FEIRA LIVRE localizada na Rua Cuiabá, entre a Avenida Presidente Vargas e a Rua Albino Torraca” (destaque em caixa alta do original). Apresentando o objeto candidato a patrimonialização e a sua localização, afirma que a proposição é autorizada pela LOM, utilizando como recurso o artigo 164: “São instrumentos capazes de proporcionar o desenvolvimento urbano no Município: [...] Os seguintes institutos jurídicos: [...] f) tombamento de imóveis”. Explica também aos vereadores, “somente a título de ilustração”, o que é o tombamento, utilizando o conceito disseminado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Com relação à utilização da CF (1988) como embasamento do parecer, os procuradores transferiram para o texto parte do artigo 216, que trata da constituição do patrimônio cultural brasileiro, destacando o parágrafo 1º, o qual versa que o poder público e a comunidade devem promover e proteger o patrimônio cultural por meio de instrumentos jurídicos. Apoiaram-se também na legislação municipal através do PDD (2003) e mais especificamente no artigo 81 da lei que instituiu esse Plano Diretor, cujo conteúdo diz respeito aos elementos sujeitos ao tombamento em âmbito municipal. Finalizando o parecer, atestaram que “não existe óbice legal que contraponha a tramitação da proposição”.

Constaram também no dossiê referente à patrimonialização da Feira Livre dois relatórios, ambos datados de 3 de maio de 2010. O relatório da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, composta pelos vereadores Gino José Ferreira, José Carlos Cimatti e Aurélio Bonatto, acompanhou o parecer da Procuradoria Jurídica da Câmara, atestando que “analisou o projeto e, de acordo com o parecer da Assessoria Jurídica, não constatou óbice legal e constitucional que contrapõe a tramitação do projeto” (cf. Relatório da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, 3 maio 2010, n. p., in Dossiê Feira Livre). É importante ressaltar que somente o vereador Aurélio Bonatto assinou o parecer, os demais inscritos não tiveram suas assinaturas registradas. A Comissão de Educação, Cultura e Desportos, formada pelos vereadores Délia Razuk, Gino José Ferreira e Júlio Luís Artuzi, “analisou o projeto e, visto o mérito, opinou favoravelmente à tramitação” e produziu relatório “favorável pela tramitação sem vínculo de voto” (cf. Relatório da Comissão de Educação, Cultura e Desportos, 3 maio 2010, n. p., in Dossiê Feira Livre). Observei ainda que nesse documento não consta a assinatura de nenhum dos componentes da comissão.

É também em 3 de maio que ocorre a 13ª Sessão Ordinária da Câmara, cujo expediente apresentou várias indicações, requerimentos e moções. Na ordem do dia foram apresentados projetos em primeira discussão e votação, sendo o primeiro deles: “a) Projeto de Lei nº 028/2010 de autoria do Vereador Marcelo Barros, que Tomba Patrimônio Histórico e Cultural

Municipal a Feira livre de Dourados” (cf. ata publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 16 jul. 2010, p. 8). O projeto, entretanto, não chegou a ser votado; ao contrário, foi apresentado requerimento de adiamento da discussão e votação, por três sessões (cf. Requerimento de Adiamento do PL nº 28/2010, 3 maio 2010, n. p., in Dossiê Feira Livre). Segundo esse documento, todos os vereadores (com exceção de Júlio Artuzi, ausente na sessão) requereram e votaram a favor do adiamento: Aurélio Bonatto (PDT); Délia Razuk (PMDB); Dirceu Longhi (PT); Edvaldo Moreira (PDT); Gino Ferreira (DEM); Humberto Teixeira Júnior (PDT); José Carlos Cimatti (PSB); Zezinho da Farmácia (PSDB); Marcelo Barros (DEM); Paulo Henrique Bambu (DEM); e Sidlei Alves (DEM) – vereador presidente. Não constam na documentação analisada os motivos para tal adiamento. No entanto, ao verificar a pauta da sessão em questão, é possível notar várias indicações, requerimentos e moções, além de projetos em segunda votação, o que me leva a sugerir que o adiamento da votação do PL nº 28/2010 poderia ter sido solicitado devido ao grande volume de trabalho naquela noite na Câmara Municipal.

A apresentação do PL repercutiu na imprensa, sendo que, no *press release* publicado n’*O Progresso* de 5 de maio, com manchete *Projeto de Lei beneficia feira livre*, o vereador Marcelo Barros teve a oportunidade de apresentar seu projeto, bem como defendeu a continuidade da Feira Livre na rua Cuiabá, afirmando que: “[...] grande parcela da população que utiliza a feira tem pedido insistentemente para que ela permaneça no local onde funciona hoje” (*O Progresso*, 5/5/2010, p. 4). Justificando o tombamento da Feira Livre como forma de protegê-la “do tempo e dos homens”, exaltando sua história e tradição, o vereador se manifesta:

“Existem, espalhados pelo País, uma infinidade de patrimônios culturais e artísticos protegidos da ação do tempo e das próprias administrações que às vezes não manifestam interesse por questões arraigadas na mente do nosso povo”, lembra Marcelo, alegando que a Feira Central de Dourados existe no local onde está funcionando hoje “bem antes que eu nascesse”, prova de que, mesmo contrariando manifestações dos contrários, é um local que facilmente pode ser considerado patrimônio histórico. [...] “Todos sairão ganhando com esse projeto. Nós, que manteremos uma tradição de nossa cidade viva pelo resto da vida, e os feirantes que terão o poder público interessado e cuidando de melhorias constantes na infraestrutura do local” (*O Progresso*, 5/5/2010, p. 4).

Considerando a Feira Livre como um atrativo turístico, como marco e referência na cidade, o vereador ainda demonstrou conhecer alguns bens culturais que são protegidos. Desse modo, é divulgado que:

Marcelo Barros citou outros tombamentos, como o modo artesanal de fazer o queijo de Minas Gerais, as rendas irlandesas de Sergipe e as violas de cocho da região Centro-Oeste; o frevo e o samba de raiz; a capoeira e o jongo do Sudeste; a Feira de Caruaru de Pernambuco e a cachoeira de Iavaratê, no

Amazonas; o Círio de Nazaré em Belém do Pará; o ofício das baianas de acarajé, na Bahia, e o das paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo. São manifestações em todos os cantos deste Brasil (*O Progresso*, 5/5/2010, p. 4).

Há que se esclarecer que todos os bens culturais citados por Marcelo Barros nesse *press release* como exemplos, além de serem protegidos a nível federal pelo Iphan, constituem elementos imateriais da cultura brasileira. Dessa forma, não são protegidos através do tombamento, mas sim do instrumento denominado registro. Essa questão será analisada e discutida mais detalhadamente no próximo item.

Além desse *press release*, outro teve como foco o posicionamento dos feirantes sobre a questão: *Feirantes querem feira livre tombada como patrimônio*. É divulgada uma reunião ocorrida entre Marcelo Barros (DEM), Delia Razuk (PMDB), Secretário Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, Mauricio Peralta, diretora do Departamento de Projetos Urbanísticos da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR), Ana Rose Vieira, representando o secretário Marcelo Hall, e um grupo de feirantes, a fim de discutir o PL nº 28/2010. Segundo o texto, os feirantes solicitaram o apoio do Legislativo para a aprovação do projeto, salientando a preocupação com a possibilidade de saída do local. Maurício Peralta sinalizou que já havia sido agendada a reunião com a Promotoria de Justiça para apresentação do projeto de reformulação da feira e Ana Rose Vieira comunicou que o cadastramento dos feirantes estava concluído, além de elaborado o projeto de estruturação das barracas, “deixando as calçadas e o passeio central livres para os usuários da feira”, além de garantido o serviço de limpeza (*O Progresso*, 20/5/2010, p. 20). Nesse sentido, os encaminhamentos político-administrativos previam um cenário positivo aos feirantes, com as benfeitorias e a garantia de permanência na rua Cuiabá. Além disso, havia a promessa, por parte do proponente do projeto, de que, posteriormente ao tombamento da Feira Livre, poderia ela “contar com investimentos financeiros do governo federal e com cuidados mais frequentes por parte da administração municipal” (in *O Progresso*, 20/5/2010, p. 20), fato que certamente agradou aos feirantes. Uma fotografia acompanha o *press release*. Nela estão presentes, ao redor de uma mesa, Marcelo Barros ao centro e Roberto Djalma Barros a sua direita, além de um grupo composto por dez feirantes.

Em 24 de maio, novamente o PL nº 28/2010 entra na pauta das discussões no Legislativo municipal. Na 16ª Sessão Ordinária, fazendo parte do item *Projetos em primeira discussão e votação*, foi submetido a deliberação e aprovado por maioria (7 votos favoráveis): Aurélio Bonatto (PDT); Délia Razuk (PMDB); Edvaldo Moreira (PDT); José Carlos Cimatti (PSB); Zezinho da Farmácia (PSDB); Marcelo Barros (DEM); Julio Artuzi Sucupira (PRB) (cf. ata

publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 16 jul. 2010, p. 10). Dois vereadores se posicionaram contra o projeto: Humberto Teixeira Júnior (PDT) e Paulo Henrique Bambu (DEM). A ata da sessão registra também duas ausências na votação: Dirceu Longhi (PT), que estava representando a Câmara em um evento, e Gino Ferreira (DEM), do mesmo partido do proponente do PL, por motivo de doença. Sidlei Alves (DEM) presidia a sessão. Não encontrei na documentação analisada (Ata da 16ª Sessão Ordinária e Relação de Votação Nominal – 1ª Votação do PL nº 28/2010) as justificativas para o voto contrário dos dois vereadores mencionados.

O fato que chamou-me a atenção é que um dos votos contrários veio de Paulo Henrique Bambu, que pertencia ao mesmo partido de Marcelo Barros – DEM. Já o vereador Humberto Teixeira Júnior (PDT), ao que parece, tinha outros planos para a Feira Livre. Em *press release* datado de 28/5/2010, o vereador afirmou que poderia “resolver a falta de um espaço para a instalação da Feira Livre”. Referiu-se a uma solicitação de transferência de um terreno pertencente ao governo do Estado para o município. A área englobava terrenos situados na Vila Industrial, na região leste da cidade, antes pertencentes à Agrosul, uma empresa estatal que havia sido extinta. Segundo o vereador, além de situar a Feira Livre, essa área poderia também abrigar o Mercado Municipal, Feira do Produtor, espaço para a Feira do Peixe e a UPA (Unidade de Pronto Atendimento médico), “bastando uma reforma e readaptação dos prédios já existentes” (in *O Progresso*, 28/5/2010, p. 17). Sobre o placar da votação, Barros (2020) afirmou em entrevista que não houve votos contrários: “Não teve nada, nada, nada. Foi quinze a zero” (BARROS, 2020). Cabe salientar que, nesse momento, o Legislativo municipal era composto por doze vereadores.

Convém esclarecer também que, pelas normas da Câmara Municipal, um projeto de lei precisa ser aprovado em duas votações. Assim, o PL nº 28/2010 foi para segunda discussão e votação em 31 de maio, durante a 17ª Sessão Ordinária (cf. ata publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 16 jul. 2010, p. 10). No entanto, mais uma vez foi requerido o adiamento, por duas sessões, pedido que foi aprovado. A votação nominal do requerimento de adiamento aponta que três vereadores foram contrários. Segundo esse documento, todos os vereadores infra-assinados requereram o adiamento, constando na relação de votação nominal os que foram favoráveis (8 vereadores) e contrários (3 vereadores) (cf. Requerimento de adiamento. Votação Nominal, 31 maio 2010, n. p in Dossiê Feira Livre). Não constam na documentação analisada os motivos para tal adiamento. Os contrários à proposta foram: Marcelo Barros e Gino Ferreira (ambos do DEM) e Délia Razuk (PMDB), que já havia demonstrado seu apoio ao projeto ao participar de

reunião para discuti-lo, conforme noticiado na imprensa através do *press release* intitulado *Feirantes querem feira livre tombada como patrimônio* (*O Progresso*, 20/5/2010, p. 20).

Ao analisar as fontes pesquisadas é notável que o processo de patrimonialização da Feira Livre é bastante confuso, tanto em relação aos seus procedimentos, como na observação da sequência do trâmite e seus prazos. Entretanto, ao que parece, e infelizmente, esse cenário não é exclusivo de Dourados, haja vista que: “No Brasil, as políticas de preservação do patrimônio foram sempre marcadas pela improvisação ou pelo uso político da cultura” (FENELON, 1999b, p. 290). Nesse âmbito, observei também que o autógrafo¹⁴³ do PL nº 28/2010 foi solicitado em 9 de junho pelo presidente do Legislativo, Sidlei Alves da Silva, ao prefeito Ari Artuzi, fazendo saber que os vereadores o aprovaram (cf. RF nº 52/2010, Autógrafo do Projeto de Lei nº 28/2010, 9 jun. 2010, n. p., in Dossiê Feira Livre); segundo essa fonte, o texto aprovado diz respeito à proposta A (conforme Quadro 2). Aqui cabe um breve esclarecimento: segundo o que consta nas fontes, não é que as duas propostas (A e B) tenham sido submetidas a votação, e sim que o texto aprovado pela Câmara correspondia à proposta A. No entanto, o PL em questão não havia passado em segunda discussão e votação na Câmara Municipal, fato que só ocorreu em 14 de junho. Diante desse cenário, novamente observo o “atropelamento” dos procedimentos técnicos e processuais ocorrido durante o contexto de patrimonialização da Feira Livre, expresso também nas tratativas realizadas via poder público. A documentação revela um processo rápido, realizado “a toque de caixa”, carente de procedimentos técnicos e com data marcada para a aprovação.

Finalmente o PL nº 28/2010 é aprovado, em segunda votação, durante a 19ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, realizada em 14 de junho de 2010 (cf. ata publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 21 jul. 2010, p. 8). Interessante notar que a votação foi favorável unanimemente entre os presentes, sendo registrada apenas a ausência justificada da vereadora Délia Razuk no início da sessão (o motivo não consta na ata). Ou seja, ao que parece, Humberto Teixeira Júnior (PDT) e Paulo Henrique Bambu (DEM) “mudaram de ideia” e passaram a apoiar o tombamento da Feira Livre. Dessa forma, através de documento direcionado ao prefeito, o presidente da Câmara Municipal “encaminha, para as devidas providências”, o PL para sua sanção (cf. OF/CMD/MS/Nº 794/2009[sic], 16 jun. 2010, n. p., in Dossiê Feira Livre).

¹⁴³ De acordo com o glossário de termos legislativos, Autógrafo é um “Documento oficial enviado à sanção, à promulgação ou a outra Casa Legislativa **com o texto da proposição aprovada em definitivo** por uma das Casas Legislativas ou em sessão conjunta do Congresso Nacional” (destaques meus). Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario>. Acesso em 22 jul. 2020.

A aprovação do PL recebeu críticas da imprensa direcionada aos assuntos políticos, mais propriamente de Marcos Santos, da coluna *Malagueta*. Segundo Santos, os vereadores de Dourados estariam “se especializando em propostas bisonhas, inúteis e, mais grave, que afrontam a legalidade”. Direcionando sua crítica a alguns projetos específicos apresentados na Câmara Municipal, o colunista se manifestou: “Nesta semana, foi a vez do vereador Marcelo Barros apresentar projeto de tombamento da feira livre de Dourados, ou seja, os vereadores aprovaram uma lei que tomba algo que está totalmente irregular. Vai vendo...” (*O Progresso*, 16/6/2010, p. 3). A professora Zélia Nolasco¹⁴⁴ também se posicionou contra o tombamento ao escrever um artigo no caderno *Opinião*, intitulado *Feira livre de Dourados: patrimônio histórico e cultural*. Considerando a Feira Livre como assunto “polêmico”, sensibilizou-se com a situação dos feirantes, que “enfrentam uma verdadeira maratona de trabalho pesado para ganhar o pão nosso de cada dia”. Destacou a atividade como sendo “uma verdadeira ‘*via crucis*’”, tanto para feirantes, como para os moradores do entorno da feira, direcionando sua crítica ao poder público.

Precisa ser assim? Com certeza, não. Qual a infraestrutura oferecida pelo poder público aos feirantes? Aliás, existe alguma? [...] As instalações elétricas e hidráulicas existentes à disposição para os feirantes não oferecem segurança alguma, pois são precárias. As instalações sanitárias, idem. Diga-se de passagem, que é um suplício também para quem mora nos arredores, pois somando o barulho e a sujeira que ocorre antes, durante e depois, nenhum vizinho merece. **É interessante que a comunidade mantenha e preserve todo esse contexto histórico e cultural que se refere à feira livre no local onde ela está, principalmente, através de estórias, fotos, filmagens e boas lembranças. Apenas isso, nada mais que isso.** Pois, não é justo que em função de uma ação repentina, pensando em resolver um problema, via imediatismo, comprometa a questão urbanística. Pode-se dizer que foi uma ação eleitoreira e política essa de tombar a feira como patrimônio histórico e cultural. Interesse de quem? Não sei, pois os feirantes continuam trabalhando em condições precárias e a cidade de Dourados não ganha nada com isso, aliás, só perde (*O Progresso*, 10 e 11/7/2010, p. 2, destaques meus).

Ao defender a retirada da feira da rua Cuiabá, justifica a transferência para um local “à altura da ‘cidade modelo’”, recorrendo ao exemplo de “modernidade” urbanística que, segundo Nolasco, foi aplicado à feira de Campo Grande e que deveria ser copiado por Dourados. Nesse sentido, é perceptível que seu discurso, apesar de reconhecer a importância da preservação do patrimônio cultural local, relega-o somente ao campo das memórias, não considerando os aspectos materiais, a simbologia aplicada ao lugar onde está localizado o patrimônio, aos modos de ser e de fazer existentes na Feira Livre, além de todo o contexto social e multicultural que

¹⁴⁴ É professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e já concorreu a alguns cargos políticos (deputada federal, vice-prefeita e vereadora).

ali era vivido e praticado. Por fim, associa o tombamento da Feira Livre a uma prática “eleitoreira e interesseira”, o que também deve ser contextualizado e analisado mais profundamente e sem ingenuidade, percebendo que o patrimônio cultural está associado às práticas sociais, bem como às relações de poder entre os grupos e/ou instituições.

Tombamento não salvará a feira livre é o título de uma matéria que noticia e alerta aos feirantes que, mesmo com a custódia do instrumento protetivo, “vão continuar na mira do Ministério Público e terão que se adequar às leis sanitárias”. A reportagem de Valéria Araújo informou que, em reunião ocorrida entre representantes do Executivo e Ministério Público, foi tratada a definição de uma nova área para a Feira Livre, pois a observação ao prazo de 90 dias para as adequações solicitadas não havia sido cumprida. Na ocasião, a promotora Cristiane do Amaral Cavalcante disse que, logo que tomasse conhecimento da lei de tombamento, devidamente sancionada pelo Executivo, verificaria as possibilidades de transferência dessa para outro local (cf. *O Progresso*, 16/6/2010, p. 3). De acordo com as edições analisadas d’*O Progresso*, o MPE frequentemente apontou as problemáticas relacionadas aos moradores locais, consideradas insustentáveis para a prática da feira na rua Cuiabá, como é possível verificar nesse pronunciamento, atribuído à promotora Cristiane do Amaral Cavalcante:

É importante ressaltar que os moradores da Rua Cuiabá devem ser ouvidos neste processo e isto não está acontecendo. É uma verdadeira desordem o que acontece no local toda semana. Não há estrutura suficiente que garanta higiene no local, faltam torneiras, box adequados, pisos, local adequado de armazenamento dos produtos, entre outros. Os muros dos moradores e as calçadas servem de banheiro e até resíduos de prostituição são facilmente encontrados no dia seguinte. É uma situação constrangedora para quem mora ali (in *O Progresso*, 16/6/2010, p. 17).

Nesse sentido, o MPE estipulou o prazo de 60 dias para reestruturação na Feira Livre, a partir da proposta apresentada pelo governo municipal, que previu a saída das barracas das calçadas para os meios-fios dos canteiros centrais, limitação máxima de espaço utilizado (21 metros quadrados por feirante), diminuição do número de barracas (de 400 para 261), permanência da Guarda Municipal no local, construção de boxes, banheiros e implantação de torneiras, fiscalização e limpeza contínuas atendendo à legislação sanitária (cf. *O Progresso*, 18/6/2010, p. 20).

A ACED também se pronunciou em relação ao que chamou “assunto da coletividade”. Em reunião ocorrida em junho, o presidente da associação, Antônio Freire, apresentou aos associados a problemática referente à estrutura dos equipamentos e instalações da Feira Livre, além do impasse acerca do local de funcionamento (mencionou que alguns locais foram cogitados pela prefeitura municipal, porém não foram aprovados pelo COMDAM). Nesse

sentido, Francisco Eduardo Custódio (vice-presidente) sugeriu que a ACED mediasse a questão, convidando para uma reunião, as autoridades, entidades, os feirantes e os moradores da Rua Cuiabá (entorno da feira). A ata aponta que a sugestão foi aceita por unanimidade (Ata de 16/6/2010, p. 25v.). No entanto, os desdobramentos dessa decisão, via ACED, não ocorreram ou não foram registrados nas atas analisadas.

Nesse ponto é importante esclarecer que a necessidade de constante manutenção e organização estrutural da Feira Livre permaneceu nas gestões posteriores, sendo tema de debate no Legislativo municipal. Durante a 41ª Sessão Ordinária da Câmara, ocorrida em 5 de dezembro de 2011, o Projeto de Lei nº 122/2011, de autoria do vereador Idenor Machado, para a realização de convênios entre empresas privadas e feirantes com a anuência do poder Executivo, a fim de implementar melhorias na Feira Livre de Dourados, foi colocado em segunda discussão e votação e aprovado (cf. ata publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 29 dez. 2011, p. 3-4). Nesse sentido, a “parceria” público-privada foi sancionada através da Lei nº 3526, de 4 de janeiro de 2012, prevendo em seu artigo 1º que:

Os feirantes estabelecidos na feira livre de Dourados ficam autorizados, nos termos do Código de Posturas do Município, Lei 1.067/79, a realizar convênio em regime de parcerias com empresas privadas, com o objetivo de promover melhorias das condições locais de trabalho, de atendimento ao consumidor e do próprio espectro [sic] visual (cf. lei publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 5 jan. 2012, p. 2).

Através da redação do parágrafo único da referida lei, assinada pelo prefeito Murilo Zauith, o feirante ofereceria o espaço onde a empresa privada poderia divulgar seu produto e, em contrapartida, receberia melhorias nas estruturas das barracas (cf. lei publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 5 jan. 2012, p. 2).

O fato é que, em meio a críticas na imprensa, aprovação no Legislativo, pressão do MPE e a recorrente incerteza sobre o local de funcionamento da Feira Livre, foi publicada no *Diário Oficial* de 13 de julho de 2010 a Lei nº 3395, de 7 de julho de 2010, que: “Dispõe sobre o tombamento de patrimônio histórico e cultural municipal”. O prefeito Ari Artuzi sancionou a lei aprovada pela Câmara Municipal, porém vetou o parágrafo único do artigo 1º, cujo conteúdo original era: “Atualmente, a Feira Livre funciona na Rua Cuiabá entre a Avenida Presidente Vargas e a Rua Albino Torraca”. Ao deparar-me com essa situação, inicialmente pensei que o veto parcial teria sido recebido com surpresa pelo Legislativo, sobretudo pelo vereador Marcelo Barros, pois, de acordo com o que foi veiculado pela imprensa, ele acreditava na sanção de sua proposta pelo Executivo sem alterações, entendendo ser de interesse do governo municipal uma solução para o impasse sobre o local de funcionamento da feira (*O Progresso*, 28/6/2010, p.

13). No entanto, durante a entrevista realizada, Roberto Djalma Barros afirmou que eles já sabiam que o parágrafo em específico seria vetado. Ao ser indagado sobre a reação da equipe de gabinete, ele afirmou: “A gente já sabia porque era justamente pra depois poder mudar [o local de funcionamento da Feira Livre]. A gente sabia, né [sobre o veto]” (BARROS, 2020). Questionado sobre os motivos que os levaram a manter o conteúdo relativo à localização da Feira Livre “na rua Cuiabá” na proposta final, mesmo sabendo antecipadamente que seria vetado, enfatizou que seria “pra ele [prefeito] ficar na obrigação de comprar algum lugar. Pra você marcar o patrimônio, você tinha que pôr a localização, né? Do jeito que ia, assim... de mentira... é pro resto da vida. Então você tinha que indicar onde” (BARROS, 2020).

A mensagem do veto (cf. Mensagem/Veto nº 4/2010-PGM, 7 jul. 2010, p. 1-2, in Dossiê Feira Livre) foi produzida no mesmo dia em que a lei do tombamento da Feira Livre foi publicada no *Diário Oficial*, sendo protocolada no Legislativo municipal em 12 de julho, sob o nº 2768/2010.2. Ao considerar “louvável” a iniciativa de se tombar a Feira Livre, exaltando suas várias décadas de tradição comercial e cultural, Ari Artuzi apresentou as justificativas para o veto parcial:

Ocorre, no entanto, que o projeto aprovado fez mencionar no parágrafo único do artigo 1º a atual localização da feira. Ora, a feira livre pode ser realizada em qualquer local da cidade indicado pelo Executivo Municipal. A imposição legal de um local específico de funcionamento não pode ser admitida, pois caracteriza interferência de um Poder na seara do outro, desbordando o legislador de sua competência legislativa. A competência para estabelecer a localização da feira livre é do Executivo, que pode, de acordo com a necessidade e interesse público, atendendo critérios de conveniência e oportunidade administrava [sic], indicar outra localização para sua realização, não podendo, portanto, ficar delimitado em lei (cf. Mensagem/Veto nº 4/2010-PGM, 7 jul. 2010, p. 2 in Dossiê Feira Livre).

O prefeito ainda disse entender “por bem vetar parcialmente o projeto em exame”, estando seguro de que suas razões convenceriam os vereadores, “que haverão de manter a impugnação apresentada” (cf. Mensagem/Veto nº 4/2010-PGM, 7 jul. 2010, p. 2 in Dossiê Feira Livre).

No entanto, diante do conflito de poderes, o Legislativo solicitou parecer técnico da Procuradoria Jurídica da Câmara sobre o veto parcial (cf. Parecer nº 4/10 – Veto/PL 28/10, 7 out. 2010, n. p. in Dossiê Feira Livre). Cabe salientar que este documento não contém assinatura de nenhum dos procuradores que o produziram. Os procuradores Elaine de Araújo Santos (procuradora geral) e Eduardo Garcia da Silveira Neto (procurador jurídico), analisaram a tempestividade e o mérito da mensagem de veto e, além disso, embasados no artigo 216 da CF 1988 (relativo à proteção do patrimônio cultural), atestaram, em 7 de outubro, que “as

informações do VETO não justificam sua existência” e opinaram pela rejeição do mesmo. Orientaram ainda, com base no Regimento Interno (citaram o artigo 129, §§ 1º e 2º) da Câmara Municipal, incluir o veto na pauta para ser votado em plenário, necessitando, nesse caso, de maioria absoluta.

Nesse sentido, a Comissão de Justiça, Legislação e Redação é acionada para produção de relatório sobre o veto parcial em questão. A comissão, formada pelos vereadores Gino José Ferreira, José Carlos Cimatti e Aurélio Bonatto, acompanhou o parecer da Assessoria Jurídica, não constando “óbice legal e constitucional que contrapõe a tramitação do projeto” (cf. Relatório da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, 14 out. 2010, n. p., in Dossiê Feira Livre). Nesse documento, produzido em 14 de outubro de 2010, não consta a assinatura do vereador Aurélio Bonatto e há duas assinaturas *ad hoc*: do vereador Alan Guedes, que assinou por Gino José Ferreira, e do vereador Elias Ishy, que assinou por José Carlos Cimatti, por serem seus respectivos suplentes. Ressalto que, de acordo com a documentação analisada, somente essa comissão produziu relatório sobre o tema em questão (cf. Votação Nominal, Veto nº 4/2010 PL nº 28/2010, 25 out. 2010, n. p., in Dossiê Feira Livre).

Ocorre que Aurélio Bonatto e José Carlos Cimatti haviam sido presos em 1º de setembro por conta da *Operação Uragano*¹⁴⁵, ação da Polícia Federal (PF) conhecida nacionalmente por combater um grande esquema de corrupção realizado em Dourados através de fraudes de licitações. Nessa operação da PF foram presos o prefeito Ari Artuzi, seu vice, sua esposa e nove vereadores, além de secretários, o procurador geral, assessores e empresários, somando 29 mandados de prisão. Do Legislativo municipal foram presos: Sidlei Alves (presidente), Aurélio Bonatto, Edvaldo Moreira, Humberto Teixeira Junior, José Carlos Cimatti, Zezinho da Farmácia, Júlio Artuzi, Marcelo Barros (o proponente do PL para tombamento da Feira Livre) e Paulo Henrique Bambu (cf. *O Progresso*, 2/9/2010, p. 14). Dirceu Longhi e Gino José Ferreira foram indiciados e somente Délia Razuk não foi associada à operação, tornando-se prefeita interina. Ao todo, cinco vereadores foram, mais tarde, cassados, e os outros quatro renunciaram ao mandato. Para substituir os cassados e renunciantes, foram convocados os respectivos suplentes.

Dessa forma, o cenário no Legislativo (e também no Executivo) municipal era bem diferente quando o veto nº 4/2010 do PL nº 28/2010 foi votado durante a 36ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, realizada em 25 de outubro de 2010 (cf. ata publicada em *Diário Oficial*,

¹⁴⁵ O jornal digital *Midiamax* reuniu vasto e variado material no tópico: *Tudo sobre a Operação Uragano*. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/tag/operacao-uragano>. Acesso em 6 ago. 2020.

Dourados, 26 nov. 2010, p. 9). A ordem do dia apresentou a apreciação do veto “em única votação e discussão”; sendo submetido a deliberação, o veto foi rejeitado. A votação nominal aponta a relação dos vereadores presentes e votantes na sessão que se posicionaram contra o veto do ex-prefeito Ari Artuzi: Albino Mendes (PR); Bebeto (PDT); Cido Medeiros (DEM); Dirceu Longhi (PT), presidente da Câmara Municipal em exercício; Elias Isly (PT); Gino Ferreira (DEM); Idenor Machado (DEM); Juarez-amigo do esporte (PRB); Cemar Arnal (PDT); Laudir Munaretto (PMDB); Pedro Pepa (DEM); Walter Hora (PPS). A comunicação da decisão ao Executivo Municipal (naquele momento a prefeita Délia Razuk o representava) se deu por ofício, assinado por Dirceu Aparecido Longhi, tendo por fulcro a LOM (art. 43, § 7º) e o Regimento Interno da Câmara Municipal (art. 128, § 4º) (cf. OF/CMD/MS/Nº 1355/2010, 27 out. 2010, n. p., in Dossiê Feira Livre). Encerrando o trâmite processual referente ao tombamento da Feira Livre, em 28 de outubro de 2010, foi promulgada e “republicada por omissão¹⁴⁶” a Lei nº 3395, de 13 de julho de 2010, com seu conteúdo original (publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 28 mar. 2011, p. 10).

Ainda sobre o processo de patrimonialização da Feira Livre, cabe notar que a lei foi publicada em *Diário Oficial*, pelo Executivo, como “Lei nº 3395, de **7 de julho** de 2010” (destaque meu), e, na republicação pelo Legislativo, consta: “Lei nº 3395, de **13 de julho** de 2010” (destaque meu), havendo incoerência entre as datas e revelando mais uma irregularidade no processo. Ocorre que 13 de julho é a data de publicação no periódico (cf. *Diário Oficial*, Dourados, 13 jul. 2010, p. 1). Portanto, a julgar pela lei republicada, a Feira Livre de Dourados

¹⁴⁶ A fim de esclarecer tecnicamente o trâmite processual ocorrido até a republicação por omissão da referida Lei, trago a explicação do advogado especialista em Direito Público Danilo Falcão, que aborda, em artigo publicado no *site* da União dos Vereadores do Brasil, a consequência da manutenção e da rejeição do veto apostado pelo poder Executivo. Segundo Falcão (2019), “Após aprovação das normas pela Câmara Municipal, a matéria deve ser encaminhada ao prefeito para posterior sanção ou veto. Pois bem, na hipótese de o prefeito vetar a matéria, que inclusive, pode ser uma norma proposta por ele mesmo, tem ele quarenta e oito horas para encaminhar os motivos do veto ao chefe do Legislativo. [...] Em seguida, protocolada na secretaria da Câmara a mensagem de referência aos motivos do veto, tem o presidente da Casa trinta dias, a contar do recebimento, para incluir o veto na Ordem do Dia para ser apreciado pelo Plenário. Nesse tempo, o veto passará pelas comissões temáticas, [...] para emissão de pareceres e em seguida vai ao Plenário para ser apreciado. [...] Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao presidente da República [em âmbito municipal, ao prefeito]. A rejeição do veto implica em ‘sanção’, devendo a norma ser direcionada ao prefeito para posterior promulgação e publicação no prazo legal. Nesse sentido, a rejeição do veto seria a única hipótese em que haveria ‘sanção’ sem manifestação de vontade, tendo em conta que o legislativo não é titular do ato de sanção. Após a rejeição do veto, o projeto deve ser encaminhado ao chefe do Executivo, que dispõe de quarenta e oito horas para promulgar a norma. [...] Cabe ainda ao presidente e ao vice-presidente da Câmara promulgar as normas aprovadas e aquelas que tiveram o veto rejeitado e não foram promulgadas pelo prefeito no prazo referido. Recomendamos que as Casas Legislativas tenham um protocolo de acompanhamento do trâmite procedimental das normas aprovadas e encaminhadas ao Executivo para providências legais”. Nesse sentido, a compreensão, no caso da Feira Livre de Dourados, é de que o Legislativo republicou a Lei nº 3395, de 13 de julho de 2010, por omissão do Executivo em fazê-lo em tempo regulamentar.

que foi tombada como patrimônio histórico e cultural municipal foi, de fato, a que funcionou na rua Cuiabá, entre a avenida Presidente Vargas e a rua Albino Torraca.

3.4. O (mau) uso do tombamento da Feira Livre e as fragilidades da “política patrimonial” em Dourados

Na falta de uma política pública patrimonial estruturada, com uma lei de tombamento específica e decreto que a regulamente, o processo de patrimonialização dos bens culturais em Dourados tem sido realizado, desde a década de 1980, através da apresentação de projetos de lei pelo Legislativo e sanção da lei pelo Executivo, sendo que a legislação utilizada para embasar as justificativas dos tombamentos municipais foi composta, quase sempre, de uma ou do conjunto das seguintes: CF (1988), LOM (promulgada em 1990 e atualizada esporadicamente) e PDD (2003). É notável que, de forma geral, o poder público municipal ignorou (ignora), em suas práticas de legitimação do patrimônio municipal, a Lei Complementar nº 2, de 9 de novembro de 1990, que criou o COMPHCAD, e a Lei Complementar nº 232, de 11 de dezembro de 2013, que alterou e criou dispositivos na anterior.

Uliana (2019) trata extensamente dessa questão em sua tese, trazendo ao debate esses dois contextos históricos. Ao analisar os 34 artigos da Lei Complementar nº 2/1990, detectou que oito deles trataram da composição e das atribuições do COMPHCAD e dentre essas estavam a proposição de tombamentos, projeção de obras de restauração e conservação nos bens tombados, formulação de diretrizes relacionadas à política de preservação e valorização desses bens, além da fiscalização do patrimônio tombado no município (ULIANA, 2019, p. 68). Porém, mesmo havendo um conselho direcionado à proteção do patrimônio cultural em Dourados, na prática, suas ações não se tornaram efetivas nos anos posteriores à sua criação. Para Uliana (2019):

Após esse momento e a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, a preocupação com a normatização do patrimônio local não se sustentou. A instalação do Conselho Municipal nos anos que se seguiram sequer foi mencionada nos projetos de lei que foram propostos após sua criação. Determinados vereadores, ao que parece, utilizaram do patrimônio local como instrumento de disputa em meio a articulações políticas de cada gestão político-administrativa (ULIANA, 2019, p. 70).

Mesmo após a reativação do COMPHCAD em 2013, determinada pelo MPE, a patrimonialização dos bens culturais em Dourados se fez através do “legislar e decretar”, e

Executivo e Legislativo municipais continuaram desconsiderando o papel do conselho. Nesse sentido,

Ao Conselho Municipal coube, em 2018, após seis tombamentos aprovados via projetos de lei, manifestar-se em Carta Aberta aos vereadores, buscando fazer cumprir o seu papel, ao menos, parte de suas atribuições. Assim, lançou um manifesto contrapondo-se à prática comum de exclusivismo do Legislativo em patrimonializar através de projetos de lei e leis municipais, sem consultar o Conselho Municipal construído especificamente e reativado, via MPE, para tratar do patrimônio histórico, cultural e ambiental de Dourados (ULIANA, 2019, p. 263).

A fim de contextualizar e problematizar as questões vinculadas ao “trato” com o patrimônio pelo poder público local, analisei a utilização da legislação que foi aplicada ao tombamento da Feira Livre de Dourados, sobretudo ao servir de base para sua justificativa. A fonte constitucional que preconiza a definição e a proteção do patrimônio cultural brasileiro está presente no artigo 216 da CF (1988), que define:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Cabe ressaltar que um texto de idêntica redação, com exceção da supressão do termo “brasileiro”, consta no artigo 243 da LOM. O artigo 216 da CF (1988) é utilizado no texto dos seguintes documentos, constantes no dossiê de tombamento da Feira Livre de Dourados: PL 28/2010 (28 mar. 2010), Parecer nº 2/10 – PLV/Cultura (22 abr. 2010) e Parecer nº 4/10 – VETO/PL 28/10 (7 out. 2010). De fato, a CF (1988) foi um marco histórico e jurídico no que diz respeito ao embasamento constitucional para as políticas públicas patrimoniais, inclusive ao estabelecer as competências do Legislativo e do Executivo, em seus artigos 23 e 24. No que concerne à proteção do patrimônio cultural brasileiro, destaco os seguintes itens:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; [...] VII – preservar as florestas, a fauna e a flora; [...] Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente

sobre: [...] VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

No entanto, é sabido que outros dispositivos são relevantes ao se tratar da preservação do patrimônio cultural brasileiro. O mais antigo deles é o tombamento¹⁴⁷. Instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, preconiza que o então denominado “patrimônio histórico e artístico nacional” seria formado pelo “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Decreto-Lei nº 25, 30/11/1937, p. 1). Da passagem das décadas concernente ao decreto-lei de tombamento (1937) para a CF (1988), posso afirmar seguramente que a noção de patrimônio foi ampliada através do viés multicultural, além de normatizada, sendo, a partir de então, efetivamente aplicada pelo governo federal, estados e municípios. O artigo 30 da CF (1988) aborda a competência dos municípios, sendo mais específico no seguinte trecho: “Art. 30 – Compete aos municípios: [...] IX – promover a proteção do patrimônio histórico cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”. Ou seja, aos municípios cabe a observação hierárquica das normas gerais expedidas em âmbito nacional e estadual, suprindo as eventuais lacunas deixadas pela legislação federal, além de atender às especificidades locais (RABELLO, 2009, p. 33).

O principal efeito da imposição do tombamento é conservar os bens materiais, coisas móveis ou imóveis que são reconhecidas como portadoras de valores culturais. Com a imposição do tombamento, são criadas obrigações para os proprietários de bens tombados, para o poder público, como para a sociedade em geral, de manter e conservar o bem cultural (RABELLO, 2015, p. 2).

O Iphan categoriza como bens de natureza cultural móvel as coleções e acervos variados (arqueológico, museológico, documental, bibliográfico, arquivístico, videográfico, fotográfico, cinematográfico) e os bens culturais de natureza imóvel como sendo as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos, conjuntos urbanos, edificações, ruínas, terreiros, parques históricos e os bens individuais. Uma vez tombado, o bem cultural móvel ou imóvel é inscrito em um dos quatro Livros do Tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; das

¹⁴⁷ O mais recente, no âmbito do patrimônio cultural material, é a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), instituída pela Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, do Iphan. Essa portaria serve como “guia para ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro”. Disponível na íntegra em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PORTARIA%20375%20-%202018%20-SEI_IPHAN%20-%200732090.pdf. Acesso em 5 ago. 2020.

Belas Artes e das Artes Aplicadas¹⁴⁸. Para ser tombado, o bem cultural passa por um processo administrativo para a análise e verificação de sua relevância histórica e cultural e, dessa forma, fica sujeito à guarda e fiscalização do poder público.

A Feira Livre de Dourados foi inscrita no *Livro de Tombo* do município (único exemplar no momento da pesquisa) em 6 de dezembro de 2013, sob a inscrição de nº 13¹⁴⁹. Assinou o documento o assessor de Cultura III Ilson Venâncio (matrícula 2900082). Outras informações são constantes dessa inscrição:

IDENTIFICAÇÃO DO MONUMENTO – Feira Livre de Dourados – MS
SITUAÇÃO – Rua Cuiabá, entre a Avenida Presidente Vargas e Rua Albino Torraca
NATUREZA DA OBRA – FEIRA Livre – (Evento popular)
PROPRIETÁRIO – [em branco]
Nº DO PROCESSO – T 13
CARÁTER DO TOMBAMENTO – ex officio¹⁵⁰
DATA DO TOMBAMENTO – 07 de julho de 2010.
OBSERVAÇÕES – Tombamento realizado em 07 de julho de 2010 através da lei nº 3395 da Feira Livre de Dourados para o patrimônio histórico e cultural municipal. A Feira Livre funciona há 30 anos na rua Cuiabá, entre a Avenida Presidente Vargas e Rua Albino Torraca. Comercializa frutas, hortaliças, alimentos, roupas e outros produtos. Neste ato de tombamento ficou definido que cabe ao Poder Público Municipal realizar as reformas e promover as restaurações que se fizerem necessárias no local de funcionamento da Feira sempre que for necessário. Pela grande diversidade de produtos em um só lugar, a feira da Cuiabá tornou-se um espaço onde se encontram pessoas de todas as idades a passeio ou em compras. Aberta aos sábados e domingos a feira passou a ser referência para as famílias devido a opções de lazer como cama elástica, apresentações culturais e o setor de alimentação,

¹⁴⁸ “A palavra tomo, significando registro, começou a ser empregada pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, em 1375, e originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo. Ali eram guardados os livros de registros especiais ou livros do tomo. No Brasil, como uma deferência, o Decreto-Lei adotou tais expressões para que todo o bem material passível de acautelamento, por meio do ato administrativo do tombamento, seja inscrito no Livro do Tombo correspondente”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em 5 ago. 2020.

¹⁴⁹ Com relação ao Livro de Tombo do município, constatei que seu termo de abertura foi assinado pelo secretário de Cultura, Carlos Fábio Selhorst dos Santos, em 28 de agosto de 2013, com a seguinte descrição: “Este Livro de Tombo, contendo 50 (cinquenta) folhas numeradas que levam a minha rubrica, servirá para a inscrição do Tombo dos Bens Arqueológicos, Etnográficos, Paisagísticos, Arquitetônicos e Urbanísticos, de Belas Artes, Artes Aplicadas, Históricos e Bibliográficos, na forma da Lei Municipal 02 de 09 de novembro de 1990” (cf. Livro de Tombo, 2013, p. 1, in arquivo SEMC).

¹⁵⁰ De acordo com o Iphan, existem três modalidades para o tombamento: voluntário, compulsório e de ofício, sendo que, neste último caso: “O tombamento incide sobre os bens pertencentes à União, aos estados e aos municípios. Essa modalidade de tombamento é feita mediante ato do administrador público em virtude do cargo que ocupa (no caso o Presidente do Iphan) e dispensa a iniciativa ou participação de terceiros, **mas precisa ser submetido à apreciação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**, mediante parecer, e posterior homologação do Ministro da Cultura (Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975)”, destaques meus. Fonte: Perguntas frequentes – Patrimônio Material – Tombamento. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9>. Acesso em 11 ago. 2020.

principalmente dos pasteis e do frango assado e a tradicional garapa de cana (cf. Livro de Tombo, 2013, p. 14-15 in SEMC).

Juntamente à inscrição de tombamento da Feira Livre de Dourados, localizada no arquivo da SEMC, encontrei os seguintes anexos: uma espécie de “rascunho” (trata-se de uma cópia de um documento que se refere, originalmente, à inscrição do tombamento do prédio da antiga Usina Filinto Muller – Usina Velha, sendo que os dados da mesma foram riscados e sobrepostos por informações sobre a Feira Livre de Dourados), contendo os itens a serem preenchidos concernentes ao detalhamento da inscrição (conforme excerto acima); uma cópia da Lei nº 3395, de 7 de julho de 2010, que “dispõe sobre o tombamento de patrimônio histórico e cultural municipal” (Feira Livre de Dourados); e, ao que parece, uma cópia de reportagem, intitulada *Feira reúne variedades num só lugar*, assinada por Flávio Verão. Nesse texto, há algumas marcações feitas a caneta, sendo parte delas utilizadas no item: *Observações* da inscrição do referido tombamento. Cabe salientar que não há nenhum tipo de identificação do periódico no texto impresso. Porém, ao pesquisar pelo título, encontrei reportagem idêntica no jornal digital *Dourados Agora*, datada de 17 dez. 2010, a qual fazia referência ao *Especial 75 anos*, quando Dourados completou 75 anos de emancipação político administrativa (disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/especial-75-anos-feira-reune-variedades-num-so-lugar>. Acesso em 11 ago. 2020).

Analisando o contexto municipal, à luz das fontes utilizadas, é perceptível que, apesar do poder público utilizar a legislação federal como ferramenta constitucional principal para a legitimação da Feira Livre de Dourados enquanto patrimônio cultural, há equívocos e inconsistências na aplicação do instrumento protetivo. Primeiramente, é preciso esclarecer que a Feira Livre de Dourados não é um bem de categoria cultural material, ao contrário, é necessário enfatizar que as feiras, por suas características culturais, expressam os sentidos e a simbologia contidos na imaterialidade do patrimônio. Portanto, são passíveis de valorização e proteção através do instrumento do registro, e não do tombamento. Ou seja, enquanto o tombamento estabelece a proteção do patrimônio cultural material, pois: “O ato administrativo do tombamento tem como finalidade a conservação da coisa, aí entendida como bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis” (RABELLO, 2009, p. 24), o instrumento dedicado à proteção e perpetuação dos bens imateriais é o registro, que foi instituído pelo Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, ampliando a noção de patrimônio cultural para abarcar também as referências culturais simbólicas, e não somente o patrimônio “de pedra e cal”. Vale lembrar que a proposta de tombamento da Feira Livre data do ano de 2010, e, dessa forma, o poder público municipal não poderia alegar desconhecer tal instrumento, até porque tem se embasado na legislação

federal para tombar e, mais recentemente, declarar como patrimônio imaterial alguns elementos culturais municipais, inclusive recorrendo, em vários documentos oficiais relativos ao processo de tombamento da Feira Livre de Dourados, ao parágrafo primeiro do artigo 216 da CF (1988), cujo texto trata das formas de proteção ao patrimônio cultural brasileiro: “§ 1º – O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. É importante observar que o tombamento não é o único instrumento protetivo do patrimônio, ao contrário, nossa legislação confere variedade normativa nesse âmbito, e inclusive prevê os inventários e registros como formas de identificação, reconhecimento e proteção do patrimônio cultural imaterial brasileiro¹⁵¹.

Nesse ponto, parece-me importante destacar que, enquanto nas leis relativas aos elementos materiais da cultura em Dourados é possível notar a utilização da redação: “Dispõe sobre o tombamento...” ou: “Tomba para o patrimônio...”, os elementos imateriais não estão vinculados especificamente com a terminologia “registro”, mas sim com a denominação: “Declara como patrimônio imaterial da cidade”, desconsiderando-se, a meu ver, as questões relacionadas especificamente à proteção desses bens. São três os patrimônios imateriais municipais: o Tereré (cf. Lei nº 4100/2017, publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 19 jun. 2017, p. 2), o Puchero ou “Puchero” (cf. Lei nº 4111/2017, publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 25 jul. 2017, p. 1) e a Sopa Paraguaia (cf. Lei nº 4112/2017, publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 25 jul. 2017, p. 1). O PL do tereré é de autoria do vereador Alan Guedes (DEM) e os PL’s referentes ao puchero e à sopa paraguaia são de autoria do vereador Cirilo Ramão (PMDB), todos os três legitimados na administração de Délia Godoy Razuk. Importante salientar que Uliana (2019) apresenta em sua tese o contexto histórico e problematiza o processo de patrimonialização dos bens culturais de categoria imaterial em Dourados.

Após quase uma década sem tombamentos, utilizou-se pela primeira vez o registro de patrimônio cultural imaterial. No entanto, a prática de instituir o patrimônio cultural local, via lei ou decreto municipal, não era nova em Dourados. Muito embora as leis não especificassem como os bens culturais seriam preservados, houve tensões que se esmiuçaram na imprensa local. As notícias trouxeram um debate diversificado sobre o campo do patrimônio

¹⁵¹ Segundo Motta; Rezende (2016), o inventário, dentro do campo patrimonial, é um “modo de produção de conhecimento para a sistematização de dados sobre os bens, visando à sua identificação, classificação e valorização” (p. 31). Nesse sentido: “Ao produzir conhecimento sobre o universo de bens culturais, os inventários podem justificar a seleção de determinados bens como patrimônio cultural e sua proteção pelo poder público” (p. 2). Apesar do instrumento registro ter sido legitimado somente em 2000, a prática de inventários patrimoniais no Brasil tem origem no final da década de 1920. Ganhou maior notoriedade, no âmbito da cultura imaterial, na década de 1990, com as pesquisas iniciais do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que resultou em manuais de aplicabilidade de sua metodologia.

cultural, questionando quais bens e quem os define como patrimônio. As justificativas dos projetos de lei que trataram da sopa paraguaia, do pucheiro e do tereré foram sucintas, apresentando um ou dois parágrafos. Tais propostas podem ser mais bem entendidas se analisadas a partir da fronteira e da cultura em sua dinamicidade e flexibilidade (ULIANA, 2019, p. 234-235).

Retornando à discussão sobre o objeto desta tese, parece-me interessante analisar a justificativa do PL 28/2010, protocolada sob o nº 686 em 29 de março de 2010 na Câmara Municipal. Nela, o vereador Marcelo Barros se dirige aos “leitores/ouvintes” como num discurso a ser realizado em plenário¹⁵²:

Senhor presidente e nobres colegas. O instituto do tombamento está previsto no art. 216, § 1º da Constituição Federal como uma das formas de proteção do patrimônio cultural brasileiro. O processo do tombamento encontra-se regulado pelo Decreto-Lei n. 25, de 30.11.1937. O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que realiza os tombamentos federais, define como patrimônios culturais as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos e edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Por isso, fazem parte do patrimônio tombado pela instituição não apenas vilarejos, mas também os chamados patrimônios imateriais, tais como a arte Kusiwa de pintura corporal e gráfica dos índios wajãpi, no Amapá; o tambor de crioula; o modo artesanal de fazer o queijo de Minas Gerais, as rendas irlandesas de Sergipe e as violas de cocho do Centro-Oeste; o frevo e o samba de raiz; a capoeira e o jongo do Sudeste; **a Feira de Caruaru de Pernambuco** e a cachoeira de Iavaretê no Amazonas; o Círio de Nazaré em Belém do Pará; o ofício das baianas de acarajé, na Bahia, e o das paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo. Por essas justificativas apresentamos a criação do Patrimônio Histórico e Cultural da FEIRA LIVRE DE DOURADOS (cf. justificativa PL nº 28/2010, 29 mar. 2010, n. p., in Dossiê da Feira Livre, destaques em negrito, sublinhado e em caixa alta do original).

O vereador parece “cumprir a cartilha” normativa, mencionando o artigo da CF (1988) no qual se apoia para justificar a aprovação do PL proposto, bem como a legislação específica e a instituição reguladora do patrimônio cultural brasileiro. Porém, resvala em seu discurso quando afirma que fazem parte do patrimônio tombado pela instituição também os chamados patrimônios imateriais. Ora, a palavra “tombado”, quando relacionada aos bens imateriais e não utilizada de forma errônea em seu entendimento conceitual, quer dizer simplesmente “inscrito ou registrado no livro” e não tem denotação específica em relação ao instrumento protetivo legalmente caracterizado como tombamento. A fim de exemplificar, o texto da justificativa traz

¹⁵² Observo, diante da documentação analisada, que nesse dia, durante a 8ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, o vereador Marcelo Barros usou a tribuna, muito provavelmente para apresentar seu projeto de lei. Conforme ata publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 13 jul. 2010, p. 8, “Marcelo Barros apresentou 1 projeto de lei e 3 indicações protocolados nºs 686 e 689”.

vários elementos da cultura imaterial brasileira, a exemplo das celebrações, formas de expressão, modos de fazer e lugares. Essas denominações fazem parte justamente das nomenclaturas dos *Livros de Registro*, dedicados à inserção e proteção do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Mesmo assim, segundo o vereador, haveria justificativas relevantes para a “criação [sic] do Patrimônio Histórico e Cultural da FEIRA LIVRE DE DOURADOS” (caixa alta do texto original).

O texto da justificativa não menciona os aspectos históricos, os significados simbólicos, nem mesmo o valor cultural relevante do bem para a comunidade na qual se insere. Aliás, ressalto em tempo que, ao questionar Roberto Djalma Barros sobre a participação dos feirantes durante o trâmite processual do tombamento da Feira Livre e sobretudo sobre a participação desses nas votações nas sessões da Câmara Municipal, ele afirmou, enfático, que “não foi uma viva alma” (BARROS, 2020). No entanto, apesar do claro protagonismo do Legislativo nesse contexto, constatei, nas matérias d’*O Progresso* sobre o assunto, a participação de moradores do entorno da feira e de feirantes, principalmente solicitando do poder público medidas que os auxiliassem na resolução do impasse relacionado à mudança de local ou possível extinção da Feira Livre. Além disso, foi registrada a participação de Cristiane Carvalho Tavares, ao representar os feirantes da Feira Livre de Dourados na tribuna livre da Câmara Municipal, discorrendo a respeito do tombamento, durante a 8ª Sessão Ordinária, ocorrida em 29 de março de 2010 (no mesmo dia em que, como foi visto, o vereador Marcelo Barros protocolou sua proposta). Nessa mesma noite, os vereadores Gino Ferreira, Humberto Teixeira Junior, Dirceu Longhi e Aurélio Bonatto também se posicionaram sobre esse assunto, embora não constem, na ata publicada no *Diário Oficial*, os detalhes dos pronunciamentos (cf. ata publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 13 jul. 2010, p. 8).

Para além dessas questões, as problemáticas vinculadas ao tombamento da Feira Livre de Dourados são diversas, a começar pelo seu trâmite processual ter sido proposto e conduzido, pelo menos “oficialmente”, por membro do Poder Legislativo. O termo “oficialmente” faz referência ao fato de Roberto Djalma Barros, pai do vereador Marcelo Barros, se autodenominar idealizador e articulador da proposta de tombamento da Feira Livre de Dourados, justificando sua “verdadeira intenção” dessa forma: “Eu queria que aparecesse só o Marcelo, eu fazia para aparecer só o Marcelo” (BARROS, 2020).

Sônia Rabello¹⁵³ (2009) aponta alguns entraves sobre essa questão ao dedicar um capítulo da reedição de seu livro *O Estado na preservação de bens culturais* para discutir a temática: *O tombamento como ato do Executivo*. De acordo com a autora citada, cabe ao Estado o reconhecimento jurídico e a proteção do bem e de seu significado simbólico, demonstrado através do valor cultural que representa. Desse modo, os valores e interesses coletivos “são objetos das restrições e limitações administrativas, tuteladas pela administração pública através de seu poder de polícia¹⁵⁴” (RABELLO, 2009, p. 46). Nesse sentido, a CF (1988) criou obrigações, estabeleceu comportamentos e limitou direitos a determinados bens de valor cultural. “Limitando direitos, no caso o direito de propriedade, confere-se ao Poder Executivo o exercício do poder de polícia para a proteção do interesse público de preservação de bens de valor cultural que determinadas coisas possam conter” (RABELLO, 2009, p. 46). Ao defender a tese do tombamento como ato administrativo de competência do Executivo, explica que

[...] o Decreto-lei 25/37 previu processo administrativo pelo qual cabe ao órgão do Executivo avaliar quais os bens que merecem proteção federal. Com esta previsão legal abriu-se ao Executivo o espaço legal necessário ao exercício de poder de polícia nesta área, já que lhe caberá determinar os bens passíveis de proteção. Outrossim, os bens apontados, após o processo administrativo competente, passarão a estar sob a tutela especial do Estado, integrando seu domínio eminente. O Decreto-lei 25/37 previu a causa que determinará a proteção do bem, o órgão do Executivo que terá competência para escolher e julgar o valor de determinado bem, alguns aspectos do processo administrativo e os efeitos que irão operar a partir da determinação da tutela especial do Estado. [...] Trata-se, portanto, de ato do Executivo: ato administrativo decorrente do seu poder de polícia administrativa, já que, por ele, a administração pública restringirá direitos dos particulares, com o fim de resguardar o interesse público geral da preservação (RABELLO, 2009, p. 46).

Nesse contexto, compreendo que, assim como demonstrado na proposta de tombamento da Feira Livre de Dourados, bem como dos demais bens culturais do município, quer sejam provenientes da cultura material ou imaterial, os vereadores legislaram para além de suas funções, pois, sendo o tombamento um ato administrativo, próprio do Executivo, somente o prefeito deverá praticá-lo na esfera municipal e, dessa forma: “Ao praticá-lo, a Câmara estará invadindo o âmbito de competência do Executivo” (cf. parecer de Joaquim Torres Araújo em 28 fev. 1985 – Visto ao Processo 07/32086/83, Resposta ao Ofício 63/84, Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, *apud* Rabello, 2009, p. 51). Para explicar essa condição, Rabello

¹⁵³ Professora titular de Direito Administrativo e Direito Urbanístico da Faculdade de Direito da UERJ (aposentada); professora do *Lincoln Institute of Land Policy* (Cambridge, EUA) e do Mestrado Profissional do PEP/IPHAN. Dados disponibilizados pela própria, ao escrever o verbete *Tombamento*, publicado no site do Iphan em 2015.

¹⁵⁴ Poder de polícia é “a faculdade que tem a Administração Pública de ditar e executar medidas restritivas do direito do indivíduo em benefício do bem-estar da coletividade e da preservação do próprio Estado” (COSTA, 2018).

(2009, p. 49) salienta que: “é próprio do Poder Executivo o exercício da função de realização dos atos concretos de Direito, enquanto ao Legislativo cabe a previsão das suas hipóteses abstratas”.

Essa problemática aponta justamente para as relações de poder que permeiam as questões patrimoniais, sobretudo em âmbito municipal. Os vereadores não deveriam, portanto, em tese, propor tombamentos nem registros de bens imateriais pois são, dentre outros fatores, mais “vulneráveis”, devido à sua maior proximidade com o eleitorado, às especulações de sujeitos ou grupos que querem exercer sua vontade em determinadas ações de escolha e legitimação patrimonial. Cabe ressaltar que não afirmo que o prefeito também não esteja suscetível às pressões acima mencionadas, porém, estando o Executivo munido de sua assessoria técnica para assuntos do patrimônio cultural, bem como com o suporte e a deliberação do conselho consultivo do patrimônio, o processo de patrimonialização dos bens culturais do município tende a possuir um caráter técnico e representativo da sociedade civil. Ao observar tombamentos e registros realizados à revelia, “ora sem justificativa, ora sob a alegação de ameaça de perda ou perpassando a autoafirmação identitária de grupos sociais e culturais” (ULIANA, 2019, p. 66), inclino-me a sugerir que a patrimonialização passa a ser objeto de vontade e/ou imposição política. Essa assertiva pode ser confirmada, por exemplo, ao analisar o posicionamento do diretor presidente da FUNCED, Carlos Fábio Selhorst dos Santos, em resposta ao MPE em 2011, afirmando em seu relatório que:

O Departamento de Cultura realizou vistorias nos bens históricos tombados no Município de Dourados, e foi constatado que os mesmos foram **tombados por indicação política**, e nas Leis não foram estabelecidos os critérios de conservação e de preservação, nem de datação [sic] orçamentária para tal fim, além de não ter seguido as normas estabelecidas pelo IPHAN [...]. Constatamos também que o município não possui um Livro Tombo (*apud* Uliana, 2019, p. 197, destaques meus)¹⁵⁵.

Nesse sentido, reafirmando tal premissa, o Poder Executivo é quem deve tratar de tais questões, visto que possui (ou pelo menos deveria possuir) um corpo técnico que, dentro dos parâmetros éticos profissionais, deve ser idôneo e competente, ao tratar das referências culturais do município. Vale ressaltar que, no caso de Dourados, apesar de os PL's referentes à proteção do patrimônio cultural municipal terem tido iniciativa e trâmite processual através do Legislativo, as sanções das referidas leis de tombamento e “registro” foram realizadas pelo

¹⁵⁵ Nota da autora citada: Ofício nº 130/2011, FUNCED, 26 de setembro de 2011. Inquérito civil nº105/2011/PJDPHC/DD, fls. 45-46.

Executivo, à exceção da republicação da lei de tombamento da Feira Livre, “republicada por omissão” pelo Legislativo municipal, contexto esse já apresentado anteriormente.

Outra questão relevante, ainda sobre esse assunto, consta na premissa de que a solicitação para o tombamento de um bem cultural deve ser feita por pessoas físicas ou jurídicas, com a abertura de um processo que será apreciado e avaliado tecnicamente e deliberado pelo órgão responsável pela preservação do patrimônio da localidade. Ou seja, a lei de tombamento preconiza que o pedido de abertura de processo pode ser feito por iniciativa de qualquer cidadão, instituição pública ou privada, fato que, até a atualidade, não ocorreu em nenhuma das propostas de tombamento em Dourados, sendo essas recorrentemente de autoria de vereadores. Até a aprovação da intenção de tombamento, deve o Executivo contar com a assessoria técnica de um Conselho Consultivo do Patrimônio, instância designada pelo Decreto-Lei nº 25/1937 que tem por finalidade a manifestação do veredito final sobre o valor e relevância dos bens culturais passíveis de tombamento.

Portanto, o tombamento é praticado pelo Conselho mediante deliberação coletiva e submetido à autoridade responsável pela homologação. O Conselho, por não ser instância administrativa, é auxiliado por órgãos ou agentes administrativos que informam o processo. Estudos técnicos determinarão, segundo a legislação, as hipóteses em que esses bens são considerados. Para que o processo de tombamento seja legitimado é necessário que tenha este caráter probatório, garantido por um corpo de *especialistas*, investidos de poder delegado pelo Estado. Esses *sacerdotes modernos* compõem os Conselhos de Patrimônio e o corpo técnico administrativo das instituições públicas (KERSTEN, 2000, p. 52, destaques do original).

Cabe salientar que, de acordo com a Lei Complementar nº 2/1990 (primeira iniciativa do Legislativo municipal em relação à proteção e preservação do patrimônio cultural de Dourados), o COMPHCAD “consistiria em ‘Colegiado’ e ‘Secretaria Executiva’. Os integrantes para o Colegiado seriam indicados por entidades vinculadas à área e nomeados pelo prefeito municipal. Os da Secretaria seriam escolhidos pelo Colegiado e designados pelo prefeito municipal” (ULIANA, 2019, p. 66). De acordo com o artigo 4º dessa lei, foram determinadas as competências da secretaria executiva, a saber: “executar as atividades relativas ao tombamento, incluindo projetos, cadastros, fotografias e memoriais descritivos, bem como a restauração do patrimônio e serviços administrativos de apoio necessários à atuação do Conselho” (cf. Lei Complementar nº 2, de 9 de novembro de 1990, *apud* Uliana, 2019, p. 66). Já com a reativação do COMPHCAD em 2013, as atribuições do “Colegiado e da Secretaria Executiva foram substituídas pelas atribuições do Conselho Municipal” (ULIANA, 2019, p. 67).

Em Dourados, a existência e a atuação do COMPHCAD foram, ao que parece, sempre desconsideradas pelo poder público, que preferiu impor as medidas protetivas ao patrimônio

sem realizar os procedimentos técnicos necessários e sem a anuência de especialistas. Dessa forma, o poder público, não reconhecendo o COMPHCAD, ignora a necessidade de sua manifestação diante dos processos de tombamento. No entanto, a atuação dos conselhos consultivos do patrimônio é fundamental para que o processo de tombamento seja realizado conforme critérios técnicos, de forma a evitar, tanto quanto possível, o predomínio de simples interesses políticos e partidários, critérios esses que, de forma diversa e coletiva, representem os interesses da comunidade. Ou seja, o ato de deliberação sobre o tombamento é de competência dos conselhos consultivos do patrimônio, e deve ser realizado através de deliberação coletiva, manifestada através do entendimento do bem a ser patrimonializado como sendo de interesse público pelo seu valor cultural. “No entanto, os Conselhos, em geral, não são órgãos executivos; por esse motivo, e para subsidiar a decisão, é comum que os processos sejam instruídos com estudos técnicos” (RABELLO, 2009, p. 54). Além disso, há a previsão de participação de outros órgãos ou agentes administrativos no processo de tombamento, sobretudo para a prática dos atos preparatórios.

Os estudos, os pronunciamentos, os encaminhamentos da matéria até esta chegar à decisão do Conselho Consultivo formam o processo administrativo de tombamento. Não obstante ser a decisão do Conselho o ato de manifestação de vontade do poder público, a instrução do processo de tombamento torna-se de grande importância não só para subsidiar sua decisão, como também para informar quanto a aspectos fundamentais do tombamento, isto é, precisar seu objeto, determinar sua característica e sua expressão enquanto bem de valor cultural do país (RABELLO, 2009, p. 64).

Uliana (2019) dedica parte de sua tese a analisar o contexto de criação do COMPHCAD em 1990 e sua retomada, por exigência do MPE, em 2013¹⁵⁶. Segundo a pesquisadora, entre a criação (1990) e sua nova configuração normativa (2013), praticamente não ocorreu atuação do COMPHCAD no âmbito das discussões e propostas patrimoniais em Dourados. Ratificando essa informação, não encontrei nenhum documento relacionado à participação, nem posicionamento do COMPHCAD em relação ao processo de tombamento da Feira Livre de Dourados (2010)¹⁵⁷. Outrossim, ao indagar Roberto Djalma Barros sobre a colaboração de técnicos do Executivo,

¹⁵⁶ Refere-se a um dos desdobramentos da ação civil pública impetrada pelo MPE em 2012, que, dentre outros aspectos, cobrava do poder público municipal a composição de seu conselho consultivo de patrimônio. Ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, analisada por Uliana (2019).

¹⁵⁷ Uliana (2019, p. 196) registrou em sua tese que, de acordo com um documento oficial datado de 2011, o então diretor presidente da FUNCED, Carlos Fábio Selhorst dos Santos, afirmou ao MPE: “A respeito do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Dourados [sic] informamos que não temos esse Conselho formado”. Nota da autora citada: Ofício nº 111/2011, FUNCED, 3 de agosto de 2011. Inquérito civil nº105/2011/PJDPHC/DD, fls. 30.

assessoria de especialistas da área ou membros do COMPHCAD no trâmite da patrimonialização da Feira Livre, foi objetivo em sua resposta: “Não teve nada” (BARROS, 2020).

Sobre o cenário de atuação histórica dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural de Dourados durante esse período, Uliana (2019) se manifesta, ao interpretar suas fontes de pesquisa.

Caso observarmos as competências do município e dos órgãos específicos de cultura em Dourados, “promover a defesa do patrimônio histórico do Município de Dourados” foi atribuição dada à Fundação Cultural e de Esportes de Dourados (FUNCED) desde sua criação, em 1983¹⁵⁸. A partir de 2011, através da reestruturação das secretarias municipais, tais atribuições couberam à Secretaria Municipal de Cultura (SEMC)¹⁵⁹. Ao longo dos anos, entre 1990 e 2010, poucas foram as citações na imprensa douradense que fizeram relação entre o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados e a FUNCED. A ausência de menções de membros do referido Conselho Municipal pode ter contribuído para que apenas a FUNCED fosse mencionada nos projetos de lei que trataram de patrimonializações locais. Na reestruturação da Lei Complementar nº 02/90, em 2013, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados foi vinculado à SEMC (ULIANA, 2019, p. 69).

Para além dessas questões, é interessante notar que a Feira Livre de Dourados foi representada como objeto de tombamento, através do parecer da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, como agente de “desenvolvimento e da política urbana”. Nesse sentido, os procuradores utilizaram o texto do artigo 164 da LOM para corroborar o tombamento do referido bem cultural, texto esse assim citado no parecer:

Art. 164 – São instrumentos capazes de proporcionar o desenvolvimento urbano no Município:
I – o Plano Diretor, elaborado através de órgão técnico municipal, dispendo sobre:
[...]
III – os seguintes institutos jurídicos:
a) discriminação de terras públicas;

¹⁵⁸ Nota da autora citada: Lei nº 1.261, de 5 de agosto de 1983. Cria a Fundação Cultural e de Esportes de Dourados e dá outras providências.

¹⁵⁹ Nota da autora citada: Lei Complementar nº 192, de 23 de dezembro de 2011. Com relação à SEMC, segundo informações divulgadas no *site* da prefeitura municipal, “[...] vem atender uma das mais antigas reivindicações do segmento cultural douradense, e tem por finalidades a formulação de políticas públicas e a coordenação da implementação de ações, diretamente ou em parceria com entidades públicas e privadas, de programas, projetos e atividades voltados para o desenvolvimento da cultura, bem como da preservação do patrimônio histórico e cultural do município. Compete à pasta formular a política de cultura do município; articular-se com órgãos federais, estaduais, municipais e culturais de qualquer iniciativa; promover a defesa do patrimônio histórico de Dourados; conceder auxílio a instituições culturais para assegurar o desenvolvimento cultural efetivo; promover intercâmbio com entidades culturais públicas e privadas, mediante convênios que possibilitem exposições, reuniões e realizações de caráter cultural; realizar promoções destinadas à integração social da população, com vistas à elevação do seu nível cultural, entre outras atividades”. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/secretaria-municipal-de-cultura/>. Acesso em 30 ago. 2020.

- b) desapropriação;
- c) parcelamento ou edificação compulsórios;
- d) medidas de proteção ao meio ambiente e de combate à poluição;
- e) servidão administrativa;
- f) tombamento de imóveis;
- g) cessão ou concessão de uso.

Na verdade, ao observar a íntegra do inciso I do art. 164, é possível notar que o Plano Diretor de Dourados versa, dentre outros aspectos, sobre “g) o patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico” (LOM, 1990, art. 164), sendo esse trecho ausente da citação da Procuradoria Jurídica, porém diretamente associado ao item exposto. No parecer, são elencados sete institutos jurídicos, dentre os quais destaco o “f) tombamento de imóveis” – sendo esse instituto o que, por evidente exclusão dos demais, determina a proteção dos bens culturais edificados. Ora, um questionamento se faz necessário nesse ponto: julgavam os procuradores que a Feira Livre de Dourados seria categorizada como um bem imóvel? Lembrando que, segundo o Iphan, a definição para bens imóveis destaca que: “São as edificações, os sítios arqueológicos e paisagísticos, bens naturais e paisagens, os núcleos urbanos e bens individuais” (cf. Perguntas frequentes – Patrimônio Material – Tombamento. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9>. Acesso em 10 ago. 2020). Ou seja, a Feira Livre de Dourados, por suas diversas características de ordem social e cultural, não se encaixa, a meu ver, nessa categoria.

Com relação às medidas efetivas de proteção, principal efeito do tombamento, o texto apresenta o artigo 244 (capítulo VIII – Da Cultura) da LOM, cuja redação consiste em uma adaptação do parágrafo primeiro do artigo 216 da CF (1988). Porém, há uma especificidade: a LOM determina que o arquivo público seja a instituição responsável pela efetivação das medidas protetivas, inclusive com relação ao tombamento dos bens culturais do município, fato que, ao que parece, foi ignorado pelo poder público naquele contexto.

Art. 244 - O Poder Municipal, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural municipal, através do arquivo público, que fará o inventário, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

É importante esclarecer que, a rigor, a instituição arquivo público municipal nunca existiu em Dourados. Vale salientar que, atualmente, a instituição responsável por executar as atividades relativas ao tombamento em âmbito municipal é a SEMC, atribuição promulgada através da Lei Complementar nº 232, de 11 de dezembro de 2013.

Para finalizar o embasamento normativo referente ao parecer emitido pela Procuradoria Jurídica da Câmara, os procuradores recorreram ao PDD de 2003 (Lei Complementar nº 72, 30

dez. 2003) e, em específico, ao artigo 81 e seu terceiro parágrafo, referente à “Seção VII – Do tombamento de imóveis, edificações, equipamentos e mobiliário urbano”:

Art. 81 – Ficam sujeitos a tombamento os imóveis, edificações, equipamentos e mobiliário urbano de interesse histórico-cultural indicados nos anexos XX A e XX B desta lei.

[...]

§ 3º Lei específica regulamentará as condições, prazos e formas para realização do tombamento.

No entanto, ao consultar os anexos previstos no referido artigo, não encontrei, nas listagens referentes às “unidades identificadas para tombamento de patrimônio histórico de Dourados”, a Feira Livre. No anexo XX A, além do mapa do município, estão localizadas e identificadas, através de legenda, as seguintes unidades:

1a – Ponte sobre Rio Dourados; 1b – Estação Presidente Dutra; 1c – Estação e Vila dos Oficiais em Itahum; 1d – Estrada de Ferro – Ferrovia Noroeste de Itahum; 1e – Estação Ministro Pestana; 1f – Ponte sobre o Rio Santa Maria; 1g – Casa original da CAND; 1h – Cruzeiro de Indápolis (cf. Anexo XX A – Unidades identificadas para tombamento de patrimônio histórico de Dourados, n. p., in Plano Diretor de Dourados, Lei Complementar nº 72, de 30 dez. 2003).

Já o anexo XX B contém um mapa da área urbana de Dourados, apresentando, igualmente localizadas e identificadas através de legenda, dezenove diferentes espécimes de árvores, além dos seguintes elementos arquitetônicos:

12 – Praça da Rua Hilda Bergo Duarte com Rua Iguassú, que conta com uma Reserva Florestal; a – Usina Velha - Filinto Muller, b – Cruzeiro da Rua João Cândido da Câmara, c – Residência anos 60, d – Monumento Getúlio Vargas, e – Painéis de mosaico da Igreja Matriz de Dourados, f – Monumento da Praça Mário Correia, g – Olaria da Rua Maria da Glória, h – Monumento ao Colono (cf. Anexo XX B – Unidades identificadas para tombamento de patrimônio histórico de Dourados, n. p., in Plano Diretor de Dourados, Lei Complementar nº 72, de 30 dez. 2003).

Em meio a todos esses equívocos, contradições e incoerências com relação à utilização e à aplicação da legislação protetiva do patrimônio cultural municipal, tanto pelo Executivo como pelo Legislativo e pela Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, deparei-me com um cenário de descaso e omissão para com a questão patrimonial em Dourados. Em tempo: mencionei anteriormente o conteúdo do terceiro parágrafo do art. 81 da Lei Complementar nº 72, de 30 dez. 2003 (o PDD), artigo esse que diz respeito aos procedimentos normativos relacionados ao processo do tombamento. Ocorre que, como Dourados não possui lei específica de proteção ao patrimônio cultural (material e/ou imaterial) e, conseqüentemente, não há decreto que a regule, o patrimônio acaba sendo relegado às intencionalidades de seus

administradores públicos. Atualmente, o conteúdo que mais se aproxima de uma legislação protetiva do patrimônio cultural municipal é a Lei Complementar nº 232, de 11 de dezembro de 2013, que “Altera e cria dispositivos na Lei Complementar nº 2, de 9 de novembro de 1990, que cria o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados e dá outras providências” (cf. *Diário Oficial*, Dourados, 13 dez. 2013, p. 1-2). Essas problemáticas revelam a ausência de uma política pública patrimonial concreta, embasada conforme procedimentos e critérios coerentes, além da própria ineficiência do município com relação ao patrimônio local.

3.5. Em defesa do lugar: o Registro salvaria a Feira Livre da rua Cuiabá?

O lugar, aqui entendido em dois sentidos: 1) “o espaço geográfico que ocupa uma coisa” e 2) “a maneira como alguma coisa está disposta em determinado período, a condição, a posição”, sempre foi (e ainda tem sido) uma problemática com relação à Feira Livre de Dourados¹⁶⁰. Essa prática é recorrente desde a sua implantação, em 1948, na Praça Antônio João, onde funcionou por poucos anos, passando em 1956 à rua Maranhão (atual rua Dr. Nelson de Araújo), na quadra entre as avenidas Marcelino Pires e Weimar Gonçalves Torres, e posteriormente funcionando na rua Santa Catarina (atual Onofre Pereira de Matos), entre a avenida Presidente Vargas e a rua Sergipe (atual rua João Rosa Góes), em 1964, e finalmente sendo instalada em 1980 na rua Cuiabá, entre a avenida Presidente Vargas e rua Albino Torraca, lugar que ocupou por 36 anos. Atualmente a feira é localizada no Jardim São Pedro (no quadrilátero formado pelas ruas Cafelândia, Araguaia, Humaitá e Adelina Rigoti), local ocupado desde 2016.

Analisando as fontes da imprensa local, é notável que os lugares que a feira ocupou foram, em grande parte das vezes, associados aos problemas de ordem social e de planejamento urbano, sendo que, ao longo das décadas, tiveram sua localização alterada diante da dinâmica espacial da cidade e, aos poucos, foram sendo deslocados das áreas mais centrais. Por outro lado, essas alterações também revelam, em certa medida, qual é o lugar da Feira Livre de Dourados na perspectiva do ordenamento espacial da cidade e da relevância do patrimônio cultural, através da visão do poder público, responsável pelas alterações nesse contexto. Dessa forma, o lugar se torna objeto de conflito no campo político, revelando ações, muitas vezes,

¹⁶⁰ Os dois sentidos de “lugar” aqui utilizados foram adaptados de: DICIO. Dicionário Online de Português. *Lugar*. Significado de lugar. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/lugar/>. Acesso em 11 ago. 2020.

autoritárias e intencionais, que não atendem às demandas da população e não respeitam os sentidos e significados atrelados a esses.

No campo do patrimônio cultural, lugares são entendidos como “espaços físicos imbuídos de significação cultural, aos quais são atribuídos valores” (TEIXEIRA, 2015, n. p.). Trata-se de uma categoria de classificação dos bens culturais presente em um dos quatro Livros de Registro¹⁶¹ do patrimônio cultural imaterial brasileiro instituídos pelo Decreto nº 3551, de 4 ago. 2000 e, ainda, constante no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)¹⁶².

Nesse processo, a categoria Lugar se consolidou como forma de compreender um referencial cultural especializado, cujo valor não se concentra estritamente em seus aspectos construtivos ou históricos. Desse modo, a categoria diz respeito a um recorte espacial dotado de significação cultural e social expressas no tempo presente por meio da relação que pessoas e grupos estabelecem com ele (TEIXEIRA, 2015, n. p.).

Nesse sentido, o *Livro de Registro dos Lugares* revela aspectos contidos na imaterialidade do patrimônio cultural, relacionados às atividades, práticas sociais e representações dos grupos e das comunidades. Segundo a determinação do Iphan,

Nele são inscritos os mercados, **feiras**, santuários e praças onde se concentram e/ou se reproduzem práticas culturais coletivas. Os Lugares são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais (Cf. Livros de Registro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em 12 ago. 2020, destaque meu).

Dessa forma, as feiras são espaços que envolvem uma diversa simbologia, nos quais os aspectos de trabalho, lazer, cultura, economia, sociabilização, entre outros, se (con)fundem nas interações simbólicas expressas no cotidiano popular e que contribuem para a atribuição de seu

¹⁶¹ De acordo com o Decreto nº 3551/2000, são quatro os Livros de Registro: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares. Para saber mais, consultar: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em 12 ago. 2020.

¹⁶² “É uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>. Acesso em 12 ago. 2020. Outro documento importante e mais atual sobre os inventários (primeira ação prática do processo de registro) trata da ferramenta de *Educação Patrimonial – Inventários Participativos* (título do manual), que preconiza a participação da comunidade enquanto protagonista de seu próprio patrimônio cultural. Segundo o manual, são cinco as categorias utilizadas para inventariar o patrimônio cultural brasileiro, abarcando bens materiais e imateriais: Saberes, Formas de Expressão, Objetos, Celebrações e Lugares (IPHAN, 2016).

valor cultural. Em paralelo, é importante destacar também a importância dos elementos materiais presentes nesse contexto, não sendo eles menos relevantes no reconhecimento das feiras enquanto lugares simbólicos, ao contrário, pois

[...] os elementos materiais que os compõem, [...] ocupam um lugar central no valor atribuído a esses bens. A espacialização opera como uma unidade que agrega os **referenciais tangíveis e intangíveis**; e estes **existem de determinado modo porque se realizam naquele espaço**. Essa é a dimensão múltipla que a categoria procura abranger (TEIXEIRA, 2015, n. p., destaques meus).

Em nível federal, são duas as feiras registradas como patrimônio cultural brasileiro¹⁶³. A primeira delas, a Feira de Caruaru em Pernambuco, serviu inclusive para embasar a justificativa de tombamento da Feira Livre de Dourados, sendo citada no PL nº 28/2010 como exemplo de “patrimônio tombado [sic] pela instituição [Iphan]”. Registrada em 2006, apresenta produtos e expressões artísticas contidos na diversidade do comércio de gado e produtos de couro, brinquedos reciclados, artesanato em barro, redes de tear, utensílios de flandres, cordel, gomas e farinhas de mandioca, ervas e raízes medicinais¹⁶⁴. Mais recentemente, em 2017, a Feira de Campina Grande, na Paraíba, também foi registrada. Com cerca de 75 mil metros quadrados, o lugar comercializa frutas, hortaliças, cereais, ervas, carnes, animais (vivos ou abatidos), roupas, flores, doces, artesanato, acessórios para pecuária, comida regional e serviços. Além disso, como é típico das feiras, diversos personagens simbolizam e fazem parte da existência do lugar: seleiros, mangaieiros, flandreiros, barbeiros, balaieiros, raizeiros, fateiros, sendo esses personagens conhecidos como detentores culturais ou mestres, com seus saberes e ofícios tradicionais¹⁶⁵.

¹⁶³ Além das duas feiras, são patrimônios culturais brasileiros registrados como Lugares pelo Iphan: a Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (registrada em 2006 e localizada na região do Alto Rio Negro, distrito de Iauaretê, município de São Gabriel da Cachoeira – AM) e a Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani (registrada em 2014 e localizada em São Miguel das Missões – RS). Informações disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/498>. Acesso em 12 ago. 2020.

¹⁶⁴ A título de conhecimento, a folha de flandres é uma liga metálica composta de ferro e estanho, muito utilizada na fabricação de utensílios. Já o cordel é uma expressão popular caracterizada pela declamação de poemas. A Literatura de Cordel é um gênero literário popular, baseado na oralidade, escrito em forma de rimas e impresso em folhetos, através do uso de xilogravura. É registrada como patrimônio cultural brasileiro inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão desde setembro de 2018. Informações disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/61>. Acesso em 12 ago. 2020.

¹⁶⁵ Algumas definições: seleiro = o que fabrica selas (equipamento de montaria); mangaieiro = camelô, vendedor ambulante (regionalismo nordestino); balaieiro = fabricante ou vendedor de balaios (cestaria); raizeiro = detém o conhecimento tradicional das raízes e ervas medicinais. Conhecido também por remedista; fateiro = comerciante de miúdos de gado, conhecido também por bucheiro ou tripeiro. Informações disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1601/>. Acesso em 12 ago. 2020.

No dossiê do inventário da Feira de Caruaru encontrei a justificativa para o registro do bem cultural imaterial, na perspectiva dos diversos elementos verificados e vivenciados, sendo todos eles, em suas unidades, e o conjunto deles, fundamentais para a legitimação desse patrimônio cultural.

Não são os patrimônios vivos: artesãos, raizeiros e médicos populares; não é a conjugação da medicina popular com a religião; não são as localidades em que se dividiu o espaço a ser inventariado: o Alto do Moura e o Perímetro Urbano, mas sim a relação de todos eles e de tudo isso com a Feira, que deve ser objeto de registro: seja a permanência de elementos de nossa cultura tradicional, que o tempo não apagou; seja a continuidade expressa em muitas ocasiões, em conservar a memória viva de práticas socioeconômicas e culturais que fazem parte de nossa formação como povo e como sociedade; sejam as redes de sociabilidade ensejadas por estas práticas, vivenciadas na Feira e a partir da Feira (IPHAN, 2006).

Nesse sentido, o lugar vinculado à feira é extremamente importante para a manutenção cultural do bem registrado. O lugar é carregado de simbologia, é expresso através do que vemos, da localização espacial vinculada ao patrimônio cultural.

Lugares são, portanto, os espaços geográficos que conferem sentido; que possuem um valor agregado simbólico, por fatores ligados à história da sociedade, às suas origens, à sua formação, que lhe são anexos. É o território, a casa, a cidade onde se nasceu, cresceu, se amou, enfim, onde se vivenciaram experiências marcantes, cultivadas na memória. Por isto, os lugares são como que extensões da alma; são carregados de sentimentos de pertença (“este chão é nosso!”, “aqui é o meu lugar!”) (IPHAN, 2006).

Apesar de não ter sido registrada como lugar, esse elemento sempre acompanhou a Feira Livre de Dourados como uma questão problemática que deveria ser solucionada, sendo objeto de disputas, reivindicações e até mesmo descaso pelo poder público. Cabe esclarecer que, ao ser questionado sobre os motivos os quais levaram à solicitação de tombamento e não de registro da Feira Livre de Dourados, Roberto Djalma Barros disse desconhecer tal instrumento protetivo, justificando: “Eu não sabia [sobre o registro], eu só queria proteger”. Questionei ainda se ele tinha conhecimento sobre outras feiras que foram tombadas pelo poder público, e o mesmo respondeu negativamente, alegando em sua defesa: “Eu lia sobre [o tombamento]... ninguém pode mexer no patrimônio, não pode demolir” (BARROS, 2020).

Quando recorro às fontes analisadas nesta pesquisa, percebo que o lugar de instalação da Feira Livre de Dourados foi visto, sobretudo pelo poder público, ora com preocupação com relação à sua efetividade (a exemplo da escolha inicial em alguma parte da Praça Antônio João), ora como problemática de ordenamento da centralidade urbana (contida sobretudo nos problemas sanitários e de segurança pública que a seguiram pelos lugares ocupados

posteriormente) e ainda como uma possível salvação, quando era proposto um “novo” lugar para a instalação da feira, prometendo-se infraestrutura adequada e a manutenção dos direitos dos feirantes e consumidores.

A questão do lugar (rua Cuiabá) foi o principal motivo engendrador do processo de tombamento da Feira Livre, sendo elemento inclusive de veto parcial de sua lei. “Para alguns, ‘tombar a Feira Livre da Cuiabá’, mas não o ‘local’, justificava a transferência. Para outros, ‘tombar a Feira Livre da Cuiabá’ e o seu ‘local’ justificava a permanência (ULIANA, 2019, p. 96). Roberto Djalma Barros apontou os discursos realizados ainda na fase das negociações com os diferentes sujeitos diante da aprovação do PL para o tombamento da Feira Livre. Aos feirantes: “Fica tranquilo, se tiver que mudar, vai mudar direto pra um lugar”. Aos moradores do entorno da feira: “Um dia sai, fica tranquilo”. Sobre o Executivo municipal: “Não dava pra acreditar que ele [o prefeito] ia comprar um terreno dentro do prazo do Ministério Público”. Ao ser indagado sobre a mudança da Feira Livre, mesmo sendo objeto de tombamento municipal, garantiu: “A gente sabia que ia sair, mas era [o tombamento] uma garantia para os feirantes e a população” (BARROS. 2020).

As edições d’*O Progresso* dão conta de que o MPE (assim como os demais agentes públicos) interpretou que o tombamento garantiu a preservação da atividade dos feirantes e não a preservação das práticas simbólicas que envolviam a “Feira Livre da rua Cuiabá”, ou seja, também expressas pelo lugar. Tanto é que, em reportagem de Valéria Araújo, ao saber que o PL nº 28/2010 havia sido aprovado na Câmara Municipal, a promotora Cristiane do Amaral Cavalcante afirmou que, assim que o MPE tomasse conhecimento da lei de tombamento da Feira Livre, iria verificar as possibilidades de sua transferência “o quanto antes”. Já para Lindomar Lemos de Souza, presidente da Associação dos Feirantes, o tombamento trouxe “um certo alívio”, visto que, mesmo não sendo “garantia [de] que podemos atuar, [...] regulariza de certa forma a permanência” (in *O Progresso*, 16/6/2010, p. 17). Nesse sentido, é notável que os discursos do MPE e do representante dos feirantes revelam entendimentos opostos sobre a prática de tombamento no que diz respeito à permanência do lugar do patrimônio cultural em questão.

Outro documento relevante para considerar a relação da Feira Livre com o lugar “rua Cuiabá” é o parecer emitido pela Procuradoria da Câmara Municipal sobre o veto parcial do PL nº 28/2010. Ao analisar o mérito da questão, os procuradores Elaine de Araújo Santos e Eduardo Garcia da Silveira Neto se posicionaram contra o veto do Executivo ao trecho que dizia: “Atualmente, a Feira Livre funciona na rua Cuiabá entre a Avenida Presidente Vargas e Rua Albino Torraca” e, dessa forma, justificaram:

O local de funcionamento da feira também faz parte da história do patrimônio cultural em questão, **não podendo ser esta modificada, sob pena das características históricas deste patrimônio serem usurpadas**. Ainda que o tombamento imponha uma restrição a todos que residam em volta da feira e à rua onde a feira é realizada, há um elemento que supera toda essa discussão teórica acerca do local de realização da feira, que é o **fato da restrição se impor em face da preservação de um valor cultural**. [...] Ao que se tem notícia, a Feira Livre de Dourados tem mais de 30 anos de existência, no mesmo local, hora e dias da semana de funcionamento, sendo que o Poder Público até hoje não mudou seu local de existência por sequer um final de semana (cf. Parecer nº 4/10 – Veto/PL 28/10, 7 out. 2010, p. 2-3 in Dossiê Feira Livre, destaques meus).

Os desdobramentos dessa ação já foram apresentados anteriormente: o Legislativo votou contra o veto do Executivo e republicou a Lei de tombamento da Feira Livre de Dourados, fazendo valer a informação referente à localização na rua Cuiabá. Mas o fato é que, mesmo sendo um bem cultural de necessário reconhecimento e preservação pelo poder público, a Feira Livre continuou a ser causa de problemas relacionados ao lugar, nos anos posteriores ao seu tombamento. E mesmo durante o processo de tombamento, vários locais foram cogitados: “Eles [os projetos] previam que a feira livre fosse destinada para o Parque Arnulpho Fioravante, Parque Antenor Martins, um terreno ao lado do Clube Ubiratan, e outro no entorno das ruas Cafelândia com a Monte Castelo” (*O Progresso*, 14 e 15/8/2010, p. 11), sendo tais localidades reprovadas pelo COMDAM.

Nas matérias publicadas nos meses posteriores, entre impasses e possíveis resoluções, além dos vários projetos para a mudança de local da feira, estavam os novos critérios exigidos pelo MPE à prefeitura municipal: limitação de espaço e ocupação dos boxes, readequação das barracas, implantação efetiva da segurança pública e da limpeza. Além disso, temas recorrentes nas páginas d’*O Progresso* foram as problemáticas relacionadas à aprovação de projeto, via Executivo, de abono no IPTU para moradores do entorno da feira; constantes problemas estruturais e sanitários; conflito territorial com a delegacia de polícia civil; diversas questões sociais, sobretudo vinculadas à presença de pedintes e a (in)segurança pública.

Com relação à recorrente problemática da insegurança no ambiente da Feira Livre, destaco que a imprensa local noticiou que a delegacia de polícia civil foi construída no final de 1985 entre as ruas Cuiabá e Cafelândia [sic] (cf. *O Progresso*, 12/11/1985, p. 1). Na verdade, a localização correta é na esquina das ruas Cuiabá e Gaspar da Silva. Desse modo, o conflito territorial foi agravado pelas questões de segurança pública pelo fato dessas duas instituições (feira e delegacia) estarem ocupando “o mesmo” espaço durante os finais de semana. Vale salientar que, no discurso da imprensa, o entrave era o fato de que a feira estava nos arredores da delegacia, a exemplo de: “Parte da feira-livre de Dourados continua funcionando em frente

à delegacia de Polícia Civil” (*O Progresso*, 22/11/2001, p. 9); “A reclamação maior vem por parte do 1º DP e da Delegacia Regional de Polícia Civil, pois o trânsito fica complicado” (*O Progresso*, 28/2/2002, p. 14); “[..] realização de uma audiência pública para discutir a situação da feira livre de Dourados, que há anos funciona na rua Cuiabá, nas imediações da Delegacia Regional de Polícia” (*O Progresso*, 10/4/2003, p. 14); “[...] já que a feira funciona anexa à Delegacia do 1º Distrito Policial” (*O Progresso*, 26/6/2003, p. 20); “[...] até se admitia a feira em plena rua e, ainda por cima, na frente de uma delegacia de Polícia Civil” (*O Progresso*, 26/8/2015, p. 11). Quando, na verdade, a delegacia é que foi construída nos arredores da Feira Livre, instalada na rua Cuiabá antes daquela, no final de 1980. Nesse sentido, há de se perceber, no campo das disputas territoriais, quais são os bens considerados (ir)relevantes no cenário do planejamento urbano em Dourados.

A partir de 2013 *O Progresso* começou a noticiar a *Nova Feira Livre* (título de algumas matérias veiculadas em junho de 2013), cujo projeto previa a instalação da feira numa área tradicionalmente conhecida como Chácara Rigotti, localizada no Jardim São Pedro. Em paralelo à compra do terreno, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), acionado pelo MPE, exigiu do Executivo a restauração de treze patrimônios culturais municipais tombados, dentre eles, a Feira Livre de Dourados, determinando inclusive: “[...] não destruir, não demolir e não mutilar os bens objeto desta ação; fiscalizar, conservar e preservar os bens descritos [...]” (*O Progresso*, 5/8/2013, p. 20)¹⁶⁶. As matérias dos meses posteriores informaram que o investimento público para a primeira etapa do projeto foi de R\$ 2,5 milhões de convênio com a CEF e mais R\$ 3 milhões referentes ao Fundo do PROCON. Em meio a conflitos entre feirantes e poder público, denúncia de má utilização de recursos, solicitação de embargo da obra e registro de denúncia à 11ª Promotoria de Justiça de Dourados¹⁶⁷, a Feira Livre de Dourados teve seu endereço e sua denominação alterados no final da gestão de Murilo Zauith, sendo que a partir de sua “inauguração” (entrega da primeira etapa da obra), ocorrida em 28 de novembro de 2016, passa a se chamar *Espaço Feira Central Prefeito João Totó da Câmara*,

¹⁶⁶ Tais exigências tratam-se de parte de um conjunto de determinações constantes na Ação Civil Pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, iniciada em 2012 e arquivada em 2014 (cf. Uliana, 2019, p. 201-202). Na ocasião, a prefeitura se posicionou afirmando “ter ações no sentido de preservar e restaurar os patrimônios, dependendo de verba orçamentária” (*O Progresso*, 5/8/2013, p. 20). No entanto, não se tem notícias sobre a efetivação de tais ações em específico à Feira Livre de Dourados.

¹⁶⁷ Responsável pelos “feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, tendo as atribuições conferidas às Promotorias de Justiça que atuam na mesma área na comarca de Campo Grande”. Titular: Amilcar Araújo Carneiro Junior. Informações disponíveis em: <https://www.mpms.mp.br/promotorias/dourados/11a-promotoria-de-justica-de-dourados>. Acesso em 12 ago. 2020.

em referência ao político de carreira, falecido em 2012¹⁶⁸. Nesse sentido, cabe destacar que, para Uliana (2019):

O comprometimento de Murilo Zauith com o empresariado local fez com que fosse adquirida pelo município uma área próxima à Rua Cuiabá, conhecida como ‘Chácara Rigotti’, buscando-se recursos através de emendas de parlamentares e junto ao PROCON para construção do espaço que receberia a Feira. Não por acaso, a transferência foi realizada no final de 2016, no término do mandato de Zauith. Após a transferência da Feira, a Rua Cuiabá tornou-se comercial e recebeu recapeamento de asfalto, assim como as principais ruas e avenidas de Dourados (ULIANA, 2019, p. 224).

Nesse ponto parece-me oportuno questionar: se a Feira Livre foi tombada, poderia ela ter seu local de funcionamento alterado? Ademais, o Legislativo votou contra o veto do Executivo e garantiu que seu lugar fosse assegurado e que permanecesse na lei de tombamento, cujo conteúdo integral foi mantido quando da republicação da lei. Nesse sentido, o poder público local, sendo o principal responsável pela proteção e preservação do patrimônio cultural em questão, não deveria ter acompanhado a lei de tombamento? E o Legislativo, enquanto agente fiscalizador do Executivo, não haveria de ter tomado alguma providência? E os outros organismos relacionados à proteção do patrimônio cultural municipal, e que há tempos estavam envolvidos com as problemáticas que os patrimônios apresentavam (MPE, COMPHCAD, 11ª Promotoria de Justiça de Dourados), foram acionados? Posicionaram-se?

Partindo para outra reflexão, projeto hipoteticamente um cenário em que a legislação protetiva tivesse sido aplicada corretamente à Feira Livre de Dourados e que de fato ela tivesse sido registrada, e não tombada, enquanto patrimônio cultural imaterial. Mesmo assim, o lugar não seria uma de suas principais referências de valor cultural? Ou seja, mesmo sendo registrada, poderia ter sido alterado seu lugar no referencial espacial da cidade e no imaginário dos moradores? Há de se salientar que o lugar ao qual essa feira se vinculou ainda permanece na memória dos douradenses, frequentadores ou não da Feira Livre, e sobretudo na memória dos feirantes, cujos sentidos e significados estão fundamentalmente vinculados à rua Cuiabá, pois

¹⁶⁸ João Totó da Câmara nasceu em Dourados em 1930. Foi vereador pelo PTB (1955-1959; 1959-1963); prefeito pela Arena (1967-1971); deputado federal (1971-1973); novamente prefeito (1974-1977) e novamente eleito deputado federal em 1983 pelo PMDB. Foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado em 1987, permanecendo no cargo até se aposentar em 1998 (cf. Mensagem de Projeto de Lei nº 126 (28), 20 nov. 2015, p. 1-2, in Dossiê Feira Livre). Há extensa documentação sobre o PL de autoria do Executivo municipal que renomeou a Feira Livre de Dourados, a saber: Mensagem de PL nº 126 (28)/2015; PL nº 28/2015; Certidão de óbito de João Totó da Câmara; Parecer da Procuradoria Jurídica nº 297/2015 – protocolo nº 6368; Relatório da Comissão de Justiça, Legislação e Redação; Relatório da Comissão de Cultura; Votações Nominais (1ª e 2ª votação do PL nº 126 (28)/2015; Relatório da Comissão de Justiça; Redação final do PL nº 126 (28)/2015; publicação da Lei nº 3956, de 21 de dezembro de 2015 em *Diário Oficial*, Dourados, 23 dez. 2015, p. 2). Essa documentação faz parte do que denomino Dossiê Feira Livre, no entanto, foi encontrada na pasta *Feira Livre Municipal* que se encontra no arquivo da Câmara Municipal de Dourados.

quando se referem à Feira Livre de Dourados, hoje Espaço Feira Central Prefeito João Totó da Câmara, geralmente dizem: “A antiga feira da Cuiabá” ou “a feira que era na Cuiabá”. Essa referência cultural de localização também se faz presente nas matérias da imprensa escrita, atrelando a atividade realizada com o lugar em que é reproduzida¹⁶⁹.

Outro exemplo de associação do patrimônio cultural com o lugar é o caso da feira livre de Campo Grande, que teve seu local alterado em dezembro de 2004. Calado (2013, p. 86) constatou que: “Ainda não existe um pertencimento forte, no cotidiano citadino, que ligue a Feira com o patrimonial deixado, no espaço de rua”. Ao entrevistar a feirante Cláudia Maria de Assis Nakasone perguntou sobre sua percepção patrimonial, a qual se expressou: “Se essa feira é patrimônio... **A outra é que era então!** Aquela que foi a primeira, **que tava na rua**, que era patrimônio. **Essa aqui é só uma outra feira**, eu sinto muito diferença aqui. Mesmo depois de quatro anos, ainda não me acostumei, **não acho que ela é patrimônio**” (*apud* CALADO, 2013, p. 85, destaques meus).

Os conflitos envolvendo o lugar tiveram “novo capítulo” antes mesmo da inauguração da primeira etapa de construção da Feira Central (assim denominada popularmente na atualidade). Com o título *Feirantes querem embargar obra da nova Feira Livre*, a reportagem de Valéria Araújo denunciou que a estrutura a ser inaugurada não oferecia condições para funcionamento e, desse modo, os feirantes estavam recorrendo ao MPE para solicitar o embargo da obra. Os feirantes relataram diversos problemas estruturais, tais como: número insuficiente de boxes, tamanho reduzido desses, falta de pontos de água, falta de local para carga e descarga de produtos, falta de banheiros, entre outros (cf. *O Progresso*, 17/11/2016, p. 10). Na edição posterior, Cícero Faria relata que um dos seus leitores da coluna *Informe C*, no caderno *Política*, lamentou que, “antes de encerrar seu mandato, surpreendentemente, o Prefeito Murilo deixou várias bombas de efeito retardado para a sua sucessora”, Délia Razuk. Uma das “bombas” a que se refere o leitor seria o “completo desvirtuamento do projeto da nova feira-livre, cuja questão deixou os feirantes revoltados e inclusive tiveram que recorrer ao Ministério Público” (*O Progresso*, 19 e 20/11/2016, p. 4). Mesmo depois da entrega da primeira etapa da obra, as inadequações estruturais permaneceram, fazendo com que os feirantes relembassem do antigo lugar.

Na Cuiabá, tínhamos as árvores que protegiam e faziam sombra o dia inteiro. Aqui é uma estrutura que terá que ser adaptada e não sabemos como adaptar sem mudar. Não participamos do projeto, não fomos ouvidos para dar uma

¹⁶⁹ Realizando uma busca no *Google* pelo termo “feira da Cuiabá” em Dourados MS, encontrei 116 registros, dos quais a maioria se refere a notícias publicadas pela imprensa digital, seguidos por *sites* de instituições educacionais. Pesquisa realizada em 13 ago. 2020.

sugestão sequer e isso dificultou as coisas. Agora é sentar com a nova administração e procurar as melhorias necessárias. [...] O objetivo foi apenas inaugurar para tirar fotografia. Fomos obrigados a sair da Cuiabá porque a Prefeitura não colocava guarda patrimonial no local. Tivemos que sair de onde a gente estava para ir para uma estrutura ainda pior. Em dezembro a prefeitura disse que faria adequações, mas depois da inauguração e dos *flashs* ninguém mais apareceu (depoimento de feirante que, segundo a matéria, preferiu não ser identificado, publicado n’*O Progresso*, 9/1/2017, p. 12).

Anteriormente à mudança de local, os feirantes acionaram o MPE e registraram uma Notícia de Fato em 10 de novembro de 2016 na 11ª Promotoria de Justiça de Dourados¹⁷⁰. O objeto da instauração, requerida pelo feirante Lindomar Lemos de Souza (presidente da Associação dos Feirantes na ocasião), foi:

Registrar notícia dos feirantes da Rua Cuiabá relatando inadequação da estrutura construída para transferência da atividade para a Rua Cafelândia, bem como solicitando permanência da atividade no local atual, tradicional e supostamente tombado como patrimônio histórico de Dourados (cf. Notícia de Fato nº 01.2016.00006859-7, apresentação, 10 nov. 2016, n. p. in *site* MPMS).

É provável que, no intuito de permanecer na rua Cuiabá, os feirantes alegaram o tombamento da Feira Livre como requisito para que a mudança de local não se efetivasse. Porém, como não alcançaram sucesso nesse intento na fase inicial do procedimento administrativo, pleitearam esforços para a adequação estrutural da Feira Central. Os moradores do entorno da feira também se manifestaram, encaminhando um abaixo-assinado, direcionado ao Executivo e à Promotoria de Justiça, requerendo que

[...] a transferência da feira pública da rua Cuiabá venha a ser efetivamente realizada para seu novo local sito à Rua Cafelândia – chácara Rigotti, no intuito de dar aos moradores da Rua Cuiabá e transversais as condições de dignidade humana que há mais de 34 (trinta e quatro) anos não as têm (cf. Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 fev. 2017, p. 33-36, in *site* MPMS *apud* Uliana, 2019, p. 225).

Sobre as “situações de indignidade” as quais vivenciavam na rua Cuiabá, em dias de oferta da feira, os moradores elencaram:

[...] o direito de entrar e sair de suas residências a hora que bem entender, bem como o direito de receber um amigo ou parente na chegada e saída do local a título de visita ou a uma festa de aniversário, bem como numa eventual emergência para atendimento de saúde como já tem ocorrido e sem contar, ainda, com a desvalorização e conservação dos imóveis ali existentes (cf.

¹⁷⁰ Notícia de fato: “Qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do MP, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal, a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações” (AMPERN, 2018).

Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6. 23 fev. 2017, p. 33-36 in *site* MPMS *apud* Uliana, 2019, p. 225).

Vale notar que o trecho supracitado consta em destaque no original, estando negrito, sublinhado e versado em itálico simultaneamente, revelando a extrema importância dada ao seu conteúdo pelos moradores do local.

O despacho do promotor de justiça Amílcar Araújo Carneiro Júnior requisitou do procurador geral do município vários documentos acerca do projeto da construção da Feira Central e, além disso, a cópia da lei de tombamento da Feira Livre. Vale ressaltar que, no entendimento do promotor de justiça, mesmo sendo de responsabilidade da 11ª Promotoria de Justiça de Dourados a “preservação da Feira Livre de Dourados como Patrimônio Histórico de Dourados”, não existiam, naquele momento, “elementos para que o Ministério Público Estadual impeça [impedisse] a inauguração da obra” (cf. Certidão redigida pela técnica II Ana Emília Alves Barbosa, 17 nov. 2016, p. 17, in *site* MPMS). A primeira etapa do processo (notícia de fato) foi “finalizada por evolução” em 12 de dezembro de 2016, e em 23 de fevereiro de 2017 foi instaurado procedimento administrativo em desfavor do município de Dourados. A portaria de instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6 se pautou na “transferência do local da atividade [...] considerando que a atividade da Feira Livre foi tombada [...]; considerando a necessidade de acompanhar o processo de transição e a verificação das adequações estruturais pleiteadas” (cf. Portaria de Instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 fev. 2017, p. 1-3, in *site* MPMS). Durante os anos posteriores, o MPE focou suas ações nesse último quesito, considerando o fato da Feira Livre ser tombada e ter seu local de funcionamento alterado como apenas mais um “detalhe” do processo, aparecendo ele esporadicamente na redação da vasta documentação produzida. Nesse sentido, ao preterir a Feira Livre enquanto patrimônio cultural, deixando-o em segundo plano no processo, os agentes públicos se ocuparam em acompanhar o trâmite da mudança de local e da obra estrutural vinculada à primeira etapa dessa. Ao que parece, esse posicionamento do MPE não é exclusivo do processo relacionado à Feira Livre, pois, segundo Uliana (2019),

[...] após o arquivamento das Ações Cíveis Públicas, em 2015, **o MPE pouco se manifestou acerca das intervenções realizadas em patrimônios**, como a transferência da Feira Livre da Cuiabá, em 2016, quando se instaurou procedimento administrativo para apenas acompanhar a instalação noutro espaço (ULIANA, 2019, p. 35, destaques meus).

Nas mais de 500 páginas do processo administrativo, sendo mais de uma centena de documentos entre despachos, ofícios, requisições e notificações, pouco se nota a referência ao tombamento, menos ainda o questionamento da mudança de localização, realizada via

Executivo municipal. Vale informar que no início de 2021 esse procedimento administrativo foi arquivado. O representante dos feirantes (no processo denominado “requerente”), Lindomar Lemos de Souza, foi comunicado em 10 de fevereiro de 2021, através de ofício assinado digitalmente pelo promotor Amílcar Araújo Carneiro Júnior, sobre o arquivamento do processo, bem como da possibilidade de interposição de recurso a contar dez dias, a partir de 1/3/2021. Notei que Lindomar Lemos de Souza assinou e datou o recebimento do ofício em 25/2/2021 (cf. Ofício nº 0066/2021/11PJ/DOS, Procedimento Administrativo nº 09.2016.000003368-6, 10 fev. 2021, p. 535, in *site* MPMS).

Ao analisar esse processo, entendo que, como o MPE julgou ser objeto de tombamento a atividade dos feirantes, não se preocupou com qual seria o lugar em que essa atividade fosse praticada, mas sim, agindo em defesa dos requerentes, que a atividade fosse mantida em um local que atendesse às necessidades básicas dos mesmos. Nesse sentido, “O MPE então mediará os conflitos entre os feirantes/comerciantes e a municipalidade” (ULIANA, 2019, p. 227). A autora citada fez alguns apontamentos sobre o direcionamento das atividades dos diferentes promotores de justiça que atuaram em prol do patrimônio cultural municipal nesse período. Segundo sua análise,

[...] observa-se que o MPE pouco atuou pelo patrimônio histórico e cultural se comparado às ACPs [Ações Cíveis Públicas] de 2011 e 2012, quando Paulo César Zeni e, posteriormente, Ricardo Rotunno, estiveram à frente da 11ª Promotoria de Justiça, algo perceptível nas diferenciações entre procedimento administrativo, inquérito civil e ação civil pública, bem como na interpretação do objeto por parte de cada promotor (ULIANA, 2019, p. 228).

Em meio aos conflitos entre MPE, Executivo municipal, feirantes e moradores do entorno, foi encontrado um documento importante na perspectiva do entendimento da Feira Livre enquanto patrimônio cultural, quais são seus sentidos e significados e a relevância desse patrimônio para os que articulam suas práticas cotidianas, ou seja, os detentores culturais, sendo o papel desses, fundamental na medida em que são produtores e, ao mesmo tempo, promotores da manutenção dos bens culturais. Ressalto que entendo como detentores culturais os sujeitos sociais que detêm os sentidos e significados dos bens culturais aos quais estão relacionados, e, conseqüentemente, os produzem em suas práticas específicas cotidianas. Nesse sentido, os feirantes são os detentores culturais que promovem a preservação cultural das feiras, a partir de seus ofícios e da relação com o bem cultural e o lugar no qual está inserido.

Retornando ao contexto documental relatado acima, trata-se de um ofício assinado em maio de 2018 por vinte feirantes da praça de alimentação da Feira Central, direcionado à

Promotoria de Justiça, no intuito de solicitar a atenção dessa aos pleitos mencionados no documento.

Excelentíssimo Senhor,

Considerando que a Feira Livre de Dourados está presente na cultura e nos costumes populares, como modelo de mercado mais antigo e tradicional, exercendo grande importância para o desenvolvimento econômico, social e cultural, sendo um papel importante no abastecimento dos mais variados produtos para a população urbana e rural;

Considerando que a feira não se resume em espaço de comercialização de produtos, ela também se destaca como espaço de socialização, promovendo o encontro e reencontro de indivíduos;

Considerando o processo histórico da feira livre de Dourados, sua dinâmica e as transformações pela qual [sic] a mesma vem passando, sendo ela, muitas vezes, a única forma de sobrevivência e de renda para as várias famílias;

Considerando que a atividade tem forte importância familiar, passada de geração em geração; vem, por meio deste, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, solicitar o seguinte:

1 – Informação se a feira irá voltar ao mesmo ponto, ou haverá mudança de lugares?

2 – Se sim, eventual data de quando isso irá ocorrer;

[...]

13 – Seja analisado em caráter de urgência o retorno no antigo local, tendo em vista o espaço ser pequeno, o que dificulta a movimentação dos clientes e ainda compromete a qualidade dos trabalhos dos feirantes.

[...] (cf. Ofício nº 001/2018, Representantes dos feirantes da Praça de Alimentação da Feira Central Prefeito João Totó da Câmara, Notificação nº 0060/2018/11PJ/DOS, 3 maio 2018, p. 246-250 in *site* MPMS).

Considerando a inviabilidade da prática laboral no Espaço Feira Central, causada pelas precárias condições estruturais, sanitárias e de segurança, ainda recorrentes em 2018, os feirantes da praça de alimentação apelaram para o retorno à rua Cuiabá. No discurso, apontaram os elementos considerados importantes para embasar a solicitação: a cultura, a tradição, o desenvolvimento econômico e social, a socialização humana, a história, a memória, o pertencimento, a família e a valorização da Feira Livre de Dourados (assim denominada no documento, apresentando, novamente, a memória vinculada ao lugar).

Nesse sentido, novamente deparo-me com as diferentes percepções, usos e intenções sobre/para com o patrimônio cultural Feira Livre de Dourados. Entre incompreensões culturais, contradições legislativas e disputas políticas, a Feira Livre de Dourados, hoje Espaço Feira Central, ainda é objeto de impasses. O fato é que a problemática do lugar permanece e as mesmas questões que foram apresentadas e discutidas durante as várias décadas de funcionamento da Feira Livre continuam sendo vivenciadas e debatidas no local atual, sendo representadas através dos diferentes sujeitos e grupos sociais que se articulam pelos lugares do patrimônio cultural de Dourados.

Capítulo 4

“Nascida e criada na rua”: a Feira Livre de Dourados como espaço multicultural e de sociabilidades

Neste capítulo apresento a Feira Livre para além de um espaço de trocas comerciais, buscando contemplar os diversos aspectos sociais e culturais que esse local apresenta. A pesquisa e análise das fontes se pautou na multiculturalidade e nas sociabilidades da feira que funcionou na rua Cuiabá, tendo em vista o tempo em que funcionou nesse local (36 anos), o maior número de fontes disponíveis relativas a esse período e pelo fato das memórias dos feirantes e frequentadores estarem mais associadas com a rua Cuiabá. No decorrer do capítulo contextualizo a feira como palco e vitrine, em seus aspectos: social, político e multicultural, cujos protagonistas são, sobretudo, os/as feirantes. Nesse sentido, são analisados e problematizados diversos elementos das sociabilidades presentes nesse espaço físico e simbólico: a relação da rua Cuiabá com a Feira e os sujeitos sociais que fazem parte desse cenário (bem como os que são marginalizados), a contextualização da denominação *livre* no contexto da feira, além das diversas representações da Feira Livre presentes nas fontes da imprensa. Por fim, feirantes e frequentadores contribuem como fontes orais para uma discussão sobre tradição e pertencimento à Feira Livre da rua Cuiabá. Como fontes são utilizadas, sobretudo, edições dos periódicos *O Progresso* e *folha de dourados*, tanto as matérias jornalísticas como os depoimentos orais presentes nessas matérias que exploraram o cotidiano da Feira Livre e a sua relação com a cidade de Dourados.

4.1. A feira é livre, a feira é na rua!

Pesquisar e escrever sobre o termo *livre* na designação da feira é, primeiramente, ter a oportunidade de dar vazão a uma curiosidade que me acompanha desde o início desta pesquisa, além de tentar responder, ao menos minimamente, meu orientador, quem, quando da correção do 1º capítulo enviado, propôs algumas reflexões sobre essa questão: “Afim, livre de quê ou de quem? Livre para quê ou para quem?”. Nesse momento, em que a escrita da tese se encaminha para a finalização, penso que essas perguntas, que à primeira vista podem parecer um tanto filosóficas, mas que refletem, de fato, inquietações bastante concretas, acompanharam a análise das fontes e o próprio desenvolvimento da tese. Explico: ao questionar a liberdade dos sujeitos inseridos nos diversos contextos da feira, dentre eles, o espaço que essa ocupa e, além disso, os sentidos de liberdade contidos no objeto de pesquisa feira livre, não obtive respostas prontas, fechadas, mas sim, outras problematizações e várias interpretações.

Para Sato (2012, p. 99) a feira pode ser considerada um “grande palco aberto”, na medida em que ela “autoriza e estimula a entrada de qualquer pessoa, afinal, a ‘feira é livre’, como diz Renato, um fruteiro. A palavra ‘livre’ parece abrir para uma amplitude ilimitada de interpretações sobre os seus usos”. Nesse sentido, apresentarei algumas percepções, a partir das fontes analisadas, sobre a utilização do termo “livre” associado à feira, buscando analisar diferentes contextos em que o termo é empregado e interpretado.

Primeiramente julgo ser interessante apresentar alguns significados da expressão *feira livre*. Para isso, busquei as definições utilizadas pelos dicionários. O *Michaelis* aponta dois direcionamentos: a) feira que goza de isenção quase total de impostos; b) local em que se vendem especialmente legumes, frutas, cereais e pescado; assim como o *Houaiss*: 1) feira cujos produtos, em sua maioria, estão isentos de impostos; 2) local de comercialização de produtos hortenses, frutas, cereais e pescado, geralmente em dias certos da semana¹⁷¹. Para além da definição que está relacionada à oferta e comercialização de gêneros alimentícios (que é de conhecimento geral), a questão relacionada à isenção de impostos (mesmo que parte deles, conforme as definições apontaram) chamou-me a atenção, sobretudo, diante da análise de fontes utilizadas nesta pesquisa. Isso porque esse assunto sempre motivou embates entre os agentes sociais e públicos, os quais, inclusive, em grande parte, foram produzidos e reproduzidos pela imprensa local, conforme foi possível atestar em diversos momentos e em diferentes

¹⁷¹ Consultas realizadas nos respectivos dicionários, no formato digital: *Michaelis* - <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/feira/> e *Houaiss* - https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#2. Acesso em 9 fev. 2022.

perspectivas, nos capítulos desta tese. Nesse aspecto, penso que a denominação mais apropriada seja *tributos* (relativos mais propriamente à licença de exercício de função e taxas de utilização do local pagas mensalmente e/ou anualmente pelos feirantes), e quando as fontes citam *imposto* acredito estarem utilizando esse termo de forma genérica, com o sentido de tributo (que inclui, além de impostos, taxas e outros tipos de pagamentos realizados pelos contribuintes). No entanto, percebi também que, em alguns momentos e em casos específicos, as fontes indicam o (não) pagamento do IPTU pelos feirantes ou a reclamação desses com relação ao aumento desse imposto.

Desde a criação da Feira Livre de Dourados em 1948, a questão dos tributos é mencionada e debatida. Convém lembrar que o próprio decreto de criação da feira previu a isenção de tributos (no texto consta *impostos*) aos feirantes durante o primeiro ano de trabalho, porém, conforme redação do texto, um dos objetivos de se criar uma feira livre em Dourados seria o “aumento das rendas municipais” (cf. Decreto-Lei nº 19 in *O Douradense*, 11/9/1948, p. 4). Em outras décadas, é possível observar que membros do Legislativo apresentaram a demanda dos feirantes com relação aos altos tributos cobrados, a exemplo: “Feirantes vitoriosos: vereadores contrários à alta de impostos venceram a parada” (*O Progresso*, 12/8/1977, p. 3). No final da década de 1960 a categoria *feirantes* é mencionada na lista da dívida ativa do município e a relação dos feirantes devedores do IPTU é apresentada em algumas edições d’*O Progresso* (a exemplo, *O Progresso*, 18/10/1969, p. 5).

Em paralelo, mecanismos de controle, como o cadastramento dos feirantes e a fiscalização, foram utilizados como forma de assegurar a efetividade e a “lisura do processo”. No entanto, não sejamos ingênuos, muito provavelmente havia feirantes que não pagavam tributos (assim como pode ocorrer em outras categorias profissionais), ou que pagavam esporadicamente, o que me leva a entender, também, as manifestações expressas por determinados setores da comunidade, através da imprensa local, contestando a efetividade da cobrança de tributos no ambiente da Feira Livre. Nesse ponto, cabe questionar se é razoável conceituar a feira livre como uma instituição livre de tributos. Penso que não, pelo menos não em Dourados. A legislação municipal previu, ainda na década de 1960, que os feirantes pagassem a “taxa de localização, por mesa ou balcão, no mercado ou feira livre”, sendo essa taxa fixada em dois mil cruzeiros (cf. Código de Tributos do Município in *O Progresso*, 30/12/1964, p. 8). O decreto que regulamentou o funcionamento da feira menciona, além da taxa de locação, licenças e tributos a serem pagos semestralmente ou anualmente (cf. Decreto nº 1, de 6/1/1986 in *O Progresso* 7/1/1986, p. 7). Alguns trabalhos acadêmicos também apontam nesse sentido. Florenciano; Cardozo; Simão (1995, p. 21) citam o pagamento de um

salário mínimo por mês à administração pública municipal. Joaquim Aleixo Sales, representante da prefeitura municipal, mencionou uma taxa anual paga pelos feirantes, a qual, no final da década de 1990, era indexada pela Unidade Fiscal de Referência (UFIR). Essa taxa seria direcionada ao fornecimento de energia elétrica, limpeza, segurança e fiscalização na Feira Livre (cf. entrevista realizada em 4 maio 1999 in Binelo, 1999, anexos - entrevistas). Santos (2019) esclarece, através da contribuição da feirante Paulina Oshiro, como funciona mais recentemente essa questão em Dourados: “O espaço é pago anualmente à Prefeitura Municipal de Dourados (investimento que hoje está em média R\$ 150,00)” (SANTOS, 2019, p. 116). Ou seja, a julgar pelas fontes, a utilização do termo *livre* como sendo algo ligado ao não pagamento de tributos, ou à liberdade da escolha em pagá-los, não condiz com a realidade da maioria dos feirantes de Dourados.

Outra questão interessante a se debater nessa perspectiva é a liberdade e/no espaço público. *Livre* e *rua* provavelmente sejam as duas denominações mais mencionadas, quando acompanhadas do termo *feira*, nas fontes analisadas para esta pesquisa. Talvez para um leitor iniciante isso faça pouco sentido, pois é comum fazermos essa relação: a feira livre é realizada na rua; apesar de, cada vez mais presente nas cidades, sobretudo nas médias e grandes, a mudança da feira central para espaços fechados, como é o caso da principal feira de Dourados, bem como a de Campo Grande. Aqui cabe um ponto de reflexão: se por um lado algumas feiras de rua estão sendo migradas para espaços fechados por conta de uma política urbanística ou algum outro projeto de governo, ou até mesmo em atendimento à pressão dos moradores do entorno, por outro, se nota o surgimento e o crescimento das feiras em bairros. Atualmente em Dourados, de acordo com o *site* da prefeitura municipal, são ofertadas seis feiras entre terça-feira e domingo (cf. <https://www.dourados.ms.gov.br/index.php/feiras-em-dourados-2/>, dados atualizados em 10 mar. 2021. Acesso em 15 fev. 2022). Com exceção do Espaço Feira Central João Totó da Câmara e da feira agroecológica do Parque dos Ipês, as demais: Praça do Cinquentenário, BNH 1º Plano, Parque Alvorada e Agroecológica W5 Izidro Pedroso são feiras de bairro e de rua. Sobre o aumento das feiras de rua nos bairros, Calado (2013) entende que:

[...] pode significar uma resistência ao modelo de Feira Central, estabelecido pela organização urbana, ou seja, no processo organizador e tecnocrático, inspirado nos avanços dos planejamentos urbanos mundiais. As feiras de rua continuam a existir, ainda mais fortes, mais movimentadas, atendendo em dias diferentes e atraindo pessoas de vários lugares da cidade (CALADO, 2013, p. 70).

Retomando o contexto das feiras livres nas ruas, percebo que os discursos de pesquisadores da área, frequentadores e, sobretudo, feirantes, revelam os sentidos mais

profundos e diversos que resultam dessas relações. Leny Sato (2012), ao passar mais de dezoito meses frequentando semanalmente uma feira de São Paulo, experiência que resultou numa tese de livre docência no campo da Psicologia Social, compartilhou suas percepções sobre o “livre estar” na feira:

Qualquer um pode ir para trabalhar, passear, fazer compras, mendigar e também pesquisar. Diferentemente de outros espaços de trabalho, não há necessidade de pedir autorização para alguém, pegar um crachá de identificação e ter a visita acompanhada por um tempo previamente acordado. A feira livre não tem muros nem portões, cartão de ponto, gerente ou um dono. **Ela é aberta a todos** (SATO, 2012, p. 25-26, destaques meus).

O crítico gastronômico Julio Bernardo, nascido em uma família de feirantes de São Paulo, ao publicar em forma de crônicas as “histórias e bastidores da feira livre” (chamada de capa do livro), apresenta-a como elemento resistente em meio ao cenário de concorrência com outros equipamentos que comercializam produtos similares. Bernardo (2014), que já exerceu a função de feirante por vinte anos, afirma que, com a chegada das grandes redes de supermercados nas cidades: “Desaparecem açougues, mercadinhos, secos e molhados (ainda existe isso?), entre outros negócios. Mas a feira, não. O feirante é a resistência. **A feira é livre**” (BERNARDO, 2014, p. 22, destaques meus). E, nesse sentido, em sua fala, a resistência dos trabalhadores vem acompanhada pela liberdade que, em certa medida, a feira proporciona no desempenho de suas funções e nas relações sociais cotidianas vivenciadas. Além disso, as especificidades relacionadas tanto ao público, quanto aos produtos, podem ser notadas no ambiente da feira, pois: “mesmo com a chegada dos supermercados, locais onde tudo se encontra, percebe-se que o público da feira é diferenciado e fiel. Existem determinados produtos regionais que só se encontram na feira livre em condições natural [sic]” (cf. Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 31 ago. 2020).

Importante ressaltar é o fato de que, ao que parece, o termo *livre*, relacionado às feiras, é genuinamente brasileiro. Em outros países esse tipo de comércio é denominado mercado, por exemplo: feira franca ou mercado franco (Portugal), *marché de rue* ou *marché découvert* (França) e *market-place*, *open street market* ou *street public market* (Inglaterra e Estados Unidos) (SATO, 2012, p. 91). Assim sendo: “As feiras brasileiras, denominadas **popularmente de feiras livres**, são pequenas ou grandes reuniões socioeconômicas, realizadas ao **ar livre, em ruas, praças ou terrenos baldios**, com produtos expostos em barracas ou no chão [...] (QUEIROZ; AZEVEDO, 2012, p. 116, destaques meus).

A liberdade da/na feira também pode ser representada pelas relações de trocas entre os feirantes, além de ser entendida na perspectiva da possibilidade de provisão. Sato (2012) trata

desse aspecto através de um de seus interlocutores (feirante): “Eu ganho muita coisa, minhas filhas comem de tudo... a feira dá de tudo. Na feira qualquer um pode entrar e pegar... sobra muita coisa. **A feira é livre**. No supermercado não, ninguém pode entrar e pegar a sobra, fica estragando lá!” (*apud* SATO, 2012, p. 165, destaques meus). A ideia de que a feira, por funcionar em um espaço aberto, proporciona, em certa medida, o acesso aos produtos oferecidos se opõe à lógica do supermercado, que é fechado, organizado e planejado para que o cliente se locomova através de estruturas ordenadoras de sua movimentação, como os caixas, as seções de produtos e os corredores. Ainda na perspectiva do depoimento anterior, percebo alguns elementos discursivos importantes para se estabelecer um outro aspecto relacionado à liberdade no ambiente das feiras: a dos próprios feirantes em viabilizar a provisão de alimentos. As palavras da feirante: “a feira dá de tudo”; “sobra muita coisa”; “pegar a sobra”... levam-me a compreender a análise de Sato (2012) com relação à precariedade das relações de trabalho ainda existente nesses ambientes. Segundo a autora citada, os feirantes são, em grande parte, trabalhadores pobres, com baixo nível de escolarização e remuneração e que apresentam, no campo econômico, dificuldades em prover a sobrevivência das famílias. Assim sendo, afirma que: “A feira livre continua a ser um local em que muitos buscam alguma ajuda com as suas sobras, afinal, a ‘**feira é livre**’ e todo mundo pode entrar” (SATO, 2012, p. 226, destaques meus).

A pesquisa de Cavalcanti (2015) sobre uma feira livre de Recife (PE) levou-o a entender que, para além das definições apresentadas por pesquisadores da área, o entendimento sobre o que seria uma feira livre é representado “pelo imaginário dos fregueses e, principalmente, dos feirantes, que confundem suas histórias de vida com estes lugares, às vezes não tão fascinantes e recheados de magia como nos são apresentados” (CAVALCANTI, 2015, p. 47). Nesse sentido, Sato (2012), ao solicitar de um feirante de nome Marcos que definisse feira livre, obteve uma resposta direta e objetiva: “Bagunça organizada”. A partir dessa resposta, a pesquisadora elaborou suas considerações: a bagunça pode ser entendida através da singularidade e personalidade de feirantes e bancas, da diversidade das relações de trabalho e da multiplicidade de sujeitos envolvidos no processo; já a organização se origina da rotina e ordem do espaço e das práticas de trabalho, sendo esses elementos provenientes de legislação própria, bem como das regras não escritas, que aos poucos vão se solidificando entre os feirantes (SATO, 2012, p. 175).

Outro aspecto interessante para se refletir sobre o termo *livre* é quando esse se opõe a *preso/prisão*. Binelo (1999), quando escreveu sobre a possibilidade de transferência da Feira Livre de Dourados para o Mercado Municipal, na década de 1970, ao que parece, se opunha a essa ação, entendendo que “como seu próprio nome em forma de adjetivo diz, não pode ser

trancada pois deixaria de ser *livre*” (BINELO, 1999, p. 40, destaque do autor). Os comentários postados pelos leitores em um dos artigos de Ilson Boca Venâncio também expressam essa mesma percepção, dessa vez, com a mudança da Feira Livre da rua Cuiabá para o Espaço Feira Central Prefeito João Totó da Câmara no Jardim São Pedro, ocorrida em 2016. A exemplo, Silvinho Torres declarou: “Fiquei triste com a saída, achei muito desnecessário! Não tem nada a ver o atual ponto, ficou mais parecido com um **presídio**, não tem aquela sensação de **liberdade** que o antigo ponto proporcionava!”. Rosilda Coelho da Cruz Bertagio também compartilhou suas impressões: “Realmente era muito bom [refere-se à Feira Livre da rua Cuiabá]. Bem mais **organizadas e ventiladas** em uma rua bem **arborizada**. Agora quase impossível ir no domingo de manhã, **muito apertado o espaço** e um calor insuportável” (in *folha de dourados*, 15/9/2020, comentários à parte, destaques meus).

Nesse ponto parece-me importante salientar também que, quando da mudança da Feira Livre de Dourados que ocorria na rua Cuiabá para o Espaço Feira Central Prefeito João Totó da Câmara, não somente o local foi alterado, mas sua denominação também, inclusive o termo *livre* foi suprimido. Fato semelhante pode ser observado em Campo Grande, onde sua feira principal ocorreu em ruas da cidade desde 1925 e, a partir de 2004, ocasião em que foi transferida para a Esplanada Ferroviária, de Feira Livre Central passou a ser Feira Central. As duas feiras citadas passaram, então, a serem ofertadas em ambientes fechados. Calado (2013) aponta que as mudanças no imaginário popular se refletiram também na forma como os feirantes perceberam seus espaços individuais de trabalho, alterando, inclusive, a forma como os denominavam, como é possível observar nesse relato: “Quando eu venho para cá, **eu venho pra minha loja!** Feira que eu sempre entendi é barraca de lona” (cf. entrevista com Rosimeire Teixeira da Cunha Dias *apud* Calado, 2013, p. 69, destaques da autora).

Outro ponto apresentado pela autora citada diz respeito ao período antecedente à mudança de local da feira de Campo Grande. Recorrendo a uma matéria publicada pelo *Correio do Estado* em 2002, aponta nessa uma pequena pesquisa, na qual, num total de dez feirantes, apenas três estariam de acordo com a transferência. Corroborando tal negativa, o feirante Luiz Higa afirmou que “se a feira mudar de endereço, perde a característica de feira livre (sic)” (*Correio do Estado*, 19/3/2002, p. 1, *apud* Calado, 2013, p. 71). Ou seja, através das questões apontadas pelas fontes supracitadas é possível sugerir que as mudanças produzidas pela alteração de localização e de denominação interferiram na percepção de liberdade dos feirantes, à qual as feiras mencionadas eram vinculadas. Quanto à questão da localização, Santos (2019, p. 35) reflete sobre o constante montar e desmontar das bancas nos dias de oferta da Feira Livre de Dourados, de forma temporária e efêmera, no espaço público rua Cuiabá, defendendo a

premissa de “uma territorialidade efêmera e transitória e não uma territorialidade fixa e demarcada, que descaracteriza a essência de ser da ‘Feira-Livre’”, ou seja, as características de efemeridade e liberdade perpassam a própria essência da territorialidade da Feira Livre.

Por outro lado, durante a análise das fontes da imprensa, percebi que o termo *livre* é abordado, algumas vezes, de forma sarcástica. Com o objetivo de chamar a atenção do poder público municipal com relação à sua função de ordenador do espaço público e regulamentador das práticas comerciais na Feira Livre, o tom de zombaria e depreciação foi adicionado ao discurso, como é possível notar nesses trechos: “A nossa feira livre às quintas e domingos, é verdadeiramente LIVRE. Livre de imposto e de FISCALIZAÇÃO...” (*O Progresso*, 26/4/1959, p. 4, caixa alta do original); “Livre mesmo de higiene, porém, não livre de transitar pelas barracas dos feirantes num lamaçal tremendo [...]” (*O Progresso*, 26/7/1964, p. 1); “Quem comprar na FEIRA LIVRE (livre de fiscalização, não tem direito a coisa melhor). [...] E assim poderíamos enumerar outros tantos absurdos e irregularidades que são praticadas lá na FEIRA LIVRE (livre da Sunab)” (*O Progresso*, 7/7/1965, p. 6, caixa alta do original); “É livre nos preços e livre na sujeira que deixam” (*O Progresso*, 22/3/1978, p. 3). De fato, não é incomum a associação da imagem das feiras livres com referências insalubres e desorganizadas (cf. SOUZA, 2010, p. 20). Ao tratar de uma feira de Salvador (BA), na perspectiva das Ciências Sociais, o autor citado pontua que o imaginário sobre as feiras livres é repleto, entre outros aspectos, de elementos depreciativos, como por exemplo, as referências: imundas, asquerosas, desorganizadas, feias etc. Nesse sentido, ao citar diversos pontos de reflexão sobre o universo múltiplo das feiras livres, constata: “As feiras perturbam, causam transtorno no trânsito e problema de limpeza pública” (SOUZA, 2010, p. 30). Penso que tais questões estejam, em alguma medida, atreladas ao contexto do livre, no qual também estão marcadas as resistências, mediações, (des)ajustes e conflitos. Além disso, há um outro elemento que, tanto pode representar a liberdade para o exercício das práticas comerciais e sociais nas feiras, como também pode se configurar como um entrave para as ações de ordenamento do espaço público: a feira da/na rua.

“Havia na feira livre a magia do momento. De repente, é uma rua, de repente formava-se a feira. Esse encontro marcado, essa existência por determinado tempo. Depois tudo se desfaz e vira rua de novo” (in *folha de dourados*, 15/9/2020). É através de um discurso saudoso e até mesmo poético que Ilson Boca Venâncio se expressa ao rememorar a efemeridade da prática da Feira Livre da rua Cuiabá. A rua que é transformada em feira nos finais de semana, a feira que se desfaz em rua nas tardes de domingo... durante décadas funcionando na rua Cuiabá, a Feira Livre de Dourados estabeleceu identidade própria e produziu imaginário ligado ao local. Além disso, as sociabilidades do equipamento feira, em Dourados, ainda são, em grande parte,

ligadas à rua Cuiabá, mesmo após passados um pouco mais de cinco anos de sua mudança para o jardim São Pedro. Essa produção de sociabilidades ocorre, em alguma medida, por conta das “especialidades que dizem respeito à cultura, aos hábitos costumes, etc..., que produzem singularidades espaciais que criam lugares na cidade das quais a rua aparece como elemento importante” (CARLOS, 2007a, p. 52).

A geógrafa Ana Fani Carlos apresenta diversos sentidos para as ruas em seu livro *O lugar no/do mundo* e, dentre eles, o que estaria relacionado ao lugar das feiras “é o sentido de mercado/aquele vinculado a troca” (CARLOS, 2007a, p. 53). No entanto, é sabido que as ruas nas quais as feiras são instaladas produzem múltiplos sentidos e, assim, ao observar os demais elencados pela autora citada, percebo outros, inclusive, trazendo à perspectiva a Feira Livre da rua Cuiabá, como por exemplo: sentido de passagem, sentido de festa, sentido de reivindicação, sentido de normatização, sentido de segregação social, sentido de encontro. Dessa forma, neste capítulo, espero explorar, à luz das fontes analisadas, esses e outros sentidos aos quais a Feira Livre da rua Cuiabá é vinculada e pelos quais é percebida pelos seus usuários.

Ainda no campo da pesquisa acadêmica, é importante ressaltar que Elaine Cristina Musculini pesquisou o objeto ruas de Dourados tendo como categoria de análise geográfica o lugar, compreendendo-o enquanto meio para o exercício de viveres e fazeres na cidade. Para a autora citada: “Na rua se desencadeiam as experiências, as atividades, os embates, as diferenças. É o local onde o ambulante vende o seu produto, onde as pessoas passam apressadamente para trabalhar ou estudar, ou seja, é onde a vida se desenrola” (MUSCULINI, 2012, p. 4). Apesar dessa pesquisa ter tido como recorte as ruas da área mais central de Dourados e não compreender, especificamente, a rua Cuiabá e sua relação com a Feira Livre (e vice-versa), penso que as contribuições apresentadas são importantíssimas para os estudos da história local, bem como para compreender os usos e ressignificações, as relações de pertencimento, a simbologia envolvida, enfim, as sociabilidades presentes, também, em meu objeto de pesquisa, em específico. Em seu primeiro capítulo, nomeado: *A rua é o lugar*, Musculini (2012) apresenta a rua como símbolo público. E, nesse sentido, ela é dotada de múltiplos entendimentos e interpretações:

Por ser espaço público, comum, de acesso irrestrito (não há quem não possa transitar por ela), e onde também se convivem as diversidades, o coletivo, os embates e os negócios, é onde tudo acontece, onde tudo é vivido e feito. É o lugar da apropriação, da produção e da reprodução de usos, de vínculos, de táticas, de práticas, de relações, de dinâmicas sociais, de transformações. [...] A rua é um lugar privilegiado, onde se circulam viveres, fazeres, sentidos, percepções, para a formação de identidades, tanto individuais quanto coletivas (MUSCULINI, 2012, p. 39).

Um elemento bastante presente na percepção do significado da rua para os indivíduos é a liberdade. Ao entrevistar um morador de Dourados desde a década de 1980, Musculini (2012) registrou o entendimento da livre utilização do espaço público: “A rua é um lugar de todo mundo. Eu posso ir, você pode, qualquer um pode ir por ela” (cf. trecho da entrevista realizada com Antônio Josué, jun. 2011, *apud* Musculini, 2012, p. 31). Situação semelhante ocorre com as feiras instaladas na rua, conforme já pontuei acima. Utilizando essa mesma premissa, Calado (2013, p. 85) aponta as características singulares das feiras de rua: “são abertas, não excludentes, barulhentas, possuem uma organização própria, aliam trabalho, espaço público, liberdade do transeunte e comércio popular”. Para além da liberdade, é possível notar alguns dispositivos de convivência nesses espaços, como é o caso da confiança e do respeito entre os sujeitos que fazem parte do contexto das feiras de rua. A exemplo, trago a contribuição do feirante Aroldo Nantes, já falecido, do qual lembro-me, atendendo em sua banca de queijos e doces na feira que ocorria às quintas-feiras no Parque Alvorada, bairro em que morei por cinco anos. Ison Boca Venâncio, apesar de tê-lo entrevistado em 2013, publicou um artigo com o conteúdo dessa entrevista somente no final de 2021. Ao recordar do “saudoso amigo” (forma como o articulista se refere ao feirante no título do artigo) relatou:

Ele fez uma fala interessante colocando que era **feirante de rua**, e dessa forma os seus clientes também são **consumidores de rua**. [...] Uma das coisas que ele admirava na feira era a confiança entre o seu público, pois durante o tempo que trabalhou na feira nunca ninguém lhe roubou nada da sua banca. Quando chegava a hora do fechamento, cobria a banca com um pano e ia dormir tranquilamente. Na opinião dele, **quem é da rua respeita quem é da rua** (*folha de dourados*, 1/10/2021, destaques meus).

O feirante Aroldo Nantes, de fato, defendia a feira na rua. Em reportagem assinada por César Cordeiro, por ocasião do impasse da mudança da Feira Livre, ele enfatizou que era necessário “manter a característica de feira de rua. ‘O povo já acostumou com isso, desse jeito aqui’, citando locais onde a feira passou para áreas fechadas e o resultado não foi o esperado” (in *O Progresso*, 26/6/2013, p. 20).

A rua, enquanto espaço público, é ainda lugar de passagem, de trabalho, de consumo, de encontro. Nesse sentido, há, nas cidades, formas e momentos de apropriação privada do espaço público. Musculini (2012, p. 68) apresenta diversas formas em que essa apropriação ocorre, como por exemplo, o caso de camelôs, vendedores ambulantes, eventos esportivos, bares, lanchonetes e comércios que utilizam as calçadas e, até mesmo, parte das ruas para expor mercadorias ou equipamentos de trabalho. De um mesmo modo, no caso da Feira Livre, percebo que há também um tipo de apropriação material, bem como simbólica. Quando a rua Cuiabá

era tomada por equipamentos e materiais utilizados para a montagem das barracas e outras estruturas próprias da Feira Livre, de igual modo era também tomada por fornecedores, consumidores e diversos tipos de trabalhadores, como por exemplo, “o vendedor ambulante que sempre traz as novidades do momento, ao chegar à cidade, procura a feira livre” (cf. Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 15/9/2020). Nesse sentido, é possível dizer que havia um tipo de apropriação privada (realizada pelos feirantes) num espaço público (rua Cuiabá), que era propiciado e mantido pelos inúmeros tipos de frequentadores, durante os finais de semana. “Esse processo se constitui pela apropriação das pessoas, com seus ritmos, tanto do trabalho, quanto de ideias ou de mudanças, revelando o fazer e o viver, espaço-temporalmente” (MUSCULINI, 2012, p. 69).

A rua (e a feira) também tem o sentido de (re)encontro. Num pequeno parágrafo de sua dissertação, Musculini (2012) compartilha suas percepções sobre a Feira Livre da rua Cuiabá.

Lugar bastante frequentado e considerado ponto de encontro dos moradores mais antigos da cidade. Em observações feitas na pesquisa de campo, foi possível constatar que muitas pessoas utilizam-se da feira para reencontrar as pessoas. Além do sentido do consumo, para alguns, tem também o sentido do encontro (MUSCULINI, 2012, p. 61).

Para além dos encontros ditos comerciais (sobretudo compra e venda de produtos alimentícios), os encontros sociais faziam parte da dinâmica da Feira Livre. Conforme apontado acima, além do encontro entre os moradores mais antigos da cidade, havia também o encontro entre os feirantes e consumidores, e entre os frequentadores que utilizavam a Feira Livre como local de abastecimento, de consumo de produtos tradicionais e exóticos e de passeio e divertimento nos finais de semana. As memórias de Maria Gomes dos Santos revelam essas nuances.

Têm a feira também pra gente que é jovem vai nas feira paquerá vai pra cima e pra baixo, lá vende fruta assim como jaca, eles corta as talhada tira aquele nabo e fica aqueles pedaço de jaca assim exposto, então vende aqueles pedaço de jaca, vende tapioca, o biju de polvilho, bolo da massa puba o que eu lembro de lá é isso (cf. entrevista realizada em 17 out. 2002 *apud* Santos, 2003, p. 134).

A moradora vizinha da Feira Livre da rua Cuiabá, Iracy de Aguiar Quadros, também se recorda da feira como local de passeio das famílias. “Tinha gente que ficava mesmo passeando. Eu lembro da Sueli mais o Airton [ex-nora e filho]. Vinham lá do 4º Plano pra passear na feira. Você vai comprar o quê? Ah, nada não. Nós vai passear” (QUADROS, 2021). Essa dinâmica do encontro entre moradores que priorizam o lazer e que não utilizam a feira exclusivamente como local de compras, também é apontada pelo jornal *O Progresso*.

[...] a feira da rua Cuiabá atrai muita gente que mesmo não fazendo compras, visitam o local principalmente à noite, porque ali as barracas-lanchonetes servem muito bem e se transformam em pontos de encontro de amigos que buscam momentos de lazer após uma semana de trabalho árduo (*O Progresso*, 11/12/1991, p. 9).

Frequentador da Feira Livre, Luis Bernardino Feitosa se pronunciou em matéria publicada em 2009: *Feira livre oferece opções de compra e passeio*: “Já acostumei vir à feira aos finais de semana, às vezes eu ando até no final e volto; não tenho muito para gastar, mas passeio e encontro muita gente conhecida. É minha diversão aos fins de semana”. Além dos frequentadores semanais, os feirantes também indicam a percepção do sentido do lugar de encontro na Feira Livre, conforme relato de Alípio Ferreira Aguirre que, à época, trabalhava na feira havia cerca de nove anos: “A feira não é apenas um lugar de onde eu tiro o meu sustento, é também o local onde eu saio da rotina, inclusive às vezes reencontro com amigos que jamais imaginei que veria novamente” (in *O Progresso*, 12 e 13/12/2009, p. 9). A fotografia de Hedio Fazan (repórter fotográfico), que acompanha a chamada de capa da matéria, mostra o ambiente da Feira Livre e o intenso movimento de pessoas no local.

Figura 9 - Feira Livre de Dourados (dezembro de 2009)



Fonte: *O Progresso*, 12 e 13/12/2009, p. 1.

Trago aqui também alguns comentários postados em ambiente virtual de leitores relacionados ao artigo *A Feira Livre da rua Cuiabá, sua história e cultura; da formação ao*

Patrimônio Público Cultural publicado em 2020 no periódico *folha de dourados*. Saudosos, os leitores expressam os sentidos e significados aos quais a Feira Livre instalada na rua Cuiabá ainda os remete. Dessa forma, Adail Alencar relembra o passado, salientando o sentido do encontro e do encanto na/da feira: “A nossa tradicional Feira Livre tinha o encanto do encontro de fim de noite, entre outras coisas, que fazia parte do nosso cotidiano”; assim como Silvinho Torres: “Era muito bom poder andar pela cidade à noite, e na volta, passar na feira para comprar alguma coisa, encontrar amigos! [...] Agora quando vou na feira, faço minhas compras e procuro ir embora o mais rápido possível! Perdeu o encanto!” (in *folha de dourados*, 15/9/2020, comentários à parte).

Obviamente, nem todos os frequentadores da Feira Livre ou moradores da cidade tinham a mesma percepção positiva com relação ao fato da feira ocorrer na rua Cuiabá. Através da fonte da imprensa local foi possível notar em algumas falas publicadas a ideia de que a feira instalada na rua, apesar de tradicional, seria ultrapassada e, além disso, se oporia ao ideal de modernidade que acompanha o crescimento demográfico e econômico de Dourados através das décadas. Vale ressaltar, inclusive, que diversas matérias que divulgam a mudança da Feira Livre para o Jardim São Pedro mencionam os adjetivos *nova* e *moderna*, como por exemplo, na legenda de uma fotografia de uma das matérias: *Projeto arquitetônico da nova feira livre entra em fase de licitação*, a qual acompanhou o posicionamento do prefeito Murilo Zauith: “Estamos **modernizando** a feira, garantindo o seu funcionamento dentro da lei, promovendo dignidade para os feirantes e conforto para os consumidores” (in *O Progresso*, 25/8/2015, p. 12, destaques meus). Já na coluna *Atenta* (assinada pelo jornalista César Cordeiro), um dos pré-candidatos à eleição municipal de 2012, em pronunciamento a uma emissora de rádio sobre a temática da Feira Livre, fez alusão à feira de Campo Grande e afirmou: “Na realidade, o modelo de feira livre de Dourados (na rua) é totalmente ultrapassado” (*O Progresso*, 22 e 23/1/2011, p. 3, parênteses do original)¹⁷². Em outro momento, o jornalista Walter S. Ramos escreveu para a mesma coluna para elogiar a intenção do prefeito Murilo Zauith em relação à mudança da Feira Livre.

[...] por mais que a feira da Rua Cuiabá seja **tradicional**, o fato de funcionar em uma **rua** já demonstra estar **ultrapassada**, quero parabenizar o prefeito

¹⁷² Não foi possível determinar a qual candidato a nota jornalística se referiu (eu imagino que seria um dos candidatos ao Executivo), pois menciona o candidato José Araújo do PSOL. No entanto, ao pesquisar a relação de candidatos nesse pleito (2012), averigui os seguintes: José Roberto Domingos da Costa, o Zé Roberto (candidato a prefeito pelo PSOL) e José de Araújo Oliveira, o Zé Araújo (candidato a vereador pelo PSL). Dessa forma, penso que ocorreu algum erro de identificação ou até mesmo, de digitação, por parte da imprensa. Outro ponto: como a eleição municipal ocorreu em 2012 e a matéria foi publicada em janeiro de 2011, preferi utilizar no texto “pré-candidato”.

Murilo porque não adianta ficar gastando com reforma em uma feira que já está **fora dos padrões atuais para uma cidade polo** de 200 mil habitantes (*O Progresso*, 12/6/2013, p. 19, destaques meus).

Após a mudança da Feira Livre para o Jardim São Pedro, a rua Cuiabá continuou a ser espaço público, mas agora, aos finais de semana, voltou a ser, como anteriormente a novembro de 1980, mais especificamente, um lugar de passagem, um percurso. Inclusive, alguns moradores da rua Cuiabá acreditavam que, após a mudança da feira, a rua passaria por uma reestruturação, o que garantiria a valorização financeira dos imóveis do entorno (cf. Santos, 2019, p. 128). Ao refletir sobre as mudanças dos usos das ruas de Dourados, Musculini (2012, p. 155) conclui que “o esvaziamento transforma o local, onde se desenvolve a vida de relações, em mera passagem”. A transferência da Feira Livre e, mais propriamente, os motivos que levaram a tal feito fazem-me pensar sobre as questões da cidade, no que se relacionam à relevância de alguns equipamentos públicos em detrimento de outros. Ana Fani Carlos, ao escrever sobre o contexto urbano de São Paulo, assegurou que:

Estamos diante de uma nova noção de tempo, no qual os lugares de passagem – ruas e avenidas – mudam de significado e passam a ser mais importantes que os pontos do estar, do morar, do encontro, da festa. O significado da rua muda radicalmente, priorizando o movimento e transformando-se em lugar de deslocamento e passagem, onde o que importa é o percurso (CARLOS, 2007b, p. 38).

Em nome do progresso e da modernidade, ideais sempre presentes na orientação das políticas urbanísticas de Dourados, observei a mudança do significado do lugar Feira Livre, sendo que, seu complemento, e por que não dizer, sua identidade (rua Cuiabá), retornou a sua original função de passagem.

4.2. A feira é palco, a feira é vitrine!

Para além de um espaço público no qual se realizam trocas comerciais, a feira é um local repleto de manifestações simbólicas que viabilizam as vivências e experiências de diferentes grupos sociais na cidade. Mais que um mero local que propicia o abastecimento de alimentos aos moradores é possível observar, com um olhar mais atento, que a Feira Livre é um palco, no qual atuam diversos atores, no campo cultural, social e político, e que os protagonistas são, de fato, os feirantes, que utilizam esse palco para performarem seu trabalho, através de suas próprias vitrines. Sato (2012) explica a complexidade dessa dinâmica.

A montagem do palco e da vitrine é intensivamente arquitetada e construída do fim da madrugada até o início da manhã e, durante todo o horário de funcionamento da feira livre, o cuidado com sua manutenção é objeto de atenção contínua. Reorganizar, limpar, conservar, reembalar, remaçar são atividades que visam manter a vitrine bonita e atrativa. No início da manhã o palco individual – a banca-vitrine –, que cada feirante monta, forma, junto aos outros, o grande palco público. Vestir o avental é a composição final. Agora é esperar a freguesia. [...] Nesse palco, feirantes, fregueses, carregadores, feirantes ambulantes, vendedoras de café da manhã, vendedores de refrigerantes, andarilhos, pedintes, *habitués* e conhecidos estão autorizados e são estimulados a vivenciar relacionamentos e tipos de convivência diversos daqueles normalmente observados em público numa grande cidade. Esse grande palco, generosamente montado pelos feirantes, garante abrigo para todos os que se habilitem a praticar as suas performances (SATO, 2012, p. 97; 99).

Ilson Boca Venâncio também percebe a feira como um palco, referindo-se a ela em um dos seus artigos como um “palco de muitas histórias”. Em suas memórias de juventude estão presentes aspectos significativos do trabalho árduo dos feirantes na montagem da feira da rua Santa Catarina.

[...] nas madrugadas frias de garoa, eu via os feirantes passando em suas carroças e charretes, na penumbra da noite se ouviam o bochechar, e o som ritmado das patas dos cavalos no chão molhado. Para garantir uma iluminação eles traziam um lampião tipo “marinheiro” pendurado no varão. Em uma conversa que tive com a Margarida [uma antiga feirante] ela me contou que os seus pais acordavam meia noite para preparar os produtos para levar à feira. Disse que o Sr. João Libório, responsável pelo transporte das mercadorias, tinha que chegar na casa deles às duas horas da madrugada com sua charrete, pois às três horas começava o atendimento no quiosque na feira (in *folha de dourados*, 23/12/2021).

Em outro artigo, com o mesmo teor memorialístico, Venâncio apresenta outros detalhes desse cenário, sendo possível perceber o modo como suas recordações são ativadas e, porque não dizer, novamente vivenciadas, através do sentido do olfato, quando ele afirma: “Hoje a lembrança me faz recordar até o cheiro daqueles momentos”. Desse modo, o articulista lembra que:

A montagem das bancas era feita na noite, uns vinham de bicicleta cargueira, de charrete, outros traziam na jardineira mista. Aos sábados a jardineira vinha lotada de mercadoria, o bagageiro de cima vinha as gaiolas feitas de vara e embira, cheias de galinhas para serem vendidas; outros carneavam porcos, ou vacas, que eram vendidas na Feira Livre (in *folha de dourados*, 22/9/2020).

Os anos passam, mas alguns aspectos do cotidiano dos feirantes ainda permanecem, sobretudo o “contínuo organizar” (SATO, 2012, p. 138) presente em suas dinâmicas de trabalho, conforme é possível notar na fala de uma feirante de São Paulo: “É como se você tivesse que montar uma loja todo dia” (cf. relato de Dinorah *apud* SATO, 2012, p. 138). Santos (2019, p.

115) evidencia esse mesmo contexto ao escrever sobre os feirantes da Feira Livre de Dourados: “Os feirantes, que levantam cedo, as 4:00 horas ou 5:00 horas da manhã iniciam a maratona, esticam a lona no improviso, com ânimo, são os protagonistas dessa colcha de retalhos. Para muitos deles é uma vida inteira de andanças, vendas, dificuldades e alegrias pela Feira Livre”.

No periódico *folha de dourados* foram publicadas algumas imagens da feira da rua Cuiabá (acompanhadas dos artigos assinados por Ilson Boca Venâncio), nas quais percebo as diferentes maneiras de se organizar os produtos alimentícios dispostos nas bancas. Algumas estratégias de exposição também são evidenciadas: produtos selecionados, agrupados, precificados e já embalados; outros apresentados de forma que o consumidor possa adquirir unitariamente ou a granel; e ainda, os que chamam a atenção pela sua variedade de cores, como as frutas, *in natura* ou em compotas. Dessa forma, os feirantes montam suas vitrines (geralmente compostas também por balança e máquina calculadora) embaixo das lonas de suas barracas, apresentando ao público a oferta semanal de seu trabalho.

Figura 10 - Banca vitrine da Feira Livre: hortifrúti *in natura*



Fonte: *folha de dourados*, 22/4/2021; 3/1/2022.

Figura 11 - Banca vitrine da Feira Livre: embalados, agrupados e processados



Fonte: *folha de dourados*, 3/1/2022; 7/10/2021.

Lopes; Ramires; Rodrigues (2014), ao observarem o ambiente da Feira Livre da rua Cuiabá na perspectiva antropológica, apresentaram suas percepções a partir das mudanças que ocorriam nesse ambiente de acordo com as alterações do clima, do espaço e da passagem do tempo.

A montagem das barracas (após a rua interditada) começa na sexta-feira de toda semana à noite, sendo que nem todos as montam nas sextas, mas aos sábados durante a madrugada. Observa-se que logo pela manhã já tem pessoas comercializando e consumindo produtos. Aos dias de chuva, alguns feirantes permanecem com as barracas fechadas por não haver movimento, mesmo assim há comerciantes que ficam nas suas barracas vendendo e pessoas comprando, ou seja, sua territorialidade muda conforme o tempo meteorológico, e na questão do tempo (cronológico), em que o fluxo de pessoas muda aos horários de mais movimentação, os horários de maiores deslocamentos de indivíduos para este local é [sic] de manhã (aos sábados e aos domingos, sendo que aos domingos, seu fluxo de pessoas é maior), ao meio dia, à tardezinha, à noite (aos sábados) (LOPES; RAMIRES; RODRIGUES, 2014, p. 4).

A montagem das bancas também é pensada e planejada estrategicamente com o objetivo de facilitar o atendimento e proporcionar maior comodidade aos clientes. Ilson Boca Venâncio, ao entrevistar a experiente feirante Paulina Oshiro, percebeu algumas táticas utilizadas por ela para estruturar e evidenciar sua banca/vitrine.

A sua banca na feira era uma das mais sortidas de todas. Ela organizou a montagem deixando uma passagem que dava mais espaço e proximidade para o freguês escolher os produtos. Esse formato de exposição diferenciado acolhia um número maior de fregueses, facilitando a venda, precisando de no mínimo quatro atendentes para dar conta do atendimento (*folha de dourados*, 11/11/2020).

Percebi, em outro material consultado, que a feirante Paulina Oshiro utilizava também outro tipo de estratégia para viabilizar seu trabalho na Feira Livre. De acordo com a moradora da rua Cuiabá, Liane Possani, a feirante era inquilina de uma pequena casa ao lado da sua. Utilizava o local “para deixar seus estandes durante a semana e fazer alimentação e dormir durante o final de semana” (cf. entrevista realizada em 24 maio 1999 *apud* Binelo, 1999, anexos – entrevistas)¹⁷³. Nesse sentido, através das contribuições da feirante Paulina Oshiro, é possível notar o que foi identificado por Sato (2012) no sexto capítulo de seu livro: *Cada feirante tem um sistema de trabalho*. Segundo a autora citada, o feirante “monta uma loja” todo dia e, dessa forma, precisa considerar dois aspectos organizativos interdependentes: o da feira e o da sua unidade produtiva (a banca): “Há uma multiplicidade de situações e de condicionantes que trazem singularidades infundáveis para o trabalho de cada feirante” (SATO, 2012, p. 179).

4.2.1. A feira é palco político: política se faz na feira?

A julgar pelas fontes da imprensa local, a Feira Livre da rua Cuiabá serviu como palco para políticos, como também foi instrumento de política em Dourados em diversas situações, sendo as que julgo mais emblemáticas a patrimonialização da Feira Livre, bem como a mudança de seu local de funcionamento. Posso afirmar seguramente que, desde sua criação, esse contexto ocorre, pois a temática da Feira Livre esteve presente em programas de governo do Executivo, foi tema de embates entre membros do Legislativo, foi objeto de procedimento administrativo pelo Judiciário e se apresentou como assunto recorrentemente discutido nas edições d’*O Progresso*, principal veículo de imprensa da cidade.

A Feira Livre também foi palco de apresentação política, afinal, corroborando o ditado popular, “o político deve ir onde o povo está”. Seguramente uma das figuras mais emblemáticas na história política do Brasil, o presidenciável Ulysses Guimarães (PMDB) esteve em Dourados em campanha em 1989. A programação da estada do candidato contemplava, entre outras ações, “um passeio a pé pelo centro da feira livre, na rua Cuiabá, abraçando os douradenses” (*O Progresso*, 4 e 5/11/1989. p. 3).

Além dos já conhecidos “políticos profissionais”, alguns feirantes também se lançaram como candidatos a cargos na administração municipal (desconheço a informação de que algum

¹⁷³ Outro feirante, Abel Turazzi, também cita a questão da necessidade de se alugar casas próximas à feira com a intenção de guardar os equipamentos e bancas num local seguro para serem utilizados semanalmente. Para o feirante, essa era uma dificuldade específica da Feira Livre da rua Cuiabá e, por algumas vezes, foi objeto de reivindicação à prefeitura municipal por um espaço adequado de armazenamento (cf. entrevista realizada em 18 ago. 1999 *apud* Binelo, 1999, anexos – entrevistas).

tenha alcançado êxito nessa intenção). O fato de, esporadicamente, ressurgir a iniciativa de se organizar e manter uma Associação de Feirantes e de, em alguns momentos da história da Feira Livre da rua Cuiabá, ela se fazer atuante, também é uma ação política. Em paralelo, visitas, panfletagem, campanhas eleitorais enfatizando inúmeras promessas e projetos de reestruturação, distribuição de “santinhos”, e até mesmo o popular arrastão... diversas são as abordagens apresentadas pela imprensa para registrar os momentos de interação entre candidatos, feirantes e frequentadores da Feira Livre quando às vésperas de uma eleição, além da famosa e já consolidada estratégia do aperto de mão e abraço no possível eleitor, beijo na criança e a parada para a fotografia comendo o pastel e bebendo a garapa. Nessa perspectiva, a meu ver, algumas notas autorais merecem destaque. No caderno *Política*, o jornalista Vander Verão fez uma análise debochada sobre a campanha eleitoral do ano 2000 em sua coluna *Carrossel*:

Um lugar de visitação dos políticos em época de campanha eleitoral é a feira livre, que funciona na Rua Cuiabá. Até parece que todos os candidatos vão para lá ao mesmo tempo. Uns esbarram nos outros e até trocam santinhos. Os transeuntes já estão acostumados. [...] Na feira tudo sai barato. Até a campanha aos sábados e domingos. Os candidatos só têm que gastar saliva e depois “molhar” a garganta na barraca mais próxima. (*O Progresso*, 18/7/2000, p. 3).

Por outro lado, e em outro pleito eleitoral, o jornalista Cícero Faria, responsável pela coluna *Informe C*, ironiza a atuação do Judiciário com relação às costumeiras práticas eleitorais no ambiente da Feira Livre:

A interpretação rigorosa da lei eleitoral fez com [que] o juiz José Carlos de Souza proibisse condutas antigas dos candidatos nesta eleição. Numa portaria ele proibiu campanha até nas feiras-livres. A da rua Cuiabá atrai milhares de consumidores de sexta-feira a domingo. Vai ser difícil fiscalizar o local, já que os candidatos a prefeito e vereador, teoricamente, também vão às compras (*O Progresso*, 10/7/2008, p. 4).

O fato da Feira Livre de Dourados ter sido utilizada e instrumentalizada enquanto palco eleitoral também demonstra sua importância nesse sentido. É preciso lembrar que alguns agentes políticos identificam e, por vezes, alicerçam nos feirantes sua base eleitoral, e isso *O Progresso* demonstra em diversas edições. No entanto, essa questão também foi explorada pela imprensa, quando essa questionou o fato de determinados candidatos visitarem a Feira Livre (e os feirantes) somente em período de campanha eleitoral. A exemplo, trago a crítica de Cícero Faria, do *Informe C*, ao manifestar seu descontentamento direcionado à prefeitura municipal com relação à falta de manutenção da Feira Livre: “Quando os feirantes e consumidores reclamam da situação, estão cobertos de razão. Os políticos gostam da feira-livre mesmo, é em

tempo de campanha eleitoral” (*O Progresso*, 13/1/2005, p. 4). Seu colega César Cordeiro também apontou essa problemática em um outro momento, através do questionamento de um de seus leitores, publicado na coluna *Atenta*:

Pisando no tomate. A feira-livre da rua Cuiabá não é mais a mesma. “A pergunta que se faz é a seguinte: Porque somente agora certos políticos acham de pisar na feira livre de Dourados? Porque quando os feirantes estão precisando falar com alguns deles não os encontra por perto?”, disse pessoa atenta que trabalha na feira. **Olha a banana.** Porque será que somente agora neste período eleitoral eles se lembram que na feira livre existe como opção cultural de andar em meio a multidão. Será que esses políticos realmente estão preocupados com o preço do feijão, do quiabo, da cebolinha? Incrível como eles gostam de feira livre nesta época. Depois esquecem até o preço da laranja e dão uma banana para o povo, aliás uma dúzia de bananas (*O Progresso*, 9 e 10/7/2016, p. 10, destaques meus, referem-se aos títulos das notas jornalísticas).

Acredito ser relevante ressaltar também a atuação política dos feirantes enquanto classe reivindicando seus direitos. Algumas vezes através da associação e outros organizados em pequenos grupos, foram representados na imprensa, na maioria das ocasiões, pressionando os vereadores em sessões da Câmara Municipal pelo direito a condições dignas (e mínimas) de execução de seu trabalho ou em encontros com membros do Legislativo, solicitando e articulando propostas de melhorias estruturais no espaço da Feira Livre.

Outro ponto interessante a se destacar, talvez à primeira vista irrelevante (porém é de conhecimento geral que os trâmites políticos não são ingênuos nem desinteressados), é o fato da denominação da atual feira ter sido vinculada a uma importante figura política de Dourados – João Totó da Câmara. O homenageado foi político de carreira, iniciando-a em 1954, ocupando, por duas vezes, os seguintes cargos públicos: vereador, prefeito e deputado federal, além de atuar em secretarias no município e no estado e como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) antes de se aposentar em dezembro de 1998 (cf. informações constantes no site do TCE - <http://www.tce.ms.gov.br/institucional/conselheiro/106/joao-toto-da-camara>. Acesso em 17 fev. 2022). No entanto, analisando a documentação constante no Dossiê Feira Livre, não encontrei nenhuma informação que vinculasse João Totó da Câmara à Feira Livre de Dourados. Como justificativa para aprovação de seu nome, de acordo com o Projeto de Lei nº 28/15 – PGM, consta:

Trata-se de uma homenagem à memória de um cidadão, que contribuiu para o progresso e desenvolvimento da cidade. [...] Foi um homem de bem, de conduta exemplar, um cidadão honrado e trabalhador que foi cumpridor fiel de seus deveres para com seus semelhantes e a nossa comunidade, merecedor da justa homenagem (cf. Mensagem de Projeto de Lei nº 126 (28), 20 nov. 2015, p. 1; 2 in Dossiê Feira Livre).

Penso ser importante destacar que não estou, de maneira alguma, questionando a qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade sul-mato-grossense e, mais especificamente, douradense, por João Totó da Câmara, mas acredito ser necessário fazer a reflexão sobre a vinculação de sua imagem com o Espaço Feira Central. Dessa forma, pergunto: Por que a homenagem não foi direcionada a um dos antigos feirantes? Por que não vincular a denominação da feira à memória dos colonos ou das colônias agrícolas? Afinal, qual o papel desse agente político com relação à construção histórica e cultural da feira? Em que medida João Totó da Câmara reflete ou representa a memória e/ou as identidades da feira? Infelizmente não encontrei respostas para essas questões nas fontes analisadas nesta pesquisa.

Para além das imposições e estratégias políticas que instrumentalizam os equipamentos públicos relevantes histórica e culturalmente para uma população em prol dos interesses de determinados grupos sociais, encontrei em uma das edições de *O Progresso* uma notícia bastante interessante do ponto de vista histórico e do exercício da cidadania através do voto. Com o título *ELEIÇÕES/98 - Urna eletrônica reduz tempo em 70%: Equipe do TRE esteve em vários pontos da cidade no final de semana ensinando os eleitores a votar*, a principal matéria do caderno *Política* dessa edição apresenta, pela primeira vez, a urna eletrônica aos douradenses¹⁷⁴. Nesse ano os eleitores escolheram representantes no Executivo e Legislativo nacionais. A título de lembrança, disputaram a presidência da República, sendo os três mais votados: o candidato eleito Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PPS). Em Dourados, servidores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), vindos de Campo Grande, orientaram os cidadãos a operar a urna eletrônica utilizando, como pontos estratégicos, alguns locais de grande movimentação de pessoas. “Só na feira livre calcula-se que mais de 400 eleitores aprenderam a votar através das urnas eletrônicas” (*O Progresso*, 24/8/1998, p. 3). Em uma fotografia que ilustra a matéria é possível notar que um homem, uma mulher e duas crianças (provavelmente uma família) observam com curiosidade e atenção as orientações do servidor do TRE. Nesse pleito, apenas Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá realizaram eleições com a utilização da urna eletrônica no Mato Grosso do Sul. Em tempos sombrios de *fake news* e tentativa de deslegitimação da urna eletrônica, um viva à democracia e ao exercício político dos cidadãos (também na memória da Feira Livre da rua Cuiabá)!

¹⁷⁴ O contato de eleitores com a urna eletrônica na Feira Livre também foi notado em outros momentos, como por exemplo em 2002, quando se votou duas vezes para senador (cf. *O Progresso*, 22/7/2002, p. 12) e quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) organizou um plebiscito sobre a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (*O Progresso*, 3/9/2002, p. 3).

4.2.2. A feira é palco social: as manifestações sociais e os feirantes solidários

Durante a análise das fontes da imprensa percebi que a Feira Livre foi utilizada como local para múltiplas manifestações sociais, entre elas: greves e protestos trabalhistas, campanhas de vacinação e eleitorais, ações de assistência social etc. Ou seja, a Feira Livre também pode ser compreendida enquanto palco de construção coletiva da cidadania. Carlos (2007b) aponta para essa direção, tendo como perspectiva o uso das ruas de uma cidade. “Ela [a rua] dá visibilidade à contradição entre projetos sociais diferenciados e neste sentido o espaço, além de ser acúmulo de tempo, é também virtualidade, possibilidade aberta à constituição de outro projeto de sociedade” (CARLOS, 2007b, p. 47). Acredito que, como a Feira Livre funcionava na rua, essas manifestações sociais eram viabilizadas mais facilmente, com maior liberdade e visibilidade.

Em 1990 *O Progresso* divulgou, em algumas edições, a relação dos 75 postos de vacinação em Dourados, sendo que um deles funcionou na Feira Livre. Essa ação fez parte da campanha nacional contra a paralisia infantil. Abaixo do informativo, em letras garrafais, noto um alerta muito importante e consideravelmente atual: “A vacina é um direito da criança” (*O Progresso*, 22 e 23/9/1990, p. 13).

Professores reivindicaram reposição e piso salarial para a categoria utilizando as ruas e a visibilidade da Feira Livre numa das mais longas paralisações da rede municipal de ensino. Durante os finais de semana os grevistas se encaminhavam para a feira com o objetivo de se aproximarem da população, apresentando suas demandas através da tradicional estratégia – a panfletagem (cf. *O Progresso*, 2/8/2016, p. 9). Nesse sentido, a representação da rua (como também do espaço da Feira Livre) pode ser compreendida e viabilizada como lugar no qual pode ser promovida a realização da cidadania, da reivindicação e das lutas (CARLOS, 2007b, p. 47).

Alguns projetos na área social que tinham como intuito beneficiar a população em geral, e outros que pretendiam atingir mais especificamente os feirantes, foram apresentados e divulgados na Feira Livre. Servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) montaram postos de trabalho na feira com o objetivo de orientar feirantes e consumidores sobre a previdência social (cf. *O Progresso*, 25 e 26/8/2001, p. 10). Na esfera da administração pública municipal, ações do Instituto de Meio Ambiente de Dourados (IMAM) e do Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador (CIAT) também se fizeram presentes na Feira Livre (cf. *O Progresso*, 29 e 30/6/2013, p. 22; 12/7/2013, p. 20). No campo da assistência social, a Feira Livre sediou, algumas vezes, postos de atendimento ao cidadão, nos quais os técnicos da

prefeitura municipal informavam e orientavam os visitantes sobre os projetos que a administração pública desenvolvia. Nesse sentido, segundo uma das matérias, a ideia seria “aproveitar esse espaço público importante para estreitar o relacionamento com os feirantes e a população. O prefeito quer facilitar ao máximo o acesso dos douradenses aos serviços públicos” (*O Progresso*, 15 e 16/6/2013, p. 19), sendo um desses projetos o realizado pelo Departamento de Habitação, cujo objetivo era o cadastramento dos cidadãos para programas da casa própria (cf. *O Progresso*, 17/5/2013, p. 19). Algumas ações tinham como tema o empreendedorismo, como a Semana do Microempreendedor que foi divulgada na Feira Livre (cf. *O Progresso*, 15/4/2015, p. 12). O projeto Feirantes Empreendedores, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, foi publicizado pel’*O Progresso* entre 2013 e 2014 e tinha como objetivo orientar, qualificar e formalizar as atividades dos feirantes que comercializavam produtos de origem animal, e posteriormente abrangeria também os de origem vegetal (cf. *O Progresso*, 14/5/2013, p. 19; 16/1/2014, p. 16). Percebi, diante da análise dessa fonte, que em paralelo à apresentação desse projeto e suas consequências em âmbito de qualificação profissional e dos produtos, o prefeito Murilo Zauith inseria em seus discursos a temática da mudança de local da Feira Livre, destacando-a como mais uma ação promotora de melhorias nas condições de trabalho para feirantes e de consumo alimentar seguro para frequentadores.

Numa outra perspectiva, deparei-me com os feirantes solidários nas edições d’*O Progresso*. Inúmeras são as notas jornalísticas que apresentaram ações de solidariedade por parte dos feirantes. Doações de alimentos em campanhas beneficentes, como por exemplo, ao Lar Criança Esperança Fernando Henrique Aguiar (*O Progresso*, 26/7/1997, p. 7). Ainda na década de 1960 é possível perceber em diversas edições as notas de agradecimento aos feirantes feitas pela presidente do Lar Santa Rita, Geny Milan. Essas doações se estenderam através das décadas. Em artigo comemorativo aos quarenta anos da instituição, no caderno *Variedades* foi publicado: “Grandes colaboradores foram os feirantes que todos os domingos, ao final da feira, faziam doações de frutas, verduras e legumes” (*O Progresso*, 18/11/2005, p. 11). Durante grande parte da década de 1970 o Asilo da Velhice Desamparada publicou, mensalmente, uma listagem dos donativos recebidos. Aos feirantes coube o “fornecimento de frutas, verduras e toda espécie de víveres todos os domingos” (*O Progresso*, 26/8/1972, p. 6). Em uma ocasião, Emilia dos Santos Diniz, presidente do asilo de Dourados, foi entrevistada pelo periódico local. Ao ser questionada sobre a provisão alimentar dos idosos, respondeu: “O povo colabora levando tudo o que se faz necessário para sua alimentação. E os feirantes colaboram sempre com generosidade” (*O Progresso*, 27/1/1973, p. 6). A Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais (APAE) também recebia donativos dos feirantes, conforme é possível atestar em algumas notas de agradecimento, a exemplo: *O Progresso*, 1/7/1977, p. 2. Esporadicamente os feirantes ofertavam alimentos para alguma promoção social realizada em prol de escolas, como notei no registro de agradecimento da diretora da escola Januário Pereira de Araújo publicada n' *O Progresso*, 7/10/1987, p. 4, ou em ações beneficentes como em favor do Hospital do Câncer em Dourados (*O Progresso*, 1 e 2/9/2007, p. 11).

Por outro lado, não há como não observar, com estranheza inclusive, a nota de opinião de Adiles Torres, que em sua coluna social relatou a visita dos voluntários do Lar Santa Rita à Feira Livre para receber as doações de alimentos feitas pelos feirantes:

A diretoria do Lar Santa Rita tem um grupo que trabalha prá valer. Todos os domingos (revezam-se) e vão à feira receber dos feirantes as ofertas que são destinadas aquela casa. **Executivos, pessoas de alto nível, indistintamente com enormes sacolas, com aquela abnegação, trabalhando, sem o menor constrangimento. Como é bonito: Essas pessoas elevam-se perante Deus com gestos tão humildes. Esse comportamento acrescenta no ser humano aquele “algo mais” que os distingue de seres comuns.** Que Deus abençoe pessoas assim, pois conforme o dito popular: “Quem não vive para servir, não serve para viver” (in *O Progresso*, 24/6/1982, p. 8, destaques meus).

Um artigo de opinião (não se sabe em que medida reflete a opinião editorial ou a opinião pessoal da colunista e diretora do periódico em questão), publicado no início da década de 1980, que deve ser compreendido e analisado como “fruto do seu tempo”? Não desmerecendo o trabalho dos voluntários, mas, a julgar pela nota, a jornalista e proprietária d' *O Progresso* parece invisibilizar a ação dos feirantes doadores ao mesmo tempo em que enaltece (em demasia) o trabalho dos voluntários, que no próprio significado da palavra quer dizer espontâneo, que não é forçado. Recorrendo à roteirista Fernanda Young em sua última coluna publicada no jornal *O Globo* em 2019: “Que cafona!”.

4.2.3. *A feira é palco multicultural: os artistas na Feira Livre*

A Feira Livre da rua Cuiabá, por si só, já era um evento cultural. No entanto, esse lugar acolhedor, receptivo e “livre por natureza” abraçava outros artistas, além dos feirantes, durante os finais de semana em Dourados. Sei que não conseguirei escrever sobre todos os artistas que passaram pela Feira Livre de Dourados durante as quase quatro décadas, dessa forma, apresentarei os que foram registrados pelas fontes pesquisadas.

No periódico *O Progresso* a Feira Livre começa a ser publicizada enquanto campo cultural em 2001, ao passo que, antes disso, era compreendida, sobretudo, na perspectiva de outra cultura, a do agro/agricultura. Isso não quer dizer que anteriormente a 2001 não houvesse

manifestações e apresentações culturais diversas na feira. Apenas quer dizer que não eram veiculadas por esse periódico, em específico. No entanto, muito provavelmente, esses eventos ficaram registrados na memória de alguns frequentadores da feira ao longo desses anos.

Em fevereiro de 2001 o caderno *Variiedades* refere-se a um edital de seleção de artistas para apresentações em alguns locais de Dourados, entre eles, a Feira Livre. Tratou-se do projeto Temporadas Populares, o qual fazia parte de um programa de política pública cultural a nível estadual¹⁷⁵. Já no município, em 2003, uma iniciativa do vereador Eduardo Marcondes (PMDB) começava a ganhar corpo. *Marcondes quer espaço para os artistas na feira* foi o título da matéria publicada n’*O Progresso* na qual o vereador solicitava ao Executivo a implantação de infraestrutura para a realização de apresentações culturais na feira: “Um palco, aparelhagem e vontade política” (in *O Progresso*, 15/4/2003, p. 10)¹⁷⁶. Entretanto, a julgar pelas edições do periódico, Marcondes não obteve sucesso em seu intento naquele momento, tanto é que essa mesma solicitação voltaria a ser debatida, em forma de projeto na Câmara de Vereadores, em 2007.

Para além dos projetos e ações culturais demandadas através da administração pública, havia também os artistas que faziam seus espetáculos populares no ambiente da Feira Livre de forma espontânea e criativa.

Nessa apresentação ele recebeu o carinho merecido. Foram tantos os aplausos. As pessoas circulantes na feira paravam para admirar e atender ao convite de bailar ao ar livre. **Um palco ao ar livre na feira livre!** Bailou com tanta leveza e fez um bem aos transeuntes e a mim em especial por participar daquele momento em família (*folha de dourados*, 15/3/2021, destaques meus).

O articulista Ilson Boca Venâncio está se referindo ao bailarino Rilvan, que utilizou o ambiente da Feira Livre de Dourados, por algumas vezes, como seu palco artístico, tendo como público feirantes e frequentadores. Rilvan Daniel Barbosa é bailarino e coreógrafo experiente, além de ativista pela cultura douradense, tendo atuado também como gestor público nas áreas de cultura e educação. Acompanhando o texto do artigo há algumas fotos representando a

¹⁷⁵ O projeto Temporadas Populares ocorreu durante a gestão estadual de José Orcírio Miranda (PT), entre 1999 e 2006, sendo destaque, inclusive, na imprensa nacional. As cidades de Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas e Dourados receberam shows, peças de teatro e espetáculos de dança durante esse período. Além das apresentações de centenas de artistas locais, o evento contou com shows de artistas de renome nacional. O projeto foi realizado pela Fundação de Cultura de MS e então Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo. Fonte: <https://www.enfoquems.com.br/campao-cultural-anuncia-10-atracoes-nacional-entre-150-shows-para-14-dias-de-festival-em-cg/>. Acesso em 18 fev. 2022.

¹⁷⁶ Lembro ao leitor que esse tipo de matéria, assim como outras com o mesmo teor e *layout*, são conhecidas como *press release*, instrumento aparentemente jornalístico no qual um agente, nesse caso público, “faz propaganda” de si mesmo ou de seus projetos nos jornais locais (matérias pagas). Outro ponto a se salientar, percebido durante a análise de fontes da imprensa, é que as atuações dos vereadores advindas das sessões da Câmara Municipal eram publicadas n’*O Progresso* em forma de *press releases* ou como conteúdos integrais das atas das sessões ordinárias.

preparação do palco até a apresentação final. Rilvan chega à feira já trajado, camisa, calça e sapato sociais; com um tapete enrolado em baixo de um braço, a outra mão segura uma caixa de som; então ele estende o tapete na rua, liga o aparelho de som e inicia sua coreografia sozinho; depois interage com a plateia; ao final da apresentação, posa para fotos e conversa com seu público. “Apesar de tanto trabalho e correria, Rilvan sempre reservou um tempo na sua agenda para apresentações na Nossa Feira Livre da Rua Cuiabá. Na verdade, um dos artistas pioneiros a dançar na Feira Livre, e quando isso acontece é *show na certa*” (*folha de dourados*, 15/3/2021).

Além do bailarino, a Feira Livre recebia também o palhaço. Um dos mais representativos na Feira Livre, a julgar pelas fontes consultadas, foi o Quizumba. O ator Michel Grandó lhe dava vida. Ao compartilhar suas memórias, revela diversas percepções sobre a Feira Livre da rua Cuiabá.

Para eu definir em algumas palavras, a ‘Feira Livre da Rua Cuiabá’, preciso dizer sobre **representação de sonhos**, lugar onde a ‘arte de rua’ teve seu espaço de recepção garantido e estimulado na nossa cidade. Durante o período que presenciei a constante montagem e desmontagem das bancas na rua, posso falar de um **lugar simples, acolhedor e plural**, com trabalhadores receptivos na sua grande maioria. Além disso, posso relatar uma história bonita que se teceu em conjunto com a narrativa do lugar, história essa do ‘Grupo de estudo de Palhaços’. [...] Estudávamos as acrobacias na Praça Antônio João aos sábados à tarde e quando preparados, descíamos para a feira-livre para treinar a ‘formação de roda’. [...] Ao longo de cinco anos nossa presença na feira livre da Rua Cuiabá se fazia uma constante (in *folha de dourados*, 2/12/2020, destaques meus).

Esse depoimento leva-me a entender que, para além da percepção ligada ao imaginário, quando a feira é representada como palco do sonho e da liberdade de sonhar para o artista, há também a possibilidade de, através da sua arte, possibilitar a experiência do sonho e do lúdico aos frequentadores, que, em dias de feira, se tornam espectadores do espetáculo circense. Dessa forma, no tempo presente, as fotografias podem ser instrumentos de rememoração desses momentos.

Figura 12 - Apresentação artística na Feira Livre



Fonte: *folha de dourados*, 22/4/2021.

Para o artista, a feira é palco da arte, e a rua, sua vitrine. Mas a feira também se configura como lugar de trabalho e, em certa medida, é livre, enquanto espaço culturalmente plural e socialmente democrático. “Assim, convence-se o respeitável público a pagar por aquele instante de arte, sugerindo uma contribuição no ‘chapéu’ do artista” (*folha de dourados*, 2/12/2020). E a feira, sendo na rua, tornava possível e estimulava a liberdade da vivência da arte e das práticas sociais oportunizadas naquele espaço. Nesse sentido, ao ser questionado sobre os motivos de se apresentar na Feira Livre da rua Cuiabá, o ator Michel Grando declarou:

Ia para se fazer presente, ocupar o espaço do artista, experimentar o inesperado do diálogo na rua, conversar com os feirantes, os moradores, os transeuntes, os bêbados e até os cachorros quando tudo parecia acabado. Afinal, palhaço pode tudo, ou quase tudo... (in *folha de dourados*, 2/12/2020).

Espectáculos circenses eram, de fato, comuns na Feira Livre da rua Cuiabá. Aliás, conforme Ilson Boca Venâncio, a prática de apresentação artística nas feiras é bastante utilizada por diversas categorias, pois: “O artista mambembe, ao chegar à cidade, procura a feira para mostrar o seu trabalho, a feira passa a ser um ponto de referência para o artista que passa pela cidade” (in *folha de dourados*, 15/9/2020). Quanto às atrações proporcionadas pelos artistas do circo, *O Progresso* registrou várias delas, tanto em matérias que apresentavam a repercussão dos eventos, como também em pequenas notas, convidando a população para prestigiar os espetáculos que envolviam, por vezes, artistas de destaque nacional, como foi o caso do Circo

Amarillo, “um dos mais importantes grupos circenses do país” (*O Progresso*, 15/7/2015, p. 21 e edições posteriores), e do espetáculo Circo de Um Homem Só, originário de Salvador/BA que esteve na cidade por conta da programação artística do III Festival Internacional de Teatro de Dourados (cf. *O Progresso*, 3 e 4/9/2011, p. 9). Os artistas “pratas da casa”, além de utilizarem a Feira Livre para ensaios, também se serviam dela como vitrine dos eventos culturais, a exemplo da III Mostra de Palhaços (cf. *O Progresso*, 12/12/2012, p. 23) e do Arte na rua da Cia. Boitatá (cf. *O Progresso*, 2/12/2013, p. 9).

Vitrine de cultura e também de história, como ocorreu quando o jornalista César Cordeiro apresentou no *Caderno B* o poeta Amir Tadeu com seu museu itinerante, passando pela Feira Livre e apresentando “reliquias valiosas que retratam a história dos 80 anos de Dourados e da Colônia Agrícola” (*O Progresso*, 9/9/2015, p. 21).

A Feira Livre é, em sua forma inata, espaço de produção e manifestação cultural. Percebi, durante o processo de análise das fontes da imprensa, que houve a intenção de utilizá-la nesse âmbito através de um projeto do Legislativo municipal. O projeto Espaço Aberto, de autoria do vereador Eduardo Marcondes (PMDB), tinha como objetivo estruturar a Feira Livre como palco de apresentações culturais de artistas locais, sendo aprovado através da Lei nº 2458, de 5 de dezembro de 2001¹⁷⁷. A Fundação Cultural e de Esportes (FUNCED) ficou responsável pela organização do calendário de apresentações artísticas e pela montagem de um palco, com estrutura e técnico de som para viabilizar as apresentações (cf. *O Progresso*, 8/5/2007, p. 13). Por outro lado, ao consultar as edições d’*O Progresso* não encontrei divulgação nem repercussão desse projeto posteriormente à sua publicação oficial. Porém, em maio de 2007 o mesmo vereador, em sua segunda legislatura, “ressuscitou” o projeto e esse foi implementado durante algum tempo. Na ocasião, Eduardo Marcondes comemorou tal feito: “Fico feliz em saber que, após ‘dormitar’ por cinco anos, finalmente nossa lei vai sair do papel” (in *O Progresso*, 8/5/2007, p. 13). Em agosto de 2007 a dupla Marcos e Odair deu início a esse projeto se apresentando com repertório de músicas sertanejas e de moda de viola (cf. *O Progresso*, 29/8/2007, p. 21). No entanto, aproximadamente após um ano, as matérias apontaram que o projeto não era mais realizado e que Eduardo Marcondes solicitava sua manutenção (cf. *O Progresso*, 3/7/2008, p. 18).

¹⁷⁷ Essa lei faz parte da documentação constante no Dossiê Feira Livre e também pode ser acessada no *site* da prefeitura municipal: <https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/Lei-n%C2%BA-2458-Disp%C3%B5e-sobre-a-cria%C3%A7%C3%A3o-do-Programa-Espa%C3%A7o-Aberto.pdf>. Acesso em 26 fev. 2022.

Outras iniciativas culturais tornaram, por vezes, a Feira Livre um palco. Palco de teatro, através do popular “teatro de rua” (cf. *O Progresso*, 6 e 7/9/2008, p. 20); das intervenções artísticas das diversas edições do Festival Universitário de Teatro de Dourados (Festudo), que objetivava a descentralização dos espetáculos e a arte com impacto social (cf. *O Progresso*, 15/9/2004, p. 3; 18 e 19/9/2004, p. 2); o projeto Palco Itinerante, que levou artistas mirins locais e as fanfarras das escolas da rede municipal de ensino para a Feira Livre (cf. *O Progresso*, 13/12/2010, p. 17; 22/12/2010, p. 20); as inúmeras peças teatrais apresentadas durante a programação das várias edições do Festival Internacional de Teatro de Dourados (FIT) (cf. *O Progresso*, 3 e 4/9/2011, p. 9; 14/9/2012, p. 23 e edições subsequentes); Mostra Independente de Dourados (cf. *O Progresso*, 1/4/2012, p. 23) e outras tantas manifestações culturais profissionais e populares, naturais do ambiente da Feira Livre, onde, ao final de cada apresentação, “se passava o chapéu” como forma de apoiar e garantir a sobrevivência dos artistas. Desse modo, a exemplo de alguns títulos das matérias analisadas, na Feira Livre de Dourados havia o clima de: “Dourados respira teatro”, “Dourados respira cultura”. E eu diria além... Dourados respira poesia.

“Poesia não compra sapato, mas como andar sem poesia?” O autor dessa inquietante pergunta poética, um dos maiores referenciais da cultura douradense, o poeta Emmanuel Marinho, também fazia das ruas da Feira Livre a vitrine para seus versos musicais, ao se apresentar de cima de uma bicicleta ou tocando uma pequena sanfona. Ilson Boca Venâncio, ao entrevistá-lo, o caracterizou como um “artista popular que fala a língua do povo”, um arte-educador:

[...] consciente da importância do artista junto ao povo, [que] leva seu trabalho às praças e feira livre. Participa de circuitos literários de poesias nas bibliotecas pelo Brasil afora e nunca deixa faltar um tempo para ir a nossa Feira Livre, às vezes para as compras, outras vezes para levar a sua poesia a este espaço de convívio popular. Quando isso acontece há muita alegria com a sua poesia, música e cantoria, que encanta a todos, de todas as idades, pois o povo sempre se identifica com seus artistas (in *folha de dourados*, 12/2/2021).

Os espetáculos *A bicicleta do poeta* e *Encantares, o musical* também se destacaram enquanto intervenções artísticas urbanas e tiveram seus lançamentos realizados na Feira Livre (cf. *O Progresso*, 29/8/2014, p. 9; 19 e 20/12/2014, p. 9). A presença desse artista na Feira Livre, para Lopes; Ramires; Rodrigues (2014, p. 9), ao recitar seus poemas e vender seus livros, proporcionava ao ambiente “um caráter de cultura imaterial”. Nesse sentido, é perceptível como o trabalho artístico de Emmanuel Marinho possui profunda relação com o popular, sendo a feira um lugar significativo nesse contexto. E como escreveu Ilson Boca Venâncio em um de seus

artigos: “Artista na feira é pura alegria. Sempre que eles chegam brota felicidade. [...] Eles representam o lado feliz e crítico do povo – com eles o povo chora e ri. Ou chora de rir” (in *folha de dourados*, 12/2/2021).

Um outro tipo de arte, um outro tipo de performance. No mesmo lugar, buscando o mesmo intento: se expressar culturalmente, estar mais próximo às pessoas e interagir com o público. Era isso que o Mestre Guerreiro fazia em sua roda de capoeira instalada, por diversas vezes, na Feira Livre. “Mestre Guerreiro sempre estava presente na feira livre da Rua Cuiabá”, escreveu Ilson Boca Venâncio, em um de seus artigos. Ao ser questionado sobre “a paixão que sentia pela feira”, lembrou ao articulista que, como nordestino, suas origens relacionam a feira como “o maior ponto de convergência da população, onde todos se encontram, e tudo acontece ali na feira. Quem quer vender e quem quer comprar, todo mundo vai pra lá, canta o artista, o repentista, mamulengo, cordelistas, todo mundo vai à feira”. Nesse sentido, entendendo a Feira Livre como “espaço democrático e mágico”, recorre a ela como extensão de seu cotidiano, bem como local de destaque para sua atividade cultural e esportiva, durante os finais de semana: “Aqui comigo é assim! A gente treina na academia durante a semana, no domingo vem para a feira jogar capoeira” (in *folha de dourados*, 19/10/2020).

Algumas edições d’*O Progresso* também registraram a participação de Mestre Guerreiro em rodas de capoeira na Feira Livre, como por exemplo, por ocasião do VI Encontro de Confraternização e Vivência na Capoeira, evento beneficente em prol da Casa da Divina Providência que destacou, em sua programação, uma apresentação para o público frequentador da feira num final de sábado de 2007 (*O Progresso*, 15 e 16/12/2007, p. 16). Acredito ser importante ressaltar que em 2011 Mário Alves dos Santos, o Mestre Guerreiro, foi homenageado em Brasília com o prêmio Viva Meu Mestre, oferecido pelo Iphan em reconhecimento ao trabalho dos mestres de capoeira do país. Mestre Guerreiro foi o único sul-mato-grossense contemplado com esse prêmio. Em tempo, vale lembrar que a roda de capoeira e o ofício dos mestres de capoeira são bens culturais de grande expressão no país, sendo registrados pelo Iphan em todos os estados brasileiros, assim como na federação (ambos em 2008). A roda de capoeira também foi chancelada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como patrimônio cultural imaterial da humanidade (em 2014).

4.2.4. Os protagonistas desse palco: com vocês, os feirantes!

“E como é pesado o dia a dia!” Disse o cronista e ex-feirante Julio Bernardo ao recordar do trabalho árduo de seus tempos de feira na cidade de São Paulo. Ele compara seu trabalho como feirante, ainda na juventude, com as demais funções profissionais que exerceu ao longo do tempo: “Tudo o que eu fiz depois da feira achei bico, inclusive estar à frente de um movimentado restaurante no bairro de Pinheiros” (BERNARDO, 2014, p. 23).

Trabalho pesado, com inúmeras adversidades derivadas do montar e desmontar bancas e barracas por vários dias da semana. Há, inclusive, a instabilidade do clima como fator importante e, por vezes, decisivo nas práticas cotidianas dos feirantes, sobretudo quando a feira é realizada em ambientes abertos ou nas ruas. Um dos mais antigos feirantes de Dourados, senhor Eneias, falou sobre esse assunto: “Sei que tem dificuldades, tem a chuva, vem o sol e até tempestades, mas tudo passa, tudo é da natureza, e a gente acostuma e vai tocando em frente” (in *folha de dourados*, 31/12/2021). Ainda no campo das dificuldades para o enfrentamento do trabalho, creio que feirante deve dormir pouco ou, se quiser ter uma boa noite de sono (um pedaço da noite, na verdade), precisa dormir cedo, pois nas feiras: “O movimento na rua começa ainda na madrugada, e o resultado final, com as barracas todas montadas, descortina um espetáculo lindo de ver, numa espécie de circo de aromas, cores, sabores e sons” (BERNARDO, 2014, p. 24), ou seja, no final das contas, segundo o cronista e ex-feirante, o resultado se apresenta válido e compensador.

Sato (2012) apresenta esse cenário auroral, em que somente os trabalhadores participam como se fossem cenógrafos, pois o palco e as vitrines já devem estar montados quando a plateia começar a chegar.

Aos poucos, os feirantes vão chegando, o barulho sinaliza o tipo de atividade que se faz, os vazios vão sendo preenchidos num ritmo descompassado, numa aleatoriedade previsível. As ruas vão sendo transformadas, pouco a pouco, na feira livre. Alguns, às 5h30, já têm suas bancas montadas, e sob o breu, feirantes preparam calmamente, a exposição das mercadorias; outros ‘encostam o caminhão’ quando a claridade do dia já permite reconhecer os rostos (SATO, 2012, p. 96).

Minha intenção, nesta parte do texto, é mostrar alguns desses rostos, para além das histórias dos/com feirantes apresentadas nos capítulos anteriores. Não através de fotografias, mas das experiências e vivências dos feirantes na Feira Livre da rua Cuiabá relatadas nas fontes da imprensa. Infelizmente, devido à pandemia de Covid 19, não foi possível entrevistá-los durante o processo de busca e produção de fontes nessa pesquisa. Dessa forma, o recorte realizado na seleção dos sujeitos que serão apresentados, ou seja, na perspectiva “de quais rostos mostrar”, foi estipulado pela fonte, mais propriamente através da *folha de dourados*, e ainda

tendo mais uma camada de análise, a interpretação (de teor memorialístico) do articulista Ilson Boca Venâncio, que publicou diversos artigos no periódico citado sobre os feirantes e a Feira Livre da rua Cuiabá e suas antecessoras, intitulando-os *Nossa Feira Livre, personagens e suas trajetórias de vida* e, como subtítulo, apresentava o nome do/da feirante e, em algumas vezes, o produto ao qual era vinculado. Assim, destaco algumas dores e amores, cores, cheiros e sabores, histórias dessa gente que vende e vive na/pela feira, os protagonistas desse “grande palco público [em que] não há separação rígida entre atores e espectadores, pois as contínuas interações operam distinções momentâneas [...] em que palco e plateia se alternam continuamente” (SATO, 2012, p. 114).

Conforme foi possível observar através das fontes analisadas, muitos feirantes em Dourados eram/são nordestinos. Dos mais antigos, como senhor Valdemar e dona Geralda, que começaram seu trabalho na feira vendendo porcos e galinhas abatidos e frutas produzidas na CAND, passando por um de seus filhos, Edvaldo, o Dula, representando a segunda geração de feirantes que nasceu e/ou foi criada na Feira Livre, atestando que: “essa é uma cultura familiar, que vem de gerações”. Seguindo o ofício de seus pais, Dula vendia frutas “do quintal” e coco gelado na Feira Livre da rua Cuiabá, na qual suas memórias são vinculadas e expressas no campo da tradição e da relação dos feirantes com a feira:

Nós nascemos e fomos criados nessa feira, para mim que tenho sangue de cultura nordestina, a feira é o melhor lugar para trabalhar. Vir à feira e encontrar os amigos de infância sempre dá prazer, nós trabalhamos com a alegria e satisfação de quem está servindo ao próximo (in *folha de dourados*, 4/12/2021).

Outro exemplo de ofício passado de pai para filho é o do senhor Fernando e seu filho mais velho, Reginaldo. De origem pernambucana, senhor Fernando chegou a Dourados com sua família em 1985 e logo passaram a comercializar alimentos na Feira Livre da rua Cuiabá. As bancas de pai e filho ficavam lado a lado e apresentavam grande diversidade de produtos, muitos deles vendidos a granel, dispostos em sacas: variedades de feijão e farinhas, amendoim, gergelim, urucum, milho, café cru, torrado ou moído, rapadura, conservas e pimentas. Essa diversidade, conforme aponta Ilson Boca Venâncio, representa a tradição nordestina que o feirante Fernando espera nunca perder. Produtor e chacareiro, mantém a característica e a identidade dos primeiros feirantes, ainda colonos: “A gente realiza um comércio na feira livre com tudo que produzimos” (in *folha de dourados*, 19/4/2021).

A rede familiar foi um aspecto evidente na Feira Livre da rua Cuiabá. Muitas famílias se constituíram e formaram novas gerações tendo nela o ambiente de trabalho gerador de renda e o convívio social. Constatações como a de Aroldo Nantes, quando afirmou “que foi com o

ganho na banca na feira que criou e educou seus três filhos” (in *folha de dourados*, 1/10/2021), são comuns entre os feirantes. Valdecir França de Lima, sua esposa Neusa e seus três filhos são um dos vários exemplos nesse sentido. Migrante baiano, senhor Valdecir chegou a Dourados com seus pais em 1963 se instalando em uma chácara pertencente ao atual município de Glória de Dourados. Logo começou a vender produtos a granel na Feira Livre. “Lembra da antiga feira cercada de árvores e relembra que naquele espaço os seus filhos cresceram e se firmaram como ele como feirantes” (cf. Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 13/1/2021). Afirmando que passou a maior parte de sua vida trabalhando na feira, o feirante Valdecir, após ensinar aos filhos o ofício, observa seu legado ser repassado também aos netos.

“A gente começou há muitos anos, criou filhos e netos aqui na feira, vendendo assim com a banca na rua”, disse o senhor Eneias Ribeiro Marengo ao recordar um dos momentos de sua trajetória como feirante, sendo que tal ofício, atualmente, está sob a condução da terceira geração de sua família. “Agora eu só venho à feira pra me distrair, passear, me acostumei, agora tenho que vir”, evidenciando que o trabalho de feirante, com o tempo, se tornou mais ameno, se incorporou ao cotidiano de sua vida, além de se configurar numa prática mais prazerosa. Apesar do trabalho de várias décadas, senhor Eneias avalia que “na feira cada momento é inédito”, pois: “A imagem nunca se repete, nunca é igual. Isso faz com que a rotina não canse”. De origem paulista, começou vendendo ervilha pelas ruas da cidade e na feira, quando essa ainda era localizada na rua Santa Catarina. Utilizava como meio de exposição uma cesta adaptada em cima de uma bicicleta e, posteriormente, de uma carroça. Depois que conseguiu adquirir uma banca, aumentou e diversificou sua oferta de produtos: cereais, mandioca, banana, abacate. Na Feira Livre da rua Cuiabá comercializava também laranja, maxixe, jatobá, quiabo, jabuticaba, ou seja, alimentos produzidos em seu próprio quintal, ofertados de acordo com a sazonalidade climática. Nessa feira, percebeu as mudanças que as décadas imprimiram nos frequentadores, caracterizando-a para além de um lugar, mas também como uma prática social que atravessou gerações: “A gente vê crianças ainda pequenas, virem com seus pais, depois as vê já adultas com seus filhos vindo à feira!”. Acompanhando o passar do tempo, senhor Eneias permaneceu no palco da Feira Livre, “como personagem e plateia, interpretando e assistindo, este teatro vivo da vida real”, conforme a análise do articulista do periódico local (in *folha de dourados*, 22/9/2020).

Outra família bastante tradicional na Feira Livre é a de Paulina Oshiro, de ascendência japonesa. Seu pai, Takami Morikawa, começou as vendas de forma ambulante, de “porta em porta”, ou em pontos de maior movimento de pessoas na cidade, ainda na década de 1960. A família, além de exercer a função de feirante, é também produtora de hortaliças, e com o tempo

se destacou na produção de tomates. Em 1988 Paulina se casou com o feirante Nobuo Oshiro e logo veio o primeiro filho, Eder. Para conciliar as atividades de trabalho e as maternais, questão muito presente entre as feirantes, ela contou que: “Agilizava trazendo o filho no bebê conforto, deixando em cima da banca onde pudesse atender os fregueses, sem perder esse contato mãe-filho e clientes. E assim foi também com o segundo filho Wagner” (in *folha de dourados*, 11/11/2020). As memórias de Paulina fizeram-me perceber que, ainda hoje nas feiras, apesar de cada vez menos frequente, é possível observar alguns filhos e as filhas de feirantes ainda crianças entre as bancas, outros, um pouco maiores, começam a aprender o ofício, arrumando a produção nas bancas, abordando os clientes para vender os produtos ou pesando-os e embalando-os e até mesmo recebendo o dinheiro e fazendo o troco. Afinal, quem é que nunca foi atendido por uma criança ou adolescente numa feira? Nesse ponto, cabe lembrar que a legislação brasileira proíbe o trabalho a menores de quatorze anos, no entanto, devido às práticas de trabalho de feirantes serem exercidas, em grande parte, por grupos familiares, conforme já contextualizado, essa situação ainda se faz presente em algumas feiras, evidenciando, em alguma medida, as contradições entre a realidade cotidiana e as disposições legais. Lopes; Ramires; Rodrigues (2014, p. 8) também apresentaram suas percepções, a partir das observações relacionadas ao trabalho e a convivência das famílias de feirantes de origem japonesa na Feira Livre da rua Cuiabá:

Observa-se que as crianças japonesas também ajudam a família, elas cortam verduras, ajudam a atender e arrumar as mesas. Acredita-se que estas crianças estão sendo ensinadas para seguir a geração dos próximos anos, assim como há pessoas que foram ensinadas por seus pais e avós a estarem ali.

Após o falecimento do marido, Paulina se uniu às irmãs, Eliza e Nilza, e também com a ajuda do filho Eder, prosseguiu em seu trabalho que dura entre 12 e 15 horas a cada oferta da feira. No artigo publicado na *folha de dourados*, ela revelou a compreensão da importância de se produzir e comercializar alimentos saudáveis, dada pela intrínseca relação com a terra que a acompanha nos mais de trinta anos de profissão:

A gente sabe que vai precisar sempre da terra, por isso cuida dela com carinho, pois é dela que tiramos o nosso sustento, vendendo na banca. [...] a maioria de verduras e legumes comercializados aqui na nossa feira livre, é produzida de forma natural sem o uso de veneno, ou qualquer defensivo químico que possa vir a causar danos à saúde (in *folha de dourados*, 11/11/2020).

Santos (2019) também entrevistou a feirante (que conversou com a pesquisadora de cima de seu caminhão ao mesmo tempo em que organizava as mercadorias) e afirmou que atualmente ela possui a maior banca de verduras do Espaço Feira Central João Totó da Câmara,

estando localizada em seu principal acesso. Sobre sua trajetória de trabalho nas feiras de Dourados, Paulina Oshiro avaliou que: “Para ser feirante todos os dias tem que gostar do que faz, na vida de feirante eu conquistei várias freguesas, clientes e amigos, é gostoso o contato de vida” (*apud* Santos, 2019, p. 116). Um acontecimento trágico na história dessa família é o fato de que o feirante Nobuo Oshiro faleceu por conta de um acidente de trabalho. Ainda de madrugada, ao preparar os materiais e produtos que seriam levados para a feira, uma ferramenta pesada caiu sobre seu pé e, “pensando que suportaria a dor daquela machucadura, continuou com o trabalho, o que resultou em um tétano que o levou a morte” (*folha de dourados*, 11/11/2020).

Para além das vendas de gêneros alimentícios distribuídos estrategicamente pelas bancas, embalados em variadas porções, em sacas destinados para a venda a granel, *in natura* ou minimamente processados e diversas outras modalidades de exposição e comercialização, há também os feirantes que são (re)conhecidos pelos produtos que vendem. Os ícones gastronômicos da Feira Livre de Dourados são, sem dúvidas, o pastel e a garapa. No entanto, antes de abordar essa “dupla culinária”, que inclusive faz parte de minhas memórias de infância, não há como negar, diante da análise das fontes pesquisadas, as memórias dos frequentadores da feira, ainda quando essa funcionava na rua Santa Catarina. Tais memórias culinárias geralmente são voltadas ao saudosismo do espetinho da banca da família Kanashiro, que, ao que parece, foi pioneira no campo de alimentação pronta voltada ao público noturno, sobretudo. Alguns leitores da *folha de dourados*, bem como o próprio articulista, lembram desse cenário já mencionado em capítulo anterior nesta pesquisa, conforme é possível notar nos trechos: “Recordo-me, quando saía à noite, no sábado à noite, ia à feira comer espetinho com mandioca amarelinha [na] barraca dos Kanashiro” (cf. Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 22/9/2020); “O melhor espetinho da feira que comi até hoje foi na barraca do Kanashiro! Depois da balada invariavelmente eu passava na feira pra comer, isso 45 anos atrás! Saudades daqueles tempos” (cf. Fernando Bola in *folha de dourados*, 22/9/2020, comentários à parte). Interessante perceber que ainda em 1965 *O Progresso* já mencionava a relevância desse equipamento na Feira Livre, identificando que até mesmo os fiscais da prefeitura (que estariam na feira por conta de sua atividade profissional) também saboreavam os espetinhos da banca dos Kanashiro (cf. *O Progresso*, 7/7/1965, p. 6). Uma curiosa nota na coluna social *Realce com Nilza* foi publicada em 1981 e, apesar de não citar especificamente a família Kanashiro, leva-me a crer que a ela estava se referindo. Além do espetinho acompanhado de mandioca, menciona também o sobá, prato tradicional japonês e, a julgar pela nota, frequentar a banca dos Kanashiro indicava um certo *status* aos douradenses naquele contexto.

O MAIOR “COQUELUCHE” douradense ultimamente vem sendo nos finais de semana após Degrau, Festinhas e a Formiga, ou mesmo antes da novela das oito é uma esticada até a feira para saborearem o delicioso "SOBÁ" e o tradicional churrasquinho com mandioca da barraca da simpática família nipônica. Portanto, se você ainda não tem aonde terminar sua noite, chegue junto com o pessoal que está agitando a Feira Livre. Autoridades locais marcam presença na noite de sábado por lá... confira... (*O Progresso*, 17/3/1981, p. 8, caixa alta do original).

Outro sucesso noturno da Feira Livre nos finais de semana foi o frango assado. A partir de 1996, quando foi noticiada a estruturação da Feira Livre por setores, foi possível notar a comercialização desse produto que, com o passar do tempo, se tornou tradicional e presente nas memórias dos frequentadores. O sucesso do prato pode ser atestado em uma das matérias veiculadas em 1997, quando um dos feirantes, João Francisco dos Santos, disse já ter vendido 250 frangos em um final de semana (cf. *O Progresso*, 14/11/1997, p. 8). Já em 2013, na coluna *Atenta*, o jornalista César Cordeiro evidenciou a prática cultural já consolidada entre os frequentadores da Feira Livre, conforme título de sua nota: *Frango da madrugada*:

A feira da Rua Cuiabá jamais será esquecida e a mudança de local ainda nem aconteceu e a gente já sente saudades de quando ia comer um frango à noite ou nas madrugadas, o reencontro com amigos, tudo isso vai ficar no passado, mas é natural que tenha fim (*O Progresso*, 12/6/2013, p. 19).

O mesmo discurso rememorativo ocorreu em 2015, quando o jornalista citado acima, em tom saudoso, publicou a nota *Velhos Tempos*, na qual, em determinado ponto, questionava: “Qual dos douradenses nunca se deslocou nas noites de sábado à feira livre para comer um saboroso frango assado ou espetinho?” (*O Progresso*, 7/7/2015, p. 11). Cabe ressaltar que essas notas vinham acompanhadas do contexto das discussões da mudança de local da Feira Livre. Numa outra matéria, a jornalista Ana Ostapenko rememorou alguns aspectos da feira, categorizando-a como “comércio afetivo”. Em certo momento, utilizando uma pitada de humor e de saudade, escreveu que a Feira Livre “guarda muita história, quem nunca passou de madrugada, depois de uma balada, pra comer pastel ou frango assado que atire o primeiro repolho!” (in *O Progresso*, 4/9/2018, *online*).

Café, mel, doces em barras e em compotas. Esses eram os produtos pelos quais a banca de Nelson Felix dos Santos ficou conhecida, no entanto, um deles lhe rendeu um apelido: Nelsinho do Café. Aliás, o cheiro do café torrado e moído chama a atenção dos clientes, além de ativar a memória olfativa e afetiva relacionada ao ambiente das feiras. Trabalhando desde 1996 na Feira Livre, utiliza os ganhos financeiros das vendas para agregar à sua renda de aposentado (cf. Santos, 2019, p. 119). No entanto, afirma que a relação cotidiana com os clientes é que, de fato, o motiva, por conta da criação dos laços de amizade: “Posso dizer que a

opção pelo trabalho como feirante foi uma ótima escolha [...] Esse contato com as pessoas que vêm a feira me faz bem, as amizades que a gente faz com a freguesia é muito saudável, assim a gente sente prazer em vir trabalhar” (in *folha de dourados*, 23/10/2021).

Algumas feirantes mulheres também se destacavam pelos alimentos que preparavam e comercializavam. Uma delas é a paranaense Eunice Batista Lima dos Santos, a Eunice da Pamonha. Sua barraca, transformada posteriormente em quiosque, ficava na esquina da avenida Presidente Vargas com a rua Cuiabá. Como o local também servia como sua residência, era possível comprar, além da pamonha, curau e sopa paraguaia todos os dias e não somente aos finais de semana, quando a Feira Livre funcionava. Através da elaboração de pratos típicos derivados do milho, ofício que aprendeu com seu pai, dona Eunice sustentou sua família, a qual, atualmente, a quarta geração convive no ambiente da feira. Nesse sentido, ela pontuou: “Hoje eles podem exercer a profissão que escolheram, mas mesmo tendo outros trabalhos, a cultura da tradição da pamonha e a tradição da feira livre continuam” (in *folha de dourados*, 25/11/2020). Acredito ser importante salientar que não foi possível averiguar se dona Eunice mudou o seu negócio para o Espaço Feira Central, pois, conforme exposto, seu quiosque funcionava de forma fixa na Feira Livre da rua Cuiabá.

Quem foi à Feira Livre da rua Cuiabá ou frequenta outras feiras de Dourados pode dizer não conhecer a cearense Francisca Juvita dos Santos, mas provavelmente conhece a Deda da Tapioca. “Sua barraca na área de alimentação da Nossa Feira da Rua Cuiabá era uma das mais movimentadas, e também uma das maiores, aonde eu ia com amigos, local onde os artistas gostavam de parar para se apresentar” (cf. Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 5/5/2021). Aprendeu a fazer a tapioca com seu sogro e herdou de seu pai, que foi feirante por vinte anos, a banca na Feira Livre. Inovou na variedade dos recheios, salgados e doces, vegetarianos, tendo um cardápio bastante diversificado. No início das vendas, seu produto não teve boa aceitação, provavelmente por não fazer parte dos hábitos alimentares dos douradenses, mas, aos poucos, as vendas foram crescendo e a barraca Tapioca da Deda se tornou conhecida e apreciada pelos frequentadores da feira. Nesse sentido, ela justificou: “O bom de vender um bom produto, é que quem come uma vez fica freguês, ainda faz a propaganda” (in *folha de dourados*, 5/5/2021). Eu mesma observei, em algumas oportunidades em que consumi seu produto, que, além da tapioca recheada, o freguês de dona Deda poderia adquirir a farinha de tapioca produzida por ela artesanalmente, além de pães caseiros. E acrescentaria que a simpatia dessa feirante no trato com os clientes é sua marca registrada, o que vai ao encontro de seu depoimento para Santos (2019, p. 123): “Deda diz que sente saudade dos clientes, ‘não troco essa vida de Feira por nada’”.

Mas... e o pastel e a garapa? Seguramente uma tradição de muitos frequentadores da Feira Livre, ao finalizarem suas compras do final de semana, ou mesmo sem a intenção de realizá-las, tendo por objetivo a ida à feira somente para apreciar o passeio, o bate-papo com os amigos e a degustação desses dois ícones culinários. A exemplo, trago o depoimento da professora Zélia Nolasco Freire, que em artigo autoral publicado na imprensa local afirmou: “[...] sempre que é possível vou à feira: passear, andar, beber garapa, comer pastel e entre uma barraca e outra, muita conversa” (in *O Progresso*, 10 e 11/7/2010, p. 2). Vários feirantes “garapeiros” se destacaram nessa atividade na Feira Livre da rua Cuiabá. Uns associavam as máquinas de moer cana ao lado de suas bancas com outros produtos, outros tinham seus pontos físicos mais próximos à área de alimentação pronta e se dedicavam à dobradinha “garapa e pastel” ou algum outro salgado que pudesse atrair a atenção do cliente. Esse foi o caso do feirante Antônio Carlos Benites, mais conhecido como Batata, da Garaparia do Batata, na qual a responsabilidade pela feitura dos salgados era de sua mãe, Nina. Dona Nina, de origem paraguaia, vendia salgados para os estudantes da escola Presidente Vargas, quando ainda nem havia cantina nessa escola. Posteriormente, já acompanhada pelo filho Batata, “tocou a cantina” do CEUD por um bom tempo. Na garaparia instalada na Feira Livre se destacavam, além da garapa gelada pura e suas versões com suco de limão ou abacaxi, os acompanhamentos: pasteis, rissoles e chipas de dona Nina (cf. *folha de dourados*, 24/12/2020). O feirante Batata, através de sua garaparia, estabeleceu boas relações com clientes e vizinhos, as quais repercutiram recordações saudosas, conforme é possível perceber em um comentário de leitor: “Me lembro do Batata, quando a feira era na rua Cuiabá, eu morava bem próximo a sua garapeira, uma ótima lembrança” (cf. Antônio Carlos Nascimento in *folha de dourados*, 24/12/2020, comentários a parte).

Outra família de origem paraguaia que também se tornou tradicional na Feira Livre no ramo dos pasteis é a Romero, da Pastelaria Guarani. O comércio foi montado logo que a feira passou a funcionar na rua Cuiabá, já que a família possuía sua residência nesse local. Dessa forma, a senhora Maria Cristaldo Romero e seu filho mais velho, João, começaram a produzir e vender um “pastel (empanado) muito popular em sua terra natal (com um diferencial no recheio onde se tempera com cheiro verde e ovos cozidos)” (cf. Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 5/10/2020). Com o passar do tempo, o comércio se desenvolveu e a família cresceu, sendo o espaço que a Feira Livre ocupou (tanto fisicamente como simbolicamente) bastante significativo para os Romero, extrapolando o sentido para além das atividades de trabalho, mas, sobretudo, estando relacionado ao sentido de lar: “[...] o comércio não tem fim unicamente lucrativo. Que ali [rua Cuiabá/Feira Livre] é sua casa, onde foi criado junto com

seus pais e irmãos, onde está imprimindo a história de sua família” (cf. Daniel Romero in *folha de dourados*, 5/10/2020).

Outro produto de destaque na Feira Livre e que faz parte da tradição gastronômica do estado do Mato Grosso do Sul é a mandioca. Um dos artigos de Ilson Boca Venâncio evidencia esse aspecto: *A tradição da mandioca em Dourados*. Nesse artigo, a história da família Souza é apresentada tendo como fio condutor a mandioca, principal produto comercializado na Feira Livre pelas várias gerações dessa família. Contextualizando a importância da mandioca nas práticas alimentares dos consumidores, o articulista aponta que:

[...] a demanda para boa mandioca no final de semana é muito grande. O produto tem que ser bom e não pode deixar o freguês sem a mandioca na mesa, além de ser insubstituível para acompanhar um bom churrasco, é matéria prima para diversos pratos tradicionais regionais e nacionais (in *folha de dourados*, 31/8/2021).

Os irmãos Antônio e Manoel de Souza, originários da Bahia, iniciaram o trabalho na Feira Livre há mais de 40 anos. Casaram-se, tiveram filhos e netos e esses, com o tempo, assumiram as bancas de vendas de mandioca. Um dos filhos do feirante Antônio se dedicou à venda de temperos. Dessa forma, primos e primas compartilhavam o ofício de feirantes. Interessante notar que o artigo é acompanhado de várias fotos, algumas evidenciando o trabalho na feira, a plantação e preparação do produto para a venda, e outras, são retratos de família, sendo que, em um deles, é possível perceber que a família é numerosa. Outro ponto que chamou-me a atenção no texto é a percepção do articulista com relação ao trabalho de Josias, filho do feirante Manoel, já falecido. O relato é, em alguma medida, rememorativo, e revela impressões e conhecimentos próprios de quem conhece e consome a mandioca há muito tempo, sendo essa “um produto tradicional na mesa do douradense” (expressão utilizada pelo feirante Josias in *folha de dourados*, 31/8/2021).

Quando cheguei para conversar com Josias, ele estava conversando com um amigo enquanto descascava a mandioca fazendo com que a casca se soltasse com facilidade. Ele descasca em tira como se fosse uma laranja e a casca vai crescendo rapidamente, sempre atento na conversa e nos fregueses que se aproximam para comprar. Entre nós consumidores, quando a mandioca solta a casca tão facilmente, é porque acreditamos que cozinhará com a mesma facilidade, sem panela de pressão, bastando alguns minutos para sentirmos aquele aroma gostoso de mandioca cozida no ar. [...] Pelo tempo que fiquei ali com ele na banca, observando o movimento dos fregueses, uns chegam para comprar, outros para pegar o já encomendado anteriormente, segue na sua atividade sem parar de descascar até a última raiz (cf. Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 31/8/2021).

“Nem só de pão” viviam os clientes da Feira Livre da rua Cuiabá, mas também da apreciação da arte e da beleza. Digo isso porque alguns feirantes comercializavam outros tipos de produtos, não propriamente relacionados ao alimentar o corpo, mas sim direcionavam sua produção para “nutrir a alma” dos clientes. E nesse sentido, algumas feirantes mulheres se destacaram, como por exemplo, a senhora Adelaide, que por mais de três décadas comercializou peças variadas de artesanato e crochê (cf. *folha de dourados*, 1/1/2021). A feirante Catarina Kamura, com sua banca de flores silvestres que chamava a atenção dos clientes através dos sentidos do olfato e da visão. Além dos arranjos florais, ela, seus irmãos e irmãs comercializavam frutas e verduras da época e doces de origem japonesa, a exemplo do Yaki Manju (cf. *folha de dourados*, 28/10/2020).

A arte e a cultura indígena foram representadas pelo casal de origem Guarani Kaiowá Roberto Chipê e Kunha Yxapy (Argemiro Arce e Antônia)¹⁷⁸. Começaram com o trabalho na Feira Livre quando esta era ainda na rua Santa Catarina e, desde então, comercializam flechas, colares, cocares e outros adereços que expressam sua cultura tradicional: “Quando a gente vende nossas peças, cópias originais dos adereços sagrados da nossa cultura, aproveitamos o diálogo para falar o que significa para nós cada objeto” (cf. Antônia in *folha de dourados*, 3/4/2021). Ao complementar sua fala, o esposo reivindica sua identidade, afirmando “que é preciso preservar a cultura do seu povo, que é a prova da sua existência”. O casal não possuía banca fixa na Feira Livre da rua Cuiabá, já que preferia ir ao encontro dos clientes, sobretudo os visitantes esporádicos e turistas que se locomoviam por aquele ambiente. Além do artesanato tradicional, vendiam também alguns frutos silvestres tradicionais de nossa região, de acordo com a sazonalidade da oferta. Dentre esses, guavira, jatobá, jenipapo, caraguatá (usado para o preparo de xaropes). Com relação à comercialização de peças de artesanato, Lopes; Ramires; Rodrigues (2014, p. 7) destacam a variedade, a autenticidade, a questão identitária e a produção familiar como aspectos relevantes na cultura indígena:

[...] esses produtos são: brincos, cocais [sic], bandejas de frutas, arco e flecha, colares, pulseiras, objetos para prender os cabelos, objetos de madeira e chocalhos. Todos estes artesanatos produzidos por eles são de plantas, folhas, madeiras, sementes, ou seja, confeccionados com utensílios adquiridos na própria aldeia, tornando assim, mais verdadeiros os produtos (relata indígena).

¹⁷⁸ Nesse ponto, compartilho algumas percepções pessoais sobre a questão de haver “dois nomes” para a mesma pessoa. Muitos indígenas utilizam, além de seu nome original, um outro adaptado ao não indígena, o qual consta em seus documentos de identificação que são fornecidos pelos órgãos competentes. Já alguns japoneses que vieram para a região utilizam, além de seus nomes originais, um outro “abrasileirado”. Penso que essa estratégia tem a intenção de facilitar a comunicação com o “outro” por conta da dificuldade em pronunciar corretamente os nomes originais.

Cabe notar que os produtos alimentícios e os artesanais são diferentes dos comercializados pelos feirantes não indígenas, não são derivados de uma produção ampla direcionada ao comércio, mas sim, colhidos e utilizados de acordo com a oferta natural durante o ano. A mandioca, o milho verde, a manga e algumas ervas medicinais também faziam parte das vendas, de forma eventual (cf. *folha de dourados*, 3/4/2021).

No campo da medicina tradicional é importante ressaltar a figura do raizeiro, muito comum nas feiras livres, profissional que comercializa e detém o conhecimento tradicional relacionado às ervas medicinais. “Não só as conhece – sabe para qual tipo de doença é indicada, como também sabe colher e fazer a poda para retirar folhas, galhos, sementes e raízes e sabe ainda o tempo apropriado para fazer tais procedimentos” (cf. Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 18/11/2020). Dentre os vários raizeiros que já passaram pela Feira Livre, menciono o trabalho realizado pelo feirante Milton Valdes Camargo desde 1976, quando iniciou sua atividade comercializando cereais como uma segunda ocupação, já que era funcionário da prefeitura municipal. Em 1994 passou a se dedicar exclusivamente às ervas medicinais. Aposentou-se do serviço público em 2000, no entanto, continuou com sua atividade de raizeiro na Feira Livre.

A partir do seu envolvimento com o ramo das ervas, senhor Milton passou a se dedicar cada vez mais ao assunto, participando de estudos, simpósios e conferências. Durante um tempo, a convite da Universidade Federal da Grande Dourados ele participou como “mateiro” [conhecedor dos elementos curativos presentes nas matas] em projeto naquela instituição de ensino, repassando para alunos e pesquisadores os seus conhecimentos práticos (cf. Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 18/11/2020).

O Progresso trouxe, na edição de outubro de 1996, um pouco do conhecimento relacionado aos produtos naturais de Celestino Dionísio Batista, outro raizeiro. Ao apresentar a banca do senhor Celestino, o jornalista Élvio Lopes chama a atenção do leitor:

Diferente, na feira livre, é a banca de Celestino Dionísio Batista, que há dez anos vende diversos tipos de plantas e raízes medicinais, pimenta do reino em grãos e o legítimo fumo do Nordeste. São produtos naturais para melhorar a digestão, curar alguns tipos de doenças e até para emagrecer, como o conhecido Chico Magro. Para cada planta, geralmente dessecada e raiz, “seo” Celestino tem na ponta da língua a explicação sobre seus efeitos, orientando o cliente sobre a forma de preparo e ingestão, bem como dos efeitos colaterais para alguns casos. Para o consumidor que aprecia o tradicional palheiro o feirante tem uma variedade de fumo de corda, utilizado também pelos mais antigos para mascar (*O Progresso*, 7/10/1996, p. 8).

Em tempo, acredito que seja interessante mencionar algo que a pesquisa revelou através das leituras sobre o tema, bem como com a análise das fontes: no Brasil, os feirantes têm um

dia dedicado à comemoração de sua atividade. O 25 de agosto foi escolhido por marcar o início da oferta de feira de rua em São Paulo, no ano de 1914. Essa feira ocorria no Largo General Osório, no bairro paulistano de Santa Efigênia (cf. informações disponíveis no site da Ceagesp: <https://ceagesp.gov.br/comunicacao/noticias/25-de-agosto-e-o-dia-do-feirante/>. Acesso em 26 maio. 2022). Em Dourados, a imprensa local mencionou a data comemorativa algumas vezes, a partir da década de 1980. Em 1983, na edição comemorativa do aniversário de Dourados (20 de dezembro), o dia do feirante é apresentado juntamente com outras efemérides (cf. *O Progresso*, 20/12/1983, p. 40). Posteriormente, foi tema de matérias a partir da década de 2000. A reportagem de João Rocha (que teve chamada de capa com fotografia apresentando o cotidiano da Feira Livre), que ocupou meia página do caderno *Dia-a-dia*, se dedicou a entrevistar alguns feirantes e a apresentar os pontos positivos e negativos da profissão. As condições climáticas, a concorrência desleal dos supermercados, a falta de infraestrutura e de apoio da administração pública foram apontadas pelos feirantes como fatores que dificultavam o exercício da atividade, no entanto, segundo o jornalista, “foi unanimidade entre os entrevistados, a amizade, como o principal fator de motivação no trabalho” (*O Progresso*, 25/8/2003, p. 20). As demais matérias se direcionam a relacionar o dia do feirante com pautas do momento, como por exemplo: o despejo dos feirantes da área onde funcionava a Feira do Produtor (*O Progresso*, 25/8/2005, p. 18); a mudança da feira para o Jardim São Pedro (*O Progresso*, 26/8/2015, p. 11); a análise do Senado ao Projeto de Lei que instituiu o dia nacional do feirante (*O Progresso*, 5/1/2018, p. 3); a oferta de produtos orgânicos na feira do Parque dos Ipês (*O Progresso*, 26/8/2018, p. 11). Cabe registrar que a Lei nº 3018, de 11 de dezembro de 2007, instituiu o dia municipal do feirante, a ser comemorado anualmente no terceiro sábado de agosto, integrando, dessa forma, o calendário oficial de eventos de Dourados (cf. lei publicada em *Diário Oficial*, Dourados, 27 dez. 2007, p. 3).

4.3. As margens e os marginalizados da Feira Livre

Na intenção de compreender as diversas dinâmicas sociais apresentadas no ambiente da Feira Livre, acabei por identificar nas fontes pesquisadas um elemento de análise que transita tanto no campo geográfico como no sociológico: a questão das margens. Margem aqui entendida, tanto no sentido literal, como no metafórico: contorno externo, borda, periferia e, além disso, seus derivados: marginal, marginalizado.

Conforme já mencionado no 2º capítulo, a julgar pelos diversos espaços que a feira ocupou na cidade com o passar dos anos, a cada mudança de local realizada pelo poder público,

ocorria um novo deslocamento da área central em que estava naquele momento e, nesse sentido, a Feira Livre foi aos poucos se distanciando do centro da cidade ou, em certa medida, margeando-o. Embora a política de planejamento urbano municipal não evidencie a intencionalidade do deslocamento da Feira Livre da centralidade urbana ao longo das décadas, é possível assegurar que isso ocorreu diante das diversas problemáticas de ordem estrutural e social que se apresentavam em cada local em que a feira funcionou (também em decorrência da ampliação do núcleo urbano ao longo do tempo) e ainda, do recorrente propósito político de tornar Dourados mais moderna e associada ao progresso. E, nesse sentido, a Feira Livre enquanto equipamento público dotado de características sociais e culturais específicas poderia se tornar um entrave ao argumento da modernidade do centro urbano que preconiza, entre outros aspectos, ruas limpas, trânsito fluido e a ausência de determinados sujeitos sociais, conforme abordarei mais à frente.

Por outro lado, penso ser importante, além de refletir sobre as problematizações relacionadas à questão da Feira Livre ser (re)colocada à margem da área central urbana quando das suas alterações de locais de funcionamento, notar as diversas práticas comerciais e sociais nas margens da feira e, ainda, perceber, através das fontes, os sujeitos estabelecidos socialmente nesse âmbito.

Calado (2013) apresenta uma crítica social com relação à questão da mudança da feira de Campo Grande, o que me parece ser interessante para se refletir, observadas as especificidades, também sobre o contexto da feira de Dourados: “A Feira Central exclui o popular e fortalece que ele seja alocado nas periferias, num movimento previsto pelos planos urbanísticos de retirar o povo da região central da cidade. Esse mesmo povo que constrói a cidade é visto como refúgio da sociedade” (CALADO, 2013, p. 91). A autora citada ainda apresenta as mudanças no contexto social e de trabalho no ambiente da feira de Campo Grande, quando da sua alteração de local em 2004. Sujeitos marginalizados ou excluídos do cenário, sujeitos operacionalizados para atuar nas margens e sujeitos que, estando às margens da cidade, não se sentem pertencentes à área central na qual passa a funcionar o equipamento público.

O carregador, o guardador de carros, o sanfoneiro, o *hippie*, o deficiente físico, são exemplos de pessoas que foram afastadas da Feira. Os guardadores de carros, ou “flanelinhas”, foram registrados como trabalhadores ligados à Feira, receberam uniformes e são em número definido pela Prefeitura. O *hippie*, ou artesão, não pode mostrar seu trabalho no espaço da Feira. E os frequentadores de bairros afastados não se animam em estar na Feira toda semana, pensam em ir à Feira como vão ao *shopping* (CALADO, 2013, p. 91-92).

Em Dourados, a venda de produtos em caminhões, sobretudo frutas, é um dos exemplos do comércio que era realizado nas margens da Feira Livre. Conforme já apresentado anteriormente nesta pesquisa, a julgar pelos conteúdos das fontes da imprensa, a venda dos produtos que não eram adquiridos pelos feirantes através dos caminhoneiros (que traziam a produção da região Sudeste principalmente) passava a ocorrer posteriormente nas extremidades da Feira Livre, sendo que essa prática, em alguns momentos, causou conflitos entre feirantes e caminhoneiros, pois esses, muitas vezes, comercializavam os produtos aos consumidores com preço abaixo do vendido aos feirantes, com o objetivo de findar seus estoques, prejudicando, dessa forma, o comércio entre feirantes e consumidores. Uma das edições da *folha de dourados* mostra que o feirante Antônio Cláudio já exerceu o ofício de motorista de caminhão, trazendo laranjas do interior de São Paulo para serem vendidas em Dourados. Suas memórias foram publicadas no periódico, através do registro do articulista Ilson Boca Venâncio:

Lembra que naquela época os caminhões com as frutas ficavam estacionados na ponta da feira, lugar para fazer as vendas, próximo à Igreja Assembleia de Deus, local designado pela feira para parada e comercialização de frutas na Rua Cuiabá. Tempos bons de muita venda, relembra que em Dourados não havia muitos depósitos de frutas e nem a concorrência de grandes supermercados, aí o abastecimento era feito no final de semana. Nos caminhões, ele vendia laranjas, mas havia caminhões com melancias, melões, abacaxis, manga e outras frutas. Os caminhões ficavam estacionados na esquina [rua Cuiabá com rua Independência] e tanto o consumidor da feira quanto o varejista do pequeno comércio de frutas, mercadinhos, quitandas e mercearias, vinham comprar as frutas para revendê-las em seus estabelecimentos comerciais. Aquela esquina nos finais de semana se transformava em um ponto de venda em atacado e varejo (in *folha de dourados*, 17/10/2021).

Observo que, em meio ao texto publicado, há algumas fotos referentes à Feira Livre da rua Cuiabá e também dois documentos de identificação. Um deles, emitido pela prefeitura municipal, através da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, identifica o senhor Antônio Cláudio como trabalhador na divisão de abastecimento – feiras livres; setor: caminhão. O outro é uma carteira de sócio da Associação dos Feirantes da Grande Dourados (AFGD) na qual consta o nome, filiação, data de nascimento e, no verso, o número do registro geral de identificação e a data da aprovação da admissão na associação: 5/11/1990. Nesse sentido, é interessante notar que o feirante, que à época da entrevista para a *folha de dourados* já não era mais caminhoneiro e há algumas décadas havia fixado moradia em Dourados, dedicando-se na ocasião à venda de pamonha e curau na feira, preocupou-se em guardar fotografias e registros de sua atuação profissional ao longo dos anos, os quais, no tempo presente, se tornaram fontes

históricas que atestam suas vivências e, além disso, retratam parte da história da Feira Livre de Dourados.

Outro feirante, Antônio Carlos Chicarelli, conta que sua família chegou a Dourados na década de 1970, se estabeleceu em Vicentina, onde se dedicaram principalmente ao plantio do algodão. Frutas, verduras e legumes eram plantados em menor quantidade, mas mesmo assim havia excedente de produção, o qual era comercializado na região. Anos mais tarde, descobrindo um ponto estratégico de vendas (a Feira Livre de Dourados) e tendo como produto principal de venda, o abacaxi, decidiram apostar: “Trouxeram 3500 abacaxis, e venderam todos. Semana seguinte aumentaram a carga, vendendo tudo novamente e com o tempo chegou a vender dois caminhões em final de semana” (cf. Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 10/12/2020). Ao ler o depoimento do feirante Antônio Carlos (que, assim como seu homônimo Antônio Cláudio, iniciou seu ofício com a comercialização de produtos utilizando o caminhão como meio de transporte, armazenamento, bem como expositor de sua produção para a venda ao consumidor), percebo que posteriormente ambos migraram do caminhão instalado nas margens da feira para suas próprias bancas, localizadas e demarcadas no seu interior, fixando suas atividades na Feira Livre. Outro ponto de confluência de opiniões presente nas falas desses e de vários outros feirantes é a questão do aumento da concorrência comercial com o passar do tempo, sobretudo com os grandes mercados. Nesse sentido, para Antônio Carlos, que além de feirante era produtor dos alimentos que vendia, “a única saída para o pequeno [produtor] é vender direto para o consumidor [...] que acaba adquirindo o produto mais barato e fresquinho” (in *folha de dourados*, 10/12/2020).

Depoimentos de outros três feirantes chamaram-me a atenção em meio às edições da *folha de dourados*. Eles comercializavam seus produtos às margens da Feira Livre, no entanto, não possuíam nem utilizavam caminhões para tal prática. Em comum, a origem: feirantes indígenas da etnia Guarani Kaiowá. O relato do feirante Ateleu Rolin é bastante interessante pois indica, entre outros aspectos, o início do processo das relações comerciais e sociais entre indígenas e não indígenas em Dourados. Para construir seu relato, ele utiliza suas memórias de infância e também sua ancestralidade, “o que os mais antigos contavam”. Nesse sentido, ele aponta que, de ambas as partes, havia o interesse em trocar objetos: “Nossas plantilhas começaram a ser trocadas por botinas, calça e camisa, que passaram a ser necessários para quem tinha que conviver com a cidade”¹⁷⁹. Aos poucos a venda ambulante se tornou hábito para os

¹⁷⁹ Com relação ao termo plantilha, Queiroz, em comentário à margem da primeira versão deste capítulo (maio 2022), esclareceu que “a plantilha, ou *plantilla* (em espanhol), era um calçado rústico feito com tiras de couro e um solado rígido. Na época em que as conheci, nos pés dos índios de Dourados, a sola era feita de borracha retirada

Guarani Kaiowá que traziam para os bairros da cidade seus produtos alimentares como mandioca, milho, cana, batata doce, abóbora, palmito, frutas, ervas, além de peças do artesanato tradicional como flechas, colares, cocares. Com a criação da Feira Livre, alguns moradores das aldeias preferiram, ao invés de se locomover pelas ruas da cidade, realizar suas vendas nesse local. No entanto, “como não possuíam uma banca, **ficavam nas bordas da feira** para comercializar os seus produtos, outros andavam pela feira vendendo seus artesanatos de flechas e colares” (cf. Ilson Boca Venâncio in *folha de dourados*, 6/3/2021, destaques meus). Feirante há mais de trinta anos, o senhor Ateleu Rolin herdou a banca na Feira Livre de seu sogro Nestor Isnard, que, segundo ele, era um dos mais antigos feirantes de Dourados. Aqui aponto uma questão: em nenhuma das outras fontes pesquisadas encontrei o registro de um feirante indígena como sendo um dos primeiros a trabalhar nas feiras da cidade (o que seria muito plausível, levando em conta o contexto histórico de trocas de produtos apresentado no depoimento do senhor Ateleu Rolin), e provavelmente isso se deve à recorrente invisibilização e marginalização dos povos indígenas em Dourados. Retomando, o senhor Ateleu Rolin, consciente da contribuição do trabalho de seu povo enquanto produtor de gêneros alimentícios e da importância de sua expressão identitária, afirmou: “A aldeia sempre produziu muito para vender na feira, diretamente na banca, também como ambulante ou como fornecedor para a revenda. O fato da aldeia ser próxima da cidade sempre facilitou os negócios” (in *folha de dourados*, 6/3/2021).

O casal Antônia e Argemiro Arce também mencionou o aspecto relacionado à localização de seu ponto de venda na Feira Livre: “[...] tinha um espaço **no final da feira** entre a Avenida Presidente Vargas e [rua] Cafelândia **que era permitido para a aldeia**, logo aquele local ficou conhecido como o ponto da mandioca [...]” (in *folha de dourados*, 3/4/2021, destaques meus). Em outro momento, “a prefeitura disponibilizou uma banca para eles [indígenas] venderem artesanato na feira, mas que ele mesmo [Argemiro] só foi um dia. Não se sentiu à vontade”, dando preferência à venda na feira de forma ambulante na qual poderia realizar um contato mais próximo com as pessoas: “[...] assim a gente vai atrás do freguês, conversa com ele, fala da nossa cultura e o significado de cada peça do nosso artesanato” (in *folha de dourados*, 3/4/2021). Diante de tais depoimentos e das vivências neles contidas não há como não realizar uma crítica sobre as práticas diferenciadas de tratamento do poder público direcionadas aos feirantes indígenas e não indígenas, na perspectiva da ocupação dos espaços

de pneus de automóvel, mas imagino que, antes, eram usados outros materiais. Era um calçado típico dos indígenas de nossa região e, ao que parece, também do Paraguai. No CDR há uma réplica de *plantilla*, que foi mandada confeccionar por um memorialista de Ponta Porã”.

disponíveis e nas condições de trabalho na Feira Livre. Na verdade, é sabido que, apesar dos indígenas Guarani Kaiowá e Terena produzirem e comercializarem alimentos bastante presentes na mesa dos douradenses, como por exemplo, a mandioca, o milho, a banana, a abóbora, entre outros, além da diversa produção artesanal, a representação desses povos não é diretamente ligada nem possui destaque positivo no campo do comércio convencional. Ao contrário, de acordo com a análise que apresentarei mais adiante, a representação do indígena na Feira Livre foi muito mais relacionada aos aspectos negativos, conforme foi possível atestar nas fontes da imprensa local.

Em tempo, acredito ser importante mencionar que em abril de 2019 foi criada, por agricultores indígenas, a Feira Agroecológica da Reserva Indígena de Dourados, com foco na comercialização de gêneros alimentícios e artesanatos. De acordo com Gonçalves (2021, p. 18), a participação de mulheres feirantes foi preponderante e os produtos comercializados, tendo como público principal a própria comunidade indígena, tanto da aldeia Jaguapiru como da Bororó, eram variados e ofertados de acordo com a sazonalidade da produção: caldo de cana, batata-doce, banana, abóbora, peixe, legumes, queijo, ovos, pimenta, quiabo, limão, palmito, cenoura, hortaliças como alface e rúcula, além de pães, bolos e peças de artesanato. Ao dialogar com um casal de indígenas que recentemente comercializava mandioca pelas ruas de meu bairro fui informada de que essa feira não está mais ocorrendo e que sua oferta teve fim durante a pandemia de Covid 19. Outro ponto importante a se mencionar é a questão de se promover uma feira oferecida exclusivamente por indígenas já foi objeto de discussão em alguns momentos através da imprensa local. Desde a década de 1980, esporadicamente, membros do Legislativo municipal propuseram/propõem algum projeto nesse sentido¹⁸⁰. Exemplo disso é a solicitação do vereador Áureo Garcia Ribeiro (PMDB) ao Executivo municipal para a doação de uma área na cidade na qual os indígenas produtores de hortifrutigranjeiros pudessem comercializar seus produtos (cf. *O Progresso*, 27/4/1984, p. 1).

Ainda no contexto das margens da Feira Livre, a representação depreciativa relacionada à insalubridade do local é também vinculada à presença de determinados sujeitos, os quais compreendo, através das fontes analisadas, como marginalizados no ambiente da feira, mas também de forma estigmatizada na sociedade. Essa constatação, ao que parece, faz parte de um contexto histórico de formação das feiras livres, conforme é possível notar na análise de Araújo

¹⁸⁰ Notei também a divulgação de um outro projeto, ainda em 1978, denominado Projeto Araporã, que teve como objetivo a capacitação de quinze famílias da Reserva Indígena de Dourados com técnicas de horticultura, a fim de melhorar e aumentar a produção de dezesseis tipos de hortaliças, tendo como foco a comercialização na Feira Livre (cf. *O Progresso*, 28/4/1978, p. 1). Informo ao leitor que há uma cópia do Projeto Araporã no CDR para eventuais consultas.

(2011). A pesquisadora, que estudou feiras do Brasil e de Portugal, observou que “[...] a feira é considerada espaço de ‘pobre e de sujeira’, o qual, desde sua formação, sempre foi visto como lugar de marginais, de prostitutas, de jogadores, saltimbancos, ladrões e mendigos” (ARAÚJO, 2001, p. 30).

Em Dourados, a *Mendicância na Feira Livre* (título da matéria) foi apontada pelo jornal *O Progresso* já no final da década de 1970, quando o vereador Joel Pizzini (ARENA) solicitou à Secretaria Municipal de Saúde a remoção dos pedintes do local. A justificativa apresentada pelo vereador era o risco de contaminação, mencionando “vários indigentes com feridas expostas que plantam-se diante das bancas, através de moscas que pousam nessas feridas e nos alimentos colocados a venda” (*O Progresso*, 15/12/1978, p. 5). O incômodo social causado pela mendicância teve exposição na imprensa local também nas décadas seguintes, sendo que, recorrentemente, o foco desse tipo de matéria foi a população indígena. Uma chamada de capa intitulada *Os "cata-xepa" da feira-livre da rua Cuiabá*, a qual era acompanhada por uma foto com a legenda *Menina-índia catando restos de alimentos deixados na feira da rua Cuiabá: uma cena comum aos domingos*, apresenta uma das realidades sociais que grande parte da população indígena de Dourados vivencia em seu cotidiano. O jornalista e escritor Nicanor Coelho assinou a matéria, que, em minha percepção, apresenta elementos de crônica e de denúncia, ao retratar uma das problemáticas mais marcantes de nossa cidade. Nesse sentido, preferi inserir o texto em sua totalidade, em respeito à importância do conteúdo e, sobretudo, em respeito aos indivíduos expostos que ainda são, recorrentemente, estigmatizados e marginalizados socialmente.

Enquanto a feira-livre existir, a xepa e os xepeiros sobreviverão. As sobras de frutas, verduras e outros alimentos perecíveis da feira-livre da rua Cuiabá têm destino certo. Antes dos Garis e Margaridas da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos passarem as vassouras nas sobras, dezenas de crianças indígenas fazem a festa. Não sobra nada para os caminhões de lixo. A xepa, como é conhecida popularmente a sobra da feira, é disputada com unhas e dentes pelos Mitã-i (criança pequena em Guarani) que enchem seus sapicuaís de laranja, cebola, batata, repolho, tomate, alface, acelga, pepino, rabanete, cenoura, banana e tudo o que achar pela frente. De tudo que é velho e torto os cataxepa, transformam para si ambrosia. As meninas Flávia Agüero, Cimara de Souza e Aveliana Benites, com 10, 11 e 8 anos de idade, não perdem um fim de feira. Com o surrão cheio de hortaliças amarrotadas e frutas entortadas, as três índias Caiuá percorrem uns trezentos metros para depositar o que conseguiram numa carroça que estava sendo cuidada por Marilda Gimenez, mãe delas. Cimara foi enfática ao afirmar que a xepa de ontem vai para alimentação dos porcos. Envergonhada, a garota correu para a carroça deixando para trás Flávia e Aveliana que desmentiram a irmã mais velha. Flávia disse que as sobras que conseguem “dá para comer a semana inteira”. Enquanto as garotas arrumam alimentos, a mãe que tem vergonha de “catar lixo” prefere esperar na carroça. Esta prática é comum para os índios que

tempos atrás tinham de dividir a xepa dos mendigos e “o pessoal do asilo dos velhos”, como atesta Aparecida Arce, também da tribo Caiuá. Aparecida, com 33 anos de idade, todos os domingos vai à feira com seus nove filhos em busca da sobra das barracas. Cida disse que os alimentos que catam no fim da feira representam basicamente toda a comida dos seus filhos. Antes de catar a xepa, Aparecida fica numa esquina da feira tentando vender peças de artesanato. Ontem ela conseguiu vender as dez peças que trouxe da Aldeia. Somente por volta das 14 horas é que Aparecida reúne seus filhos, todos menores de 18 anos, para catar os alimentos. Somando a trupe de Aparecida com os demais índios, são mais de vinte pessoas que todos os domingos “limpam a feira”. Para os lixeiros da Prefeitura resta apenas a sobra dos índios. A feira acabou, as barracas foram desmontadas, os feirantes foram descansar e os índios voltaram para aldeia. Domingo que vem a história se repetirá e enquanto a feira existir a xepa e os xepeiros sobreviverão (*O Progresso*, 9/10/1995, p. 4).

Durante o final da década de 1990 e o primeiro semestre de 2000 é possível notar diversas matérias que trazem à tona a mendicância na Feira Livre, tendo, como sujeitos em destaque, indígenas. Percebo que essas matérias foram publicadas em diversos cadernos: *Cidade*; *Dia-a-dia*; *Opinião*; *Polícia*. Nesse sentido, é importante salientar que as denominações dos cadernos no periódico revelam, em grande medida, as intenções e inclinações das matérias/jornalistas/editores contidas neles. A exemplo, trago um trecho de matéria, publicada no caderno *Cidade*, na qual o periódico local explora o assunto: “Recentemente *O Progresso* denunciou adultos e crianças indígenas mendigando as sobras de verduras e legumes jogados no chão na Feira Livre da rua Cuiabá” (*O Progresso*, 11/1/1998, p. 7). Aqui cabe um ponto: O que pode parecer estranho atualmente, ou seja, o ato de pessoas mendigarem sobras de alimentos jogados no chão e isso ser um fato plausível para denúncia pública através da imprensa, na verdade, em 1998, não era visto dessa forma. Isso porque a mendicância só deixou de ser contravenção penal no Brasil em 2009, através da Lei nº 11983¹⁸¹.

Com o título: *Mendigos aglomeram-se em esquina movimentada* (destaque meu), no caderno *Dia-a-Dia* é publicado: “Na sexta-feira passada pelo menos oito deles estavam naquele local, a maioria índios que aproveitam a feira-livre para ‘garimpar’ alimentos e outras coisas que consideram ter alguma utilidade para eles” (*O Progresso*, 26/1/2000, p. 12). A matéria é acompanhada de uma foto, na qual é possível visualizar sete pessoas, estando assim legendada: *Mendigos posam para a foto; eles estavam na esquina da igreja Assembleia de Deus, perto da feira*. De fato, a esquina entre as ruas Cuiabá e Independência é localizada no limite oeste da

¹⁸¹ Cabe salientar que essa Lei revogou parte do Decreto-Lei nº 3688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das contravenções penais). Nesse sentido, o artigo 60 dispunha que mendigar, por ociosidade ou cupidez, era contravenção penal, no qual se previa a pena de prisão simples de 15 dias a três meses. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3688.htm. Acesso em 8 abr. 2022.

Feira Livre. Na edição posterior, no caderno *Opinião*, expressando o posicionamento do periódico, o título chama a atenção: *Farrapos humanos*, cujo conteúdo revela que “alguns deles são índios que nos finais de semana saem da Reserva para ficar perambulando pela feira-livre, ‘garimpando’ alimentos e às vezes trocando-os por cachaça” (*O Progresso*, 27/1/2000, p. 2). Por fim, como num trágico ciclo de problemática social, o jornalista Élvio Lopes destacou na primeira página do caderno *Polícia: Indígena é morto por andarilho em bar*. O conteúdo apresenta os sujeitos envolvidos: Antônio da Cunha (andarilho) e Francisco Rocha (indígena); o crime: assassinato através de um golpe no tórax utilizando-se de uma tesoura; local: rua Cuiabá, início da Feira Livre, sábado à noite; a motivação: “uma bebedeira” seguida de um tapa no rosto em um dos envolvidos (cf. *O Progresso*, 5/6/2000, p. 8).

Em 2001, na edição de 19 de abril, data institucionalizada em 1943 durante o governo de Getúlio Vargas para “comemorar o dia do índio”, foi publicado n’*O Progresso* um artigo de opinião editorial, no qual é possível perceber algumas das representações vinculadas à população indígena de Dourados. Apesar de os editores do periódico aparentemente se colocarem a favor da comunidade indígena (de uma forma inusitada e questionável, inclusive), exaltando que: “A sociedade do homem branco, **descendente dos europeus**, deveria se envergonhar pela forma como ela vem tratando as **comunidades aborígenes**” (destaques meus), é notável como os preconceitos e os julgamentos são incorporados ao texto¹⁸².

A Reserva é um ambiente triste, tem ares de um local que perdeu a vida e boa parte dos índios é vista sempre cabisbaixa, inconformada com o destino, sem saber o amanhã. Daí vêm os suicídios, o alcoolismo, a fome, a loucura, a morte por inanição, os casos de tuberculose, as intrigas internas por um domínio discutível, a milícia que mais judia do que protege e a mendicância nas ruas da cidade, na feira livre e nos estacionamento dos supermercados (*O Progresso*, 19/4/2001, p. 1).

As diversas percepções negativas vinculadas às representações da comunidade indígena no ambiente da Feira Livre foram, por várias vezes, publicadas no caderno *Opinião* do periódico local ou em editoriais com títulos tendenciosos, como por exemplo: *Invasão indígena* (*O Progresso*, 30/8/2005, p. 2)¹⁸³. Um artigo de opinião, assinado por José Alberto Vasconcellos, trata desse tema, vinculando a imagem dos indígenas, sobretudo, com a miséria e o alcoolismo,

¹⁸² Informo ao leitor que, ao lado desse texto, há um outro, esse sim contributivo para a exaltação da memória dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul. Intitulado *Breve história do povo Guató*, foi escrito pelo arqueólogo, historiador e professor Jorge Eremites de Oliveira (*O Progresso*, 19/4/2001, p. 2).

¹⁸³ Ironicamente, ao lado desse editorial, há um artigo de autoria de Wilson Matos da Silva, intitulado *Como ficam as políticas públicas indígenas*. O autor se apresenta como “índio residente na Aldeia Jaguapiru, Advogado, Pós-graduado em Direito Constitucional, Presidente do Comitê de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas do MS” (*O Progresso*, 30/8/2005, p. 2).

algo recorrente nas fontes da imprensa analisadas, e, eu arrisco a dizer, no imaginário de parte da população douradense¹⁸⁴.

Nas feiras livres aos sábados e domingos, pode-se ter uma amostragem do que seja a miséria de que falamos, e que vem dizimando os nativos – os mais simplórios e incultos – das etnias Kaiwa e Guarani. Mulheres indígenas maltrapilhas e famintas, em companhia das suas crianças, percorrem o local na esperança de ganhar algumas migalhas de comida. Índios alcoólatras, no mesmo local, buscam arrecadar algumas moedas, para comprar cachaça (*O Progresso*, 27 e 28/10/2012, p. 2).

Além da miséria e do alcoolismo, a desnutrição infantil indígena foi retratada n’*O Progresso* como uma das “chagas sociais” de Dourados, como é possível notar nesse trecho: “[...] encontramos na feira livre, nos finais de semana, algumas mães indígenas com seus filhos: crianças subnutridas, com as pernas da grossura de um dedo, procurando restos de comida” (*O Progresso*, 27 e 28/6/2015, p. 2), o que expõe e reitera, como contexto social, maior vulnerabilidade social de mulheres e crianças. Em outro momento, o editorial *A aldeia que virou favela* analisou o contexto de forma a interpretar e julgar os motivos que faziam que os indígenas “esquecessem de sua cultura”, ou, por que não dizer, esquecessem qual era o seu lugar no contexto social e econômico em Dourados.

Aqui tem-se o exemplo do índio que está se esquecendo da sua cultura porque a cidade oferece atrativos que ele, discriminado pela cultura capitalista, não consegue obter, e encontram no suicídio uma forma de mostrar a sua revolta e fugir do sofrimento; do aldeiano que busca restos de lixo no aterro sanitário; do que fica catando sobras de comida na feira-livre e outros que ficam perambulando as ruas vendendo raízes e gastando o dinheiro com cachaça (*O Progresso*, 26/3/1996, p. 2).

Por outro lado, o caderno *Opinião* também expressou críticas à sociedade douradense, com relação à forma como os indígenas eram/são vistos, ou melhor, invisibilizados no cenário urbano. O acadêmico do curso superior de Letras, Marcos Lúcio Góis, teve seu artigo *Os silenciados* publicado em dezembro de 2008, do qual extraí alguns trechos:

Outro dia, um mexeu no meu lixo. Não me incomodei. Por que deveria? Estão sempre na feira da rua Cuiabá. Quem quiser vê-los, aos sábados pela manhã passe lá. Irá encontrá-los catando legumes, frutas, verduras. [...] São partes da paisagem, iguais aos buracos. E iguais a estes, sempre que incomodam, cobramos de quem nos governa: elimine-os! [...] Eram os filhos da floresta, onde a terra esposava a luz, onde vivia em campo aberto a tribo dos homens

¹⁸⁴ José Alberto Vasconcellos foi advogado, escritor e membro da Academia Douradense de Letras. Na vida política exerceu a função de vereador pelo PMDB (1987-1988) e advogado geral do município na gestão de Antônio Braz Melo (1989-1992). Escrevia n’ *O Progresso* esporadicamente no caderno *Opinião*, mas também em outros periódicos locais, como *folha de dourados* e *Dourados News*. Faleceu em junho de 2019. Disponível em: <https://www.camaradourados.ms.gov.br/noticia/camara-destaca-papel-de-ex-vereador-jose-alberto-vasconcellos-em-dourados>. Acesso em 26 abr. 2022.

nus... Eram guerreiros ousados. Ontem simples, fortes, bravos. Hoje míseros desenraizados, sem luz, sem ar, sem razão... (*O Progresso*, 2/12/2008, p. 1).

Iracy de Aguiar Quadros lembra que na Feira Livre da rua Cuiabá muitos indígenas pegavam as sobras de alimentos que não seriam mais comercializadas pelos feirantes devido a sua baixa qualidade para o consumo. Essa prática, muitas vezes, era realizada durante a oferta da feira, pois os feirantes já separavam os produtos inadequados para a venda em caixas que ficavam no chão, abaixo das bancas: “[...] o índio ia catando o que eles [feirantes] vão jogando nas caixas, uns pegam a metade, outros pegam um pouquinho”. No entanto, lembra também que não eram somente indígenas que precisavam recorrer a esse recurso para poderem se alimentar: “Não era só os índios. Tinha de toda gente aqui, tinha muita gente aqui que pegava. Oito e meia... nove horas já tinha gente catando nas caixas já... a pessoa já pegava. Os coitados vinham pegar. Chegava em casa, aproveitava a metade, será?” (QUADROS, 2021).

Esse cenário também foi apontado na imprensa local nas décadas de 1990 e 2000. No caderno *Cidade*, o jornalista Osmar Santos denunciou que *Famílias pobres mendigam na Feira Livre*. O conteúdo traz como exemplo a situação de uma mulher identificada pelas iniciais de seu nome (M. A. S.), de 42 anos, residente na Vila Cachoeirinha, um dos bairros periféricos de Dourados. Lavadeira, com cinco filhos e o marido desempregado, recorreu às sobras da Feira Livre como única alternativa para a alimentação da família: “Não temos condições de comprar legumes e verduras e muito menos frutas. Então recolhemos estes restos da feira. Em casa faço uma seleção dos melhores, retiro a parte podre e lavo em água fervendo” (in *O Progresso*, 14/11/1997, p. 8). Segundo o feirante José Leonardo Albuquerque, o que chamou de “infestação de pessoas que mendigam por alimentos” no ambiente da Feira Livre “começou há cerca de quatro a cinco anos, e que a cada dia vem aumentando ainda mais o número, principalmente de mulheres e crianças”. O jornalista também aponta para um outro tipo de prática comercial relacionada às sobras dos produtos não vendidos aos fregueses da Feira Livre durante os finais de semana: *Camelôs também compram restos de feira (até estragados) para comercializarem em ponta de rua* (subtítulo da matéria). Ao se aproximar o fim da feira, no domingo, os produtores vendiam os hortifrútis sobrantes aos camelôs a preços consideravelmente abaixo dos praticados nas bancas, e esses passavam a revendê-los nas “pontas de rua”, termo utilizado na matéria para identificar os locais “margens” da Feira Livre, onde a concentração de pedintes era mais acentuada.

Cabe notar que na mesma página do periódico há outra matéria, a qual evidencia uma crise financeira instalada no campo comercial da cidade e que repercutia fortemente na Feira Livre. Com o título: *Em 41 anos, feira livre passa pela pior crise*, é apresentado o cenário de

queda de 40% do movimento de clientes e 25% de redução dos preços dos produtos, ou seja, a crise social refletia a crise econômica apresentada naquele contexto (cf. *O Progresso*, 14/11/1997, p. 8). Ao que parece, diante da quantidade de matérias tendo o tema da mendicância como foco, essa realidade se fez muito presente na década de 1990. Grande parte das vezes as crianças e os adolescentes eram os que pediam alimentos e esmolas (cf. *O Progresso*, 8/7/1994, p. 2). O jornalista Osmar Santos já havia realizado uma crítica social sobre essa questão quando em 1993 publicou no caderno *Geral* a matéria intitulada *Dourados de muitas Somálias*. Ao afirmar que: “A miséria é uma realidade em Dourados. Só não vê quem não quer”, convidou seus leitores a irem à Feira Livre e observarem o ambiente por algum tempo.

É fácil identificarmos os feirantes que desmancham suas barracas para ir embora e os que chegam para colher os restos de legumes jogados pelo chão. É uma rotina todos os domingos, ao final da feira livre, às 12:00 horas, encontrarmos crianças, velhos, senhores e senhoras, vasculhando os lixos deixados pelos feirantes (*O Progresso*, 12/1/1993, p. 14).

Nesse ponto, cabe ressaltar que esse cenário de precariedade social e econômica não era exclusivo da Feira Livre de Dourados. Sato (2012) observou essas mesmas questões, durante sua pesquisa, em algumas feiras de São Paulo:

Senhoras e crianças recolhem as sobras de alimentos da feira. São frutas, legumes e verduras desprezados; são ovos trincados que perdem seu valor de troca, mas a qualidade dessas sobras é irrepreensível. Mesmo durante o andamento das atividades de comercialização, algumas pessoas aproximam-se dos montes de folhagens desprezadas, cortadas das couves-flores, das beterrabas, dos rabanetes e das cenouras para alimentar animais ou para utilizá-los numa ‘mistura’ (SATO, 2012, p. 171).

Na verdade, esse contexto também faz parte da dinâmica de funcionamento das feiras, que se iniciava durante as madrugadas com a organização dos espaços e a montagem das bancas e se encerrava, no caso da Feira Livre da rua Cuiabá, com a aproximação do horário de almoço nos domingos, com a popular prática da xepa, da doação e do descarte.

No domingo na desmontagem das barracas e término da feira, pode-se ver o que fazem com os restos de comida que vendem, alguns jogam no lixo, outros dão a pessoas que vivem na rua que não tem condições de comprar e esperam o fim da Feira para pedirem, já outros doam às instituições que fazem caridade, ou seja, sempre fazem algo para descartar até porque no outro final de semana não poderão vendê-los novamente por que são produtos perecíveis (LOPES, RAMIRES; RODRIGUES, 2014, p. 9).

Por outro lado, em Dourados, a problemática da população em situação de rua, que tinha como um de seus locais de concentração a Feira Livre, foi objeto de discussão nas páginas d’*O Progresso* também nos anos posteriores. “São homens, mulheres, crianças, brancos e índios, de

todas as idades”, escreveu o jornalista César Cordeiro. Notei que a matéria traz uma foto, a qual estava legendada: *Flagrante mostra tristeza de idoso sentado ao chão*. A julgar pelo conteúdo publicado, tal situação surpreendeu até mesmo a secretária municipal responsável pela pasta da assistência social, Ledi Ferla, que ao frequentar a Feira Livre pôde observar a situação precária em que se encontravam alguns cidadãos douradenses: “Estava fazendo compras com meu esposo, e pude ver dois ou três [idosos?] dormindo na feira livre” (in *O Progresso*, 29/4/2003, p. 23). A pesquisa realizada por Binelo (1999) também apontou para essa questão social. Ao ser entrevistada, a moradora do entorno da Feira Livre, Liane Possani, afirmou que um dos transtornos derivados do funcionamento da feira naquela rua seria “a concentração de bugres [sic] e mendigos”. Relatou ainda: “Esses dias cheguei em casa tinha um mendigo dormindo dentro de meu quintal. [...] alguns entram sem pedir para pegar água” (cf. entrevista realizada em 24 maio 1999 *apud* Binelo, 1999, anexos – entrevistas). No entanto, notei, em um depoimento publicado pelo pesquisador citado, um contraponto a respeito dessa problemática. Abel Turazzi, na ocasião presidente da Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros (APROHORTI), “comentou sobre a necessidade de se manter a rotina da feira como espaço com as bancas, passagens, mendigos, cachorros, sanfoneiros e índios pois estes fatores simples caracterizam a feira além da região onde ela se instala” (cf. entrevista realizada em 18 ago. 1999 *apud* Binelo, 1999, anexos – entrevistas). Ao que parece, o entrevistado acreditava que a presença desses elementos sociais e dessas pessoas fazia parte de uma imagem identitária da Feira Livre.

Obviamente, crianças e adolescentes também integravam parte da população em situação de rua que utilizava o ambiente da Feira Livre para a sua convivência social, bem como para a sua sobrevivência. Tal fato acarretava alguns problemas de ordem social, como por exemplo, a delinquência juvenil, que já era pauta nas páginas d’*O Progresso* no início da década de 1980, ou seja, tão logo iniciou-se o funcionamento da Feira Livre na rua Cuiabá. Há, inclusive, uma matéria que divulga um encontro entre o prefeito Luiz Antônio Álvares Gonçalves e representantes da Associação dos Feirantes da Grande Dourados, que apresentam, entre outras reivindicações, a resolução para a questão da “incidência crescente na delinquência juvenil” na Feira Livre (cf. *O Progresso*, 25/5/1984, p. 2). Ao que parece, essa problemática se agravou durante as décadas posteriores (ou foi mais divulgada pela imprensa local): mendicância, guarda de carros dos frequentadores (função conhecida popularmente como “flanelinha”), auxílio com as sacolas de compras em troca de trocados e pequenos furtos aparecem em matérias ou mesmo em editoriais (cf. *O Progresso*, 12/1/1993, p. 14; 8/7/1994, p. 2; 9/10/1995, p. 1; 14/11/1997, p. 8; 3/1/2001, p. 2; 21/11/2001, p. 9; 25/1/2002, p. 5; 30/1/2002,

p. 2; 9/4/2002, p. 9; 12/1/2005, p. 16; 19/9/2006, p. 2; 20/5/2008, p. 16; 26/5/2008, p. 2; 6/11/2008, p. 19; 2/12/2008, p. 1; 22/1/2009, p. 2). Posteriormente, a incidência desse tipo de notícia tornou-se mais esporádica, e estava sobretudo relacionada à população indígena, o que foi denominado como um “fator social constrangedor” em um artigo de opinião editorial intitulado *Feira Livre*, em 2001: “Um fator social constrangedor mas que precisa ser encarado de frente é a presença de flanelinhas nos estacionamento e de muitos pedintes, principalmente índios” (*O Progresso*, 19/1/2001, p. 2). Aqui cabe questionar: presença de flanelinhas, pedintes e indígenas no ambiente da Feira Livre era constrangedora para quem? E, para além disso, em que medida causava alguma mobilização social e política a fim de minimizar tal constrangimento? Por outro lado, foi possível perceber, em uma das matérias assinadas pelo jornalista César Cordeiro, as articulações relacionadas ao trabalho na Feira Livre, na perspectiva das próprias crianças indígenas:

Os menores E.S., R.S. saem todos os finais de semana das aldeias Jaguapiru e Bororó para trabalhar cuidando carros. Afirmam que chegam a faturar de 15 a 25,00 por cada feira-livre, dinheiro que utilizam na compra de comida. “Compro arroz, feijão e quando sobra compro uma camisa”, disse o garoto índio (*O Progresso*, 21/11/2001, p. 9).

Algumas ações relativas às políticas públicas sociais foram veiculadas, como por exemplo, o projeto Amigo da Feira, proposto pelo vereador Raufi Marques (PFL) e institucionalizado pelo município através da Lei nº 2130, de 28 de abril de 1997. Sob a coordenação da Fundação Pró-Social, a lei previa o cadastramento de crianças que, segundo o texto, perambulavam pela Feira Livre; o fornecimento de cursos a essas crianças nos âmbitos de relações humanas e atendimento ao público; uniformizá-las e integrá-las ao mercado de trabalho. Além disso, a lei indicava que a mão-de-obra prestada pelos “amigos da feira” era condicionada à “embalagem de produtos, vendas, carregamento de sacolas, carrinhos de feira e outros serviços assemelhados” (*O Progresso*, 29/4/1997, p. 24). Saliento que não encontrei discussões ou repercussões sobre a aplicação dessa lei nas edições posteriores d’*O Progresso*. Notei que outras ações, na perspectiva da coibição da atuação dos flanelinhas na Feira Livre, foram executadas pela Guarda Municipal e pelo Conselho da Vara da Criança e Adolescente de Dourados (cf. *O Progresso*, 20/5/2008, p. 16). Em tempo, é importante ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constituído pela Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, assegura em seu artigo 60 a proibição de qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz e, mesmo ao adolescente aprendiz, é vedado o trabalho noturno, o que já preconizava, inclusive, a Constituição Federal de 1988.

4.4. As múltiplas faces da Feira Livre: cotidiano e sociabilidades

De fato, as feiras são espaços de múltiplas sociabilidades. Interações de trabalho e comércio, vivências entre familiares e amigos, ambiente político, cultural e econômico. Como cenários recortados, reproduzem os mais diversos contextos das cidades numa dinâmica espaço-temporal específica. Nesse sentido, “continuam a existir com características múltiplas, mantendo a ideia de local de perambulações à procura de compras, vendas, trocas, prazer, entretenimento, diálogo, amizades, furtos, vícios, enfim, polissêmicas sociabilidades” (ARAÚJO, 2011, p. 599).

De acordo com as fontes analisadas, as percepções dos diversos sujeitos que, de alguma forma, se relacionavam com a Feira Livre revelam aspectos duais que, ora representam a feira positivamente, ora negativamente (de acordo com as vivências e os interesses dos grupos sociais), mas que, na verdade, expressam as diversas dinâmicas de um espaço multidimensional (cf. Sato, 2012, p. 128) presente no contexto urbano.

Ao analisar as edições d’*O Progresso* pude observar as mais diversas representações associadas à Feira Livre. Como a feira funcionou na rua Cuiabá por mais de três décadas, ela acabou por se estabelecer no imaginário dos moradores da cidade, sendo representada em materiais publicitários, como referência de localização, como ponto turístico municipal, entre outros aspectos. Por outro lado, esse ambiente também foi cenário de acontecimentos que repercutiam negativamente na imprensa, como é o caso da criminalidade que ocorria, por vezes, na Feira Livre.

Uma questão a qual não esperava encontrar no período de busca e seleção das fontes, talvez pela ingenuidade presente no início da pesquisa, foi a acentuada representação negativa relacionada aos feirantes. Nos capítulos anteriores foi possível notar os embates realizados na imprensa local, os quais apontavam feirantes como não pagadores de tributos, cobradores de preços acima dos praticados no mercado, manipuladores de “balanças viciadas”, indisciplinados na organização dos espaços de trabalho. Outro elemento social apresentado nas fontes são as discussões entre feirantes, consumidores, membros do Legislativo municipal. Os desentendimentos entre feirantes eram causados, em algumas vezes, por conta do consumo de bebida alcoólica, como demonstra o depoimento de Iracy de Aguiar Quadros, moradora da rua Montese, a poucos metros da rua Cuiabá. Ao ser questionada sobre o que considerava ruim no fato da Feira Livre funcionar tão próxima a sua casa, ela respondeu:

O que era ruim aqui na feira era os bêbados. A maior parte dos feirantes era bêbado, tudo pingüço, as mulheres... Passavam a noite bebendo, depois dormiam em cima da banca. Dava briga. Sete, oito horas da noite estavam dormindo. Muita briga, nossa senhora. Eu era aquela que gostava de ir cedo na feira pra não ver as coisas feias (QUADROS, 2021)¹⁸⁵.

Penso que antes de continuar a análise seja importante pontuar algumas impressões pessoais diante desse relato. Apesar de não conseguir determinar qual o grau de veracidade dos acontecimentos apresentados; de ter dúvidas se, na fala de dona Iracy, há um certo exagero na exposição dos fatos; de não poder assegurar a qual período de tempo ela está se referindo (já que é moradora no local antes mesmo da feira funcionar na rua Cuiabá); e ainda, se sua percepção pode estar condicionada ao fato de eventualmente alguns feirantes comprarem bebidas alcoólicas no antigo bolicho pertencente ao seu marido, o fato é que as fontes da imprensa também apresentaram o contexto de confusões e brigas que, em algumas vezes, tinham como consequência crimes, como por exemplo: *Aposentado agredido a pauladas na feira livre morre no hospital* (*O Progresso*, 8/1/2002, p. 12); *Homem agredido na feira morre no HE* [Hospital Evangélico] (*O Progresso*, 9/12/2003, p. 11). Ela mesma relata um episódio em que houve um assassinato na Feira Livre:

Ali na frente [aponta com a mão]. Um genro lá chegou... o sogro tava com a barraca. Não sei o que ele tinha naquela barraca. O genro chegou e meteu a faca nas costas do sogro. Ficou um pedaço da faca ali. Ele saiu andando, foi embora. Aqui na feira. O menino foi lá, porque o pai caiu né. Foi lá e puxou o resto da faca, tirou a faca (QUADROS, 2021).

Coincidência ou não, analisando as edições d'*O Progresso* me deparei com o título *Homicídio*. Para minha surpresa, a notícia dá conta de um crime ocorrido em 1983, o qual, ao que parece, se revela ser o mesmo das lembranças de dona Iracy, que, na ocasião da entrevista, estava com 86 anos, rememorando um fato ocorrido quando tinha 48 anos, o que evidencia a forma como o acontecimento trágico se instalou em suas memórias.

O feirante José Gomes Brito, que residia na rua João Pessoa, 202, nesta cidade, foi assassinado por uma facada desferida por um elemento até agora não identificado pelo Setor de Homicídio da Central de Polícia. Segundo informações, a vítima estava trabalhando na feira livre, quando de repente chegou um elemento, que sacou de uma faca e deu um golpe nas costas do feirante e saiu andando. A vítima pediu para um filho seu, que o mesmo retirasse de suas costas, o fio metálico. Foi levado para o [hospital]

¹⁸⁵ Júlio Bernardo menciona em uma de suas crônicas, *Happy Hour*, o consumo de bebidas alcoólicas entre feirantes, mais especificamente se refere aos bucheiros (vendedores de vísceras de animais, miúdos): “[...] os bucheiros exageravam, no capricho. Muitos simplesmente passavam a maior parte do dia bêbados. Falo daqueles que começavam antes do amanhecer, para parar de tremer, e iam, num embalo só, até o final da *happy hour*, por volta das oito da noite. Não sei como conseguiam repetir a rotina dia após dia. Só pode ser uma questão de condicionamento, pode crer” (BERNARDO, 2014, p. 98).

Evangélico, onde não resistiu e morreu pouco depois (*O Progresso*, 10/5/1983, p. 1).

As fontes da imprensa local apresentaram um extenso material que noticia e, por vezes, descreve crimes de variados tipos no interior e no entorno da Feira Livre. Em algumas edições as matérias têm como foco a criminalidade ligada aos adolescentes que utilizavam a Feira Livre como meio de angariar algum dinheiro através da função de guardadores de carros ou carregadores de sacolas. Nesse sentido, no caderno *Opinião*, o artigo intitulado *A insegurança* traz à tona a percepção e o posicionamento do jornal com relação a essa problemática:

Percebe-se, igualmente, um número crescente de delinquentes juvenis e ainda existem muitos adolescentes em pontos de estacionamento de supermercados, no “point”, na feira-livre e em outros locais de movimento pedindo dinheiro para supostamente guardar veículos, isso para não mencionar menores de idade envolvidos com drogas, homicídios, assaltos e arrombamentos. A conclusão disso tudo é que está formado o ciclo para se formar marginais. Nem é preciso importar bandidos. Dourados, infelizmente, já tem sua própria fabriqueta (*O Progresso*, 3/10/2001, p. 2).

É possível notar que a incidência de publicações que noticiavam crimes no ambiente da Feira Livre se intensificou na década de 1980, com gradativa diminuição de frequência na década de 1990 e início da década de 2000. Furtos e roubos de veículos, tentativa de homicídio, assalto a feirantes, roubo de relógios, bonés, máquinas fotográficas e estelionato estão entre os crimes mais comentados, sobretudo no caderno *Polícia* do jornal *O Progresso*. Essas problemáticas foram pautas, inclusive, de inúmeras reivindicações dos feirantes através da associação de classe para que fosse implementado, de fato, um projeto de segurança pública na Feira Livre. Em uma dessas ocasiões, Gonçalo Padilha, presidente da Associação dos Feirantes de Dourados, se posicionou através de documento enviado à Câmara de Vereadores, ao solicitar um “Corpo Permanente de Segurança” durante os dias de funcionamento da Feira Livre:

[...] já de há muito vimos assistindo cenas de vandalismo em nosso local de trabalho, por total falta de segurança, tais como: roubos, crimes, pessoas embriagadas dirigindo automóveis de madrugada por entre as bancas; ameaças à integridade física e moral a nossos companheiros (*O Progresso*, 26/8/1983, p. 2).

Durante a década de 1980 a incidência de furto de caminhonetes, carros, motos e bicicletas na Feira Livre foi bastante intensa. *O Progresso* noticiou, inclusive, a prisão de uma quadrilha de arrastadores que atuava na cidade, sendo um dos pontos de atuação, as ruas que davam acesso à Feira Livre, nas quais os consumidores deixavam seus carros a fim de fazerem as compras semanais (cf. *O Progresso*, 10/11/1983, p. 1). Nesse ponto cabe lembrar que a Delegacia de Polícia Civil foi instalada nos arredores da Feira Livre, no final de 1985. Mesmo

assim, ao que parece, esse fato não coibiu a atuação de criminosos naquele espaço. Durante a década de 1990 as notícias sobre furtos e roubos na feira se estabilizaram, no entanto, as solicitações dos feirantes por mais segurança no local permaneceram estampadas nas páginas do periódico local.

Observei também a atuação da Polícia Militar no local, por exemplo, realizando operações policiais sem divulgação prévia, as chamadas *blitz*. Numa dessas operações, liderada pelas equipes da Tropa Ostensiva de Repressão Armada (TORA), “fizeram apreensão de 14 bicicletas, cujos proprietários tão tinham nota de compras” (*O Progresso*, 20/9/1994, p. 15). Há de se notar também que a Guarda Municipal foi criada nesse período, sendo um de seus campos de atuação, as feiras livres do município (cf. Lei Municipal nº 2029, de 15 de dezembro de 1995 in *site* da prefeitura municipal). Como exemplo da atuação na Feira Livre, entre outras ações educativas e preventivas, *O Progresso* noticiou a “apreensão de 18 facas e 21 bicicletas na feira livre durante 1997” (*O Progresso*, 7/1/1998, p. 5), a instalação de um posto fixo a fim de viabilizar as rondas permanentes dos guardas (cf. *O Progresso*, 9/5/2002, p. 12) e diversas ações que tinham como intuito o disciplinamento do trânsito no interior da Feira Livre, já que era comum a circulação de bicicletas, motos e até mesmo carros no local. Nesse sentido, foi criada a *Operação Feira Livre*, que, além de atuar no ordenamento do trânsito de veículos, visava coibir os furtos e fiscalizar a atividade dos flanelinhas (cf. *O Progresso*, 20/5/2008, p. 16). No período de tempo compreendido entre a criação da Guarda Municipal e alguns anos posteriores à mudança da Feira Livre para o Jardim São Pedro, encontrei diversas matérias que abordaram problemáticas e possíveis soluções e reivindicações feitas por feirantes ao Executivo municipal ocasionadas pela não atuação, em alguns momentos, da Guarda Municipal no ambiente da feira.

Já a atuação da Polícia Militar na feira se fez juntamente à sua mudança da rua Santa Catarina para a rua Cuiabá, inclusive com o planejamento anterior de aumento de efetivo durante os dias de oferta (cf. *O Progresso*, 28/9/1979, p. 1). Durante os primeiros anos de funcionamento da feira na rua Cuiabá, as solicitações por mais policiais se fizeram intensas, devido à constante ação de criminosos no local, ao passo que, durante a gestão do prefeito Luiz Antônio Álvares Gonçalves, “a Prefeitura Municipal passou a dar combustível para que a polícia militar pudesse rondar com maior frequência no local” (*O Progresso*, 25/5/1984, p. 2). Ainda em 1984 a administração pública municipal implantou um posto policial na Feira Livre, o qual era equipado com uma pequena cela, em atendimento a uma reivindicação da Associação dos Feirantes de Dourados, servindo também como sede provisória da referida associação (cf. *O Progresso*, 3/8/1984, p. 3). Interessante observar que esse mesmo posto funcionou nos meses de junho e setembro de 1990 como um dos pontos de vacinação em Dourados (cf. *O Progresso*,

9 e 10/6/1990, p. 10; 22 e 23/9/1990, p. 13). As edições do periódico local também apontam constantes solicitações dos vereadores durante as sessões ordinárias com relação ao aumento de efetivo e patrulhamento ostensivo durante os dias de funcionamento da feira, já que a incidência de furtos e roubos ainda era uma constante durante a década de 1990. No entanto, o caderno *Polícia* foi o que publicizou o trabalho mais intenso da Polícia Militar paralelamente aos crimes mais graves ocorridos na Feira Livre: homicídios e tentativas de homicídio; assaltos a feirantes; roubos utilizando armas de fogo ou armas brancas; agressões que resultaram em morte estiveram entre os temas divulgados e provavelmente repercutidos pelos leitores, durante as décadas posteriores. Aqui ainda cabe notar um ponto: a insegurança de feirantes e, sobretudo, de moradores locais e frequentadores da Feira Livre foi um dos elementos constantes nos requerimentos para a mudança de local da feira da rua Cuiabá para o novo espaço no Jardim São Pedro, sendo a justificativa apoiada no fato de que ela passaria a funcionar num local cercado/fechado e que isso facilitaria a atuação dos agentes de segurança pública, além de inibir a ação de criminosos. Entretanto, a julgar pelas fontes da imprensa, essa questão não foi resolvida, ao menos nos primeiros anos de funcionamento após a mudança. Essa assertiva pode ser atestada, por exemplo, diante do relato da feirante Eunice Batista Lima dos Santos, cerca de dois meses após a alteração de local:

Ela conta que teve mais de R\$ 1 mil de prejuízo com o furto de bebidas, recentemente na feira, e para inibir o crime está tendo que dormir no chão da barraca dela porque o local não dispõe de guarda noturno. ‘Aqui virou terra de ninguém. Todo mundo chega e faz o que quer com nossas mercadorias. Estamos desesperados’, conta, observando que já foi furtada quatro vezes (*O Progresso*, 15/2/2017, p. 9).

Já em 2019 é possível verificar no caderno *Dia a Dia* a solicitação do vereador Juarez de Oliveira à prefeitura municipal para que fossem instaladas câmeras de monitoramento no Espaço Feira Central João Totó da Câmara com o objetivo de, segundo o vereador, “aumentar a segurança e diminuir a criminalidade”. O membro do Legislativo municipal justificou, dessa forma, sua proposta:

Esta indicação é importante devido ao índice de violência e aos roubos ocorridos na feira livre da nossa cidade, assim sendo, a presente proposição visa contribuir preventivamente contra a ação dos marginais e coibir o uso de drogas no local durante a semana, o que ocorre com frequência (in *O Progresso*, 2/5/2019, p. 10)¹⁸⁶.

¹⁸⁶ Essa foi a última edição d’*O Progresso* selecionada para essa pesquisa, conforme acervo digitalizado disponível no CDR até 6 de agosto de 2019.

Para além das questões relacionadas à (in)segurança, tema atrelado, ao que parece, à própria identidade da Feira Livre, visto que é uma problemática discutida desde a sua criação até a atualidade, outras sociabilidades foram observadas, nas relações entre os sujeitos sociais que participam desse contexto, como também expressas na forma em que a Feira Livre foi/é representada por esses sujeitos ou instituições públicas ou privadas no cotidiano da cidade.

Enquanto instituição, o jornal *O Progresso* noticiou e representou a Feira Livre de inúmeras maneiras, conforme foi possível notar ao longo desta pesquisa. Os diversos cadernos temáticos, das manchetes de capa até os classificados, exploraram o tema ao longo das décadas. Até mesmo as colunas sociais repercutiram eventos ocorridos naquele ambiente e sociabilidades diversas sobre a Feira Livre. Nesse âmbito, destaco as notas da jornalista e proprietária do periódico, Adiles Torres, que desde a implantação da feira na rua Cuiabá emite opiniões sobre os diversos aspectos do cotidiano da Feira Livre (isso também pode ser verificado nos capítulos desta tese). Numa dessas notas, em sua coluna *Mulher...*, ela fornece dez dicas de *Como Fazer Uma Boa Feira e Economizar* (título da nota). É importante atentar para, além do conteúdo presente nas dicas, o fato de que o público leitor do jornal era formado, em grande parte, pela elite douradense, assim como a colunista. No entanto, a senhora Adiles Torres, que em outras matérias deixou claro que era frequentadora da Feira Livre, percebeu que a cada semana “gasta mais, e o carrinho volta cada vez mais vazio”. Nesse sentido, ela orientou as leitoras a “gastarem apenas o necessário”.

- 1) Faça você mesma as compras. Não mande a empregada fazê-las por você.
- 2) Não se utilize de feiras a domicílio, pois os preços são sempre mais altos, e você não pode substituir produtos mais caros por outros mais baratos.
- 3) As feiras de sábado e domingo são mais caras; procure fazer suas compras em outro dia da semana.
- 4) Faça uma lista exata daquilo que você precisa comprar.
- 5) Compare os preços.
- 6) Lembre-se que agora qualquer desconto é lucro. Portanto, pechinche sem qualquer constrangimento.
- 7) Compre frutas e verduras no período da safra.
- 8) Lembre-se que qualidade é sinônimo de economia.
- 9) Aprenda a guardar e conservar os alimentos comprados, porque isto é medida de economia.
- 10) Consuma primeiro os produtos de menor duração e deixe os mais resistentes para o final da semana (*O Progresso*, 30/9/1987, p. 10).

Ainda na abordagem jornalística própria das colunas sociais, em outro momento, Blanche Torres (filha de Adiles Torres e na ocasião diretora superintendente do jornal *O Progresso*) publicou na coluna *D Mais: Algumas coisas que nos fazem amar (ou odiar) Dourados*. Na listagem estão prédios, estátuas, festas, árvores, comidas e sociabilidades presentes na cultura douradense, além da Feira Livre (cf. *O Progresso*, 2 e 3/8/2003, p. 18). Ao

que parece, ficou a cargo do leitor interpretar se a colunista amava ou odiava determinado local ou elemento histórico e cultural da cidade, assim como, dessa forma, talvez fez também sua própria análise e escolha. Detalhe: o jornal *O Progresso*, de propriedade de sua família, também consta na listagem de Blanche Torres. Nesse sentido, é possível notar algumas representações relacionadas à Feira Livre, no âmbito da imprensa local e, mais especificamente, vinculada aos leitores das colunas sociais que, em geral, abordam amenidades do cotidiano das cidades. Em tempo, julgo interessante mencionar que alguns pesquisadores fazem críticas relativas aos conteúdos publicados especificamente nas colunas sociais, como por exemplo, Galdino (2013), ao investigar o colunismo social em jornais impressos de João Pessoa (PB). A autora citada pontua sua análise sobre as colunas sociais: “Continuamente cercada por críticas em razão de sua natureza banal e função de servir à vaidade da chamada alta sociedade” (GALDINO, 2013, p. 41).

Além de estar presente algumas vezes nas colunas sociais, um dos campos em que a Feira Livre foi representada nas fontes pesquisadas foi o da expressão artística. Além dos artistas que se apresentavam na Feira Livre e a utilizavam como palco, ela também foi objeto e local utilizado como cenário das artes em Dourados. A exemplo, a exposição fotográfica sediada temporariamente no restaurante Kikão: *Mulheres de raça, mulheres de luta* apresentou, entre outras perspectivas do trabalho feminino, o de mulheres feirantes, sob a óptica do fotógrafo Jorge Yamashita e da artista plástica Blanche Torres (*O Progresso*, 11/8/2005, p. 35). Em 2000 um conjunto de fotos de autoria de Cláudia Ollé recebeu o prêmio especial *Economia Regional* (categoria amador colorido), ofertado pela Associação Comercial e Industrial de Dourados (ACID) (cf. *O Progresso*, 7/11/2000, p. 15). E em 2014 os pórticos instalados na praça Antônio João ilustraram alguns pontos bastante conhecidos pelos moradores, como parques e igrejas, mas também retratou o que a nota denominou como “a beleza de um local inusitado”, a Feira Livre de Dourados (cf. *O Progresso*, 16/7/2014, p. 19).

Já em 2015, uma parte da Feira Livre foi levada, pela primeira vez, para a tradicional exposição agropecuária, a 51ª EXPOAGRO. Um grupo de dezoito feirantes da praça de alimentação apresentaram a “culinária tradicional douradense” (*O Progresso*, 26/5/2015, p. 10). Apesar da jornalista Valéria Araújo não ter apresentado em seu texto quais seriam os exemplares dessa culinária tradicional e também não ser possível atestar tal fato pela única foto constante na matéria (tratando-se de uma imagem em que pessoas estão sentadas à mesa protegidas por uma tenda, sendo possível visualizar com nitidez apenas uma lata de refrigerante em cima de uma dessas mesas), penso que o depoimento de Analu Silva, uma das visitantes do *stand*, revele, além de sua própria percepção, a importância da Feira Livre, enquanto

equipamento público cultural, se fazer presente nos mais diversos espaços, atingindo outros tipos de públicos: “A feira livre é um espaço muito significativo da nossa cultura. Nada mais justo do que os nossos feirantes participarem de uma das maiores festas também da nossa região” (in *O Progresso*, 26/5/2015, p. 10).

Outra festa bastante representativa na cidade foi a Festa Junina, organizada pela administração pública municipal, originalmente na praça Antônio João e que, nas décadas de 1980 e 1990, se tornou um evento tradicional, tendo como objetivo, de acordo com as matérias publicadas, além de reunir os moradores, atrair turistas. Percebi em várias edições d’*O Progresso* a participação dos feirantes enquanto entidade associativa, como por exemplo: *O Progresso*, 2/6/1982, p. 3; 20/6/1984, p. 3; 22/2/1989, p. 3; 1/3/1989, p. 14; 16/3/1989, p. 12).

Já em 2015 a Feira Livre serviu como um dos cenários para a filmagem do longa *Em nome da lei* (2016), filme inspirado na história do juiz federal Odilon de Oliveira, conhecido nacionalmente pela atuação profissional no combate ao tráfico de drogas na fronteira. O filme, com elenco formado por atores e atrizes de renome nacional, teve como personagens principais: “Vitor (Mateus Solano) [que] é um juiz federal que luta contra o poder do tráfico de drogas de Gomez (Chico Diaz) na fronteira do Brasil com o Paraguai. [...] a procuradora Alice, interpretada por Paolla Oliveira, o policial federal Elton, interpretado por Eduardo Galvão” (disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/cultura-e-entretenimento/gravado-em-ms-e-inspirado-em-juiz-federal-em-nome-da-lei-estreia-nos-cinemas-nesta-quinta-feira/290519>.

Acesso em 23 abr. 2022). Ironicamente, o ambiente da Feira Livre também se revelou fictício, ou seja, a “personagem” Feira Livre não interpretou ela mesma, sendo utilizada como cenário figurativo de outro local, no caso, o país vizinho, Paraguai.

O olhar do artista plástico corumbaense autodidata Daltro Junior também se voltou à Feira Livre de Dourados. Na exposição *Dourados em tela*, ocorrida em 2012 na UFGD, foi possível contemplar dezoito quadros que tinham como objeto de interpretação alguns pontos específicos da cidade, entre eles, a feira da rua Cuiabá (disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/2012/07/09/artista-plastico-apresenta-dourados-em-tela/>.

Acesso em 23 abr. 2022). Em 2014, Daltro, juntamente com Galvão Preto, apresentaram a exposição *Recortes Dourados*, na qual retrataram a praça Antônio João, a Usina Velha, a Feira Livre, alguns parques e avenidas da cidade (cf. *O Progresso*, 12/9/2014, p. 9). Ao visualizar a tela que tem como inspiração a Feira Livre, percebo que o artista utilizou muitas cores, dando vida às árvores, barracas e às frutas e verduras expostas nas bancas. Muitos feirantes são representados, consumidores com sacolas à mão, além da própria rua, compondo, juntamente com os prédios ao fundo, o cenário dessa parte da cidade que, no tempo presente, do ponto de

vista da pesquisa historiográfica, se tornou mais um registro e fonte históricos. Saliento que essa mesma tela foi representada como imagem de fundo na capa da dissertação de Santos (2019): *Feira Livre de Dourados: território e identidade*.

A Feira Livre de Dourados também é considerada um atrativo turístico no município por grande parte dos moradores, apesar de ser pouco divulgada nos materiais institucionais pesquisados, assim como na imprensa local, conforme demonstro mais à frente. A primeira menção sobre esse tema n’*O Progresso* é, na verdade, sarcástica, pois teve como objetivo apresentar alguns pontos de visitação no município os quais estariam em péssimas condições de utilização. Nesse sentido, conforme já abordado no 1º capítulo desta pesquisa, a nota jornalística *Atrações turísticas de Dourados – Guia de bolso para visitante de bom gosto* apresenta, como o décimo atrativo, a *Feira Maldita* (*O Progresso*, 28/10/1964, p. 4). Nas décadas posteriores percebi que o tom sarcástico desaparece e a Feira Livre é, de fato, apresentada como atração turística. No início da década de 1980, Mário Brandolph da Costa publicou uma crônica, cujo título *Realidade turística* apresenta a um amigo alguns locais da cidade interessantes para se visitar. Em determinado ponto do texto, o cronista se dirige ao leitor: “Levo meu amigo a visitar os lugares típicos: a feira livre onde se encontra muita variedade de frutas e verduras, carnes, etc”. (*O Progresso*, 31/12/1981, p. 5). Já no final da década de 1990 o atrativo turístico Feira Livre apareceu numa listagem publicada n’*O Progresso* em 1/3/1999, p. 11. Apesar disso, poucas são as edições que exploram a Feira Livre como um local de visitação turística em Dourados, a exemplo: *O Progresso*, 31/12/1981, p. 5; 3/8/1984, p. 3; 17/8/2004, p. 3; 30/8/2004, p. 13; 20/5/2008, p. 16, ficando esse entendimento, a meu ver, no imaginário dos moradores que, quando recebem parentes ou amigos na cidade, procuram leva-los à feira. Em algumas matérias é possível notar a utilização da categoria turismo como forma de engajamento político para tentar suprir necessidades de manutenção do local: *O Progresso*, 9/5/2002, p. 12; 12/1/2005, p. 16; 23/2/2009, p. 15.

Na *folha de dourados*, o articulista Ilson Boca Venâncio justifica o apelo turístico da Feira Livre, representando-a como um espaço artístico: “Pela grande frequência de transeuntes atraía artistas mambembes, trazendo suas poesias, danças, repentes, artes circenses, capoeiristas, artesãos que sabem que a arte deve estar onde o povo está, tornando-se o ponto turístico da cidade” (in *folha de dourados*, 31/12/2021). Penso ser importante salientar que a utilização da categoria turística para a Feira Livre foi um recurso bastante presente nos discursos que reivindicaram seu tombamento como patrimônio histórico municipal, ocorrido em 2010, bem como durante a primeira gestão do prefeito José Laerte Tetila (PT - 2001-2004), quando a imprensa local publicou inúmeros *press releases* referentes a um projeto de revitalização

completo da Feira Livre. O pedido de financiamento desse projeto, no valor de 1 milhão e cem mil reais, foi encaminhado através da intervenção do deputado federal João Grandão (PT) ao Ministério do Esporte e do Turismo, sendo, posteriormente, rejeitado (cf. *O Progresso*, 9/5/2002, p. 12).

Para além das fontes da imprensa, ao pesquisar no site da Prefeitura Municipal, no *link* destinado ao setor de Turismo, no qual há o item *Turista – o que visitar*, não encontrei entre as sugestões/indicações da administração pública municipal as feiras que funcionam na cidade¹⁸⁷. Além disso, não se encontra nenhuma informação sobre a Feira Livre da rua Cuiabá, nem sobre o Espaço Feira Central João Totó da Câmara. Ao aprimorar a pesquisa encontrei o *site Visit Dourados*, que contém informações específicas e mais atualizadas do campo do turismo na cidade. No *link O que visitar – compras*, encontrei algumas informações sobre o Espaço Feira Central João Totó da Câmara: denominação, localização e horários de funcionamento (disponível em: <https://turismo.dourados.ms.gov.br/o-que-visitar/compras/>. Acesso em 23 abr. 2022). Com relação aos documentos produzidos pela administração pública, em específico sobre o turismo municipal, no Inventário Turístico do município (edição 2020) estão listadas (com respectivos endereços e horários de atendimento) cinco feiras de bairros, além da principal, localizada no Jardim São Pedro (disponível em: <https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/inventario-turistico-2020.pdf>. Acesso em 23 abr. 2022). Já na última edição do Perfil Socioeconômico de Dourados (2018) apenas é mencionado que há nove feiras em funcionamento no município (disponível em: <https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Perfil-Socioecon%C3%B4mico-de-Dourados-2.pdf>. Acesso em 23 abr. 2022). No *Boletim Turístico 2022*, com publicação voltada aos indicadores do primeiro trimestre, não há dados sobre a visitação nesse equipamento. Além disso, não encontrei *site* específico ou redes sociais que divulguem a Feira Livre, nem avaliações de visitantes em plataformas digitais.

Além de ponto turístico, a Feira Livre da rua Cuiabá foi, e certamente ainda é, um ponto de referência de localização na cidade. Durante os anos em que funcionou nesse local, dezenas de anúncios de venda ou aluguel de imóveis, vendas de terrenos, de *trailers*, lanchonetes e até mesmo barracas (ponto de venda) foram publicados no caderno *Classificados d’O Progresso*, os quais eram atrelados a referências de localização, como: “próximo à Feira Livre”; “na rua da

¹⁸⁷ O site da prefeitura municipal informa que há 15 pontos turísticos no município. Com relação à estrutura da administração pública, há um Departamento de Turismo Municipal, subordinado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDES). Disponível em: <https://www.dourados.ms.gov.br/index.php/categoria/noticias/secretaria-de-desenvolvimento-economico/semdes/>. Acesso em 23 abr. 2022.

Feira Livre”; “perto da Feira Livre”, “no final da Feira Livre”, “nas imediações da Feira Livre”, “a ‘x’ metros da Feira Livre”. Interessante perceber é que, mesmo após a mudança de local, a referência associada a ele ainda permaneceu na memória de muitas pessoas, no entanto, agora reconfigurada. Prova disso, é um anúncio publicado em 2017: “Aluga-se salão na rua Cuiabá, **antiga feira livre**” (*O Progresso*, 22/11/2017, p. 22, destaques meus).

4.5. Saudades de uma feira que não volta mais: tradição e pertencimento à Feira Livre

No último dia de 2021 Ison Boca Venâncio publicou um artigo na *folha de dourados*, no qual, através de suas memórias, homenageia a Feira Livre da rua Cuiabá: *Ano novo, vida nova e 74 anos de existência da nossa Feira Livre*. O articulista apresenta a feira como uma personagem, que esteve presente no cotidiano da cidade e dos moradores por várias décadas. Notei que, nesse e em vários artigos escritos por Venâncio, quando ele utiliza a denominação “nossa Feira Livre” faz alusão especificamente à feira da rua Cuiabá, ficando evidente o sentimento de pertencimento e saudosismo que o autor/frequentador/admirador possui por esse ambiente de múltiplas percepções, ao qual ele se refere com os adjetivos “livre, leve, alegre e feliz”:

A personagem dessa semana é a própria feira livre. Nascida e criada na rua, muito carinhosamente cuidada pelos seus pares que fizeram dali o seu lugar de vida e sobrevivência, tirando o sustento e oferecendo à freguesia o fruto desse trabalho. Usando um pedaço da rua como palco e como mágica em pouco tempo fica pronto o cenário constando de bancas de alimentos, encontros, conversas, diversão e arte. Ela foi a primeira opção de compras de alimentos naturais e de convívio sociocultural da cidade. Foi crescendo até se tornar o maior centro comercial de alimentos e, assim, de geração a geração os nossos feirantes foram se adaptando às mudanças do comércio da cidade, às novas concorrências, que aos poucos iam lhe tirando pedaços, mas resistindo, pois já tinha criado raízes na comunidade e até conquistado o título de reconhecimento, como patrimônio cultural (*folha de dourados*, 31/12/2021).

Poucos dias após a mudança da Feira Livre para o Jardim São Pedro, o articulista José Alberto Vasconcellos escreveu um artigo de opinião, no qual relatou suas impressões ao visitar a nova feira. O texto está repleto de elogios ao chefe do Executivo, Murilo Zauith, referido por Vasconcellos por meio dos adjetivos: competência e honestidade. No artigo, ele destacou alguns pontos positivos do novo local: amplitude, conforto, agradabilidade e salubridade. Atestou também que as lanchonetes obtiveram um espaço maior e instalações mais confortáveis e, apesar de considerar que os camelôs ficaram “absolutamente divorciados” do cenário comercial dos hortifrutigranjeiros, considerou que eles estavam “felizes pelo espaço que lhes reservou o

prefeito”. Entretanto, alguns pontos negativos também foram observados: falta de segurança, problemas no trânsito do entorno, inexistência de cobertura nas bancas (cf. *O Progresso*, 3 e 4/12/2016, p. 2). Com relação à problemática do trânsito, a prefeitura municipal anunciou aos leitores, numa matéria publicada na mesma edição, readequações nas vias do entorno, informando a mudança no ordenamento do espaço, que a partir de então seria reconfigurado com algumas ruas passando a ter caráter de mão única (cf. *O Progresso*, 3 e 4/12/2016, p. 11).

Após essa primeira impressão ser publicada, as matérias sobre o Espaço Feira Central João Totó da Câmara se voltam para algumas questões problemáticas que ainda se faziam presentes: projeção de recursos e execução da segunda etapa da obra; falta de fiscalização, o que viabilizava a presença de feirantes “clandestinos”; deficiência na gestão da organização e limpeza do interior da feira; descontentamento dos feirantes com relação à falta de infraestrutura adequada para o trabalho, com o pedido de intervenção do Ministério Público, inclusive¹⁸⁸. Nesse sentido, as lembranças do local anterior surgem e a comparação é inevitável: “Na Cuiabá, tínhamos as árvores que protegiam e faziam sombra o dia inteiro. Aqui é uma estrutura que terá que ser adaptada e não sabemos como adaptar sem mudar” (cf. relato de um dos feirantes que pediu para não ser identificado in *O Progresso*, 9/1/2017, p. 12; 15/2/2017, p. 9). Os feirantes da praça de alimentação também se posicionaram, solicitando ao MPE providências com relação ao local do exercício de suas atividades, questionando inclusive a possibilidade de retorno para a rua Cuiabá: “Seja analisado em caráter de urgência o retorno ao antigo local, tendo em vista o espaço ser pequeno, o que dificulta a movimentação dos clientes e ainda compromete o trabalho dos feirantes” (cf. Ofício nº 001/2018, Representantes dos feirantes da Praça de Alimentação da Feira Central Prefeito João Totó da Câmara, Notificação nº 0060/2018/11PJ/DOS, 3 maio 2018, p. 246-250 in *site* MPMS). Diante da análise da documentação produzida nesse procedimento administrativo é possível notar o arrependimento com relação à mudança de local da feira, por parte de alguns feirantes. A ata de reunião ocorrida em 4 de abril de 2019, que reuniu a secretária interina responsável pela pasta da Agricultura Familiar, Kallen Christiany Miranda Ferreira, e um grupo de feirantes, evidencia esse aspecto nos relatos: “Por fim diz que eles não queriam ter saído da Rua Cuiabá” (cf. Lindomar Lemos de Souza – setor hortifrúti); “Na rua Cuiabá nós ganhávamos dinheiro, hoje o movimento é muito fraco. Lamentável mas a feira sumiu” (cf. Dorival Bernardes Costa – setor armarinhos);

¹⁸⁸ Refiro-me à instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, de 12/12/2016, em desfavor do município de Dourados, o qual teve como objetivo: “Acompanhar e fiscalizar ações da municipalidade para adequação da estrutura construída para a transferência da atividade da Feira Central de Dourados para a Rua Cafelândia” (cf. consulta ao andamento processual do PA nº 09.2016.00003368-6 in *site* MPMS).

“A iniciativa da mudança de local da Rua Cuiabá para Cafelândia, não foi benéfica [...]” (cf. João Mariano Júnior – setor de alimentação) (cf. Ata de reunião com feirantes sobre o Projeto de Lei que regulamenta a feira do município, 4 abr. 2019, p. 337-338, in *site* MPMS). Percebo que, apesar do arrependimento demonstrado por alguns feirantes ter sido causado, em grande medida, pelas más condições de infraestrutura e organização do novo espaço de trabalho que estavam sendo vivenciadas desde novembro de 2016 (importante destacar que essa reunião ocorreu em 2019), a vinculação da rua Cuiabá com uma possível “memória de trabalho” e/ou “memória afetiva” é presente nos relatos acima e em outros analisados nessa pesquisa. Santos (2019) também apresentou suas considerações nesse sentido ao analisar a mudança de local da feira, evidenciando as relações sociais e identitárias construídas no antigo espaço:

A Feira Livre conforme observado nos tópicos anteriores é também um espaço de memórias que são constituídas pela imprensa, pelo poder público, pelos feirantes, fregueses e pelos moradores, é um espaço material, mas também simbólico. [...] O não reconhecimento das mudanças impostas pelo poder público pode ser verificado, na relação da Feira Livre de Dourados. O poder público mudou o nome, a localidade, a forma, a dinâmica organizacional, mas para alguns os feirantes e [sic] **o que faz sentido são os contatos e as relações de identidade** que mantinham nos muitos anos em que montavam suas bancas **na Rua Cuiabá** (SANTOS, 2019, p. 91, destaques meus).

O entendimento da Procuradoria da Câmara Municipal, quando analisado o mérito ao veto do Projeto de Lei nº 28/2010, também expressou a relação intrínseca existente entre a Feira Livre e a rua Cuiabá: “O local de funcionamento da feira também faz parte da história do patrimônio cultural em questão, não podendo ser esta modificada, sob pena das características históricas deste patrimônio serem usurpadas” (cf. Parecer nº 4/10 – Veto/PL 28/10, 7 out. 2010, p. 2-3 in Dossiê Feira Livre). Nesse sentido, é notável como os diversos sujeitos sociais e agentes públicos identificam a Feira Livre como um espaço simbólico pertencente à rua Cuiabá, sendo essa o espaço físico da Feira Livre. Os sujeitos sociais perceberam que esse espaço físico e simbólico de produção de cultura e de memórias teve suprimidas suas identidades, quando ocorreram essas diversas alterações: denominação, localidade, estrutura organizacional e operacional.

Convém lembrar que as memórias e a história construídas através das décadas produziram o sentimento de pertencimento ao local no âmbito da coletividade, à rua Cuiabá. Isso pode ser verificado também quando Ison Boca Venâncio afirma que a “nossa Feira Livre” é: “Nascida e criada na rua [Cuiabá]” (in *folha de dourados*, 31/12/2021), deixando clara a referência de que a feira à qual os moradores se sentem pertencentes (âmbito da coletividade) é a que existiu na rua Cuiabá (âmbitos espacial e simbólico). Esse aspecto foi abordado de

forma semelhante por Calado (2013) ao explorar a temática do pertencimento relacionado à dinâmica das feiras ofertadas nas ruas e, mais especificamente, da Feira Livre Central de Campo Grande.

A relação dos habitantes com as feiras que acontecem nas ruas indica um sentimento de pertencimento. [...] A permanência da Feira na memória dos habitantes da cidade inclui dinâmicas de pertencimento. As visitas feitas à Feira, em momentos da vida dessas pessoas, são fatores que ligam o espaço na construção do pertencimento, com um sentido reforçador de se fazer parte do coletivo representado pelo urbano (CALADO, 2013, p. 70).

Os feirantes colaboradores de Calado (2013), ao falarem sobre a mudança de local da feira de Campo Grande (ocorrida em 2004), reforçaram seu descontentamento, assim como os feirantes da rua Cuiabá em Dourados. Para a autora citada: “O trabalho é o mesmo, mas ela perdeu a característica de pertencimento a uma ‘feira tradicional’” (CALADO, 2013, p. 81). Nesse contexto, é importante lembrar que Campo Grande teve sua principal feira funcionando nas ruas da cidade durante os anos de 1925 a 2004 (cf. Calado, 2013, p. 92), o que ressalta a relação da característica “na rua” com a tradição popular, elemento cultural repassado, inclusive, por várias gerações. A percepção de desvinculação com o novo ambiente é nítida em alguns relatos, assim como a perda do caráter tradicional condicionado à “feira na rua”: “Nunca devia ter saído de lá, não... Lá que era feira tradicional, aqui virou restaurante. A Feira? Ah... que saudade! Tenho saudade do movimento, mas tudo mudou né? [...] A Feira também acabou” (cf. entrevista com Cláudia Maria de Assis Nakasone, *apud* Calado, 2013, p. 81-82); “Aquela feira era boa demais... Mas não volta mais... Acabou... Lá era sensacional... Aqui... Ninguém gosta daqui não!” (cf. entrevista com Maria Iaeke, *apud* Calado, 2013, p. 87).

Em Dourados, alguns moradores do entorno da Feira Livre também se manifestaram descontentes com a mudança de local. Os colaboradores de Santos (2019) observaram alterações no ambiente, na rua Cuiabá, durante os finais de semana. Obviamente há uma multiplicidade de percepções acerca dos benefícios e das desvantagens que envolvem ser um vizinho de “feira na rua”. Entretanto, quando a Feira Livre foi remanejada de local, o ambiente da rua Cuiabá também foi alterado e as práticas sociais e culturais produzidas naqueles momentos esvaíram-se, permanecendo nas lembranças dos moradores, e, em alguns, no campo da saudade. A autora citada, ao considerar os relatos de seus interlocutores, afirma que:

[...] muitos consideram que a mudança da Feira Livre não exprimiu muita diferença, inclusive eles já haviam se acostumado e agora acham os finais de semana muito calmos. As descrições que os moradores fizeram da Feira Livre revelam o passado e, ao mesmo tempo, o presente, e são carregadas de sentimentos positivos e negativos conforme os acontecimentos. Porém, todos os entrevistados foram enfáticos ao afirmar que acreditavam que após a

mudança a área pudesse passar por uma reestruturação e ser valorizada, afinal é uma área disposta ao centro do município, muito antiga, mas isso aparentemente não ocorreu e ainda por não ocorrer, todos afirmaram que sentem saudades dos anos de Feira Livre (SANTOS, 2019, p. 128).

As fontes da imprensa analisadas apresentam, entre outros aspectos, a perspectiva do saudosismo dos moradores. Alguns leitores, em suas recordações, vinculam o imaginário da feira diretamente à rua Cuiabá, como é possível notar nos relatos: “Saudades de quando a feira era na rua Cuiabá onde ia desde minha infância. **Agora muito raramente vou**” (Rosilda Carvalho da Cruz Bertagio); “[...] quem dera se [a feira] **voltasse onde era, rua Cuiabá**” (Fábio Cazé); “Saudades da feira livre na Rua Cuiabá” (Vander Verão); “**Nunca deveriam ter mudado a feira....** Triste muito triste. [...] Dourados não tens feira livre” (Miriam Evaristo) (in *folha de dourados*, 15/9/2020, comentários à parte, destaques meus). Interessante perceber nos trechos destacados nas falas que a alteração de local provocou, além da saudade, uma possível desvinculação afetiva diante do novo espaço. Percebi essa mesma situação ao questionar Iracy de Aguiar Quadros sobre o que ela percebia como aspecto positivo na feira da rua Cuiabá, após ter convivido nesse espaço por mais de três décadas: “Pra mim era bom porque domingo, em tempo de eu ir lá na feira [refere-se ao Espaço Feira Central no Jardim São Pedro], eu ia ali [refere-se à Feira Livre da rua Cuiabá]... isso aqui não tem, corria lá e pegava né, era tudo pertinho aqui. **Agora não vou mais na feira**” (QUADROS, 2021, destaques meus). No entanto, é importante levar em conta, ao abordar a perspectiva do saudosismo presente nos relatos dos colaboradores, que a rememoração conduz, em grande medida, a uma idealização e até mesmo a uma romantização do passado, contribuindo para que as memórias sejam expressas de forma positiva. Isso não quer dizer que não existam pessoas que atribuem memórias negativas vinculadas ao ambiente da Feira Livre, como por exemplo, alguns moradores da rua Cuiabá, a julgar pelo contexto envolvendo a mudança para o Jardim São Pedro. Porém, as fontes da imprensa, e sobretudo as fontes orais, tendem mais propriamente à representação memorialística da feira da rua Cuiabá como um local idealizado no passado, uma feira “que não volta mais”.

Observei que essa questão também foi evidenciada por Santos (2019) ao intitular algumas de suas figuras em sua pesquisa, conforme apresento a seguir, em paralelo. A exemplo, a primeira foto, intitulada *A Feira Livre da rua Cuiabá: território tradicional*; já a segunda fotografia *A rua Cuiabá sem a Feira Livre: uma saudade*. Assim, é possível perceber, a partir da visualização das duas imagens, os elementos simbólicos da tradição da feira representada e demarcada no território da rua Cuiabá em relação ao mesmo local (rua Cuiabá), porém sem a feira livre, representando a memória saudosista. Acredito ser importante destacar que a autora

citada não fez uma comparação entre as duas fotografias (inclusive elas estão apresentadas em partes distintas da dissertação, conforme é possível verificar através da paginação). No entanto, essa análise comparativa das imagens, e sobretudo dos títulos atribuídos a elas, revela, em alguma medida, a memória e o pertencimento atribuídos à Feira Livre da rua Cuiabá, além da oposição física e simbólica entre o espaço anteriormente ocupado e o espaço atualmente vazio.

Figura 13 - A feira na rua e a rua sem a feira



Fonte: Lima Santos (2016) in Santos (2019, p. 38; 129).

Os laços familiares e de amizade também se consolidaram na Feira Livre. Eles estão presentes nas lembranças dos moradores, feirantes e frequentadores, fazendo parte das memórias de infância vinculadas aos espaços da cidade e, nesse caso, à Feira Livre.

Ai que saudade da feira de Dourados. Fez parte da minha infância. Saíamos [do] Agua Boa e ia à igreja assembleia que fica no final da avenida, final da feira. Então fazíamos o percurso da feira do início ao fim caminhando entre as barracas. Feira livre com certeza torna-se tradição e um ambiente familiar. Que gera sustento e renda para famílias de geração a geração. Saudosas lembranças! (cf. Lucélia José Luiz in *folha de dourados*, 31/8/2021, comentários à parte).

Uma das colaboradoras de Santos (2019) também apresentou suas memórias afetivas relacionadas ao ambiente da Feira Livre. Interessante notar no depoimento da frequentadora como os momentos vividos naquele ambiente fizeram parte da construção de sua memória familiar, sendo um aspecto positivo estar na feira, convivendo em família.

Recordo-me da Feira Livre da Rua Cuiabá com muito carinho, muita coisa mudou, mas lembro de meu pai comprando carne enrolada em jornal, lembro-me de como era um ambiente familiar e como era bom esses momentos em

família, era uma grande alegria quando chegava o fim de semana e sabíamos que íamos à feira (in SANTOS, 2019, p. 36)¹⁸⁹.

As relações entre feirantes e clientes, que se fortaleceram com o passar do tempo e extrapolaram a dinâmica meramente comercial, são apresentadas nas fontes da imprensa: “[...] a gente ganha mais vendendo direto ao consumidor e ainda ganha a amizade, e uma boa conversa com os fregueses. Isso não tem preço!” (cf. Paulina Oshiro in *folha de dourados*, 11/11/2020); “[...] a feira não é um lugar só de compra e venda, é também um espaço de convívio popular que, com o passar do tempo, vai criando raízes culturais” (cf. Antônio Claudio in *folha de Dourados*, 17/10/2021); “[...] a feira é um comércio de afetividade, às vezes a pessoa nem compra nada, mas chega pra uma conversa boa e assim a gente faz um amigo” (cf. Aroldo Nantes Fernandes in *O Progresso*, 4/9/2018, online); “Nós feirantes somos uma família. Se o lugar de alguma barraca fica desocupado a gente já sente falta da pessoa e assim é com o cliente e também com as pessoas que vendem salgado” (cf. Antônio Marcos Chicarelli in *O Progresso*, 25/8/2003, p. 20).

O próprio articulista Iلسon Boca Venâncio apresentou sua percepção, de que o hábito de frequentar a Feira Livre aos poucos acabou se transformando em uma prática cultural, que, conseqüentemente, se revelou como uma tradição da comunidade, mesmo depois de serem instituídas outras feiras na cidade.

É muito difícil alguém que vá à feira uma única vez. Esse hábito se repete! O que faz com que em um final de semana circulem ali, milhares de pessoas. Na feira livre, muito mais que as compras, se realizam encontro de negócios ou com os amigos. Além do fator comercial, vem o cultural, vai criando raízes, tornando-se uma tradição (in *folha de dourados*, 31/8/2020). Apesar de outras feiras existentes na cidade, a tradição da Nossa Feira Livre da Rua Cuiabá, a cada dia que passava mais se fortalecia (in *folha de dourados*, 15/9/2020).

A jornalista Ana Ostapenko, quando publicou o artigo *Muito mais que barracas e feirantes, a feira livre é um comércio afetivo*, considerou os diversos aspectos simbólicos contidos nas relações sociais que estão presentes na feira. Com o passar do tempo, as relações entre os sujeitos envolvidos, as práticas simbólicas e o ambiente da Feira Livre se consolidam numa importante tradição que marca a história e a memória de parte da população de Dourados.

Na feira livre há aqueles que observam, pechinham e procuram algo específico, bem como há aqueles que criam laços de afetividade, próximos da amizade que rompe a relação comerciante-freguês, o que sustenta em grande

¹⁸⁹ Essa fonte oral foi identificada pela pesquisadora no corpo do texto apenas como SANTOS, 2017. No entanto, ao consultar sua listagem de fontes orais nas referências utilizadas na pesquisa, encontrei outras informações: “SANTOS, S. M. de L. Professora aposentada. Entrevista informal. [julho. 2017]. Entrevistadora: Mileny de Lima Santos. Dourados. 2017”. Essas e outras informações encontradas no 5º capítulo da dissertação me levaram a crer que se tratou da mãe da pesquisadora.

parte a tradição de ir à feira toda semana, comer pastel e tomar caldo de cana, além da variedade e qualidade dos produtos ali encontrados. Todos nós temos uma história de identidade e lembrança de uma feira, seja no âmbito alimentar ou simples lazer (in *O Progresso*, 4/9/2018, *online*).

A fonte oral, representada neste capítulo principalmente pela colaboradora Iracy de Aguiar Quadros, frequentadora semanal e moradora do local, também é elucidativa ao trazer à tona uma perspectiva das dinâmicas sociais produzidas no cotidiano da Feira Livre. Quando ela utiliza o exemplo da vizinha Joana, percebo como a feira se torna a extensão de sua própria casa, a área de descanso, na qual é possível sentar e conversar com os amigos.

[...] fiz muita amizade na feira. Eu achava tão gostoso. Só que eu não era de ficar na feira, igual a Joana [vizinha e amiga]. No frio, a Joana pegava uma coberta dessa do Paraguai, fazia um buraco no meio, [vestia e] ficava sentada na feira lá, conversando. Eu não, eu ia lá buscar o que eu precisava e pronto, não ficava passeando (QUADROS, 2021).

Nos momentos de dificuldade, apesar de, em alguns contextos, as fontes pesquisadas apontarem a existência de conflitos, feirantes e moradores dos arredores da feira se ajudavam. Com recorrentes falhas na rede de distribuição de água potável ao longo dos anos: “Grande parte dos trabalhadores usam água emprestada de famílias que residem na rua Cuiabá, no trecho da Feira” (cf. José Leonardo de Albuquerque – setor de confecções in *O Progresso*, 12/1/2005, p. 16).

É importante considerar também que os trabalhadores da Feira Livre conviveram nesse espaço por grande parte do tempo de suas vidas, e, nesse sentido, o feirante Daniel Romero “sempre procurou fazer daquele ambiente um lugar agradável, um espaço de cultura e amizade”, conforme atestou seu interlocutor Ilson Boca Venâncio. Dessa forma, o feirante evidencia que: “São essas características que faz [sic] com que a nossa freguesia, que nossos amigos, dividem esse local de bom convívio com nossa tradição” (in *folha de dourados*, 5/10/2020).

Ao analisar as edições da *folha de dourados* dedicadas à produção de memórias da Feira Livre, através dos artigos escritos por Ilson Boca Venâncio, observei que muitas famílias de feirantes reconhecem o ambiente da Feira Livre como uma “segunda casa”, além de evidenciarem a questão da tradição como sendo um dos aspectos fundamentais na construção e permanência do vínculo com a rua Cuiabá. Esse é o caso de Daniel Romero, que considerava a Feira Livre como “sua casa, onde foi criado junto com seus pais e irmãos, onde está imprimindo a história de sua família” (in *folha de dourados*, 5/10/2020). Ou então, feirantes que acreditavam que a feira, além de sua casa, representava a manutenção da subsistência de suas

famílias, como também era compreendida como uma “escola de vida”. Essas diferentes (mas complementares) percepções são relatadas pelo feirante Francisco Gonçalves da Costa.

Eu gosto muito da feira, estou nela a (quatorze) anos, tiro meu sustento dela aprendi muitas coisas nela não tive estudo a feira foi minha escola criei meus filhos na feira inclusive este que está aqui comigo, a feira para quem produz é o canal da vida porque já tem 50% que é o produto a feira é os outros 50%, na feira a gente aprende a lidar com pessoas de todos os tipos (cf. entrevista realizada em 20 ago. 1999 in Binelo, 1999, anexos - entrevistas).

É importante lembrar das/dos feirantes que criaram seus filhos no ambiente da casa/feira e que, posteriormente, esses filhos se tornaram, como elas/eles, feirantes, como é o caso de Paulina Oshiro que levava consigo os filhos, desde a primeira infância, para a feira. Igualmente, o feirante Manoel de Souza, evidenciou a importância da tradição do trabalho e convívio na feira serem herdados pelas futuras gerações de sua família. Nesse sentido, ele

[...] torce para que a vida da Feira sempre melhore, para que os seus filhos e netos que hoje já fazem parte dessa história possam continuar firmes no propósito de produzir alimentos de qualidade, manter a tradição de feirantes e agradar a freguesia. Manter essa tradição da nossa família! (cf. Manoel de Souza in *folha de dourados*, 11/11/2020).

A Feira Livre revela histórias de vida, mas também de morte. Nesse ambiente se vive e também se morre. Agora, não estou mais reportando-me aos crimes praticados, conforme já abordado anteriormente, mas sim, refiro-me aos feirantes que, em alguma medida, dedicaram suas vidas ao trabalho e ao convívio familiar e profissional na Feira Livre. Percebi esse aspecto em alguns depoimentos, os quais relataram esse ciclo de início e fim de vidas, mas também, como já apontado anteriormente, de um legado deixado às próximas gerações. Ao abordar essa perspectiva, Iracy de Aguiar Quadros se lembrou de dois feirantes, ao considerar que

[...] a maior parte agora é os filhos, os netos daqueles que trabalhavam aqui. Essa mesma, que correu atrás dos toucinhos, não existe mais [se refere à Marlene, feirante já falecida]. Morreu também um feirante na feira. Veio o bombeiro, nessa época já tinha bombeiro em Dourados, já levou, falou que tava morto. No outro dia que saiu a verdade do que ele morreu. Teve um ataque cardíaco no meio da feira (QUADROS, 2021).

Ao analisar o depoimento de Paulina Oshiro é possível sugerir que seu marido, Nobuo Oshiro, também faleceu em decorrência de um acidente de trabalho ao se preparar para mais um dia de feira, conforme já apontado anteriormente. Eu também me lembrei de um dia, anos atrás, ao frequentar a feira do Parque Alvorada, não ver mais na banca de queijos e doces em conserva o senhor Aroldo Nantes. Ao questionar uma feirante vizinha de banca, ela me relatou que o senhor Aroldo havia “passado mal” na feira e que, posteriormente, veio a óbito, ao que parece, devido a um ataque cardíaco.

Vida, trabalho, lazer, amizade, família, dor e morte. A cultura da feira presente nas cores, nos cheiros e sabores, no cotidiano, nas experiências. A cultura da feira presente nas diferentes vivências: feirantes, moradores, frequentadores e agentes públicos. Adultos, crianças, homens, mulheres, indígenas, mendigos, artistas. De fato, a Feira Livre da rua Cuiabá reuniu todos esses e tantos outros aspectos culturais que ficarão guardados nas memórias de quem a frequentou em forma de saudade. O ex-prefeito Braz Melo, ao recordar o projeto que tinha como intenção instalar a Feira Livre nas dependências do Mercado Municipal (construído na segunda metade da década de 1970), escreveu em um artigo de opinião: “Mas não deu certo. Tem coisa que só funciona em alguns locais. Se mudar de lugar, passa a não ser como antes” (in *O Progresso*, 4/2/2010, p. 2).

Por fim, como reconheceu Michel Grandó (o palhaço Quizumba) ao recordar da Feira Livre da rua Cuiabá, “a feira mudou”. Mas não só de endereço. Mudou de local, mas mudou também em outros aspectos, durante as mais de três décadas em que funcionou na rua Cuiabá. Assim como a rua Cuiabá mudou. Assim como Dourados mudou.

A feira mudou, mas mesmo assim nós artistas seguimos persistentes levando arte de rua em outros endereços. Seguimos em eterna descoberta de encontro com o público em outras feiras, em outros espaços de criação..., contudo, a “Feira livre da Cuiabá”, jamais sairá da memória! (in *folha de dourados*, 2/12/2020).

Por outro lado, ainda há persistência e, por que não dizer, resistência: dos artistas de rua por espaços populares nos quais encontrem e interajam com seu público e dos artistas da feira (os feirantes) por um espaço onde possam desenvolver seu trabalho dignamente, perpetuando a cultura e a memória da Feira Livre de Dourados.

Considerações finais

Um tema, um objeto, diversas problemáticas, várias e variadas fontes analisadas, uma interpretação histórica. Apresento ao leitor uma pesquisa desenvolvida durante quase cinco anos que teve como intenção contribuir com os estudos do campo da história local e regional e, ainda, com a área do patrimônio cultural, a qual identifica mais propriamente minha trajetória acadêmica.

Durante o processo de desenvolvimento da tese percebi ser necessário ampliar o olhar de historiadora em paralelo ao recorte temporal determinado na fase inicial da pesquisa a fim de compreender os contextos históricos antecedentes à criação da Feira Livre, bem como problematizar os desdobramentos posteriores à sua mudança para o Jardim São Pedro. Dessa forma, a tese apresentou as diversas feiras representadas na Feira Livre de Dourados, tendo como perspectiva, alguns aspectos considerados relevantes a partir das fontes analisadas: a narrativa histórica, os espaços que a Feira Livre ocupou na cidade desde sua criação até a atualidade, as inúmeras e complexas sociabilidades presentes na Feira Livre da rua Cuiabá e, ainda, a problematização dessa enquanto patrimônio cultural douradense. Em suma, a pesquisa aponta e analisa as relações da cidade com a feira e vice-versa: a Feira Livre de Dourados inserida na dinâmica do planejamento público urbano; enquanto instrumento político nas relações de poder; nas práticas sociais entre feirantes, consumidores e moradores do entorno; na multiculturalidade presente no ambiente físico e simbólico da rua e nas inúmeras mudanças através das décadas – na feira e na cidade. Afinal, a Feira Livre pode ser compreendida como um recorte espacial e uma representação simbólica da cidade durante os dias em que é ofertada. Dessa forma, a história da Feira Livre de Dourados se confunde, complementa e representa, em alguma medida, parte da história de Dourados.

A respeito dos antecedentes históricos relacionados à criação da Feira Livre de Dourados é fundamental mencionar o papel das colônias agrícolas federal e municipal e, sobretudo, o protagonismo dos colonos nesse processo, sobretudo migrantes nordestinos e imigrantes japoneses (e/ou descendentes desses). Compreendi que a feira se originou a partir de uma necessidade de abastecimento alimentício do núcleo urbano e em paralelo ao cenário

de excedente de produção nas colônias agrícolas. Dessa forma, através da criação e desenvolvimento das colônias agrícolas implantadas na região, as quais propiciaram grandes mudanças para além do contexto rural, houve alterações significativas acerca das questões urbanas do município. As colônias, os colonos e os moradores locais, advindos de alguns processos migratórios, os quais moldaram a cidade em seus contextos histórico e multicultural, desempenharam papel de destaque no processo identitário da Feira Livre de Dourados.

A imprensa local, formada naquele contexto histórico pelos jornais *O Douradense* e *O Progresso*, noticiaram, durante os anos ou décadas iniciais de suas respectivas implantações, o surgimento e os desdobramentos por ocasião da criação da Feira Livre, e além disso, se posicionaram diante das problemáticas que se apresentaram, ora tecendo elogios, ora cobrando das administrações públicas medidas de organização, fiscalização e adequação estrutural da feira. Nas décadas posteriores, as edições apresentaram os embates entre o Executivo e Legislativo municipais, além dos feirantes e da própria imprensa, relacionados à localização, tabelamento de preços e questões sanitárias, questões essas que percorreram décadas e que, pode-se dizer, até mesmo na atualidade, não foram definidas e/ou resolvidas. Nesse sentido, a princípio, dediquei-me a compreender os contextos históricos vinculados à Feira Livre de Dourados anteriores a sua criação, bem como seus desdobramentos nas décadas iniciais, tendo como interlocutores os memorialistas e a imprensa local. A Feira Livre foi, dessa forma, retratada ora como elemento símbolo do progresso e da modernidade, ora como local insalubre, sem regulamentação e abandonado pelo poder público. Há que se salientar que isso não ocorreu somente em seu contexto inicial, mas me arrisco a dizer, por toda a sua trajetória histórica, inclusive pode ser verificado no cenário atual.

Ainda com relação ao projeto de criação da Feira Livre foi possível perceber que alguns sujeitos sociais reivindicaram o protagonismo nesse intento. Por meio da imprensa, Armando da Silva Carmello; do poder público, o prefeito Carvalhinho e, representando o comércio local, a Associação Comercial de Dourados, na figura do então presidente, Milton Sá Santos. Assim, as articulações políticas realizadas por esses três agentes resultaram na oferta da primeira feira de Dourados, localizada no núcleo central urbano – a praça Antônio João. Nesse sentido, Carmello tem maior destaque, obviamente por conta de sua atuação na imprensa local. Diretor e redator de *O Douradense* e, posteriormente, vice-diretor e colaborador de *O Progresso*, era um grande entusiasta da feira e da cidade, apresentando suas opiniões e intenções para o “desenvolvimento” dessas através de crônicas publicadas nos periódicos.

Ao analisar as fontes da imprensa local notei também que, durante os primeiros anos de funcionamento da Feira Livre, o Executivo municipal exerceu papel pouco significativo com

relação à gestão da feira, sendo que alguns anos após sua criação (1948) a instabilidade de sua oferta já era noticiada.

As administrações públicas definiram alguns locais oficiais para o funcionamento das feiras em Dourados, ao longo das décadas: Praça Antônio João (1948); rua Maranhão (1956); rua Santa Catarina (1964); rua Cuiabá (1980); jardim São Pedro (2016). No entanto, em alguns momentos, sobretudo nas primeiras décadas, a feira livre funcionou também de forma não institucionalizada. Diante da necessidade de comercialização pelos colonos, do abastecimento do núcleo urbano e da não oficialização e administração do poder público municipal, por vezes a feira foi ofertada em outros espaços estratégicos para as vendas na cidade, demonstrando as diversas articulações que os feirantes empreenderam para que seu trabalho fosse realizado. Nesse sentido, outros espaços da cidade, nas perspectivas histórica e organizacional, foram evidenciados, além das estratégias de venda e de vida, de feirantes e de moradores locais. A partir da oferta da feira na rua Santa Catarina, é possível perceber, com mais intensidade, a atuação do poder público, tanto na organização estrutural da feira e fiscalização dos produtos e dos feirantes, como também nos aspectos de planejamento e legislação aplicada à área urbana de Dourados.

Nesse meio tempo, a criação de um Mercado Municipal passa a ter maior relevância no âmbito do planejamento urbano em comparação com a Feira Livre (tanto no projeto estrutural como na legislação municipal), sendo que a proposta inicial, a se julgar pelas fontes, era a de que a feira seria implementada no interior do mercado. No jogo político-administrativo, trabalhadores e consumidores saíram perdendo, pois as discussões sobre a construção de um Mercado Municipal na cidade perduraram por décadas, mas de fato, após sua construção, esse funcionou efetivamente por menos de um ano. Além do Mercado Municipal, outro estabelecimento também se inseriu nas dinâmicas comerciais da cidade com o passar do tempo: a chegada do Supermercado Catarinense (pioneiro enquanto autosserviço e de grande porte), estabelecendo novas formas de vender e de comprar gêneros alimentícios. Dessa forma, esses equipamentos, de caráter público ou particular, acabaram por alterar as práticas econômicas, sociais e culturais presentes até então, tanto na feira, como na cidade.

Ainda na perspectiva do planejamento público urbano percebi um constante discurso do “mudar”, isso tanto em âmbito geográfico quanto de infraestrutura. Conforme a cidade ia mudando, ou seja, alterando seu aspecto com base numa “modernidade idealizada” pelos administradores públicos, apresentava-se a necessidade da mudança de local da feira. Hipótese essa que me leva a sugerir, inclusive, um tipo de “afastamento” da Feira Livre da centralidade urbana a cada mudança implementada. O discurso do “mudar” é verificável, sobretudo nas

fontes da imprensa, usado para justificar os problemas de ordenamento urbano, como também na intenção da resolução dos problemas encontrados na própria feira. No entanto, por outro lado, parece-me que, pouco tempo após a feira ter seu local alterado (independente de qual fosse), iniciava-se um processo de “descontentamento geral” e novas propostas de mudança começavam a ser discutidas.

Os elementos progresso e modernidade foram utilizados, recorrentemente, para embasar as propostas de alteração de local da feira (numa ideia de renovação e de melhorias), como também para justificar a saída da feira de determinado local (numa perspectiva de uma Dourados moderna), e, dessa forma, aquele local já não contemplaria uma feira livre, por conta das diversas problemáticas de ordem social e organizacional que o ambiente da feira reproduziria. Minha interpretação nesse sentido é a de que, conforme os problemas existentes em determinada feira se apresentavam e eram repercutidos de forma mais intensa na imprensa, passavam então a serem discutidos via Legislativo municipal, o que conseqüentemente chegava ao poder Executivo, que era cobrado a realizar mudanças infraestruturais e/ou de local. Os problemas mais recorrentes ao longo dos anos foram (e ainda são) relacionados à questão da salubridade, segurança, estruturação e organização e, por conseqüência, localização. Essas questões geravam, a rigor, embates entre os poderes públicos (importante ressaltar que os interesses dos agentes públicos se apresentavam diversos, as vezes até mesmo opostos), nos quais membros do Legislativo e Executivo reivindicavam protagonismo, ora no campo da denúncia pública, ora no campo da criação de um projeto ou resolução de determinado problema. Quando esses problemas chegavam ao limite do embate político (apresentado, sobretudo, na imprensa local – tanto nas matérias jornalísticas como nas publicações das atas das sessões da Câmara Municipal) era desenvolvido e implementado um novo projeto para a Feira Livre e essa tinha seu local alterado. No entanto, ao que parece, mesmo com um “novo local” as problemáticas permaneciam as mesmas, as reclamações iniciavam-se novamente e eram publicadas na imprensa, posteriormente repercutidas no Legislativo e Executivo, gerando um “eterno” ciclo de descontentamento por parte dos feirantes, dos consumidores e, por vezes, dos moradores do entorno da feira, descontentamento esse que repercutia e era reproduzido na esfera político-administrativa. Esses problemas crônicos foram apontados por alguns feirantes, (em matérias na imprensa local) já instalados no local atual, como uma “herança maldita” que eles herdaram e carregam (independentemente de sua vontade) para a próxima feira.

Atrelada ao contexto do “mudar”, a “problemática do lugar” da feira na cidade é, de fato, um fator que conduziu grande parte da análise desta pesquisa e está presente, seguramente, em diversos aspectos tratados na tese: desde a criação da feira, com a preocupação de em que

local ela iria funcionar, passando pelos diversos espaços os quais ela ocupou na cidade (oficiais ou não); os impasses gerados anteriormente e posteriormente a cada mudança implementada pelo poder público; a memória e o pertencimento vinculados à feira da/na rua Cuiabá; o (fracassado) principal motivo para a proposta do tombamento (“tombar para segurar”); os problemas ainda vivenciados no Espaço Feira Central João Totó da Câmara.

Além desses aspectos, as fontes analisadas apresentam outro, também relacionado à recorrente ideia de progresso e modernidade ligada a Dourados, presente tanto nos discursos das autoridades políticas e seus projetos de desenvolvimento urbano, como nas matérias jornalísticas. A recorrente intenção de se assemelhar, e até mesmo “copiar” a capital Campo Grande, também interferiu na concepção dos projetos relacionados à cidade e a feira. Isso pode ser demonstrado quando as fontes da imprensa utilizam Campo Grande como modelo de “inspiração” nos seguintes propósitos, e em momentos históricos diferentes: criar um Mercado Municipal pois a capital possuía, simultaneamente, mercado e feiras; criar um Mercado Municipal e levar a Feira Livre para dentro desse, ou seja, tirá-la da rua e cercá-la; desenvolver ações no sentido de remodelar a Feira Livre, tornando-a turística. Vale lembrar também a elaboração do projeto urbanístico de Jaime Lerner, no final da década de 1970, desenvolvido para Campo Grande e Dourados, o qual recomendava substanciais intervenções urbanísticas nas duas cidades. Dessa forma, a visão de uma capital moderna era sistematicamente utilizada nos discursos dos agentes públicos como exemplo a ser implementado nos projetos de desenvolvimento para Dourados, e, no caso da Feira Livre, não era diferente.

Se alguns agentes públicos reivindicaram protagonismo na fase da criação da Feira Livre e hoje fazem parte das memórias ligadas a ela, outros sujeitos também se destacaram no âmbito de sua história. No caso, duas famílias apareceram mais recorrentemente nas fontes analisadas e foram mencionadas em praticamente todos os capítulos: os Barros e os Libório de Alencar. Os Barros, uma família de políticos ligados, mais diretamente, ao projeto de tombamento da feira, em 2010; os Libório de Alencar, vinculados, sobretudo, aos questionamentos à permanência da feira na rua Cuiabá. De fato, ambas as famílias sempre estiveram ligadas, em alguma medida, à Feira Livre de Dourados. Não especificamente atuando como feirantes, mas enquanto sujeitos que conviveram com esses, cada qual em sua perspectiva social, vivenciando e respondendo às diversas complexidades e subjetividades existentes no ambiente da feira.

Com relação à patrimonialização da Feira Livre de Dourados, tema ao qual dedico um dos capítulos desta tese, foi possível constatar, através das fontes, as inconsistências e inadequações relacionadas à aplicação do tombamento como instrumento protetivo e, para além

disso, as fragilidades da política patrimonial aplicada em Dourados. A Feira Livre de Dourados é um bem cultural tombado no município e, no entanto, teve seu local e denominação alterados. A meu ver e a julgar pela legislação protetiva nacional (na falta da correspondente a nível municipal), as feiras legitimadas enquanto patrimônios culturais imateriais devem ser protegidas através do registro (entre outras possibilidades de instrumentos de preservação), enquanto categoria *lugares* (considerando e assegurando espaços físicos e simbólicos). Nesse sentido, apresenta-se uma problemática: a feira tombada (que deveria, na verdade, ter sido registrada) é a Feira da rua Cuiabá, conforme aponta sua lei de tombamento.

Ao analisar os antecedentes e bastidores do processo de tombamento, deparei-me com um jogo político de “cartas marcadas”, no qual o membro do Legislativo apresentou a proposta, seu assessor fez a articulação política durante todo o trâmite processual e, apesar dos graves problemas ocorridos no âmbito da política municipal naquele contexto (os quais alguns inclusive reverberaram nacionalmente) e alguns entraves do próprio processo de tombamento, o bem cultural acabou por ser patrimonializado após rejeição do veto do Executivo. Dessa forma, considero o processo consideravelmente confuso, significativamente rápido (levando em conta a necessidade de cumprimento de suas etapas), frágil nos quesitos relacionados à pesquisa do bem cultural e ao levantamento de documentação que ampare e justifique o tombamento e inconsistente tecnicamente por não obedecer aos trâmites exigidos ao procedimento. Além disso, é importante ressaltar que o poder público municipal desconsiderou o papel consultivo e deliberativo do órgão responsável pela preservação – o COMPHCAD. Na verdade, a falta de legislação específica para a proteção do patrimônio cultural municipal, de um corpo técnico especializado na área e o não reconhecimento do COMPHCAD pelo poder público acarretaram, em grande medida, as incoerências e as contradições no processo de legitimação e proteção do bem cultural, além de revelarem um cenário de descaso, ineficiência e omissão relacionado às políticas públicas patrimoniais em Dourados.

A Feira Livre da rua Cuiabá é a que está mais presente nas fontes pesquisadas. Por ter funcionado nesse local por 36 anos, a partir de 1980, é encontrada facilmente nas fontes da imprensa local, nos documentos oficiais e nas memórias dos feirantes, frequentadores e moradores do entorno. Essa relação de pertencimento com o ambiente da rua Cuiabá influenciou, inclusive, no debate público sobre a mudança de local, conforme foi possível atestar em diversos relatos de moradores. A Feira Livre da rua Cuiabá é a que, com o tempo, se construiu e permanece no imaginário do douradense. Essa é a feira tombada como patrimônio cultural municipal. Essa é a feira das memórias de infância apresentadas nas fontes analisadas, assim como essa é a feira das minhas memórias de infância e juventude. Essa é a feira, de fato,

livre.

Diversas sociabilidades se apresentaram nesse ambiente para além das relações comerciais: as relações de amizade que se constituíram entre feirantes e consumidores; as relações familiares vivenciadas através do trabalho pelas gerações de feirantes; as relações sociais, ora amistosas, ora conflituosas entre feirantes e moradores locais; as relações políticas e de poder entre administração pública e feirantes. Aqui cabe um ponto importante: é preciso salientar o papel dos feirantes enquanto coletividade. Em diversos momentos e contextos dessa pesquisa foi possível notar a atuação da Associação de Feirantes, criada no início da década de 1980, como entidade politicamente ativa, reivindicadora dos direitos da classe e socialmente posicionada no campo assistencial.

A ideia de se apresentar a Feira Livre como palco de sociabilidades ganhou corpo quando, ao analisar as fontes, compreendi-a como cenário de atuações populares nos mais diversos aspectos: utilizada e instrumentalizada politicamente, viabilizada enquanto ambiente solidário, cidadão e legítimo no âmbito da liberdade de expressão. Nesse palco, os principais protagonistas, os feirantes, compartilharam seu ambiente de trabalho e de convivência com outros artistas e diversas plateias, forjando-a como um espaço multicultural que acolhia o douradense e o visitante. No entanto, a visão de uma feira hospitaleira e, até mesmo um pouco romantizada, formada através das memórias saudosas de alguns frequentadores, tinha espaço também para o acolhimento e provisão dos marginalizados socialmente. Indígenas, mendigos, flanelinhas, idosos em situação de vulnerabilidade, famílias inteiras que recorriam à Feira Livre de Dourados para prover minimamente sua alimentação.

Ambiente diverso, de trabalho, lazer e encontro com amigos, passeio com a família; por outro lado, ambiente insalubre, desorganizado, de criminalidade, exclusão e repressão. Esses aspectos identitários, muitas vezes duais, foram viabilizados, a se julgar pelas fontes, pelo fato da feira ter funcionado na rua. Liberdade, movimentação, ambiente agradável, amistoso, tradição, “quintal de casa” são denominações atribuídas pelas fontes orais à Feira Livre enquanto espaço simbólico da rua Cuiabá, sendo essa, intrinsecamente relacionada ao seu espaço físico. Nesse sentido, memória e história evidenciaram o sentimento de pertencimento de feirantes e frequentadores (e até mesmo alguns moradores do entorno) e vincularam a Feira Livre à rua Cuiabá, produzindo uma rememoração idealizada do passado em oposição à desvinculação afetiva com o local atual.

Um primeiro fechamento foi feito, um primeiro passo foi dado. Uma interpretação histórica sobre a Feira Livre de Dourados foi apresentada. Muitos aspectos foram explorados, outros nem tanto, há muito ainda a se perceber e compreender. Aponto, agora, alguns próximos

passos a seguir, por mim ou por outros pesquisadores que se interessarem pela empreitada. No campo das fontes, asseguro que são diversas, assim como as problemáticas. Analisei com maior intensidade as fontes da imprensa, sobretudo o jornal *O Progresso*. No entanto, penso que outras (com as quais tive insuficiente contato), disponíveis ou a serem produzidas, podem evidenciar outras perspectivas presentes nas múltiplas faces da Feira Livre de Dourados: os documentos constantes no procedimento administrativo que acompanhou e fiscalizou ações da municipalidade vinculados à mudança da feira para o jardim São Pedro; as fotografias publicadas nos jornais impressos e virtuais; os relatos orais provenientes de feirantes, moradores, frequentadores e agentes públicos. Com relação aos temas de estudos futuros, julgo ser interessante trabalhar posteriormente com problemáticas e ideias relacionadas à Feira Livre e as memórias: memória de trabalho, memórias de feirantes, lugar de memória, memória e patrimônio. As sociabilidades ligadas ao trabalho e às práticas sociais e simbólicas no ambiente da feira também são exemplos de temas a se considerar. Há de se lembrar, também, que essa tese se limitou a apresentar os desdobramentos iniciais relacionados à mudança da feira para o jardim São Pedro e, nesse sentido, vislumbro outras e várias possibilidades de pesquisa.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS CITADAS NO TEXTO

ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Olhando para dentro: 1930-1964*. Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2013.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALÉM, Fernando de Castro. *O jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

AMARAL, Maria Eugênia Carvalho do. *Celebrando dezembro, janeiro, fevereiro...* Campo Grande/MS: Letra Livre, 2014.

AMPERN. *CNMP publica resolução que disciplina, no âmbito do MP, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo*. Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte. 12 abr. 2018. Disponível em: <http://www.ampern.org.br/cnmp-publica-resolucao-que-disciplina-no-ambito-do-mp-a-instauracao-e-tramitacao-da-noticia-de-fato-e-do-procedimento-administrativo>. Acesso em 13 ago. 2020.

ARANDA, Flávia Paula Nogueira; MANCINI, Ana Paula Gomes. No tempo dos grupos escolares: cultura material no sul de Mato Grosso (1940-1970). In.: Encontro de Ensino, pesquisa e extensão (ENEPEX), 8, 2014, Dourados, *Anais...* Artigos. p. 1-10. ISSN 2175-9812. Disponível em: <http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/137.pdf>. Acesso em 15 set. 2020.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. *Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)*. 2011. 700 f. Tese. Doutorado em Idade Contemporânea (UMINHO) e Doutorado em História Social (UFBA) – regime de co-tutela – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de História (Universidade do Minho) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Braga/Portugal.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e história*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERNARDO, Julio. *Dias de feira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BETONI, Walteir Luiz. *Dourados: entre a memória e a história*. 2002. 101 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

BINELO, Dionísio. *Concepção de um espaço formal para a economia informal da cidade de Dourados*. Monografia (Arquitetura e Urbanismo) – UNIGRAN, Dourados, 1999.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano: o possível e o impossível, volume 1*. Tradução: Telma Costa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas, volume 2*. Tradução: Telma Costa. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *A cidade inventada: a Paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*. 1993. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. *Campo Grande e sua Feira Livre Central: conhecendo a cidade através da feira*. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. *Era uma feira aonde a gente ia de chinelo: Campo Grande e sua Feira Livre Central*. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/UNESP, Presidente Prudente.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. Os desdobramentos socioespaciais do processo de expansão territorial urbana. In.: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva (Org.). *O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade*. Dourados: Ed. UFGD, 2008.

CALVO, Célia Rocha. Muitas memórias, outras histórias de uma cidade: lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. In.: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes.; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Tradução de Maurício Santana Dias. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPILÉ, Júlio. *Antigamente era assim: para a história*. Brasília: Ed. do Autor, 2004.

CAPILÉ JÚNIOR, João Augusto; CAPILÉ, Júlio; SOUZA, Maria de Lourdes da Cruz e. *História, fatos e coisas douradenses*. Dourados: [s.n.], 1995.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *Dourados e a democratização da terra: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados*. Dourados: Ed. UFGD, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar do/no mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007b.

CARMELLO, Armando da Silva. *Dourados - terra prometida: esboço histórico de Dourados - MT*. Campo Grande: Alvorada, 1973.

CAVALCANTI, Rogério Luiz Souto. *Cheiros, cores e sons... é dia de feira!:* a gestão pública urbana na feira livre de Casa Amarela. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORRÊA, Lucia Salsa. *História e Fronteira: o sul do Mato Grosso (1870-1920)*. Campo Grande: UCDB, 1999.

COSTA, Maximiliano Calian. *Poder de polícia: uma abordagem do interesse de agir do Estado em busca da supremacia do interesse coletivo em detrimento do individual*. Maio 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/66139/poder-de-policia>. Acesso em 5 ago. 2020.

CRUZ, Heloisa de Faria.; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversar sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DAL BOSCO, Maria Goretti. *Viajantes da ilusão: os pioneiros*. Dourados: ViaNova, 1995.

DOURADOS: guia de leis. Org. por Jovina Nevoletti Correia. Dourados: Câmara Municipal, 2000.

ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense (1920-1990)*. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FALCÃO, Danilo. *Qual a consequência da manutenção e da rejeição do veto apostado pelo Prefeito municipal?* União dos vereadores do Brasil – UVB. 18 jul. 2019. Disponível em: <https://uvbbrasil.com.br/2015/?p=15143>. Acesso em 23 jul. 2020.

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In.: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades*. São Paulo: PUC-SP: Olho d'água, 1999a.

FENELON, Déa Ribeiro. São Paulo: patrimônio histórico-cultural e referências culturais. *Projeto História*, São Paulo, n. 18, p. 289-294, jan./jun. 1999b.

FERNANDES, José Antônio. *Erva mate e frentes pioneiras: dois mundos em um só espaço (1943-1970)*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. *Arapiraca/AL e Iatubaiana/SE – a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro*. 2016. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FLORENCIANO, Ana Cláudia; CARDOZO, Aparecida Esteli Pessarini; SIMÃO, Edina Maria. *A feira livre no município de Dourados, MS*. 1995. 43 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

GALDINO, Tarcineide Mesquita. *Espaço público e sociabilidades impressas: o estilo cotidiano nas colunas sociais*. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

GONÇALVES, Claudia de Brito Quadros. *Sistemas agroflorestais biodiversos: uma proposta para a segurança alimentar e nutricional de povos indígenas*. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

GONÇALVES, Daisy da Rosa Vargas. [*Slides em Power Point, apresentados durante palestra aos acadêmicos de Turismo da UEMS*]. Dourados, 13 jun. 2012.

GRESSLER, Lori Alice. *Memória de Dourados: ruas, edifícios e logradouros públicos*. Dourados: Prefeitura Municipal, 1996.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. Dourados: L.A. Gressler, 1988.

GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luíza M. *Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos*. Dourados: L. Gressler, 2005.

GUIMARÃES, Camila Aude. *A feira livre na celebração da cultura popular*. 2010. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Cultural e Organização de Eventos) – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

INAGAKI, Edna Mitsue. *Dourádossu: caminhos e cotidiano dos nikkeis em Dourados (décadas de 1940, 1950 e 1960)*. 2002. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

INAGAKI, Edna Mitsue. *Imigração japonesa para o Brasil: os japoneses em Dourados (Século XIX e XX)*. Dourados: Ed. UEMS, 2008.

IPHAN. *Dossiê: Feira de Caruaru: Inventário Nacional de referência cultural*. IPHAN: Recife, 2006.

IPHAN. *Educação patrimonial: inventários participativos – manual de aplicação*. Brasília/DF: Iphan, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em 12 ago. 2020.

IPHAN. *Feira de Campina Grande: Patrimônio cultural do Brasil. Dossiê do Registro da Feira de Campina Grande*. IPHAN: Campina Grande, 2017.

JOSGRILBERT, Alessandra Viegas. *Escolarização na fronteira Brasil Paraguai: 1901-1927*. 2015. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

KARNAL, Leandro.; TATSCH, Flavia Galli. Documento e história: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2017.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

LARA, Camila de Brito Quadros. *O patrimônio cultural religioso: história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS*. 2017. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

LARA, Camila de Brito Quadros. A cidade e o patrimônio: olhares sobre a Feira Livre de Dourados (1948-2016). In: Encontro de História da Anpuh-MS, 14, 2018, Dourados. *Anais... Dourados/MS: UFGD, 2018. p. 1-17. ISSN 978-85-8147-159-4*. Disponível em: http://www.encontro2018.ms.anpuh.org/resources/anais/9/1531755115_ARQUIVO_Acidade_eopatrimonio.pdf. Acesso em 13 jul. 2022.

LARA, Camila de Brito Quadros. Memórias da cidade: apontamentos históricos sobre a Feira Livre de Dourados/MS. In: BARROS, Fransuel Lima de.; FERREIRA, Ronyere.; CARVALHO E SILVA, Márcio Douglas de. (Orgs.). *História: objetos, fontes e escritas*. São Paulo: Mentis Abertas, 2019. p. 237-248.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. Tradução: Hortência Santos Lencastre. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (A especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos 50). São Paulo: *Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar./ago. 1986.

LIMA, Bruno de Souza. *Produção de mapa: Locais de funcionamento da Feira Livre de Dourados*. Dourados, 3 set. 2021.

LOPES, Alessandra Peixoto; RAMIRES, Joziane Benites; RODRIGUES, Aline de Souza. *Feira Cuiabá*. 2014. 11 f. Projeto de pesquisa, disciplina Antropologia (Graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

LUCENA, Thiago Isaías Nóbrega de.; GERMANO, José Willington. *Feiras Livres: cidades de um só dia, aprendizados para uma vida inteira* [recurso eletrônico]. Natal: EDUFRN, 2016.

LUCIANO, Luís Carlos. *71 anos do Legislativo de Dourados: 1935-2006*. Dourados. 2006.

MARQUES, Inês Velter; IRALA, Clóvis. Acervos públicos e arquivos escolares: fontes para o estudo da história das instituições educativas no sul de Mato Grosso (1940-1977). In.: PINTO, Adriana Aparecida; FURTADO, Alessandra Cristina. *A história da educação em Mato Grosso do Sul: temas e abordagens*. Dourados: Ed. UFGD, 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e narrativas: história oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020.

MENDES, Poliana Ferreira Vilela. *A Associação Comercial de Dourados (ACD): organização interna, defesa dos associados e presença na sociedade (1945-1955)*. 2020. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

MENEZES, Ana Paula. Colônia Agrícola Nacional de Dourados – história, memória: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados. *Revista História em Reflexão*, Dourados, vol. 5, n. 9, jan./jun., 2011.

MENEZES, Ana Paula. *Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): a agricultura e a exploração de madeira (1950-1970)*. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

MIRANDA, Gustavo Magalhães Silva. *A feira na cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB)*. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MOISES, Clecita Maria. *Um favo de cultura(s): Territórios identitários e lugares de memórias de migrantes nordestinos em Dourados-MS – (1989-2017)*. 2018. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memória fotográfica de Dourados*. Campo Grande: UFMS, 1990.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64/inventario>. Acesso em 10 ago. 2020.

MUSCULINI, Elaine Cristina. *A rua como lugar dos viveres e fazeres: transformações e persistências na área central de Dourados-MS*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. “*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). Dourados: Ed. UFGD, 2014.

NEMER, Sylvia Regina Bastos. *Feira de São Cristóvão: contando histórias, tecendo memórias*. 2012. 255 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. Desdobramentos da Marcha para Oeste na fronteira Brasil-Paraguai: colonizar era preciso. In: OLIVEIRA, Benícia Couto de. (Org.). *Histórias que (re) contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul*. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Apresentação. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

PAZERA JÚNIOR, Eduardo. *A feira de Itabaiana – PB: permanência e mudança*. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, Juliana dos Santos. *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. vol. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/263/26305302.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*, Goiânia, vol. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008b. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/225/179>. Acesso em: 15 set. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, literatura e cidades: diferentes narrativas para o campo do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012.

PINTO, Maiara Laís. *Da usina termoelétrica Senador Filinto Muller à Usina Velha: contribuição à história de um patrimônio histórico-cultural douradense*. 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

PINTO, Maiara Laís. *Política cultural sul-mato-grossense, patrimônio cultural e transformações sociais e urbanas: uma análise através do movimento pela preservação do edifício do Clube Social Dourados (décadas de 1970 e 1980)*. 2020. 317 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

POMPEU, Ercília de Oliveira. *Monografia do Município de Dourados*. Dourados: Nicanor Coelho Editor: Grupo Literário Arandu, [2014]. Texto original mimeografado (1965).

PONCIANO, Nilton Paulo. *Fronteira, Religião, Cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial da cidade de Fátima do Sul/MS (1943-1965)*. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Letras e Ciências de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis/SP.

QUADROS, Camila de Brito. Os bens culturais patrimonializados em Dourados/MS: o patrimônio preservado(?) através da herança da CAND e a tentativa inicial de legislar (para) o patrimônio. In: Encontro de História da Anpuh/MS, 15, 2021, Três Lagoas. *Anais... Três Lagoas/MS: UFMS*, 2021. 571-585. ISSN: 2446-8789.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *A Companhia Mate Laranjeira e seus fluxos mercantis (1891-1902)*. In: Congresso Latinoamericano de Historia Económica, 3, 2012, Bariloche (Argentina). Disponível em: <http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-de-historia-economica/iii-cladhe-xxiii-jhe/ponencias/Cimo%20Queiroz.pdf/view>. Acesso em: 15 set. 2020.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Uma rede transnacional: os caminhos de exportação da erva-mate de Mato Grosso, Brasil (1882-1902). *TST – Transportes, Servicios y Telecomunicaciones*, Madrid, v. 25, p. 64-89, 2013.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul. In.: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados: Ed. UFGD, 2015a.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015b.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. [Informações sobre as definições de “irrigamento” e “cascalhamento”, em nota à margem da tese em elaboração por Camila de Brito Quadros]. Dourados, 2020.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. [Informações sobre a definição de “plantilha”, em nota à margem da tese em elaboração por Camila de Brito Quadros]. Dourados, 2022.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Circuitos da economia urbana: arranjos espaciais e dinâmica das feiras livres em Natal-RN. *Sociedade e Território*, Natal, vol. 24, n. 1, p. 115-133, jan./jun. 2012.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RABELLO, Sônia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf(1).pdf). Acesso em 9 jul. 2020.

RIBEIRO, Vasco.; CAMPELO, Francisca.; RODRIGUES, Inês.; MARMELO, Maria.; ROCHA, Marta. A assessoria de imprensa e as redes sociais: estudo de caso sobre as mudanças no relacionamento fonte-jornalista e o processo de produção do *press release*. *Revista Comunicação Pública [Online]*, vol. 10, n. 19, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cp/1077>. DOI: <https://doi.org/10.4000/cp.1077>. Acesso em 13 set. 2020.

ROSA, Eduarda Fernandes.; SILVA, Marcela Alves da.; RAMOS, Osvaldo Duarte.; MAGELARDO, Gabriela. Documentário Em Áudio “Feira-Livre De Dourados – Uma História Cheia De Sons, Cheiros E Cores”. In.: Congresso de Comunicação da Região Centro-Oeste (Intercom), 14, 2012, Campo Grande, *Anais... Trabalhos*. p. 1-6. ISSN 2177-787X. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2012/expocom/EX31-0211-1.pdf>. Acesso em 15 set. 2020.

ROSA, Pedro Ângelo da. *Resenha histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai*. Campo Grande: Livraria Ruy Barbosa, 1962.

SANTOS, Camila Comerlato. *Território Federal de Ponta Porã: o Brasil de Vargas e a “Marcha para o Oeste”*. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS, Claudete Soares de Andrade. *Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)*. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SANTOS, Lúcia de Moura. “*Sanear, educar, povoar*”: um estudo sobre o Território Federal de Ponta Porã (1943-1947). 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SANTOS, Marina de Souza. *Memórias, trajetórias e viveres: a experiência de ser nordestino(a) em Dourados-MS (1940-2002)*. 2003. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SANTOS, Marina de Souza. *Dourados: planejamento, experiências e olhares sobre a cidade (1970-2003)*. 2016. 390 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SANTOS, Mileny de Lima. *Feira Livre de Dourados: território e identidade*. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SATO, Leny. *Feira Livre: organização, trabalho e sociabilidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Maria do Carmo Campo da Silva. *Memórias e trajetórias de professores egressos do curso de magistério da escola Menodora Fialho de Figueiredo de Dourados (1971-2001)*. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SILVA, Mário Cezar Tompes da. *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Rozemar Mattos. *Dourados: seus pioneiros, sua história*. Dourados: Centro Cívico, histórico e cultural 20 de Dezembro, 2003.

SOUZA, Márcio Nicory Costa. *A teia da feira: um estudo sobre a feira livre de São Joaquim, Salvador, Bahia*. 2010. 252 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

TEIXEIRA, Ângela Maria Mascarenhas; MARTINS, Marísia de Paula Brandão. Testemunhos de colonos assentados nos distritos de Vila Vargas e Vila São Pedro na época da CAND. In.: AMARILHA, Carlos Magno Mieres; SERAFIM, Luciano. (Orgs.). *Mato Grosso do Sul: poder, memórias e identidades*. Dourados: Nicanor Coelho Editor, 2009.

TEIXEIRA, Luana. Lugares. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

TREVISAN, Emerson. *A feira livre em Igarassu: uma análise a partir dos dois circuitos da economia: a convivência do formal e o informal*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ULIANA, Márcia Bortoli. *O patrimônio cultural multifacetado: contradições e usos em Dourados (1984-2018)*. 2019. 337 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

VEDANA, Viviane. *“Fazer a feira”*: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Eptatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. 2004.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. Introdução: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília. In: MADEIRA, Angélica. *A cidade e suas feiras: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília*. Brasília: IPHAN, 2007.

VENÂNCIO, Ilson Boca. *Dourados e sua cultura: memórias das artes comentada*. Dourados: Nicanor Coelho Editor, 2014.

ZANATA, Paulo Rodolfo Bork. *Vivências e experiências: a colonização e a agricultura itaporanense entre as décadas de 1940 e 1970*. 2019. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

HISTÓRIA ORAL E OUTRAS FONTES SONORAS

BARROS, Roberto Djalma. Entrevista concedida a Camila de Brito Quadros, em 16 de julho de 2020, na casa do colaborador situada na cidade de Dourados.

BARROS, Marcelo. Conversas informais por áudio de *Whats app*, em 13 e 20 de julho de 2020.

QUADROS, Alceu de Aguiar. Conversas informais com Camila de Brito Quadros, em diferentes datas durante o desenvolvimento da tese, em diferentes locais na cidade de Dourados.

QUADROS, Iracy de Aguiar. Entrevista concedida a Camila de Brito Quadros, em 11 de março de 2021, na casa da colaboradora situada na cidade de Dourados.

TATEISHI, Rosa. Conversa informal com Camila de Brito Quadros, em agosto de 2021.

FONTES ESCRITAS

Atas da Associação Comercial de Dourados. Versão digitalizada disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, coleção “Atas da ACED (1945-2013)”.

Ata do COMPHCAD, 2015. Disponível na SEMC.

Código de Posturas e Código de Obras. 1965. Lei nº 476, de 26 de maio de 1965. 85 p. Disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, coleção “Dourados: Leis, decretos etc”.

Código de Posturas do Município de Dourados. 1979. Lei nº 1067, de 28 de dezembro de 1979. Disponível em: <https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/Lei-n%C2%BA-1067-C%C3%B3digo-de-Postura-atualizado.pdf>.

Documentos relativos ao Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, do MPE. Disponível em: <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Documentos relativos a Notícia de fato nº 01.2016.00006859-7, do MPE. Disponível em: <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Dossiê Feira Livre (conjunto de documentos referentes ao processo de tombamento da Feira Livre de Dourados). Disponível no arquivo da Câmara Municipal em pasta intitulada *Feira Livre Municipal*.

Inventário Turístico de Dourados (2018). Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Invent%C3%A1rio-Tur%C3%ADstico-de-Dourados-1.pdf>.

Inventário Turístico de Dourados (2020). Disponível em: <https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/inventario-turistico-2020.pdf>.

Livro de Tombo (2013). Produzido pela SEMC. Disponível na SEMC.

Livro de Registro de Alvarás de Licença para Localização de Comércio Municipal (1962-1963). Produzido pela prefeitura municipal de Dourados. Disponível no Arquivo Municipal.

Patrimônio cultural de Dourados-MS. Produzido pela FUNCED. Disponível em: http://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/233Lazer_Patrimonio_Historico_Cultural_Dourados_MS.pdf.

Perfil socioeconômico de Dourados (2018). Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/perfil-socioeconomico/>.

Plano Diretor de Dourados (2003). Criado através da lei complementar nº 72, de 30 dez. 2003. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/plano-diretor/>.

Relação do patrimônio tombado em Dourados. Produzido pela SEMC. Disponível na SEMC.

Relatório TFPP. *Relatório do Território Federal de Ponta Porã*. Elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas, no ano de 1947. Disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, coleção "Território Federal de Ponta Porã".

Periódicos consultados

Campo Grande News (disponível *online*)

Diário Oficial, Dourados. Disponível em: <http://do.dourados.ms.gov.br/>.

Dourados Agora (disponível *online*)

Dourados News (disponível *online*)

Douranews (disponível *online*)

folha de dourados, 2020-2021 (disponível *online*)

Midiamax (disponível *online*)

O Douradense, 1948-1950 (versão digitalizada disponível no CDR/UFGD).

O Progresso, 1951-2019 (versão digitalizada disponível no CDR/UFGD).

Sites consultados

Comissão de revisão histórica de Dourados: <https://www.facebook.com/comissaaoderevisao>

Dourados, recantos e histórias : <https://www.facebook.com/groups/douradosrecantoshistorias>

Iphan: <http://portal.iphan.gov.br/>

Prefeitura de Dourados: <http://www.dourados.ms.gov.br/>

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 26 de agosto de 2022.

Camila de Brito Quadros